

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

| | |
|--|---|
| 1.0 - Identificação dos responsáveis | 1 |
| 1.1 – Declaração do Diretor Presidente | 2 |
| 1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores | 4 |

2. Auditores Independentes

| | |
|---|---|
| 2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores | 5 |
| 2.3 - Outras Informações Relevantes | 7 |

3. Informações Financ. Seleccionadas

| | |
|--|----|
| 3.1 - Informações Financeiras | 8 |
| 3.2 - Medições Não Contábeis | 9 |
| 3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras | 11 |
| 3.4 - Política de Destinação Dos Resultados | 12 |
| 3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido | 17 |
| 3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas | 18 |
| 3.7 - Nível de Endividamento | 19 |
| 3.8 - Obrigações | 20 |
| 3.9 - Outras Informações Relevantes | 21 |

4. Fatores de Risco

| | |
|--|----|
| 4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco | 22 |
| 4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado | 56 |
| 4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes | 60 |
| 4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores | 87 |
| 4.5 - Processos Sigilosos Relevantes | 92 |
| 4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto | 93 |
| 4.7 - Outras Contingências Relevantes | 94 |
| 4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados | 99 |

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

| | |
|---|-----|
| 5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos | 101 |
| 5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado | 106 |
| 5.3 - Descrição Dos Controles Internos | 113 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 118 |
| 5.5 - Alterações significativas | 124 |
| 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos | 125 |

6. Histórico do Emissor

| | |
|--|-----|
| 6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm | 127 |
| 6.3 - Breve Histórico | 128 |
| 6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial | 133 |
| 6.6 - Outras Informações Relevantes | 134 |

7. Atividades do Emissor

| | |
|--|-----|
| 7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas | 135 |
| 7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista | 136 |
| 7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais | 137 |
| 7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais | 140 |
| 7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total | 167 |
| 7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades | 168 |
| 7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior | 176 |
| 7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades | 178 |
| 7.8 - Políticas Socioambientais | 179 |
| 7.9 - Outras Informações Relevantes | 183 |

8. Negócios Extraordinários

| | |
|---|-----|
| 8.1 - Negócios Extraordinários | 184 |
| 8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor | 185 |
| 8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais | 186 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. | 187 |
|---|-----|

9. Ativos Relevantes

| | |
|---|-----|
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros | 188 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados | 413 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis | 414 |
| 9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades | 415 |
| 9.2 - Outras Informações Relevantes | 421 |

10. Comentários Dos Diretores

| | |
|---|-----|
| 10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais | 422 |
| 10.2 - Resultado Operacional E Financeiro | 436 |
| 10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras | 450 |
| 10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor | 451 |
| 10.5 - Políticas Contábeis Críticas | 452 |
| 10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 457 |
| 10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras | 458 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 459 |
| 10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante | 463 |

11. Projeções

| | |
|---|-----|
| 11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas | 464 |
| 11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas | 465 |

12. Assembléia E Administração

| | |
|--|-----|
| 12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa | 466 |
| 12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais | 478 |
| 12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração | 484 |
| 12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem | 489 |
| 12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal | 490 |
| 12.7/8 - Composição Dos Comitês | 506 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores | 510 |
| 12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros | 511 |
| 12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores | 529 |
| 12.12 - Outras informações relevantes | 533 |

13. Remuneração Dos Administradores

| | |
|---|-----|
| 13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária | 538 |
| 13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 545 |
| 13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal | 549 |
| 13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária | 552 |
| 13.5 - Remuneração Baseada em Ações | 557 |
| 13.6 - Opções em Aberto | 558 |
| 13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues | 559 |
| 13.8 - Precificação Das Ações/opções | 560 |
| 13.9 - Participações Detidas Por Órgão | 561 |
| 13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários | 563 |
| 13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal | 564 |
| 13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria | 566 |
| 13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores | 567 |
| 13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam | 568 |
| 13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor | 569 |
| 13.16 - Outras Informações Relevantes | 570 |

14. Recursos Humanos

| | |
|--|-----|
| 14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos | 572 |
| 14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos | 575 |
| 14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados | 576 |

Índice

| | |
|--|-----|
| 14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos | 577 |
| 14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos | 578 |
| 15. Controle E Grupo Econômico | |
| 15.1 / 15.2 - Posição Acionária | 579 |
| 15.3 - Distribuição de Capital | 588 |
| 15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico | 589 |
| 15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte | 591 |
| 15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor | 598 |
| 15.7 - Principais Operações Societárias | 599 |
| 15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico | 602 |
| 16. Transações Partes Relacionadas | |
| 16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas | 603 |
| 16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas | 605 |
| 16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado | 617 |
| 16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas | 618 |
| 17. Capital Social | |
| 17.1 - Informações Sobre O Capital Social | 623 |
| 17.2 - Aumentos do Capital Social | 625 |
| 17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações | 626 |
| 17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social | 627 |
| 17.5 - Outras Informações Relevantes | 628 |
| 18. Valores Mobiliários | |
| 18.1 - Direitos Das Ações | 629 |
| 18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública | 632 |
| 18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto | 633 |

Índice

| | |
|---|-----|
| 18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados | 634 |
| 18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil | 636 |
| 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários | 637 |
| 18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação | 638 |
| 18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros | 639 |
| 18.8 - Títulos Emitidos no Exterior | 641 |
| 18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição | 642 |
| 18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas | 643 |
| 18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição | 644 |
| 18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários | 645 |

19. Planos de Recompra/tesouraria

| | |
|--|-----|
| 19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor | 677 |
| 19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria | 678 |
| 19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria | 680 |

20. Política de Negociação

| | |
|--|-----|
| 20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários | 681 |
| 20.2 - Outras Informações Relevantes | 682 |

21. Política de Divulgação

| | |
|--|-----|
| 21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações | 683 |
| 21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas | 684 |
| 21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações | 686 |
| 21.4 - Outras Informações Relevantes | 687 |

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Roberto Lopes Pontes Simões

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Nome do Responsável pelo Conteúdo do Formulário
Cargo do Responsável

Fernando Musa
Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Fernando Musa
Diretor Presidente



Nome do Responsável pelo Conteúdo do Formulário
Cargo do Responsável

Roberto Lopes Pontes Simões
Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- a. reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse.
- b. todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Roberto Simões", is written over a horizontal line.

Roberto Lopes Pontes Simões
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Nome do Responsável pelo Conteúdo do Formulário Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Cargo do Responsável Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.



Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

| | | | |
|---|--|--|--|
| Possui auditor? | SIM | | |
| Código CVM | 418-9 | | |
| Tipo auditor | Nacional | | |
| Nome/Razão social | KPMG Auditores Independentes | | |
| CPF/CNPJ | 57.755.217/0001-29 | | |
| Data Início | 01/03/2015 | | |
| Descrição do serviço contratado | Os serviços prestados pelos auditores independentes envolvem: (i) revisão das informações trimestrais (ITR) e emissão de relatório de revisão especial referentes aos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019; (ii) auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emissão de relatórios sobre as respectivas demonstrações financeiras; e (iii) outros serviços relacionados à: revisão das informações de sustentabilidade apresentadas no relatório anual e inventário de Gás Efeito Estufa e revisão de conformidade no levantamento e apuração de créditos fiscais, imposto de renda e preço de transferência de controlada no exterior, pesquisa e desenvolvimento e expatriados. | | |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o montante total da remuneração dos auditores independentes foi de: (i) R\$ 11,92 milhões com auditoria; e (ii) R\$ 1,95 milhão com consultoria e revisão de impostos. | | |
| Justificativa da substituição | A KPMG substituiu a PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes em 28/02/2015, tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM nº 308/99, que determina a rotatividade dos auditores externos. | | |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | Não aplicável | | |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|--------------------------|---------------------|----------------|--|
| ANSELMO NEVES MACEDO | 01/03/2015 | 033.169.788-28 | Rua Arq. Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 8º andar, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 09711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br |
| ANSELMO NEVES MACEDO | 28/03/2018 | 033.169.788-28 | Rua Arq. Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 8º andar, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 09711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br |

| | |
|--|--|
| Possui auditor? | SIM |
| Código CVM | 1127-4 |
| Tipo auditor | Nacional |
| Nome/Razão social | Grant Thorton Auditores Independentes |
| CPF/CNPJ | 10.830.108/0001-65 |
| Data Início | 01/01/2020 |
| Descrição do serviço contratado | Os serviços prestados pelos auditores independentes contemplam: (i) revisão das informações trimestrais (ITR) e emissão de relatório de revisão especial referentes aos períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 e 2021; (ii) auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2020 e 2021, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emissão de relatórios sobre as respectivas demonstrações financeiras. |
| Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço | Montante Total dos Auditores Independentes: R\$ 2.671.851 por ano |
| Justificativa da substituição | Substituição em cumprimento à Instrução CVM nº 308/99 Artigo 31, que exige a rotatividade dos auditores independentes |
| Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor | Não aplicável |

| Nome responsável técnico | DATA_INICIO_ATUACAO | CPF | Endereço |
|------------------------------|---------------------|----------------|--|
| DANIEL GOMES MARANHÃO JÚNIOR | 01/01/2020 | 070.962.868-45 | AV. ENG. LUIZ CARLOS BERRINI, 105 CJS. 121 E 122, TORRE 4, CIDADE MONÇÕES, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04571-010, e-mail: daniel.maranhao@br.gt.com |

2.3 - Outras Informações Relevantes

A partir de 2020 a 2021, os serviços de auditoria completa das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais, serão executados pela Grant Thornton Auditores Independentes, em cumprimento à Instrução CVM nº 308/99, que prevê a rotatividade do auditor independente.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

| (Reais) | Exercício social (31/12/2018) | Exercício social (31/12/2017) | Exercício social (31/12/2016) |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Patrimônio Líquido | 6.787.645.000,00 | 6.517.851.000,00 | 2.738.590.000,00 |
| Ativo Total | 59.193.982.000,00 | 53.341.550.000,00 | 52.351.531.000,00 |
| Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos | 57.999.866.000,00 | 49.260.594.000,00 | 47.663.988.000,00 |
| Resultado Bruto | 11.592.371.000,00 | 12.859.846.000,00 | 12.678.419.000,00 |
| Resultado Líquido | 2.907.210.000,00 | 4.124.445.000,00 | -756.056.000,00 |
| Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades) | 795.983.796 | 796.022.846 | 796.022.846 |
| Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade) | 8,527366 | 8,188020 | 3,440341 |
| Resultado Básico por Ação | 3,652348 | 5,181315 | -0,949792 |

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia define EBITDA como resultado líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro (imposto de renda/contribuição social sobre o lucro), do resultado financeiro e das depreciações, amortizações e exaustões. Adicionalmente a Companhia opta por apresentar o EBITDA ajustado, excluindo ou adicionando outros itens da demonstração de resultado que contribuam para uma melhor informação sobre o seu potencial de geração bruta de caixa.

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia, mas não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, nem tampouco como indicador de liquidez. A Companhia acredita que o EBITDA, além de medida de desempenho operacional, permite uma comparação com outras empresas. Entretanto, ressalta-se que o EBITDA não é uma medida estabelecida de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS) e está apresentado de acordo com a Instrução CVM nº 527 de 04 de outubro de 2012.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

| | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|-------------------|-------------------|
| Valores em R\$ mil | 2018 | 2017 | 2016 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 2.907.210 | 4.133.321 | -729.197 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos | 745.291 | 1.292.268 | 616.046 |
| Resultado financeiro | 4.651.442 | 3.942.349 | 6.091.257 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 2.990.574 | 2.928.857 | 2.677.618 |
| EBITDA básico do exercício | 11.294.517 | 12.296.795 | 8.655.724 |
| Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração ⁽¹⁾ | 20.017 | 77.158 | (22.510) |
| Resultado de participações societárias ⁽²⁾ | 888 | (39.956) | (30.078) |
| Resultado com operações descontinuadas ⁽³⁾ | | | 10.954 |
| Acordo de Leniência ⁽⁴⁾ | | | 2.860.401 |
| Perda de dividendos | | | 32.180 |
| EBITDA ajustado do exercício | 11.315.422 | 12.333.997 | 11.506.671 |

(1) Representa as constituições ou estornos de provisões para perdas na recuperação dos ativos de longa duração (investimentos, imobilizado e intangível) que foram ajustados para formação do EBITDA pelo fato de não haver expectativa de realização financeira e, se houver, será capturada nas devidas contas da demonstração do resultado;

(2) Corresponde a equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto;

(3) Corresponde aos resultados da quantiQ e IQAG, conforme apresentado nos itens 6 e 10 abaixo;

(4) Representa a provisão do Acordo Global, conforme explicado nos itens 3 e 10 abaixo.

3.2 - Medições Não Contábeis

As tabelas abaixo apresentam o EBITDA apresentado pela Companhia nos três últimos exercícios sociais:

| | No exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|-------------------|-------------------|
| Valores em R\$ mil | 2018 | 2017 | 2016 |
| EBITDA ajustado do exercício ⁽¹⁾ | 11.315.422 | 12.333.997 | 11.506.671 |
| Depreciação, amortização e exaustão | (2.990.574) | (2.928.857) | (2.677.618) |
| Resultado de participações societárias | (888) | 39.956 | 30.078 |
| Provisão (reversão) para perdas de ativos de longa duração ⁽²⁾ | (20.017) | (77.158) | 22.510 |
| Resultado com operações descontinuadas | | (8.876) | (37.813) |
| Acordo de leniência | | | (2.860.401) |
| Perda de dividendos | | | (32.180) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro ⁽³⁾ | 8.303.943 | 9.359.062 | 5.951.247 |

(1) Medição não contábil apresentado pela Companhia;

(2) Alocado na rubrica de "outras receitas (despesas), líquidas";

(3) Medição contábil divulgada nas Demonstrações dos Resultados consolidados.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como indicador financeiro pois acredita que este indicador é uma medida prática do cálculo do desempenho operacional da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, além de itens não recorrentes e demais impactos que não alteram o seu fluxo de caixa. Adicionalmente, o EBITDA permite uma comparação com outras companhias do mesmo segmento de atuação ainda que estas possam calcular tal indicador de forma distinta.

Vale ressaltar que o EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados pois não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas contábeis internacionais (IFRS), e está apresentado de acordo com a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

As informações prestadas neste item se referem a eventos posteriores às últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pela Companhia.

Financiamento BNDES

Em 30 de janeiro de 2019 a Braskem recebeu a primeira parcela no valor de R\$266 milhões referente ao financiamento de repasse com o BNDES no montante total de R\$476 milhões com taxa de juros de 11,57% a.a. e vencimento em 15/01/2031, contratado em 26 de dezembro de 2018. A Companhia espera receber os demais montantes até o final do exercício de 2019.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Em 22 de fevereiro de 2019, foi certificado o trânsito em julgado de ação própria da Braskem S/A, que retroage ao ano de 2004, que determina a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Os efeitos dessa decisão serão apurados pela Companhia no decorrer do ano de 2019. O registro desse crédito extemporâneo será feito no resultado da Companhia assim que for possível realizar uma estimativa confiável. No 1º trimestre de 2019, foi reconhecido o montante de R\$1.264.677 mil referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior no período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2017, sendo R\$1.191.140 mil registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R\$73.537 mil na rubrica "Receitas financeiras".

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|--|--|--|--|
| | 2018 | 2017 | 2016 |
| a. Regras sobre retenção de lucros | O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei 6.404/76. | O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei 6.404/76. | O Estatuto Social da Companhia não prevê nenhuma reserva estatutária, conforme faculta o artigo 194 da Lei 6.404/76. |
| | Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na referida lei. | Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na referida lei. | Contudo, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar sobre a constituição de outras reservas, bem como retenção de lucros, conforme estabelecido na referida lei. |

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | | | |
|---|---|---|---|
| a.i. Valores das retenções de lucros (em R\$ mil) | <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro atribuível aos acionistas da Braskem S.A. foi de R\$2.867 milhões, contudo em razão de decisão judicial proferida em 15/4/2019, no processo 0802005-67.2019.8.02.0000, pelo Desembargador Relator Alcides Gusmão da Silva, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, no âmbito do recurso apresentado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, ambos do Estado do Alagoas, foi determinada a suspensão da deliberação a respeito da distribuição do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018, até posterior análise de mérito.</p> | <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro atribuível aos acionistas da Braskem S.A. foi de R\$4.083 milhões, sendo que R\$204,2 milhões foram destinados à reserva legal e R\$1.335 milhões foram retidos com base em orçamento de capital.</p> | <p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Braskem apurou um prejuízo de R\$412 milhões.</p> |
| b. Regras sobre a distribuição de dividendos | <u>Dividendo mínimo</u> | | |
| | De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B". | De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B". | De acordo com Estatuto Social da Companhia, 25% do lucro líquido do exercício será destinado para o pagamento de dividendos obrigatórios, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais Classe "A" e "B". |
| | <u>Dividendo prioritário</u> | | |

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.</p> <p>Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.</p> | <p>As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.</p> <p>Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.</p> | <p>As ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% sobre seu valor unitário (obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação), de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais.</p> <p>Depois de cumprido o disposto no parágrafo anterior e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido anteriormente.</p> |
| | <p><u>Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais</u></p> | | |

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>Classe “A” e “B” for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe “A”, em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.</p> | <p>Classe “A” e “B” for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe “A”, em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.</p> | <p>Classe “A” e “B” for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício calculado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada: no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais; e se ainda houver saldo remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe “A”, em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.</p> |
| c. Periodicidade das distribuições de dividendos | <p>Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição “ad-referendum” da Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 46 do Estatuto Social.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição “ad-referendum” da Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 46 do Estatuto Social.</p> | <p>Em 31 de dezembro de 2016, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia determinar o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais para distribuição de dividendos, observada as disposições de lei. Poderá haver distribuição de dividendos antecipados, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição “ad-referendum” da Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 46 do Estatuto Social.</p> |

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

| | | | |
|---|--|--|--|
| d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais | Conforme descrito no item 3.4. a.i., acima, razão de decisão judicial proferida em 15/4/2019, no processo 0802005-67.2019.8.02.0000, pelo Desembargador Relator Alcides Gusmão da Silva, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, a distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31/12/2018 foi retirada da pauta da AGOE de 16/04/2019, até julgamento do mérito da ação. | Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. | Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. |
| e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado | Em 20/06/2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Dividendos, que encontra-se disponível nos <i>websites</i> da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), estabelecendo as atribuições e responsabilidades relacionadas à distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em conformidade ou em complemento ao previsto na legislação e regulamentação aplicáveis. | Em 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. | Em 2016, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. |

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

| (Reais) | Exercício social 31/12/2018 | Exercício social 31/12/2017 | Exercício social 31/12/2016 |
|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Lucro líquido ajustado | 2.907.210.000,00 | 4.133.321.000,00 | 0,00 |
| Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%) | 0,000000 | 61,000000 | 0,000000 |
| Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%) | 0,000000 | 63,000000 | 0,000000 |
| Dividendo distribuído total | 0,00 | 2.500.074.000,00 | 0,00 |
| Lucro líquido retido | 0,00 | 1.335.388.000,00 | 0,00 |
| Data da aprovação da retenção | | 30/04/2018 | |

| Lucro líquido retido | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo | Montante | Pagamento dividendo |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------|---------------------|
| | | | | | | |
| | 0,00 | | | | 0,00 | |
| Ordinária | | | | | | |
| Dividendo Obrigatório | | | | | | |
| Ordinária | | | 567.620.000,00 | 12/12/2017 | | |
| Preferencial | Preferencial Classe A | | 432.029.000,00 | 12/12/2017 | | |
| Preferencial | Preferencial Classe B | | 351.000,00 | 12/12/2017 | | |
| Ordinária | | | 851.729.000,00 | 10/05/2018 | | |
| Preferencial | Preferencial Classe A | | 648.345.000,00 | 10/05/2018 | | |
| Preferencial | Preferencial Classe B | | 0,00 | | | |

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

| <i>Valores em R\$ mil</i> | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2016 |
| Dividendo Declarado a Conta de Lucros Retidos | -(1) | 1.500.000 | 1.000.000 |

(1) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro atribuível aos acionistas da Braskem S.A. foi de R\$2.867 milhões, contudo, em razão de decisão judicial proferida em 15/4/2019, no processo 0802005-67.2019.8.02.0000, pelo Desembargador Relator Alcides Gusmão da Silva, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas, no âmbito do recurso apresentado pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, ambos do Estado do Alagoas, foi determinada a suspensão da deliberação a respeito da distribuição do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2018, até posterior análise de mérito.

3.7 - Nível de Endividamento

| Exercício Social | Soma do Passivo Circulante e Não Circulante | Tipo de índice | Índice de endividamento | Descrição e motivo da utilização de outro índice |
|------------------|---|-------------------------|-------------------------|--|
| 31/12/2018 | 53.283.000,00 | Índice de Endividamento | 7,80000000 | |

3.8 - Obrigações

| Exercício social (31/12/2018) | | | | | | | |
|---|--------------------------------|---------------------------------|-------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Outras garantias ou privilégios | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Empréstimo | Garantia Real | | 292,00 | 132,00 | 0,00 | 0,00 | 424,00 |
| Financiamento | Garantia Real | | 90.436,00 | 80.629,00 | 22.222,00 | 0,00 | 193.287,00 |
| Empréstimo | Quirografárias | | 69.803,00 | 116.244,00 | 316.244,00 | 403.427,00 | 905.718,00 |
| Financiamento | Quirografárias | | 202.472,00 | 502.901,00 | 461.660,00 | 948.706,00 | 2.115.739,00 |
| Títulos de dívida | Quirografárias | | 412.676,00 | 5.050.000,00 | 3.874.800,00 | 12.593.100,00 | 21.930.576,00 |
| Financiamento | Outras garantias ou privilégio | Fiança Bancária | 24.261,00 | 46.033,00 | 28.960,00 | 64,00 | 99.318,00 |
| Títulos de dívida | Outras garantias ou privilégio | Fiança Bancária | 27.994,00 | 97.024,00 | 101.257,00 | 69.524,00 | 295.799,00 |
| Total | | | 827.934,00 | 5.892.963,00 | 4.805.143,00 | 14.014.821,00 | 25.540.861,00 |
| Observação | | | | | | | |
| As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Não considera dívida de project finance da Braskem Idesa. Valores em R\$ mil. | | | | | | | |

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia não possui em vigor restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia contêm outras obrigações que restringem, dentre outras coisas, a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos. As restrições pactuadas, quando não dispensadas formalmente pelos credores, não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a) Riscos relativos à Companhia

4.1.1 Enfrentamos concorrência de produtores de polietileno, polipropileno, PVC e outros produtos petroquímicos.

Enfrentamos forte concorrência em todos os produtos petroquímicos oferecidos. Nossas operações nos Estados Unidos enfrentam concorrência naquele país de outros produtores norte-americanos de polipropileno e demais produtores internacionais de polipropileno que atendem o mercado dos Estados Unidos. Nossas operações na Alemanha enfrentam concorrência na Europa e nos outros mercados de exportação que atende por parte de produtores europeus e de outros países de polipropileno. As operações da Companhia no México enfrentam a concorrência de produtores de polietileno dos Estados Unidos. Empresas concorrentes da América do Sul podem exportar para o Brasil com baixas taxas ou até sem taxas de importação. Adicionalmente, produtores em quase todos os continentes realizam vendas regulares ou pontuais de produtos petroquímicos e resinas para empresas de trading e clientes diretos no Brasil.

Em geral, os preços de nossos produtos de segunda geração vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços cobrados por produtores estrangeiros nos mercados internacionais. Geralmente determinamos os preços de nossos produtos de segunda geração exportados do Brasil com base nos preços praticados no mercado à vista internacional. Os preços do polipropileno comercializado nos Estados Unidos e na Europa são determinados com base na precificação do mercado regional. O preço do polietileno no México é definido com base nos preços do polímero na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Como resultado do recente comissionamento da capacidade de produção de eteno a partir de gás natural nos Estados Unidos, somado à competitividade de preço do etano como matéria-prima para a produção de petroquímicos, a administração prevê que poderemos enfrentar concorrência mais intensa de produtores de resinas termoplásticas, especialmente norte-americanos, nos mercados nos quais ela vende esses produtos. Adicionalmente, a valorização do real em relação ao dólar norte-americano pode aumentar a competitividade do preço de produtos importados em reais, o que pode causar um aumento na concorrência no Brasil por parte de outros produtores de produtos de segunda geração. Alguns dos concorrentes estrangeiros são empresas substancialmente maiores, que contam com recursos financeiros, produtivos, tecnológicos e/ou de marketing superiores aos da Companhia.

4.1.2 A Companhia poderá enfrentar a concorrência de produtores de substitutos dos seus produtos como resultado da evolução tecnológica, tendências e preferências de consumo e setoriais, além de mudanças regulatórias.

A Companhia compete em um mercado que depende da inovação tecnológica e da habilidade de se adaptar a tendências de consumo e setoriais que estão em constante evolução. Seus produtos petroquímicos e outros produtos produzidos a partir deles, tais como bens de consumo feitos de plástico, estão sujeitos a mudanças nas tendências, demandas e preferências dos consumidores e indústrias, bem como a exigências regulatórias e ambientais rigorosas. Portanto, produtos que antes desfrutavam de preferência podem, ao longo do tempo, perder a preferência entre consumidores e indústrias ou deixar de ser percebidos como a melhor opção. O contínuo sucesso da Companhia depende da sua habilidade de continuar a se diferenciar e aos seus produtos, bem como de reagir a tais mudanças de tendências. Entre os fatores que podem afetar a percepção dos consumidores sobre os seus produtos, ou sobre os bens de consumo produzidos a partir dos seus produtos, estão tendências de saúde e a percepção de produtos substitutos como sendo mais ambientalmente amigáveis. Por exemplo, nos últimos anos, temos visto uma mudança na preferência dos consumidores em relação aos canudos plásticos, favorecendo a utilização de canudos fabricados a partir de outros materiais e compostos, tais como papel e outros. A ineficácia em reagir a tendências similares no futuro pode permitir que concorrentes cresçam e conquistem participação de mercado antes que a Companhia tenha chance de responder.

Além disso, podem ser alteradas ou promulgadas regulações no futuro que dificultem o apelo aos seus clientes, consumidores finais ou a alavancagem dos produtos produzidos pela Companhia. Ainda que a Companhia seja capaz de destacar seus produtos, não é possível garantir que seus concorrentes (inclusive fabricantes de produtos substitutos) não tenham sucesso em persuadir os consumidores dos produtos da Companhia a migrarem para os seus próprios produtos. Alguns dos concorrentes podem ter mais acesso a recursos que a Companhia, o que poderia melhor posicioná-los para

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reagir e se adaptar à evolução das tendências e preferências e a mudanças regulatórias. Qualquer perda de interesse pelos seus produtos ou por bens de consumo produzidos a partir dos seus produtos pode causar um efeito material adverso nos negócios, resultados das operações e condições financeiras da Companhia.

4.1.3 Custos mais altos da matéria-prima podem aumentar o custo de produtos vendidos e diminuir a margem bruta, afetando negativamente nosso resultado financeiro total.

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Químicos (antes conhecida como Petroquímicos Básicos) e, indiretamente, por nossas outras unidades de negócios no Brasil. Em 2018, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por 41,8% dos custos consolidados de produtos vendidos, comparado a 40,0% em 2017.

Etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas pela Companhia na produção de petroquímicos básicos em nosso complexo petroquímico instalado em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, ou Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e representam o principal custo de produção e operacional da Unidade de Químicos. Etano e propano corresponderam juntos, direta e indiretamente, a 0,6% e 1,2%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado em 2018, comparado a 0,6% e 0,9%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado em 2017.

Já o propeno, principal matéria-prima consumida na produção de polipropileno nos Estados Unidos e na Europa, representa o principal custo de produção e operacional da Unidade EUA e Europa. A Companhia também adquire propeno no mercado brasileiro para suas plantas de polipropileno. O propeno correspondeu, direta e indiretamente, a 21,7% e 19,4% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2018 e 2017, respectivamente.

O etano é a principal matéria-prima utilizada na produção de eteno no Complexo Petroquímico do México e representa o principal custo de produção e operacional do Complexo do México. Etano correspondeu, direta e indiretamente, a 1,0% e 1,4% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2018 e 2017, respectivamente.

O hidrocarboneto leve de refinaria ("HLR") é utilizado como matéria-prima na planta de Químicos da Companhia no Polo de São Paulo. O HLR correspondeu, direta e indiretamente, a 0,8% e 0,7% do custo dos produtos vendidos consolidado em 2018 e 2017, respectivamente.

O etanol proveniente da cana de açúcar é utilizado como matéria-prima no Polo Petroquímico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, para a produção de eteno verde e polietileno verde, e no Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, para a produção de ETBE.

No Brasil, adquirimos nafta utilizada pela Unidade de Químicos a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado no Brasil e para as plantas localizadas nos EUA a preços baseados na referência do Golfo dos EUA (preço USG). Para as plantas localizadas na Europa a Companhia adquire o propeno a preços baseados na referência do nordeste europeu (preço NWE). A Companhia adquire hidrocarboneto leve de refinaria (HLR) a preços referenciados no preço do gás natural importado.

O preço de referência ARA oscila principalmente de acordo com variações no preço em dólares do petróleo bruto Brent na Bolsa Intercontinental de Londres. O preço médio da nafta, referência ARA, foi de US\$602/ton em 2018, uma alta de 24% em relação a 2017, em linha com a escalada de 31% no preço do petróleo, explicado principalmente por sanções contra o Irã e o corte da produção por parte dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Em 2018, o preço médio do etano, referência Mont Belvieu, foi de 33 ¢/gal ou US\$243/ton, um aumento de 33% em relação a 2017, devido a maior demanda pelas centrais petroquímicas inauguradas recentemente, combinado à falta de gasodutos para transporte de gás e de crackers para extração de etano.

O preço médio do propeno, referência USG, foi de US\$ 1.189/ton em 2018, uma alta de 21% em relação a 2017, acompanhando a alta do preço do petróleo e maior demanda por produtores de PP.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O preço médio do propeno, referência Europa, foi de US\$ 1.170/ton em 2018, aumento de 24% em relação ao ano anterior, explicado pela alta no preço do petróleo.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno em dólares têm sido e podem se manter voláteis. Além disso, futuras variações no preço do dólar norte-americano podem efetivamente causar um aumento dos custos da nafta e do gás natural em reais. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos.

4.1.4 Não fazemos hedge contra variações no preço de nossas principais matérias-primas, ficando expostos a flutuações no preço destas.

Atualmente, a Companhia não faz hedge contra a exposição aos preços de suas matérias-primas. A Companhia acredita que a indústria petroquímica possui um hedge natural, principalmente pela alta correlação histórica entre a sua matéria- prima (principalmente a nafta) e seus produtos finais (polietileno, polipropileno, PVC, entre outros). Historicamente, as variações no preço da nafta precederam variações correspondentes dos produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. Qualquer hedge apenas sobre o preço da nafta poderia interromper essa proteção natural, muito provavelmente acarretando no aumento da volatilidade dos resultados da Companhia. No entanto, considerando o processo em curso na Braskem de diversificação das matérias-primas, com o etano, propano e propeno passando a representar uma parcela mais significativa dos custos variáveis, o hedge natural descrito acima se enfraqueceu. Isso se deve à correlação significativamente menor do etano e do propano com o preço dos produtos finais da Companhia, em comparação à nafta e ao propeno. Como resultado, e mais do que em anos anteriores, na hipótese de variação do preço da nafta ou do propeno, a Companhia pode não ser capaz de repassar todos os custos correspondentes com insumos aos seus clientes finais.

4.1.5 Os negócios e operações da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.

Como participante do setor petroquímico, as operações da Companhia envolvem a geração, utilização, manuseio, armazenagem, transporte, tratamento, eliminação e descarte de substâncias perigosas e resíduos. Não obstante as normas, políticas e controles da Companhia para questões ambientais, de saúde e segurança, suas operações permanecem sujeitas a eventos que poderiam afetar negativamente os seus negócios e a sua reputação. O setor em que opera a Companhia está, de maneira geral, sujeito a riscos e perigos significativos, tais como incêndios, explosões, vazamentos de gases tóxicos, derramamento de poluentes e outros materiais perigosos, falhas de estruturas operacionais e incidentes envolvendo equipamentos móveis, veículos ou maquinário, associados ou não à produção de produtos petroquímicos e à armazenagem e ao transporte de matérias-primas e de produtos petroquímicos. Tais eventos podem resultar de falhas técnicas, erro humano ou eventos naturais, entre outros fatores, e poderiam causar impactos ambientais e sociais significativos, danos ou destruição de unidades industriais ou comunidades, danos pessoais, doença ou morte de funcionários, terceiros ou membros da comunidade do entorno das operações, danos ambientais, atrasos na produção e,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em determinadas circunstâncias, ensejar responsabilidade em processos civis, trabalhistas, criminais e administrativos.

Além disso, os processos de produção e logística da Companhia estão sujeitos a riscos de segurança inerentes, o que poderia levar à morte ou invalidez dos seus funcionários ou outros indivíduos envolvidos em tais processos. Tais riscos não podem ser inteiramente eliminados ou mitigados apesar do cumprimento estrito da Companhia com todas as medidas de segurança ou exigências legais e regulamentares aplicáveis. Apesar dos esforços de monitoramento, a Companhia poderia sofrer um impacto negativo na sua imagem e reputação, bem como em seus negócios, condição financeira e resultado operacional.

Um acidente de grandes proporções em uma de nossas plantas ou instalações de armazenamento pode nos obrigar a suspender temporariamente nossas operações, resultando em altos custos de reparação e perda de receita líquida de vendas. Apesar da cobertura de seguros em relação a danos causados por incêndio e lucros cessantes em razão de paradas ocasionadas por incêndio, explosão ou avarias elétricas, os recursos de tais seguros podem não estar disponíveis em tempo hábil ou ser insuficientes para cobrir todos os prejuízos em caso de sinistro, o que poderia causar um efeito material adverso em nosso desempenho financeiro.

No Estado de Alagoas, as atividades da Companhia de mineração de sal-gema, uma matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos na Unidade de Vinílicos, também está sujeita a riscos e perigos similares, sendo que qualquer incidente relacionado a tais atividades poderia causar impactos socioambientais materialmente adversos. Por exemplo, em alguns bairros da cidade de Maceió localizados próximos à área geológica da mina de sal-gema da Companhia, houve alegações recentes de que a superfície teria cedido como resultado das atividades realizadas pela Companhia na mina, afetando propriedades públicas e privadas na região. Entre os possíveis riscos mais relevantes alegados estão a subsidência devido à instabilidade do solo e dolinamento (*sinkhole*), isto é, uma depressão abrupta na superfície que pode causar danos pessoais e a propriedades. Subsidência é uma depressão gradual do solo que pode ocorrer em uma área grande ou localizada, afetando assim as propriedades próximas à mina. Em 2018, e no período de seis meses concluído em 30 de junho de 2019, a Unidade de Vinílicos respondia por 4,4% e 5,4%, respectivamente, da receita líquida de vendas de todos os segmentos divulgados.

Em 08 de maio de 2019, a Companhia tomou conhecimento do Relatório nº 1, elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), entidade do Ministério de Minas e Energia do Brasil, sobre os eventos geológicos ocorridos na Cidade de Maceió. Sob a perspectiva desse relatório foi indicada a ocorrência de: (i) desestabilização das cavernas, como resultado da extração de cloreto de sódio, ou sal-gema, criando uma situação dinâmica que reativou estruturas e deformações geológicas pré-existentes nos distritos de Pinheiro, Mutange e Bebedouro; e (ii) instabilidade no distrito de Pinheiro, agravada pelos efeitos erosivos causados por um aumento na infiltração da água de chuva nas fraturas pré-existentes em um solo extremamente erosivo, e acelerada pela falta de uma rede de drenagem da água de chuva e de saneamento básico adequado, entre outros fatores.

Em abril de 2019, o Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas protocolaram uma ação pleiteando o bloqueio de bens da Companhia no valor de até R\$ 6,7 bilhões, com o intuito de garantir eventual remediação e indenização por danos ambientais, pessoais e patrimoniais potencialmente causados por esse evento geológico. Uma decisão liminar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

determinou o bloqueio de R\$ 100 milhões nas contas bancárias da Braskem.

Além disso, o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas determinou a suspensão da distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2018 que haviam sido propostos, no valor de R\$ 2,7 bilhões, ou, alternativamente, o bloqueio de bens no mesmo valor da distribuição de dividendos proposta. Essa decisão foi em seguida reformada por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou a distribuição de dividendos mediante apresentação de garantia no mesmo valor. O Ministério Público do Estado de Alagoas e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas alteraram a inicial para excluir o pedido de indenização por supostos danos ambientais e reduzir o valor dos bens a serem bloqueados, de R\$ 6,7 bilhões para R\$ 3,7 bilhões, valor esse que, de acordo com as alegações desses órgãos, seria equivalente aos danos efetivos causados aos residentes dos bairros afetados pelo evento geológico. A inicial aditada, no entanto, manteve o pedido, no mérito da ação, da quantia de R\$ 6,7 bilhões, que inclui danos morais. Em 26 de junho de 2019, o juiz presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas proferiu uma decisão que determinava o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões em bens da Braskem. Essa decisão também foi subsequentemente revertida pelo STJ, que determinou o desbloqueio de R\$ 3,7 bilhões nas contas da Companhia após a apresentação de outra garantia judicial em valor equivalente. Embora a Braskem já tenha apresentado tal garantia, o desbloqueio dos fundos ainda não foi realizado pelo juízo.

Em 25 de julho de 2019, a Companhia foi informada de uma segunda ação civil protocolada pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de Alagoas (MPT-AL), pleiteando medida cautelar para bloqueio no valor de R\$ 2,5 bilhões, em garantia do pagamento de possíveis danos sofridos pelos trabalhadores afetados pelo evento geológico ocorrido no local da mina de sal-gema da Companhia em Maceió, no Estado de Alagoas. Nesse processo, o MPT-AL também pleiteou, entre outras coisas, pagamento de indenização aos trabalhadores por danos morais. Em 10 de outubro de 2019, o juízo de primeira instância indeferiu a medida cautelar.

Em 19 de agosto de 2019, a Braskem tomou ciência de uma terceira ação civil protocolada pelo Ministério Público Federal em face da Companhia e de outras partes, buscando, entre outras medidas e tutelas, as seguintes medidas cautelares: (i) constituição de um fundo no valor de R\$ 3,1 bilhões em prol de programas sócio-ambientais e medidas emergenciais a serem tomadas, além da manutenção em tal fundo de capital de giro no valor mínimo de R\$ 2,0 bilhões ou, após a aprovação de um cronograma financeiro para tal fundo, valor equivalente a 100% das despesas projetadas para os 12 meses subsequentes; (ii) garantia do juízo no valor de R\$ 20,5 bilhões; (iii) vedação à oneração ou alienação de bens do ativo fixo da Companhia e à distribuição de lucros, seja na forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou de qualquer outra forma; (iv) bloqueio de qualquer lucro ainda não distribuído; e (v) suspensão dos financiamentos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e incentivos governamentais, bem como vencimento antecipado das dívidas existentes com o BNDES. Até o dia 22 de outubro de 2019, o pedido de medida cautelar do autor ainda não foi julgado.

Diversas ações judiciais indenizatórias foram protocoladas em face da Companhia por pessoas afetadas pelo incidente. Essas ações estão em estágio inicial, não sendo possível no momento avaliar seus possíveis resultados nem se serão protocoladas novas ações no futuro, seja em decorrência de fatos existentes ou de novos desdobramentos.

Em razão dos desdobramentos da publicação do Relatório nº 1 pela CPRM, em 09 de maio de 2019, a Braskem suspendeu todas as atividades de extração de sal-gema e, consequentemente,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

as operações das plantas de cloro-soda e dicloroetano localizadas no distrito de Pontal da Barra, em Maceió, Estado de Alagoas, além de reduzir a produção do Complexo Petroquímico de Camaçari, no Estado da Bahia, uma vez que são integrados à cadeia produtiva. Como resultado da suspensão das atividades de mineração de sal-gema, a Companhia implementou um modelo de negócios não integrado para importação de: (i) soda cáustica para suprir o mercado brasileiro utilizando sua estrutura de logística e terminais ao longo da costa brasileira; (ii) dicloroetano (EDC) para continuar operando suas plantas de PVC em Alagoas e na Bahia; e (iii) sal marinho para abastecimento da planta de Cloro-Soda na Bahia. A Braskem não tem expectativa de retorno das operações na mina de sal-gema.

Até 30 de junho de 2019, não havia exigência para que a Companhia registrasse provisão em decorrência desse incidente e dos processos judiciais relacionados. A Braskem também tem incorrido em custos operacionais significativos referentes à investigação das causas dos eventos, às condições operacionais e de segurança de suas minas e a determinadas atividades de remediação nos bairros afetados. Além disso, devido às mudanças descritas acima que a Companhia teve de fazer em sua estrutura e operações logísticas, a taxa média de operação das plantas de PVC se manteve em 48% durante o segundo trimestre de 2019, o que prejudicou e deve continuar prejudicando as margens de lucro operacional desse negócio.

Não é possível garantir que a Companhia não será impactada por efeito adverso significativo de desenvolvimentos futuros relacionados ao incidente em Alagoas, que estão em constante evolução e sujeitos a uma série de fatores fora do controle da Braskem. Em cooperação com as autoridades competentes, foram encomendados estudos e investigações que estão em andamento, e a Companhia espera que eles sejam entregues em breve. Outras autoridades competentes poderão iniciar investigações adicionais ou ações judiciais buscando impor sanções, penalidades ou multas à Companhia. Terceiros também poderão pleitear indenização em face da Braskem, em decorrência dos alegados danos causados pelos fatos descritos acima. Esses estudos e investigações, os processos judiciais descritos acima e outros novos desenvolvimentos poderão resultar em conclusões, decisões (inclusive mediante recursos) e medidas que podem afetar negativamente os negócios e operações da Braskem. A Companhia pode vir a ter de desembolsar valores adicionais, registrar provisões futuras ou ser alvo de bloqueio de bens ou pagamentos ou depósitos obrigatórios em dinheiro. A Braskem poderá incorrer em custos operacionais significativos adicionais referentes a atividades de remediação, ações para proteção da segurança das comunidades afetadas e indenização das pessoas afetadas pelo evento. Poderá também decidir a qualquer tempo, voluntariamente ou não, tomar medidas de remediação que possam ter efeitos recorrentes ou não recorrentes em seu negócio. Embora a Braskem esteja cooperando continuamente com as autoridades competentes e as comunidades do entorno, a Companhia também tem avaliado ativamente planos de contingência e remediação que abordam as questões descritas acima e espera tomar decisões sobre o desenvolvimento e implementação desses planos em breve que, a depender dos estudos e investigações em curso, poderão incluir fechamento permanente de alguns dos poços com a realocação de um número significativo de pessoas, o que poderá envolver custos adicionais relevantes e outros efeitos adversos para a Companhia. Além disso, a Braskem poderá decidir ou ser compelida a fazer mudanças adicionais em seu modelo de negócio.

Adicionalmente, a Companhia poderia enfrentar dificuldades em obter e manter licenças operacionais, além de sofrer danos à sua reputação após a ocorrência de tal evento. Os produtores petroquímicos estão eventualmente sujeitos a percepções de mercado desfavoráveis

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

devido ao impacto ambiental de seus negócios, o que pode ocasionar um efeito adverso nos resultados de suas operações.

Além disso, a Companhia, assim como outras produtoras petroquímicas, está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais relacionados à saúde humana, ao manejo, armazenamento, transporte, tratamento, eliminação e descarte de resíduos e substâncias perigosas no meio ambiente. As operações da Companhia no Brasil, inclusive das nossas controladas Cetrel S.A. ("Cetrel") e Distribuidora de Água Camaçari S.A. ("DAC") responsáveis pela prestação de serviços ambientais e de fornecimento de água para as empresas do Polo de Camaçari, no estado da Bahia, por exemplo, estão sujeitas a diversas leis, regulamentos, regras e despachos federais, estaduais e municipais relativos à poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenagem, gestão, transporte, tratamento e descarte e remediação de substâncias perigosas e resíduos. O governo brasileiro promulgou em 1998 a Lei de Crimes Ambientais, que impõe sanções criminais a empresas e indivíduos causadores de danos ambientais. Empresas condenadas por poluição podem ser multadas em até R\$ 50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser proibidas de prestar serviços para o governo, ter de reparar os danos causados e perder determinados benefícios e incentivos fiscais. Diretores, conselheiros e outros indivíduos podem ser sujeitos a até cinco anos de prisão por crimes ambientais.

As operações da Companhia nos Estados Unidos, na Alemanha, na Europa e no México estão sujeitas a um grande número de leis, regulamentos, normas e portarias federais, estaduais e locais daqueles países relativas a poluição, proteção do meio ambiente e geração, armazenamento, manuseio, transporte, tratamento, descarte e reparação de substâncias e resíduos perigosos. As leis e regulamentos ambientais dos Estados Unidos podem responsabilizar a Companhia pela conduta de terceiros ou por atos que, quando praticados, cumpriam os requisitos então aplicáveis, a despeito de negligência ou falha. São de particular importância nesse sentido (1) os programas reguladores a serem estabelecidos para implementar normas de qualidade do ar de acordo com as Normas Nacionais para a Qualidade do Ar Ambiente no tocante a ozônio e partículas finas, promulgadas pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos Estados Unidos e (2) várias medidas legislativas e reguladoras atualmente em fase de análise, discussão ou implementação nos Estados Unidos que versam sobre as emissões de gases do efeito estufa. No Brasil, a Companhia é signatária do programa Atuação Responsável, promovido pela ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química), uma iniciativa da indústria química global destinada a demonstrar seu comprometimento voluntário na melhoria contínua de seu desempenho em saúde, segurança e meio ambiente. Da mesma forma, nos Estados Unidos, a Companhia é signatária do programa "Responsible Care", promovido pelo American Chemistry Council (ACC). No México, a Companhia aderiu ao programa de responsabilidade integral promovido pela Associação Nacional de Indústria Química do país (ANIQ), que se baseia na norma de atuação responsável utilizada nos Estados Unidos e no Canadá.

O cumprimento de tais rigorosas regulações ambientais e de outro tipo exigem investimentos significativos. A Companhia registrou gastos anuais consolidados com controles ambientais nos valores de R\$ 353,3 milhões em 2018, R\$ 330,1 milhões em 2017 e R\$ 427,1 milhões em 2016, incluindo investimentos, tratamento de resíduos e efluentes, gestão de emissões, licenças ambientais, passivo ambiental e outros gastos ambientais. Adicionalmente, exigências reguladoras em evolução poderiam exigir dispêndios significativos de capital adicional dependendo da época da adoção e entrada em vigor das correspondentes normas específicas. Ademais, mudanças nos regulamentos ambientais poderiam inibir ou interromper as operações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da Companhia ou exigir modificações em suas instalações. Desta forma, questões ambientais, de saúde ou segurança podem resultar em custos ou passivos significativos e não previstos.

A Companhia pode ainda, eventualmente, envolver-se em reclamações, disputas ou litígios relacionados a riscos e passivos ambientais, relacionados a saúde e segurança, entre outros.

4.1.6 A Companhia está exposta a comportamentos de funcionários e não funcionários que podem ser incompatíveis com os seus padrões éticos e de conformidade. Caso não sejam prevenidos, detectados ou remediados a tempo, tais comportamentos e/ou vulnerabilidades de processos poderiam impactar material e negativamente os resultados das operações e a situação financeira da Companhia.

Os negócios da Companhia, inclusive o seu relacionamento com terceiros, são orientados por princípios éticos. A Braskem utiliza o Código de Conduta, a Política Global do Sistema de Conformidade, a Política Anticorrupção e diversas políticas internas criadas para orientar seus administradores, funcionários e terceiros e reforçar seus princípios e normas de comportamento ético e conduta profissional. A Companhia mantém ainda um canal de denúncia (chamado “Linha de Ética”), disponível para funcionários e não funcionários (inclusive terceiros). Todas as denúncias são investigadas e encaminhadas para avaliação do Comitê de Ética.

A Companhia está sujeita ao risco de os seus funcionários, terceiros ou contrapartes em negócios se envolverem em atividades fraudulentas, atos de corrupção ou suborno, contornarem ou anularem os seus controles e procedimentos internos, ou se apropriarem indevidamente ou manipularem ativos da companhia para fins de obtenção de vantagem pessoal ou empresarial. Caso a Companhia acredite ou tenha motivos para acreditar que os seus funcionários ou agentes tenham ou possam ter violado qualquer legislação anticorrupção aplicável, inclusive a FCPA, a Companhia poderá ter de investigar ou contratar uma investigação independente dos fatos e circunstâncias relevantes, o que pode ter um alto custo e exigir tempo e atenção substanciais dos seus altos executivos. A Companhia possui um robusto Programa de Conformidade e Combate à Corrupção em processo de implementação nas suas diversas áreas, que inclui diversos processos para identificar, monitorar e mitigar tais riscos, porém tal programa pode não ser totalmente eficaz.

Como resultado da Investigação realizada de março de 2015 a dezembro de 2016, a Companhia apurou a existência de deficiências em seus controles internos de divulgação financeira em 31 de dezembro de 2016. A Companhia identificou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

deficiências relevantes com relação (i) ao seu ambiente de controle e aos controles e programas de combate à corrupção criados para prevenir e detectar violações ao FCPA e a outras leis anticorrupção aplicáveis, (ii) à revisão e aprovação da reconciliação e pagamentos realizados manualmente, e (iii) à revisão das contas do livro caixa utilizadas para registrar comissões devidas e pagas. Tais deficiências relevantes foram identificadas principalmente devido à detecção de diversas deficiências nos controles e erros durante a Investigação. Vide Item 5.3 – Descrição dos controles internos.

Uma deficiência relevante é definida como uma deficiência, ou uma combinação de deficiências, nos controles internos de divulgação financeira que resulte na possibilidade razoável de não ser possível prevenir ou detectar a tempo um erro material nas demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intermediárias da Companhia.

A Companhia vem implementando diversos esforços de remediação visando melhorar seus sistemas de governança e conformidade. Vide Item 5.3 – Descrição dos controles internos. Contudo, tais melhorias podem não ser totalmente eficazes e alguns dos funcionários e não funcionários da Companhia podem adotar comportamentos incompatíveis com os seus padrões éticos e de conformidade, a Companhia poderá incorrer em erros contábeis durante divulgações financeiras futuras, e portanto não é possível garantir a inexistência futura de novas deficiências materiais em seus controles internos de divulgação financeira. Qualquer descumprimento pela Companhia – real ou percebido – dos princípios de conformidade ou das obrigações de governança ou regulatórias aplicáveis poderia prejudicar a sua reputação e imagem, limitar a sua capacidade de obter financiamento e ainda ter um impacto material adverso nos resultados das suas operações e na sua situação financeira.

4.1.7 O desfecho desfavorável de processos em curso pode diminuir nossa liquidez e afetar negativamente nosso desempenho e nossa situação financeira.

A Companhia é e pode voltar a ser no futuro parte em numerosas disputas tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo, entre outros aspectos, reivindicações monetárias. Se forem proferidas decisões desfavoráveis em um ou mais desses processos, a Companhia poderá ter de pagar quantias substanciais. Para alguns desses processos, não foi constituída provisão no balanço patrimonial, ou foram constituídas provisões para parte dos montantes em questão, com base na avaliação da administração e no parecer dos advogados quanto à probabilidade de perda nesses processos.

Em julho de 2015, duas ações coletivas foram movidas contra a Companhia e alguns dos seus, então, atuais e ex-diretores e conselheiros (Réus) no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova York, ou Tribunal dos EUA. As ações forem consolidadas posteriormente sob o nome de *In re Braskem, S.A. Securities Litigation*, N° 15-cv-5132. Em novembro de 2015, a Boilermaker-Blacksmith National Pension Trust (Autor Líder) protocolou uma ação coletiva consolidada com alegações nos termos da Seção 10(b) e Seção 20(a) do Exchange Act, em nome de um conjunto de adquirentes dos *American Depositary Receipts* da Companhia (ADRs) no período de 1º de junho de 2010 a 11 de março de 2015. Na demanda vigente, o Autor Líder alega que os Réus fizeram declarações falsas ou omitiram informações, causando o aumento do preço das ações da Companhia, e violando a legislação aplicável a valores mobiliários dos Estados Unidos. A companhia protocolou um pedido de rejeição da denúncia (*motion to dismiss*) em 06 de julho de 2016. No dia 31 de março de 2017, o Tribunal dos EUA proferiu decisão sobre o pedido de *motion to dismiss*, acolhendo parcialmente os seus argumentos. As partes assinaram um acordo proposto em 14 de setembro de 2017, e o Tribunal dos EUA proferiu aprovação final para o acordo e decisão de rejeitar a ação e extinguir as reivindicações dos membros da ação coletiva em 21 de fevereiro de 2018. Nos termos da proposta de acordo, a Companhia teve de pagar US\$ 10 milhões para solucionar todas as reivindicações da classe de compradores de ADRs da Companhia no período de 15 de julho de 2010 a 11 de março de 2015, decorrentes de ou relacionadas ao objeto da ação coletiva. Realizamos o Depósito Judicial do valor do acordo (sob a jurisdição do Tribunal) no dia 02 de outubro de 2017, e o Administrador das Reivindicações organizará sua distribuição após o tribunal proferir ordem de distribuição de classe. A proposta de acordo não representa a admissão, por parte da Companhia, de qualquer ato ilícito ou responsabilidade, e está sujeita a diversas condições, inclusive aprovação pela justiça. Além disso, a Companhia poderá tornar-se réu em outras ações na justiça e ter de, conforme os limites legais e regulatórios aplicáveis, indenizar conselheiros, diretores e funcionários que se tornaram réus em ações coletivas de títulos e valores mobiliários e em quaisquer outras ações que possam ser movidas no futuro. Para mais informações sobre processos judiciais, vide “Item 4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevantes”.

4.1.8 Agitações trabalhistas podem afetar nossas operações significativa e negativamente.

Agitações trabalhistas em nossas plantas e instalações podem produzir um efeito negativo relevante em nossa condição financeira ou resultados operacionais. Por exemplo, em agosto de 2010, os funcionários sindicalizados da planta em Neal, West Virginia, entraram em greve e, durante esse período, a planta foi operada pela gerência até maio de 2011, quando a Braskem America assinou um novo acordo coletivo. Embora a Companhia acredite que mantenha um bom relacionamento com seus funcionários, ações trabalhistas futuras, inclusive greves, podem ter um impacto negativo substancial em seu desempenho financeiro.

4.1.9 Desastres naturais, condições climáticas extremas e gerais podem afetar os negócios da Braskem significativa e negativamente.

Algumas das instalações da Companhia estão localizadas em regiões que podem ser afetadas por desastres naturais, tais como inundações, terremotos, furacões, tornados e outros, o que poderia causar a interrupção de suas operações ou das operações de seus clientes, além de prejudicar ou destruir a infraestrutura necessária para transportar os produtos da Companhia como parte da cadeia de fornecimento. Tais eventos poderiam exigir a realização de paradas de manutenção, causar atraso nas entregas do estoque existente ou resultar em reparos custosos, substituição de equipamento ou outros custos, todos os quais poderiam produzir um impacto negativo e material no desempenho financeiro da Companhia.

Embora a política de riscos relativos à energia da Braskem prevê a compra antecipada de energia a preços fixos por meio de contratos de longo prazo, a maior parte da capacidade instalada de geração de energia do Brasil é fornecida por usinas hidrelétricas de geração. Se a quantidade de água disponível para produtores de energia passar a ser escassa, devido à estiagem ou a desvios para outras aplicações, o custo da energia poderia sofrer um aumento. Essas condições teriam um efeito adverso significativo sobre nossas vendas e margens.

4.1.10 A Companhia poderia ser impactada materialmente por violações ao Foreign Corrupt Practices Act nos EUA, à Lei Anticorrupção no Brasil e leis anticorrupção similares.

A Companhia, suas controladas e coligadas estão sujeitas a diversas leis anticorrupção, entre elas a Lei nº. 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção no Brasil, que entrou em vigor em 28 de janeiro de 2014, e o FCPA, ou Lei de Combate a Práticas de Corrupção dos EUA, além de diversas outras leis anticorrupção e de combate a práticas de suborno em outras jurisdições.

A FCPA, a Lei Brasileira Anticorrupção e outras legislações similares de combate à prática de suborno em outras jurisdições proíbem companhias e seus agentes de realizar pagamentos indevidos a agentes públicos ou outras pessoas para fins de obtenção ou manutenção de negócios. Qualquer violação a tais leis poderá resultar em sanções criminais ou cíveis, comprometimento de negócios atuais ou futuros com parceiros de negócios, medidas cautelares contra condutas futuras, comprometimento de lucros, proibição de participação direta ou indireta em determinados tipos de negócios, perda de licenças ou outras restrições que poderiam causar um impacto material adverso nos negócios, situação financeira, resultado das operações ou liquidez da Companhia. Por exemplo, vide “—A Companhia poderá ser negativamente impactada pelos efeitos do Acordo Global” para saber mais sobre os impactos das alegações contra a Companhia por pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato.

4.1.11 A Companhia poderá ser negativamente impactada pelos efeitos do Acordo Global.

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, contratamos experts em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações (“Investigação”) e reportarem os seus resultados. A Companhia cooperou e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG). Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o MPF (Acordo MPF), homologado pela justiça brasileira em 06 de junho de 2017, e outros dois acordos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

com o DoJ e a SEC, os quais foram homologados pela justiça americana em 26 de janeiro de 2017 e em 28 de fevereiro de 2017, respectivamente. Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2016, com base na colaboração da Companhia, a OAG concluiu suas investigações sobre os temas e emitiu uma ordem de encerramento do caso. Referimo-nos a estas ações como Acordo Global.

Nos termos do Acordo Global, a Companhia concordou em pagar às autoridades de tais jurisdições o valor total de US\$ 957 milhões (equivalente a R\$ 3,1 bilhões), com base na taxa de câmbio de R\$ 3,27 por dólar norte-americano, aplicável na época da negociação. Da multa total estabelecida no Acordo Global, a Companhia já desembolsou US\$ 588 milhões (R\$ 1,9 bilhão), conforme abaixo:

- US\$ 94,9 milhões (R\$ 296,6 milhões) para o DoJ em 08 de fevereiro de 2017;
- US\$ 65,0 milhões (R\$ 206,5 milhões) para a SEC em 27 de abril de 2017;
- CHF 30,2 milhões (R\$ 104,3 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2017;
- R\$ 736,4 milhões para o MPF em 06 de julho de 2017;
- R\$ 267,9 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2018;
- CHF 16,1 milhões (R\$ 62 milhões) para a OAG em 28 de junho de 2018; e
- R\$ 278 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2019.

O restante, no valor de US\$369 milhões (R\$ 1,2 bilhão) em aberto será pago conforme abaixo:

- CHF 48,2 milhões à OAG relacionado às três parcelas anuais restantes de CHF 16,1 milhões em 30 de junho de cada ano a partir de 2019; e
- R\$ 1 bilhão ao MPF em quatro parcelas anuais restantes, devidas em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2020.

Como garantia pelo pagamento das parcelas em aberto, a Braskem ofereceu em garantia ativos imobilizados no valor correspondente a uma parcela anual.

O MPF destinará a maior parte dos valores recebidos com base no Acordo MPF para a reparação das vítimas dos atos ilícitos, inclusive outras autoridades e entes públicos, tendo o MPF se comprometido ainda a empreender gestões perante tais autoridades ou entidades públicas, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista com as quais a Braskem venha a iniciar tratativas relativas aos fatos abordados pelo Acordo Global, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade. Nesse sentido, conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018 e fato relevante em 27 de maio de 2019, a Companhia se engajou em processo de cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), tendo o Conselho de Administração aprovado a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades ("Acordo CGU/AGU"). O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU/AGU. Atendendo à solicitação da Companhia e do MPF, em 28 de maio de 2019, a Justiça Federal homologou a destinação dos recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU, devendo as parcelas vincendas serem corrigidas pela taxa SELIC a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025. Referimo-nos ao Acordo CGU/AGU em conjunto com o Acordo Global como Acordos.

Os Acordos-não eximem a Braskem de responder a outros terceiros com interesse legítimo que busquem indenização por danos causados em relação aos fatos cobertos pelos Acordos. Portanto, não é possível assegurar que o montante total acordado será suficiente para a reparação integral de todas as vítimas. A Companhia pode ser obrigada a realizar desembolsos adicionais para cobrir tais demandas. Outras autoridades com jurisdição sobre a Braskem podem vir a buscar a aplicação de novas sanções pecuniárias ou multas ou a instauração de novas investigações sobre a Companhia.

A Companhia seguirá cooperando com as autoridades públicas com as quais firmou os Acordos e implementando melhorias em suas práticas de conformidade e combate à corrupção. A Companhia permanece sujeita a monitoramento externo por um período de três anos a partir de 2017, período durando o qual cabe aos monitores verificará o cumprimento do Acordo Global, inclusive a eficácia de controles, políticas e procedimentos internos para redução do risco de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

descumprimento das leis anticorrupção. O período de monitoria poderá se encerrar antecipadamente ou se estender por mais um ano, à critério das autoridades, dependendo da evolução do cumprimento do Acordo Global pela Companhia. Os monitores podem recomendar alterações nas políticas e procedimentos que a Companhia deverá adotar, salvo se estas forem excessivamente onerosas ou desaconselháveis. Nestes casos, a Companhia poderá propor alternativas, as quais poderão não ser aceitas pelas autoridades. A operação sob a observação do monitor provavelmente exigirá que os membros da administração assumam responsabilidades adicionais. Os custos que poderão ser incorridos com o cumprimento do Acordo Global poderão impactar material e negativamente a Companhia ao exigir esforços da administração e tirar a sua atenção do curso normal dos negócios.

A Braskem está em dia com todas as suas obrigações decorrentes dos Acordos.

4.1.12 O controle da Companhia pode ser adquirido, ou pode estar sujeito a tentativas de aquisição, o que poderia levar a uma mudança na administração, mudanças significativas nas estratégias atuais, ou práticas diversas de governança corporativa.

No dia 15 de junho de 2018, a Companhia foi informada pela Odebrecht S.A., ou Odebrecht, sobre o início de discussões entre a Odebrecht e a LyondellBasell Industries N.V., ou LyondellBasell, a respeito de uma potencial operação envolvendo a transferência de toda a participação da Odebrecht na Companhia para a LyondellBasell. A Odebrecht informou ainda que as negociações eram preliminares e que a conclusão de tal operação estaria sujeita, entre outras condições, a um procedimento de *due diligence*, negociação dos acordos definitivos e todas as aprovações necessárias. Na data deste relatório anual, a Companhia não tem conhecimento de qualquer obrigação vinculante entre a LyondellBasell e a Odebrecht S.A. resultante de tais negociações. Não é possível garantir que tal negociação resulte em uma transação bem-sucedida. Caso tais operações sejam efetivadas, as mesmas condições acordadas entre a Odebrecht e a LyondellBasell serão estendidas aos demais acionistas da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social. A alteração do controle da Companhia poderia levar a uma mudança na administração, a mudanças significativas nas estratégias atuais, ou a práticas diversas de governança corporativa.

4.1.13 As condições econômicas, políticas e empresariais do país, bem como as políticas econômicas e outras políticas do governo brasileiro, podem afetar negativamente a demanda por nossos produtos, nossa receita líquida de vendas e desempenho financeiro em geral

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenção frequente e por vezes ampla do governo brasileiro, bem como por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro, com frequência, altera as políticas monetária, tributária, creditícia, tarifária e outras com o fim de influenciar o curso da economia do Brasil. As medidas tomadas pelo governo brasileiro visando controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram controles de salários e preços, bloqueio do acesso a contas bancárias, imposição de controles de capital e limitações às importações.

Nossos resultados operacionais e nossa situação financeira e patrimonial podem ser negativamente afetados por fatores tais como:

- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial;
- taxas de juros;
- inflação;
- políticas tributárias;
- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- liquidez nos mercados financeiros e creditícios internos e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais, econômicos e empresariais no Brasil ou que afetem o país.

Os mercados brasileiros vêm enfrentando elevada volatilidade em decorrência das incertezas oriundas das investigações sobre corrupção das operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência e outras, conduzidas pelo Ministério Público Federal, e seus impactos sobre a economia e o ambiente político brasileiro. Alguns membros e ex-membros do governo

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

brasileiro e do poder legislativo, bem como altos executivos da empresa estatal, e nossa acionista, Petrobras, estão sendo acusados de corrupção política. Alega-se que tais autoridades públicas e ex-altos executivos tenham aceitado propina por meio de comissões sobre contratos entre a Petrobras e diversas companhias dos setores de infraestrutura, petróleo e gás e construção civil, incluindo o acionista controlador da Companhia, Odebrecht. Atualmente, não é possível prever o impacto da Operação Lava Jato e investigações relacionadas, e de quaisquer decisões e ações futuras das autoridades em relação aos acionistas sobre a Companhia. Os lucros dessas comissões podem ter financiado campanhas de partidos políticos do governo federal, estadual e municipal através de doações não contabilizadas ou não divulgadas publicamente, além de ter causado o enriquecimento pessoal dos receptores do esquema de propina. Como resultado da Operação Lava Jato em curso, vários políticos e ex-políticos que ocupam altos cargos, incluindo deputados e senadores, e executivos das maiores empresas estatais no Brasil renunciaram ou foram presos. Autoridades eleitas do alto escalão e outras autoridades públicas no Brasil estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal identificada durante a Operação Lava Jato.

O desfecho possível de tais investigações é incerto, mas eles têm afetado de forma negativa e devem continuar afetando o mercado brasileiro e os preços dos valores mobiliários de emissores brasileiros. A Companhia não pode prever se as alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se surgirão no futuro novas alegações contra autoridades públicas ou outras empresas no Brasil. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado de tais alegações nem seus efeitos na economia brasileira. O desenvolvimento destes casos de conduta antiética pode ter um efeito adverso material sobre a Companhia.

Além disso, o cenário político no Brasil tem se caracterizado pela forte instabilidade nos últimos anos. A condenação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os potenciais recursos jurídicos contínuos podem intensificar ainda mais a instabilidade político-econômica. Além disso, após uma acirrada disputa presidencial, o ex-deputado Jair Bolsonaro tornou-se o presidente do Brasil a partir de 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo a divisão política no Brasil surgida antes das eleições continuará sob a presidência de Jair Bolsonaro e os efeitos de tal divisão sobre a capacidade do Presidente Bolsonaro governar o Brasil e implementar reformas. Qualquer continuação de tal divisão poderia resultar na paralisação do Congresso, incerteza política e protestos e/ou greves que poderiam afetar material e negativamente as operações da Companhia. Incertezas relativas à implementação pelo novo governo de mudanças relacionadas a políticas monetárias, fiscais e previdenciárias, bem como à respectiva legislação, podem contribuir para a instabilidade econômica. Tais incertezas e medidas adotadas pelo novo governo podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos e valores mobiliários brasileiros emitidos no exterior.

4.1.14 O eventual rebaixamento na classificação de risco do Brasil, da Companhia ou de seus títulos de dívida provavelmente resultaria em aumentos das taxas de juros e de outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, podendo reduzir sua liquidez.

Atualmente, a Standard & Poor's Ratings Group, uma divisão da McGraw Hill, Inc. ou Standard and Poor's, e a Fitch Ratings Ltd. ou Fitch, atribuem classificações à Companhia em escala nacional e global. A Moody's Investors Service, Inc. (Moody's) apenas atribuiu classificação à Companhia em escala global. Em escala global, a classificação de crédito da Companhia é a seguinte: (i) Standard & Poor's de brAAA com perspectiva estável; (ii) Fitch Ratings de AAA com perspectiva estável; e (iii) Moody's de Ba1 com perspectiva estável. A classificação de crédito da Companhia é sensível a qualquer variação da nota de crédito soberana do Brasil. A classificação de crédito do governo federal brasileiro foi rebaixada em janeiro de 2018, e não conta com o grau de investimento pelas principais agências há vários anos. Qualquer decisão dessas agências de classificação de rebaixar as classificações da Companhia e seus títulos de dívida no futuro teria como provável resultado o aumento das taxas de juros e outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, e a inclusão de *covenants* financeiros nos instrumentos que regulem novas dívidas, podendo reduzir expressivamente a capacidade de captação de recursos da Companhia em condições satisfatórias ou nos valores necessários para assegurar sua liquidez, bem como obrigar a Companhia a emitir garantia em dinheiro em decorrência de suas obrigações, ou de letras de crédito para lastrear garantias dadas pela Companhia no âmbito do Complexo do México.

4.1.15 Decisões de tribunais brasileiros que exijam que os pagamentos das obrigações relativas a títulos ou garantias

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da Braskem sejam exigidas exclusivamente em Reais.

Caso sejam instaurados processos em tribunais brasileiros buscando exigir que a Companhia cumpra as obrigações assumidas com relação às suas ações, ADSs ou garantias relativas às notas sênior ou outro tipo de endividamento da Companhia, poderia ser exigido que a Braskem pague suas obrigações em outras moedas que não o Real. Qualquer decisão obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações relativas às ações, ADSs, garantias ou outras dívidas seria expressa em Reais. Não é possível garantir que o respectivo valor em Reais seja suficiente para cobrir plenamente os valores devidos aos detentores de ações, ADSs, notas sênior ou outras dívidas exigidos em tal litígio.

4.1.16 Uma vez que a Braskem Finance Limited e a Braskem Netherlands Finance B.V. não possuem operações próprias, os detentores das notas sênior em aberto emitidas pela Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance B.V. dependem que a Braskem forneça à Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance B.V., respectivamente, recursos suficientes para os pagamentos devidos no âmbito de tais notas.

As operações da Braskem Finance Limited, subsidiária integral da Braskem constituída nas Ilhas Cayman, e Braskem Netherlands Finance B.V., ou Braskem Netherlands Finance, subsidiária integral indireta da Braskem constituída sob as leis da Holanda, consistem exclusivamente na emissão e realização de pagamentos das respectivas notas sênior e outras dívidas do mesmo nível das notas sênior, e na utilização dos recursos obtidos com tais emissões, conforme permitido pelos acordos que regem tais emissões, inclusive a realização de empréstimo dos recursos obtidos com as notas sênior e outras dívidas incorridas pela Braskem Finance Limited e Braskem Netherlands Finance à Braskem e suas controladas. Com isso, a capacidade da Braskem Finance Limited e da Braskem Netherlands Finance de pagamento do principal, juros e outros valores devidos pelas notas sênior em aberto de suas emissões e outras dívidas dependerá das condições financeiras e resultados operacionais da Braskem e suas controladas, que são devedoras da Braskem Finance Limited ou da Braskem Netherlands Finance, respectivamente. Na hipótese de uma eventual piora da condição financeira ou resultados operacionais da Braskem e suas controladas que são devedoras da Braskem Finance Limited ou da Braskem Netherlands Finance, tais entidades podem não ser capazes de cumprir suas obrigações com relação à dívida perante a Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance, conforme o caso, o que levaria a Braskem Finance Limited ou Braskem Netherlands Finance, conforme o caso a não dispor de recursos suficientes para repagar todos os valores devidos pelas ou com relação às respectivas notas sênior em aberto.

4.1.17 O Garantias fidejussórias da Braskem serão subordinadas às obrigações de dívida da Braskem com garantia real e subordinadas às obrigações de dívidas das controladas e sociedades sob controle comum da Braskem.

Os títulos de dívida não subordinados e sem garantia real em aberto (outstanding unsecured senior notes) são integralmente garantidos pela Braskem. As garantias fidejussórias prestadas pela Braskem constituem obrigações não subordinadas e sem garantia real. Tais garantias estão no mesmo patamar de qualquer dívida não subordinada sem garantia já existente ou futura, no que se refere à direitos de pagamento. Embora as garantias assegurem aos detentores de títulos de dívida não subordinada (bondholders) um crédito quirografário, o pagamento de tais garantias estará subordinado às dívidas garantidas (secured) da Braskem na proporção dos ativos e propriedades que estejam garantindo tal dívida. T

Na hipótese de liquidação ou reorganização societária da Braskem, quaisquer direitos dos detentores de títulos de dívida (bondholders) relacionados à execução das garantias prestadas pela Braskem com o objetivo de (i) participar nos ativos da Braskem, incluindo o capital social de suas subsidiárias e sociedades sob controle comum, estarão sujeitos às reivindicações anteriores feitas pelos credores com garantia real da Braskem; e (ii) participar nos ativos das subsidiárias da Braskem e sociedades sob controle comum, estarão sujeitos às reivindicações anteriores feitas pelos credores de tais subsidiárias e sociedades sob controle comum. As escrituras dos títulos de dívida não subordinados e sem garantia real da Braskem incluem covenant limitando a capacidade da Braskem e suas subsidiárias em constituir penhores e outros tipos de garantia, apesar de tal limitação estar sujeita à diversas exceções.

O Complexo Petroquímico do México foi financiado por meio de uma estrutura de Project Finance, na qual o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financiamento da construção deverá ser pago exclusivamente através do caixa gerado pela própria companhia. A referida estrutura de financiamento contou com o oferecimento de garantias típicas para transações desse tipo, tais como ativos, recebíveis, geração de caixa e outros direitos da Braskem Idesa.

Em 31 de dezembro de 2018, a Braskem possuía (1) dívida corporativa consolidada, líquido de custos de transação, de R\$ 25.192,7 milhões (US\$ 5.501,7 milhões) e (2) dívida consolidada (project finance) associada ao Complexo Petroquímico do México de R\$ 10.504,6 milhões (US\$ 2.711,0 milhões). Da dívida corporativa consolidada, R\$ 1.982,1 milhões (US\$ 511,5 milhões) correspondem à dívida não garantida pela Braskem S.A., R\$ 188,9 milhões (US\$ 48,8 milhões) à dívida garantida pela Braskem S.A., R\$ 23.016,8 milhões (US\$ 5.940,0 milhões) à dívida não garantida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Idesa S.A.P.I.), R\$ 4,8 milhões (US\$ 1,2 milhão) em dívida garantida das controladas e sociedades de propósito específico da Braskem (que não a Braskem Idesa S.A.P.I.).

A Braskem conduz parte de suas atividades por meio de controladas e sociedades sob controle comum. Ao realizar os pagamentos das garantias dos títulos de dívida não subordinados em aberto, a Braskem dependerá, parcialmente, do fluxo de caixa de tais controladas e sociedades sob controle comum, principalmente na forma de pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio. A capacidade de tais controladas e sociedades sob controle comum de realizar o pagamento de dividendos à Braskem será afetada, entre outros fatores, por suas obrigações perante credores, exigências da legislação societária brasileira e de outras leis, e restrições impostas por acordos celebrados por ou relacionados a tais empresas. Caso tais controladas e sociedades sob controle comum deixem de realizar pagamentos de dividendos à Braskem devido à insuficiência de fluxo de caixa, a Braskem poderá ter de utilizar o seu próprio fluxo de caixa para realizar os pagamentos relativos aos títulos de dívida não subordinados em aberto.

4.1.18 As obrigações da Braskem com relação às garantias das notas sênior em aberto são subordinadas a determinadas preferências legais.

Segundo a legislação brasileira, as obrigações da Braskem com relação às garantias das notas sênior em aberto são subordinadas a determinadas preferências previstas em lei. No caso de liquidação, declaração de falência ou pedido de recuperação judicial da Braskem, tais preferências legais, inclusive ações pós-pedido de falência, ações de exigência de salários, remuneração, seguridade social, tributos e custas legais e direitos garantidos por bens, entre outros, terão preferência sobre demais ações, inclusive ações instauradas por quaisquer investidores com relação às garantias. Neste caso, a execução das garantias poderá não ocorrer, e os detentores das notas sênior em aberto poderão não conseguir receber os valores devidos com relação às notas sênior em aberto.

4.1.19 Flutuações ou alterações das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço de nossa dívida ou reduzir a receita financeira da Companhia, prejudicar o seu desempenho financeiro como um todo.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre a dívida com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrava, entre outras obrigações:

- R\$ 0,5 milhão de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela TLP (anteriormente referenciados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), relacionadas a contratos anteriores a 1º de janeiro de 2018);
- R\$ 489,6 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário);
- R\$ 211,2 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- R\$ 1.957,9 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela taxa LIBOR (*London Interbank Offered Rate*).

A TLP incorpora um fator de inflação, sendo fixada trimestralmente pelo Banco Central. A TLP, a taxa CDI e a taxa SELIC apresentaram expressivas oscilações no passado, em função da expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Vide “Item 4.2. Descrição dos Principais Riscos”. Um aumento significativo de qualquer uma dessas taxas de juros poderia afetar negativamente nossas despesas financeiras e nossos resultados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financeiros como um todo.

Além disso, como resultado de preocupações com relação à precisão do cálculo da LIBOR, diversos bancos membros da *British Bankers' Association*, ou BBA, celebraram acordos com órgãos reguladores e autoridades responsáveis pela execução das leis com relação à suposta manipulação ou sub-divulgação da LIBOR. Ações tomadas pela BBA, reguladores e autoridades responsáveis pela execução das leis resultantes destes ou de futuros eventos podem alterar a forma de cálculo da LIBOR. Mudanças potenciais, ou incertezas com relação a tais mudanças potenciais, podem impactar adversamente o mercado de dívidas e/ou investimentos baseados na taxa LIBOR. Além disso, mudanças ou reformas na forma como a LIBOR é calculada ou monitorada podem resultar em aumentos ou quedas repentinas ou prolongadas da LIBOR publicada, o que poderia causar um impacto negativo no mercado de dívidas e/ou investimentos baseados na taxa LIBOR.

Em julho de 2017, o chefe da Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (*United Kingdom Financial Conduct Authority*) anunciou o desejo de deixar de utilizar a LIBOR gradativamente até o final de 2021. Neste momento, não é possível prever os efeitos de tais mudanças, qualquer utilização de taxas referenciais alternativas ou qualquer reforma da LIBOR que possa ser implementada no Reino Unido ou em outros países. A eliminação da LIBOR ou quaisquer mudanças ou reformas na forma em que a LIBOR é calculada ou monitorada poderiam causar um efeito material e adverso nas despesas financeiras e/ou receitas financeiras da Companhia e um efeito material e adverso no desempenho financeiro geral da Companhia.

4.1.20 Flutuações da taxa de câmbio real/dólar podem aumentar a inflação no Brasil e aumentar o custo de serviço da dívida da Companhia expressa em moeda estrangeira, podendo, ainda, afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

A taxa de câmbio entre o real e o dólar e as taxas relativas de depreciação e valorização do real afetaram os resultados das operações da Companhia e podem continuar a fazê-lo.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em diversas ocasiões. Nas últimas décadas, o governo brasileiro introduziu vários planos econômicos e várias políticas cambiais, entre as quais desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a periodicidade de ajustes variou de diária a mensal), controles cambiais, mercado de câmbio duplo e regime de câmbio flutuante. Ocorreram oscilações expressivas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar e outras moedas. Na média, em relação ao dólar norte-americano, o real registrou desvalorização de 13,4% em 2014, 47,0% em 2015, valorização de 16,5% em 2016 e 8,5% em 2017, e desvalorização de 14,5% em 2018.

A desvalorização do real em relação ao dólar também poderia resultar em pressões inflacionárias adicionais no Brasil em razão do aumento geral do preço de produtos e serviços importados. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar poderá levar à deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do país, podendo, também, reprimir o crescimento proveniente das exportações.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total da dívida da Companhia em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, somava R\$ 24.167,0 milhões (US\$ 6.237,0 milhões), (incluindo um valor total em aberto de CHF 48,2 milhões (R\$ 189,9 milhões ou US\$ 48,9 milhões quando convertido ao câmbio de 31 de dezembro de 2018) em 31 de dezembro de 2018 relacionado ao Acordo de Leniência) representando 96% do endividamento total, líquido de custos de operação. Tal valor não inclui o montante total de R\$ 10.504,6 milhões (US\$ 2.711,0 milhões) em aberto em 31 de dezembro de 2018 relativo ao Financiamento da Braskem Idesa (conforme definido neste relatório anual). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía o saldo de R\$ 2.698,5 milhões (US\$ 696,4 milhões) de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira, além do montante total de R\$ 963,4 milhões (US\$ 248,6 milhões) de caixa e equivalentes de caixa da Braskem Idesa.

Uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar ou a outras moedas poderia aumentar as despesas financeiras em função de prejuízos cambiais que seriam incorridas pela Companhia e poderia reduzir sua capacidade de honrar o serviço da dívida em moeda estrangeira. A fim de conseguir gerenciar de forma mais eficiente os efeitos das variações na

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

taxa de câmbio sobre seus resultados, em 2013 a Companhia decidiu designar parte de seu passivo denominado em dólar norte-americano como hedge para suas exportações futuras.

Os preços da nafta, a mais importante matéria-prima da Companhia, e de algumas outras matérias-primas, são expressos em dólares ou atrelados ao dólar. Em 2017, a nafta representou, direta e indiretamente, 41,8% do custo consolidado de produtos vendidos em 2018. Quando o real se deprecia em relação ao dólar, o custo em reais das matérias-primas indexadas e denominadas em dólares aumenta, e a receita operacional em reais pode diminuir, na medida em que a Companhia não consegue repassar o custo de tais aumentos a seus clientes.

4.1.21 As medidas de combate à inflação tomadas pelo governo brasileiro poderão contribuir de forma significativa para a incerteza econômica no Brasil e poderão reduzir a demanda dos produtos da Companhia.

Historicamente, o Brasil apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, acarretou efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, especialmente antes de 1995. A taxa de inflação medida pelo Índice Geral de Preços—Disponibilidade Interna (IGP-DI) alcançou 2.708% em 1993. Embora as taxas de inflação tenham sido substancialmente menores a partir de 1995 do que em períodos anteriores, as pressões inflacionárias persistem. As taxas de inflação foram de 5,5% em 2013, 3,8% em 2014, 10,7% em 2015, 7,2% em 2016, -0,4% em 2017 e 7,1% em 2018, conforme a variação do índice IGP-DI. As medidas de combate à inflação, adotadas pelo governo brasileiro, muitas vezes incluíram a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, causando restrição à disponibilidade de crédito e redução na taxa de crescimento econômico. A inflação, as medidas para combatê-la e a especulação pública acerca de possíveis medidas futuras também podem contribuir de forma relevante para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários.

O Brasil poderá voltar a apresentar níveis elevados de inflação. Fatores como a elevação dos preços do petróleo, a depreciação do real e medidas governamentais futuras, buscando a manutenção do valor do real em relação ao dólar, poderão acarretar aumento da inflação brasileira. Períodos de inflação mais alta poderão fazer diminuir a taxa de crescimento da economia brasileira, o que levaria a uma redução da demanda dos produtos da Companhia no Brasil e de suas receitas líquidas de vendas. Também é provável que a inflação aumente alguns dos custos e despesas da Companhia, que talvez não possam ser repassados aos consumidores, o que resultaria em diminuição da margem de lucro e do lucro líquido. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução do lucro líquido. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados internos de capitais e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida de vendas ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam a diminuição do preço de mercado de seus valores mobiliários, incluindo as ações preferenciais classe A e ADSs.

4.1.22 A Companhia poderá buscar oportunidades em aquisições ou investimentos. Caso uma aquisição ou investimento não produza os resultados esperados, ou caso a Companhia não seja capaz de integrar completamente a empresa adquirida, seus negócios poderiam ser afetados negativamente.

A Companhia pode, eventualmente, adquirir ou investir em empresas e negócios complementares. O sucesso de uma aquisição ou investimento dependerá da sua habilidade de realizar estimativas precisas com relação à avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados a tal negócio. Não é possível garantir que tais aquisições ou investimentos produzam os resultados esperados à época da celebração ou conclusão de uma operação. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades de integração das empresas adquiridas, e resultar na dispersão do capital da Companhia e da atenção da sua administração em relação a outras questões e oportunidades de negócios. A Companhia pode não ser capaz de integrar com sucesso as operações adquiridas, inclusive seu pessoal, sistemas financeiros, de distribuição ou procedimentos operacionais. Caso não seja possível integrar aquisições com sucesso, os negócios da Companhia poderiam ser afetados. Além disso, as despesas com a integração de qualquer negócio adquirido e seus resultados operacionais podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Determinadas aquisições, parcerias e joint ventures podem vir a impedir a Companhia de concorrer por certos clientes ou em determinadas linhas de negócio, levando à perda de clientes. A Companhia pode vir a gastar tempo e dinheiro em projetos que não aumentem a sua receita. Caso a Companhia pague o preço de compra à vista, isso reduziria suas reservas de caixa, e caso o preço de compra seja pago em ações, isso diluiria a participação dos seus acionistas. Caso a Companhia pague o preço de compra com recursos provenientes de novas dívidas, isso aumentaria o seu endividamento e poderia afetar negativamente a sua liquidez e restringir suas operações. Os concorrentes da Companhia podem estar dispostos ou ser capazes de pagar mais que a Companhia por aquisições, o que poderia fazer com que a Companhia perdesse oportunidades de aquisição. Não é possível garantir que qualquer aquisição, parceria ou joint venture não cause um efeito material negativo nos negócios, condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

4.1.23 Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com as restrições e cláusulas dos seus contratos de dívida, ela poderia vir a descumprir tais contratos, levando à antecipação do pagamento dos valores emprestados, com impacto na capacidade da Companhia de realizar o pagamento do principal e juros das suas obrigações de dívida.

Qualquer descumprimento dos contratos que regem as dívidas da Companhia que não seja remediado ou dispensado pelo credor do empréstimo poderia resultar na antecipação da obrigação de pagamento de valores em aberto devidos aos detentores de tais dívidas, o que poderia tornar a Companhia incapaz de realizar o pagamento do principal e juros sobre estas e outras obrigações de dívida. Caso a Companhia seja incapaz de gerar fluxo de caixa suficiente e, portanto, incapaz de obter os recursos necessários para realizar os pagamentos de principal e juros sobre suas dívidas, ou deixe de cumprir com qualquer cláusula restritiva prevista nos contratos que regem suas dívidas, a Companhia correria o risco de descumprir tais contratos. Em caso de tal descumprimento:

- os detentores de tais dívidas poderiam optar por declarar imediatamente devidos os valores de tais empréstimos, além de quaisquer juros acumulados e não pagos;
- os credores dos empréstimos nos termos de tais acordos poderiam rescindir tais contratos e deixar de realizar empréstimos no futuro; e
- a aceleração de tais dívidas poderia ensejar a aceleração-cruzada de disposições de outros contratos de financiamento celebrados pela Companhia; e
- a Companhia poderia ser forçada a declarar falência ou ser liquidada.

Embora o Complexo Petroquímico do México esteja totalmente operacional e a Braskem Idesa tenha cumprido e continue cumprindo com os seus requisitos de serviço da dívida e demais pagamentos de obrigações nos termos da sua emissão de US\$ 3.194 milhões de linha sindicalizada sênior garantida, ocorreram eventos de descumprimento que ainda não foram sanados. Tais eventos de descumprimento garantem ao credor o direito de antecipar o vencimento desta dívida e requerer remediação através das garantias oferecidas por tal linha, que incluem o Complexo Petroquímico do México e as ações em circulação da Braskem Idesa. A Braskem Idesa solicitou a dispensa de tais obrigações descumpridas e está atualmente negociando tal dispensa com o agente intermediário de tal linha. Contudo, não é possível garantir que o agente de crédito intermediário e os credores do empréstimo concordarão em conceder tal dispensa ou, ainda que concordem em conceder tal dispensa, se tal dispensa implicará em obrigações adicionais a serem cumpridas pela Braskem Idesa.

No futuro, a Companhia poderá ter de obter dispensa de outras obrigações de dívida para evitar estar em descumprimento. Caso a Companhia descumpra quaisquer cláusulas restritivas dos seus instrumentos de dívida e busque dispensa de tais obrigações, ela pode não ser capaz de obter tal dispensa dos respectivos credores. Caso isso ocorra, a Companhia estaria em descumprimento de outros contratos, os credores poderiam exercer seus direitos e exigir remediação, conforme descrito acima, e a Companhia poderia ser forçada a declarar falência ou ser liquidada.

4.1.24 A divulgação não autorizada, ou perda de propriedade intelectual, segredos comerciais, outras informações comerciais ou pessoais sensíveis ou comprometimento da integridade de tecnologia da informação causados por ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos futuros relacionados à privacidade de dados e à segurança de dados podem sujeitar a Companhia a relevantes penalidades ou responsabilidade e impactar negativamente suas operações, reputação e resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza determinadas informações confidenciais e outros dados de usuários no âmbito das suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação de dados sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis. A proteção dos dados de clientes, funcionários e empresas é fundamental para a Companhia. A Companhia depende de sistemas, softwares, ferramentas e monitoramento disponíveis comercialmente para garantir o processamento, transmissão e armazenagem de informações confidenciais, tais como as informações de clientes, funcionários, empresas e outras informações pessoais.

As leis de proteção e privacidade de dados estão sendo ajustadas para incluir as mudanças nas atitudes culturais e consumidoras em relação à proteção de dados pessoais. Por exemplo, em 14 de agosto de 2018, o Brasil promulgou a Lei No. 13.709/2018 (a Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD), uma lei de proteção de dados abrangente que estabelece as premissas e obrigações gerais que se aplicam em múltiplos setores econômicos e relações contratuais. A LGPD estabelece as regras detalhadas para coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais e afetará todos os setores econômicos, incluindo o relacionamento entre clientes e fornecedores de bens e serviços, empregadores e funcionários, e outros relacionamentos nos quais dados pessoais são coletados, tanto de forma digital quanto física. A LGPD deve entrar em vigor em agosto de 2020. De acordo com a lei, todas as entidades sujeitas a ela, incluindo a Companhia deverão adaptar suas atividades de processamento de dados às novas regras. Quaisquer leis ou regulamentações de privacidade adicionais promulgadas ou aprovadas no Brasil ou em outras jurisdições nas quais a Companhia possui operações poderiam afetar de forma significativa os negócios da Companhia, sua condição financeira e os resultados de suas operações. Em 25 de maio de 2018, a Regulamentação No. 2016/279 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, sobre a proteção de dados pessoais (Regulamentação de Proteção de Dados Gerais, ou GDPR) passou a ser aplicável diretamente a todos os estados-membro da União Europeia. A GDPR introduziu novas obrigações relacionadas à privacidade de dados, controle e retenção, incluindo, entre outros: (i) requisitos de prestação de contas e transparência; (ii) requisitos aprimorados de consentimento de dados; (iii) as obrigações em considerar a privacidade de dados como qualquer novo produto ou serviço são abordadas e limitam o montante de informações coletadas, processadas e armazenadas e a acessibilidade a elas; (iv) restrições sobre o uso de dados para fazer o perfil dos sujeitos dos dados; (v) disponibilização aos sujeitos dos dados de suas informações pessoais em um formato que possa ser utilizado e eliminação de informações pessoais em determinadas circunstâncias; e (vi) relatórios de descumprimentos sem atraso indevido.

Como a Companhia tem a intenção de expandir seus negócios e operações, espera-se que ela se torne cada vez mais sujeita às leis e regulamentações relacionadas à coleta, uso, retenção, segurança e transferência de informações, incluindo informações identificáveis de forma pessoal de seus funcionários e clientes. Essas leis e regulamentações podem ser interpretadas e aplicadas de forma diferente ao longo do tempo, dependendo da jurisdição, e é possível que elas sejam interpretadas e aplicadas de formas que causem um efeito significativo e adverso nos negócios da Companhia. Qualquer falha, real ou percebida, da parte da Companhia em cumprir com os requisitos ou ordens regulatórias ou outras leis e regulamentações municipais, estaduais, federais e internacionais relacionadas a privacidade ou proteção ao consumidor poderia diminuir o acesso dos clientes aos produtos e serviços da Companhia e afetar de forma significativa e adversa os negócios da Companhia. A implementação da GDPR e da LGPD, bem como de quaisquer outras leis e regulamentações existente e futuras relacionadas à privacidade de dados, devem prever a revisão dos procedimentos e políticas e recursos de implementação materiais. Não é possível garantir que a Companhia terá recursos financeiros suficientes para cumprir com quaisquer novas regulações ou competir de forma bem-sucedida no contexto de um ambiente regulatório em mudança. Além disso, existe o risco de que as medidas não possam ser implementadas de forma correta ou que podem não estar de acordo com os novos procedimentos. Em caso de qualquer descumprimento das obrigações oriundas da GDPR ou da LGPD, ou de outras leis e regulamentações de privacidade de dados, conforme o caso, a Companhia poderia enfrentar sanções administrativas e monetárias, bem como danos à sua reputação, o que poderia causar um efeito negativo significativo em suas operações, condição financeira e perspectivas.

Apesar das medidas de segurança implementadas, as instalações e sistemas da Companhia, bem como aqueles de terceiros, podem estar vulneráveis a falhas de segurança, ataques cibernéticos, atos de vandalismo, vírus de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

computadores, extravio ou perda de dados, erros de programação ou humanos ou eventos similares. Qualquer incidente de segurança ou falha percebida envolvendo a apropriação indébita, perda ou divulgação não autorizada de informações confidenciais, bem como qualquer falha ou falha percebida no cumprimento de leis, políticas, obrigações legais ou normas setoriais relativas a privacidade e proteção de dados, pela Companhia ou por seus fornecedores, poderia prejudicar a sua reputação, expor a Companhia ao risco e responsabilidade de discussões judiciais, sujeita-la a publicidade negativa, afetar suas operações e prejudicar os seus negócios.

Por exemplo, no segundo semestre de 2018, um dos prestadores de serviço de tecnologia da informação da Companhia enfrentou um incidente de cibersegurança no Brasil, no qual credenciais específicas de acesso a certas contas de armazenamento em nuvem mantidas por tal prestador de serviços foram divulgadas online a terceiros não autorizados. A Companhia não foi impactada por tal incidente de segurança, pois não estava entre os clientes de tal prestador de serviço cujas credenciais foram divulgadas. Contudo, não é possível garantir que as medidas de segurança da Companhia, ou aquelas de seus fornecedores, sejam suficientes para prevenir falhas de segurança futuras, o que poderia afetar, direta ou indiretamente, a Companhia, ou que a incapacidade de prevenção de tais falhas não cause um efeito material adverso sobre os negócios, resultados das operações ou condição financeira da Companhia.

Ataques cibernéticos ou violações de segurança poderiam comprometer informações confidenciais e críticas dos negócios, causar interferência nas operações da Companhia ou prejudicar a reputação da Companhia, uma vez que suas operações são altamente dependentes de recursos de tecnologia da informação e sistemas e serviços e telecomunicação. Ativos de informação, entre eles propriedade intelectual, segredos comerciais, informações pessoas e outras informações confidenciais e críticas do negócio representam ativos atraentes para criminosos digitais, ciberterroristas ou outros agentes externos. Embora a Companhia mantenha um amplo programa de cibersegurança que é revisado, administrado e atualizado constantemente, um ataque cibernético relevante, erro humano, inclusive por nossos funcionários e terceiros, ou obsolescência da tecnologia poderiam resultar na perda de informações críticas dos negócios e/ou impactar negativamente as operações, o que poderia prejudicar os resultados financeiros da Companhia.

b) Riscos relativos aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

4.1.25 Alguns dos acionistas podem determinar o resultado de atos ou decisões societárias, o que pode afetar os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs da Companhia.

A Odebrecht, direta ou indiretamente, através de sua subsidiária integral OSP Investimentos S.A. (OSP Inv) detém 38,3% do capital social em circulação da Companhia, incluindo 50,1% do capital votante, e a Petrobras detém 36,1% do capital circulante da Companhia, incluindo 47,0% de seu capital votante. Pessoas indicadas pela Odebrecht constituem a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia. De acordo com o acordo de acionistas, do qual a Odebrecht e a Petrobras são partes, aqui designado como Acordo de Acionistas da Braskem S.A., a Companhia pode somente se comprometer a praticar determinados atos após a Odebrecht e a Petrobras chegarem a um consenso com relação a eles. No entanto, a Odebrecht terá o poder exclusivo de aprovar o plano de negócios da Companhia, por meio de conselho de administração, conforme descrito no “Item 15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte”. Desta forma, a Odebrecht tem a possibilidade de determinar o resultado da maioria dos atos e decisões societários que requerem a aprovação dos acionistas ou do conselho de administração – em alguns casos, com a anuência da Petrobras — o que poderia afetar os detentores de ações preferenciais classe A e *American Depositary Shares*, ou ADSs.

4.1.26 Algumas ações emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Investimentos S.A. foram oferecidas em garantia de acordos de financiamento celebrados pelo Grupo Odebrecht.

Nos termos de um acordo de alienação fiduciária em garantia celebrado entre o Grupo Odebrecht em 27 de novembro de 2013, alterado em 13 de maio de 2016, 19 de julho de 2016, 24 de abril de 2017 e 23 de maio de 2018, todas as ações ordinárias emitidas pela Braskem e detidas pela OSP Investimentos S.A. foram oferecidas em garantia no âmbito de certos contratos de financiamento celebrados pela Odebrecht S.A. e algumas das suas controladas. Caso o Grupo Odebrecht descumpra tais contratos de financiamento, ou em caso de vencimento antecipado de tais contratos e a consequente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

transferência da garantia ao credor (considerando que a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás não exerça seu direito de preferência na aquisição de tais ações), a Companhia poderá estar sujeita à alteração do controle após as formalidades estatutárias e os procedimentos previstos em seu acordo de acionistas. Uma alteração do controle em tais circunstâncias pode afetar adversamente a Companhia.

c) Riscos relativos aos acionistas da Companhia

4.1.27 Os detentores de nossas ações preferenciais classe A podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nos termos do nosso Estatuto Social e da Lei das Sociedades Anônimas, devemos, sob circunstâncias normais, pagar a nossos acionistas ao menos 25% de nosso lucro líquido anual na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, conforme calculado e ajustado segundo o BRGAAP (que, para esta finalidade, é idêntico às IFRS). Esse lucro líquido ajustado pode ser capitalizado, utilizado para absorver perdas ou retido de outra maneira, conforme facultado pelo BRGAAP, e pode não estar disponível para ser pago sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que uma empresa de capital aberta como a nossa suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício particular caso nosso Conselho de Administração informe a nossos acionistas que tais distribuições seriam desaconselháveis em vista de nossa condição financeira ou disponibilidade de caixa. Detentores de ações preferenciais classe A ou ADSs podem não receber nenhum dividendo ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, caso nosso Conselho de Administração assim o determine ou caso nossas operações não gerem lucro.

4.1.28 Nossas ações preferenciais classe A e os ADSs têm direitos de voto limitados e não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, incluindo incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social, os detentores de ações preferenciais classe A e, por conseguinte, das ADSs, não têm direito a votar em assembleias de acionistas, salvo em circunstâncias muito limitadas. Essas circunstâncias limitadas relacionam-se diretamente a direitos essenciais dos detentores de ações preferenciais classe A, tais como a modificação de termos básicos das ações preferenciais classe A ou a criação de nova classe de ações preferenciais com direitos superiores. Os detentores de ações preferenciais sem direito a voto podem eleger um membro e o respectivo suplente para nosso conselho de administração e nosso conselho fiscal, dependendo de circunstâncias específicas previstas na Lei das Sociedades por Ações. Os detentores de ações preferenciais classe A e ADSs não têm direito a votar na aprovação de operações societárias, inclusive incorporações ou fusões da Companhia com outras empresas, ou na declaração de dividendos. No entanto, caso a Companhia deixe de pagar dividendos por três anos consecutivos, será concedido direito a voto aos detentores de ações preferenciais classe A e ADSs. Vide “Item 18. Valores Mobiliários”.

4.1.29 Vendas reais ou potenciais de um número significativo de ações preferenciais classe A podem reduzir o preço de mercado de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

A venda de uma quantidade substancial de nossas ações preferenciais classe A poderia exercer um efeito negativo sobre o preço de mercado das referidas ações e das ADSs. Caso sejam realizadas vendas significativas de ações preferenciais classe A pelos nossos acionistas controladores ou outro acionista através dos mercados de valores mobiliários, o preço de mercado das ações preferenciais classe A da Companhia e, por extensão, das ADSs poderá cair significativamente. Consequentemente, os detentores de ADSs podem não conseguir vender tais ADSs por preço igual ou superior ao de sua compra.

4.1.30 Detentores de ADSs ou de ações preferenciais classe A nos Estados Unidos podem não ter os mesmos direitos de preferência que os acionistas brasileiros possuem, de acordo com a legislação brasileira, na subscrição de ações resultantes de aumentos de capital realizados por nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Segundo a lei brasileira, se emitirmos novas ações em troca de caixa ou ativos como parte de um aumento de capital, com algumas exceções, devemos conceder a nossos acionistas direitos de preferência na ocasião da subscrição das ações correspondentes a suas respectivas participações em nosso capital social, de modo a permitir-lhes manter suas porcentagens existentes. Podemos não ter a permissão legal para garantir que os detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos possam exercer seus direitos de preferência em futuros aumentos de capital, a não ser que (1) protocolemos um termo de registro para uma oferta de ações resultantes do aumento de capital junto à *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC), ou (2) a oferta de ações resultantes do aumento de capital se qualifique para obter a isenção das exigências de registro do *Securities Act*. Na ocasião de eventuais futuros aumentos de capital, iremos avaliar os custos e as potenciais obrigações associadas ao protocolo de um termo de registro para uma oferta de ações junto à SEC e quaisquer outros fatores que consideremos importantes para determinar se iremos ou não protocolar tal termo de registro. Não podemos garantir aos detentores de ADSs ou ações preferenciais classe A nos Estados Unidos que iremos protocolar um termo de registro junto à SEC de modo a lhes permitir participar de nossos eventuais aumentos de capital. Consequentemente, a participação desses detentores na Companhia pode ser diluída.

4.1.31 A volatilidade e liquidez relativas dos mercados de valores brasileiros podem afetar negativamente os detentores de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos e outras jurisdições, e pode ser regulamentado de forma diferente do que os investidores dos EUA estão acostumados. Fatores que podem afetar especificamente os mercados de ações brasileiros podem limitar a capacidade dos detentores de ADSs de vender ações preferenciais classe A objeto de ADSs pelo preço e no momento que desejarem, podendo gerar um impacto negativo sobre o preço de mercado das próprias ADSs.

4.1.32 Os acontecimentos econômicos e as percepções dos investidores sobre o risco em outros países, sejam eles desenvolvidos ou emergentes, podem afetar de forma significativa o preço de negociação de títulos brasileiros, incluindo as ações ordinárias e ADSs da Companhia, bem como os títulos de dívida em aberto.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado em vários níveis pelas condições econômicas e mercadológicas de outros países, tanto de países desenvolvidos, como os Estados Unidos e algumas nações europeias, quanto de emergentes. Embora as condições econômicas em tais países possam ser significativamente diferentes das condições econômicas no Brasil, a reação dos investidores a tais acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso no valor de mercado dos títulos de emissores brasileiros. O preço das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, tem estado sujeito historicamente à flutuação das taxas de juros nos Estados Unidos e à variação das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse de investidores por títulos de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias, ADSs e títulos de dívida da Companhia. Isso poderia afetar de forma adversa o preço de mercado das ações ordinárias, ADSs e títulos de dívida em aberto da Companhia e ainda dificultar o acesso pela Companhia ao mercado de capitais, afetando sua capacidade de financiar suas operações em condições aceitáveis.

Recentemente, a acentuada volatilidade no mercado brasileiro deveu-se, entre outros fatores, às incertezas relacionadas a ajustes das implicações das políticas do atual governo dos Estados Unidos, da política monetária dos EUA, do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, também chamado de Brexit, e suas consequências nos mercados financeiros internacionais, à maior aversão ao risco em países emergentes, e às incertezas sobre as condições macroeconômicas e políticas. A Companhia não possui controle ou pode prever os efeitos da administração, ações ou políticas do governo de Donald Trump. Adicionalmente, a Companhia não tem controle sobre as negociações do Reino Unido acerca do Brexit, que exige que o Reino Unido e a União Europeia cheguem a um acordo até 31 de outubro de 2019, não havendo mais possibilidade de extensão do período inicial de negociações de dois anos. Além disso, a Companhia está exposta à interrupção e volatilidade dos mercados financeiros globais devido a seus efeitos no ambiente econômico e financeiro, especialmente no Brasil, tais como a desaceleração econômica, aumento da taxa de desemprego, deterioração do poder de compra dos consumidores e indisponibilidade de crédito.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Tais interrupções e volatilidade nos mercados financeiros globais podem aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o ambiente econômico e financeiro brasileiro, afetando adversamente a Companhia.

d) Riscos relativos às controladas e coligadas da Companhia

4.1.33 *Pode haver conflitos de interesses nas operações com partes relacionadas*

Companhia tem contas a receber e contas a pagar correntes e de longo prazo com algumas de suas afiliadas e outras partes relacionadas, entre elas a Petrobras, sua fornecedora interna de nafta e de outros insumos básicos como propeno, etano, propano e hidrocarboneto leve de refinaria, e a Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial), umas das suas fornecedoras de etanol. Os referidos saldos de contas a receber e contas a pagar são provenientes, sobretudo, da compra e venda de bens, a preços e em condições equivalentes às condições e preços médios pagos das operações que realizamos com terceiros. Essas e outras operações entre a Companhia e suas afiliadas poderiam dar margem a conflitos de interesses.

4.1.34 *A Companhia pode enfrentar dificuldades não previstas na operação do Complexo Petroquímico do México, de forma que tal unidade de negócio poderia deixar de proporcionar os benefícios esperados para a Companhia.*

Durante o primeiro semestre de 2016, a Companhia concluiu a construção de um complexo de olefinas, o Complexo México, localizado no estado mexicano de Veracruz. Para mais informações sobre o Complexo Petroquímico do México, vide “Item 6. Histórico do Emissor”.

A Braskem Idesa, precisou realizar significativos investimentos de capital para o desenvolvimento do Complexo Petroquímico do México. A possibilidade de a Companhia atingir seus objetivos estratégicos em relação a essa unidade de negócio dependerá principalmente do sucesso de sua operação. Estes são fatores que poderiam afetar tal unidade de negócio:

- condições econômicas, políticas e empresariais gerais no México e demanda global por polietileno;
- ocorrência de dificuldades técnicas e mecânicas imprevistas, que possam interromper a produção ou resultar em tempo de parada inesperado das plantas do Complexo Petroquímico do México;
- fornecimento estável e contínuo de etano e gás natural no longo prazo; e
- aumento da concorrência por parte de empresas locais ou estrangeiras e/ou surgimento de novos concorrentes locais ou estrangeiros.

Não se pode assegurar que o Complexo Petroquímico do México trará os benefícios esperados para a Companhia, mesmo depois de dois anos completos de operações. Eventuais interrupções significativas poderiam prejudicar ou impedir a implantação do plano de negócios da Companhia em sua versão original e resultar em receitas e lucro líquido abaixo do esperado. Vide “—Dependência do etano fornecido pela Pemex TRI no México”.

e) Riscos relativos aos fornecedores da Companhia

4.1.35 *A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento de uma parcela significativa de suas necessidades de nafta, etano, propano, propeno e hidrocarboneto leve de refinaria (“HLR”).*

A Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobras, ou Petrobras, é a única fornecedora de nafta no Brasil, e tem historicamente fornecido até 70% da nafta consumida por nossa Unidade de Químicos. Atualmente, a Petrobras é a principal fornecedora de etano, propano e o hidrocarboneto leve de refinaria e fornece o etano, propano e hidrocarboneto leve de refinaria consumido pelo Polo Petroquímico localizado no Rio de Janeiro e o polo petroquímico localizado em Capuava, em São Paulo, ou Polo Petroquímico de São Paulo.

A Companhia é parte de diversos contratos de propeno com refinarias da Petrobras, responsáveis historicamente por 40% do fornecimento das necessidades de propeno para produção de polipropileno no Brasil. Devido à infraestrutura limitada do Brasil para permitir a importação de grandes quantidades de propeno e os custos substanciais associados a armazenagem e transporte do produto, a Companhia depende de maneira substancialmente do propeno fornecido pela

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Petrobras.

Os contratos de fornecimento de etano e propano com a Petrobras têm vencimento em janeiro de 2021 e o contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras tem vencimento em dezembro de 2020. Alguns contratos de propeno com a Petrobras se encerram em 2021, sendo que os demais têm vencimento entre 2028 e 2029. Na data deste relatório anual, não é possível garantir a renovação de tais contratos e, caso renovados, se eles manterão os mesmos termos e condições atualmente em vigor, inclusive com relação ao preço, volume e acesso a dutos e demais infraestruturas.

A Petrobras controla uma parcela substancial da infraestrutura de dutos utilizados no transporte de nafta pelo Brasil, sendo o nosso principal fornecedor de nafta, etano, propano e propeno. A não renovação ou extensão dos contratos atuais para fornecimento de matérias-primas ou utilização da infraestrutura de dutos, ou a rescisão de tais contratos com a Petrobras, poderia levar a dificuldades de acesso à infraestrutura de dutos da Petrobras. Alternativamente, a Companhia poderia acessar a infraestrutura de dutos através da Agência Nacional de Petróleo, ou ANP, o que garantiria acesso à tal estrutura.

Portanto, nosso volume de produção e nossas receitas de vendas provavelmente cairiam, enquanto nossos custos provavelmente aumentariam, e impactariam negativamente o nosso desempenho financeiro, nas seguintes hipóteses:

- danos significativos à estrutura de fornecimento da Petrobras por meio das quais a Petrobras e a Braskem importam nafta, ou a quaisquer dos dutos que ligam a Companhia às instalações da Petrobras, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou por outro motivo qualquer;
- a eventual rescisão, pela Petrobras, dos contratos de fornecimento de nafta, etano, propano ou propeno à Companhia, que dispõem que a Petrobras pode rescindir o por determinadas razões descritas no "Item 7. Atividades do Emissor"; ou
- além disso, considerando que a Petrobras (e/ou suas controladas) controla uma parcela significativa da infraestrutura logística da matéria-prima da Companhia no Brasil e os acordos em vigor para utilização dos seus ativos e a sua operação acerca de determinados ativos da Braskem, a Companhia poderia presumir que enfrentaria dificuldades para importar e garantir o acesso a matérias-primas para as suas centrais petroquímicas em um cenário de rescisão de tais acordos pela Petrobras (e/ou suas controladas) causando, portanto, um impacto significativo na estrutura acessada atualmente pela Companhia.

Além disso, apesar de alterações regulatórias terem extinguido o monopólio da Petrobras no mercado brasileiro de nafta, o que permitiu à Companhia importar nafta, eventuais restrições impostas à importação de nafta pelo Brasil podem aumentar os custos de produção. Para uma análise dos riscos adicionais relacionados a fornecedores únicos, vide “—A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas”.

4.1.36 A Companhia depende do propeno fornecido por terceiros nos Estados Unidos e na Europa

A confiança depositada pela Companhia em fornecedores representa riscos significativos aos seus resultados operacionais, negócios e perspectivas. A Companhia adquire propeno de terceiros para abastecimento das suas plantas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha contratos de longo prazo com diversos fornecedores. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos destes contratos de fornecimento baseia-se geralmente em preços de mercado. Na data deste relatório anual, não é possível garantir que tais acordos sejam renovados e, caso sejam, se a Companhia será capaz de manter os mesmos termos e condições em vigor atualmente, inclusive com relação à precificação, volume, acesso a dutos e a outras infraestruturas.

Atrasos na disponibilidade de propeno de qualidade aceitável, ou a incapacidade da Companhia de obter tal propeno aceitável nas quantidades necessárias em relação ao contratado, ou em qualquer quantidade, poderão impactar negativamente suas receitas e resultados operacionais.

4.1.37 Dependência do etano fornecido pela Pemex TRI no México.

No México, a Braskem Idesa S.A.P.I., ou Braskem Idesa, joint venture da Companhia com o Grupo Idesa S.A. de C.V., ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Idesa, celebrou um contrato com cláusula “Take or Pay” em condições comerciais competitivas de fornecimento de longo prazo (“contrato de fornecimento de etano”) para aquisição de um volume acordado de etano da Pemex Transformación Industrial (sucessora da Pemex Gas y Petroquímica Básica), ou Pemex TRI, uma estatal mexicana, que é subsidiária da Petróleos Mexicanos, ou Pemex, a estatal mexicana de petróleo e gás. O contrato possui vencimento originalmente em 2035. O encerramento do contrato de fornecimento de etano pela Pemex TRI ou qualquer interrupção prolongada, descontinuidade ou outro tipo de dificuldade no fornecimento de etano para a Braskem Idesa poderia impactar significativamente as operações do Complexo do México e causar um efeito material adverso no desempenho financeiro geral da Companhia. Os dispositivos acerca da rescisão antecipada por parte da Pemex TRI incluem, mas não se limitam, a (i) não pagamento pela Braskem Idesa por mais de 180 dias após notificação, ou (ii) uma interrupção emergencial nas operações ou evento de força maior que persista por mais de 48 meses. A perda da Pemex TRI como um fornecedor de etano poderia levar à interrupção das operações da Companhia no Complexo do México e exigir que a Companhia encontre uma alternativa adequada. Não é possível garantir que, no caso de encerramento deste contrato ou outra dificuldade enfrentada no fornecimento de etano da Pemex TRI para a Braskem Idesa, a Companhia seja capaz de substituir tal fornecedor em tempo hábil e em termos favoráveis, evitando uma parada não programada das suas operações.

Além disso, os volumes de produção e a receita líquida de vendas provavelmente cairiam e afetariam negativamente o nosso desempenho financeiro, nas seguintes hipóteses: (i) danos significativos às refinarias da Pemex TRI ou às instalações portuárias utilizadas pela Pemex TRI para importação de etano, ou a quaisquer das tubulações que conectam nossas plantas às instalações da Pemex TRI, seja em consequência de acidentes, desastres naturais, incêndio, paralisações, fora maior ou outro motivo; ou (ii) interrupção pela Pemex TRI do fornecimento à Companhia do volume de etano acordado, ou de, pelo menos, o volume mínimo de etano, nos termos do contrato de fornecimento (conforme discutido abaixo).

O contrato de fornecimento de etano inclui cláusula de desempenho de entrega de volume de longo prazo que exige que a Pemex TRI cumpra com a entrega durante qualquer período de seis meses consecutivos de um volume de etano equivalente a 70% do volume acordado nos termos do contrato de fornecimento de etano (“Teste de Desempenho de Longo Prazo”). Em janeiro de 2019, as entregas de volumes da Pemex TRI nos termos do Teste de Desempenho de Longo Prazo encontravam-se próximas do limite de 70%. Caso a Pemex TRI deixe de cumprir o Teste de Desempenho de Longo Prazo, além do impacto negativo direto nos volumes de produção do Complexo Petroquímico do México, ela poderia: (i) tornar a Companhia incapaz de gerar caixa suficiente para cumprir com seus compromissos de dívida perante credores nos termos do Financiamento da Braskem Idesa; (ii) fazer com que tais credores acelerem o vencimento de tal endividamento; e/ou (iii) exigir que a Braskem Idesa exerça o direito de rescisão e a opção de venda contra a Pemex TRI, o que forçaria a Pemex TRI a adquirir o Complexo Petroquímico do México da Companhia. Vide “Item 7. Atividades do Emissor.”

Para uma análise dos riscos adicionais relacionados a fornecedores únicos, vide “—A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas”.

4.1.38 A Companhia depende de um número limitado ou de um único fornecedor para obtenção das suas matérias-primas.

A Companhia depende da Petrobras para o fornecimento da maior parte do seu consumo de nafta, etano, propano, hidrocarboneto leve de refinaria e propeno no Brasil, de algumas empresas para grande parte do fornecimento de propeno à Unidade EUA e Europa, e da Pemex TRI para o fornecimento de etano no México. Como resultado disso, a Companhia está sujeita a riscos substanciais por contar com esses e outros fornecedores que podem ter limitações ou serem os únicos a fornecer determinada matéria-prima. Alguns exemplos desses riscos são:

- caso um fornecedor deixe de fornecer nafta, etano, propano, hidrocarboneto leve de refinaria ou propeno, conforme o caso, que atenda as especificações determinadas por ele ou pela Companhia em quantidades suficientes e com desempenho ou qualidade aceitáveis entregue pontualmente ou quando solicitado, as vendas, produção, entrega,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dos produtos da Companhia aos seus clientes oportunamente e o resultados das plantas podem sofrer um impacto negativo;

- caso a relação da Companhia com um fornecedor-chave mude ou seja afetada de forma adversa, em decorrência de pressões competitivas ou conflitos de interesses, por exemplo, a companhia pode não ser capaz de obter nafta, etano, propano ou propeno, conforme o caso, sem recorrer a termos financeiros menos satisfatórios;
- caso ocorra a interrupção do fornecimento de nafta, etano, propano, hidrocarboneto leve de refinaria ou propeno, conforme o caso, porque o fornecedor alterou seu *roadmap* tecnológico, sofreu danos em suas instalações de produção, decidiu deixar de fornecer tais produtos ou serviços, aumentou o preço de tais produtos ou serviços de forma significativa ou impôs restrições às quantidades entregues aos seus clientes, a Companhia poderá levar um tempo considerável para identificar e qualificar fornecedores alternativos;
- alguns dos principais fornecedores da Companhia são pequenas empresas com limitados recursos, financeiros e de outra natureza, que estão mais sujeitas a passar por dificuldades financeiras e operacionais do que empresas maiores e mais bem estabelecidas, o que aumenta o risco de não conseguirem entregar os produtos conforme as necessidades da Companhia; e
- caso um fornecedor-chave seja adquirido ou passe por uma mudança significativa em seu negócio, a produção e a venda dos sistemas e serviços da Companhia poderão sofrer atrasos ou ser afetados de negativamente, ou os programas de desenvolvimento da Companhia poderão sofrer atrasos ou não ser concluídos.

Atrasos na disponibilidade de nafta, etano, propano, hidrocarboneto leve de refinaria ou propeno de qualidade aceitável, ou a incapacidade da Companhia de obter tal nafta, etano, propano ou propeno aceitável nas quantidades necessárias ou em qualquer quantidade, poderão afetar suas receitas e resultados operacionais de forma adversa.

4.1.39 As Unidades de Poliolefinas e de Vinílicos dependem de nossas plantas de Químicos para o fornecimento de suas necessidades de eteno e propeno. Adicionalmente, as nossas plantas localizadas no Polo de Camaçari, no estado brasileiro da Bahia, dependem da Cetrel e da DAC para o tratamento dos efluentes, resíduos industriais e fornecimento de água para uso industrial.

A Unidade de Químicos é a única fornecedora de eteno à Unidade de Vinílicos, a única fornecedora de eteno às plantas, e a principal fornecedora de propeno às plantas de polipropileno de nossa Unidade de Poliolefinas. Como o custo de armazenamento e transporte de eteno é significativo e não existe no Brasil infraestrutura adequada que possibilite a importação de grandes volumes de eteno e propeno, nossa Unidade de Poliolefinas no Brasil e nossa Unidade de Vinílicos dependem grandemente do fornecimento desses produtos por nossas plantas de Químicos. Consequentemente, nossos volumes de produção e receita líquida de vendas proveniente das vendas de produtos Vinílicos e de Poliolefinas diminuiriam e seu desempenho financeiro como um todo seria negativamente afetado nas seguintes hipóteses:

- eventuais danos significativos às instalações de nossa Unidade de Químicos por meio das quais é produzido eteno ou propeno, ou ao duto ou outras instalações que conectam nossas plantas de vinílicos e poliolefinas às nossas plantas de Químicos, seja em consequência de acidente, desastre natural, incêndio ou outro motivo;
- eventuais reduções significativas do fornecimento de nafta à Unidade de Químicos, tendo em vista que a nafta é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Químicos na produção de eteno e propeno; ou
- eventuais reduções significativas no fornecimento de etano ou propano à unidade de petroquímicos básicos no Rio de Janeiro, tendo em vista que o etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela Central de Matérias Primas em Duque de Caxias – RJ na produção de eteno e propeno.

As nossas plantas localizadas no Polo de Camaçari, no estado brasileiro da Bahia, dependem da Cetrel e da DAC para: (i) o tratamento de efluentes e de resíduos industriais; (ii) fornecimento de água de reuso; (iii) 100% do fornecimento de água desmineralizada, clarificada e potável; e (iv) pela gestão do reservatório de água de incêndio. Uma interrupção nas operações da Cetrel e/ou da DAC poderá ter como consequência a paralisação de todas as nossas plantas no Polo de Camaçari, além dos riscos ambientais envolvidos, com efeitos em cascata que poderão levar a parada de todo o Polo petroquímico. Nesta hipótese, os nossos volumes de produção e receita líquida de vendas proveniente das vendas das

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

nossas plantas no Polo de Camaçari diminuiriam e o desempenho financeiro das mesmas como um todo seria negativamente afetado.

Veja também “—Os negócios da companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.” acima.

4.1.40 A Companhia poderá ser afetada adversamente, caso suas operações de transporte, armazenagem e distribuição sofram interrupções e tenham custos maiores que o esperado.

As operações da Companhia dependem da continuidade das operações de transporte, armazenagem e distribuição dos seus produtos. O transporte, armazenagem e distribuição dos seus produtos poderá ser parcial ou totalmente, temporária ou permanentemente interrompida como resultado de diversas circunstâncias que não estão sob o seu controle, tais como:

- catástrofes;
- greves ou outras dificuldades trabalhistas; e
- problemas diversos com meios de transporte.

Por exemplo, em maio de 2018, o Brasil passou por uma greve nacional de caminhoneiros que impactou materialmente as operações de logística de muitas empresas em todo o país, inclusive a entrega das matérias-primas, produtos e outros bens da Companhia. Em resposta a tal greve, a Companhia reduziu gradualmente a taxa de utilização da capacidade dos seus polos petroquímicos no Brasil, que operaram a 50% da sua capacidade nominal em maio de 2018. Após a greve, o Brasil introduziu uma tabela nacional de custos de frete que estabelece preços mínimos para serviços de transporte prestados por caminhoneiros e transportadoras em todo o país, o que poderia ter um impacto de longo prazo nos preços do transporte de cargas no Brasil e levar a aumentos constantes no custo do transporte no futuro no âmbito das operações da Companhia.

Qualquer interrupção significativa das unidades de distribuição da Companhia, incapacidade de transportar seus produtos de ou para tais unidades, ou de ou para seus clientes internos ou estrangeiros, ou aumento nos custos do transporte, por qualquer motivo, causariam um impacto material adverso na Companhia.

4.1.41 A Companhia depende do acesso a tecnologias licenciadas por terceiros e da correspondente propriedade intelectual, principalmente no contexto do processo de fabricação de determinados produtos seus. Caso tal tecnologia licenciada e propriedade intelectual de terceiros utilizadas pela Companhia deixem de estar disponíveis em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, e caso qualquer um de tais terceiros deixe de prestar assistência técnica nos termos dos acordos de licenciamento ou atendimento técnico celebrados com eles de forma a permitir que a Companhia opere satisfatoriamente determinadas instalações produtivas, seus resultados operacionais e condição financeira poderão ser negativamente impactados.

A Companhia utiliza tecnologia e propriedade intelectual licenciada de terceiros na operação regular dos seus negócios, principalmente na operação de determinadas máquinas e equipamentos necessários para a produção de determinados produtos, tais como seus produtos de primeira e segunda geração, sendo que a Companhia poderá continuar a depender do acesso a tecnologias e propriedade intelectual de terceiros no futuro.

Não é possível garantir que a Companhia seja capaz de continuar a obter ou renovar qualquer tecnologia ou as licenças necessárias em termos aceitáveis, ou em quaisquer termos. A não obtenção ou não renovação dos direitos de uso de tecnologias ou propriedade intelectual de terceiros em termos comercialmente razoáveis, ou de manutenção do acesso a assistência técnica satisfatória, poderia levar a paradas em seus processos produtivos e impedir que a Companhia comercialize determinados produtos, o que poderia causar um impacto material e adverso sobre os seus resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, caso a Companhia não consiga manter o acesso atual a tecnologias, licenças e assistência técnica de terceiros em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, ou obter as tecnologias, licenças ou assistência

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

técnica adicional necessárias para a fabricação dos produtos atuais ou para o desenvolvimento de novos produtos, poderia ser necessário obter tecnologias ou licenças alternativas a custos maiores ou de menor qualidade ou nível de desempenho, ou exigir que a Companhia realize paradas não programadas de suas unidades produtivas. Quaisquer circunstâncias como estas poderiam prejudicar as condições financeiras e os resultados das operações da Companhia. Não é possível garantir que a Companhia seja capaz de substituir oportunamente tais tecnologias, propriedade intelectual ou assistência técnica de terceiros por qualquer tecnologia, propriedade intelectual ou assistência técnica adequada a fim de evitar a parada não programada dos seus processos ou unidades de produção, ou que possa fazê-lo de uma maneira eficiente em termos de custo.

f) Riscos relativos aos clientes da Companhia

4.1.42 A maior parte da receita da Companhia é proveniente de vendas para clientes, e os riscos de crédito associados a alguns desses clientes podem afetar de forma adversa os resultados de suas operações.

A Companhia mantém diversas operações nas quais o risco de crédito da contraparte é um fator relevante, incluindo operações com clientes e empresas, seja na venda de produtos ou na prestação de serviços.

Esses riscos dependem de condições de mercado e da viabilidade real e estimada da contraparte. O não-cumprimento de obrigações por quaisquer das contrapartes ou sua vulnerabilidade avaliada podem expor a Companhia a riscos de perda em determinadas situações. A Companhia recebe um montante significativo de receitas de clientes, e os riscos de crédito associados a alguns desses clientes podem afetar de forma adversa os resultados de suas operações. Alguns contratos e acordos firmados entre a Companhia e contrapartes podem conter cláusulas de indenização que a protegem de perdas financeiras. Havendo deterioração da qualidade de crédito desses clientes ou caso eles busquem proteção contra falência, a capacidade da Companhia de cobrar os seus recebíveis e, portanto, os resultados de suas operações, podem ser afetados de maneira adversa.

4.1.43 Os resultados divulgados da Companhia podem ser afetados negativamente pelos aumentos das provisões para contas a receber incobráveis.

A Companhia possui um saldo significativo de contas a receber e, por isso, constitui uma provisão para cobrir a parcela desse montante que não seja recebida devido à inadimplência de clientes.

Caso a viabilidade do negócio de certos clientes se deteriore ou as políticas de crédito da Companhia se mostrem ineficazes na redução da sua exposição ao risco de crédito, podem ser necessários aumentos adicionais nas provisões para contas incobráveis, o que poderia resultar em um efeito adverso sobre o fluxo de caixa ou os resultados das operações da Companhia. É registrada uma provisão para contas de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos recebíveis, levando em conta o histórico de perdas da Companhia e a idade das contas a receber, embora a Companhia não possa garantir que estes valores sejam suficientes para cobrir eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2018, o total de contas a receber de clientes era de R\$ 3.326,6 milhões e a provisão para créditos de liquidação duvidosa era de R\$ 233,6 milhões.

4.1.44 A Companhia pode não ser capaz de cumprir em detalhes as especificações técnicas exigidas por seus clientes ou pode não ter mecanismos suficientemente atualizados para cumprir com exigências regulatórias, e poderia estar sujeita a danos com base em processos iniciados contra ela ou contra os seus clientes caso seus produtos falhem em atender as especificações.

As especificações dos produtos da Companhia podem não atender a determinadas exigências técnicas, regulatórias, de especificações ou de padrões. Além disso, seus clientes poderiam impor exigências mais rigorosas aos seus produtos, ou governos poderiam aprovar regras mais rigorosas para a distribuição, comercialização ou utilização dos seus produtos. O não atendimento a tais níveis de exigência poderia afetar material e negativamente os seus negócios, condição financeira e os resultados das suas operações, caso a Companhia não seja capaz de vender os seus produtos em um ou mais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mercados ou para clientes importantes em tais mercados.

Assim como acontece em qualquer sistema de controle de qualidade, qualquer dificuldade ou deterioração dos seus sistemas de controle de qualidade poderia resultar em defeitos em seus produtos, o que, por sua vez, poderia sujeitar a Companhia a reclamações contratuais, regulatórias, relacionadas a responsabilidade por produtos e de outro tipo, o que poderia causar um efeito material adverso na sua reputação, negócios, condição financeira e resultado operacional.

g) Riscos relativos ao setor

4.1.45 A natureza cíclica do setor petroquímico pode reduzir nossa receita líquida e nossa margem bruta.

A indústria petroquímica, incluindo os mercados globais em que atuamos, é cíclica e sensível a mudanças globais em oferta e demanda. Essa natureza cíclica pode reduzir nossa receita líquida de vendas, aumentar nossos custos e diminuir nossa margem bruta, inclusive pelas seguintes razões:

- desaquecimentos nos negócios e na atividade econômica em geral podem causar diminuição da demanda por nossos produtos;
- a queda global da demanda pode gerar pressões competitivas para menores preços;
- aumento dos preços das principais matérias-primas utilizadas, principalmente a nafta, o etano e o propeno; e
- se decidirmos ampliar nossas fábricas ou construir novas instalações, podemos fazê-lo com base na estimativa de uma demanda futura que talvez não se concretize ou se concretize em níveis abaixo do previsto.

Historicamente, os mercados internacionais de produtos petroquímicos passaram por períodos alternados de oferta limitada, o que acarretou aumento dos preços e margens de lucro, seguidos por expansão na capacidade de produção, resultando em excesso de oferta e diminuição dos preços e margens de lucro. Os preços no setor petroquímico seguem o setor petroquímico mundial e os preços de nossos produtos vendidos no Brasil, em outros países da América Latina, nos Estados Unidos e ao redor do mundo são fixados tomando por referência os preços dos mercados internacionais. Portanto, nossa receita líquida de vendas e nossa margem bruta estão cada vez mais vinculadas a condições da indústria global, sobre as quais não temos controle, e que podem afetar negativamente os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

h) Riscos relativos à regulamentação dos setores em que a Companhia atua

4.1.46 Reajustes de tarifas sobre importações que concorrem com nossos produtos poderiam forçar uma baixa em nossos preços.

Atualmente, a Companhia se beneficia de tarifas de importação impostas pelo países-membros do Mercosul que lhe permitem cobrar preços no mercado brasileiro de poliolefinas e vinílicos que incluem um fator baseado nas tarifas incidentes sobre importação de produtos comparáveis. No entanto, em outras ocasiões, o governo brasileiro já usou tarifas de importação e exportação como instrumento de políticas econômicas, resultando na variação dos níveis das tarifas. Em setembro de 2012, por exemplo, o governo brasileiro aumentou as taxas de importação de produtos relacionados a diversos setores, inclusive a taxa de importação do polietileno. Em outubro de 2012, houve aumento da tarifa de importação do polietileno de 14% para 20%, e em outubro de 2013 reestabeleceu a tarifa de importação de polietileno para o nível anterior de 14%. A tarifa atual permanece em 14%. Reajustes de tarifas poderiam causar um aumento na concorrência por parte de importados e levar a Companhia a baixar seus preços no mercado interno, o que provavelmente resultaria em diminuição da receita líquida de vendas e poderia afetar negativamente o desempenho financeiro como um todo. Adicionalmente, os produtos exportados aos Estados Unidos e à Europa estão sujeitos a tarifas de 6,5% em cada jurisdição, sujeito a determinadas preferências. No México, dado que o mercado de polietileno é deficitário e depende de produto importado para suprir a demanda, não há tarifa de importação para o PE. Essas tarifas costumam favorecer os produtos da Companhia produzidos localmente, e qualquer ajuste futuro a essas estruturas tarifárias poderá afetar negativamente as vendas da Companhia nessas jurisdições. Futuros acordos comerciais firmados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

por Brasil, México, Estados Unidos ou União Europeia poderão também levar a um aumento da concorrência por parte de importados e à queda dos preços nos mercados internos. Recentemente, o governo Trump impôs uma tarifa de 25% sobre uma variedade de importações da China e, posteriormente, instituiu tarifas sobre outros produtos chineses.

4.1.47 Mudanças futuras na política industrial e ações relacionadas por parte do governo brasileiro podem produzir um impacto negativo e material na demanda por nossos produtos, bem como em nossa receita líquida de vendas e desempenho financeiro em geral.

Atualmente nos beneficiamos de algumas políticas industriais e ações relacionadas por parte do governo brasileiro, que visam fortalecer a economia interna e determinadas indústrias locais. Algumas dessas políticas e ações incluíram recentemente reduções em encargos trabalhistas para a indústria transformadora de plástico, um programa de incentivo à competitividade de produtores brasileiros em mercados de exportação através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações, intervenção do governo federal visando reduzir incentivos a importações em portos locais, aumento dos encargos de importação sobre certos produtos, entre eles o polietileno, e redução nas taxas do Programa de Integração Social (PIS), imposto federal de valor agregado, e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), impostos sobre aquisições de matéria-prima por produtores petroquímicos de primeira e segunda geração.

Tais impostos sobre a aquisição de matéria-prima possuíam alíquota de 5,6% para nafta e 9,25% para outras matérias-primas antes de junho de 2013. A alíquota foi reduzida para 1% em 2015, acrescida para 3% em 2016, para 5% em 2017 e novamente para 5,6% em 2018. Em 30 de maio de 2018, o governo brasileiro promulgou a Medida Provisória Nº 836/18, que revogou a restituição fiscal de contribuições sociais, PIS e COFINS a partir de 1º de setembro de 2018. Ainda, no início de outubro de 2018, não houve conversão em lei do regime especial da indústria química (REIQ), que mantinha as alíquotas de PIS/COFINS sobre a aquisição de matérias-primas nacionais e importadas fixada em 5,6%.

Não é possível para a Companhia prever ou controlar quais políticas serão renovadas ou descontinuadas e se haverá propostas ou implantação de alterações futuras à política industrial brasileira. Caso se encerrem as políticas industriais que beneficiam a Companhia, ou sejam implementadas políticas que a prejudique, seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras podem ser afetados negativamente.

4.1.48 Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que pode reduzir a margem bruta da Companhia, afetando negativamente seu desempenho financeiro em geral.

O governo brasileiro introduz ocasionalmente mudanças do regime fiscal que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais mudanças incluem alterações de alíquotas e, às vezes, a criação de tributos temporários, cuja receita é vinculada a finalidades governamentais específicas. Não se pode prever as mudanças da legislação tributária brasileira que poderão ser propostas e aprovadas no futuro. No entanto, futuras mudanças dessa legislação poderão resultar em elevação da carga tributária total da Companhia, o que poderia reduzir sua margem bruta e afetar negativamente seu desempenho financeiro como um todo.

4.1.49 Restrições à movimentação de capital para fora do Brasil podem prejudicar a capacidade dos detentores das ações, ADSs ou títulos de dívida da Companhia de receberem pagamentos pelas seus respectivos direitos ou garantias e podem restringir a capacidade da Companhia de realizar pagamentos em dólares norte-americanos.

No passado, a economia brasileira passou por períodos de déficit do balanço de pagamentos e escassez de reservas cambiais, e o governo reagiu restringindo a conversão de reais em moedas estrangeiras por pessoas brasileiras ou estrangeiras. O governo pode instituir uma política de controle cambial restritiva no futuro. Qualquer política de controle cambial poderia impedir ou restringir o acesso da Companhia a dólares norte-americanos e, consequentemente, a sua capacidade de cumprir com suas obrigações em dólares norte-americanos relativas às suas ações, ADSs e notas sênior em aberto, bem como causar um efeito adverso significativo em seus negócios, situação financeira e resultados das suas operações. Não é possível prever o impacto de tais medidas na economia brasileira.

4.1.50 A política cambial brasileira pode afetar a capacidade da Braskem de realizar remessas de valores para fora do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Brasil para o cumprimento de obrigações relativas a títulos e valores mobiliários e de dívidas.

Segundo a regulamentação vigente no Brasil, não é necessário que empresas brasileiras obtenham autorização do Banco Central para a realização de pagamentos de garantias em favor de estrangeiros, tais como os detentores de ações, ADSs ou notas sênior da Companhia. Não é possível garantir que tais regras continuarão vigentes à época em que a Braskem tiver de realizar pagamentos das obrigações referentes às suas ações, ADSs ou garantias. Caso tais regras ou sua interpretação sejam alteradas e a autorização do Banco Central passe a ser exigida, a Braskem poderá ter de solicitar autorização ao Banco Central para transferir os valores das obrigações para fora do Brasil, ou ainda realizar tais pagamentos com valores mantidos pela Braskem no exterior. Não é possível garantir que tal autorização seria obtida ou que tais recursos estariam disponíveis. Caso tal autorização não seja obtida, a Companhia pode não ser capaz de realizar os pagamentos aos detentores das ações, ADSs e/ou notas sênior em dólares. Caso não seja possível obter as autorizações necessárias, conforme exigidas para o pagamento de valores devidos pela Braskem através da remessa de valores do Brasil, a empresa poderá buscar outras formas legais de realizar os pagamentos dos valores devidos no âmbito das ações, ADSs ou notas sênior. No entanto, não é possível garantir a disponibilidade futura de mecanismos de remessa de valores e, mesmo que tais mecanismos estejam disponíveis no futuro, não é possível garantir a possibilidade de realização dos pagamentos devidos em relação às notas sênior em aberto através de tais mecanismos.

4.1.51 As políticas de controle cambial podem aumentar o custo do serviço de nossa dívida em moeda estrangeira, afetar nossa capacidade de efetuar pagamentos referentes a essa dívida e afetar nossa liquidez.

No Brasil, a compra e a venda de moeda estrangeira estão sujeitas a controle governamental. As leis e regulamentos atuais que regem o sistema de câmbio brasileiro permitem a compra e venda de moeda estrangeira e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa física ou jurídica, em qualquer valor, sujeito a determinados procedimentos regulatórios. Muitos fatores poderiam levar o governo brasileiro a instituir políticas mais restritivas de controle cambial, incluindo o volume das reservas cambiais do Brasil, a disponibilidade de câmbio suficiente na data de vencimento de pagamentos no exterior, o volume de encargos de serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo, a política do Brasil no tocante ao FMI e restrições políticas às quais o Brasil porventura esteja sujeito. Uma política mais restritiva poderia aumentar o custo de serviço, as dívidas da Companhia e outros passivos expressos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia representava no total 96% da sua dívida consolidada em 31 de dezembro de 2018, incluindo os custos de operações. Tal endividamento não inclui o valor consolidado de R\$ 10.504,6 milhões (US\$ 2.711,0 milhões) em aberto em 31 de dezembro de 2018 relativo ao Financiamento da Braskem Idesa. Se a Companhia deixar de efetuar pagamentos no âmbito de qualquer uma dessas obrigações, ficará caracterizada a inadimplência, o que poderia reduzir sua liquidez, bem como o preço de mercado de seus valores mobiliários, incluindo as ações preferenciais classe A e ADSs.

4.1.52 As leis fiscais brasileiras podem produzir um efeito adverso nos tributos aplicáveis à alienação de nossas ADSs e ações preferenciais.

Segundo a Lei no. 10.833, promulgada em 29 de dezembro de 2003, se um investidor não residente no Brasil vender seus ativos localizados no Brasil, a operação estará sujeita a tributação no Brasil, mesmo se tal alienação ocorrer fora do Brasil ou for realizada a outro investidor não residente. Alienações de nossas ADSs entre não residentes, entretanto, não estão atualmente sujeitas a tributação no Brasil. Ainda assim, caso o conceito de “alienação de ativos” seja interpretado como incluindo a alienação entre investidores não residentes de ativos localizados fora do Brasil, essa lei poderia resultar na incidência de impostos retidos na fonte em casos de alienação de ADSs efetuada entre investidores não residentes no Brasil. Em função do fato de que, na data deste relatório anual, a Lei no. 10.833/2003 não possui orientação judicial quanto a sua aplicação, não somos capazes de prever se uma interpretação que aplique tais leis fiscais a alienações de nossas ADSs entre não residentes poderia prevalecer nos tribunais brasileiros. Vide “Item 10. Comentários dos Diretores”.

4.1.53 A lei de falências brasileira pode ser menos favorável aos detentores das ações, ADSs e notas sênior em aberto da Companhia que as leis de falência ou insolvência de outras jurisdições.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso não seja capaz de pagar sua dívida, inclusive suas obrigações com relação às ações, ADSs e garantias das notas sênior em aberto, a Companhia poderia ficar sujeita aos procedimentos de falência no Brasil. A lei de falência brasileira em vigor é substancialmente diferente, e pode ser menos favorável aos credores, se comparada às leis de outras jurisdições. Por exemplo, os detentores dos títulos de dívida em aberto poderão ter direito a voto limitado nas assembleias de credores em um contexto de recuperação judicial. Além disso, qualquer decisão judicial obtida contra a Companhia em tribunais brasileiros com relação ao pagamento de obrigações das garantias seria geralmente expressa em Reais equivalentes ao valor em dólar convertido pela taxa de câmbio em vigor (1) na data do pagamento efetivo, (2) na data em que a decisão judicial for proferida, ou (3) na data em que tiveram início os procedimentos de cobrança ou execução contra a Companhia. Consequentemente, no caso da falência da Companhia, todas as suas obrigações relacionadas a dívidas denominadas em moedas estrangeiras, inclusive as garantias, seriam convertidas em Reais pela taxa de câmbio em vigor na data da declaração da falência pelo tribunal. Não é possível garantir que tal taxa de câmbio corresponderá à remuneração total devida pelo montante investido nos títulos de dívida em aberto acrescida de juros acumulados.

i) Riscos relativos aos países estrangeiros em que a Companhia atua

4.1.54 Fatores macroeconômicos globais têm produzido, e podem continuar a produzir, efeitos negativos sobre as margens que colocamos em nossos produtos.

Nosso resultado operacional pode ser materialmente afetado por condições adversas nos mercados financeiros e condições econômicas negativas em geral. Pioras no ambiente econômico de determinadas regiões geográficas e jurisdições onde comercializamos nossos produtos podem reduzir substancialmente a demanda por nossos produtos e resultar na queda do volume de vendas. Ambientes de recessão econômica podem afetar negativamente nosso negócio, em função da redução da demanda por nossos produtos.

Segundo o FMI, a economia mundial cresceu 2,9% em 2018, uma alta de 0,7 p.p. em relação à 2017. Em 2018, o PIB brasileiro cresceu 1,1% ante crescimento de 1,0% em 2017 e retrações de 3,5% em 2016 e 3,8% em 2015. Para os Estados Unidos, o FMI registrou crescimento do PIB de 2,9% em 2018, ante crescimentos de 2,3% em 2017, 1,5% em 2016 e 2,6% em 2015. O FMI registrou ainda crescimento do PIB de 2,2% na Europa e de 2,2% no México em 2018.

Nossa capacidade de exportar para outros países depende do nível de crescimento econômico nesses países e outras condições econômicas, incluindo taxas de inflação e juros vigentes. Adicionalmente, quebras no equilíbrio global entre demanda e oferta podem prejudicar nossa habilidade de exportar nossos produtos em razão de uma queda na demanda interna por esses produtos. Períodos de prolongada volatilidade da atividade econômica em nossos principais mercados de exportação, tais como América do Sul, Europa e Ásia podem continuar a reduzir a demanda por alguns de nossos produtos e levar a maiores pressões de preços por importadores brasileiros, o que pode afetar negativamente nossos resultados operacionais.

4.1.55 Mudanças nas políticas comerciais norte-americanas e globais e outros fatores que estão fora do controle da Companhia podem impactar negativamente os seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

O ambiente internacional em que opera a Companhia é afetado por acordos comerciais e tarifas estabelecidas entre países. Como resultado da recente alteração das políticas administrativas dos Estados Unidos, foram realizadas, e poderão ser realizadas ainda, alterações a acordos comerciais existentes, aumento da restrição ao livre comércio e aumentos significativos nas tarifas de bens importados pelos Estados Unidos, principalmente aqueles fabricados na China, México e Canadá. Ações futuras do governo norte-americano e de outros governos estrangeiros, inclusive a China, com relação a tarifas ou acordos comerciais e políticas internacionais não estão claras no momento.

A intensificação da guerra comercial, tarifas, tarifas de retaliação e outras restrições comerciais sobre produtos e materiais exportados pela Companhia à China ou matérias-primas importadas pela Companhia da China ou de outros países pode comprometer a capacidade da Companhia de fornecer os seus produtos para clientes na China ou em outras localidades afetadas. Isso resultaria na redução da demanda por seus produtos, além de atrasos no recebimento de pagamentos de clientes. Adicionalmente, outras ações governamentais relacionadas a tarifas ou acordos comerciais internacionais,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mudanças nas condições sociais, políticas, regulatórias e econômicas dos Estados Unidos, ou em leis e políticas relacionadas ao comércio internacional, indústria, desenvolvimento e investimentos em territórios e países onde se encontram os clientes da Companhia poderiam levar a um reequilíbrio dos fluxos globais de exportação e a um aumento da concorrência global, o que, por sua vez, poderia impactar negativamente os negócios, as condições financeiras, resultados das operações e fluxo de caixa da Companhia.

4.1.56 A Companhia pode ser impactada pela instabilidade da economia global e turbulência financeira.

A instabilidade dos mercados globais e do ambiente geopolítico em diversas partes do mundo, além de outras dificuldades, podem continuar pressionando as condições econômicas globais. Caso as condições econômicas e mercadológicas globais, ou as condições econômicas nos principais mercados, permaneçam incertas ou se deteriore, os negócios, resultados das operações e condição financeira da Companhia poderiam ser materialmente impactados.

4.1.57 A situação política no México pode afetar de forma material e negativamente a política econômica mexicana e, consequentemente, as operações da Companhia.

As operações da Companhia estão sujeitas a incertezas políticas e econômicas e a outros riscos políticos, tais como tensões e confrontos entre partidos políticos. Alguns desses riscos podem ser maiores em países em desenvolvimento nos quais operamos, inclusive o México. A mais recente eleição presidencial no México aconteceu em julho de 2018. A legislação mexicana não permite a reeleição para presidente. O presidente eleito, Andrés Manuel López Obrador, assumiu o cargo em 1º de dezembro de 2018, com o seu partido político, o *Movimiento Regeneración Nacional*, possuindo maioria nas duas casas do congresso Mexicano. Não é possível prever quais mudanças, se houver, resultarão das medidas adotadas pelo novo governo, inclusive com relação aos setores de energia e produtos petroquímicos. Eventos políticos no México poderiam afetar negativamente a produção de óleo e gás, as condições econômicas e o setor da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais e balanço patrimonial.

4.1.58 As condições políticas e econômicas e as políticas governamentais do México e de outros países podem ter um impacto significativo nas operações da Companhia.

Uma possível deterioração da situação econômica mexicana, instabilidade social, agitação política ou outros acontecimentos sociais adversos no México poderiam afetar os negócios e as condições financeiras da Companhia. Tais eventos poderiam também levar ao aumento da volatilidade dos mercados financeiros, afetando assim a capacidade da Companhia de manter sua liquidez financeira e cumprir com obrigações de dívida. Além disso, cortes de gastos relacionados à Pemex ou outras despesas públicas, ou falta de investimentos em gás natural e recuperação de etano, poderiam afetar negativamente a Pemex, a capacidade da Pemex de produzir e recuperar etano, a economia mexicana e, consequentemente, os resultados e perspectivas relativos a negócios, condições financeiras e operações da Companhia.

No passado, o México passou por diversos períodos de crescimento econômico baixo ou negativo, inflação alta, taxas de juros altas, desvalorização cambial e outros problemas econômicos. Tais problemas poderiam se agravar ou retornar, conforme o caso, no futuro e afetar de forma adversa os negócios da Companhia e sua capacidade de cumprir com obrigações de dívida. Uma piora das condições financeiras ou econômicas internacionais, tais como uma desaceleração no crescimento ou recessão nos parceiros comerciais do México, entre eles os Estados Unidos, ou o surgimento de uma nova crise financeira, poderiam produzir efeitos adversos na economia mexicana, bem como nas condições financeiras da Companhia e em sua capacidade de cumprir com obrigações de dívida.

Além disso, o contrato de longo prazo que prevê a compra de etano pela Companhia da Pemex TRI, uma estatal mexicana, pode ser manipulado, rescindido ou prejudicado pela estatal como resultado de pressão política para não cumprir com as condições do contrato, medidas de expropriação adotadas pelo governo mexicano ou mudanças na legislação. Qualquer descumprimento, alteração, rescisão ou interrupção deste contrato de fornecimento poderia afetar de forma material e adversa os resultados das operações ou a situação financeira da Companhia.

4.1.59 Os acontecimentos em outros países podem afetar de maneira adversa a economia mexicana, bem como o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desempenho financeiro da Companhia e o preço das suas ações.

A economia mexicana e o valor de mercado das empresas mexicanas podem, em diversos níveis, ser afetados pelas condições econômicas e mercadológicas globais, além das condições econômicas e mercadológicas em outros países emergentes e nos maiores parceiros comerciais, especialmente nos Estados Unidos. Nos últimos anos, as condições econômicas no México se tornaram cada vez mais correlacionadas às condições econômicas dos Estados Unidos, como resultado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), que aumentou a atividade econômica entre os dois países, e a remessa de fundos dos imigrantes mexicanos que trabalham nos Estados Unidos para residentes mexicanos. Por isso, condições econômicas adversas nos Estados Unidos, a extinção ou modificação do NAFTA ou o seu tratado sucessor, o USMCA, bem como outros temas relacionados, inclusive disputas comerciais e instabilidade globais, podem afetar de forma adversa e significativa a economia mexicana. A Companhia não pode garantir que acontecimentos em outros mercados de países emergentes, nos Estados Unidos, ou em qualquer outro lugar não afetarão de forma adversa o seu desempenho financeiro.

4.1.60 O México já passou por um período de crescente atividade criminal, o que poderia afetar as operações da Companhia.

Nos últimos anos, o México passou por um período de crescente atividade criminal, principalmente em decorrência da atuação de cartéis de drogas e organizações criminosas relacionadas. Além disso, o desenvolvimento do mercado ilícito de combustíveis no México levou ao aumento nos roubos e comércio ilegal de combustíveis produzidos pela Pemex TRI, principal fornecedora da Companhia no México. Em resposta a esta situação, o governo mexicano implementou diversas medidas de segurança e intensificou suas forças militares e policiais com o intuito de diminuir os incidentes de roubos e outras atividades criminais direcionadas a instalações e produtos petroquímicos da Companhia. Apesar dos esforços citados, as atividades criminais continuam a existir no México, sendo que algumas delas podem ter como alvo as instalações e os produtos, inclusive roubos de produtos durante o transporte rodoviário ou ferroviário, da Companhia, da Pemex e de outros fornecedores. Tais atividades, sua possível intensificação e a violência associada a elas poderiam impactar negativamente as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia.

j) Riscos relativos às questões socioambientais

Vide “Item 4.1.5 - Os negócios da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.”

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é definido como a perda potencial decorrente de variações adversas de taxas e preços de mercado. Estamos expostos a uma série de riscos de mercado em decorrência de nossas atividades comerciais normais. Tais riscos não estão sob nosso controle e envolvem principalmente a possibilidade de que as variações das taxas de juros, taxas de câmbio ou dos preços de commodities prejudiquem o valor de nossos ativos e passivos financeiros ou dos fluxos de caixa e lucros futuros.

Para mitigar os riscos de mercado aos quais estamos expostos, usamos e podemos usar instrumentos derivativos de moeda estrangeira, taxa de juros e commodities, além de caixa e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha opções de moedas no valor referencial total de R\$ 2.232 milhões em opções de venda e de US\$ 1.594 milhões em opções de compra. Além disso, possui swaps de taxas de juros relacionado ao Projeto Etileno XXI no valor referencial total de US\$ 798,46 milhões. Esses swaps de taxas de juros em moedas cruzadas estão casados com nossas obrigações de dívida.

A Companhia apura o impacto potencial e consolidado de riscos de mercado e busca mitigar os riscos apurados de acordo com a nossa política de gerenciamento de risco.

A política de gestão de risco cambial, adotada a partir de 30 de março de 2017 pelo nosso conselho de administração e atualizada recentemente em setembro de 2018, cobria o gerenciamento de fluxo e liquidez de caixa, investimento em disponibilidades, atividades de financiamento e garantias e gerenciamento de riscos de câmbio e commodities. Essa política reflete nossos procedimentos conservadores relativos a práticas financeiras e gestão de riscos. Seu objetivo é gerenciar e prever os riscos com base na avaliação contínua de vários elementos-chave, incluindo a saúde financeira da Companhia em geral, quaisquer operações que tenhamos com partes associadas, nossos ratings, riscos de contraparte e estratégias de hedging. Além disso, a política visa assegurar o alinhamento dos objetivos das equipes financeiras com os objetivos gerais da Braskem.

Não realizamos operações com derivativos para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2018, tínhamos R\$ 3.662 milhões em disponibilidades e investimentos financeiros em moedas estrangeiras, que podem compensar parcialmente os efeitos de uma desvalorização do real frente a moedas estrangeiras sobre nossa capacidade de pagar o serviço da dívida em moedas estrangeiras, até o limite dessas disponibilidades e outros investimentos.

Risco de Taxa de Juros

Nossa exposição a taxas de juros variáveis está sujeita principalmente às variações da LIBOR para empréstimos e variações das taxas TLP, CDI e IPCA para aplicações de curto prazo em reais,

Com relação às taxas de juros brasileiras:

- a taxa CDI de curto prazo diminuiu para 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2018, de 6,89% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e 13,63% ao ano em 31 de dezembro de 2016; e
- a TLP aumentou para 7,06% ao ano em 31 de dezembro de 2018, de 7% ao ano em 31 de dezembro de 2017 e 7,5% ao ano em 31 de dezembro de 2016.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossos instrumentos mais significativos sensíveis à taxa de juros:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

| | Cronograma de pagamentos – Composição por tipo de taxa de juros | | | | | | | |
|--|---|---------|---------|----------|---------|-----------|----------|----------------------------|
| | Em | 31 | de | dezembro | de | 2018 | | |
| | Data prevista de vencimento | | | | | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | Após 2023 | Total | Valor Justo ⁽¹⁾ |
| | (em milhões de reais, exceto quando indicado) | | | | | | | |
| Passivo: | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos (exclui debêntures): | | | | | | | | |
| Taxa fixa, em dólares..... | 412,9 | 1.473,3 | 3.686,2 | 2.010,3 | 2.010,3 | 12.957,8 | 22.550,7 | 24.888,2 |
| Taxa de juros média | 5,9% | 6,9% | 5,7% | 5,3% | 3,5% | 5,9% | | |
| Taxa variável, em dólares | 260,6 | 250,0 | 250,0 | 249,8 | 172,5 | 775,2 | 1.957,9 | 1.746,5 |
| Taxa de juros média (acima da LIBOR)..... | 1,1% | 1,1% | 1,1% | 1,1% | 1,1% | 1,1% | | |
| Taxa fixa do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares | 247,0 | 260,4 | 280,8 | 205,8 | 301,7 | 1.345,0 | 2.640,8 | 2.329,6 |
| Taxa de juros média | 4,9% | 4,8% | 4,8% | 4,8% | 4,8% | 4,7% | | |
| Taxa variável do Project Finance do Projeto Etileno XXI, denominada em dólares | 721,0 | 772,8 | 894,5 | 775,1 | 988,7 | 3.801,1 | 7.953,3 | 7.038,3 |
| Taxa de juros média | 3,9% | 3,9% | 3,9% | 3,8% | 3,9% | 4,0% | | |
| Taxa fixa, em reais | 120,0 | 84,6 | 51,7 | 46,4 | 14,6 | 12,3 | 329,6 | 293,7 |
| Taxa de juros média | 5,4% | 5,6% | 5,9% | 6,1% | 4,4% | 6,5% | | |
| Taxa variável, em reais | 19,0 | 12,5 | 12,5 | 12,5 | 212,5 | 221,9 | 490,9 | 371,5 |
| Taxa de juros média (% do CDI) | 7,6% | 8,2% | 8,2% | 8,2% | 6,5% | 6,6% | | |
| Taxa variável, em reais..... | 0,2 | 0,2 | 0,1 | - | - | - | 0,6 | 0,5 |
| Taxa de juros média (acima da TLP) | 6,0% | 6,0% | 6,0% | - | - | - | | |
| Taxa variável, em reais..... | 15,3 | 33,9 | 38,1 | 38,1 | 38,1 | 47,6 | 211,2 | 186,0 |
| Taxa de juros média (acima do IPCA) | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | 6,0% | | |
| | 1.660,7 | 2.769,2 | 5.124,1 | 3.253,5 | 3.685,7 | 19.101,0 | 36.135,0 | 36.854,2 |
| Total de empréstimos e financiamentos | | | | | | | | |
| Ativo: | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos: | | | | | | | | |
| Taxa fixa, em moedas estrangeiras | 3.661,8 | - | - | - | - | — | 3.661,8 | 3.661,8 |
| Taxa variável, em reais | 4.253,4 | - | - | - | - | — | 4.253,4 | 4.253,4 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos..... | 7.915,2 | - | - | - | - | — | 7.915,2 | 7.915,2 |

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros das obrigações convertidos em reais pelo valor de justo em 31 de dezembro de 2018.

Na hipótese da taxa de juros média aplicável a nossos ativos financeiros e endividamento em 2019 ser 1 ponto percentual maior do que a taxa de juros média em 2018, nossas receitas financeiras aumentariam em R\$ 79,2 milhões e as despesas financeiras, em R\$ 361,3 milhões.

Risco Cambial

Nossos passivos expostos a risco cambial são primordialmente denominados em dólares norte-americanos. Para compensar parcialmente o risco de desvalorização do real em relação do dólar dos Estados Unidos, mantemos atualmente ativos líquidos disponíveis denominados em dólares norte-americanos e contratamos instrumentos derivativos. Além disso, visando representar melhor o real risco cambial relacionado a exportações futuras, a Companhia designou parte dos seus passivos denominados em dólares norte-americanos como instrumentos de hedge através de hedge accounting em 1º de maio de 2013. Uma vez que tomamos empréstimos nos mercados

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

internacionais para dar suporte às nossas operações e investimentos, ficamos expostos aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio e de juros.

A tabela a seguir fornece informações sobre nossa exposição cambial significativa:

| Cronograma de ativos e passivos – Composição por moeda | | | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-------------------------------|
| Em 31 de dezembro de 2018 – Data prevista de vencimento | | | | | | | | |
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | Após 2023 | Total | Valor Justo ⁽¹⁾ |
| (em milhões de reais) | | | | | | | | |
| Passivo: | | | | | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e fornecedores: | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos denominados em dólares | 1.641,5 | 2.756,4 | 5.111,5 | 3.241,0 | 3.473,2 | 18.879,1 | 35.102,8 | 28.262,5 |
| Contas a pagar denominadas em dólares | 5.841,7 | - | - | - | - | - | 5.841,7 | 5.841,7 |
| Total de empréstimos, financiamentos e fornecedores... | 7.483,1 | 2.756,4 | 5.111,5 | 3.241,0 | 3.473,2 | 18.879,1 | 40.944,5 | 34.104,2 |
| Ativo: | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos denominados em moeda estrangeira | 3.661,8 | - | - | - | - | - | 3.661,8 | 3.661,8 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos..... | 3.661,8 | - | - | - | - | - | 3.661,8 | 3.661,8 |
| Hedge accounting | | | | | | | | |
| Exportações/Vendas designadas para hedge accounting | 3.730,8 | 3.836,8 | 3.947,7 | 3.765,2 | 4.071,8 | 12.650,0 | 32.002,2 | 32.002,2 |

(1) Representa o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros das obrigações convertidos em reais pelo valor de justo em 31 de dezembro de 2018.

A nossa exposição cambial enseja riscos de mercado associados a variações cambiais do real frente ao dólar dos Estados Unidos. Os passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 eram compostos principalmente de dívida expressa em dólares. Nossa dívida em dólares, inclusive dívida de curto prazo e a parcela corrente da dívida de longo prazo, era de R\$ 35.103 milhões (US\$ 9.059 milhões) e R\$ 32.156 milhões (US\$ 10.142 milhões) em 31 de dezembro de 2017. Essa exposição cambial é representada por dívida sob a forma de notas, linhas de crédito para pagamento antecipado de exportação e empréstimos de capital de giro.

O nosso caixa e fundos disponíveis em dólares norte-americanos nos protegem parcialmente contra a exposição decorrente da dívida denominada em dólares norte-americanos. Da mesma forma, receitas de vendas e exportações futuras parcialmente compensaram tal exposição cambial da dívida denominada em Dólar, sendo que a Companhia adotou o tratamento de hedge accounting para melhor representar sua real exposição. Desde 2016, a Braskem passou a reconhecer a variação cambial, mantida em “Outros resultados abrangentes”, na demonstração dos resultados, conforme o cronograma de designação de vendas e exportações futuras (para mais informações, vide nota 17 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas anexas a este relatório anual).

Na hipótese de depreciação de 10% do real em relação ao dólar durante 2018, em comparação com a taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos em 31 de dezembro de 2017, nossas despesas

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

financeiras indexadas em dólar em 2018 aumentariam em R\$ 3.510 milhões e as receitas financeiras aumentariam em R\$ 366 milhões.

Risco de Preços de commodities

Embora realizemos swaps de commodities relativos a transações específicas, atualmente não fazemos hedge de nossa principal exposição a variações dos preços da nafta, nossa principal matéria-prima, que estão atrelados a preços do Mercado internacional expressos em dólares no caso da nafta e outros derivados de petróleo. Não fazemos hedge dessa principal exposição em parte porque uma parcela de nossas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e atreladas aos preços internacionais de Mercado dessas commodities expressos em dólares e em parte porque os preços dos produtos de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no mercado brasileiro em geral refletem os preços do mercado internacional desses produtos expressos em dólares e convertidos em reais. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos, há frequentemente uma defasagem entre o momento em que o dólar dos Estados Unidos se valoriza e o momento em que nós podemos efetivamente repassar os aumentos de preços resultantes em reais a nossos clientes no Brasil. Desta forma, se o preço em dólares da nafta aumentar abruptamente ou se o real se desvalorizar abruptamente em relação ao dólar no futuro, podemos não ser capazes de repassar imediatamente os correspondentes aumentos dos custos da nafta a nossos clientes no Brasil, o que poderia exercer um efeito negativo relevante sobre o resultado de nossas operações e nossa situação financeira.

Risco de inflação

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Nos anos mais recentes, mudanças substanciais na política e regulamentação econômica têm ocorrido com alta frequência. Apesar da flexibilização recente da política monetária e da queda da taxa de juros, ainda existe grande incerteza em relação à capacidade da economia brasileira em conviver com uma política monetária menos austera. Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros por período maior que o indicado, intervenção no mercado o de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos, o que poderá resultar redução da margem bruta. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução da margem líquida. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados brasileiros de capitais e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinanciar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida de vendas ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam na diminuição do preço de mercado de suas ações. Vide “Item 4.1. Descrição dos fatores de risco”.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$ 50 milhões¹; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018, figuravam como parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cível, societária, fiscal-tributária, trabalhista e regulatória. O total das nossas contingências somavam R\$ 10.286 milhões, dos quais: (i) R\$ 1.038 milhões correspondentes a processos trabalhistas da Companhia e de suas controladas, cujo valor total provisionado é de R\$ 178 milhões; (ii) R\$ 1.516 milhões correspondentes a processos cíveis, societários e outros, cujo valor total provisionado é de aproximadamente R\$ 180 milhões; e (iii) R\$ 7.732 milhões correspondentes a processos tributários, cujo valor total provisionado é de aproximadamente R\$ 607 milhões.

A Administração da Braskem, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos assessores jurídicos da Companhia;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da expectativa de perda, conforme análise da Administração da Companhia, baseado em relatórios de assessores jurídicos externos.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, ressalvados os casos derivados de combinação de negócios, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância (Nota 23.2). Nas operações de combinação de negócios, atendendo ao disposto no CPC 15 e IFRS 3, a Companhia registra o valor justo dos processos com essa avaliação de perda. O valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic, multiplicado pelo percentual de probabilidade de perda, definida por assessores jurídicos externos. Abaixo, segue a descrição das ações judiciais e administrativas relevantes da Companhia e suas controladas atualmente em curso, tendo em vista os critérios acima descritos.

¹A Companhia decidiu alterar esse valor de R\$ 30 mi para R\$ 50 mi em 2018, devido a uma revisão interna do critério de relevância para processos judiciais.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes***Processos de natureza Tributária e Previdenciária-Tributária***

| AÇÃO ANULATÓRIA n.º 1043333-98.2015.8.26.0053/ EXECUÇÃO FISCAL n.º 1500021-30.2016.8.26.0554/ EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL n.º 1019908-57.2016.8.26.0554/ AÇÃO ANULATÓRIA N.º 1037868-11.2015.8.26.0053 | |
|--|---|
| a. Juízo | 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP e 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Santo André/SP |
| b. Instância | 1ª instância judicial |
| c. Data de instauração | 23/10/2015, 29/06/2016, 24/08/2016 e 21/09/2015 |
| d. Partes no processo | <u>Autor:</u> Braskem S.A. (sucessora por incorporação da Braskem QPar S.A.) <u>Ré:</u> Estado de São Paulo (Fazenda Estadual) |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <u>Valor envolvido:</u> R\$ 436 milhões <u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Trata-se de Ações Anulatórias, Execução Fiscal e Embargos à Execução Fiscal que discutem a cobrança oriunda do Auto de Infração n.º 3.110.477-0 lavrado para cobrança de débitos de ICMS, referentes ao período de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, e, do Auto de Infração n.º 3.125.876- 1 lavrado para cobrança de débitos de ICMS, referentes ao período de dezembro de 2004 a agosto de 2005 e agosto de 2004 a novembro de 2005. |
| f. Principais fatos | <u>Síntese dos fatos:</u> Os Autos de Infração nº 3.110.477-0 e n.º 3.125.876-1 foram lavrados contra a incorporada Quattor Químicos Básicos para cobrança de débitos de ICMS, respectivamente, referentes ao período de fevereiro de 2004 a agosto de 2005, novembro de 2005 a fevereiro de 2006 e setembro de 2006 a janeiro de 2008, e, de dezembro de 2004 a agosto de 2005 e agosto de 2004 a novembro de 2005, pelo aproveitamento supostamente indevido de créditos do imposto decorrentes de operações de aquisição de mercadorias de contribuinte localizado no Estado da Bahia e que foram exportadas pela Companhia. A Companhia alega ter havido decadência do direito do Fisco constituir parte do crédito tributário, relativa a fevereiro e março de 2004 e a dezembro de 2004, bem como violação ao princípio da não-cumulatividade e à |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| | <p>legislação estadual que lhe assegura o direito de se creditar do imposto pago na operação anterior, e, ainda, a improcedência das multas punitivas por falta de legitimidade passiva na qualidade de sucessora por incorporação e a inconstitucionalidade dos juros de mora aplicados pelo Estado de São Paulo.</p> <p><u>Relevância para a Quattor Química:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> Foi encerrada a esfera administrativa, tendo sido reduzido o valor do débito em aproximadamente 55% do montante envolvido. O débito remanescente está sendo discutido na esfera judicial e, em um processo a Fazenda Paulista retificou o valor da dívida para aplicar juros moratórios e correção monetária limitados à taxa SELIC, reduzindo o débito em 20%, e, no outro caso, foi suspensa a exigibilidade do crédito tributário. Em ambos foram aceitos seguros garantias. Aguardam confecção de laudo pericial.</p> |
| g. Chance de perda | <p>Remota em relação a R\$ 123 milhões</p> <p>Possível em relação à R\$ 312 milhões</p> |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 436 milhões |

AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 13502.721146/2013-14; 13502.721354/2013-13; 13502.721043/2014-27; 13502.721091/2017-68 e 13502.722355/2017-09

| | |
|--|--|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA |
| b. Instância | Instância Especial administrativa, 2ª instância administrativa, Instância Especial administrativa. 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 06/11/2013, 26/12/2013, 18/09/2014, 18/07/2017 e 19/12/2017 |
| d. Partes no processo | <p><u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil</p> <p><u>Ré:</u> Braskem S/A</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> Aproximadamente R\$ 1,24 bilhão</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processos Administrativos decorrentes de Autos de Infração lavrados para a cobrança de</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|----------------------------|--|
| | débitos de IRPJ e CSLL referente aos anos de 2007 a 2013. |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Autos de Infração lavrados em 06/11/2013; 26/12/2013, 18/09/2014, 18/07/2017 e 19/12/2017 através dos quais o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ e da CSLL em virtude da inclusão, na base de cálculo do IR e da CSLL, de despesas decorrentes do aproveitamento fiscal, nos anos de 2007 a 2013, de encargos de amortização de ágios originados das aquisições de participações societárias, em 2002, quando da formação da Braskem S/A e de juros oriundos da emissão de debêntures efetuada no ano de 2002 e convertida em ações em 2007. A Companhia alega, preliminarmente, o decurso do prazo decadencial que o Fisco dispunha para efetuar os lançamentos, tendo em vista que a compra de ações que originou o ágio ocorreu em 2002 e o seu aproveitamento fiscal ocorreu desde 2003 ou 2004 e, no mérito, que houve efetivo propósito negocial na aquisição dos ativos petroquímicos e teve a participação de partes independentes.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> As Impugnações apresentadas pela empresa nos Autos de Infração 13502.721354/2013-13, 13502.721146/2013-14, 13502.721091/2017-68 e 13502.722355/2017-09 foram julgadas improcedentes e a impugnação referente ao Auto de Infração 13502.721043/2014-27 foi julgada parcialmente procedente para reduzir a multa isolada em razão do reconhecimento de erros no seu cálculo. Os Recursos Voluntários interpostos nos Autos de Infração 13502.721146/2013-14 e 13502.721043/2014-27 foram julgados parcialmente procedente, enquanto que os dos Autos de Infração 13502.721354/2013-13, 13502.721091/2017-68 e 13502.722355/2017-09 aguardam julgamento. Pendem de julgamento, ainda, os Embargos de Declaração da Companhia e o Recurso Especial fazendário interpostos no Auto de Infração 13502.721146/2013-14, bem como o Recurso Especial interposto pela Companhia no Auto de Infração 13502.721043/2014-27.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---------------------------------|
| h. Análise do impacto em caso de perda | Aproximadamente R\$ 1,24 bilhão |
|---|---------------------------------|

| AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.721345/2013-14 | |
|---|---|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA |
| b. Instância | 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 23/12/2013 |
| d. Partes no processo | <u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <u>Valor envolvido:</u> aproximadamente R\$ 53 milhões relativos ao impacto econômico pela redução dos prejuízos fiscais acumulados e da base negativa de CSLL. Não há tributo lançado. <u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo Administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado com o propósito de retificar o saldo de prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa de CSL do ano de 2008. |
| f. Principais fatos | <u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 23/12/2013 em virtude da inclusão na base de cálculo do IR e da CSLL de juros e variações cambiais relativas a obrigações assumidas da Ipiranga Petroquímica S/A e outras despesas de variações cambiais no ano de 2008. A Companhia alega, em resumo, a essencialidade das despesas glosadas pelo Fisco. <u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido. <u>Situação atual do processo:</u> aguardando arquivamento dos autos, após decisão definitiva do CARF.. |
| g. Chance de perda | Possível, em relação à aproximadamente R\$ 53 milhões. |
| h. Análise do impacto em caso de perda | Aproximadamente R\$ 53 milhões relativos à redução dos prejuízos fiscais acumulados e da base negativa de CSLL. Não há tributo lançado. |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| AUTOS DE INFRAÇÃO Nº 13502.721126/2013-35; 13502.720411/2017-62 / MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5012850-19.2017.4.03.6100 | |
|--|--|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA e 25ª Vara Cível Federal da Subseção Judiciária de São Paulo |
| b. Instância | 2ª instância administrativa, 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial |
| c. Data de instauração | 31/10/2013, 21/03/2017 e 22/08/2017 |
| d. Partes no processo | <p><u>Nos processos administrativos:</u></p> <p><u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A</p> <p><u>No processo judicial:</u></p> <p><u>Impetrante:</u> Braskem Petroquímica LTDA.</p> <p><u>Impetrado:</u> Delegado da Delegacia Especial de Administração Tributária em SP e Procurador da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 733 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processos Administrativos e Judicial decorrentes de Autos de Infração lavrados para a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL compensados sem observância do limite de 30% do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL em decorrência de eventos de incorporação ocorridos em novembro de 2017, setembro de 2008 e agosto de 2013.</p> |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Autos de Infração lavrados em 31/10/2013 e 21/03/2017 através dos quais o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ e da CSLL compensados sem observância do limite de 30% do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, na declaração de encerramento das atividades da Ipiranga Petroquímica S/A por ocasião de incorporações de empresas, ocorridas em 30/09/2008 e 30/08/2013. Mandado de Segurança impetrado em 22/08/2017 para questionar a legalidade da cobrança veiculada no Auto de Infração 19515.005507/2009-24, que visa a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL, do exercício de 2007, relativos à incorporação da SPQ Investimentos e Participações LTDA. A Companhia alega, preliminarmente, o decurso do prazo decadencial que o Fisco dispunha para efetuar o lançamento com fundamento em precedentes favoráveis do CARF. Alega ainda não existir limitação</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|--|
| | <p>de compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL no caso de incorporação de pessoa jurídica.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos..</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> As Impugnações apresentadas pela empresa nos processos administrativos foram julgadas improcedentes. O Recurso Voluntário interposto no Auto de Infração 13502.721126/2013-35 foi provido na integralidade. Os Embargos de Declaração fazendários não foram conhecidos. Por sua vez, o Recurso Voluntário protocolado no Auto de Infração 13502.720411/2017-62 aguarda apreciação. O Mandado de Segurança 5012850-19.2017.4.03.6100 foi julgado procedente para anular os débitos constituídos por meio do processo administrativo 19515.005507/2009-24.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 733 milhões |

| AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.720796/2014-15 e 13502.721223/2014-17 | |
|--|---|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA |
| b. Instância | 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 15/07/2014 e 30/10/2014 |
| d. Partes no processo | <p><u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil</p> <p><u>Ré:</u> Braskem S/A</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 1,26 bilhão</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processos Administrativos decorrentes de Autos de Infração lavrados em razão da não tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL utilizados para amortização dos débitos consolidados no âmbito da MP 470, O Fisco também</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|--|
| | entendeu que as reduções de multa e juros decorrentes do referido parcelamento geraram receitas tributáveis pelo PIS e pela COFINS. |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Autos de Infração lavrados em 15/07/2014 e 30/10/2014, através dos quais o Fisco Federal exige o pagamento do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS incidentes sobre os saldos de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL utilizados para amortização dos débitos consolidados no parcelamento da MP n.º 470/09 e, ainda, PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da exoneração de multa e juros no âmbito da moratória. A Companhia alega, em resumo, que os saldos de Prejuízo Fiscal e Base de cálculo negativa de CSLL não constituem acréscimo patrimonial tributáveis pelo IRPJ e pela CSLL, tampouco receita bruta tributável pelo PIS e pela COFINS. Da mesma forma, defende que a exoneração de multa e juros não constitui receita tributável.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual dos processos:</u> As Impugnações apresentadas pela Companhia foram julgadas improcedentes. O Recurso Voluntário interposto no Auto de Infração 13502.720796/2014-15 foi provido integralmente e contra o acórdão foi interposto Recurso Especial fazendário ao qual negou-se provimento, encerrando em caráter definitivo a discussão relativa ao IRPJ e à CSLL favoravelmente à Companhia. Por sua vez, o Recurso Voluntário do Auto de Infração 13502.721223/2014-17 permanece aguardando julgamento.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 1,26 bilhão |

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.720458/2015-64/ EXECUÇÃO FISCAL N.º 0039579-32.2010.4.01.3300/ EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 23176-75.2016.4.01.3300

| | |
|---------------------|--|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA e 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia |
| b. Instância | 2ª instância administrativa e 2ª instância judicial |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|--|
| c. Data de instauração | 23/11/2015, 14/10/2010 e 25/07/2016 |
| d. Partes no processo | <p><u>Autora:</u> Receita Federal do Brasil</p> <p><u>Ré:</u> Braskem S/A (sucessora por incorporação da Braskem QPar)</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 175 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo Administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado para a cobrança de débito de IOF incidente sobre operações de Antecipação para Futuro Aumento e Execução Fiscal para a cobrança de débito de IOF/crédito sobre remessa e recebimento de recursos realizados entre a Companhia e CPN Incorporated por meio de contrato de conta corrente e de gestão única de caixa referente aos meses de maio de 2002 a abril de 2004.</p> |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 23/11/2015, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do IOF, apurado de abril a dezembro de 2010, em face da caracterização como mútuo de operações de AFAC, notas de débito e conta corrente. Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional para exigência de débitos de IOF referentes aos períodos de fevereiro de 2002 a março de 2004, em decorrência de suposta operação de mútuo de recursos financeiros verificada a partir da constatação de remessas para o exterior e recebimentos de recursos do exterior, pelo mecanismo de transferência de reais em conta-corrente.</p> <p>A Companhia alega que estas operações não caracterizam empréstimos ao abrigo da legislação brasileira e, como tal, não estão sujeitas ao IOF.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão dos valores envolvidos.</p> <p><u>Situação atual dos processos:</u> No processo administrativo, a Impugnação apresentada pela Companhia no Autos de Infração foi julgada parcialmente procedente para reduzir o débito em 99% e o Recurso Voluntário e o Recurso de Ofício interpostos contra essa decisão foram improvidos por maioria, estando pendente a formalização do acórdão. No processo judicial, a Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal, os quais foram julgados parcialmente procedentes para determinar a redução da multa de ofício de 75%</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|--|
| | para 20%, cobrada na CDA objeto da execução fiscal embargada. Aguarda julgamento de Recurso de Apelação interposto contra a sentença |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 175 milhões |

| AUTO DE INFRAÇÃO Nº 70.65105-001 (15000347952017) | |
|--|---|
| a. Juízo | Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas |
| b. Instância | 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 01/09/2017 |
| d. Partes no processo | Autora: Estado de Alagoas Ré: Braskem S/A |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <u>Valor envolvido:</u> R\$ 45 milhões <u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processo Administrativo decorrente de Auto de Infração lavrado com o propósito de exigir suposto crédito tributário a título de ICMS, no período entre agosto/2012 e abril/2016, em razão da Companhia ter realizado pagamento mínimo do referido tributo, em patamar inferior ao previsto no art. 9º do Decreto nº 38.394/2000 - PRODESIN. |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|--|
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 01/09/2017 em virtude de ter a Companhia, beneficiária do PRODESIN, supostamente recolhido o ICMS, referente ao período de agosto/2012 a abril/2016, em patamar inferior ao que determinava a legislação. A Companhia alega, em resumo, que o pagamento mínimo do ICMS, nos moldes em que autuado pela fiscalização, desrespeitou o critério legalmente estabelecido na legislação de regência do PRODESIN, considerando que a fiscalização promoveu a revisão do cálculo do pagamento mínimo do ICMS, após a partida da expansão em abril de 2012, com base em valores extraídos no Projeto Econômico, cuja observância dependia expressamente da implementação da efetiva geração dos saldos devedores de ICMS projetados, o que não ocorreu.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário que também foi improvido, estando pendente a formalização do acórdão.</p> |
| g. Chance de perda | Provável |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 45 milhões |

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13896.722669/2017-17

| | |
|-------------------------------|--|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA |
| b. Instância | 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 13/12/2017 |
| . Partes no processo | <p><u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil</p> <p><u>Ré:</u> Braskem S/A</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|---|
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> Aproximadamente R\$ 122 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Auto de infração lavrado em razão de ter sido promovido a (i) glosa de despesas com comissão pagas pela Braskem S/A em 2011, (ii) glosa de despesas com comissão pagas pela Braskem Incorporated em 2013/2014 (impacto na tributação de lucros auferidos no exterior), (iii) exigência de IRRF sobre os pagamentos referidos no item anterior; e (iv) glosa de despesas com publicidade incorridas em 2013.</p> |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 13/12/2017, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do IRRF, IR e CSL decorrente de glosas sobre comissões pagas pela Companhia, bem como glosa de despesas com publicidade. A Companhia alega a decadência de parte dos débitos lançados; que as despesas incorridas pela Braskem INC já foram regularizadas pela própria Companhia e implicou apenas na redução de seus estoques de prejuízo fiscal, sem a necessidade de recolhimento de tributos; que o IRRF arguido pelo Fisco visa alcançar fonte pagadora situada no exterior, o que escapa à aplicação da legislação tributária brasileira; e que as despesas de publicidade glosadas possuem relação com as atividades da Companhia.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário que está pendente de julgamento.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 122 milhões |

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 13502.722223/2017-79

| | |
|-------------------------------|---|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA |
| b. Instância | 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 04/12/2017 |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|--|
| d. Partes no processo | <p><u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil</p> <p><u>Ré:</u> Braskem S/A</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 122 milhões relativos ao impacto econômico pela redução dos prejuízos fiscais acumulados e da base negativa de CSLL. Não há tributo lançado.</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Auto de Infração lavrado em decorrência de glosa de despesas de Variações Cambiais entre a data de vencimento das faturas comerciais e o efetivo pagamento de obrigações referentes à importação de nafta envolvendo a INC.</p> |
| f. Principais fatos | <p>Síntese dos fatos: Auto de Infração lavrado em 04/12/2017, através do qual o Fisco</p> <p>Federal exige o pagamento do IRPJ e CSLL decorrente de glosa de despesas de Variações Cambiais, incorridas no ano-calendário de 2012, entre a data de vencimento das faturas comerciais e o efetivo pagamento de obrigações referentes à importação de nafta envolvendo a INC, por terem sido consideradas desnecessárias, ocasionando ajuste do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL, acumulados pela empresa. A Companhia alega, preliminarmente, a nulidade do lançamento por vício de incompetência dos agentes fiscais por se tratar do terceiro exame da regularidade da apuração do IRPJ e da CSLL de 2012, e, no mérito, a dedutibilidade das variações passivas, considerando que se a obrigação original é necessária, pois corresponde à própria importação de nafta petroquímica, principal insumo da Braskem, a variação cambial dela decorrente é acessória e dedutível.</p> <p><u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela empresa está pendente de julgamento.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 122 milhões |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 18050.005185/2008-84 | |
|---|---|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA |
| b. Instância | 2ª instância administrativa |
| c. Data de instauração | 04/06/2005 |
| d. Partes no processo | <u>Autor:</u> Instituto Nacional do Seguro Social - INSS <u>Ré:</u> Braskem S/A |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <u>Valor envolvido:</u> R\$ 52 milhões <u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Notificação fiscal de lançamento de débito nº 35.690.750-3 de contribuições previdenciárias por suposta ausência de retenção previdenciária no percentual de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo referentes a serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, no período de fevereiro de 1999 a junho de 2002. |
| f. Principais fatos | <u>Síntese dos fatos:</u> Notificação de lançamentos de débito de contribuições previdenciárias lavrada em 04/09/2005, através da qual o INSS exige o pagamento das contribuições previdenciárias referentes à ausência de retenções no percentual de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo referentes a serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, no período de fevereiro de 1999 a junho de 2002. A Companhia alega a decadência de parte dos débitos lançados, a incompatibilidade do serviço prestado com a substituição tributária imposta pelo art. 31 da Lei n.º 8.212 /1991, e, a ausência dos requisitos para configuração da cessão de mão-de-obra e outras questões de fato passíveis de comprovação mediante a realização de diligência fiscal. <u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido. <u>Situação atual do processo:</u> A Impugnação apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente procedente. Recurso de ofício improvido e Recurso Voluntário da Companhia provido em parte. Aguardando a intimação do acórdão. |
| g. Chance de perda | Possível |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|----------------|
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 52 milhões |
|---|----------------|

| AUTO DE INFRAÇÃO Nº 11080.012707/2002-11 | |
|---|---|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas – BA |
| b. Instância | Instância administrativa Especial |
| c. Data de instauração | 17/09/2002 |
| d. Partes no processo | <u>Autor:</u> Receita Federal do Brasil <u>Ré:</u> Braskem S/A |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <u>Valor envolvido:</u> R\$ 68 milhões. <u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Auto de Infração voltado à cobrança de II e IPI em decorrência da suposta importação de duas plantas industriais em remessas fracionadas. |
| f. Principais fatos | <u>Síntese dos fatos:</u> Auto de Infração lavrado em 17/09/2002, através do qual o Fisco Federal exige o pagamento do II e IPI supostamente recolhidos a menor em função da contratação, pelo Ipiranga Petroquímica, de duas empresas distintas para prestar assistência técnica, quando da construção de duas plantas industriais no Rio Grande do Sul, o que, no entender do órgão fazendário, teria sido feito para reduzir o preço das peças e da tecnologia utilizadas. A Companhia alega, em síntese, que a importação sob enfoque não teve por objeto plantas petroquímicas prontas, mas parte das máquinas e equipamentos destinados à sua construção, sendo incabível a tributação dos valores pagos a título de serviços de engenharia e tecnologia. <u>Relevância para a Companhia:</u> Este processo é considerado relevante para a Companhia em razão do valor envolvido. Situação atual do processo: A Impugnação apresentada pela empresa foi julgada improcedente, o que ensejou a interposição de Recurso Voluntário, que foi parcialmente provido. Contra essa decisão foi interposto Recurso Especial Fazendário que está pendente de julgamento. |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|----------------|
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda em caso em caso | R\$ 68 milhões |

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 10552.000327/2007-73, Nº 10552.000312/2007-13, Nº 10580.726589/2017-04, EXECUÇÃO FISCAL N.º 0009849-29.2017.4.01.3300 E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL N.º 0024178-46.2017.4.01.3300

| | |
|--|--|
| a. Juízo | Delegacia da Receita Federal em Lauro de Freitas– BA e 19ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia |
| b. Instância | 1ª e 2ª instância administrativa e 1ª instância judicial |
| c. Data de instauração | 24/08/2007, 11/08/2007, 22/08/2017, 28/03/2017 e 17/07/2017 |
| d. Partes no processo | <p><u>Nos processos administrativos:</u> Autor: União Federal</p> <p>Ré: Braskem S/A</p> <p><u>Nos processos judiciais:</u> Exequente/Embargado: União Federal</p> <p>Executado/Embargante: Braskem S/A</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 388 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Processos Administrativos e Judiciais decorrentes de Notificação de lançamento de débito e de Autos de Infração lavrados para a cobrança do adicional do Risco de Acidente de Trabalho ("RAT") para o custeio de aposentadoria especial em razão da suposta exposição de seus trabalhadores a agentes nocivos.</p> |
| f. Principais fatos | <p>Síntese dos fatos:</p> <p>Processos Administrativos autuados:</p> <p>(i) em 22/08/2007 e 24/08/2007, através dos quais se exige o pagamento das contribuições previdenciárias para financiamento de aposentadoria especial, decorrentes da suposta exposição de funcionários da empresa a ruído excessivo e benzeno, relativas a fatos geradores pretensamente ocorridos entre abril de 1999 e fevereiro de 2006, bem como de multa pela sua não informação, em GFIP; e,</p> <p>(ii) em 15/08/2017, buscando a cobrança do adicional do Risco</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|--|
| | <p>de Acidente de Trabalho ("RAT") para o custeio da aposentadoria especial em razão da suposta exposição dos seus trabalhadores a agentes nocivos no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2015.</p> <p>Processo judicial: Execução Fiscal ajuizada em 09/05/2017, com vistas a exigir o mencionado adicional do Risco de Acidente de Trabalho ("RAT") em razão da suposta exposição dos seus trabalhadores a agentes nocivos no período de novembro de 2000 a janeiro de 2001 e novembro de 2001 a junho de 2002, apurados no período de dezembro de 2000 a junho de 2002, combatidos nos Embargos à Execução Fiscal opostos em 17/07/2017.</p> <p>Como argumentos de defesa, a Companhia alega nos <u>processos administrativos</u>:</p> <p>(a) aos processos administrativos de 2007, contesta as premissas adotadas pela Fiscalização quanto ao gerenciamento ineficaz das condições de trabalho, juntando Parecer Técnico do IPT, e alega a decadência parcial do crédito lançado, inconstitucionalidade e ilegalidade do adicional e a incoerência da sua cobrança, uma vez que o INSS, à época, reiteradamente indeferia o pedido de aposentadoria especial aos funcionários da Companhia. Em relação ao auto de aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória, além de reiterar a matéria de fundo e alegações fáticas relacionadas à obrigação principal, defende a redução da penalidade aplicada em face da aplicação retroativa de lei mais benéfica (a fim de reduzir a penalidade para R\$ 20,00 a cada grupo de 10 informações incorretas ou omitidas em GFIP); e,</p> <p>(b) ao processo administrativo de 2017, contesta ponto a ponto o procedimento adotado pela fiscalização, alega a nulidade do lançamento pela falta de busca pela verdade material, a inaplicabilidade do instituto de arbitramento por aferição indireta e aponta os erros incorridos na apuração da base de cálculo por arbitramento. Argui ainda a inexistência de trabalho exercido em condições especiais no período de 2013 a 2015, a inobservância das normas baixadas pela própria Receita Federal do Brasil, as quais, alinhadas às disposições da Lei n.º 8.213/91, demandam a comprovação dos requisitos de permanência e a efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos, para que a sua atividade seja considerada especial, a inaplicabilidade de multa qualificada (150%) em face da inexistência de evidente intuito de sonegação dolosa por parte da empresa e a indevida imputação de responsabilidade solidária aos diretores (pessoas físicas) no caso concreto.</p> |
|--|--|

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|---|
| | <p>Como argumentos de defesa, a Companhia alega no <u>processo judicial</u> a consumação da prescrição do crédito tributário e a nulidade da inscrição em dívida ativa do débito.</p> <p>Relevância para a Companhia: Estes processos são considerados relevantes para a Companhia em razão do valor envolvido.</p> <p><u>Situação atual do processo:</u> Notificação Fiscal de Lançamento de Débito n.º 37.018.919-1, objeto do PAF nº 10552.000327/2007-73, foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância para excluir a parcela do débito extinta por decadência, tendo o julgamento do Recurso Voluntário da empresa sido convertido em diligência.</p> <p>O Auto de Infração n.º 37.018.922-1, objeto do PAF nº 10552.000312/2007-13 foi julgado parcialmente procedente em 1ª instância, também para reconhecimento da decadência parcial, tendo o julgamento do Recurso Voluntário sido convertido em diligência para apensamento ao PAF nº 10552.000327/2007-73.</p> <p>A Impugnação apresentada pela empresa contra o Auto de Infração nº 10580.726589/2017-04 foi acolhida pela DRJ, sendo reconhecida a nulidade do lançamento fiscal realizado por arbitramento, caracterizando vício formal insanável. O Acórdão foi objeto de recurso voluntário objetivando o reconhecimento de vício material e de recurso de ofício, pendentes de julgamento. A Execução Fiscal está suspensa em virtude dos Embargos à Execução Fiscal que, por sua vez, aguardam julgamento de primeira instância.</p> |
| g. Chance de perda | <p>Possível em relação aos PAF'S 10552.000327/2007-73, 10552.000312/2007-13 e ao Processo Judicial.</p> <p>Remota em relação ao PAF nº 10580.726589/2017-04, cujo valor total monta em 346,7 milhões.</p> |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 388 milhões |

Processos de natureza Cível

| AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 321122220124013400 | |
|---|--------------------------------------|
| a. Juízo | 13ª Vara Federal do Distrito Federal |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|---|
| b. Instância | 1ª instância |
| c. Data de distribuição | 29/06/2012 |
| d. Partes no processo | <u>Autor:</u> Ministério Público Federal do DF <u>Ré:</u> Braskem S/A |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <u>Valor envolvido:</u> R\$71 milhões <u>Objeto da causa (direito discutido):</u> Danos materiais e danos morais causados pelo tráfego de cargas com excesso de peso, além de multa judicial por cada nova infração cometida pela empresa. |
| f. Principais fatos | <u>Síntese dos fatos:</u> O MPF ajuizou Ação Civil Pública que foi, depois de apresentadas todas as provas pelas partes, julgada improcedente em primeira instância. MPF apresentou apelação e Braskem suas contrarrazões. Aguarda-se distribuição no Tribunal. |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 71 milhões |

AÇÕES INDENIZATÓRIAS CÍVEIS nº 01456309420088050001 e 01302261320028050001

| | |
|--------------------------------|--|
| a. Juízo | 16ª e 24ª Varas Cíveis de Salvador |
| b. Instância | 1ª instância |
| c. Data de distribuição | 16/04/1997 e 14/05/1997 |
| d. Partes no processo | <u>Autores:</u> Manoel Marcone Borges Pereira; e Cloro Soda Transportes Ltda, Tropical Transportes Ltda, Titan Transportes Ltda. <u>Ré:</u> Braskem S/A |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|--|
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido</u>: R\$ 184 milhões</p> <p><u>Objeto da causa (direito discutido)</u>: Condenação da Braskem a indenizar as autoras por danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da aquisição de terreno em zona portuária, bem como de frota de veículos utilizados no transporte da soda cáustica, frustrada pela rescisão do contrato de distribuição com a empresa MB Pereira, do mesmo grupo econômico das autoras.</p> |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos</u>: A empresa MB Pereira era revendedora de produtos da Salgema, empresa sucedida pela Braskem. A revendedora teve sua falência decretada e busca responsabilizar a Braskem. As ações foram proposta em 1997 e não tiveram sequer decisão de 1ª instância.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 197,2 milhões |

AÇÃO INDENIZATÓRIA CÍVEL 00262318420168160001

| | |
|--|---|
| a. Juízo | 7ª Vara Cível de Curitiba |
| b. Instância | 1ª |
| c. Data de instauração | 26/09/2016 |
| d. Partes no processo | Resibril Química S.A. |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 185,6 milhões |
| f. Principais fatos | Em janeiro de 2017 a Companhia foi citada para apresentar defesa em uma ação cível movida pelo antigo revendedor de solventes, por suposta violação de um contrato tácito de distribuição |
| g. Chance de perda | Possível |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|-------------------|
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 185,6 milhões |
|---|-------------------|

| AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 1013000-13.2018.8.26.0554 | |
|--|---|
| a. Juízo | 02ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santo André/SP |
| b. Instância | 01ª instância |
| c. Data de distribuição | 06/06/2018 |
| d. Partes no processo | <p><u>Autor</u>: Ministério Público do Estado de São Paulo</p> <p><u>Réus</u>: Braskem S.A. - Unidade Pe7;</p> <p>Braskem S/A - Unidade Q3;</p> <p>Unipar Comercial e Distribuidora S A;</p> <p>Oxiteno Ind. e Com. S.A;</p> <p>White Martins Gases Industriais Ltda.;</p> <p>Vitopel do Brasil Ltda.;</p> <p>Oxiteno S/A Indústria e Comércio;</p> <p>Petroleo Brasileiro S A Petrobras;</p> <p>Oxicap Indústria de Gases Ltda.;</p> <p>Chevron Oronite Brasil Ltda.; e</p> <p>Cabot Brasil Indústria e Comércio Ltda.</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido</u>: R\$ <u>107,6 milhões</u> – Valor pleiteado pelo Ministério Público, a título de indenização por dano moral coletivo, em 31 dezembro de 2018.</p> <p><u>Objeto da causa</u>: Trata-se de Ação Civil Pública movida pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Santo André do Ministério Público do Estado de São Paulo, em face das empresas Braskem S/A, Unipar Comercial e Distribuidora S.A.,</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|----------------------------|---|
| | <p>Oxiteno Ind. e Com. SA, White Martins Gases Industriais Ltda., Vitopel do Brasil Ltda., Oxiteno S/A Indústria e Comércio - Divisão Química, Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, Oxicap Indústria de Gases Ltda., Chevron Oronite Brasil Ltda. e Cabot Brasil Indústria e Comércio Ltda., em razão da verificação do alto índice de pessoas portadoras de Tireoidite de Hashimoto, moradoras da região vizinha ao Polo Petroquímico de Capuava, objetivando condenar as empresas Rés: (i) à obrigação de fazer, consistente na reparação e/ou remediação de todos os danos ambientais decorrentes da emissão de poluentes no ar atmosférico, bem como no que for determinado pela perícia a ser realizada, observado o prazo assinalado na sentença; (ii) à obrigação de fazer, consistente na tomada de todas as medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias que se fizerem necessárias à otimização de seus processos produtivos, relativas à prevenção de danos ambientais oriundos e com vistas à eliminação de poluentes lançados no ar atmosférico; (iii) a procederem à elaboração e à execução de medidas compensatórias em relação aos danos ambientais que não comportarem reparação ou remediação, ou ao pagamento de indenizações correspondentes e proporcionais aos referidos danos, cujos respectivos valores deverão ser oportunamente apurados em perícia, revertendo-se os para o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID (Lei Estadual nº 13.555, de 9 de junho de 2009); (iv) ao pagamento de indenização por dano moral ambiental, no importe de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (v) ao pagamento de multa diária no importe de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em caso de descumprimento de qualquer das demais obrigações impostas.</p> |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> Autos permanecem aguardando manifestação pelo Ministério Público do Estado de São Paulo acerca do retorno negativo do Aviso de Recebimento (AR) endereçado à Empresa Unipar, desde 28.06.2018.</p> <p>Após, a expedição de novo Mandado de Citação à Unipar, com a posterior juntada do referido mandado, iniciaremos a contagem do prazo para apresentação de Contestação nos autos.</p> |
| g. Chance de perda | Possível |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|--|---|
| <p>h. Análise do impacto em caso de perda</p> | <p>Considerando a natureza jurídica da responsabilidade civil por dano ambiental, pode a reparação ser exigida de todos e de qualquer um dos responsáveis segundo as regras da solidariedade.</p> <p>Todavia, aquele que pagar pela integralidade do dano caberá ação de regresso contra os demais corresponsáveis, pela via da responsabilização subjetiva, procedimento este em que se poderá discutir a parcela de responsabilidade de cada um.</p> <p>Portanto, em caso de perda, sem prejuízo de ação de regresso futura, a Braskem poderá arcar sozinha com a eventual condenação de obrigação de fazer, consistente na reparação e/ou remediação de todos os danos ambientais decorrentes da emissão de poluentes no ar atmosférico, bem como no que for determinado pela perícia a ser realizada. Se não comportarem tais medidas de reparação e/ou remediação, poderá ser exigido pagamento de indenizações correspondentes e proporcionais aos referidos danos.</p> <p>Além disso, a Braskem poderá arcar sozinha com a eventual indenização a título de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a ser corrigido.</p> |
|--|---|

| AÇÃO 0017033-90.2008.8.05.0039 | |
|--|--|
| a. Juízo | 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais - Camaçari |
| b. Instância | 1ª instância |
| c. Data de distribuição | 26/12/2008 |
| d. Partes no processo | <p><u>Autor:</u> ZURICH INSURANCE PUBLIC LIMITED COMPANY, Assicurazioni Generali S.p.a., Hdi - Gerling Industrie Versicherung Ag e XI Insurance Company Limited</p> <p><u>Ré:</u> Braskem S/A</p> |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | <p><u>Valor envolvido:</u> R\$ 73,8 MM</p> <p><u>Objeto da causa:</u> Trata-se de ação de indenização movida pelas Autoras para que a Braskem seja condenada ao pagamento de indenização no montante de R\$18.228.793,75, equivalente ao</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|----------------------------|--|
| | <p>pagamento que as Autoras teriam realizado à Mossi na forma prevista no contrato de seguro. Para tanto, as Autoras alegam: (i) problemas ocorridos em máquinas da planta industrial da Braskem em 27.12.2005 e 16.01.2006, que teriam interrompido o fornecimento de para-xileno ("PX") utilizado nas atividades de empresas localizadas em Paulínia, Cabo e Poços; (ii) que esses problemas teriam ocorrido em razão da qualidade do solvente que a Braskem utiliza na produção do PX; (iii) que a Braskem deveria ter zelado pela qualidade do solvente utilizado em suas operações; (iv) que alterações na composição do solvente utilizado no processo da Braskem não configura hipótese de caso fortuito ou força maior; (v) que a Braskem teria agido com negligência ao supostamente deixar de controlar a qualidade do solvente que utiliza; e (vi) que teria sido apurada falha no equipamento da Braskem por equipe de peritos italianos que vieram ao Brasil para analisar a causa desses problemas.</p> |
| f. Principais fatos | <p><u>Síntese dos fatos:</u> A ação foi distribuída em 26.12.2008. A Braskem foi citada em 29.12.2008. Em 08.01.2009 foi juntado o AR comprovando a citação da Braskem. Em 23.01.2009 a Braskem apresentou contestação alegando, em síntese, preliminarmente (i) a inépcia da inicial das Autoras; (ii) a inexistência de tradução juramentada dos documentos juntados pelas Autoras; (iii) inexistência de prestação de caução; (iv) irregularidades na representação das Autoras; (v) a ilegitimidade ad causam das Autoras; no mérito, (i) a ilegalidade do seguro prestado pelas Autoras; (ii) a limitação da ação de regresso; (iii) a extinção da obrigação pelo cumprimento do contrato de fornecimento; (iv) a inexistência do dever de indenizar; e (v) a impossibilidade de eventual condenação da Braskem no valor pleiteado. Em 26.02.2009 juntada de réplica das Autoras. Designada audiência preliminar para o dia 15.05.2009, às 13h00. Realizada a audiência de conciliação, foi determinada a prestação de caução pelas Autoras no montante correspondente a 1% do valor da causa, bem assim manifestação da Braskem acerca de tradução juramentada de documentos juntados pelas Autoras. Em 29.05.2009, a Braskem apresentou manifestação acerca dos documentos juntados pelas Autoras. Em 15.07.2009, as Autoras apresentaram petição comprovando o recolhimento da caução arbitrada na audiência no valor de R\$195.000,00. Proferido despacho para manifestação das partes quanto à possibilidade de conciliação para a designação de audiência preliminar, bem assim especificação de provas. Em 09.12.2009 protocolada petição da</p> |

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Braskem informando que a audiência preliminar já foi designada nestes autos às fls. 549 e realizada em 15.05.2009, bem como especificando provas. Em 16.03.2010, proferido despacho: “Indispensável, destarte, que venham aos autos documentos aptos a comprovar a regularidade de representação das aludidas empresas, o que se verifica tanto através da juntada aos autos dos documentos societários pertinentes, ou mesmo da certidão de regularidade de representação fornecida pelo cartório, consoante ocorreu em relação à primeira Autora. Superada a controvérsia verificada nos autos a respeito da matéria, entendo que as Autoras devam ser expressamente intimadas para sanar os aludidos vícios, conforme previsto no art. 284 do CPC. Observando que a diligência envolve providências a serem adotadas no estrangeiro estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias para a devida sanação por parte das Autoras. Em idêntico prazo deverão trazer aos autos o restante da documentação colacionada, devidamente traduzida por tradutor juramentado e registrada no consulado ou em cartório de títulos e documentos, sob pena de não ser admitida como provas. Quanto às demais preliminares aventadas pela Ré, serão analisadas em seguida, caso superada a irregularidade de representação acima apontada. Intimações necessárias”. Em 16.06.2010, as Autoras protocolaram petição requerendo a juntada de documentos para comprovar a suposta regularidade de sua representação processual. Em 03.09.2010, foi publicado despacho intimando a Braskem a se manifestar sobre os documentos apresentados pela autora. Em 05.10.2010, protocolada petição da Braskem manifestando-se acerca dos documentos juntados pelas Autoras e alegando que, embora intimadas, as Autoras não suprimiram todos os vícios de representação anteriormente apontados. A Braskem, ainda, requereu que as preliminares não avaliadas pelo juiz fossem analisadas e reiterou, no mérito, todas as alegações de sua contestação. Em 30.12.2015, processo baixado automaticamente. Em 2.4.2016, foi cancelada a baixa do processo. Em 20.6.2016, os autos foram remetidos à conclusão. Em 17.5.2017, os autos foram remetidos à conclusão. Em 29.11.2018 expedido ato ordinatório intimando o exequente para se manifestar acerca do interesse de promover o prosseguimento da ação. Em 19.2.2019, foi juntada petição das Autoras requerendo (i) a retificação do polo ativo para passar a constar Zurich Insurance Public Limited; (ii) declarar saneado todos os vícios formais de representação em relação às autoras; (iii) deferir a produção de prova; e (iv) manifestar na designação de eventual audiência de conciliação. Em 10.4.2019, os autos foram enviados

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

| | |
|---|------------------|
| | à conclusão. |
| g. Chance de perda | Possível |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 73,4 milhões |

4.3.1. Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos no desenvolvimento normal de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões dos quais aproximadamente R\$ 45 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para os processos com chance de perda possível, nos casos decorrentes da combinação de negócios.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

PROCESSO Nº 0700615-89.2015.8.05.0039

| | |
|--|---|
| a. Juízo | 2ª Vara Cível de Camaçari, Bahia |
| b. Instância | 1ª instância |
| c. Data de instauração | 25/03/2015 |
| d. Partes no processo | <u>Autores</u> : Comércio e Indústria Refiate Ltda. e outros <u>Ré</u> : Companhia (sucessora da Polialden Petroquímica S/A) |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 201,5 milhões |
| f. Principais fatos | <u>Objeto</u> : Incidente de liquidação de sentença referente à ação que tinha como objeto a equiparação na distribuição de dividendos entre os acionistas preferencialistas. <u>Andamento processual</u> : Decisão proferida em 15/04/2016 que determina perícia contábil para determinação do valor de liquidação. Juntada, em 02.06.2016 de petições da Braskem de manifestação sobre os documentos e embargos de declaração. Aguarda-se a realização da perícia. |
| g. Chance de perda | Provável. |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 16 milhões |

PROCESSO 001.91.002686-9

| | |
|--|--|
| a. Juízo | 5a Vara Cível Maceió |
| b. Instância | 1ª instância |
| c. Data de instauração | 20/3/1991 |
| d. Partes no processo | <u>Autor</u> : Banco do Brasil S/A <u>Ré</u> : Companhia (sucessora da Salgema Indústrias Químicas SA.) |
| e. Valores, bens ou direitos envolvidos | R\$ 59,6 milhões |

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

| | |
|---|---|
| f. Principais fatos | <p><u>Objeto</u>: Trata-se de ação judicial por meio da qual o Autor requer (i) declaração do direito do Banco do Brasil, como titular de ações preferenciais classe A, às bonificações resultantes da capitalização de lucros e outras receitas e à participação nos lucros remanescentes, (ii) condenação da Braskem a adaptar o seu Estatuto Social no tocante às restrições impostas às ações preferenciais classe A, bem como a indenizar o Banco do Brasil na diferença entre os valores pagos e os legalmente devidos a título de dividendos e bonificações a partir da data de aquisição das suas ações.</p> <p><u>Andamento processual</u>: Foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos formulados pelo Banco do Brasil, confirmada em sede de apelação, transitada em julgado. Iniciada a fase de liquidação foi reconhecida a prescrição dos pedidos com relação aos dividendos e bonificações referentes ao período entre 1987 e 1989. O Banco do Brasil interpôs Agravo de Instrumento contra a referida decisão, ao qual foi dado provimento. Em razão desse julgamento, foi interposto Recurso Especial pela Braskem em 14.04.2016, o qual foi admitido parcialmente pelo Tribunal de Justiça de Alagoas. Foram opostos embargos de declaração para corrigir premissa equivocada da decisão, o qual ainda aguarda julgamento. Em 16.10.18, foi proferida decisão acolhendo os embargos de declaração opostos pela Braskem para corrigir premissa equivocada e determinar a remessa do Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça. Em 28.02.2019, o Recurso Especial foi autuado no Superior Tribunal de Justiça sob o nº 1801244.</p> |
| g. Chance de perda | Provável |
| h. Análise do impacto em caso de perda | R\$ 59,6 milhões |

AUTOS DE INFRAÇÃO E DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO

| | |
|---|---|
| a. Chance de perda / Valores envolvidos | <p>Possível, em relação à aproximadamente R\$ 947 milhões.</p> <p>Provável, em relação à aproximadamente R\$ 159,4 milhões.</p> |
| b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência | <p>Utilização pela Companhia e suas incorporadas dos créditos de PIS e COFINS na sistemática não cumulativa relativos aos gastos que configurem custos de produção nos períodos compreendidos entre os exercícios de 2006 e 2011.</p> |

DECLARAÇÕES DE COMPENSAÇÃO

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

| | |
|--|---|
| a. Chance de perda / Valores envolvidos | Possível, em relação a R\$ 215 milhões. |
| b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência | Compensação de créditos de PIS/COFINS não cumulativos, Saldo Negativo de IR/CSLL, REINTEGRA, dentre outros, com tributos federais não homologadas pela Receita Federal. |

AUTOS DE INFRAÇÃO E EXECUÇÕES FISCAIS

| | |
|--|---|
| a. Chance de perda / Valores | Possível, em relação à aproximadamente R\$ 644 milhões. |
| b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência | Utilização pela Companhia e suas incorporadas de créditos de ICMS na aquisição de bens (i) considerados pelo Fisco como sendo de uso e consumo, e, (ii) destinados ao ativo imobilizado, considerados pelo Fisco como não vinculados à atividade produtiva, tais como equipamentos de laboratório, materiais para construção de galpões, equipamentos de segurança; transferência interna de produtos acabados por valor inferior ao do custo de produção; omissão de entrada ou de saída de mercadorias em face de levantamento quantitativo de estoque; falta de comprovação de que a Companhia exportou mercadorias, de modo que a saída se presume tributada para o mercado interno; não recolhimento de ICMS na venda de produtos sujeitos à substituição tributária e creditamento decorrente de aquisições de produtos sujeitos à substituição tributária; multas por falta de registro de notas fiscais; e não recolhimento de ICMS sobre os encargos relacionados com a utilização dos sistemas de transmissão de energia elétrica em operações realizadas no Ambiente de Contratação Livre (ACL) da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). |

AUTOS DE INFRAÇÃO E EXECUÇÕES FISCAIS

| | |
|---|--|
| a. Chance de perda / Valores envolvidos | Possível, em relação à aproximadamente R\$ 59,9 milhões. Remota, em relação à aproximadamente R\$ 29,4 milhões. |
|---|--|

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

| | |
|---|--|
| b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência | <p>Insuficiência de recolhimento de COFINS relativo aos períodos de março de 1999 a dezembro de 2000, fevereiro de 2001 a março de 2002, maio a julho de 2002 e setembro de 2002, em razão de supostos erros de cálculo e não atendimento do alargamento de base de cálculo e da majoração da alíquota da contribuição, previstos na Lei nº 9.718/98; utilização pela Companhia de créditos decorrentes do adicional de 1% da COFINS para compensação de débitos desse mesmo tributo; utilização pela Companhia de créditos de PIS Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, apurados entre junho de 1990 e outubro de 1995, para compensação de débitos de PIS e COFINS, relativos ao período de fevereiro a abril de 2002, após o suposto transcurso do prazo prescricional para aproveitamento dos referidos créditos; e ausência de tributação de receitas com variações cambiais auferidas em razão de sucessivas reduções do capital de sociedade ligada.</p> |
|---|--|

AUTOS DE INFRAÇÃO, EXECUÇÕES FISCAIS E DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

| | |
|---|--|
| a. Chance de perda / Valores envolvidos | <p>Possível, em relação à aproximadamente R\$ 144 milhões.</p> |
| b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência | <p>Utilização pela Companhia de créditos resultantes de processos administrativos e judiciais, dentre eles: (i) antecipações de IR; (ii) FINSOCIAL; (iii) imposto sobre o lucro líquido; (iv) PIS-Decretos; e (v) COFINS decorrente de pagamento indevido ou a maior, bem como a incidência de COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio.</p> |

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO

| | |
|---|--|
| a. Chance de perda / Valores envolvidos | <p>Possível, em relação à aproximadamente R\$ 182 milhões.</p> |
| b. Prática da Companhia ou de sua controlada que causou tal contingência | <p>Compensações de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL com tributos federais indeferidas pela Receita Federal do Brasil.</p> |

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores**4.4.1. Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Em 31 de dezembro de 2018, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, dos quais aproximadamente R\$ 235 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para os processos com chance de perda possível, nos casos decorrentes da combinação de negócios

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas Controladas não figuravam como parte em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas Controladas não figuravam como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Acordo de leniência

a) Acordo Global com as autoridades

No contexto das alegações de pagamentos indevidos no âmbito da Operação Lava Jato no Brasil, contratamos experts em investigação interna para conduzirem uma investigação independente de tais alegações (“Investigação”) e reportarem os seus resultados. A Companhia cooperou e segue cooperando com autoridades públicas de diversas jurisdições, inclusive com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC), o Ministério Público Federal do Brasil (MPF) e a Procuradoria Geral da Suíça (OAG). Em dezembro de 2016, a Companhia celebrou Acordo de Leniência com o MPF (Acordo MPF), homologado pela justiça brasileira em 06 de junho de 2017, e outros dois acordos com o DoJ e a SEC, os quais foram homologados pela justiça americana em 26 de janeiro de 2017 e em 28 de fevereiro de 2017, respectivamente. Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2016, com base na colaboração da Companhia, a OAG concluiu suas investigações sobre os temas e emitiu uma ordem de encerramento do caso. Referimo-nos a estas ações como Acordo Global.

Nos termos do Acordo Global, a Companhia concordou em pagar às autoridades de tais jurisdições o valor total de US\$ 957 milhões (equivalente a R\$ 3,1 bilhões), com base na taxa de câmbio de R\$ 3,27 por dólar norte-americano, aplicável na época da negociação. Da multa total estabelecida no Acordo Global, a Companhia já desembolsou US\$ 588 milhões (R\$ 1,9 bilhão), conforme abaixo:

- US\$ 94,9 milhões (R\$ 296,6 milhões) para o DoJ em 08 de fevereiro de 2017;
- US\$ 65,0 milhões (R\$ 206,5 milhões) para a SEC em 27 de abril de 2017;
- CHF 30,2 milhões (R\$ 104,3 milhões) para a OAG em 27 de junho de 2017;
- R\$ 736,4 milhões para o MPF em 06 de julho de 2017;
- R\$ 267,9 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2018;
- CHF 16,1 milhões (R\$ 62 milhões) para a OAG em 28 de junho de 2018; e
- R\$ 278 milhões para o MPF em 30 de janeiro de 2019.

O restante, no valor de US\$369 milhões (R\$ 1,2 bilhão) em aberto será pago conforme abaixo:

- CHF 48,2 milhões à OAG relacionado às três parcelas anuais restantes de CHF 16,1 milhões em 30 de junho de cada ano a partir de 2019; e
- R\$ 1 bilhão ao MPF em quatro parcelas anuais restantes, devidas em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2020. Como garantia pelo pagamento das parcelas em aberto, a Braskem ofereceu em garantia ativos imobilizados no valor correspondente a uma parcela anual.

O MPF destinará a maior parte dos valores recebidos com base no Acordo MPF para a reparação das vítimas dos atos ilícitos, inclusive outras autoridades e entes públicos, tendo o MPF se comprometido ainda a empreender gestões perante tais autoridades ou entidades públicas, bem como empresas públicas e sociedades de economia mista com as quais a Braskem venha a iniciar tratativas relativas aos fatos abordados pelo Acordo Global, com o objetivo de evitar o ressarcimento em duplicidade. Nesse sentido, conforme comunicado ao mercado em 10 de julho de 2018 e fato relevante em 27 de maio de 2019, a Companhia se engajou em processo de

4.7 - Outras Contingências Relevantes

cooperação e negociação com o Ministério da Transparência e a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), tendo o Conselho de Administração aprovado a assinatura de acordo de leniência com referidas autoridades ("Acordo CGU/AGU"). O Acordo CGU/AGU trata dos mesmos fatos objetos do Acordo Global firmado em dezembro de 2016 e prevê um desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões em função dos cálculos e parâmetros utilizados pela CGU/AGU. Atendendo à solicitação da Companhia e do MPF, em 28 de maio de 2019, a Justiça Federal homologou a destinação dos recursos do Acordo MPF para pagamento do Acordo CGU/AGU, devendo as parcelas vincendas serem corrigidas pela taxa SELIC a partir da assinatura do Acordo CGU/AGU. O desembolso adicional de aproximadamente R\$ 410 milhões será pago em duas parcelas anuais ao final do cronograma de pagamentos do Acordo MPF, nos anos de 2024 e 2025. Referimo-nos ao Acordo CGU/AGU em conjunto com o Acordo Global como Acordos.

Os Acordos não eximem a Braskem de responder a outros terceiros com interesse legítimo que busquem indenização por danos causados em relação aos fatos cobertos pelos Acordos. Portanto, não é possível assegurar que o montante total acordado será suficiente para a reparação integral de todas as vítimas. A Companhia pode ser obrigada a realizar desembolsos adicionais para cobrir tais demandas. Outras autoridades com jurisdição sobre a Braskem podem vir a buscar a aplicação de novas sanções pecuniárias ou multas ou a instauração de novas investigações sobre a Companhia.

A Companhia seguirá cooperando com as autoridades públicas com as quais firmou os Acordos e implementando melhorias em suas práticas de conformidade e combate à corrupção. A Companhia permanece sujeita a monitoramento externo por um período de três anos a partir de 2017, período durando o qual cabe ao monitor verificar o cumprimento do Acordo Global, inclusive a eficácia de controles, políticas e procedimentos internos para redução do risco de descumprimento das leis anticorrupção. O período de monitoria poderá se encerrar antecipadamente ou se estender por mais um ano, à critério das autoridades, dependendo da evolução do cumprimento do Acordo Global pela Companhia. Os monitores poderão recomendar alterações nas políticas e procedimentos que a Companhia deverá adotar, salvo se estas forem excessivamente onerosas ou desaconselháveis. Nestes casos, a Companhia poderá propor alternativas, as quais poderão não ser aceitas pelas autoridades. A operação sob a observação do monitor provavelmente exigirá que os membros da administração assumam responsabilidades adicionais. Os custos que poderão ser incorridos com o cumprimento do Acordo Global poderão impactar material e negativamente a Companhia ao exigir esforços da administração e tirar a sua atenção do curso normal dos negócios.

A Braskem está em dia com todas as suas obrigações decorrentes dos Acordos.

b) Deficiências de controle e Programa de Conformidade

Com o processo investigativo ocorrido em 2016 e a confirmação dos atos ilícitos, a Companhia identificou deficiências materiais de controles.

No mesmo ano, deu-se início a um amplo Programa de Conformidade na Braskem, visando a mitigação de riscos de processos e prover melhorias significantes no ambiente geral de controle

4.7 - Outras Contingências Relevantes

da Braskem. O Programa também apresenta ações que têm sido realizadas no decorrer de 2017 e 2018.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, uma série de iniciativas de Conformidade foi implementada e/ou aprimorada pela Companhia:

1. Aumento do quadro de integrantes da área de Conformidade;
2. Designação e contratação dos monitores independentes junto ao DoJ e MPF, e realização de análises de processos e documentos da Companhia pelos monitores;
3. Aprovações e/ou revisões de documentações orientadoras relevantes: Política Global Anticorrupção; Política Global do Sistema de Conformidade; Código de Conduta; Código de Conduta de Terceiros; Política Global de Gestão de Riscos; Diretriz Global de Compras, Diretriz Global de Vendas, Diretriz de Controles Internos, Diretriz de Auditoria Interna; Diretriz de Cartão de Crédito Corporativo; Diretriz de Alçadas de Aprovação; Diretriz de Due Diligence de Terceiros; Diretriz de Conflitos de Interesse; Procedimento de Pagamento de Comissões a Agentes; Diretriz de Doações e Patrocínio, Diretriz de Viagens, Diretriz e do Procedimento de Relacionamento com Agentes Públicos; Protocolos de Investigação Linha de Ética, entre outros;
4. Aprovação do Procedimento de Linha de Ética, considerando o processo formal de tratativa de denúncias e protocolos de investigação; Continuidade do programa de treinamento, com foco no Sistema de Conformidade, legislações aplicáveis e sensibilização de Integrantes;
5. Definição da meta corporativa relacionada a Conformidade para todos os líderes da Companhia;
6. Participação formal e efetiva nos grupos de trabalho: Anticorrupção da ONU e Integridade do ETHOS;
7. Melhoria nos processos de cadastro e homologação de fornecedores com implementação de avaliação de risco e integridade de terceiros;
8. Desenvolvimento e aplicação do Plano de Comunicação, disseminando o compromisso da Companhia em conduzir o Negócio com Ética, Integridade e Transparência;
9. Terceirização do Canal de Denúncias e melhoria da ferramenta de recebimento de denúncias;
10. Mapeamentos de riscos e controles e avaliações de efetividade dos controles para os processos corporativos mais relevantes das companhias com negócios no Brasil, EUA, México, Holanda e Alemanha;
11. Uso de cláusulas anticorrupção nos contratos com terceiros;

4.7 - Outras Contingências Relevantes

12. Implementação de melhorias nos controles internos, de modo a remediar deficiências identificadas nos processos internos (principalmente as deficiências materiais e significativas) e prevenir contra vulnerabilidades no futuro;
13. Mapeamento dos riscos e controles de Anticorrupção e Antissuborno e aprimoramento do ERM em relação à esses temas;
14. Definição e revisão de metodologia corporativa de Gestão de Riscos a ser aplicada no Brasil, EUA, México, Holanda e Alemanha;
15. Implantação ou aprimoramento de ferramentas e sistemas de Compliance, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna;
16. Inclusão de Riscos de Anticorrupção e Antissuborno no escopo dos trabalhos de Auditoria Interna;
17. Realização de trabalhos de Auditoria Interna, com endereçamento das fragilidades e recomendações de melhorias às áreas envolvidas nos processos avaliados.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

(i) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(ii) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(iii) Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(iv) Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

(v) Outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, uma vez que a Companhia é uma emissora nacional.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia, como parte de seu programa de Conformidade, aprovou junto ao Conselho de Administração, em 25 de abril de 2018, a Política Global de Gestão de Riscos, com base nas boas práticas de mercado preconizadas pela ISO 31000, pelo COSO ERM e pelo IBGC.

A Política Global de Gestão de Riscos está disponível nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política Global de Gestão de Riscos tem o objetivo de estabelecer um processo de gestão cíclico e contínuo para identificar, entender e responder aos riscos que possam impactar o atingimento dos objetivos estabelecidos. Também, visa assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Companhia está exposta, aumentando a probabilidade de alcançar seus objetivos e reduzir os riscos a níveis aceitáveis. Busca também preservar o patrimônio tangível e intangível dos acionistas, a segurança das pessoas e a integridade do meio ambiente e comunidades.

A Companhia entende que a redução da imprevisibilidade de eventos que podem colocar seus negócios em risco, favorece a atuação ética com integridade e transparência na condução de seus negócios, sendo essencial para sua sobrevivência, crescimento e perpetuidade.

A partir dos resultados obtidos da análise e interpretação dos riscos, considerando os respectivos impactos ao negócio e a sua probabilidade de materialização, a Companhia está sempre aprimorando seu ambiente de controles e processos internos.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Na Política Global de Gestão de Riscos, os riscos são definidos como *“possibilidade de um evento ocorrer e afetar negativamente a Companhia, causando desvio em relação ao esperado (de forma positiva ou negativa) e incerteza na realização dos objetivos da Braskem”*.

Após a identificação dos riscos, estes são classificados em quatro categorias: (i) Riscos Estratégicos, conjunto de riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente; (ii) Riscos Financeiros, conjunto de riscos associados às decisões financeiras decorrentes do mercado financeiro (ex. taxa de juros), crédito (ex. contraparte) e liquidez para honrar compromissos (ex. descasamento entre ativos e passivos); (iii) Riscos Operacionais, conjunto de riscos decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da companhia; e (iv) Riscos Regulatórios, conjunto de riscos decorrentes de descumprimentos de leis, desvios de conduta e da documentação orientadora.

A Companhia avalia os riscos classificados conforme estabelecido na Política Global de Gestão de Riscos bem como estabelece a priorização para definição de planos de mitigação alinhados com objetivos estratégicos.

Os riscos identificados, classificados e priorizados nos termos da Política Global de Gestão de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

encontram-se descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de riscos da Companhia abrange as seguintes etapas:

1. **Estabelecimento do contexto:** (i) entendimento da Companhia e seu contexto externo (ambiente financeiro, econômico, regulatório, relações com stakeholders etc.) e interno (modelo de governança, macroestrutura, objetivos estratégicos, estrutura de capital, acesso ao crédito etc.); e (ii) definição do apetite ao risco da Companhia;
2. **Identificação e mapeamento de riscos:** (i) estratégicos; (ii) operacionais; (iii) financeiros; e (iv) regulatórios, conforme item 5.1 (i) acima;
3. **Análise e avaliação de riscos:** apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam acontecer, medidos a partir de uma matriz de risco;
4. **Priorização dos riscos:** com finalidade de auxiliar na tomada de decisões da Administração sobre o direcionamento e priorização das iniciativas necessárias para responder às principais ameaças a que a Companhia está exposta;
5. **Tratamento de Riscos:** envolve a seleção de uma ou mais opções para mitigar os riscos e a priorização no cronograma de implementação. Pode ser necessário que a Companhia decida implementar medidas ou controles compensatórios, até ser implementada uma solução definitiva. Uma vez implementadas as medidas, o tratamento do risco fornece novos controles ou modifica os existentes, gerando um ambiente mais robusto e transparente. As alternativas para tratamentos dos riscos são:
 - Evitar risco: possível mediante a eliminação do processo ou ação que gera o evento de risco;
 - Reduzir risco: requer a criação de controles que minimizem a potencial exposição ao evento de risco, seja reduzindo o impacto do risco no negócio e/ou a probabilidade de ocorrência;
 - Transferir risco: permite continuar com uma operação de um processo de risco, com a garantia de que, caso se materialize, a responsabilidade financeira ou de resposta aos danos será de terceiros; e
 - Aceitar risco: permite continuar operando com a atual estrutura de controles existente, ou aceitar a materialização potencial do risco caso não existam controles adicionais ou sua implementação não seja viável sob o ponto de vista econômico.
6. **Comunicação e consulta:** implantação de processos contínuos e interativos que permitem fornecer, compartilhar ou obter informações, além de envolver a Braskem no diálogo com as partes interessadas sobre a situação geral de riscos e as medidas tomadas pela Companhia. Seu objetivo é tornar efetivas as ações de prevenção, detecção e remediação; e
7. **Monitoramento e análise crítica:** consiste na verificação, supervisão e observação crítica executadas de forma contínua, a fim de identificar mudanças no nível de desempenho requerido ou esperado.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Os resultados da avaliação de riscos, assim como a priorização realizada são reportados periodicamente ao Conselho de Administração. A efetividade desse processo é fundamental para o aprimoramento do desempenho empresarial e eficácia do Sistema de Conformidade da Braskem.

Além disto, o Sistema de Conformidade da Braskem estabelece um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar os riscos mencionados acima, conforme descritos no item 5.4 deste Formulário de Referência.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O processo de gestão de risco da Companhia envolve as seguintes estruturas organizacionais:

I. Conselho de Administração, responsável por:

- Aprovar a Política Global de Gestão de Riscos;
- Aprovar proposta de Appetite ao Risco da Companhia;
- Aprovar a Matriz de Riscos e o planejamento de trabalho de Gestão de Riscos;
- Aprovar os Planos de Mitigação e de Contingência propostos para responder aos Riscos; e
- Acompanhar periodicamente a Matriz de Riscos e os Planos de Mitigação e de Contingência.

II. Comitê de Conformidade, responsável por:

- Avaliar e submeter à aprovação do CA a proposta da Política Global de Gestão de Riscos;
- Avaliar e submeter à aprovação do CA as propostas de Appetite ao Risco e da Matriz de Risco da Companhia;
- Avaliar e submeter à aprovação CA o planejamento de trabalho de Gestão de Riscos; e
- Avaliar e manter atualizada a documentação orientadora de Gestão de Riscos (governança, metodologia, processos, sistemas, entre outros).

III. Líder De Negócio Braskem ("LN-Braskem"), responsável por:

- Garantir a participação do negócio na execução dos processos e da metodologia de Gestão de Riscos;
- Incorporar as prioridades e metas relacionadas à Gestão de Riscos no seu programa de ação;
- Propor ao CA, após a análise e revisão pelo Grupo de Gestão de Riscos e avaliação pelo CC, os critérios de avaliação de Impacto do Risco e Probabilidade, o Appetite a Risco, a Matriz de Riscos e os Planos de Mitigação e de Contingência; e
- Apresentar ao CA o acompanhamento dos Riscos prioritários.

IV. Grupo de Gestão de Riscos, responsável por:

- Revisar a proposta de Appetite ao Risco, incluindo os critérios de Impacto de Risco e Probabilidade;
- Analisar as propostas de avaliação e priorização feitas por cada Responsável por Risco para definição da Matriz de Riscos Corporativa; e
- Analisar as propostas de tratamento de cada Risco para definição dos Planos de Mitigação e de Contingência.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

V.Área de Gestão de Riscos Corporativa (Conformidade), responsável por:

- Submeter à avaliação do CC e ao LN-Braskem a documentação orientadora relativa à Gestão de Riscos da Companhia, que deverá conter, no mínimo, a metodologia, os processos e os sistemas inerentes, bem como mantê-la atualizadas;
- Propor ao LN-Braskem os critérios de Apetite a Risco;
- Conhecer e transmitir conhecimento sobre Riscos e Gestão de Riscos aos Integrantes, de modo a difundir a cultura de Risco na Braskem;
- Elaborar e revisar o plano de trabalho de Gestão de Riscos; e
- Executar e coordenar o processo de Gestão de Riscos da Braskem, assegurando a aplicação da metodologia de Gestão de Riscos.

VI.Áreas de Negócio ou Apoio, responsáveis por:

- Gerenciar os Riscos Transacionais sob sua responsabilidade;
- Propor para a área de Gestão de Riscos os critérios de Apetite a Risco aceitável no processo;
- Manter a área de Gestão de Riscos Corporativa atualizada acerca dos Riscos prioritários; e
- Propor para a área de Gestão de Riscos Corporativa o tratamento dos Riscos sob sua responsabilidade e assegurar a elaboração e execução de Planos de Mitigação e Contingência.

As três linhas de defesa, conforme o COSO ERM 2017:

Conforme detalhado acima, a gestão de risco é de responsabilidade primordial das Áreas de Negócios e Administração da Companhia, de modo que, o processo de identificação, avaliação, priorização e mitigação de riscos, capazes de prevenir, identificar e remediar vulnerabilidades em suas ações estratégicas, gerenciais e operacionais devem ser realizadas pelo líderes de cada área de negócio.

Especificamente a priorização dos riscos é uma responsabilidade do Diretor Presidente e do Conselho de Administração. Esta gestão é denominada 1ª linha de defesa.

A área de Gestão de Riscos Corporativa, como parte da 2ª linha de defesa, fornece processos, ferramentas e metodologias estruturadas para apoiar a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos assim como o auxílio no acompanhamento dos planos de mitigação dos riscos prioritários.

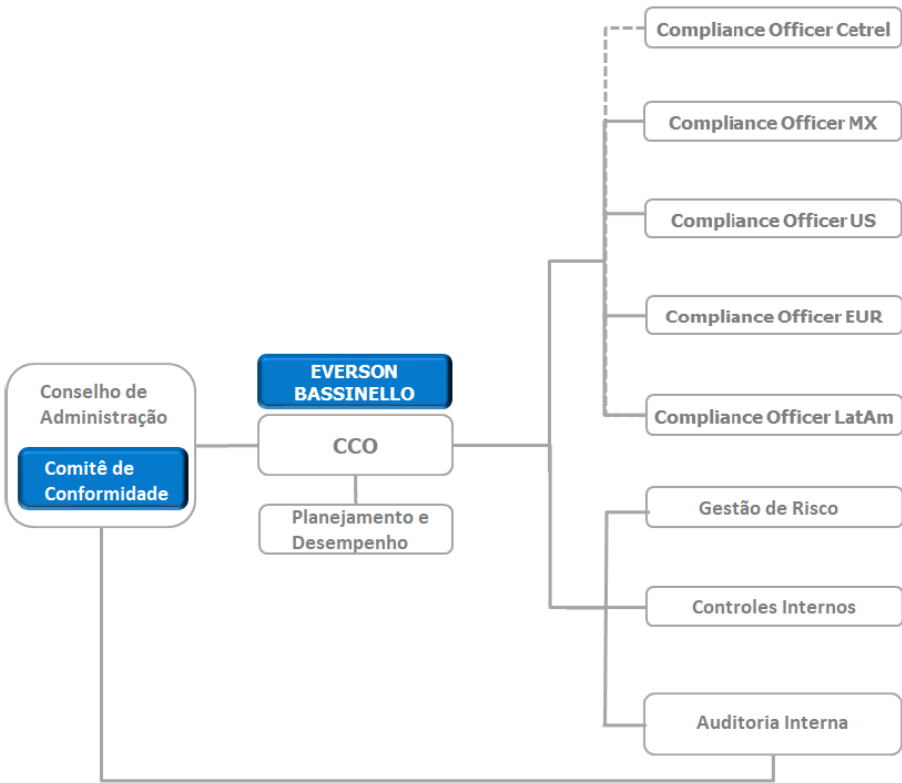


5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Já os trabalhos realizados pelas frentes de Compliance, e Controles Internos da área de Conformidade, auxiliam na visão transacional dos riscos identificando novos fatores de risco, assim como realizando a avaliação dos controles e acompanhamento dos planos de mitigação operacionais.

Em adição, a frente de Auditoria Interna, também da área de Conformidade, avalia de forma objetiva e independente os processos e certifica a sua eficácia, compondo a 3ª linha de defesa.

A estrutura de Conformidade da Braskem é a seguinte:



(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia acredita que a estrutura operacional e os controles internos são adequados para verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Especificamente com relação a riscos de mercado, a Companhia adota a Política Financeira, aprovada e atualizada pelo Conselho de Administração em 19 de setembro de 2018. Na Política Financeira são estabelecidos e ratificados conceitos, critérios e limites de delegação para decisões que envolvam: (i) gestão do fluxo de caixa e liquidez da Companhia; (ii) investimento das disponibilidades financeiras; (iii) captação de recursos financeiros; e (iv) concessões de garantias e gestão do risco cambial e de commodities.

A Política Financeira da Braskem está disponível nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

(i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os principais riscos de mercado são: (i) risco cambial; (ii) risco de taxas de juros; (iii) risco de crédito; (iv) risco de liquidez; e (v) risco de commodities. Os riscos de mercado aos quais a Companhia entende estar exposta estão descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência.

(ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza como estratégia de proteção (i) a possibilidade de realocar a posição de caixa de forma a equalizar a exposição de balanço em linha com a política financeira estabelecida; e (ii) instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar alguns riscos de mercado. As atividades de hedge são executadas em conformidade com a Política Financeira, que prevê um programa contínuo de hedge para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros ("Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo"). Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos por cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de hedge durante a análise de operações prospectivas e procura realizar o hedge sob medida para as operações consideradas, além de preservar o hedge pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode eleger derivativos como hedge para aplicação de contabilidade de hedge, conforme os Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39 e 40. A designação de hedge não é obrigatória. A Companhia elegerá para designação derivativos como hedge quando for esperado que a aplicação proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de hedge.

A estratégia adotada pela Companhia para proteção patrimonial passa a ser descrita a seguir, conforme o tipo de risco que se busca proteger:

(1) Risco de exposição a variações cambiais

Considerando a dinâmica do mercado internacional de petroquímicos, onde na maioria das vezes os preços são atrelados a referências internacionais denominados em dólar, até mesmo as vendas da Braskem no Brasil são fortemente correlacionadas ao dólar norte americano. Dessa forma, a manutenção de uma parcela do custo em reais (gastos fixos com pessoal, fretes e energia, dentre outros) tende a gerar uma exposição líquida passiva à moeda local.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Assim sendo, com o intuito de mitigar parcialmente o risco cambial, a partir de setembro de 2016, a Companhia passou a contratar derivativos para compor o Programa de Hedge Cambial de Longo-Prazo, que tem como principal forma de mitigação, contratos de opções de compra e de venda de dólar, protegendo fluxos previstos para um horizonte de até 24 meses, cujos saldos estão descritos no item 5.2 iii (2).

Além do Programa de Hedge Cambial de Longo Prazo, para balancear a composição entre ativos e passivos em dólar, a Política Financeira da Braskem estabelece que a Companhia deverá sempre manter um percentual de ao menos 70% da dívida líquida expressa em dólar. Caso seja conveniente, a empresa pode manter um percentual superior a 70%, desde que condicionado a uma análise de sensibilidade sobre os principais indicadores financeiros e a comprovação da não existência de risco significativo na deterioração destes indicadores.

(2) Risco de exposição a variações de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à taxa de longo prazo ("TLP"), do certificado de depósito interbancário ("CDI"), da taxa SELIC e do índice de preços ao consumidor amplo ("IPCA"). O risco da variação dessas taxas de juros flutuantes pode causar um aumento em sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Este risco é monitorado constantemente e mitigado parcialmente através de instrumentos derivativos e de alocações de Caixa com rendimento indexado a taxas de juros altamente correlacionadas à exposição passiva da Companhia.

(3) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Braskem à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Braskem fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Braskem mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de Credit Default Swaps referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (netting) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 34,5% dos valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa estavam alocados em contrapartes que detinham acordos de compensação com a Companhia. Nesses casos, a compensação efetiva desses valores somente é possível em caso de default de uma das partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito, obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias e seguro de crédito.

(4) Risco de liquidez

A Braskem possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa mínimo "visão mês"

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(horizonte de 30 dias) e de um caixa mínimo “visão ano” (horizonte de até 12 meses) que têm o objetivo de, respectivamente: (i) garantir liquidez para o cumprimento das obrigações do próximo mês; e (ii) garantir que a Companhia mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise. Os montantes para determinação do caixa mínimo “visão ano” são calculados principalmente com base na previsão da geração de caixa operacional, subtraída dos vencimentos de dívidas de curto prazo e necessidades de capital de giro. Já os montantes para determinação do caixa mínimo “visão mês” consideram a projeção de desembolso de caixa operacional, serviço das dívidas e aportes em projetos, assim como o desembolso previsto para derivativos com vencimento no período, dentre outros itens. A Companhia, de forma conservadora, utiliza como caixa mínimo em sua Política Financeira o maior valor entre estas duas referências.

A Companhia, em linha com seu compromisso de manutenção da liquidez financeira, contratou em maio de 2018, uma linha de crédito rotativo internacional no valor de US\$1 bilhão, com vencimento em 2023. Essa linha pode ser utilizada sem restrição em função da qualidade de crédito da Companhia ou em caso de deterioração no cenário macroeconômico. As duas linhas até então mantidas pela Companhia, no valor de US\$750 milhões com vencimento em dezembro de 2019 e de R\$500 milhões com vencimento em setembro de 2019, foram canceladas.

Em 31 de dezembro de 2018 a nova linha não estava sendo utilizada.

(5) Risco de commodities

A maior parte das matérias-primas da Braskem (nafta, etano, propano e propeno) e os seus principais produtos (PE, PP e PVC) são commodities cotadas internacionalmente. Uma série de fatores determina a dinâmica dessas cotações, o que acaba impactando diretamente o resultado e a geração de caixa da Braskem. Ainda assim, a Companhia entende que esse risco é inerente ao negócio petroquímico e, por isso, em geral não busca instrumentos financeiros para se proteger da flutuação dos preços das commodities.

(iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

De modo geral, para a proteção patrimonial contra riscos de mercado, a Companhia utiliza swaps, e contratos de opção e outros instrumentos de derivativos para mitigar riscos de variação cambial e taxa de juros.

(1) Swap de taxas de juros - Libor

A Braskem Idesa detinha, em 31 de dezembro de 2018, 6 contratos de swap de taxa de juros com valor nominal de US\$ 798 milhões, contratados sobre futuros desembolsos do project finance contraídos em dólares à taxa de juros flutuantes (base Libor). Nesses swaps, a Braskem Idesa recebe taxas flutuantes (Libor) e paga taxas fixas, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa do financiamento. O objetivo destes swaps é compensar a variação de despesas financeiras futuras da dívida causadas pela flutuação da Libor.

(2) Opções de Venda de Dólar

Durante o ano de 2018, a Braskem contratou instrumentos financeiros derivativos para mitigar parte da exposição de seu fluxo de caixa denominado em Reais. Esta operação possui unicamente fins não-

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

especulativos e está em linha com a estratégia de gestão de riscos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, a Braskem possuía valor nocional total comprado em puts de US\$ 2,2 bilhões, ao preço de exercício médio de 3,29 R\$/US\$. Concomitantemente, a Companhia também possuía valor nocional total vendido em calls de US\$ 1,6 bilhão, ao preço de exercício médio de R\$/US\$ 4,61. As operações contratadas têm prazo máximo de vencimento de 24 meses.

(3) Swaps Dólar

Para permanecer alinhada à sua estratégia de gestão de risco de moedas e taxas de juros, a Companhia optou por trocar para taxas fixas em dólar, as parcelas ainda não vencidas do Acordo de Leniência estabelecido junto ao Ministério Público Federal, que são originalmente denominadas em Reais e indexadas ao IPCA. Para tanto, foram contratados instrumentos derivativos com montante de R\$1,3 bilhão divididos em cinco parcelas anuais devidas em 30 de janeiro de cada ano a partir de 2019. Estas operações foram designadas para hedge accounting de fluxo de caixa, onde os instrumentos de hedge são os derivativos cambiais e os objetos de hedge são os passivos referentes ao referido acordo. Desta maneira, a marcação a mercado da parte efetiva do hedge será contabilizada no patrimônio líquido no ORA e somente será reconhecida no resultado financeiro no momento do vencimento de cada uma das parcelas

(iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Braskem busca gerenciar os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência utilizando os seguintes parâmetros:

Risco Taxa de Juros

De acordo com a Política Financeira, a Companhia deve observar o seguinte critério no acompanhamento dos índices e taxas de juros: “para o investimento na disponibilidade de recursos, deverão ser selecionados indexadores e taxas de juros coerentes com a exposição já incorrida pela Braskem na sua dívida de curto prazo. Tal critério visa minimizar, permanentemente, o custo de carregamento do passivo da Braskem”.

Risco Cambial

Conforme mencionado no item “4.2 Risco Cambial” deste Formulário de Referência, a Companhia está exposta a risco cambial dado que suas operações comerciais são fortemente indexadas ao dólar norte americano.

Para gerenciar o risco cambial a Companhia utiliza os seguintes critérios, definidos pela Política Financeira:

- **Curto Prazo:** caixa mínimo em Real e em Dólar suficiente para cobrir o valor máximo do saldo de exposição cambial, observando-se cada um dos próximos 6 (seis) meses (geração operacional de caixa, investimentos, dívidas e expectativa de depósitos de margem associados a derivativos cambiais em cenários de stress).
- **Longo Prazo:** caixa em excesso ao necessário para mitigação da exposição de curto prazo, bem como contratação de operações financeiras de Hedge cambial.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Além disso, a Braskem deverá manter um percentual de pelo menos 70% da dívida líquida expressa em dólar norte americano, dado que qualquer novo fluxo financeiro futuro passivo em Real tenderá a aumentar ainda mais a exposição a esta moeda.

Risco de Preços de commodities

Como os preços da indústria petroquímica possuem uma alta correlação entre si, a Braskem considera a indústria petroquímica de primeira e segunda geração naturalmente protegida (ou seja, com “hedge” natural) ao longo do tempo. Desta forma, uma eventual contratação de hedge, poderia ser realizado com o objetivo de mitigar volatilidades pontuais resultantes do descasamento temporal entre os preços de matéria-prima e produto final da Braskem. Adicionalmente, operações que gerem um descasamento das margens (“spreads”) petroquímicas podem eventualmente ser corrigidas através da utilização de um instrumento derivativo na mesma quantidade e período do descasamento gerado.

Operações que visem mitigar as elevadas volatilidades dos “spreads” em cenários desfavoráveis devem respeitar os seguintes limites e alçadas:

a) Resinas

Critérios: o instrumento de hedge deve ser considerado exclusivamente como alternativa de proteção da margem de operações de exportação.

Limites: até 50% (cinquenta por cento) do volume total/mês exportado (cálculo do volume com base na média dos últimos 3 (três) meses até 6 (seis) meses.

b) Petroquímicos Básicos

Critérios: o instrumento de hedge deve ser considerado exclusivamente como alternativa de proteção da margem de operações de exportação.

Limites: até 50% (cinquenta por cento) do volume total/mês exportado (cálculo do volume com base na média dos últimos 3 (três) meses até 6 (seis) meses.

Risco de inflação

A Política Financeira não estabelece critérios para o gerenciamento da exposição à inflação.

Os resultados encontrados com a seleção dos três cenários estão detalhados nas Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018.

(v) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não mantinha operações com outras finalidades além da proteção patrimonial. Todos os instrumentos de derivativos são utilizados para proteção patrimonial e foram realizados no mercado de balcão com grandes contrapartes financeiras e respaldados por contratos globais de derivativos no Brasil ou no exterior. A Política Financeira determina que as operações de hedge da Companhia devem ser encaradas como um mecanismo de proteção do valor da Companhia, e não como um instrumento especulativo de obtenção de ganhos futuros com

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

arbitragem em moedas.

A partir do quarto trimestre de 2016, a Braskem iniciou a execução de um programa recorrente de hedge cambial, com o objetivo de mitigar a exposição do fluxo de caixa associada aos seus fluxos passivos denominados em Reais e não indexados ao dólar norte americano (energia, água, folha salarial e CAPEX de manutenção, dentre outros).

A estratégia é implementada unicamente com fins não-especulativos. O programa prevê que a contratação dos derivativos será sempre limitada ao tamanho da exposição, em consonância com a Política Financeira da Braskem.

Tendo como finalidade exclusiva a proteção do fluxo de caixa, o programa utiliza duas estratégias com instrumentos derivativos: (i) compra de opções de venda ("Puts") e (ii) compra de opções de venda associada à venda de opções de compra ("Zero-Cost Collar" ou "ZCC"), contratadas com prazo máximo de até 24 meses.

Ambas as alternativas oferecem proteção no caso de valorização do Real e, simultaneamente, permitem ganhos de competitividade em eventuais desvalorizações da moeda local.

No caso de ZCCs, todavia, este eventual benefício está limitado ao preço de exercício das opções de compra. Num cenário onde a taxa de câmbio supere tais preços de exercício, seus efeitos serão representados nas demonstrações financeiras como um ganho em EBITDA e uma despesa financeira que se equivalem.

A administração poderá interromper o programa a qualquer momento se entender que, por alguma razão, é a decisão mais adequada para a Companhia.

(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

No que diz respeito ao processo de mitigação de riscos, de acordo com o item 6 da Política Financeira da Braskem, cabe ao LN-Braskem:

- aprovar alterações na Política a serem submetidas para deliberação do Conselho de Administração;
 - disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia; e
 - garantir o acompanhamento dos níveis de exposição aos riscos financeiros da Companhia e o cumprimento da Política Financeira.
- Ao Responsável Pelo Apoio ao Empresariamento Finanças – RAE Finanças, cabe:
- aprovar a estratégia de hedge proposta pelo RAF - Tesouraria;
 - avaliar e recomendar alterações para aprimoramento da Política;

Além disso, são delegações exclusivas do RAE-Finanças:

- a contratação de instrumentos derivativos financeiros, operações de capital de giro, câmbio, financiamentos (onshore e offshore), leasing, cartas de crédito, fianças, seguros garantia ou outras garantias financeiras;

Ao Responsável Pelo Apoio Financeiro da Braskem na Tesouraria – RAF-Tesouraria, compete, em alinhamento com o RAE-Finanças:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- monitorar os indicadores, qualitativos e quantitativos, do Risco de Contraparte, índices e taxas de juros, liquidez e refinanciamento definidos pela Política Financeira;
- ajustar as exposições mediante os limites de Risco estipulados na Política;
- definir qual o melhor instrumento a ser utilizado nas operações de hedge;
- executar as operações financeiras (aplicações, captações, refinanciamento e hedge); e
- documentar o processo operacional de negociação das operações financeiras.

Ao Responsável Pelo Apoio Financeiro da Braskem na Controladoria – RAF-Controladoria, compete, em alinhamento com o RAE-Finanças:

- verificar o enquadramento das solicitações pelos segmentos de operações de hedge de commodities, conforme estabelecido na Política Financeira, e informar a área da tesouraria para sua implementação;
- verificar mensalmente o enquadramento dos indicadores qualitativos e quantitativos estabelecidos na Política, e em caso de desenquadramento, comunicar ao RAE-Finanças; e
- garantir a correta contabilização dos instrumentos financeiros.

Além disso, compete ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros (composto por: RAE-Finanças, RAF-Tesouraria, RAF-Controladoria, Responsável Financeiro – Tesouraria, Responsável Financeiro – Gestão de Riscos Financeiros) apoiar o RAE-Finanças na tomada de decisões informadas, via:

- acompanhamento dos níveis de exposição aos riscos financeiros (mercado, crédito e liquidez), monitorando as variáveis quantitativas e qualitativas, de forma a garantir o cumprimento da Política Financeira;
- elaboração de planos de ação definidos para o ajuste dos Riscos financeiros aos limites desejados;
- avaliação das propostas de atualização da Política Financeira; e
- discussão da contratação de instrumentos financeiros referentes a novas estratégias de hedge.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a estrutura operacional e as responsabilidades descritas no item anterior são suficientes para garantir a efetividade da Política Financeira.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia, incluindo o LN-Braskem ("CEO") e o Diretor Financeiro ("CFO"), é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros. O controle interno da Companhia sobre o relatório financeiro é um processo desenvolvido por e com a supervisão do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro da Companhia, e é definido, em última instância, pelo Conselho de Administração, visando fornecer garantia razoável sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração de demonstrações financeiras para fins externos de acordo com as normas internacionais para elaboração de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Em razão das suas limitações inerentes, os controles internos sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar erros. Além disso, as projeções de qualquer avaliação acerca da eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam tornar-se inadequados em razão de mudanças nas condições ou da deterioração do nível de aderência às políticas ou procedimentos.

A Companhia avaliou a eficácia dos seus controles internos sobre os relatórios financeiros na data base de 31 de dezembro de 2018 com base nos critérios estabelecidos no "Controle Interno - Estrutura Integrada" (2013) emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* ("COSO"). Com base em sua avaliação e em tais critérios, a Administração concluiu pela ineficácia dos controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2018, devido a fraquezas materiais identificadas em tais controles.

Uma fraqueza material é categorizada por uma deficiência em um controle ou uma combinação de deficiências de controle, nos controles internos para divulgação de informações financeiras, que resulta na possibilidade razoável que uma falha nas demonstrações financeiras consolidadas anuais não será prevenida ou detectada tempestivamente.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas estão devidamente apresentadas no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

Todos os controles internos de companhias e processos relevantes são submetidos às análises de desenho e eficácia. O critério de relevância é definido através de materialidade e pelo processo de gestão de risco que utiliza a metodologia COSO 2013.

Os controles internos são executados pelos gestores das áreas de negócios e de apoio, intitulados "control owners" das localidades nacionais e estrangeiras que fazem parte do escopo. Estes gestores são responsáveis pela execução eficaz dos controles internos a eles designados.

O Conselho Fiscal da Braskem, de caráter permanente e que exerce funções de Comitê de Auditoria (Conselho Fiscal "Turbinado"), fiscaliza a eficácia dos controles internos e é informado pela área de Conformidade sobre o plano de trabalho (escopo, cronograma, metodologia), status, resultados e planos de ação determinados pelas áreas responsáveis no tocante a deficiências e melhorias de controles.

A área de Conformidade é composta pelas frentes de Controles Internos, Gestão de Riscos e *Compliance*, com o objetivo de apoiar a Companhia na construção e melhorias de processos e boas práticas, com base em critérios de relevância de materialidade e riscos aplicáveis. Já a frente de

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Auditoria Interna, que também faz parte da área de Conformidade, realiza avaliações objetivas e independentes de processos, recomendando melhorias de processos. O líder de Conformidade é o CCO (*Chief Compliance Officer*), ou responsável pela Conformidade, que, por sua vez, responde ao Conselheiro Coordenador do Comitê de Conformidade.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Braskem é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequados, em particular, sobre seus relatórios financeiros. Tal adequação deve ser considerada no âmbito de todas as empresas do grupo, de modo a atender os requisitos da seção 404(a) da Lei Sarbanes-Oxley ("SOx") e permitir a manutenção de negociação das ADRs (*American Depositary Shares*) na NYSE (Bolsa de Valores de Nova Iorque), cuja negociação passou a ser feita em mercado de balcão organizado nos termos do Fato Relevante divulgado em 13 de maio de 2019 e Comunicado ao Mercado de 15 de maio de 2019.

Para a consecução desse objetivo, a condução das rotinas operacionais de apoio e suporte aos gestores nas empresas é feita pelas gerências de Conformidade e Controles Internos, sob a coordenação do departamento competente na Braskem. Tais estruturas permitem que o planejamento anual dos trabalhos seja feito de forma adequada e integrada, ao mesmo tempo em que interagem com a auditoria interna e externa independente durante os trabalhos destas, visando a melhoria contínua dos controles e processos da Companhia.

Compete ao departamento de Conformidade realizar a comunicação oficial e formal de eventuais deficiências e/ou fraquezas materiais identificadas ao Conselho Fiscal da Companhia, bem como e o respectivo plano de mitigação das deficiências identificadas.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado a Companhia pelo auditor independente são:

1. Acesso a programas/dados e gestão de mudanças: Foram identificadas deficiências em relação aos processos de tecnologia da informação, referente a:

Gestão de acessos:

- ausência de controles apropriados no monitoramento de usuários privilegiados,
- alterações realizadas por usuários com privilégios temporários não monitorados, e
- ausência de controles apropriados no monitoramento de concessão, transferência e revogação de acesso de usuários,

Gestão de mudanças:

- ausência de segregação de funções entre os ambientes de produção e desenvolvimento, e
- mudanças em sistemas que não seguiram o fluxo de mudanças pré-determinado pela Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Recomendação

A Companhia deve desenvolver controles eficazes no monitoramento de acessos de usuários (em caso de inclusão, transferência e desligamentos), incluindo privilegiados, firefighters, de serviços (genéricos) e controles eficazes para monitoramento de mudanças realizadas nos sistemas, reforçando o fluxo de gestão de mudanças, além da revisão da matriz corporativa de segregação de funções.

Esforços de Remediação

Com o objetivo de remediar as deficiências de controles identificadas para o processo de Tecnologia da Informação (TI), as seguintes ações estão sendo conduzidas pelas equipes responsáveis:

Gestão de acessos:

- Publicação de procedimento de gestão de usuários com acessos privilegiados e definição de controles para monitoramento destes usuários;
- Implementação de controles para aprovação e revisão de alterações por usuários com acessos privilegiados;
- Readequação dos fluxos de provisionamento e revogação da ferramenta utilizada para gestão de acessos, e acompanhamento periódico dos processos relacionados; e
- Projeto de Revisão da Matriz de Segregação de Função (“Matriz SoD”).

Gestão de mudanças:

- Ajuste dos parâmetros no ambiente, de forma a impedir que um mesmo indivíduo realize o desenvolvimento e transporte de mudanças;
- Adequação do processo de forma que todas as técnicas ou funcionais sigam o processo de mudanças estabelecido;
- Definição de um processo de formalização de mudanças e testes para os sistemas legados (pacote); e
- Formalização das mudanças de sistemas legados (não-pacote), seguindo o fluxo estabelecido.

2. Provisões e Contingências Judiciais: Foram identificadas as seguintes deficiências em relação aos controles de provisões e contingências judiciais:

- processos que não foram registrados no sistema de controle sobre provisões e contingências,
- deficiência nos controles de atualização de classificação e valores de processos judiciais, e
- processos judiciais em duplicidade, classificados como perda possível.

Recomendação

A Companhia deve reavaliar os controles internos existentes, visando aprimorá-los para: (i) identificar e incluir, de forma apropriada, novos litígios no sistema de gerenciamento de processos, (ii) assegurar que os processos tenham sua classificação de risco e valor atualizados de forma tempestiva e (iii) assegurar que o relatório suporte para contabilização da provisão para contingências esteja revisado quanto sua integridade e precisão.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Esforços de remediação

A Braskem está comprometida com a implementação de melhorias nos seus controles internos existentes para o adequado gerenciamento das suas contingências materializadas.

Dentre as providências a serem adotadas, destacam-se: i) garantia da integridade da base de dados do contencioso; ii) adequação do tempo de resposta para atualização dos dados constantes do sistema de gerenciamento do contencioso, a partir das informações fornecidas pelos escritórios de advocacia externos; iii) aperfeiçoamento da comunicação do Jurídico com a Contabilidade no tocante à assertividade das provisões constituídas e suas eventuais movimentações tempestivas.

Os dois primeiros itens – (i) garantia da integridade da base de dados do contencioso e (ii) adequação do tempo de resposta para atualização dos dados constantes do sistema de gerenciamento do contencioso, a partir das informações fornecidas pelos escritórios de advocacia externos – serão mitigados a partir da implementação das seguintes ações:

- Saneamento da base do contencioso para garantir a qualidade das informações;
- Migração da ferramenta de gestão do contencioso (Tedesco para LegalOne). Implementação de novos controles e processos ainda para o Tedesco e, na sequência, migrar para o Legal One;
- Transferência da gestão de acessos de usuários ao Tedesco para TI e posteriormente, do Legal One (após conclusão da migração);
- Manutenção e aprimoramento de controles do processo de captura de novos processos e andamento dos processos nos tribunais;
- Implementação de processo de controle semanal quanto aos confrontadores ainda pendentes de aprovação;
- Alteração do processo de circularização - Braskem passará a solicitar a validação dos escritórios a respeito da posição registrada no sistema de Gestão do Contencioso;
- Estabelecimento de agenda de comunicação com os Escritórios para informação e sensibilização sobre o tema (inclusive, solicitação de definição do sócio responsável, definição de penalidades e novos procedimentos); e
- Aplicação de penalidades na hipótese de não atendimento às cartas de circularização e auditoria. Aplicação de multa ou até rescisão contratual com aqueles escritórios que sistematicamente atrasam ao responder aos processos de circularização.

O item (iii) - Aperfeiçoamento da comunicação do Jurídico com a Contabilidade no tocante à assertividade das provisões constituídas e suas eventuais movimentações tempestivas, será impactado por todas as ações acima listadas e além disso, vamos estudar novas premissas de provisão e controles com o apoio de consultoria externa.

3. Divulgação Financeira: foram identificadas falhas no processo de preparação e revisão de divulgações na demonstração financeira, de acordo com os requerimentos das normas contábeis brasileiras e internacionais.

Recomendação

A Companhia deve reavaliar os controles atualmente existentes, com o objetivo de implementar controles preventivos e detectivos capazes de mitigar o risco de distorções nas demonstrações financeiras.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Esforços de remediação

A Administração tem tomado ações remediativas, sendo as principais:

- Aprimorar os controles existentes na revisão e aplicação de checklist sobre divulgações requeridas nas demonstrações contábeis e a sistemática de geração e preparação dessas informações pelos departamentos auxiliares, incluindo a orientação às áreas envolvidas com os requerimentos das normas contábeis vigentes; e
- Reforçar nossa agenda de treinamentos de capacitação para que nossos profissionais acompanhem as novas orientações expedidas pelos órgãos que regulamentam a profissão e que abrangem a legislação societária e as normas contábeis.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Companhia está implementado procedimentos de melhoria na (i) gestão de acessos e na segregação de funções em seus sistemas, de modo a realizar tempestivamente o monitoramento de mudanças e de gestão de acesso dos usuários e (ii) controles sobre contingências e provisões judiciais de forma a considerar a atualização mais recente dos processos nas demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Os documentos orientadores da Companhia sobre mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, são a Política Global Anticorrupção (“Política Anticorrupção”), revisada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019, e o Código de Conduta, conforme revisado pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de dezembro de 2018.

A Política Anticorrupção estabelece critérios com vistas à proibição de práticas de suborno e corrupção na condução dos negócios da Braskem e, o Código de Conduta define os princípios segundo os quais todos os integrantes em todos os níveis devem realizar suas atividades em seu trabalho diário e executar as operações da Companhia.

Tanto a Política Anticorrupção quanto o Código de Conduta estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.braskem-ri.com.br>).

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Conforme estabelecido na Política Global do Sistema de Conformidade, aprovada em 28 de novembro de 2016, o Sistema de Conformidade, responsabilidade de todos nossos integrantes, consiste em um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar Riscos não condizentes com uma atuação ética, íntegra e transparente, assim resumidas:

- Prevenção: estabelecimento de políticas e procedimentos, estabelecimento de governança de conformidade permeando todos os níveis da Braskem, avaliação recorrente de riscos e controles, comunicação e capacitação dos integrantes, avaliação da conformidade de terceiros e engajamentos em ações coletivas;
- Detecção: gestão de um Canal Linha de Ética e monitoramento de riscos e controles; e
- Remediação: medidas disciplinares bem como o fortalecimento dos controles.

Em 2018 foi realizada uma avaliação corporativa dos riscos e anualmente os riscos prioritários são revisados. Adicionalmente, a cada 2 anos são avaliados todos os riscos corporativos.

A Política Global do Sistema de Conformidade está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.braskem-ri.com.br>).

5.4 - Programa de Integridade

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas envolvidas são:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: responsável por garantir a existência do Sistema de Conformidade que atenda às leis e regulamentos aplicáveis, incluindo as Leis Anticorrupção Aplicáveis e a manutenção da Política Anticorrupção e do Código de Conduta.

COMITÊ DE CONFORMIDADE: É órgão estatutário de fiscalização permanente para os esforços de conformidade da Companhia, incluindo o Sistema de Conformidade e a manutenção da Política Anticorrupção e do Código de Conduta.

ÁREA DE CONFORMIDADE: É responsável por:

- Implementar, divulgar e aconselhar sobre questões relacionadas a Política Anticorrupção e do Código de Conduta;
- Em coordenação com outras áreas, desenvolver, implementar e manter o Sistema de Conformidade da Companhia, incluindo os materiais de orientação da Companhia e controles necessários para conduzir os negócios da Companhia em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis e com a Política Anticorrupção e o Código de Conduta;
- Em coordenação com outras áreas, desenvolver, implementar e acompanhar o programa de treinamento da Companhia e outros recursos e orientação para assegurar que Integrantes e Terceiros conheçam e entendam as Leis Anticorrupção Aplicáveis bem como a Política Anticorrupção e o Código de Conduta;
- Servir como um “conselheiro de confiança” a todos os integrantes e terceiros na execução de negócios da Companhia, em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis, com o Sistema de Conformidade e com a Política Anticorrupção e o Código de Conduta; e
- Manter mecanismos para que integrantes e terceiros relatem possíveis violações da lei e dos materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, e responsabilizar-se, em coordenação com outras áreas, conforme apropriado, por assegurar a avaliação e remediação de temas relatados. A Companhia irá dispor, minimamente, de um canal permanente (disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana) e plenamente operacional (“Linha de Ética”).

No âmbito deste Formulário de Referência, “Leis de Anticorrupção Aplicáveis” referem-se a todas as leis e regulamentações nacionais e internacionais anticorrupção aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a, leis brasileiras de suborno e corrupção, incluindo a Lei Anticorrupção do Brasil (Lei nº. 12.846), o Sistema Nacional Anticorrupção (SNA) do México, Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (“FCPA”) dos Estados Unidos e a Lei de Suborno do Reino Unido e leis semelhantes que se aplicam nos países em que a Companhia opera.

ÁREA DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO (“P&O”): responsável por apoiar a área de Conformidade no treinamento e na comunicação de assuntos relacionados a Política Anticorrupção e, em coordenação com a área de Conformidade, revisar, definir e facilitar a correção de relatos de violações potenciais da documentação orientadora da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção.

5.4 - Programa de Integridade

JURÍDICO: responsável por apoiar as áreas de Conformidade e de P&O na revisão, definição e facilitação da correção de potenciais violações da lei.

LÍDERES: responsáveis por:

- Demonstrar interna e externamente, por meio do seu Programa de Ação ou alternativamente, seu compromisso em conduzir os negócios da Companhia em conformidade com todas as Leis Anticorrupção Aplicáveis e com os materiais de orientação da Companhia, como o Código de Conduta e Política Anticorrupção, na execução de suas responsabilidades, incluindo a liderança de seus Integrantes; e
- Reportar quaisquer potenciais violações da lei ou de materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção.

INTEGRANTES (INCLUINDO LÍDERES) – responsáveis por:

Agir em conformidade com o Código de Conduta e a Política Anticorrupção e buscar orientações junto à área de Conformidade relativas a quaisquer questões ou preocupações decorrentes do Código de Conduta e da Política Anticorrupção; e

Reportar quaisquer alegações conhecidas de potenciais violações da lei ou de materiais de orientação da Companhia, incluindo o Código de Conduta e a Política Anticorrupção.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta da Companhia é aplicável à Companhia e suas controladas. Como tal, é aplicado a todos os integrantes, incluindo os diretores, bem como a terceiros que trabalham em nome da Braskem. Além disso, também se aplica aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os integrantes, incluindo os diretores, são treinados ao ingressarem na empresa e a cada alteração realizada no Código de Conduta e na Política Anticorrupção. Os membros do Conselho de Administração são os responsáveis por aprovar estes documentos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Conduta e da legislação local pode levar a uma ação disciplinar, incluindo a demissão, além das sanções legais aplicáveis à violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de abril de 2018 e, e revisado em 06 de dezembro de 2018, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.braskem-ri.com.br>) e da CVM (www.cvm.gov.br).

5.4 - Programa de Integridade

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Canal Linha de Ética é disponibilizado pela Braskem para que seus Integrantes, Fornecedores, Terceiros, Clientes e demais públicos possam, de forma segura e responsável, contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo seguro, ético, transparente e produtivo.

O Canal está disponível por telefone e internet, nos seguintes países:

- Brasil: 0800 377 8021 - www.linhadeeticabraskem.com
- Alemanha: 0800 183 0763 - www.lineethikbraskem.com
- Holanda: 0800 022 7714 - www.ethieklinebraskem.com
- México: 01 800 681 6940 - www.lineadeeticabraskemidesa.com
- Estados Unidos: 1 800 950 9280 - www.ethicslinebraskem.com
- Argentina: 0800 222 0394 - www.lineadeeticabraskem.com
- Colômbia: 01 800 518 4806 - www.lineadeeticabraskem.com
- Peru: 0800 76757 - www.lineadeeticabraskem.com
- Chile: + 56-448909744 - www.lineadeeticabraskem.com
- Cingapura: + 65-31585409 - www.ethicslinebraskem.com

O atendimento é terceirizado e há uma equipe independente, treinada para receber e avaliar as denúncias recebidas. A empresa parceira ICTS é a responsável pela gestão do primeiro atendimento ao denunciante. Na Braskem, o departamento de Conformidade é responsável pela apuração das denúncias registradas no canal. As informações são registradas e tratadas com absoluto sigilo. Todos os relatos são analisados, regidos pela confidencialidade e independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração.

Todas as ligações recebidas são atendidas de forma personalizada, sem o uso de gravações. Além do canal online, o atendimento telefônico fica disponível sete dias por semana e 24 horas por dia, e é realizado em quatro idiomas (alemão, espanhol, inglês e português). Todos os relatos recebem um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar o andamento da análise até o seu encerramento.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia possui um documento normativo denominado “Procedimento para Investimentos, Desinvestimentos e Operações Similares”, aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a condução, negociação e execução de operações de fusões e aquisições, incluindo incorporações ou aquisições de capital ou de ativos em entidades que não sejam uma sociedade controlada da Braskem (incluindo qualquer incorporação ou fusão da Braskem com outra entidade que não seja uma sociedade controlada da Braskem); desinvestimentos ou vendas de subsidiárias ou ativos da Braskem que representem toda ou uma parte substancial das operações de uma subsidiária da Braskem; operações de joint venture envolvendo um acordo entre a Braskem e um ou mais parceiros de negócios terceiros para a constituição de uma nova entidade, sobre a qual a Braskem e esses parceiros de negócios, em conjunto, exercerão o controle e compartilharão receitas, despesas e ativos; ou outros investimentos de capital significativos, independentemente da forma, em operações comerciais existentes.

5.4 - Programa de Integridade

Conforme este Procedimento, de forma consistente com o compromisso da Braskem de atuar de forma ética, transparente e íntegra, em conformidade com as leis de combate à corrupção aplicáveis e suas políticas, a Braskem não realiza operações de fusão e/ou aquisições sem: (i) conduzir uma revisão da auditoria de combate à corrupção e combate ao suborno ("ABC") minuciosa e elaborar um plano de ação de ABC para cada uma das operações de fusão e/ou aquisições da qual pretende participar; e (ii) definir um plano de integração de ABC feito especialmente sob medida para operações de fusão e/ou aquisições específicas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 - Programa de Integridade

5.5 - Alterações significativas

(1) Em relação às políticas de gerenciamento de riscos:

Não houve mudanças significativas na política de gerenciamento de riscos.

(2) Em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta:

A Companhia adicionou os seguintes fatores de riscos, conforme descritos no “Item 4.1. Descrição dos fatores de risco”:

- A Companhia poderá enfrentar a concorrência de produtores de substitutos dos seus produtos como resultado da evolução tecnológica, tendências e preferências de consumo e setoriais, além de mudanças regulatórias.
- O controle da Companhia pode ser adquirido, ou pode estar sujeito a tentativas de aquisição, o que poderia levar a uma mudança na administração, mudanças significativas nas estratégias atuais, ou práticas diversas de governança corporativa.
- A Companhia depende do acesso a tecnologias licenciadas por terceiros e da correspondente propriedade intelectual, principalmente no contexto do processo de fabricação de determinados produtos seus. Caso tal tecnologia licenciada e propriedade intelectual de terceiros utilizadas pela Companhia deixem de estar disponíveis em termos comercialmente razoáveis, ou em quaisquer termos, e caso qualquer um de tais terceiros deixe de prestar assistência técnica nos termos dos acordos de licenciamento ou atendimento técnico celebrados com eles de forma a permitir que a Companhia opere satisfatoriamente determinadas instalações produtivas, seus resultados operacionais e condição financeira poderão ser negativamente impactados.
- Mudanças nas políticas comerciais norte-americanas e globais e outros fatores que estão fora do controle da Companhia podem impactar negativamente os seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais; e
- A Companhia pode ser impactada pela instabilidade da economia global e turbulência financeira.
- A Companhia ampliou o detalhamento sobre contingência no risco “Os negócios da Companhia estão sujeitos a perigos ambientais, de saúde e segurança. Como resultado, seus negócios estão sujeitos a rigorosos regulamentos ambientais e outros.”

(3) Comentários sobre expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor aos riscos

A Companhia acredita que a implementação em 2017 e a posterior aprovação formal pelo Conselho de Administração em 25 de abril de 2018, da Política Global de Gestão de Riscos fortaleceu os processos de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em relação aos instrumentos de derivativos utilizados para proteção patrimonial contra riscos de mercado, vale mencionar que tais instrumentos são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, no ativo ou no passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo para a Companhia, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como “mantidos para negociação”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas na Demonstração de Resultado da Companhia como receitas ou despesas financeiras no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo é designado e se qualifica para a contabilização de hedge de fluxo de caixa no período em questão

O valor justo dos derivativos é apurado da seguinte forma:

- a partir de fontes públicas, no caso de derivativos negociados em bolsas;
- a partir de modelos de fluxos de caixa descontados, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou um contrato de swap; ou
- a partir de modelos de avaliação de contratos de opções, como o modelo BlackScholes, quando o derivativo contém aspectos de opção.

As premissas de avaliação (dados do modelo) são obtidas junto a fontes que refletem preços atuais observáveis no mercado, sobretudo curvas de taxas de juros e preços de moeda a termo, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, taxas de câmbio à vista, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, e curvas de taxas de juros internacionais divulgadas por serviços reconhecidos de cotações, como Bloomberg ou Reuters.

Hedge Accounting de Vendas e Exportações Futuras

A Companhia designou passivos em moeda estrangeira (financiamentos e contas pagar para fornecedores) para a proteção de exportações futuras. Nessa operação se sobressaem duas estimativas e julgamentos críticos: a realização das vendas e o refinanciamento, rolagem ou substituição dos passivos designados. Em relação às exportações, elas estão previstas no plano de negócios da Companhia, porque são parte da sua estratégia e inerentes ao negócio onde atua. O histórico de exportações confirma essa afirmação. Em relação aos passivos, a Companhia importa em torno de 30% a 50% da nafta que consome e tem no mercado externo uma fonte permanente de financiamentos para os seus projetos de expansão e de manutenção da sua capacidade produtiva. A manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares está prevista na Política Financeira da Companhia.

A Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, dólar norte americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que viram consistência na projeção, de tal sorte que concederam à Braskem Idesa um financiamento que será pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade.

No ano de 2018, a desvalorização do real em relação ao dólar foi de 17,13%, enquanto a valorização do peso mexicano em relação ao dólar foi de 0,12%. Caso a Companhia não tivesse optado pela manutenção da contabilidade de hedge, a Companhia estima o impacto no resultado financeiro consolidado aproximado de R\$ 3,438 milhões (-R\$ 3,592 milhões referente à operação da Braskem S.A. e +R\$ 154 milhões à operação da Braskem Idesa), antes dos impostos.

Este efeito da variação cambial permanecerá represado na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial do

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Patrimônio Líquido, até que (i) as exportações e vendas futuras designados aconteçam ou (ii) deixem de ser prováveis e poderá afetar negativamente o resultado da mesma em exercícios futuros.

Seguros

Além das apólices descritas abaixo para nossas operações domésticas e internacionais, mantemos outras apólices de seguro para riscos específicos, como cobertura geral e responsabilidade por produto, cobertura de responsabilidade civil de conselheiros e diretores, acidentes de trabalho, carga marítima e transportadoras, entre outros.

Acreditamos que nossa cobertura de seguro seja razoável em termos de valores e compatível com os padrões aplicáveis a companhias com operação no setor químico global.

Operações no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha

A Companhia mantém seguros para todas as suas plantas contra danos materiais e consequente interrupção de atividades por meio de apólices abrangentes contra “todos os riscos”.

O programa de seguro contra “todos os riscos” para as nossas plantas no Brasil possui valor de reposição total de US\$ 34,5 bilhões para danos à propriedade. O programa de seguro foi contratado através de apólices diversas no Brasil, México, Estados Unidos e Alemanha junto a grandes seguradoras, sendo as principais seguradoras, respectivamente, Mapfre (rating S&P BBB+), Inbursa (rating S&P AAA) e FM Global (rating S&P A+). As apólices atuais são válidas até abril de 2020.

| Apólice/Região | Valor em Risco (Danos Materiais) | Limite de cobertura combinada de danos materiais e interrupção de atividades | Comentários |
|----------------------------------|----------------------------------|--|--|
| Brasil | US\$ 26,4 bilhões | US\$ 3,375 bilhões | - |
| México | US\$ 6,1 bilhões | US\$ 2,936 bilhões | - |
| Estados Unidos e Alemanha | US\$ 2,0 bilhões | US\$ 0,500 bilhões | Aumento de limite de US\$ 330 milhões para US\$ 500 milhões. |

Essas apólices garantem cobertura para danos materiais resultantes de acidentes decorrentes de incêndio, explosão, quebra de máquinas, catástrofes naturais dentre outros e lucros cessantes consequente, com períodos máximos de indenização que variam entre 12 a 33 meses, dependendo da planta e / ou da cobertura.

Como parte do nosso programa de seguro, a Braskem também contrata a apólice de responsabilidade civil geral que garante os danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, decorrente de sua operação e produtos, incluindo as perdas causadas por poluição ambiental súbita.

Os novos projetos da Companhia são cobertos através de apólices específicas de Riscos de Engenharia e/ou cláusulas de construção e montagem incluídas nas apólices de Riscos Operacionais.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

| | |
|---|--------------------------------|
| Data de Constituição do Emissor | 12/01/1972 |
| Forma de Constituição do Emissor | Sociedade limitada |
| País de Constituição | Brasil |
| Prazo de Duração | Prazo de Duração Indeterminado |
| Data de Registro CVM | 18/12/1978 |

6.3 - Breve Histórico

Constituição e primeiro período

Com a finalidade de planejar, executar e coordenar as atividades do Polo Petroquímico do Nordeste, a Companhia foi constituída em 1972 sob a denominação de Petroquímica do Nordeste Copene Ltda. A construção do Polo Petroquímico do Nordeste fez parte de uma política de desenvolvimento do governo brasileiro implementada no início da década de 1970, visando diversificar a distribuição geográfica de ativos industriais e promover o crescimento econômico nas diferentes regiões do Brasil.

Em 18 de junho de 1974, a Companhia foi transformada em sociedade por ações, tendo sua razão social alterada para Copene Petroquímica do Nordeste S.A. Em agosto de 1995, o capital social da Companhia era distribuído da seguinte forma: (i) a Petrobras Química S.A. ("Petroquisa"), subsidiária do setor petroquímico da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"), detinha 36,2% do capital total da Companhia, representando 48,2% do capital votante; (ii) a Nordeste Química S.A. ("Norquisa"), sociedade então controlada por diversos produtores de segunda geração do Polo Petroquímico do Nordeste, detinha 17,3% do capital total da Companhia, representando 47,6% do capital votante; e (iii) o restante do capital era detido por diversos grupos do setor privado brasileiro, fundos de pensão, bancos e empregados da Companhia.

Privatização da Companhia

Em agosto de 1995, como parte do programa de privatização implantado pelo governo brasileiro, a Petroquisa vendeu em leilão 14,8% do capital da Companhia, representando 32,8% do capital votante. A Norquisa adquiriu, nesse leilão, 5,5% do capital total, representando 10,8% do capital votante, sendo as demais ações adquiridas por diversos fundos de pensão brasileiros. Após o leilão, a Norquisa passou a ser a acionista controladora da Companhia.

Consolidação dos ativos petroquímicos

Em 2001, a Organização Odebrecht e um grupo de empresas controladas pela família Mariani adquiriram o controle da Norquisa mediante compras de ações de emissão desta companhia e conferência à Companhia de: (i) 66,7% das ações com direito a voto da Polialden Petroquímica S.A. ("Polialden"); e (ii) 35,0% das ações com direito a voto da Politenio Indústria e Comércio S.A. ("Politenio"). Ainda nesse contexto, a Companhia incorporou a Proppet S.A., sociedade detida pela Organização Odebrecht.

Em 2002, a Companhia adquiriu da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani, em troca de ações representativas de 47,3% do capital votante e total da Companhia: (i) a OPP Química S.A. ("OPP"), que por sua vez detinha 41,6% do capital total e 64,4% do capital votante da Trikem S.A. ("Trikem"); (ii) 29,5% do capital total e votante da Copesul – Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"); e (iii) 92,3% do capital total e 95,5% do capital votante da Nitrocarbano S.A. ("Nitrocarbano").

Ainda em 2002, ao fim dessas operações, a razão social da Companhia foi alterada para Braskem S.A.

Consolidação das participações minoritárias

De 2003 a 2007, a Companhia adquiriu participações minoritárias da Nitrocarbano, da OPP, da Polialden, da Trikem e da Politenio, tendo incorporado referidas sociedades ao final das operações.

6.3 - Breve Histórico

Operação Ipiranga

Em março de 2007, a Companhia, em parceria com a Petrobras e com o grupo Ultra, iniciou o processo de aquisição dos ativos petroquímicos e de refino de petróleo do Grupo Ipiranga (“Operação Ipiranga”). A Operação Ipiranga envolveu a aquisição, pela Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar”): (i) dos ativos de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste; (ii) na qualidade de comissária, por conta e ordem da Petrobras, dos ativos de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e (iii) na qualidade de comissária, por conta e ordem da Companhia e da Petrobras, da totalidade dos ativos petroquímicos do Grupo Ipiranga, conforme descrito abaixo. Adicionalmente, os Contratos da Operação Ipiranga foram celebrados a fim de compartilhar igualmente entre a Companhia, a Petrobras e a Ultrapar, os negócios de refino de petróleo da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. (“RPI”), hoje denominada Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Referidos ativos petroquímicos eram representados pela totalidade das ações de emissão da Ipiranga Química S.A. (“IQ”), por 86,9% do capital votante e 92,4% do capital total da Ipiranga Petroquímica S.A. (“IPQ”), controlada da IQ, e pela participação de 29,5% que a IPQ detinha na Copesul – Companhia Petroquímica do Sul (“Copesul”).

Em fevereiro de 2008, foi concluída a transferência dos ativos petroquímicos através da transferência da participação societária então detida pela Ultrapar na IQ para a Companhia e para a Petrobras na proporção de 60% e 40%, respectivamente. Por fim, em março de 2009, a Ultrapar efetuou a divisão por igual entre a Companhia, a Ultrapar e a Petrobras das participações societárias na RPI, concluindo a Operação Ipiranga.

Operação Petrobras

Em novembro de 2007, com o objetivo de consolidar o setor petroquímico em empresas com capacidade competitiva para participar ativamente do mercado global, possibilitando ganhos de escalas e sinergias, a Petrobras e a Petroquisa celebraram acordo de investimentos com a Companhia, a Odebrecht S.A. e a Norquisa, segundo o qual os ativos petroquímicos detidos pela Petroquisa, subsidiária da Petrobras, foram integrados na Companhia, quais sejam, as participações societárias detidas, direta ou indiretamente, no capital social da Copesul, da IPQ, da IQ, da Petroquímica Paulínia S.A. (“PPSA”) e da Petroquímica Triunfo S.A. (“Triunfo”).

A operação foi realizada em duas fases distintas e independentes entre si: (i) a primeira fase correspondeu à integração, na Companhia, das participações que a Petrobras e a Petroquisa detinham, direta e indiretamente, no capital social da Copesul, IPQ, IQ e PPSA; e (ii) a segunda fase correspondeu à opção outorgada à Petrobras de, através da Petroquisa, integrar na Companhia até 100% do capital total e votante da Triunfo.

Como resultado da integração dos ativos da primeira fase, a Petrobras passou a deter, direta e indiretamente, 30% do capital votante e 23,1% do capital total da Companhia, e a Companhia, por sua vez, passou a deter: (i) 99,17% das ações de emissão da Copesul; (ii) todas as ações de emissão da IQ, a qual detinha à época todas as ações de emissão da IPQ; e (iii) todas as ações de emissão da PPSA.

6.3 - Breve Histórico

Adicionalmente, concluindo a primeira fase da Operação Petrobras, em meio a uma reorganização societária do grupo econômico da Companhia visando a simplificar a estrutura societária, a Companhia incorporou em setembro de 2008: (i) uma parcela cindida da IQ, correspondente às participações na IPQ e na ISATEC – Pesquisa, Desenvolvimento e Análises Químicas Ltda. (“ISATEC”); (ii) a IPQ, que por sua vez havia incorporado a Copesul; e (iii) a PPSA.

Em maio de 2009, na segunda fase da operação, a Companhia incorporou a Triunfo, companhia na qual a Petrobras, através da Petroquisa, detinha 85% do capital total. Em virtude dessa incorporação, os acionistas da Triunfo receberam ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia, representativas de 4,1% do total de ações de tal classe, e a Petrobras aumentou sua participação na Companhia, passando a deter 25,3% do capital social total e 31% do capital votante da Companhia.

Em 22 de Janeiro de 2010, foi assinado o Acordo de Investimento (“Acordo de Investimento da Quattor”) firmado entre Odebrecht S.A., Odebrecht Serviços e Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A., Petrobrás Química (subsidiária petroquímica da Petrobrás), Unipar e BRASKEM. O Acordo de Investimento estabeleceu as seguintes etapas da Operação: (i) a formação de uma holding, a BRK Investimentos Petroquímicos S.A., com a totalidade das ações ordinárias de emissão da BRASKEM detidas por Odebrecht e Petrobras; (ii) aportes de recursos na BRK, em dinheiro por Odebrecht e Petrobras; (iii) aumento de capital da BRASKEM sob a forma de uma subscrição privada por seus acionistas; (iv) aquisição pela BRASKEM das ações da Quattor detidas pela Unipar; (v) aquisição pela BRASKEM de 100% das ações da Unipar Comercial e Distribuidora S.A. e de 33,3% das ações da Polibutenos S.A. Indústrias Químicas; (vi) incorporação pela BRASKEM das ações da Quattor detidas pela Petrobras; e (vii) oferta pública por alienação indireta de controle da Quattor Petroquímica S.A., empresa controlada da Quattor.

A Quattor Petroquímica S.A. teve as suas ações incorporadas pela Braskem S.A., tornando-se sua subsidiária integral em 27 de dezembro de 2010. Em 29 de abril de 2011, a denominação da Quattor Petroquímica S.A. passou a ser Braskem Petroquímica S.A.

Em 18 de junho de 2010 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação de ações da Quattor Participações S.A. pela Braskem S.A. Em 01 de setembro de 2010 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Quattor Química pela Quattor Participações S.A. Já em 05 de dezembro de 2011 a denominação social da QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A. foi alterada para BRASKEM QPAR S.A. que foi incorporada pela Braskem S.A. em dezembro de 2014.

Internacionalização da Braskem

Em busca da sua estratégia de internacionalização, a Braskem adquiriu 100% do capital votante e total da Sunoco Chemicals (negócio de polipropileno), em fevereiro de 2010. Com a operação, a Braskem iniciou operações fora do Brasil, reforçando sua presença nos Estados Unidos, um dos mercados mais importantes do mundo. Além disso, tornou-se a maior produtora de resinas das Américas, e consolidou-se como uma das principais empresas do mundo em produção de PP.

Em 27 de julho de 2011, foi anunciado mais um importante passo no processo de internacionalização da Braskem, com a aquisição do negócio de polipropileno da The Dow Chemical Company, que consiste em quatro plantas de polipropileno, sendo duas nos Estados Unidos e duas na Alemanha. Esta aquisição posicionou a Companhia como a maior produtora de

6.3 - Breve Histórico

polipropileno nos Estados Unidos.

Início das Operações do Complexo Petroquímico do México

Em 22 de junho de 2016, a Braskem inaugurou o Complexo Petroquímico do México, em parceria com a mexicana Idesa. Com capacidade de produção integrada de 1,05 milhão de toneladas de eteno e polietileno por ano, o Complexo Petroquímico da Braskem Idesa representou um passo fundamental de crescimento nas Américas e de diversificação de matéria-prima, reforçando a estratégia de internacionalização da Braskem. Fruto de um investimento de US\$ 5,2 bilhões, o Complexo Petroquímico do México é considerado o maior investimento industrial *greenfield* já realizado por uma empresa brasileira no exterior. O Complexo reúne um cracker de produção de eteno base gás e três plantas de polietileno - duas de polietileno de alta densidade linear e a terceira de polietileno de baixa densidade linear.

Aquisição da Cetrel

Em 27 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a celebração de contrato de compra e venda com a Odebrecht Utilities S.A., por meio do qual a Braskem se comprometeu a comprar a totalidade das ações detidas pela vendedora na Cetrel S.A., representativas de 63,7% do seu capital votante e total no valor de R\$ 610 milhões, os quais foram pagos na conclusão da transação em 2 de outubro de 2017, quando a Braskem adquiriu

1.269.290 ações do capital votante da Cetrel S.A. e, indiretamente, a totalidade das ações de emissão da Distribuidora de Águas Camaçari S.A. (DAC). A aquisição foi aprovada pelos acionistas, nos termos do artigo 256 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada em 29 de setembro de 2017.

Venda da quantiQ

Em abril de 2017, a Braskem formalizou a sua saída do segmento de distribuição de produtos químicos ao concluir o processo de alienação de 100% de sua participação na quantiQ Distribuidora Ltda. para a GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda., subsidiária da GTM Holdings S.A.

A venda está em linha com a estratégia da Companhia em focar seus esforços nos negócios do setor petroquímico.

Construção de Unidade de Polipropileno nos Estados Unidos

Em 21 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o projeto para construção de uma nova unidade de Polipropileno (PP) no site de La Porte, no estado norteamericano do Texas ("Projeto"). Com investimento aprovado de até US\$ 675 milhões, o Projeto tem seu início de operação previsto para 2020.

O Projeto está em linha com a estratégia da Companhia de diversificação de sua matriz de matéria-prima e expansão geográfica nas Américas, além de reforçar a posição de liderança na produção de PP nos Estados Unidos.

Incorporação da Braskem Petroquímica Ltda.

Em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Braskem Petroquímica Ltda. ("BRK

6.3 - Breve Histórico

Petroquímica") pela Companhia, por meio da qual a Companhia passou a exercer diretamente as atividades que eram praticadas somente pela BRK Petroquímica, com a consequente extinção da BRK Petroquímica e o cancelamento de 1.572.003.695 quotas de sua emissão.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Na data deste Formulário de Referência não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 6 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia tem por objeto: (a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica; (b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais; (c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas; (d) participação em outras sociedades, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, na qualidade de sócia ou acionista; (e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo; (f) o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos e subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (g) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Companhia; e (h) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

De acordo com a consultoria IHS, a Companhia é líder no mercado de resinas termoplásticas (polietileno, polipropileno e PVC) das Américas e maior produtora de polipropileno dos Estados Unidos. Ocupa posição destacada entre as grandes produtoras globais e atua com a perspectiva de estar entre as maiores organizações do setor no mundo.

Com uma equipe de aproximadamente 8 mil integrantes, a Companhia possui ampla diversificação geográfica, por meio de 41 unidades industriais: 29 unidades no Brasil, localizadas em Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, além de 6 unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, nos estados de West Virginia, Texas e Pensilvania, 2 unidades industriais na Alemanha, nas cidades de Wesseling e Schokpau, e 4 unidades industriais no México, no estado de Vera Cruz.

O modelo de negócio da Braskem integra a 1ª e 2ª geração petroquímica, o que permite assegurar uma maior eficiência operacional nesta parte da cadeia. A primeira geração é responsável pelo ciclo de negócios ligados à produção de matérias-primas básicas como eteno e propeno, fundamentais para a segunda geração, que produz resinas termoplásticas como o polietileno, polipropileno e PVC.

As operações da Braskem são organizadas nos seguintes segmentos operacionais:

- Brasil: (i) Químicos; (ii) Poliolefinas; e (iii) Vinílicos
- Estados Unidos e Europa; e
- México.

Em setembro de 2017, nossa Unidade de Petroquímicos Básicos passou a se chamar “Unidade de Químicos”, para refletir a nomenclatura utilizada por outras empresas do mesmo mercado.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Químicos

Com plantas industriais localizadas no: (i) Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, (ii) Polo Petroquímico de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, (iii) Polo Petroquímico localizado em Capuava, no estado de São Paulo, e (iv) Polo do Rio de Janeiro, esta unidade produz uma vasta gama de produtos de primeira geração petroquímica.

Os produtos dessa unidade são empregados na fabricação de resinas termoplásticas (polietileno, polipropileno e PVC) por outras unidades de negócios da Braskem (2ª geração) e por seus clientes. A Companhia também vende butadieno e uma série de aromáticos (benzeno, paraxileno, ortoxileno e xilenos mistos) a terceiros produtores petroquímicos, para uso como matérias-primas na produção de diversos produtos de segunda geração, como: borracha sintética, elastômeros, resinas de poliestireno, ácido tereftalático purificado, dimetil tereftalato (DMT), anidrido ftálico, plastificantes e tintas.

Poliolefinas

Com plantas industriais na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a Unidade é responsável pela produção de uma variedade de produtos, tais como:

Polietileno ("PE") (baixa densidade, baixa densidade linear, alta densidade, ultra alto peso molecular): resina utilizada como matéria-prima para fabricação de diferentes produtos plásticos, como embalagens flexíveis, embalagens para produtos de limpeza e higiene pessoal, sacolas, filmes encolhíveis para empacotamento, etc.

Polipropileno ("PP"): resina com grande aplicação na indústria automobilística, em gabinetes de produtos eletrodomésticos, sacaria para fertilizantes, sementes e cimento, copos e pratos descartáveis, etc.

Polietileno Verde ("PE Verde") (alta densidade e baixa densidade linear): resina produzida a partir do etanol, matéria-prima renovável. Com características similares de uma resina de polietileno base matéria-prima fóssil, o PE Verde é utilizado para fabricação de embalagens para cosméticos, alimentos, produtos de limpeza, etc.

Vinílicos

Com plantas industriais na Bahia e em Alagoas, a Companhia é a única produtora verticalmente integrada na cadeia vinílica brasileira, que produz:

PVC: resina de grande demanda na fabricação de tubos, esquadrias e outros materiais utilizados na construção civil. Cloro: utilizado na produção do PVC, em defensivos agrícolas, fármacos, na limpeza hospitalar e no tratamento de água. Soda: insumo para fabricação de sabão, papel e celulose, alumínio e outros produtos.

Estados Unidos e Europa

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Com plantas localizadas no Texas, Pensilvânia e West Virginia, nos Estados Unidos, e Wesseling e Schkopau, na Alemanha, esta unidade produz PP.

México

Esta unidade é responsável pela operação do Complexo Petroquímico da Braskem Idesa, localizado no estado de Veracruz, no México, composto por um cracker base etano, duas plantas de polietileno de alta densidade (PEAD) e uma planta polietileno de baixa densidade (PEBD), com capacidade anual integrada de produção de 1.050 mil toneladas de PE.

A partir de maio de 2016, o resultado da Braskem Idesa deixou de ser registrado como projeto e passou a ser um segmento operacional reportável, exceto o resultado da planta de PEBD, cujo resultado só deixou de ser considerado como projeto em agosto do mesmo ano.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A representatividade dos segmentos em que a Companhia atua em sua receita líquida histórica é apresentada abaixo:

| | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|---|---|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| (em R\$ milhões, exceto %) | 2018 | % do total | 2017 | % do total | 2016 | % do total |
| Químicos | 31.112 | 54% | 25.179 | 51% | 25.063 | 53% |
| Poliolefinas | 22.484 | 39% | 19.650 | 40% | 20.307 | 43% |
| Vinílicos | 3.167 | 5% | 3.067 | 6% | 3.016 | 6% |
| EUA e Europa | 11.725 | 20% | 9.854 | 20% | 8.896 | 19% |
| México | 3.771 | 7% | 3.601 | 7% | 1.587 | 3% |
| Receita líquida Consolidado dos Segmentos | 72.258 | 125% | 61.352 | 125% | 58.869 | 124% |
| Outros Segmentos | 520 | 1% | 83 | 0% | 12 | 0% |
| Unidade Corporativa | | 0% | | 0% | | 0% |
| Receita líquida Consolidada antes das Eliminações e Reclassificações | 72.779 | 125% | 61.435 | 125% | 58.882 | 124% |
| Eliminações e Reclassificações | (14.779) | -25% | (12.175) | -25% | (11.218) | -24% |
| Receita líquida | 58.000 | 100% | 49.261 | 100% | 47.664 | 100% |

⁽¹⁾ Após a conclusão da operação de venda da controlada quantiQ e da IQAG em abril de 2017, os resultados operacionais deste segmento passaram a ser reportados na rubrica "resultado com operações descontinuadas" das demonstrações de resultado consolidado.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A Companhia não acompanha o lucro líquido ou prejuízo separadamente para cada uma das suas Unidades de Negócio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) características do processo de produção

Químicos

A Companhia possui e opera cinco unidades de Químicos (duas unidades de olefinas, duas unidades de aromáticos, uma de energia e uma unidade de utilidades) no Polo Petroquímico de Camaçari, quatro unidades de Químicos (duas unidades de olefinas, uma unidade de aromáticos e uma unidade de utilidades) no Polo Petroquímico de Triunfo, três unidades de Químicos (uma unidade de olefinas, uma de aromáticos e uma de utilidades) no Polo de São Paulo e duas unidades de Químicos (uma unidade de olefinas e uma de utilidades) no Polo do Rio de Janeiro.

O termo "unidade" representa um conjunto de plantas interligadas com a finalidade de produzir olefinas, aromáticos ou utilidades. Por exemplo, a capacidade de produção das Unidades de Aromáticos 1 e 2 é a soma das capacidades de produção das várias plantas integrantes dessas unidades.

As plantas de Químicos da Companhia apresentavam capacidade de produção total anual de 3.952 mil toneladas de eteno e 1.585 mil toneladas de propeno em 31 de dezembro de 2018, como principais produtos.

Os principais equipamentos da primeira geração, denominados "crackers", fracionam ou "craqueiam" a nafta, etano, propano, gás natural ou HLR, seus principais insumos, transformando-os em químicos.

Nos processos das unidades de Camaçari e Triunfo, o uso de nafta é o mais relevante, com participação menor de condensado e uma fração pequena de gás natural. Já na unidade de São Paulo, tanto o uso de nafta quanto de HLR são relevantes, enquanto na unidade do Rio de Janeiro, os principais insumos utilizados são o etano e o propano. Os produtos das unidades de Químicos são:

- Olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno, isopreno e buteno-1;
- Solventes alifáticos, solventes hidrogenados e aromáticos, tais como: benzeno, cumeno, tolueno, paraxileno, ortoxileno e xileno misto;
- Combustíveis, tais como gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo (GLP), e aditivos para combustíveis, tais como éter etil-terc-butílico (ETBE) e éter metil-terc-butílico (MTBE);
- Especialidades como isopreno, dicitlopentadieno (DCPD), piperileno, noneno, tetrâmero, polliisobuteno (PIB) e resinas hidrocarbônicas.

O processo de craqueamento consiste na quebra de hidrocarbonetos através da pirólise em moléculas menores com aplicações especializadas. Os fornos onde ocorre a quebra dos hidrocarbonetos potencializam a produção de eteno e por consequência toda uma série de produtos é obtida como subprodutos desta reação. Após a quebra, subsequentes etapas de fracionamento permitirão a separação das correntes por semelhança de moléculas e,

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

consequentemente, por linha de produtos.

Nas unidades de Químicos existem também unidades de geração de utilidades, que consistem em produtos para a viabilização da operação do cracker e também para fornecimento ao polo industrial, como no caso do Polo de Camaçari. As principais utilidades produzidas são:

- Água, tal como água clarificada, desmineralizada e potável;
- Vapor, tal como vapor de alta, média e baixa pressão;
- Eletricidade, em diferentes tensões; e
- Ar comprimido.

Poliolefinas

O segmento de Poliolefinas é composto por 18 plantas de polietileno (PE) e polipropileno (PP) no Brasil, incluindo a produção de PE Verde fabricado a partir de matéria-prima renovável.

As operações industriais contemplam plantas de PE e PP localizadas nos polos petroquímicos de Triunfo, Camaçari, São Paulo, Paulínia e Rio de Janeiro com capacidade de produção total de 3.055 mil toneladas de PE, sendo 200 mil toneladas de PE Verde e 1.850 mil toneladas de PP.

O processo de produção de PE ou PP ocorre a partir da polimerização do eteno ou propeno com catalisadores específicos e produtos auxiliares.

Em função de características específicas de tecnologias de polimerização, três grandes famílias de produtos podem ser geradas em PE, o polietileno de baixa densidade (PEBD), o polietileno de baixa densidade linear (PEBDL) e o polietileno de alta densidade (PEAD), todos presentes na Companhia.

Para estes produtos, as tecnologias se dividem em processo dedicado de produção de PEBD, processos swing de produção de PEBDL ou PEAD e processos dedicados de produção de PEAD. Nestas três tecnologias de produção de PE da Companhia, a principal diferença ocorre na etapa de polimerização e separação do polímero da matéria prima não reagida.

As transições para troca de produtos na família de PEBDL são feitas, na maioria das vezes, conforme uma programação de produção, que minimiza a geração de produtos fora de especificação durante estas transições. Nas transições para famílias de PEBDL e PEAD são necessárias paradas para troca de catalisador. As transições para troca de família de produtos (homopolímero, copolímero randômico, copolímero heterofásico ou terpolímero) também são feitas em operação de forma a minimizar a geração de subprodutos.

Quatro das cinco plantas de PP utilizam para produção de PP a tecnologia Spheripol, desenvolvida pela Basell, que permite obter uma grande gama de polipropilenos a partir de propeno, hidrogênio, eteno e buteno-1. A outra planta utiliza a tecnologia LIPP (Liquid Propylene Polymerization Process) para produção de PP. Estas plantas não são adequadas para a produção de compostos de PP.

Durante o ano de 2014, a Companhia converteu e expandiu, em 25.000 toneladas, uma das linhas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de PE para a fabricação de PEBDL a partir de metaloceno no estado da Bahia. As operações do projeto tiveram início em janeiro de 2015.

Vinílicos

O segmento de Vinílicos é composto das operações industriais e comerciais das unidades de PVC, cloro e soda cáustica, além de outros produtos como hidrogênio e hipoclorito de sódio. As operações industriais contemplam três plantas de PVC localizadas no polo petroquímico de Camaçari e de Alagoas; e duas plantas de cloro e soda cáustica localizadas no polo petroquímico de Camaçari e de Alagoas. A capacidade de produção anual de PVC, cloro e soda cáustica é de, respectivamente, 710 mil toneladas, 464 mil toneladas e de 539 mil toneladas.

O processo produtivo de cloro e soda conta com duas plantas de tecnologias diferentes: uma com diafragma, que produz cloro e soda DF, e outra com mercúrio, que produz cloro e soda RG. Apesar das diferenças tecnológicas, a forma de produção é similar. A matéria-prima dessas plantas é a salmoura e a energia elétrica. A salmoura tratada é injetada numa célula onde ocorre a reação de eletrólise responsável pela produção simultânea de cloro e soda. O cloro é retirado da célula por meio de um compressor seguindo para a área de processamento de cloro, que fará toda a purificação necessária para a posterior venda como produto final e/ou transformação em dicloroetano (DCE). Esse DCE será a matéria-prima do monocloreto de vinila (MVC), que por sua vez, será a matéria-prima do produto final, policloreto de vinila (PVC). De forma similar ao cloro, a soda DF também passa por um processamento (evaporação) até atingir sua concentração final para venda (50%). Já a soda RG sai da célula pronta para ser comercializada.

O processo de produção da resina de PVC é a polimerização em suspensão. Esta polimerização, em bateladas, é efetuada na presença de água desmineralizada, iniciadores, dispersantes e outros produtos químicos auxiliares dentro de um reator. O produto final, a resina de PVC, é obtido em processo contínuo de desidratação e secagem. O processo é constituído das seguintes etapas:

Reação de polimerização: MVC (matéria-prima), água desmineralizada, iniciador/catalisador e agentes dispersantes, em quantidades adequadas, são alimentados ao reator e misturados. A reação de polimerização em suspensão do MVC é efetuada a uma determinada temperatura e pressão, em função do tipo de resina desejada. Concluída a reação, o PVC produzido no reator se apresenta em forma de lama.

Pós-tratamento: durante a recuperação do MVC não reagido, a lama de PVC é transferida para o pós-reator para reduzir o teor de MVC residual na resina de PVC. A lama de PVC pós-tratada é descarregada para um tanque, onde ela é continuamente alimentada à centrífuga. Após a centrifugação, o produto passa para um secador de leito fluidizado contínuo e a umidade ainda existente no PVC é reduzida a teores menores que 0,3%, caracterizando o produto final.

Estados Unidos e Europa

O resultado deste segmento é composto por seis plantas industriais nos EUA e duas na Europa, com capacidade anual de produção de 2.195 mil toneladas, sendo 1.570 mil toneladas nos EUA e 625 mil toneladas na Europa. Esse segmento também possui uma planta industrial de produção de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

UTEC®.

Neste segmento, o processo produtivo de PP utiliza as tecnologias Spheripol e Unipol. O propeno, matéria-prima principal, é integralmente adquirido de terceiros.

México

Este segmento é composto por um cracker base etano, duas plantas de polietileno de alta densidade (PEAD) e uma planta polietileno de baixa densidade (PEBD), com capacidade anual integrada de produção de 1.050 mil toneladas de PE.

O processo de produção de PE no México é idêntico ao descrito no segmento de Poliolefinas acima.

(b) características do processo de distribuição

Químicos

Polo de Camaçari

O Polo de Camaçari fica situado:

- a 36 quilômetros do Terminal Marítimo Madre de Deus (situado na cidade de Madre de Deus, no Estado da Bahia), terminal portuário detido e operado pela Petrobras;
- a 27 quilômetros da Refinaria Landulfo Alves (situada no Estado da Bahia), uma das maiores refinarias do Brasil, detida e operada pela Petrobras; e
- a 22 quilômetros do terminal portuário de Aratu (situado no Estado da Bahia).

O Terminal Marítimo Madre de Deus é usado para descarregar a nafta embarcada das refinarias da Petrobras localizadas fora do Estado da Bahia. No terminal portuário de Aratu, é utilizado (1) o Terminal Matérias-Primas (de propriedade da Companhia) para importar nafta e condensado, (2) o Terminal químico de Aratu (de propriedade da Terminal Químico de Aratu S.A. – TEQUIMAR, empresa brasileira de distribuição, subsidiária da Ultrapar Participações S.A.) para distribuir os produtos líquidos da Companhia; e (3) o Terminal de Gases (de propriedade da Companhia) para distribuir produtos de gás.

Um duto detido e operado pela Petrobras transporta nafta do Terminal Madre de Deus para a Refinaria Landulfo Alves, onde o duto se interliga com o sistema de dutos de nafta da Refinaria. O sistema de dutos de nafta da Refinaria Landulfo Alves se interliga com o sistema de dutos do terminal portuário de Aratu, por meio do qual a nafta é transportada às plantas de Químicos do Polo Petroquímico de Camaçari.

Polo de Triunfo

O Polo Petroquímico de Triunfo fica situado:

- a 24 quilômetros da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP (localizada em Canoas, no Rio Grande do Sul), refinaria que a Petrobras possui e opera; e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- a 122 quilômetros do Terminal Almirante Soares Dutra (localizado em Osório, no Rio Grande do Sul), um terminal portuário detido e operado pela Petrobras Transporte S.A., ou Transpetro, uma subsidiária da Petrobras.

A Companhia usa o Terminal Almirante Soares Dutra para descarregar nafta e condensado de petróleo importados ou embarcados de refinarias da Petrobras localizadas fora do estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui um duto operado pela Transpetro que transporta a nafta do Terminal Almirante Soares Dutra para a REFAP, onde o duto se interconecta com o sistema de dutos de nafta da REFAP. A nafta e o condensado de petróleo são transportados para as plantas de Químicos da Companhia através do sistema de dutos de nafta da REFAP.

Polo de São Paulo

O Polo Petroquímico de São Paulo fica situado:

- a 100 quilômetros da Refinaria Henrique Lage – REVAP (localizada em São José dos Campos, no Estado de São Paulo);
- a 215 quilômetros da Refinaria de Paulínia – REPLAN (localizada em Paulínia, no Estado de São Paulo);
- a 40 quilômetros da Refinaria Presidente Bernardes – RPBC (localizada em Cubatão, no Estado de São Paulo);
- a 5 quilômetros da Refinaria de Capuava – RECAP (localizada em Capuava, na cidade de Santo André, no Estado de São Paulo); e
- a 135 quilômetros do Terminal Marítimo Almirante Bassoro, ou TEBAR, um terminal de armazenagem e logística da Petrobras, que está localizado em São Sebastião, no Estado de São Paulo, através do qual a Petrobras recebe nafta de suas refinarias localizadas fora do Estado de São Paulo.

A nafta do Complexo de São Paulo é fornecida de cada uma dessas refinarias e do Tebar, através de dutos da Petrobras.

Polo do Rio de Janeiro

O Polo Petroquímico do Rio de Janeiro fica situado a 5 quilômetros da Refinaria de Duque de Caxias – REDUC (localizada em Campos Elíseos, no Estado do Rio de Janeiro).

O etano e o propano são fornecidos por esta refinaria para o Complexo do Rio de Janeiro, através de dutos da Petrobras.

Uma parcela significativa dos químicos e outros produtos produzidos pelas operações de Químicos é entregue por dutos para os produtores de segunda geração, incluindo as plantas da Braskem. Os produtos que são vendidos a terceiros para entrega em outras localidades são enviados por dutos, ferrovias, caminhões e navios costeiros ou transoceânicos.

Poliolefinas e Vinílicos

Todas as plantas de Poliolefinas da Companhia no Brasil, com exceção de Paulínia, bem como

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

algumas das plantas de Vinílicos no Brasil, estão localizadas nos polos petroquímicos e recebem entregas de eteno e propeno, suas principais matérias-primas, através de dutos ligados às “centrais” da Companhia, ou pelas refinarias da Petrobras, conforme relacionado a seguir:

- o propeno fornecido à planta de PP de Paulínia pela REPLAN é entregue através de um duto operado pela Petrobras;
- o propeno fornecido às plantas de PP nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro é entregue através de dutos operados pela Petrobras;
- o propeno fornecido ao Polo de Petroquímico de Triunfo pela REFAP é entregue através de duto;
- parte do propeno fornecido às plantas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo é entregue por caminhão pela REPAR e REVAP; e
- o eteno fornecido à planta de Vinílicos em Alagoas é entregue por meio de um duto de 477 quilômetros de propriedade da Companhia.

Os produtos de Poliolefinas e Vinílicos da Companhia são expedidos para os clientes das instalações brasileiras por caminhão, trem, navios costeiros e oceânicos. A Companhia não possui, arrenda ou freta veículos para entrega das operações brasileiras, a não ser uma pequena embarcação usada para suas operações no Polo de Triunfo.

Estados Unidos e Europa

Estados Unidos

As plantas de PP em La Porte, Oyster Creek e Seadrift, no Texas, estão localizadas em polos petroquímicos e recebem entregas de propeno através de dutos conectados a instalações produtoras de químicos localizadas próximas a tais plantas.

O propeno é entregue à planta de PP em Marcus Hook, na Pensilvânia por trem ou caminhão.

O propeno é entregue à planta de PP de Neal, em West Virginia, principalmente através de um duto vindo de uma refinaria nas proximidades, sendo o restante entregue por trem.

O PP produzido nos Estados Unidos é enviado aos clientes principalmente por trem. Para isto, a Companhia aluga cerca de 3.900 vagões utilizados na entrega dos produtos produzidos nos Estados Unidos.

Europa

As plantas de PP em Wesseling e Schkopau estão localizadas em polos petroquímicos e recebem entregas de propeno através de dutos conectados a instalações e refinarias produtoras de químicos localizadas próximas a tais plantas.

O PP produzido na Alemanha é enviado aos clientes principalmente por caminhão.

México

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O complexo petroquímico do México está localizado no polo industrial de Veracruz, e recebe as entregas de etano, principal matéria-prima através de dutos conectados às instalações da PEMEX próximas a este complexo petroquímico.

O PE produzido no México é enviado aos clientes principalmente por trem. Para isto, a Companhia aluga cerca de 1.300 vagões utilizados na entrega dos produtos. Além disto, a Companhia também utiliza caminhões para entrega de seus produtos.

(c) características dos mercados de atuação

(i) participação em cada um dos mercados

Químicos

A Companhia vendeu em 2018 aproximadamente 77% dos produtos químicos no Brasil, sobretudo a produtores petroquímicos de segunda geração, incluindo aos segmentos de Poliolefinas e Vinílicos, bem como a clientes dos Estados Unidos, da Europa, da América do Sul e da Ásia.

Como acontece comumente com outros produtores de petroquímicos de primeira geração, a Unidade de Químicos apresenta alta concentração de vendas a um número reduzido de clientes. As vendas líquidas para os dez maiores clientes da Unidade de Químicos responderam por 48,9% da receita líquida da Unidade (excluindo as vendas às outras unidades de negócios), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Vendas no mercado brasileiro de Químicos

De acordo com nossa estratégia comercial, a Unidade de Químicos está focada na formação de relacionamentos de longo prazo com nossos clientes e celebração de contratos para suprimento de longo prazo, os quais preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais. Os preços praticados no mercado brasileiro para o eteno são determinados tomando por referência os preços de contratos da Europa Ocidental. Os preços no mercado brasileiro praticados para o propeno são determinados de acordo com uma fórmula pela qual 50% do preço é determinado com referência aos preços do Noroeste da Europa e os 50% restantes com base nos preços de contrato da América do Norte, de forma geral. Os preços do butadieno para o mercado brasileiro são determinados na sua maioria por referência ao preço de contratos do Golfo dos EUA. Os preços praticados no mercado brasileiro para os produtos BTX, incluindo benzeno, paraxileno e tolueno são fixados por referência aos preços de contrato ou no mercado à vista dos EUA. Os preços para o mercado brasileiro de solventes são estipulados tomando por referência os preços do mercado internacional, e os preços das olefinas e produtos aromáticos são fixados para o mercado brasileiro tomando por base diversos indicadores internacionais de mercado.

Exportação de Químicos

A Companhia exporta químicos principalmente a clientes dos Estados Unidos e da Europa e determina os preços baseados no preço de referência da região para qual estamos exportando. Os preços de exportação:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- do benzeno, do tolueno e do paraxileno são estipulados tomando por referência os preços do mercado do Golfo dos EUA; e
- do propano, ETBE, ortoxileno, buteno-1 e isopreno, os preços vigentes no mercado europeu.

A Companhia está empenhada em manter a posição de liderança que ocupa no mercado brasileiro, continuando, ao mesmo tempo, a usar as exportações como proteção às operações e para controlar o equilíbrio entre demanda e produção. Em 2018, as vendas líquidas de exportação da Unidade de Químicos representaram 23% da receita líquida de vendas daquela unidade.

Adicionalmente, a Companhia aplica seu conhecimento de negociação de commodities para as operações de revenda da nafta e etano nos mercados internacionais. A fim de atender às exigências dos craqueadores de nafta e etano (em termos de tempo, preço e qualidade), a Companhia mantém um fornecimento excedente de matérias-primas e revende o excesso no mercado spot. Em 2018, as operações de revenda registraram receita de R\$ 314,8 milhões.

Poliolefinas

Vendas no mercado interno

A Unidade de Poliolefinas vende produtos de polietileno e polipropileno a cerca de 1.500 clientes. A Companhia dispõe de um mix diversificado de produtos, que possibilita o atendimento a uma ampla gama de usuários finais em vários setores. Os clientes da Unidade de Poliolefinas são, em geral, produtores de terceira geração que fabricam ampla variedade de bens de consumo e produtos industriais à base de plástico.

A receita líquida de vendas efetuadas aos 10 maiores clientes da Unidade de Poliolefinas respondeu por 18% da receita líquida total de vendas da Unidade de Poliolefinas em 2018 (excluindo as vendas às outras unidades de negócios). Nenhum cliente da Unidade de Poliolefinas, isoladamente, respondeu por mais de 10% da sua receita total de vendas em 2018, 2017 e 2016.

A Companhia se empenha em formar relacionamentos duradouros com seus clientes. Dada a natureza cíclica dos mercados de seus produtos petroquímicos, a administração acredita que é possível reforçar a fidelidade dos clientes nos períodos de menor demanda de polietileno e polipropileno, proporcionando uma fonte segura de suprimento a esses clientes nas épocas de demanda elevada. A Companhia trabalha em estreita relação com seus clientes para identificar suas necessidades, prestar assistência técnica e coordenar a produção e entrega dos produtos. Os clientes submetem propostas apresentando uma estimativa de suas necessidades mensais para o ano vindouro com relação a cada um dos produtos de poliolefinas, inclusive especificações técnicas, prazos de entrega e condições de pagamento propostas. A Companhia avalia mensalmente as propostas com o fim de efetuar eventuais ajustes que sejam necessários, monitorar e assegurar fornecimento adequado para cada cliente.

Além das vendas diretas a clientes, a Unidade de Poliolefinas vende produtos no Brasil por intermédio de distribuidores independentes exclusivos. A Unidade de Poliolefinas conta com cinco distribuidores, pelos quais distribui os produtos de acordo com contratos formais e operações no

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mercado à vista.

A Companhia escolhe seus distribuidores com base em sua capacidade de prestação de serviços completos a seus clientes, inclusive a capacidade de elaborar os produtos em bases customizadas. Esses distribuidores vendem os produtos da Companhia de polietileno e polipropileno a clientes com necessidades de volume menores, podendo agrupar vários pedidos de produção e entrega a clientes que, do contrário, seria antieconômico atender. Além disso, ao atender clientes menores por meio de uma rede de distribuidores, os gerentes de conta focam seus esforços na prestação de serviço de alta qualidade a um número menor de clientes diretos de maior porte.

Em 2018, conforme estimativa da Companhia, a sua participação no mercado brasileiro de Poliolefinas correspondia a aproximadamente 70%, com base no volume de vendas do segmento.

Exportações

O volume de exportações de poliolefinas varia, geralmente, com base no nível da demanda interna e na disponibilidade da produção total dos produtos da Companhia. A Unidade de Poliolefinas possui escritório de vendas na Argentina, Chile, Peru e Colômbia, usados para consolidar os esforços de marketing na América do Sul, um dos mercados chave da Companhia fora do Brasil nessa Unidade de Negócios. A Unidade de Poliolefinas também conta com a força de vendas na Europa, México e EUA para aumentar a rentabilidade das vendas. Em cada uma das regiões, a Companhia possui estratégias comerciais específicas com relação às exportações vindas do Brasil, que complementam sua disponibilidade local de produtos.

A Companhia estabeleceu uma posição estratégica no mercado de poliolefinas na América do Sul e na Europa por meio de vendas diretas regulares, distribuidores locais e agentes que conhecem seus respectivos mercados. A estratégia de ampliar a presença nesses mercados estrangeiros destina-se, entre outros aspectos, a reduzir a exposição da Companhia à natureza cíclica do mercado internacional à vista de poliolefinas, por meio da formação de relações duradouras com clientes nos países vizinhos. A presença local da Companhia nos Estados Unidos e na Europa permite seu melhor posicionamento nestes mercados e a venda de produtos da Unidade de Poliolefinas por meio da Unidade dos Estados Unidos e Europa.

O principal foco da Unidade de Poliolefinas é manter a posição de liderança no Brasil e na América do Sul, reforçando o comprometimento com a cadeia de indústria de plástico da região, mantendo a sua posição de liderança em poliolefinas através da contínua presença local e fornecimento regular de produtos.

Preços e Condições de Vendas

A Companhia determina os preços do polietileno para o mercado interno tomando por referência preços spot da América do Norte e, com relação ao polipropileno, por referência preços spot da Ásia e América Latina. Os clientes da Companhia no Brasil podem efetuar pagamento integral contra entrega ou optar por venda a prazo, que requer pagamento integral entre três e 60 dias após a entrega. São cobrados juros dos clientes brasileiros que escolhem opção de pagamento a prazo com base nas taxas vigentes no mercado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Além das vendas estratégicas para a América do Sul, Europa, México e Estados Unidos, as exportações da Unidade de Poliolefinas a compradores da Ásia e África são realizadas em geral por meio do mercado à vista internacional. A base de clientes nesses mercados consiste principalmente de empresas comerciais exportadoras e distribuidores. A precificação tem por base os preços no mercado à vista internacional.

Vinílicos

A Companhia é líder na produção de PVC no Brasil com base no volume de vendas de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, suas fábricas de PVC apresentaram a segunda maior capacidade média anual de produção da América Latina.

A Unidade de Vinílicos é a única produtora verticalmente integrada de PVC do Brasil. Nossa produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro, eteno e outras matérias-primas. A Unidade de Vinílicos também fabrica soda cáustica, que é utilizada por fabricantes de alumínio, papel e celulose.

Em 2018, a participação da Companhia no mercado brasileiro de PVC correspondia a aproximadamente 48%, com base no volume de vendas da Unidade de Vinílicos.

As vendas líquidas aos 10 maiores clientes da Unidade de Vinílicos responderam por 40% de sua receita total líquida de vendas em 2018. Nenhum cliente da Unidade de Vinílicos, isoladamente, respondeu por mais de 10% da sua receita total de vendas em 2018, 2017 e 2016.

Existe uma ligação estrutural entre os mercados de PVC e soda cáustica porque a soda cáustica é um subproduto da produção do cloro necessário para produzir PVC. Quanto maior a demanda por PVC, maior será a produção de soda cáustica, levando a um aumento de oferta deste produto e, geralmente, a preços mais baixos. Por outro lado, quando a demanda de PVC é baixa, os preços da soda cáustica tendem a subir.

A Companhia realiza a maioria das vendas de PVC e soda cáustica diretamente a clientes brasileiros sem intermediação de distribuidores independentes. Contudo, a Unidade de Vinílicos mantém relações contratuais por meio de cinco centros de distribuição, que fornecem suporte logístico, localizados em Paulínia e Barueri, ambas no estado de São Paulo, em Joinville, no estado de Santa Catarina, em Extrema, no estado de Minas Gerais e em Araucária, no estado do Paraná. Ademais, a Companhia opera, de maneira não exclusiva, doze unidades de armazenagem de PVC e seis unidades de tancagem em terminais para soda cáustica, estrategicamente situadas ao longo da costa brasileira, o que os permite entregar os produtos a clientes no formato "just-in-time". A Unidade de Vinílicos atua em estreita colaboração com seus clientes, trabalhando em conjunto para melhorar produtos existentes, bem como desenvolver novas aplicações para PVC. Os grupos de comercialização e assistência técnica da Companhia também prestam consultoria a clientes e clientes em potencial que estejam considerando a instalação de equipamentos industriais para fabricação de produtos finais de PVC.

Além disso, a Unidade de Vinílicos fornece ao mercado brasileiro o PVC emulsão e outros copolímeros com valor mais alto por importações da Colômbia por meio de contrato de longo

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

prazo com a Mexichem.

A companhia determina os preços internos de resinas de PVC tomando por referência principalmente os preços pagos por produtores brasileiros de terceira geração por importações de PVC, que em geral refletem o preço no mercado à vista do Nordeste da Ásia. O prazo de entrega, qualidade e serviços técnicos também afetam os níveis de vendas das resinas de PVC. A Companhia estabelece seus preços internos de soda cáustica com base no preço de mercado internacional. Aproximadamente 64% das vendas de soda cáustica em 2018 foram realizadas de acordo com contratos em geral com prazos de um a três anos, podendo incluir tetos e pisos de preços.

Os clientes da unidade de Vinílicos da Companhia no Brasil podem pagar à vista entrega ou eleger termos de crédito que exigem pagamento integral dentro de 7 a 90 dias após a entrega. A Companhia cobra juros com base nas taxas de mercado vigentes para clientes no Brasil que optam por opções de pagamento mais longas. No caso de exportação de produtos de PVC e soda cáustica, os termos para as exportações geralmente exigem o pagamento entre 90 e 120 dias após a entrega. A Companhia exige cartas de crédito irrevogáveis para as vendas de exportação realizadas no mercado à vista.

Estados Unidos e Europa

A Unidade EUA e Europa vende produtos de polipropileno para cerca de 375 clientes. A Companhia possui um mix de produtos diversificado que lhe permite atender uma ampla variedade de clientes finais em diversos setores. Em geral, os clientes da Unidade EUA e Europa são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima.

Aproximadamente 39% das vendas de polipropileno na Unidade EUA e Europa são realizadas através de contratos de fornecimento de longo prazo com nossos clientes. Esses contratos têm em geral um prazo inicial de dois anos, sendo automaticamente renováveis por períodos de um ano, a menos que uma parte notifique a outra de sua intenção de não renovar. Os contratos também preveem quantidades mínimas e máximas a serem compradas e entregas mensais.

A Companhia comercializa o restante de sua produção de polipropileno da Unidade EUA e Europa através de (1) sua força de vendas direta que procura formar relacionamentos de fornecimento com clientes nacionais e estrangeiros, (2) um número seletivo de distribuidores autorizados a representar a marca Braskem nos mercados norte-americano e europeu, (3) revendedores que comercializam esses produtos com marcas próprias nos mercados norte-americano e europeu, e revendedores destes produtos em mercados internacionais.

México

A Unidade do México comercializa produtos de polietileno para cerca de 250 clientes no mercado mexicano. A Companhia possui um mix de produtos diversificado, que lhe permite atender uma ampla variedade de clientes finais em diversos setores. Em geral, os clientes da Unidade do México são produtores petroquímicos de terceira geração que fabricam uma ampla variedade de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

bens de consumo e industriais que possuem o plástico como matéria-prima. A receita líquida de vendas para os 10 maiores clientes da Unidade México representou aproximadamente 45% da receita líquida total de vendas da Unidade México durante o ano de 2018.

Vendas no México

Considerando a infraestrutura logística e os centros de logística do Completo do México por região, a Companhia consegue projetar a demanda dos clientes por região. Assim, é possível prever e planejar a produção e a logística com o intuito de disponibilizar os produtos em tempo hábil e nos pontos de expedição. Como a carteira de produtos pode ser ajustada à natureza da demanda do mercado mexicano, a Companhia possui uma maior flexibilidade para se adaptar e atender melhor tal mercado.

Além da venda direta de polietileno para clientes, a Unidade do México comercializa produtos no México através de distribuidoras independentes. A Unidade do México é atendida por distribuidoras através das quais a Companhia distribui seus produtos de acordo com contratos formais e operações no mercado à vista.

As distribuidoras são escolhidas com base na sua capacidade de fornecer serviços completos aos clientes. Tais distribuidoras comercializam os produtos de polietileno da Companhia para fabricantes com necessidades menores de volume e são capazes de combinar diversos pedidos de entrega aos clientes, os quais não seriam economicamente viáveis de a companhia atender. Além disso, ao atender clientes menores através de uma rede de distribuidoras, os gerentes de conta da Companhia podem concentrar seus esforços em prestar serviços de alta qualidade para um número menor de grandes clientes, atendidos diretamente.

Vendas de exportação

O principal foco da Unidade do México é manter a posição de liderança da Companhia no mercado mexicano, mantendo seu volume de exportações com o objetivo de administrar a relação entre a sua capacidade de produção e a demanda interna por seus produtos. A Companhia acredita que sua presença contínua em mercados internacionais é essencial para administrar qualquer excesso de capacidade no mercado mexicano. O excesso de volume é principalmente exportado para Estados Unidos, Europa, América Central e Ásia, utilizando as forças de vendas já existentes e complementando a carteira nessas regiões, junto com os produtos exportados do Brasil. A fim de fazer uso dos canais de venda já estabelecidos da Braskem nos Estados Unidos e na Europa, a estratégia de exportações da produção da unidade do México, para essas regiões, consiste em desenvolver e reter clientes, procurando aumentar o valor agregado nas exportações, especialmente considerando a competitividade logística para atender os Estados Unidos. Esse novo complexo de polietileno reforça a posição da Braskem com os clientes de polietileno do mundo todo, melhorando a sua posição na América do Norte.

Preços e Termos de Vendas

O preço de venda de polietileno no mercado mexicano é calculado com base nos preços norte-americanos. Os clientes da Companhia no México podem pagar o montante integral no momento

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

da entrega ou optar por pagamento à prazo, exigido integralmente dentro de até 60 dias após a entrega.

As exportações do Complexo do México consistem inicialmente em volumes enviados a Ásia, Europa e EUA por meio tradings e distribuidoras. A precificação é baseada nos preços do mercado internacional à vista. Todas as vendas a estes mercados são realizadas através de letras de crédito. Conforme discutido no item “–Vendas de Exportação” acima, desde o início de 2017, a Unidade do México tem se concentrado em exportar seus produtos diretamente para clientes nos Estados Unidos e Europa, com aumento do valor líquido das exportações.

Outras informações

Este item 7 do Formulário de Referência contém informações sobre a participação de mercado no setor petroquímico brasileiro da Companhia e de sua capacidade de produção em relação à de outras empresas atuantes no setor petroquímico do Brasil e da América Latina, dos Estados Unidos e do mundo. Tais informações têm por base dados obtidos de terceiros, considerados confiáveis e são referentes aos anos de 2018, 2017 e 2016 conforme indicado:

- A participação no mercado brasileiro foi calculada dividindo-se o volume de vendas líquidas de produtos específicos da Companhia no mercado brasileiro pelo consumo total desses produtos no mercado brasileiro. As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico brasileiro e a estimativa do consumo interno brasileiro total de produtos petroquímicos foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM).
- As informações relativas à capacidade de produção de outras empresas atuantes no setor petroquímico global, os preços internacionais de produtos petroquímicos e o consumo per capita em algumas regiões geográficas foram extraídas principalmente de relatórios publicados pela IHS, Inc. (IHS).
- As informações relativas às importações e exportações brasileiras foram extraídas do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE-Web), produzido pela Secretaria de Comércio Exterior e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Incluímos ainda informações e estatísticas relacionadas ao crescimento econômico de países emergentes obtidas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e estatísticas relacionadas ao produto interno bruto (PIB), crescimento do Brasil, Estados Unidos, Europa e México obtidas de fontes públicas independentes, tais com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Departamento de Comércio dos EUA, a agência oficial de estatística da União Europeia (Eurostat); e o Instituto Nacional de Estadística y Geografía do México.

Embora não exista nenhum motivo para se acreditar que essas informações sejam imprecisas em qualquer aspecto relevante, não foi feita nenhuma verificação independente da capacidade de produção, da participação de mercado, do tamanho do mercado ou de dados semelhantes fornecidos por terceiros ou extraídos de publicações especializadas ou de caráter geral.

As informações relativas ao consumo interno aparente de alguns de nossos produtos são fornecidas com base nas informações disponíveis do governo brasileiro, do Instituto de Pesquisa

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Econômica Aplicada (IPEA) e da ABIQUIM e em nossas estimativas internas. O consumo interno aparente é equivalente à produção interna, acrescida das importações e deduzidas as exportações. O consumo interno aparente de qualquer período pode diferir do consumo real, porque esta medida não leva em consideração as variações nos níveis de estoque da cadeia de suprimento de petroquímicos.

(ii) condições de competição nos mercados

A Companhia ocupa as seguintes posições no ranking mundial de capacidade de produção, conforme dados do IHS:

| | |
|----------------------|------------|
| Eteno | 9ª |
| Propeno | 12ª |
| PE | 7ª |
| PP | 3ª |
| PVC | 19ª |
| Soda Cáustica | 39ª |

Químicos

Os clientes de químicos da Companhia, em sua maioria produtores petroquímicos de segunda geração cujas plantas se localizam nos Polos Petroquímicos brasileiros, teriam dificuldade em obter seus insumos de outras fontes por preços mais baixos em razão do alto custo de transporte desses produtos bem como de outras dificuldades logísticas. Ademais, como o Brasil logrou a autossuficiência na produção de olefinas, atendendo a demanda interna, as importações desses produtos são geralmente esporádicas e em regra associadas às paradas programadas para manutenção de plantas ou para cobrir a demanda interna não atendida.

Ao longo dos últimos anos, conforme aumentou a diferença no custo das matérias-primas nafta e gás para craqueadores de petroquímicos, muitos craqueadores que utilizam gás como matéria-prima têm se tornado produtores de baixo-custo nos mercados mundiais e observado uma melhora em suas margens em comparação aos craqueadores de nafta. Contudo, uma vez que craqueadoras à base de gás podem produzir menos coprodutos e subprodutos gerados pelas craqueadoras à base de nafta, tais como propeno, butadieno e produtos BTX, e em menores quantidades, houve um aumento nos preços destes produtos no mercado internacional. Como consequência dos preços mais altos para tais coprodutos e subprodutos, nossa receita líquida com a exportação destes produtos aumentou, e acreditamos que este aumento na receita líquida de exportação destes produtos deva se manter no futuro, na medida em que diminua a diferença da

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

competitividade relativa das matérias-primas das craqueadoras. A concorrência desses produtos nos mercados internacionais baseia-se principalmente no preço dos produtos entregues e aumentou desde meados de 2008, quando foi rompido o equilíbrio entre oferta e demanda, devido ao impacto da crise global financeira e creditícia nos consumidores desses produtos.

Nos mercados internacionais de Químicos, a concorrência está representada por um grande número de produtores, alguns deles substancialmente maiores e contando com recursos financeiros, de fabricação, tecnológicos e de marketing expressivamente maiores que os da Companhia.

Poliolefinas

A Companhia é a única produtora de polietileno e polipropileno no Brasil, e compete com produtores de poliolefinas do mundo todo. Em 2018, as importações brasileiras de polietileno e polipropileno registraram alta de 12,8%, o que representou 30% do consumo brasileiro de poliolefinas.

A Companhia também compete pelas exportações de produtos de poliolefinas para outros países da América Latina e também nos mercados da América do Norte, Ásia e Europa. A Companhia compete com diversos produtores de resina, alguns dos quais contam com mais recursos financeiros, produtivos, de pesquisa e desenvolvimento e de outro tipo que a Companhia. A posição competitiva da Companhia em mercados internacionais deve-se principalmente ao seu relacionamento com o consumidor, diferenciação dos produtos (principalmente o Polietileno Renovável), custo de matérias-primas, preços de venda, qualidade do produto, atendimento e suporte ao cliente.

A Companhia é a única produtora mundial de polietileno verde produzido a partir de cana-de-açúcar do mundo, 100% verificado pelo ASTM D6866.

Vinílicos

PVC

A Braskem e a Unipar Carbocloro (antiga Solvay), ou Unipar, são os dois únicos produtores de PVC do Brasil. A capacidade de produção anual instalada da Unipar no Brasil é de 300.000 toneladas, em comparação com a capacidade anual de produção da Companhia de 710.000 toneladas. As fábricas da Unipar no Brasil estão localizadas em São Paulo e, portanto, mais próximas do principal mercado de PVC do Brasil do que nossas instalações. No entanto, acreditamos que nossas capacidades verticais de produção, nossas modernas plantas de PVC em suspensão, nosso forte atendimento ao consumidor e nossos programas de assistência técnica nos possibilitam compensar qualquer desvantagem competitiva devido à distância e concorrer de forma eficiente com a Unipar.

A Companhia também concorre com a planta da Unipar na Argentina e com outros importadores de PVC. A Unipar tem uma planta de PVC na Argentina, além de suas instalações no Brasil. As importações representaram cerca de 22,6% do consumo brasileiro de PVC em 2017. O PVC

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produzido no país tem atualmente preços competitivos em relação ao PVC importado, considerando que o nosso preço é baseado no mercado internacional.

A Braskem também concorre com outros produtores de termoplásticos que fabricam os mesmos produtos de PVC ou substitutos de produtos da linha de PVC da Companhia. As resinas termoplásticas, principalmente polietileno e polipropileno, são aplicadas em alguns casos como substitutas do PVC. Madeira, vidro e metais também são em alguns casos utilizados como substitutos do PVC.

Soda cáustica

De acordo com o IHS e a Abiclor (Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados), os três maiores produtores de soda cáustica no Brasil, inclusive a Braskem, responderam por 92% da produção do país em 2018. A Companhia e outra companhia petroquímica internacional atuam nesse mercado em todo o Brasil, enquanto os outros produtores nacionais desse produto têm em geral uma atuação local ou regional. As importações representaram 31% do consumo total de soda cáustica no Brasil em 2018.

Os principais concorrentes no mercado de soda cáustica em outras partes da América do Sul são as outras companhias petroquímicas internacionais que operam no Brasil e produtores localizados na Costa do Golfo dos EUA.

Estados Unidos e Europa

A Unidade EUA e Europa compete com companhias locais, regionais e internacionais, algumas das quais têm mais recursos financeiros, de pesquisa e desenvolvimento, de produção e outros do que a Companhia. Embora os fatores concorrenciais variem entre as linhas de produtos, a posição competitiva da Companhia se baseia, essencialmente, nos custos das matérias-primas e de produção, preços de venda, qualidade e tecnologia dos produtos, tecnologia de fabricação, acesso a novos mercados, proximidade de mercados e atendimento e assistência ao cliente.

Os principais concorrentes em vendas de polipropileno na América do Norte são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, o crescimento da demanda ocorre em função do crescimento econômico na América do Norte e no restante do mundo.

Os principais concorrentes em vendas de polipropileno na Europa são outras grandes companhias petroquímicas internacionais. Em geral, o crescimento da demanda ocorre em função do crescimento econômico na Europa e no restante do mundo.

(d) eventual sazonalidade

Os mercados nos quais a Companhia atua são mercados cíclicos e sensíveis a alterações relativas na oferta e procura. A procura por produtos petroquímicos é afetada de maneira significativa pela conjuntura econômica do Brasil, dos Estados Unidos, da Europa, do México, e de outros países do Mercosul. Estes mercados são também afetados pela natureza cíclica dos mercados internacionais, visto que os preços de produtos petroquímicos praticados nestes mercados são determinados tomando por referência preços cobrados no mercado internacional por esses

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produtos. Para o caso do Brasil e do México, a precificação ainda considera tarifas e custos de transporte, pagos pelos importadores de produtos petroquímicos para estes mercados.

Tradicionalmente, o segundo e o terceiro trimestres são os períodos do ano que apresentam os mais altos níveis de vendas para o setor petroquímico nos mercados em que a Companhia atua. O aumento durante esse período de seis meses está atrelado em parte à produção de bens de consumo que serão vendidos na temporada de festas de fim de ano.

(e) principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

Químicos

Nafta

A nafta, um produto derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima empregada na fabricação dos produtos químicos e representa o principal item do custo de produção e custo operacional da Unidade de Químicos. A Companhia também usa o condensado como matéria-prima no Polo de Triunfo.

O preço da nafta e do condensado comprados pela Companhia flutua principalmente com base em variações do preço internacional do petróleo bruto, que toma por base o dólar. Em 2018, a nafta e o condensado representaram 70,6% do custo total dos produtos vendidos da Unidade de Químicos, e a nafta representou 40% do custo consolidado direto e indireto dos produtos vendidos e serviços prestados no ano.

A tabela a seguir apresenta a média dos preços da nafta referência Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, ou preço ARA, nos períodos indicados:

| EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE | | | |
|---|-------|-------|-------|
| | 2018 | 2017 | 2016 |
| MÉDIA ANO ⁽¹⁾ ⁽²⁾ | 601,0 | 484,0 | 385,4 |
| MÊS ENCERRADO EM: | | | |
| JANEIRO | 592,0 | 499,0 | 317,8 |
| FEVEREIRO | 555,0 | 498,0 | 293,0 |
| MARÇO | 571,0 | 459,0 | 351,1 |
| ABRIL | 607,0 | 468,0 | 379,0 |
| MAIO | 667,0 | 435,0 | 403,0 |

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

| | | | |
|-----------------|-------|-------|-------|
| JUNHO | 633,0 | 401,0 | 417,0 |
| JULHO | 643,0 | 425,0 | 380,0 |
| AGOSTO | 641,0 | 459,0 | 369,0 |
| SETEMBRO | 676,0 | 504,0 | 396,0 |
| OUTUBRO | 662,0 | 519,0 | 441,0 |
| NOVEMBRO | 506,0 | 572,0 | 416,0 |
| DEZEMBRO | 463,0 | 567,0 | 462,0 |

(1) A informação na linha "Média Ano" representa os preços médios da nafta durante cada ano respectivo.

(2) Fonte: IHS

A tabela a seguir mostra a distribuição das compras de nafta mais condensado pela Unidade de Químicos nos períodos indicados e por localização geográfica dos fornecedores:

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| BRASIL | 43% | 53% | 62% |
| ARGÉLIA | 19% | 18% | 16% |
| ÁFRICA OCIDENTAL | 4% | 6% | 4% |
| AMÉRICA DO SUL | 10% | 10% | 8% |
| OUTROS | 24% | 13% | 10% |
| TOTAL | 100% | 100% | 100% |

Contrato de Fornecimento com a Petrobras

Em 23 de dezembro de 2015, a Companhia e a Petrobras firmaram Contrato de Compra de Nafta por um período de cinco anos. Esse contrato substituiu o contrato entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de Químicos localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari e substituiu o contrato de fornecimento de nafta entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às plantas de Químicos localizadas no Polo Petroquímico de Triunfo, no Polo Petroquímico de Camaçari e no Polo Petroquímico de São Paulo. O contrato tem vencimento em dezembro de 2020.

Nos termos desse novo contrato:

- a Petrobras se compromete a vender e entregar nafta por um período de cinco anos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

às plantas de Químicos do Complexo Petroquímico de Camaçari, do Complexo Petroquímico de São Paulo e do Complexo Petroquímico de Triunfo, para uso exclusivo como matéria-prima;

- a Companhia se compromete a comprar um volume mensal mínimo de nafta;
- a Companhia fornece à Petrobras uma ordem firme de compra de nafta a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de nafta que comparará nos seis meses seguintes;
- a Companhia pode solicitar volumes de nafta acima da ordem firme mensal, que a Petrobras poderá fornecer, a seu critério;
- o preço do nafta pago pela Companhia é equivalente a 102,1% da referência ARA;
- o contrato pode ser rescindido ou alterado na hipótese de ocorrência de fatos extraordinários e imprevistos que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a partir de janeiro de 2018, qualquer parte poderá renegociar o contrato caso ocorram determinados eventos de mercado;
- qualquer parte pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, se (1) não for sanada uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer e persistir por mais de 90 dias uma situação de força maior; (3) qualquer parte transferir ou der como garantia a totalidade ou parte de seus direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da outra parte; (4) houver uma alteração no controle ou no objeto social de uma das partes que entre em conflito com o objeto do contrato ou (5) houver dissolução de uma das partes; ou (6) qualquer parte deixar de cumprir com suas obrigações previstas no contrato; e
- a Petrobras pode rescindir o contrato, sem aviso prévio, no caso de falência ou liquidação da Companhia.

Contratos de Fornecimento com a SONATRACH

A Associação Algeriana de Pesquisa, Produção, Transporte, Transformação e Venda de Hidrocarbonetos (Société Nationale pour la Recherche, la Production, le Transport, la Transformation et la Commercialisation des Hydrocarbures) ou SONATRACH) (empresa nacional algeriana de petróleo) é um dos mais importantes fornecedores de nafta e condensado importados para a Companhia. A Companhia importa nafta da SONATRACH desde 2002. Anualmente, são negociados o volume mínimo e máximo de nafta e condensado a serem comprados da SONATRACH. Em média, a Companhia compra cerca de um milhão de toneladas de condensado e aproximadamente 400 mil toneladas de nafta da SONATRACH. Na hipótese de impossibilidade de renovar o contrato de fornecimento com a SONATRACH, a administração acredita que poderia comprar quantidades suficientes de nafta de outros fornecedores para atender às necessidades de suprimento das plantas de Químicos.

Outros contratos de fornecimento

Dentro da estratégia de diversificar as fontes de suprimento de nafta, a Companhia está adquirindo nafta por meio de acordos de fornecimento anual com fornecedores internacionais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Compras de nafta no mercado à vista

Além dos fornecimentos de matérias-primas mediante os contratos acima descritos, a Companhia compra ocasionalmente nafta no mercado à vista de fornecedores estrangeiros localizados na África, na Europa, na América do Norte e na América Latina.

Compras de condensado no mercado à vista

Além dos fornecimentos de matérias-primas mediante os contratos acima descritos, a Companhia ocasionalmente compra condensado no mercado à vista de fornecedores localizados na África Ocidental.

Etano e Propano

O etano e o propano são as principais matérias-primas usadas pela Companhia para produzir seus produtos químicos no Polo do Rio de Janeiro e representam o principal custo de produção e operacional da unidade de Químicos do Polo do Rio de Janeiro. O preço do etano e do propano comprados pela Companhia varia de acordo com as mudanças no preço internacional em dólares desses insumos.

- Em dezembro de 2000, a Companhia e a Petrobras firmaram um contrato de fornecimento de etano e propano. O prazo inicial desse contrato termina em janeiro de 2021 e ele é automaticamente renovável por um período de dois anos, a menos que uma das partes avise a outra, por escrito e com pelo menos um ano de antecedência, de sua intenção de não renová-lo. Nos termos desse contrato, a Petrobras concorda em vender e entregar etano e propano à planta de químicos da Companhia no Polo do Rio de Janeiro para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia fica obrigada a comprar e a Petrobras deve entregar um volume anual mínimo de etano e/ou propano;
- a Companhia concorda em fornecer à Petrobras uma ordem de compromisso firme de
- etano e propano a cada mês, juntamente com uma estimativa do volume de etano e propano que comprará nos quatro meses imediatamente seguintes;
- o preço do etano e do propano tem por base o preço Mont Belvieu; e
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação ao contrato após um período de tolerância de 60 dias; (2) ocorrer evento de força maior que persista por mais de 365 dias;
- a Companhia transferir ou der como garantia a um terceiro a totalidade ou parte dos seus direitos e obrigações pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras; e (4) dissolução, falência ou liquidação da Central de matérias-primas de Duque de Caxias.

A Braskem também possui um contrato de fornecimento de etano com a Enterprise Products Operating LLC, ou ENTERPRISE, para o fornecimento de etano dos EUA ao Brasil. O preço do etano tem como base o preço do etano Mont Belvieu mais Taxa de Terminal, base FOB USGC. A logística para transportar o etano ao Brasil é gerida pela Braskem.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Desde fevereiro de 2017, a Braskem tem a capacidade de receber etano importado no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Desde novembro de 2017, a Braskem tem a capacidade de consumir etano na central petroquímica na Bahia, substituindo parcialmente a nafta. A Braskem tem investido na flexibilização da operação para substituir a nafta por etano em uma proporção equivalente a 15% da produção de eteno do ativo.

Em 2018, a importação de eteno para ambas as unidades totalizou 224 mil toneladas.

Hidrocarboneto Leve de Refinaria ("HLR")

Em janeiro de 2005, a Companhia e a Petrobras firmaram um contrato de compra e venda de hidrocarboneto leve de refinaria, dos quais separa o eteno e o propeno. Esse contrato prevê que a Companhia e a Petrobras deverão negociar sua renovação antes de seu término em 2020 e que, na eventualidade de a Petrobras não pretender renovar o contrato, ela deverá notificar a Companhia com antecedência mínima de dois anos do término do contrato e cumprir todos os termos e condições do contrato até 2028. Nos termos do contrato, que representa 100% do fornecimento de hidrocarbonetos leves de refinaria:

- a Petrobras se compromete a vender e entregar gás de combustão de refinaria à planta de Químicos da Companhia no Polo de São Paulo para uso exclusivo como matéria-prima;
- a Companhia se compromete a adquirir um volume mínimo diário de gás de combustão de refinaria;
- o preço do gás de combustão de refinaria tem por base diversos índices de mercado;
- o contrato será alterado na hipótese de ocorrência de fatos imprevistos extraordinários que provoquem uma ruptura no equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a Petrobras poderá rescindir o contrato sem necessidade de aviso prévio na eventualidade de: (1) a Companhia deixar de sanar uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior que impeça a execução do contrato ; (3) a Companhia transferir ou der em garantia pelo endividamento a um terceiro a totalidade ou parte de seus direitos, obrigações e créditos pelo contrato sem a anuência prévia da Petrobras, a menos que o terceiro seja um membro do grupo econômico da Companhia; (4) dissolução ou falência da Braskem S.A.; ou (5) mudança na estrutura empresarial, incorporação, venda, cisão ou outra forma de reorganização societária da Braskem S.A. que entre em conflito com o objetivo do contrato ou impeça sua execução;

Em dezembro de 2017, a Petrobras informou à Companhia que não renovaria tal contrato nos mesmos termos. A Companhia atualmente negocia os termos e condições de um futuro contrato de compra e venda de hidrocarboneto leve de refinaria com a Petrobras, que entraria em vigor após o vencimento contrato atual, em 2028. Não é possível garantir que os termos e condições do novo contrato serão tão benéficos para a Companhia quanto os do contrato atual, sendo que qualquer impossibilidade de negociar com a Petrobras poderia prejudicar a capacidade da Companhia de atender suas necessidades de hidrocarboneto leve de refinaria.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Energia Elétrica

Para abastecer suas operações industriais no Brasil, que representam 87% do nosso consumo elétrico no mundo, a Companhia gera 21% da energia que consome. 31% da demanda é fornecida pela Companhia e pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), estatal brasileira de geração de energia elétrica, nos termos de um acordo de compra de energia, válido até 2037. O restante é fornecido principalmente mediante contratos de longo prazo com diversas distribuidoras no Mercado Livre de Energia.

- No Polo da Bahia, a Companhia gera 35% da energia que consome, e cerca de 52% da demanda é fornecida pela CHESF. O restante é adquirido principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.
- No Polo de Alagoas, 64% do consumo de energia é fornecido pela CHESF. A energia restante é adquirida principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.
- No Polo de Triunfo, a Companhia gera 31% da energia consumida, sendo o restante adquirido de diversos fornecedores principalmente no mercado livre de energia.
- No Polo de São Paulo, a Companhia gera 12% do consumo de energia, sendo o restante adquirido de diversos fornecedores principalmente no mercado livre de energia.
- No Polo do Rio de Janeiro, a energia consumida é adquirida principalmente junto a diversos fornecedores no mercado livre de energia.

Gás Natural

O gás natural é fornecido para as operações industriais da Companhia no Brasil por meio de contratos de longo prazo no mercado regulado por empresas que possuem licenças governamentais e exclusividade de entrega em cada estado. O gás natural utilizado pelas operações da Unidade de Químicos da Companhia em 2018 representou 63% do consumo total da Braskem.

- No Complexo da Bahia, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás da Bahia (BahiaGás), que representa 50% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo de Alagoas, o gás natural é fornecido pela Alagoas S.A. (Algás), que representa 17% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo do Rio Grande do Sul, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás do Estado (Sulgás), que representa 19% do consumo no Brasil.
- No Complexo de São Paulo, o gás natural é fornecido pela Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), que representa 10% do consumo da Companhia no Brasil.
- No Complexo do Rio de Janeiro, o gás natural é fornecido pela CEG Rio S.A. (CEG), que representa 4% do consumo no Brasil.

Outros

No Polo de Triunfo, a Companhia também adquire metanol para a obtenção de MTBE e etanol para a produção do “polietileno verde”. O metanol é importado, e seu preço é definido com base nas cotações de mercados internacionais. O etanol é adquirido no mercado interno de diversos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

produtores. No Complexo da Bahia, a Companhia também adquire etanol para a produção de ETBE.

Poliolefinas

Eteno e propeno

Os custos da compra de eteno e propeno, que são os custos diretos mais significativos associados à produção de polietileno e polipropileno da Companhia, responderam, em conjunto, por 87,9% do total de custos variáveis de produção da Unidade de Poliolefinas em 2018. Durante o ano de 2018, a Unidade de Poliolefinas adquiriu a totalidade de suas necessidades de eteno e parte de suas necessidades de propeno de nossa Unidade de Químicos.

Contratos de Propeno com a Petrobras e suas Subsidiárias

A Braskem mantém diversos contratos de propeno com refinarias da Petrobras, que possuem diferentes datas de vencimento entre maio de 2021 e abril de 2028, com preços determinados com base em referências internacionais para garantir a competitividade da matéria-prima. Em 2016, a Braskem celebrou um acordo de cinco anos com a Petrobras para o fornecimento de propeno pela Refap S.A., controlada da Petrobras. Tal contrato de fornecimento também é precificado com base em referências internacionais.

A Petrobras pode rescindir tais contratos, sem aviso prévio, se: (1) não for sanada uma violação do contrato após um período de tolerância de 30 dias; (2) ocorrer evento de força maior, embora alguns desses contratos exijam que tal evento persista por mais de 180 dias; (3) for transferida ou dada como garantia a totalidade ou parte dos direitos e obrigações pelo contrato a um terceiro, sem a anuência da Petrobras; (4) houver uma alteração na administração ou no objeto social da Braskem que entre em conflito com o objeto do contrato; (5) ocorrer a dissolução, falência ou liquidação da Braskem; e (6) ocorrer alteração do tipo de entidade, incorporação, venda, cisão ou qualquer outra reestruturação corporativa da Braskem que entre em conflito ou impeça a execução do objeto do contrato.

Contratos para Fornecimento de Etanol

A Braskem mantém diversos contratos de etanol com grandes produtores desse combustível para abastecimento de sua planta, que produz eteno utilizando etanol proveniente da cana de açúcar. Tais contratos de fornecimento possuem diferentes datas de vencimento até julho de 2019 e estão em processo de renovação. Nos termos desses contratos, temos ou teremos o dever de adquirir uma quantidade anual de etanol suficiente para suprir aproximadamente 90% da capacidade dessa planta de eteno. O preço que pagaremos nos termos desses contratos é ou será determinado com referência no preço mensal do álcool hidratado carburante, conforme publicado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura (CEPEA/ESALQ).

Também compramos etanol no mercado à vista, a fim de complementar o fornecimento obtido por meio desses contratos. O preço que pagamos pelo etanol nos termos da maior parte desses contratos é determinado com referência em indicadores de mercado.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Outras matérias-primas e utilidades

A Unidade de Poliolefinas também utiliza buteno e n-hexano como matérias-primas na produção de PEAD e PEBDL. O buteno é fornecido pela Unidade de Químicos e o n-hexano é importado de fornecedores da África do Sul, África e da região do Golfo dos EUA.

As Plantas Unipol de polietileno, nos Polos Petroquímicos de Camaçari e do Rio de Janeiro utilizam catalisadores fornecidos pela Univation Technologies. A planta de PEAD no Complexo Petroquímico de São Paulo utiliza catalisadores fornecidos pela W.R. Grace & Co. Os catalisadores utilizados nas plantas com linha de produção swing de PEBDL/PEAD são adquiridos da Basell Polyolefins Company N.V. (ou Basell). A Companhia produz seus próprios catalisadores para as plantas de PEAD slurry nos Polos de Triunfo e Camaçari, e compra os insumos necessários para produzir esses catalisadores de diversos fornecedores a preços de mercado. As unidades de polipropileno da Companhia utilizam catalisadores fornecidos principalmente pela Basell, sendo que alguns catalisadores são importados de fornecedores dos Estados Unidos e da Europa.

Em geral, a Companhia acredita que existem fontes alternativas suficientes disponíveis a preços razoáveis para cada um desses outros insumos utilizados no processo de produção de poliolefinas, de maneira que a perda de qualquer fornecedor não prejudicaria de forma relevante as operações.

Vinílicos

Eteno

O custo direto mais significativo associado à produção de PVC é o custo do eteno, que em 2018 respondeu por 48% do custo total das vendas da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Químicos fornece a totalidade do eteno requerido pela Unidade de Vinílicos. A Unidade de Químicos fornece a totalidade do eteno requerido pela Unidade de Vinílicos.

Energia Elétrica

A energia elétrica constitui componente significativo do custo da produção de cloro e soda cáustica da Companhia. Em 2018, representou 48% do custo total de vendas da Unidade de Vinílicos. A Unidade de Vinílicos recebe eletricidade de diversas geradoras mediante contratos de compra de energia de longo prazo. As plantas de soda cáustica de Camaçari e de Alagoas e a planta de PVC de Camaçari compram eletricidade da CHESF, mediante um contrato de longo prazo a findar em junho de 2037. A Companhia Energética de Alagoas S.A., ou CEAL, distribui eletricidade à planta de PVC em Alagoas. O contrato de compra de energia com a CEAL é renovável com prorrogações automáticas de um ano. Esse contrato proporciona à Companhia a opção de comprar a totalidade de seus requisitos de energia com base em uma estimativa anual. As condições de preço do contrato tomam por base tarifas regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Sal

Em 2018, a produção da Companhia de cloro e soda cáustica consumiu 594.348 toneladas de sal.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O sal representou 1% do custo total de vendas da Unidade de Vinílicos em 2018. A Companhia tem direitos exclusivos de exploração de mina de sal localizada próximo à planta de Alagoas. Segundo estimativas da Companhia, a mina tem reservas suficientes de sal para permitir a produção de cloro às taxas previstas de produção durante 35 a 45 anos. A Companhia dispõe de significativas vantagens de custo em comparação com alguns concorrentes graças aos baixos custos de extração de sal-gema (particularmente em comparação com o sal marinho), baixos custos de transporte, em razão da proximidade da mina de sal da unidade industrial da Companhia.

A Companhia, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 09 de maio de 2019, iniciou, seguindo os padrões de segurança aplicáveis, o processo de paralisação da atividade de extração de sal e da consequente paralisação das fábricas de cloro-soda e dicloretano, localizadas no bairro do Pontal da Barra em Maceió/AL, em função dos desdobramentos decorrentes da divulgação do Relatório n.1 pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM sobre o fenômeno geológico em Maceió, AL.

Referido relatório indica que haveria (i) uma desestabilização das cavidades provenientes da extração de sal-gema criando uma situação dinâmica com reativação das estruturas geológicas preexistentes, subsidência e deformações em parte dos bairros de Pinheiro, Mutange e Bebedouro e (ii) uma instabilidade do bairro Pinheiro agravada pelos efeitos erosivos provocados pelo aumento de infiltração da água da chuva em plano de fraturas preexistentes em solo extremamente erodível, acelerados pela falta de uma rede de drenagem pluvial efetiva e de saneamento básico adequado dentre outros.

A Companhia vem colaborando com as autoridades na identificação das causas destes eventos geológicos com apoio de especialistas independentes e comprometida na implementação das soluções.

A Companhia está analisando os resultados apresentados bem como as medidas cabíveis a respeito do assunto. Tendo em vista o compromisso com a segurança das pessoas, a Companhia reafirmou que continuará implementando as ações emergenciais na região e avaliará junto aos órgãos competentes a implementação de medidas adicionais.

Estados Unidos e Europa

Propeno

O maior custo direto associado à produção de polipropileno pela Unidade EUA e Europa é o custo da compra do propeno.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno nos Estados Unidos através de uma série de contratos de fornecimento de longo-prazo e no mercado spot. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha contratos de fornecimento de longo prazo com diversos fornecedores. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos desses contratos de fornecimento baseia-se geralmente em preços de mercado.

Por conta da produção crescente de gás natural e da produção relacionada de gás natural liquefeito, diversas companhias anunciaram planos para construir plantas de desidrogenação de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

propano (PDH) para a produção de propeno. A Braskem firmou um contrato de longo prazo de propeno de aproximadamente 15 anos com uma destas empresas, a Enterprise Products, que construiu uma planta de PDH no Texas com capacidade anual de 750 mil toneladas. A Companhia espera que esse contrato com um produtor renomado proporcione um fornecimento competitivo de propeno a longo prazo, utilizando como matéria-prima shale gas e outras fontes não tradicionais. A planta iniciou suas operações no final de 2017. Segundo o acordo, os preços desses contratos serão determinados com base no preço de mercado do propano e outros custos de mercado.

A Companhia adquire propeno para as plantas de polipropileno na Alemanha através de contratos de fornecimento de longo prazo que preveem o fornecimento de 91% da capacidade de produção destas plantas. A Companhia possui dois contratos de fornecimento, sendo que um deles vence em setembro de 2021 e é renovável automaticamente por períodos adicionais de um ano, salvo se cancelado por uma das partes, enquanto o outro contrato de fornecimento tem vencimento em dezembro de 2021. A fórmula para cálculo do preço do propeno nos termos desses contratos de fornecimento baseia-se em preços de mercado.

México

Etano

Etano é a principal matéria-prima utilizada na produção de eteno no Complexo Petroquímico do México e representa o principal custo de produção e operacional do Complexo do México. O preço do etano adquirido pela Companhia varia conforme a flutuação de preço da referência internacional do insumo em dólares.

Outros Materiais e Utilidades

A Unidade do México utiliza hexeno como matéria-prima na fabricação de PEAD. A Companhia importa o hexeno utilizado no Complexo Petroquímico do México de fornecedores nos Estados Unidos.

A Unidade do México utiliza catalisadores fornecidos pela Ineos Europe Limited.

Contratos de Fornecimento da Unidade do México

Etano

A Braskem Idesa possui contrato de fornecimento de etano com a Pemex TRI celebrado em 19 de fevereiro de 2010, segundo o qual a Pemex TRI é obrigada a fornecer, e a Braskem Idesa a adquirir, 66 mil barris por dia de etano para o Complexo do México durante 20 anos a preços baseados na maior referência entre etano puro Mont Belvieu ou Henry Hub, preços internacionais de referência em dólares destas matérias-primas. Nos termos do contrato, qualquer volume diário não recebido pela Braskem Idesa deverá ser adquirido em parcelas durante as entregas subsequentes até que não haja mais volumes em aberto. O contrato foi celebrado em junho de 2015 tem vencimento em 2035 e é renovável por três períodos adicionais de cinco anos, mediante aviso prévio da intenção de renovação pelo menos dois anos antes do seu vencimento. A Pemex TRI poderá

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

rescindir o contrato nos seguintes casos: (1) falta de pagamento pela Braskem Idesa por mais de 180 dias após a notificação, ou (2) parada emergencial das operações ou evento de força maior com duração superior a 48 meses.

Desde julho de 2015, a Braskem Idesa se comprometeu a adquirir, e a Pemex TRI a entregar, um volume mínimo diário de etano fornecido nos termos do contrato de fornecimento.

Energia Elétrica

O Complexo Petroquímico do México conta como sua própria usina geradora de energia elétrica, composta por uma turbina a gás e duas turbinas a vapor, que geram mais de 100% das necessidades de energia do Complexo. Adicionalmente, o Complexo Petroquímico do México está conectado à rede de alta tensão da Comisión Federal de Electricidad (distribuidora de energia elétrica estatal do México) como fonte de back-up e para a venda de energia sobressalente no mercado spot. O Complexo Petroquímico do México gera todo o vapor que consome, enquanto suas necessidades de água são supridas pela Comisión Nacional del Agua (gestora de água estatal do México) nos termos de um contrato com vencimento em 2029 e possibilidade de renovação.

De maneira geral, a Companhia acredita contar com fontes alternativas suficientes e a preços razoáveis para cada um dos insumos utilizados no processo produtivo de polietileno, de tal forma que a perda de qualquer fornecedor individual não produziria um efeito material adverso em suas operações.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não possui receitas provenientes de transações com um único cliente que sejam iguais ou superiores a 10% de suas receitas líquidas totais.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Em 2018, nenhum segmento da Companhia possui receitas provenientes de transações com um único cliente que sejam iguais ou superiores a 10% de suas receitas líquidas totais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Cumprimento às leis ambientais no Brasil

O governo brasileiro promulgou uma Lei de Crimes Ambientais em 1998 impondo sanções criminais a pessoas físicas e jurídicas que causem danos ambientais. As pessoas jurídicas que estiverem poluindo poderão ser multadas em até R\$ 50,0 milhões, ter suas operações suspensas, ser impedidas de firmar contratos com o governo, ser obrigadas a reparar os danos por elas causados e perder o direito a certos benefícios e incentivos fiscais. Os diretores, conselheiros e demais pessoas físicas poderão cumprir penas de até cinco anos de detenção por crimes ambientais.

As operações da Companhia atendem, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. Alguns estudos ambientais contratados pela Companhia indicaram casos de contaminação ambiental em algumas de nossas plantas. Ademais, a Companhia e alguns dos seus diretores receberam notificações eventuais de violações ambientais e estão ou estiveram sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de certas alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem nos sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras.

Licenças de funcionamento

As leis e regulamentos ambientais federais e estaduais brasileiras requerem a obtenção de licenças de funcionamento para nossas unidades industriais. Se qualquer de nossas licenças e alvarás ambientais expirar ou deixar de ser renovada, ou se não obtivermos as licenças e alvarás ambientais necessários, estaremos sujeitos a multas que variam de R\$ 500 a R\$ 50,0 milhões, podendo o governo brasileiro suspender, parcial ou totalmente, nossas atividades e nos impor sanções civis e criminais.

Cada estado no qual operamos possui suas próprias regras ambientais e as autoridades de cada estado emitiram permissões de operação que devem ser renovadas periodicamente. Além disso, todos os projetos de instalação e operação de instalações industriais no Polo de Camaçari, Polo de Triunfo, Polo de São Paulo e Polo do Rio de Janeiro estão sujeitas a aprovação de diversas agências de proteção ambiental, que devem aprovar os projetos instalados anteriormente ao início das operações, além de renovar tais aprovações periodicamente. As autoridades estaduais emitiram permissões de operações para todas as plantas, conforme segue: Polo de Camaçari (BA), Polo de Triunfo (RS), Polo de São Paulo e unidades de Cubatão, Santo André, Mauá e Paulínia (SP), Polo do Rio de Janeiro (RJ) e plantas de Alagoas (AL). A Companhia detém todas as permissões necessárias, e possuímos um sistema de gestão implementado que assegura que as licenças que irão expirar sejam encaminhadas para renovação em tempo hábil.

Resíduos industriais

A Companhia Riograndense de Saneamento, ou Corsan, companhia estatal do meio ambiente,

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

opera um sistema integrado para o tratamento de efluentes líquidos, ou Sitel, no Complexo Petroquímico de Triunfo. O Sitel trata a água residual gerada pela Companhia e por outros produtores petroquímicos em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada no Complexo Petroquímico de Triunfo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição de água residual contaminada.

A água residual gerada pela Companhia no Polo do Rio de Janeiro é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também compreende um sistema para a coleta e disposição da água residual contaminada. Os resíduos sólidos perigosos são co-processados em fornos de cimento ou incinerados, enquanto outros tipos de resíduos sólidos são despejados em aterros sanitários aprovados pela Companhia.

A água residual gerada pela Companhia no Polo de São Paulo é tratada em uma estação de tratamento de efluentes líquidos localizada naquele Polo. Essa estação de tratamento também conta com um sistema de coleta e descarte de água residual contaminada, enquanto resíduos perigosos gerados no Polo de São Paulo são incinerados em fornos de cimento e outros tipos de resíduos sólidos são descartados em aterros sanitários.

Nas instalações da Companhia na Bahia, toda a água residual é transportada para a instalação de tratamento de água residual da Companhia. Os resíduos sólidos são incinerados em fornos de cimento ou incineradoras, e o resíduo remanescente é descartado em aterros sanitários.

No Complexo de Alagoas, os resíduos organoclorados são incinerados, formando vapor e efluentes. Todos os efluentes passam pela estação de tratamento localizada no complexo. Os resíduos sólidos são separados e descartados em aterros.

Além disso, a Companhia possui uma série de programas de reciclagem, que incluem a reciclagem de resíduos sólidos e água residual. A Companhia recicla ou reutiliza 38,3% dos resíduos sólidos gerados em suas instalações e 26,9% da água utilizada nos processos de produção.

Amianto

A maior planta de cloro-soda da Companhia, localizada em Alagoas, utilizava anteriormente tecnologia de célula de amianto para produzir cloro e soda cáustica. Tal tecnologia não mais pode ser utilizada em novas unidades de produção de petroquímicos de acordo com a legislação brasileira, e a tendência global é que essa tecnologia seja banida. Como resultado, em novembro de 2016, a Companhia concluiu a migração para uma nova tecnologia de diafragma e eliminou a tecnologia baseada em amianto das suas unidades.

Cumprimento da Legislação Ambiental dos Estados Unidos

As operações da Companhia nos Estados Unidos estão sujeitas às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos que disciplinam a descarga de efluentes, armazenagem, manejo, gestão, transporte e descarte de material perigoso, resíduos industriais e outros materiais no ambiente; o uso, armazenagem e manejo de vários tipos de produtos e materiais; e proteção da saúde e segurança e do meio ambiente. Em muitos casos, licenças específicas devem ser obtidas

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

para tipos específicos de operações, emissões ou descartes. Por exemplo, as instalações nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia devem manter diversas permissões relativas à qualidade do ar e tratamento de água residual industrial, e cumprir com as exigências regulatórias relativas à gestão de resíduos. A Companhia detém as permissões necessárias para operar suas instalações. Acreditamos que as operações da Companhia nos Estados Unidos atendem em todos os aspectos relevantes às leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais em vigor naquele país.

Como ocorre com o setor petroquímico dos Estados Unidos em geral, o cumprimento das leis e regulamentos existentes e previstos aumenta o custo total de operação das atividades das plantas nos EUA, incluindo custos operacionais e custos de capital para construir, manter e modernizar equipamentos e dependências. Essas leis e regulamentos exigem e prevê-se que continuarão a exigir que a Companhia incorra em dispêndios de capital e despesas.

A Clean Air Act, lei promulgada em 1990 nos Estados Unidos, determina que a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) deve estabelecer as Normas Nacionais de Qualidade do Ar Ambiente (NAAQS) para poluentes considerados prejudiciais à saúde pública e ao meio-ambiente. A Clean Air Act requer uma revisão periódica dos conceitos científicos nos quais as normas são baseadas, e das normas em si. NAAQS para o ozônio e partículas finas (conhecidas como PM_{2.5}), promulgadas pela EPA, resultaram na identificação de áreas de não conformidade em todo o país, entre elas determinadas áreas nos estados do Texas, Pensilvânia e West Virginia, locais onde a Braskem America opera instalações. Como resultado dessas designações de não conformidade pela EPA, as agências locais ou estaduais de controle da poluição do ar irão aplicar exigências de licenciamento e/ou controle com o objetivo de reduzir emissões de precursores de ozônio (óxidos de nitrogênio e compostos orgânicos voláteis) e partículas finas (inclusive das normas precursoras PM_{2.5}), de forma a demonstrar o cumprimento das NAAQS aplicáveis. Tais exigências podem incluir a imposição de exigências de compensação e poderiam resultar em maiores exigências de controle de emissões. Além disso, em 24 de agosto de 2016, a EPA finalizou as exigências para órgãos estaduais e locais encarregados da norma atual PM_{2.5} NAAQS. Tais exigências podem levar a exigências adicionais específicas por estado, visando reduzir as taxas de emissão permitidas pelo PM_{2.5} ou normas precursoras de poluentes. Em outubro de 2015, a EPA reduziu o limite NAAQS primário e secundário para ozônio de 0,075 ppm para 0,070 ppm. Tais exigências estaduais específicas seriam aplicáveis através de processos plurianuais. Quaisquer regulações implementando a mudança não devem entrar em vigor nos próximos anos.

Além das exigências de licenciamento e/ou controle que podem resultar da implementação das NAAQS em nível estadual e municipal, a EPA pode promulgar novos ou revisados Padrões de Desempenho de Fontes Novas ou Padrões de Emissão Nacional de Poluentes Perigosos federais que seriam aplicados a certas operações e podem exigir a instalação ou modernização dos equipamentos de controle a fim de satisfazer os limites aplicáveis de emissões e/ou normas operacionais segundo tais programas regulatórios. Os atuais regulamentos propostos pela EPA nessa área não se aplicariam especificamente às operações da Braskem America.

Adicionalmente, existem diversas medidas legislativas e reguladoras a respeito de emissões de gases do efeito estufa em várias etapas de análise, discussão ou implantação pelo Congresso dos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Estados Unidos e pela EPA. Em outubro de 2015, a EPA concluiu novas regulamentações (conhecidas como Plano de Energia Limpa) visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa de unidades geradoras elétricas atuais, novas e reformadas. Em fevereiro de 2016, o Supremo Tribunal dos EUA embargou a implementação do Plano de Energia Limpa, sujeito a revisão judicial. Em 16 de outubro de 2017, a EPA propôs a revogação do Plano de Energia Limpa, mas tal proposta não foi finalizada. Em 21 de agosto de 2018 a EPA propôs uma regra substitutiva ao Plano de Energia Limpa, a Regra de Energia Limpa Acessível (Affordable Clean Energy Rule). Embora neste momento não seja possível prever o impacto final dessas regulamentações sobre a Braskem America e a indústria petroquímica dos Estados Unidos em geral, elas poderiam acarretar no aumento dos custos de utilidades incorridos na operação e manutenção das instalações da Companhia nos Estados Unidos. Ademais, os regulamentos futuros que venham a limitar as emissões de gases do efeito estufa ou o teor de carbono de produtos, que visem setores específicos como o da fabricação de produtos petroquímicos, poderiam afetar negativamente a capacidade da Companhia de levar adiante as atividades da Braskem America, podendo também fazer diminuir a demanda de seus produtos. As atuais regulamentações propostas pela EPA nessa área não se aplicariam especificamente às operações da Braskem America.

Cumprimento da Legislação Ambiental do México

A Braskem Idesa no México está sujeita às leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que disciplinam a descarga de efluentes e emissões no ambiente; a geração, armazenamento, manejo, gestão, transporte e descarte de resíduos perigosos, resíduos industriais e outros tipos de resíduos; o uso, armazenamento e manejo de diversos tipos de produtos e materiais; e a proteção da saúde humana, segurança e meio ambiente. Licenças específicas podem ser exigidas para certos tipos de operações.

A Produção de Eteno e Misturas De Hidrocarbonetos Aromáticos requer permissão da Secretaria de Energia e da Comissão Federal sobre Riscos Sanitários (COFEPRIS) relacionada à gestão de riscos e saúde pública. A legislação mexicana regula a emissão de partículas, ozônio, fontes fixas e todos os aspectos relacionados a gases do efeito estufa (GEE). Existem ainda leis sobre recursos hídricos, tratamento de efluentes e condições específicas para descarte dos efluentes. As operações no México atendem a todas as leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais.

No México, a Procuradoria Federal de Proteção ao Meio Ambiente (PROFEPA) verifica o cumprimento dos regulamentos e licenças do país por meio de auditoria.

A violação de regulamentos mexicanos pode levar a multas econômicas e sanções administrativas, incluindo a parada de operações em determinados casos.

Cumprimento da Legislação Ambiental na Alemanha e na União Europeia

As operações da Companhia na Alemanha estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais alemãs, bem como regulamentos que regem a descarga de efluentes e emissões no meio ambiente, bem como o manuseio e descarte de resíduos industriais ou relacionados à proteção do meio ambiente e gestão de resíduos. As operações da Companhia na Alemanha atendem em todos os aspectos materiais às leis ambientais alemãs federais, estaduais e locais, bem como os

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

regulamentos em vigor.

Assim como no setor petroquímico da União Europeia em geral, o atendimento a leis e regulamentos alemães existentes e futuros aumenta o custo global de operar os negócios na Europa, inclusive custos operacionais e custos de construção, manutenção e atualização de equipamentos e instalações. Tais leis e regulamentos exigem, e devem continuar a exigir, que a Companhia realize gastos de capital e de despesas.

Nas instalações de Schkopau e Wesseling, a Companhia deve manter permissões de gestão de ar, radiação, água residual e resíduos. A Companhia detém todas as permissões necessárias.

Além disso, as instalações em Wesseling e Schkopau, Alemanha, estão sujeitas aos regulamentos europeus relativos a gases do efeito estufa e um programa de limite e comercialização de tais emissões. A Companhia adquiriu créditos suficientes de CO2 para compensar as emissões das operações até 2019/2020, considerando condições normais de operação. A Companhia irá adquirir qualquer licença adicional necessária para o mercado de comercialização de emissões. A Companhia não possui conhecimento de qualquer nova regulamentação ambiental que possa afetar suas operações na Europa. Da mesma forma, a Companhia não pode estimar o potencial impacto financeiro de quaisquer regulamentos futuros da União Europeia ou da Alemanha.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia, assim como outras produtoras petroquímicas, está sujeita a severas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais relacionados à saúde humana, ao manejo e disposição de resíduos sólidos e perigosos e à descarga de poluentes no ar e na água. Os produtores petroquímicos estão algumas vezes sujeitos a percepções de mercado desfavoráveis devido ao impacto ambiental de seus negócios, o que pode ocasionar um efeito adverso nos resultados de suas operações.

As despesas anuais consolidadas da Companhia com atendimento ao controle ambiental somaram R\$ 353,3 milhões em 2018, R\$ 330,1 milhões em 2017 e R\$ 427,4 milhões em 2016, o que inclui investimentos, tratamento de resíduos e efluentes, gestão de emissões, licenças ambientais, passivos ambientais e outras despesas ambientais.

Os custos e investimentos relacionados a questões de meio ambiente, saúde ou segurança estão sujeitos a exigências regulatórias em desenvolvimento, e dependerão do momento de promulgação e entrada em vigor de normas específicas que imponham as exigências.

As despesas consolidadas referentes ao meio ambiente estão relacionadas às políticas da Companhia de contínuo controle e monitoramento ambiental e as operações da Companhia em curso não têm nenhuma obrigação futura relevante. Contudo, é provável que nossos custos de atendimento à regulamentação ambiental aumentem em razão do aumento projetado de nossa capacidade de produção e aumentos projetados dos custos unitários de tratamento e descarte de resíduos industriais, bem como do custo de atendimento a futuras regulamentações ambientais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os gastos anuais consolidados em atendimento ao controle ambiental em todos os países nos quais a Companhia opera estão relacionados abaixo:

| | DESEMBOLSO EM MEIO AMBIENTE (R\$ MILHÕES/ANO) | | |
|---|--|------|------|
| | EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE | | |
| | 2018 | 2017 | 2016 |
| TOTAL | 353 | 331 | 427 |
| TRATAMENTO DE EFLUENTES E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS | 142 | 110 | 104 |
| TRATAMENTO DE EMISSÕES | 7 | 9 | 8 |
| LICENÇAS AMBIENTAIS | 1 | 1 | 1 |
| DEPRECIAÇÃO E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO, INCLUINDO MATERIAIS, SERVIÇOS E DESPESAS COM PESSOAL PARA ESSA FINALIDADE | 46 | 46 | 46 |
| PASSIVOS AMBIENTAIS (CUSTOS DE LIMPEZA TOTAL, INCLUSIVE CUSTOS COM REMEDIAÇÃO DE DERRAMAMENTOS) | 89 | 103 | 183 |
| OUTROS CUSTOS DE GESTÃO AMBIENTAL | 58 | 49 | 60 |
| INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE | 10 | 13 | 24 |
| OBSERVAÇÃO: | | | |
| Outros custos de gestão ambiental incluem gerenciamento de águas subterrâneas, e gerenciamento de risco ambiental, monitoramentos ambientais energia e água administrativa. | | | |

(c) **dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Licenças de Tecnologia

A Unidade de Químicos utiliza diversas tecnologias de processo de engenharia mediante acordos não exclusivos de várias fontes de processos específicos de produção. A Companhia tem diversos contratos não exclusivos com várias licenciadoras de tecnologia e empresas petroquímicas líderes para uso de certas tecnologias de processo e catalisadores em todas as regiões onde possuímos plantas de produção. Alguns dos contratos de licença utilizados pela Unidade de Poliolefinas permitem a utilização da tecnologia licenciada em plantas atuais e futuras. A Companhia tem

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

diversos contratos não exclusivos com grandes empresas petroquímicas para o uso de tecnologia na Unidade de Vinílicos. Caso algum dos contratos ou licenças seja rescindido, a administração acredita que teria condições de substituir a tecnologia em questão por tecnologia comparável ou superior, de outra origem.

A Unidade do México da Companhia possui acordo com os licenciadores de tecnologias de melhorias, serviços técnicos de atualização e suporte das operações de tal Unidade. Nos próximos nove anos, a Companhia pagará royalties correspondentes ao valor da licença pelas unidades de PEAD, em comparação a um pagamento único de licenciamento para as unidades de PEBD.

Não são pagos royalties contínuos nos termos de nenhum dos contratos ou licenças usadas pela Unidade de Químicos ou pela Unidade de Vinílicos. A maioria dos contratos de licenciamento usados pela Unidade de Poliolefinas ou pela Unidade EUA e Europa não requer o pagamento de royalties contínuos. De acordo com os contratos de licenciamento que exigem pagamentos contínuos de royalties, tais pagamentos são efetuados trimestralmente com base no volume de produtos produzidos com a tecnologia licenciada.

Pesquisa e desenvolvimento

A capacidade da Companhia de competir nos mercados onde atua depende de sua capacidade de integrar novas tecnologias desenvolvidas por ela e por terceiros, a fim de baixar custos e oferecer novos produtos. Além disso, a capacidade de desenvolver novos produtos e customizar produtos já existentes reforça os relacionamentos com os clientes.

A Companhia desenvolve tecnologias em seus centros de pesquisa e/ou desenvolvimento: (1) Centro de Inovação e Tecnologia em Triunfo, Rio Grande do Sul, Brasil; (2) Centro de Inovação e Tecnologia em Pittsburgh, Pensilvânia, EUA; (3) Centro de Pesquisa em Química Renovável em Campinas, São Paulo, Brasil; (4) Centro de Desenvolvimento de Tecnologia de Processos em Mauá, São Paulo, Brasil; (5) Centro Técnico Europeu, em Wesseling, Renânia do Norte-Vestfália, Alemanha; e (6) Centro Técnico Mexicano em Nanchital, Vera Cruz, México, onde desenvolvemos novos processos, produtos e aplicações para diversos segmentos do mercado e que reuniam 299 funcionários em 31 de dezembro de 2018. Através destes centros, a Companhia coordena e executa programas de pesquisa e desenvolvimento, que incluem operações de: (1) plantas-piloto; (2) laboratórios de catálise, polimerização e ciência de polímeros; e (3) engenharia de processos e pesquisa com fontes renováveis. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, classificados como despesas, somaram R\$ 199,8 milhões em 2018, R\$ 167,5 milhões em 2017 e R\$ 162,0 milhões em 2016.

A Braskem continua empreendendo esforços para desenvolver soluções de produtos a partir de matérias-primas renováveis por meio de projetos internos e colaborações e parcerias com terceiros diversos.

Em novembro de 2017, a Braskem e a dinamarquesa Haldor Topsoe, líder mundial em catalisadores e ciência de superfícies, assinaram um acordo de cooperação tecnológica para desenvolver uma rota pioneira de produção de monoetilenoglicol (MEG) proveniente do açúcar. Com o acordo, a Braskem busca expandir sua carteira de produtos renováveis para oferecer novas soluções que

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

complementam seu polietileno a partir de matéria-prima renovável comercializada com o selo I'm green™.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

| País Sede - Brasil | Valor da receita líquida (R\$ milhões) | (%) participação na receita líquida total |
|--|--|---|
| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | 31.801 | 54,8 |

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | | |
|--|--|---|
| País | Valor da receita líquida (R\$ milhões) | % participação na receita líquida total |
| Estados Unidos | 9.888 | 17,0% |
| Argentina | 1.166 | 2,0% |
| Reino Unido | 366 | 0,6% |
| Alemanha | 1.385 | 2,4% |
| México | 4.168 | 7,2% |
| Itália | 651 | 1,1% |
| Holanda | 293 | 0,5% |
| Cingapura | 756 | 1,3% |
| Suíça | 315 | 0,5% |
| Colômbia | 363 | 0,6% |
| Espanha | 329 | 0,6% |
| Chile | 687 | 1,2% |
| Peru | 540 | 0,9% |
| Uruguai | 156 | 0,3% |
| Japão | 245 | 0,4% |
| Polônia | 260 | 0,4% |
| Paraguai | 215 | 0,4% |
| França | 135 | 0,2% |
| Bolívia | 250 | 0,4% |
| Canadá | 290 | 0,5% |

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | | |
|---|---|--|
| País | Valor da receita líquida (R\$ milhões) | % participação na receita líquida total |
| Coréia do Sul | 315 | 0,5% |
| Outros | 3.423 | 5,9% |
| Total | 26.199 | 45,2% |

- c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

| Países estrangeiros | Valor da receita líquida (R\$ milhões) | (%) participação na receita líquida total |
|--|---|--|
| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 | 26.199 | 45,2 |

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia tem subsidiárias no exterior, as quais atendem à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, ambiental, societária e anticorrupção. O não atendimento das regulações a que tais subsidiárias se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições poderão afetar os negócios da Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

A Companhia possui uma Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Qualidade e Produtividade (“Política de SSMAQP”), aprovada em 19 de fevereiro de 2018, pelo Conselho de Administração, que trata da gestão integrada da Qualidade e da produtividade aos processos de saúde, segurança e meio ambiente, assegurando a geração de resultados sustentáveis crescentes, por meio de 9 compromissos:

1. Agir preventivamente, visando:
 - a. Segurança das pessoas, processos, produtos, informação e patrimônio;
 - b. Saúde ocupacional das pessoas;
 - c. Qualidade dos produtos e serviços; e
 - d. Uso sustentável de recursos naturais e proteção do meio-ambiente.
2. Superar às expectativas dos clientes;
3. Garantir cooperação e parceria com fornecedores, que compartilham dos valores da Companhia;
4. Promover o desenvolvimento das pessoas e o compartilhamento de boas práticas em toda a Companhia;
5. Manter um relacionamento positivo com as comunidades;
6. Melhorar continuamente processos, produtos e serviços, estimulando a inovação de acordo com requisitos legais, regulatórios e quaisquer outros requisitos internos da Companhia;
7. Agir eticamente, com integridade e transparência;
8. Medir desempenho continuamente e implementar planos de ação para seu aprimoramento, mantendo-o ao nível das melhores empresas do setor; e
9. Buscar eficiência e produtividade ao longo da cadeia de valor.

Adicionalmente, a Política de SSMAQP estabelece 16 Princípios que cada Integrante da Companhia deve seguir. Assim, por meio de um sistema de gestão integrado, assegura-se a implantação da estratégia de SSMAQP, voltada para a excelência organizacional, eficiência em processos ao longo da cadeia de valor, produtividade e qualidade.

Os princípios estabelecidos na Política de SSMAQP são:

1. Questões de SSMAQP são de responsabilidade de cada um e de todos;
2. Como exemplo a ser seguido, a postura do líder deve ser proativa, educadora e motivadora, encorajando as pessoas a atingir e superar os seus objetivos e metas, tanto individuais, como coletivos da Companhia, enfatizando que o compromisso com a saúde, segurança, meio ambiente, associado à qualidade, eficiência e produtividade devem nortear qualquer decisão;

7.8 - Políticas Socioambientais

3. Acreditamos que o crescimento da Companhia reflete o potencial das pessoas que a integram e que geram riquezas materiais e morais para a sociedade. O compromisso constante com o seu desenvolvimento, saúde e bem-estar representam, portanto, valores fundamentais para a Companhia;
4. Os integrantes da Companhia são agentes do seu próprio destino, comprometidos com o seu autodesenvolvimento, capazes de tomar medidas assertivas e compartilhar boas práticas entre pessoas de diferentes geografias, pequenas empresas e unidades operacionais;
5. Necessidades e expectativas de todas as partes interessadas, no que se refere a assuntos de SSMAQP, são identificadas, entendidas, atendidas e incorporadas às melhorias de processos, prezando-se por uma comunicação apropriada e transparente;
6. Conformidade é um aspecto que engloba todas as atividades de saúde, segurança, meio ambiente, qualidade e produtividade realizadas na Companhia, devendo traduzir-se em processos bem desenhados, avaliações constantes de desempenho e decisões informadas, baseadas em tais análises;
7. Fornecedores e parceiros devem estar alinhados com os valores da Companhia em saúde, segurança, meio ambiente, qualidade, eficiência e produtividade;
8. Buscamos continuamente a melhoria da eficiência ao longo da cadeia de valor. Os processos são desenhados, visando atingir excelência em saúde, segurança, meio ambiente, qualidade, eficiência e produtividade, minimizando perdas, evitando desperdício e otimizando a utilização de recursos;
9. Medição periódica de desempenho, comparativamente às referências internacionais, favorecem a definição de planos de ação, visando manter o desempenho da Companhia entre os melhores do setor. Além disso, a realização periódica de auditorias internas e externas dos processos-chave, assim como benchmarks internos das instalações, baseados nos indicadores-chave de desempenho, identificam as boas práticas internas e permitem o compartilhamento, como meio de alavancar resultados, eficiência, produtividade e segurança;
10. A Companhia e seus integrantes estão comprometidos com a gestão de assuntos de SSMAQP, por todo o ciclo de vida do produto, desde sua concepção básica, até o eventual encerramento, ao longo das fases de projeto, produção e melhoria;
11. Toda perda pode e deve ser evitada, ao se proceder corretamente desde a primeira vez, investigando e eliminando as causas, ou reduzindo impactos negativos;
12. Mudanças na Companhia, nas suas instalações, produtos ou condições operacionais são gerenciadas, e somente executadas, se os riscos associados às novas condições forem menores ou iguais aos riscos originais. O aprendizado adquirido é compartilhado entre os integrantes e suas equipes, reforçando a cultura em prol do conhecimento e da potencialização de resultados comuns, tornando-se parte do trabalho diário;
13. Todo e qualquer risco deve ser gerenciado e planos de mitigação devem ser

7.8 - Políticas Socioambientais

adequadamente implementados. Não se deve produzir, manusear, usar, vender, transportar ou descartar um produto, a menos que se esteja apto a fazê-lo de modo seguro e com mínimo impacto ao meio ambiente. Gerenciamento de mudanças de qualquer tipo deve levar em consideração riscos e condições de modo a evitar rupturas nas operações;

14. A Companhia busca simplicidade em processos, documentos e sistemas, assim como um modo comum de trabalhar em todas as plantas e escritórios;

15. A constante evolução do portfólio de bens e serviços da Companhia é assegurada pelo compromisso dos seus integrantes em servir aos clientes, satisfazendo as suas necessidades, com alto padrão de qualidade, no prazo e de forma completa; e

16. Padrões locais e globais devem ser selecionados, promovendo o respeito às pessoas, ao meio ambiente e às regulações aplicáveis. Esses padrões são sujeitos à mudança ao longo do tempo e o comprometimento da Companhia com eles segue tal dinâmica. Exemplos de padrões seguidos pela Companhia são:

- a. ISO 14001 sobre padrões de gestão ambiental;
- b. Responsible Care® sobre a perspectiva PDCA para empresas químicas;
- c. ISO 9001 sobre requerimentos para sistemas de gestão da qualidade;
- d. ISO/TS 16949 sobre melhorias contínuas em sistemas de gestão da qualidade;
- e. ISO 50001 sobre gestão de energia;
- f. Bonsucro e/ou ISCC sobre matéria-prima sustentável e tecnologias.

A Companhia também possui uma Política Global de Desenvolvimento Sustentável (“Política de DS”), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de abril de 2018, na qual é reafirmado e fortalecido o compromisso da Companhia com a promoção simultânea do crescimento econômico, da preservação ambiental e da justiça social, na perspectiva de assegurar a satisfação das partes interessadas hoje e no futuro.

O objetivo final da Política de DS é garantir o alcance do propósito da Companhia de “melhorar a vida das pessoas, criando as soluções sustentáveis da química e do plástico”. É também orientar o planejamento estratégico, tático e operacional, assim como respectivos processos orçamentários, conduzidos em todos os âmbitos da Companhia.

A Companhia foi criada com o compromisso público de atuar de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável e acredita na sustentabilidade como uma postura empresarial que conduz os negócios com responsabilidade, ética e transparência, de forma a gerar resultados positivos para todas as partes interessadas: acionistas, clientes, comunidades onde atua, financiadores, fornecedores, investidores, Integrantes e a sociedade em geral.

a) Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia divulga as informações sociais e ambientais em seu Relatório Anual que pode ser encontrado no endereço eletrônico da Companhia (<http://www.braskem-ri.com.br/>).

b) A metodologia seguida na elaboração dessas informações

7.8 - Políticas Socioambientais

A Companhia utiliza, na elaboração das informações sociais e ambientais, a metodologia Global Reporting Initiative (GRI) G4, nível Essencial, Pacto Global, além de alguns requisitos da norma Relato Integrado, do International Integrated Reporting Council (IIRC).

c) Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações sociais e ambientais são auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes, com emissão de carta de asseguração anexa ao Relatório Anual.

d) A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Relatório Anual, a Política de Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Produtividade e Qualidade, bem como a Política Global de Desenvolvimento Sustentável estão disponíveis no site de RI da Companhia (<http://www.braskem-ri.com.br>).

7.9 - Outras Informações Relevantes

Em 31 de dezembro de 2018, nossos investimentos totais em ativos operacionais e estratégicos foram de R\$ 2.770 milhões, compreendendo principalmente investimentos em projetos operacionais, paradas de manutenção e aquisição de sobressalentes no montante de R\$ 1.944 milhões.

Os investimentos de capital em 31 de dezembro de 2017 e 2016 totalizaram R\$ 2.293 milhões e R\$ 2.587 milhões, respectivamente.

8.1 - Negócios Extraordinários

Todos os eventos ocorridos ao longo dos últimos três exercícios sociais que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos nos respectivos itens pertinentes deste Formulário de Referência, em especial no item 15.7.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Nos últimos três exercícios sociais, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos últimos três exercícios sociais, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Abaixo, informamos todas as marcas, patentes e licenças registradas ou em processo de registro pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Exceto pelas informações do item 9.1(b) abaixo apresentadas, todas as demais informações relevantes quanto a este item foram divulgadas nos itens 9.1 (a) e (c) abaixo.

| Descrição do Ativo | | País | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|--------------------|--------------------------------------|----------|-------------------|--------------------------|---------------------|
| AL01 | Braskem Mineração | Brasil | AL | Maceió | Própria |
| AL02 | Unidade 1 de Cloro Soda | Brasil | AL | Maceió | Própria |
| AL03 | Unidade 2 de PVC | Brasil | AL | Marechal Deodoro | Própria |
| BA01 | Unidades 1 de Químicos | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| BA02 | Unidade 2 de Cloro Soda | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| BA03 | Unidade 1 de PVC | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| BA04 | Unidade 2 de PE | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| BA07 | Unidade 1 de PE | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| BA11 | Unidade 3 de PE | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| BA15 | Centro Distribuição Candeias - TEGAL | Brasil | BA | Candeias | Própria |
| BA21 | Unidade 6 de PP | Brasil | BA | Camaçari | Própria |
| RJ08 | Unidade 4 de Químicos e 9 de PE | Brasil | RJ | Duque de Caxias | Própria |
| RJ09 | Unidade 5 de PP | Brasil | RJ | Duque de Caxias | Própria |
| RS01 | Unidade 4 de PE e 6 de PE | Brasil | RS | Triunfo | Própria |
| RS02 | Centro Produtivo PP Triunfo | Brasil | RS | Triunfo | Própria |
| RS04 | Unidade 2 de Químicos | Brasil | RS | Triunfo | Própria |
| RS07 | Unidade 1 e 2 de PP e e de PE | Brasil | RS | Triunfo | Própria |
| SP01 | Unidade de PVC | Brasil | SP | Sao Paulo | Própria |
| SP08 | Unidade 3 de PP | Brasil | SP | Paulínia | Própria |
| SP19 | Centro de Tecnologia Renováveis | Brasil | SP | Campinas | Própria |
| SP20 | Unidade 7 de PE | Brasil | SP | Santo André | Própria |
| SP21 | Unidade 8 de PE | Brasil | SP | Cubatão | Própria |
| SP22 | Unidade 3 de Químicos | Brasil | SP | Santo André | Própria |
| SP23 | Unidade 4 de PP | Brasil | SP | Mauá | Própria |
| SP25 | Unidade 3 de Químicos | Brasil | SP | Mauá | Própria |
| VZ02 | Planta Produtiva de Nanchital | México | | Coatzacoalcos | Própria |
| PA03 | PP 9 MARCUS HOOK | EUA | | Marcus Hook | Própria |
| TX01 | PP 8 LA PORTE | EUA | | La Porte | Própria |
| WV01 | PP 7 NEAL | EUA | | Kenova | Própria |
| PA02 | P - PLANT[1030] | EUA | | Pittsburgh | Própria |
| TX10 | PP 10 SEADRIFT | EUA | | Port Lavaca | Própria |
| TX09 | PP 13 OYSTER CREEK | EUA | | Freeport | Própria |
| NW01 | PP 11 WESSELING | Alemanha | | Wesseling | Própria |
| SA01 | PP 12 SCHKOPAU | Alemanha | | Schkopau | Própria |

Patentes - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 19990105017 - A SYSTEM FOR ON LINE INFERENCE OF PHYSICAL AND CHEMICAL PROPERTIES AND SYSTEM FOR ON LINE CONTROL | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI99143305 - A SYSTEM FOR ON LINE INFERENCE OF PHYSICAL AND CHEMICAL PROPERTIES AND SYSTEM FOR ON LINE CONTROL | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 09806933 - A SYSTEM FOR ON LINE INFERENCE OF PHYSICAL AND CHEMICAL PROPERTIES AND SYSTEM FOR ON LINE CONTROL | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020017016408 - POLYOLEFIN COMPOSITION WITH IMPROVED IMPACT PROPERTIES | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número PAa2001013390 - POLYOLEFIN COMPOSITION WITH IMPROVED IMPACT PROPERTIES | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 09602329 - POLYOLEFIN COMPOSITION WITH IMPROVED IMPACT PROPERTIES | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 10281409 - POLYOLEFIN COMPOSITION WITH IMPROVED IMPACT PROPERTIES | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI99040450 - CATALISADOR, PROCESSO PARA A PRODUÇÃO DE CATALISADOR, COMPONENTE DE CATALISADOR E APLICAÇÃO DE COMPONENTE DE CATALISADOR | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número PI99040662 -PROCESSO DE PREPARAÇÃO DE RESINAS DE POLIPROPILENO COM REOLOGIA CONTROLADA, MISTURA GRANULADA, APLICAÇÃO DA MISTURA GRANULADA E RESINAS DE POLIPROPILENO DEGRADADAS | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 09407488-POLYPROPYLENE COMPOUND FOR EXTRUDED BODY SIDE MOLDING | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P000107013 -PROCESS FOR THE CONTROLLED PRODUCTION OF POLYETHYLENE AND ITS COPOLYMERS | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI99060221 -PROCESS FOR THE CONTROLLED PRODUCTION OF POLYETHYLENE AND ITS COPOLYMERS | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 10148999-PROCESS FOR THE CONTROLLED PRODUCTION OF POLYETHYLENE AND ITS COPOLYMERS | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 09488465 -PROCESS FOR MANUFACTURING CLEAR SHAPED ARTICLES FROM POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 09502622 -ZWITTERIONIC POLYMERIZATION CATALYST | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10021774 -PROPYLENE COPOLYMER FOAMS | 2021 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número PI00063231 -PROCESSOS PARA A PREPARAÇÃO DE PRÉ-CATALISADOR PARA POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E PARA A POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS, SUPORTE CATALÍTICO, PRÉ-CATALISADOR, APLICAÇÕES DE UM PRÉ-CATALISADOR E DE POLIETILENOS, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, POLIPROPILENO, E, COPOLÍMEROS DE PROPILENO E ALFA-OLEFINAS | 2020 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 09778442 -POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER HAVING BIMODAL SIZED RUBBER PARTICLES | 2021 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 10364797- POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER HAVING BIMODAL SIZED RUBBER PARTICLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 09825585 - FLEXIBLE POLYOLEFIN COMPOUNDS FOR VEHICLE APPLICATIONS | 2021 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 9867198 -POLYOLEFIN ADDITIVE PACKAGES FOR PRODUCING ARTICLES WITH ENHANCED STAIN RESISTANCE | 2021 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 09991801 -STABILIZATION SYSTEM FOR IMPROVING THE MELT VISCOSITY OF POLYPROPYLENE DURING FIBER PROCESSING | 2021 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10046584 -POLYPROPYLENE BIAXIALLY ORIENTED FILM | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI02157799-SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 027401546 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 13440384 -SOLID CATALYST COMPONENT FOR POLYMERIZATION AND COPOLYMERIZATION OF ETHYLENE, AND, PROCESS FOR OBTAINING THE SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P110101596 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120120287575 -POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 117810333-POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN PRODUCTION | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10228487-RESIN COMPOSITIONS FOR PRODUCING BIAXIALY ORIENTED POLYPROPYLENE FILMS | 2022 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10786189 -RESIN COMPOSITIONS FOR PRODUCING BIAXIALY ORIENTED POLYPROPYLENE FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 11110006 -RESIN COMPOSITIONS FOR PRODUCING BIAXIALY ORIENTED POLYPROPYLENE FILMS | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 12776881 -Polypropylene blends for non-woven production | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 038081477-HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 060117439 -HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 060167442 -HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 038081477 -HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 060117439 -HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 060167442 -HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 38081477- HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 060117439 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 060167442 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 562CHENP2005 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 038081477 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 060117439 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10530462 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10680372 - HIGHLY CRYSTALLINE POLYPROPYLENE WITH LOW XYLENE SOLUBLES | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10953376 -PAINTABLE, IN-REACTOR BLENDED, THERMOPLASTIC POLYOLEFIN | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 047944632 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2540887 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2004800293488 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 047944632 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 047944632 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PAa2006003931 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10574729 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12474776 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 10716828 - POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR AIR QUENCHED BLOWN FILMS | 2023 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 10827636 - HIGH MELT FLOW RATE THERMOPLASTIC POLYOLEFINS PRODUCED IN-REACTOR | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número CA2563984 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN FABRICS | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PaA2006013107 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN FABRICS | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 10844640 - POLYPROPYLENE BLENDS FOR NON-WOVEN FABRICS | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10855922 -IMPROVED CLARITY, LOW HAZE POLYMER | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI04019067 -COMPOSIÇÃO POLIMÉRICA DE POLIPROPILENO | 2024 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 11660729 - PROCESS FOR CHEMICAL RECYCLING OF POST CONSUMPTION POLY(ETHYLENE TEREPHTHALATE) AND EQUIPMENT FOR CHEMICAL RECYCLING OF POST CONSUMPTION POLY(ETHYLENE TEREPHTHALATE) | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número C104057341- ESTRUTURA PARA SUSTENTAÇÃO DE FORRO | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número C204057341- ESTRUTURA PARA SUSTENTAÇÃO DE FORRO | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número CA2600364 -PROCESS FOR PRODUCTION OF PROPYLENE HOMOPOLYMERS | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2007011776 -PROCESS FOR PRODUCTION OF PROPYLENE HOMOPOLYMERS | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 11089955 -PROCESS FOR PRODUCTION OF PROPYLENE HOMOPOLYMERS | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2600362 -PROCESS FOR THE PRODUCTION OF PROPYLENE COPOLYMERS | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número MXA2007011777 -PROCESS FOR THE PRODUCTION OF PROPYLENE COPOLYMERS | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 11090523 -PROCESS FOR THE PRODUCTION OF PROPYLENE COPOLYMERS | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número PI05050936 -PROCESSO DE PREPARAÇÃO DE COMPÓSITO DE FIBRAS LIGNOCELULÓSICAS E POLICLORETO DE VINILA, E, COMPÓSITO RESULTANTE | 2025 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI06022723 - PROCESSO DE OBTENÇÃO DE RESINA TERPENÓLICA COM UTILIZAÇÃO DE OLIGÔMEROS TERPÊNICOS PARA INCORPORAÇÃO À CADEIA POLIMÉRICA | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI06023606 -PROCESSO PARA A PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS CLORADOS | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI06024955-NANOCOMPÓSITO EM POLIPROPILENO BASEADO EM UM COMPATIBILIZANTE | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI06036643 -PROCESSO DE OBTENÇÃO DE LAMINADO RESPIRÁVEL DE PVC E LAMINADO RESPIRÁVEL DE PVC | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI06042848 -PROCESSO INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE PROPENO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS NATURAIS E RENOVÁVEIS, PROPENO, E, POLIPROPILENO | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2007329122 -A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07195117 -A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 078157690 -A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 078157690 -A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2009539573-A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12517707 -A METHOD FOR THE PRODUCTION OF ONE OR MORE OLEFINS, AN OLEFIN, AND A POLYMER | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI06060501 - SISTEMA E MÉTODO AUTOMATIZADO DE EMISSÃO ACÚSTICA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO PARA AVALIAÇÃO DE REATORES TUBULARES | 2026 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07005814 -TITULADOR AUTOMÁTICO, PROCESSO DE TITULAÇÃO E MÉTODO DE DETERMINAÇÃO DO ÍNDICE DE BROMO E NÚMERO DE BROMO EM HIDROCARBONETOS | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07006314- PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UM OU MAIS ÁLCOOIS, E, ÁLCOOL(IS) | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335030- PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI08112401 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 200800954 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335030- PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número MXa2009012469 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335030 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 11979951- PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2009012473 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 11979941 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF POLYMER YARNS FROM ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT HOMOPOLYMERS OR COPOLYMERS, POLYMER YARNS, MOLDED POLYMER PARTS, AND THE USE OF POLYMER YARNS | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2653356 - HIGH CRYSTALLINITY, HIGH MELT FLOW RATE POLYPROPYLENE | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número MXA2008015361 - HIGH CRYSTALLINITY, HIGH MELT FLOW RATE POLYPROPYLENE | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 11809114 - HIGH CRYSTALLINITY, HIGH MELT FLOW RATE POLYPROPYLENE | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07035861 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2008101490498 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 082908286 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 082908286 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 082908286 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12163711 - PROCESS OF PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED METALLOCENE CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 200880113065X - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087727483 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087727483 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087727483 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 12167611 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 13041028 - PROCESS FOR THE PREPARATION OF CATALYTIC SUPPORT AND SUPPORTED BIMETALLIC CATALYSTS FOR PRODUCTION OF HOMOPOLYMERS AND COPOLYMERS OF ETHYLENE WITH ALPHA-OLEFINS, OF HIGH AND ULTRA HIGH MOLECULAR WEIGHT AND WITH BROAD MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION IN SLURRY, BULK AND GAS PHASE PROCESSES AND PRODUCTS THEREOF | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335097 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07058152 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número EP2209840 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número EP2209840 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 087335097 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número EP2209840 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número MXa2010004274 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 087335097 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12739645 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2008002199 - A PROCESS FOR POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES OF A MINERAL FILLER FOR THE ATTAINMENT OF POLYMER NANOCOMPOSITES, AND A POLYMER NANOCOMPOSITE | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI07056990 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER YARNS, HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER OR COPOLYMER YARNS, AND, THE USE OF SUCH YARNS | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2008002288 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER YARNS, HIGH TENSILE STRENGTH AND LOW CREEP POLYMER OR COPOLYMER YARNS, AND, THE USE OF SUCH YARNS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2008331448 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI08154082 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2010536291 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020107004181- INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 088573472 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 12673421 - INTEGRATED PROCESS FOR THE PRODUCTION OF ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER, AN ETHYLENE-BUTYLENE COPOLYMER AND THE USE OF ETHYLENE AND 1-BUTYLENE, AS COMONOMER, SOURCED FROM RENEWABLE NATURAL RAW MATERIALS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07056257 - EMBALAGEM DE ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI07061013 - EMBALAGEM DE ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS | 2027 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI09151990 -EXTENSIBLE SPUNBONDED NON-WOVEN FABRICS | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número MXA2010013901 -EXTENSIBLE SPUNBONDED NON-WOVEN FABRICS | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 12484642 -EXTENSIBLE SPUNBONDED NON-WOVEN FABRICS | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI09013180 -CHEMICAL SENSORS MODIFIED BY THE SOL-GEL METHOD AND ITS APPLICATION TO POLYMERIC MATRIXES | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 13001851 -HYBRID CHEMICAL SENSOR, AND, SENSITIVE POLYMERIC COMPOSITION | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número PI09195548 -RANDOM COPOLYMER WITH ENHANCED ETHYLENE CONTENT | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 098183767 -RANDOM COPOLYMER WITH ENHANCED ETHYLENE CONTENT | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 12286774 -RANDOM COPOLYMER WITH ENHANCED ETHYLENE CONTENT | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI08056129 -PROCESSO DE PRODUÇÃO DE UMA MISTURA DE N-BUTENOS ADEQUADA PARA A PRODUÇÃO DE PROPENO POR REAÇÃO DE METÁTESE COM ETENO, E, MISTURA DE N-BUTENOS | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 1120120009257 -POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2767388 -POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2012000694 -POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12503413 -POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 13538190 -POLYPROPYLENE COMPOSITION FOR BURIED STRUCTURES | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120120028111 -IMPROVED POLYPROPYLENE FOR USE IN BOPP APPLICATIONS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 107272494 -IMPROVED POLYPROPYLENE FOR USE IN BOPP APPLICATIONS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 107272494 -IMPROVED POLYPROPYLENE FOR USE IN BOPP APPLICATIONS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI09039341 -PROCESSO PARA PREPARAÇÃO DE BLENDAS POLIMÉRICAS DE POLI(CLORETO) DE VINILA/BORRACHA NITRÍLICA (BLENDAS PVC/NBR) VULCANIZADAS IN SITU, BLENDAS POLIMÉRICAS DE POLI(CLORETO) DE VINILA (PVC)/BORRACHA NITRÍLICA (NBR) VULCANIZADAS IN SITU E ARTIGOS | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120120054244-MICROORGANISMS AND PROCESS FOR PRODUCING N-PROPANOL | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2012002995 -MICROORGANISMS AND PROCESS FOR PRODUCING N-PROPANOL | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120120130315 -A METHOD FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AN OLEFIN, A POLYOLEFIN, AND USE OF THE POLYOLEFIN | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI11002298 -POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2732126 -POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2011002076 -POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12711616 -POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 12711616 - TELHA PLÁSTICA EM CAMADAS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 12759983 - POLYPROPYLENE COMPOSITIONS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI10010599 - PROCESSO DE OBTENÇÃO DE UMA NANOCARGA ORGÂNICA EXPANDIDA, NANOCARGA ORGÂNICA EXPANDIDA, PROCESSO DE SÍNTESE DE NANOCOMPÓSITOS DE POLIOLEFINAS, NANOCOMPÓSITO DE POLIOLEFINA E ARTIGO | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PI10032193 - PROCESSO PARA PRODUÇÃO DE RESINAS À BASE DE POLI(TEREFTALATO DE ETILENO), RESINAS À BASE DE POLI(TEREFTALATO DE ETILENO) E USO DAS REFERIDAS RESINAS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 1120130038870 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120130038969 - COMPOSIÇÃO DE COPOLÍMERO DE IMPACTO DE POLIPROPILENO, E, COMPOSIÇÃO. | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2807798 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2011800402057 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 13054383 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 107272494 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 117389064 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 117389064 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 117389064 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2013001954 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2013001953 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 3062013 - FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 3042013- FABRICATED ARTICLES COMPRISING POLYOLEFINS | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 12859499 - POLYPROPYLENE RESIN SUITABLE FOR SOFT NONWOVEN APPLICATIONS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número PI10054600 - ADITIVO, POLÍMERO E ARTIGO ATIVOS E INTELIGENTES | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 06782013 - ADITIVO, POLÍMERO E ARTIGO ATIVOS E INTELIGENTES | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 13094685- ADITIVO, POLÍMERO E ARTIGO ATIVOS E INTELIGENTES | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número EP118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número EP118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118243765 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 13822553 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15625615 - ACTIVE AND INTELLIGENT ADDITIVE, POLYMER AND ARTICLE | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PI10033777 - PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DE CARBONATOS CÍCLICOS | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120130155051 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número BR1120160147731 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2820359 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2934992 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20131775 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 2011800616126 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2014800762249 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 13147289- PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 148756091 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 502018000032414 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2013546261 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2015235466 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 2016542721 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2018242697- PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2013007072 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2016008440 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 118506732 - PROPYLENE-BASED COMPOSITIONS OF ENHANCED APPEARANCE AND EXCELLENT MOLD FLOWABILITY | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P20120100354 - COMPOSIÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA COMPREENDENDO UMA MISTURA DE AGENTES DESLIZANTES E FILME MONO OU COEXTRUSADO, LAMINADO OU NÃO LAMINADO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120130163585 - COMPOSIÇÃO DE RESINA TERMOPLÁSTICA COMPREENDENDO UMA MISTURA DE AGENTES DESLIZANTES E FILME MONO OU COEXTRUSADO, LAMINADO OU NÃO LAMINADO | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 13997760 - THERMOPLASTIC RESIN COMPOSITION COMPRISING A MIXTURE OF SLIP AGENTS AND A MONO-OR CO-EXTRUDED, LAMINATED OR NON-LAMINATED FILM | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 13340190- COMPRESSION BLOW FORMED ARTICLES | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 127772564 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 13096163 - MULTIMODAL HETEROPHASIC COPOLYMER AND THERMOFORMED ARTICLES FROM SAME | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 20130104321 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1120130299657- PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2836106 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 2012800249668 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 127902302 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2013013246 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 14317761 - IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS FOR USE IN CORRUGATED BOARD | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 13115619 - IMPACT COPOLYMER COMPOSITIONS FOR USE IN CORRUGATED BOARD | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PI11026553 - SISTEMA CATALÍTICO DO TIPO METALOCENO SUPORTADO, PROCESSO DE SÍNTESE E USO DO MESMO, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, E, POLIETILENO LINEAR DE BAIXA OU ULTRA BAIXA DENSIDADE | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 1120140049300- A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 181888470 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 128273455 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14241323 - A PROCESS FOR THE PRODUCTION OF OLEFINS, AND USE THEREOF | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 20130100152 - PROLIPROPILENO PARA CONFECCIÓN DE ARTÍCULOS TERMOFORMADOS, ARTÍCULOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEJOS Y/O ESPESOS, PROCESO PARA TERMOFORMACIÓN DE POLIPROPILENO MODIFICADO EN ARTÍCULOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEJOS Y/O ESPESOS Y, USO DEL POLIPROPILENO | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 1120140087482 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2851847 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 9162014 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2011800754338 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 6020110542133 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 118740315 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 3187DELNP2014 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 502019000015093 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2014534892 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 1020147011921 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número MXa2014004401- POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14351027 - POLIPROPILENO PARA CONFECCÃO DE ARTIGOS TERMOFORMADOS, ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, PROCESSO PARA TERMOFORMAÇÃO DE POLIPROPILENO MODIFICADO EM ARTIGOS GRANDES, PROFUNDOS, COMPLEXOS E/OU ESPESSOS, E, USO DO POLIPROPILENO | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2012353654 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 1120140146527 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2859556 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2012800692656 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 128571627 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 5681DELNP2014 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2014547551 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2014007235- MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2014129026 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 1401003363 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14365441 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14885311- MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 16042594 - MODIFIED MICROORGANISMS AND METHODS OF MAKING BUTADIENE USING SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 1120140161852 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF THE MIXTURE 2,4 FURANDICARBOXYLIC ACID (FDCA) AND 2,5 FURANDICARBOXYLIC ACID VIA DISPROPORTIONATION REACTION, MIXTURE OF 2,4-FDCA AND 2,5-FDCA AS A RESULT OF DISPROPORTINATION REACTION, 2,4-FDCA OBTAINED BY THE DISPROPORTION | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14368676 - PROCESS FOR THE PRODUCTION OF THE MIXTURE 2,4 FURANDICARBOXYLIC ACID (FDCA) AND 2,5 FURANDICARBOXYLIC ACID VIA DISPROPORTIONATION REACTION, MIXTURE OF 2,4-FDCA AND 2,5-FDCA AS A RESULT OF DISPROPORTINATION REACTION, 2,4-FDCA OBTAINED BY THE DISPROPORTION | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20130101536 - PROCESSO DE GRANULAÇÃO DE POLIOLEFINA, RESINA DE POLIOLEFINA, FIBRA DE POLIOLEFINA, USO DA FIBRA DE POLIOLEFINA E COMPÓSITO CIMENTÍCIO | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2013800362966 - PROCESSO DE GRANULAÇÃO DE POLIOLEFINA, RESINA DE POLIOLEFINA, FIBRA DE POLIOLEFINA, USO DA FIBRA DE POLIOLEFINA E COMPÓSITO CIMENTÍCIO | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 20130103548 - COMPOSIÇÃO ELASTOMÉRICA NÃO EXPANDIDA À BASE DE POLÍMERO DE ETILENO E ACETATO DE VINILA E USO DA MESMA PARA CONFEÇÃO DE CALADOS | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020120251604 - COMPOSIÇÃO ELASTOMÉRICA NÃO EXPANDIDA À BASE DE POLÍMERO DE ETILENO E ACETATO DE VINILA E USO DA MESMA PARA CONFEÇÃO DE CALADOS | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 45751 - COMPOSIÇÃO ELASTOMÉRICA NÃO EXPANDIDA À BASE DE POLÍMERO DE ETILENO E ACETATO DE VINILA E USO DA MESMA PARA CONFEÇÃO DE CALADOS | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020120262045 - PROCESSO PARA A PREPARAÇÃO DE NANOCOMPÓSITOS DE POLIETILENO LINEAR DE BAIXA DENSIDADE, NANOCOMPÓSITOS DE POLIETILENO LINEAR DE BAIXA DENSIDADE E SEU USO E ARTIGOS DE MANUFATURA | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 20130103843- POLYMERIC COMPOSITION WITH IMPROVED BARRIER PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120150091024 - POLYMERIC COMPOSITION WITH IMPROVED BARRIER PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20130104016 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DA MESMA, E, ARTIGO DE MANUFATURA | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120150097502 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DA MESMA, E, ARTIGO DE MANUFATURA | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 128880838 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DA MESMA, E, ARTIGO DE MANUFATURA | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14441060 - MÉTODO PARA PREPARO DE UMA POLIOLEFINA ADESIVADA, POLIOLEFINA ADESIVADA, USO DA MESMA, E, ARTIGO DE MANUFATURA | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 20130104125 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1003518 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 128886330 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1120150112153 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 128886330 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 128886330 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 128886330 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 502018000025507 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número MXa2015006615 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 128886330 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 14646854 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15616516 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15616556 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2013001409 -CATALISADOR METALOCENO SUPTADO EM SUPORTE HÍBRIDO, PROCESSO DE OBTENÃO DO MESMO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO PARA OBTENÃO DE UM HOMOPOLÍMERO OU COPOLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL, USO DO CATALISADOR DE METALOCENO SUPTADO E POLÍMERO DE ETILENO COM DISTRIBUIÇÃO DE MASSA MOLAR AMPLA OU BIMODAL. | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 20130103951- MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENAS DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120150116566 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENAS DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128894565 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENAS DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128894565 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENAS DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 128894565 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128894565 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128894565 - MÉTODO DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO, BLENDA DE POLIPROPILENO E SEU USO, PRODUTO E AGENTE INICIADOR DE COMPATIBILIZAÇÃO DE BLENDA DE POLIPROPILENO | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20130105058 - COMPOSIÇÃO POLIMÉRICA E SEU USO, PROCESSO DE POLIMERIZAÇÃO E PRODUTO | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120150164293- PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 502017000093427- PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 137008223 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 13737684 - PROPYLENE IMPACT COPOLYMERS HAVING GOOD OPTICAL PROPERTIES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 1120150188079 - SYSTEMS AND METHODS FOR SEPARATING AND PURIFYING BUTADIENE | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14761551- SYSTEMS AND METHODS FOR SEPARATING AND PURIFYING BUTADIENE | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1120150190685 - Processo de produção de olefinas a partir de etanol combustível | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1120150226906 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMERS WITH LOW HAZE | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 147756183 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMERS WITH LOW HAZE | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14773976 - POLYPROPYLENE IMPACT COPOLYMERS WITH LOW HAZE | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14774021 - Multilayered Article for High Gloss and High Impact | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16210164 - Multilayered Article for High Gloss and High Impact | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 1120150223770 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 147678403 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14773131 - PROPYLENE POLYMER RESINS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62746914 - Compatibilized Blends of Thermoplastic Urethanes and Ethylene Vinyl Acetate Copolymers | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 1BR1120160017668 - A New Ultra High Performance Parallel Rope Made of a New Splice Construction Built by Self-assembly Mechanism | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 148314727 - A New Ultra High Performance Parallel Rope Made of a New Splice Construction Built by Self-assembly Mechanism | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14908207 - A New Ultra High Performance Parallel Rope Made of a New Splice Construction Built by Self-assembly Mechanism | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160037065 - PROCESS FOR PRODUCING MODIFIED POLY(PROPENE), THE MODIFIED POLY(PROPENE) AND THE USE THEREOF, AND THE POLYMER BLEND | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número EP148375884 - PROCESS FOR PRODUCING MODIFIED POLY(PROPENE), THE MODIFIED POLY(PROPENE) AND THE USE THEREOF, AND THE POLYMER BLEND | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14913620 - PROCESS FOR PRODUCING MODIFIED POLY(PROPENE), THE MODIFIED POLY(PROPENE) AND THE USE THEREOF, AND THE POLYMER BLEND | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20170101852 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120190001034 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número CN - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 177545985 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número JP - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2019000282 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 16315600 - NUCLEATED POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160063210- ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 148450778 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15023579 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 16011041 - ENGINEERED ENZYME HAVING ACETOACETYL-COA HYDROLASE ACTIVITY, MICROORGANISMS COMPRISING SAME, AND METHODS OF USING SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20140103549-SISTEMA DE APOIO PARA TUBULAÇÃO | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160066090- PIPE SUPPORT SYSTEM | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15024651 - PIPE SUPPORT SYSTEM | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 2014001145 - SISTEMA DE APOIO PARA TUBULAÇÃO | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020130295760-MÉTODO ENZIMÁTICO PARA CONVERSÃO DE ALCENOS, ENZIMA, DNA, VETOR DE DNA E MICRO-ORGANISMO QUE COMPREENDEM A SEQUÊNCIA GÊNICA QUE CODIFICA A REFERIDA ENZIMA, , ALCENO RESULTANTE E SEUS USOS | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160067800 -SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 148581606 -SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 15032826 -SYSTEM AND METHOD FOR MEASURING OUT A POLYMER AND FIRST SOLVENT MIXTURE, DEVICE, SYSTEM AND METHOD FOR EXTRACTING A SOLVENT FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, SYSTEM AND METHOD FOR MECHANICALLY PRE-RECOVERING AT LEAST ONE LIQUID FROM AT LEAST ONE POLYMER STRAND, AND A CONTINUOUS SYSTEM AND METHOD FOR THE PRODUCTION OF AT LEAST ONE POLYMER STRAND | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160098285 - Processo de produção de propeno | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 138970371- A PROCESS FOR PRODUCING PROPENE | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15034367 - PROPENE PRODUCTION METHOD | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número P140104632 - CONTROLLED RHEOLOGY POLYPROPYLENE RESIN, PROCESS AND APPLICATION | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120160124936- METHOD FOR PRODUCING CONTROLLED RHEOLOGY POLYPROPYLENE, POLYPROPYLENE, USE THEREOF AND MANUFACTURED ARTICLES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 11120160124910 - MÉTODO PARA SEPARAR E PURIFICAR UM PRODUTO DE FERMENTAÇÃO DE UM GÁS RESIDUAL FERMENTADOR | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15100783 - FERMENTATION HYDROCARBON GAS PRODUCTS SEPARATION VIA MEMBRANE | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 1020140305866- PROCESSO DE PRODUÇÃO DE PROPENO UTILIZANDO REAÇÃO DE METÁTESE ENTRE ETENO E 2-BUTENOS A PARTIR DE UMA CORRENTE DERIVADA DA CONVERSÃO DE OXIGENADOS A OLEFINAS | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número BR1120160140117 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 148709397 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número MXa2016008105 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 15105788 - CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15836032- CATALYST SUPPORT AND RELATED PROCESSES | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160127242 - METALLOCENE CATALYST BASED ON A TRANSITION METAL OF GROUPS 4 OR 5 OF THE PERIODIC TABLE IMMOBILISED ON A SUPPORT MODIFIED WITH SOLUBLE HYDRID SILICA, METHOD FOR PRODUCING AND USING SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 148673361 - METALLOCENE CATALYST BASED ON A TRANSITION METAL OF GROUPS 4 OR 5 OF THE PERIODIC TABLE IMMOBILISED ON A SUPPORT MODIFIED WITH SOLUBLE HYDRID SILICA, METHOD FOR PRODUCING AND USING SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 15101710 - METALLOCENE CATALYST BASED ON A TRANSITION METAL OF GROUPS 4 OR 5 OF THE PERIODIC TABLE IMMOBILISED ON A SUPPORT MODIFIED WITH SOLUBLE HYDRID SILICA, METHOD FOR PRODUCING AND USING SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120160130928- PROCESSO DE PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS INSATURADOS LEVES | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 138994314- A process for producing light unsaturated hydrocarbons | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15105398 - METHOD FOR PRODUCING LIGHT UNSATURATED HYDROCARBONS | 2033 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 158001800 - MODIFIED MICROORGANISMS COMPRISING AN OPTIMIZED SYSTEM FOR OLIGOSACCHARIDE UTILIZATION AND METHODS OF USING SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15327616 - MODIFIED MICROORGANISMS COMPRISING AN OPTIMIZED SYSTEM FOR OLIGOSACCHARIDE UTILIZATION AND METHODS OF USING SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120170023628 -COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 158294199 -COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 15501382 -COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16185732 - COMPOSITION COMPRISING POLYPROPYLENE AND POLYCARBONATE POLYOL, AND METHOD OF MAKING THE SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020140214240 -COMPOSIÇÃO, PROCESSO DE OBTENÇÃO, BLENDAS POLIMÉRICAS TENACIFICADAS E USO DA MESMA | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14451990 -SOLID CATALYST COMPONENTS FOR OLEFIN POLYMERIZATION AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 1020140234926 -COMPOSIÇÃO EXPANDIDA POLIMÉRICA, PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE NANOCOMPÓSITO, NANOCOMPÓSITO POLIMÉRICO E USO DO MESMO, E ARTIGO POLIMÉRICO | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 20150103526 -MUEBLE TAPIZADO MODULAR | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número BR1120170085364 -MÓVEL ESTOFADO MODULAR | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2966127 - UPHOLSTERED MODULAR FURNITURE ITEM | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número CL010672017 - MUEBLE TAPIZADO MODULAR | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número (China) - MÓVEL ESTOFADO MODULAR | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número NC20170005409 - MUEBLE TAPIZADO MODULAR | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número EP158547232 -A MODULAR UPHOLSTERED PIECE OF FURNITURE | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número MXa2017005676 - MUEBLE MODULAR TAPIZADO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PE0007742017DIN - MUEBLE TAPIZADO MODULAR | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número US15522047 -UPHOLSTERED MODULAR FURNITURE ITEM | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20150103683 -HIGH PERFORMANCE PURE PLASTIC SLEEPER (HPPPS) | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 2015345936 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1120170096617 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2966917- A RAILROAD SLEEPER AND PROCESS FOR MANUFACTURING A RAILROAD SLEEPER | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 158597310 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 171137078 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017543856- RAILWAY SLEEPER AND RAILWAY-SLEEPER MANUFACTURING METHOD | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020177016055 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2017006088 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 15525693 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2015000916 - Traviesa de ferrocarril y un proceso de fabricación de una traviesa de ferrocarril | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 201703414 - DORMENTE FERROVIÁRIO E PROCESSO DE FABRICAÇÃO DE DORMENTE FERROVIÁRIO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020140324275 - Processo de produção de produto químico renovável a partir de um álcool | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 20170101513- METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento númeroBR1120170116600 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20171395 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 158646182 - METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 15531653- METHOD AND SYSTEM FOR CONTINUOUS PRODUCTION OF AT LEAST ONE YARN POLYMER, AND YARN POLYMER | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 160100006 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número BR1120170142562 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2972803 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 2015800769863 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 158763441 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017534957 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020177020779- CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 104144793 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 14588379 - CATALYST SYSTEMS, OLEFIN POLYMERIZATION CATALYST COMPONENTS COMPRISING AT LEAST AN INTERNAL ELECTRON DONOR COMPOUND, AND METHODS OF MAKING AND USING THE SAME | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120170140772 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 149092793- PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 191606854 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número MXa2017008741 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15540513 - PROCESS FOR TREATMENT OF NANOPARTICLES OF MINERAL FILLER FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF NANOPARTICLES | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 1120170158485 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 1120170159996 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2973724 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2972502 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 167438514 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 167038991 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017540564 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017540564 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2018186692 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 1020177022516 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1020177021374 - COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2017009858 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2017009860-COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 15010099 -COMPOSITION COMPRISING SEMI-CRYSTALLINE POLYOLEFIN AND SULFONYL-AZIDE, RESULTING FOAMS AND METHODS OF MAKING THE SAME | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15544152 -Modified Polypropylene and Polymer Blends Thereof | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120180028320 -ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2016800585544 - ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 168359149-ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2018506828 -ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15751121 -ELECTRON DONOR FOR POL YOLEFIN POLYMERIZATION CATALYSTS AND USES THEREOF | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120170268884 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 989415 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2016800351842 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 167328558 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2017564684-LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 1020187001164 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2017016045 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15183240 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15426863 -LONG-CHAIN BRANCHED POLYMERS AND PRODUCTION PROCESSES | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 15633177 -AZIDE-MODIFIED POLYNORBORNENE AS POLYMERIC COUPLING AGENT | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120180087564 -Low Emissions Polypropylene | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 3003740-Low Emissions Polypropylene | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 168628436 -Low Emissions Polypropylene | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 2018522665 -Low Emissions Polypropylene | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2018005548 -Low Emissions Polypropylene | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15341461 -Low Emissions Polypropylene | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 3025263 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 2016800877345 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 169033347 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2018561572 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20187037226 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número MXa2018014356 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16303630 - NON-PHTHALATE DONOR FOR POLYOLEFIN CATALYSTS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120180126292 - ONE-POT PROCESS FOR PREPARING LONG-CHAIN BRANCHED POLYOLEFINS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 168799567 - ONE-POT PROCESS FOR PREPARING LONG-CHAIN BRANCHED POLYOLEFINS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 16064368 - ONE-POT PROCESS FOR PREPARING LONG-CHAIN BRANCHED POLYOLEFINS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número P160103019 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número BR1120180064920 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2999787 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 008102018 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2016800571683 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número NC20180003097 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número IEPI201823687 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 167873223 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 181143756 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 201837011522 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2018536321 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 1020187011308 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2018003747 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 10004592018DIN - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 11201802490W - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 15282169 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED MECHANICAL AND BARRIER PROPERTIES | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número P160103991- DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número BR1120180095630- DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 159109818 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número MXE2018046228 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16065275 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número VE000665 - DISPOSITIVO INJETOR DE INICIADOR DE POLIMERIZAÇÃO EM REATOR TUBULAR, REATOR TUBULAR PARA POLIMERIZAÇÃO CONTÍNUA DE OLEFINAS, E PROCESSO DE PRODUÇÃO DE POLÍMEROS E COPOLÍMEROS DE ETILENO | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120180134872 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número BR1120180135062 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1120180134767 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 168826865 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 168826923 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 168826899 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2018008209 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1MXa2018008207 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXa2018008208 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 16067346 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 16067348 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 16067350 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PCTUS2016069295 - Use of New External Donors for Improved Performance of Non-Phthalate Catalysts | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número BR1120180133639 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 3008662 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 168824688 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número MXA2018008161 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 15390005 - Clear Impact Resistant Polypropylene for Low Melt Flow Processes | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017231728 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120180673234 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017800286000 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 177640273 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 201817032668 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2018547961 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1801005306 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 15453094 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15726978 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15726983 - Microorganisms and methods for the co-production of ethylene glycol and three carbon compounds | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 20168424152 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número EP168040822 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número US15578488 - VINYLISOMERASE-DEHYDRATASES, ALKENOL DEHYDRATASES, LINALOOL DEHYDRATASES AND/ CROTYL ALCOHOL DEHYDRATASES AND METHODS FOR MAKING AND USING THEM | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número BR1020160093783 -CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2016800850380 -CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número 167297530 -CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 2018556477 -CATALISADOR HETEROGÊNEO DE MÚLTIPLOS SÍTIOS, ADEQUADO A REAÇÕES DE POLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E/OU COPOLIMERIZAÇÃO DE OLEFINAS E ALFA-OLEFINAS, PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO MESMO, E, PROCESSO DE OBTENÇÃO DE POLIOLEFINAS | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 16097019 -MULTISITE HETEROGENEOUS CATALYST, PROCESS FOR PREPARING THE SAME AND PROCESS FOR OBTAINING POLYOLEFINS USING SAID CATALYST | 2036 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15921191 -HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número PCTUS2018022425 -HIGH ETHYLENE RANDOM COPOLYMER WITH NON-MIGRATING OLIGOMERS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120190006338 -FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2017800559915 -FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 178283925 -FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 2019501517 -FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16317406 -FORMATION OF ALKENES THROUGH ENZYMATIC DEHYDRATION OF ALKANOLS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número -MICROORGANISMS AND METHODS FOR THE CO-PRODUCTION OF ETHYLENE GLYCOL AND ISOBUTENE | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P170102516 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|--|
| Documento número BR1120190034021 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 16011041 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 177841632 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PCTBR2017050267 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número MXa2019002556 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 15702124 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PCTBR2017050267 -INTELLIGENT POLYMER COMPOSITIONS | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 62808248 -Microorganisms and Methods For The Production Of Oxygenated Compounds From Hexoses | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 16011041 -PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número SP002492017 -PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 853162017 -PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 37476 -PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número PCTBR2017050337 -PROCESS FOR MANUFACTURING A HIGH TENACITY POLYPROPYLENE FIBER | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTIB2017001679 -PROCESS FOR PURIFICATION OF VINYL ACETATE FOR USE IN POLYMERIZATION IN THE PRESENCE OF ETHYLENE | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P170103613 -MODIFIED ETHYLENE VINYL ACETATE COMPOSITIONS, POLYMER BLENDS AND FILMS MADE THEREFROM | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTBR2017050398 -MODIFIED ETHYLENE VINYL ACETATE COMPOSITIONS, POLYMER BLENDS AND FILMS MADE THEREFROM | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número BR1020170001644 -SISTEMA CATALÍTICO E PROCESSO PARA PRODUÇÃO DE OLEFINAS LEVES A PARTIR DE ETANOL | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16217385 -CATALYTIC SYSTEM AND PROCESS FOR PRODUCTION OF LIGHT OLEFINS FROM ETHANOL | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1PCTUS2018066990 -3D Printed Porous Parts | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62808258 -Novel Degradation Pathway for Pentose and Hexose Sugars | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62713225 -Thermoplastic Compositions With Improved Toughness Suitable for 3DP | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16102653 -BORON-BASED ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA CATALYST SYSTEMS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS2018046538 -BORON-BASED ELECTRON DONORS FOR ZIEGLER-NATTA CATALYST SYSTEMS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 20180103858 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número SP002752018 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 18111829 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 38034 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número PCTBR2017050402 - COMPOSIÇÃO PARA APLICAÇÃO EM PROCESSOS DE ROTOMOLDAGEM, E, USO DA COMPOSIÇÃO | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62785748 - Process for introducing catalyst in a polymerization process | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62806195 - Microorganisms and methods for the production of glycolic acid and glycine via reverse glyoxylate shunt | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62785865 - Auxiliaries For Olefin Polymerization | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P20180103540 - POLYMERIC COMPOSITIONS FOR FOOTWEAR | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 1PCTIB2018001373 - POLYMERIC COMPOSITIONS FOR FOOTWEAR | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P180101844 -ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 6025418 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTBR2018050223 - ETHYLENE ALPHA-OLEFIN COPOLYMERS WITH MULTIMODAL MOLECULAR WEIGHT DISTRIBUTION AND PROCESSES FOR OBTAINING THE SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 16185432 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTIB2018001250 - Process for the recovery of ketones and glycols from fermentation | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número BR1020170127737 - Método de obtenção de blendas de PVC e TPU, blendas assim obtidas e uso | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTBR1850190 - Método de obtenção de blendas de PVC e TPU, blendas assim obtidas e uso | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62667152 - POLYOLEFIN COMPOSITIONS WITH IMPROVED SOFT TOUCH PROPERTIES | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62639208 - Composition for polyolefin foams | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16293090 - Composition for polyolefin foams | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS2019020737 - Composition for polyolefin foams | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 62641830 - Process to Produce Ethylene Glycol and Three Carbon Compounds | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16351137 - Methods For The Co-production Of Ethylene Glycol And Three Carbon Compounds | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS2019021905 - Methods For The Co-Production Of Ethylene Glycol And Three Carbon Compounds | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16219490 - High molecular weight polymer having improved crystallization | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número PCTUS2018065507 - High molecular weight polymer having improved crystallization | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 16230452 - High MFR Coupled Impact Copolymer with High Melt Strength | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS2018067230 - High MFR Coupled Impact Copolymer with High Melt Strength | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número P20180103222 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 16180978 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTIB2018001224 - FOAM COMPOSITION WITH IMPROVED PROPERTIES AND APPLICATIONS THEREOF | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62678833 - REPROCESSING OF POLYMERIC COMPOSITIONS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62678816 - Polymeric Additive for Improving Polymer Environmental Stress Cracking Resistance Properties | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 62749960 - BLOW MOLDED ARTICLES FORMED FROM POLYOLEFIN COMPOSITIONS | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62653965 - Novel NADH dependent enzyme mutant to convert acetone into isopropanol | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTIB2018001269 - POLYOLEFINS HAVING IMPROVED DIMENSIONAL STABILITY IN THREE-DIMENSIONAL PRINTING, ARTICLES FORMED THEREFROM, AND METHODS THEREOF | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62684626 - EVA THERMOPLASTIC COMPOUNDS, METHODS THEREOF, AND ARTICLES THEREFROM | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número PCTUS2018066503 - ADDITIVE MANUFACTURING PRESSURE DEVICE, PROCESS AND OBTAINED PARTS THEREOF | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 62785772 - Polyolefin Powder For Selective Laser Sintering | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 62783470 - Processing aid for High Speed Sintering Technology | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 62653791 - Raman Spectroscopy and Machine Learning for Automated Quality Control | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número PCTIB2018001441 - SYSTEM TO MELT AND PRINT A PART IN FDM AND LASER TECHNOLOGY AND METHODS THEREOF | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62775492- COUPLING AGENT MODIFIED POLYOLEFINS TO MAXIMIZE SINTERING AND PART PERFORMANCE IN 3D PRINTING, METHODS THEREOF, AND ARTICLES FORMED THEREFROM | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS2018067257 - HIGH PERFORMANCE POLYOLEFIN FOR MATERIAL EXTRUSION | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62667711 - New Intelligent Packaging design by 3D printing | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|---------|---|---|
| Documento número 62786294 - Metabolic engineering for the improvement of Monoethylene glycol and C3 compounds production | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62786298 - Metabolic Engineering Of The Acetate Pathway For The Improved Production Of Monoethylene Glycol and C3 Compounds | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62786283 - Modulation Of Enzymes For Improved Flux Through The C3 Pathway For The Improved Production Of Monoethylene Glycol And C3 Compounds | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 162786304 - Modulation Of Carbon Flux Through The MEG and C3 Pathways For The Improved Production Of Monoethylene Glycol and C3 Compounds | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62786282 - Metabolic Engineering Of Xylionate Pathway For The Improved Production Of Monoethylene Glycol And C3 Compounds | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62667707 - New Composition of Intelligent Polymers for Milk Spoilage Detection and Packaging Design | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62676717 - Ethylene-based polymers with elastomeric properties through introduction of various vinyl ester comonomers and application. | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62680942 - Recycling Processes For Laminates And Multi-Layers | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62658283 - Biobased EVA Rubber | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62658294 - Biobased EVA Co-Polymer Applications (FILED: "BIO-BASED EVA COMPOSITIONS AND ARTICLES AND METHODS THEREOF") | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 15953247 - AZIDE-MODIFIED POLYNORBORNENE AS POLYMERIC COUPLING AGENT | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS1827638 - AZIDE-MODIFIED POLYNORBORNENE AS POLYMERIC COUPLING AGENT | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 15953284 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número PCTUS1827647 - AZIDE-MODIFIED OLEFINS AS POLYMERIC COUPLING AGENT | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62749965 - MICROORGANISMS AND METHODS FOR THE BIOSYNTHESIS OF HYDROXYALKANOYLOXYBENZOIC ACIDS OR HYDROXYBENZOYLOXYALKANOIC ACIDS AS PRECURSORS OF POLYMERS ANALOGOUS TO POLYETHYLENE TEREPHTHALATE | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62791329 - HETEROPHASIC PROPYLENE COPOLYMERS, METHODS, FILMS AND ARTICLES THEREOF (RAHECO for blown film) | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62702589 - Terpolymers for Caps and Closures | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62771493 - Random copolymer HMS PP for injection stretch blow molding | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62781346 - Heterophasic Polypropylene Composition for Crates and Pails, Articles And Methods Thereof | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62807486 - No Break Polypropylene Impact Copolymers with Melt Flow Rate higher than 100 g/10 min | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62772335 - Method to improve polyolefin properties and composition therefrom (A non-intuitive method to simultaneously increase melt flow, impact toughness, and melt elasticity of polypropylene) | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62760210 - EVA-Containing Compositions With Improved Mechanical Properties And Articles And Methods Thereof | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62785846 - Continuous Feed of Antistat | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62728680 - LOW IMPACT CO2 EMISSION POLYMER COMPOSITIONS AND METHODS OF PREPARING SAME | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62812904 - Method For The In Vivo Synthesis Of 4-Hydroxymethylfurfural And 2,4-Furandicarboxylic Acid. | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62818567 - Extrusion Coating Resin From Tubular Reactor | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62818575 - Extrusion Coating Resin From Tubular Reactor | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62741672- SUPPORT FOR CERAMIC COATING PLATES WITH INCORPORATION OF SOLID WASTE FROM PURE TREATMENT | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 62781511 - Co-production pathway for 3-HPA and acetyl-CoA derivatives from malonate semialdehyde | 2038 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 1120140130671 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 128140530 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 2014545006 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 1020147017546 - Internal Electron Donor For Olefin Polymerization Catalysts, Method Of Making And Using The Same | 2032 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 13307215 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same | 2031 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14255050 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same | 2034 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |
| Documento número 14944587 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same | 2035 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 15407829 - Internal Donor Structure For Olefin Polymerization Catalysts And Methods Of Making And Using Same | 2037 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12714686 - Internal and External Donor Compounds For Olefin Polymerization Catalysts III | 2030 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 62805687 - Hot Melt Adhesive Films Comprising Biobased EVA, Methods and Articles Thereof | 2039 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|--|
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 097899413-Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2029 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |
| Documento número 12181907 -Internal Donor For Olefin Polymerization Catalysts | 2028 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---------|---|---|
| Documento número 19990105017 - A SYSTEM FOR ON LINE INFERENCE OF PHYSICAL AND CHEMICAL PROPERTIES AND SYSTEM FOR ON LINE CONTROL | 2019 | No caso de pedidos de patente: (i) indeferimento e (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção. No caso de patente concedida: (i) ação de nulidade administrativa, (ii) falta de pagamento de taxa de manutenção, (iii) expiração do prazo de vigência, (iv) caducidade e (v) anulação por ação judicial. | Perda de direito de impedir terceiros de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patentado |

Marcas

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|-------------------------------------|---|--|
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 17 – Vene | 19/06/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Tailândia | 06/04/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedidos nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) - Angola | 22/08/2027(20/04/2015 (logo antigo) | Deferido o pedido de registro das marcas. | Não aplicável |
| Braskem – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – União Europeia - nominativa | 26/12/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Marcas BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) – Argentina (logo antigo) | 05/02/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|------------|---|---|
| | | | marcas iguais ou semelhantes. |
| "B" (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – União Europeia | 26/12/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green logo balão (mista) – Concedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 – União Europeia | 21/06/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (nominativa) – Concedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 – União Europeia | 21/06/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (mista) – Concedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 – União Europeia | 21/06/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green Plastica Renewable Source Carbon Reduction (novo logo) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 – União Europeia | 22/05/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green Plastica Renewable Source Carbon Reduction – Concedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 – União Europeia | 30/06/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (figurativa) – Concedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 – União Europeia | 21/06/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|------------|---|--|
| | | | impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM IDEALIS (mista) – Concedido na classe 1 – União Europeia Logo antigo | 17/05/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – México - nomiantiva | 11/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) México – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) | 21/08/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) México – Concedido na classe 36 (novo logo) | 05/02/2026 | | |
| “B” (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - México | 11/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| NORVIC (nominativa) – Concedido na classe 1 - Paraguai | 24/03/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (mista) - Concedido na classe 1 - Portugal | 14/09/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) - Concedido na classe 1 - Portugal | 14/09/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|--------------------------------|---|---|
| | | | marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – União Europeia Logo antigo | 26/12/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista e nominativa) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – Uruguai Logo antigo | 01/11/2022 e 26/04/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| NORVIC (Nominativa) - Concedido na classe 1 - Uruguai | 08/05/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) – Bolívia Logo antigo | 21/10/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) – Brasil 1) Classes 17,37,40,42 2) 01,35 | 1) 05/02/2029 2) 19/02/2029 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Não aplicável |
| "B" (mista) – Concedido na classe 40 - Venezuela | 06/05/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (mista) - Concedido na classe 1 - Venezuela | 10/11/2026 | Os pedidos de registro de marca podem sofrer oposição administrativa antes de seu deferimento. Até a presente data, não há oposição apresentada ao pedido da marca. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|------------|---|---|
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 1 - Venezuela | 19/06/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| ser+realizador (mista) - Pedido na classe 45 - Brasil | Pedido | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas. | Não aplicável |
| BRASKEM (mista) - Pedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) – Canadá | Pedido | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não-cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas. | Não aplicável |
| | Pedidos | | |
| PROCESSA + - Concedido na classe 1 - Brasil | 19/02/2028 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| PREMIO BRASKEM EM CENA - Concedido na classe 41 - Brasil | 13/09/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| PRÊMIO BRASKEM DE TEATRO –Concedido na classe 41 - Brasil | 26/06/2028 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| PRÊMIO BRASKEM DE TEATRO – Concedido na | 13/09/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) | Poderá haver impacto médio, bem como |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|------------|---|---|
| classe 41 - Brasil PRÊMIO BRASKEM CULTURA E ARTE - Concedido na classe 41 - Brasil | 13/09/2021 | Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| POLITENO (mista e nominativa) - Concedido nas classes 01 e 17 - Brasil | 10/04/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| POLITENO (mista e nominativa) - Concedido nas classes 01 e 17 - Brasil POLIALDEN - Concedido nas classes 17.10 - Brasil | 19/01/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 10/07/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | |
| NITROCARBONO - Concedido na classe 01.10-90 - Brasil | 22/10/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| EVATENO – Concedido na classe 01.10-90 - Brasil | 15/01/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| COPENE (mista) - Concedido na classe 01.90 - Brasil | 02/04/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM PRISMA - Concedido na classe 01 – Brasil Logo antigo | 30/10/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|---|--|---|
| BRASKEM PLURIS - Concedido na classe 1 – Brasil Logo antigo | 30/10/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| PICPLAST Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico (mista) - Concedido na classe 35 - Brasil | 30/05/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada administrativamente, nos termos do termos do art 168, da Lei 9.279/96 | Não aplicável |
| PICPLAST Plano de Incentivo à Cadeia do Plástico (nominativa) - Concedido na classe 35 - Brasil | 30/05/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada administrativamente, nos termos do termos do art 168, da Lei 9.279/96 | Não aplicável |
| BRASKEM PLURIS (mista) - na classe 01 - Argentina | 17/02/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | |
| NEO PVC – Concedido na classe 42 - Colômbia | 30/04/2018 REQUERIDA A PRORROGAÇÃO DO REGISTRO em 26/03/2018 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem Maxio (mista) – Concedido na classe 01 - Brasil | 01/09/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Não aplicável |
| Braskem Maxio (nominativa) – Concedido na classe 01 - Brasil | 04/08/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Não aplicável |
| Braskem Maxio (mista) – Concedido na classe 01 - Argentina | 20/12/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Não aplicável |
| Braskem Maxio (nominativa) – Concedido na classe 01 – Argentina | 28/11/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Não aplicável |
| Braskem Maxio (mista) – Concedido na classe 01 – União Europeia | 25/09/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Não aplicável |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---|-------------------------|---|---|
| Braskem Maxio (nominativa) – Concedido na classe | 30/08/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade | Não aplicável |
| OPP (nominativa) - Concedido na classe 17 - Argentina | 21/12/2019 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| VISIO Braskem (nominativa e mista) - Concedido na classe 35 | 12/08/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 21/10/2024 | | |
| Braskem – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Canadá | 23/11/2019 e 10/08/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – Chile | 22/02/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| CQR (nominativa) - Concedido na classe 01 - Guatemala | 05/08/2019 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (nominativa e mista) Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil | 14/05/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (figurativa) Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil | 14/05/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--|-------------|--|---|
| COPEL (nominativa) concedida na classe 01 - Brasil | 25/09/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN PLÁSTICO (nominativa/mista) – concedido nas classes 01 e 17 - Brasil | 19//05/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| ISOPARAFINA – mista – concedido na classe 03.10.20 ** Transferência para Braskem em 06/01/2012 - Brasil | 07/11/2019 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes.. |
| Logo “+” – figurativa – concedida nas classes 35 e 42 - Brasil | 25/11/2028 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| NORVIC – nominativa – concedida na classe 01.10 - Brasil | 25/11/2019 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| PAULINIA PETROQUIMICA - nominativa – concedida na classe 01 - Brasil | 23/10/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|--|--------------------------|---|--|
| PLASTILON - mista - concedido nas classes 1, 19 e 35 - Brasil | 05/03/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/9. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| POLIOLEFINAS - nominativa – concedida na classe 01.10.90 - Brasil | 10/02/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| TRIKEM - mista e nominativa – concedido nas classes 01.10/90, 01 e 17 - Brasil | 10/04/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UNILENE - nominativa/mista - Concedidos nas classes 01.10 1, 4, 17 - Brasil | 27/10/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade declarada administrativamente, nos termos do art 168, da Lei 9.279/96. | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 09/11/2023 | | |
| | 20/11/2021 | | |
| | 10/03/2025 | | |
| | 16/11/2026 | | |
| I'M GREEN PLASTIC RENEWABLE SOURCE CARBON REDUCTION BRASKEM (mista) - Concedido nas classes 1,16,17,18,19,42 - Argentina | 09/03/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 13/04/2026 | | |
| | 17/06/2021 | | |
| BRASKEM FLEXUS - Concedido na classe 1 - Argentina | 12/11/2018 18/05/2028 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (mista) - Concedido na classe 01 - Argentina | 19/12/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|--|---|---|---|
| | | | marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (mista) – Concedido na classe 1 - Benelux | 09/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS – Concedido na classe 1 - Benelux | 09/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem (mista) – Concedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Bolívia | 18 e 21/05/2024 e | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 13/12/2024 | | |
| BRASKEM (mista) – Pedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 Logo novo | Pedido 21/08/2017 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas | Não aplicável |
| Braskem (nominativa) – Concedido nas classes 1, 17, 37, 40 e 42 e Pedido na Classe 35 - Bolívia | 18/05/2024 13 /12/2024 15/12/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| “B” (mista) – Concedido nas classes 17, 35, 37, 40 e 42 e Pedido na classe 1 - Bolívia | 25/05/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 11/11/2020 | | |
| | 08/07/2021 | | |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|----------------------|--|---|
| Braskem Flexus (mista) – Concedido na classe 1 - Bolívia | 10/11/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem Symbios (mista) – Pedido na classe 1 – Bolívia Logo novo | Pedido 01/02/2018 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas. | Não aplicável. |
| Braskem Symbios (mista) – Concedido na classe 1 - Bolívia | 09/11/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem (nominativa e mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Brasil | 25/07/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 05 e 19/02/2029 | | |
| Braskem (mista e nominativa) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – Angola Logo antigo | 07/01/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | | Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| "B" (mista) Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Angola | 07/01/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|--|--------------------------|--|--|
| | | | impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista e nominativa) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Argentina | 12/02/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN logo isolado (mista) - Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Argentina | 3/06/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN logo balão (mista)- Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Argentina | 03/06/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (nominativa) - Concedidos nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Argentina | 03/06/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 10/06/2021 | | |
| I'M GREEN (figurativa) - Concedidos nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Argentina (Duplicado) | 03/06/2021 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem + (mista) – Concedido nas classes 42 e 35 - Brasil | 25/07/2027 05/02/2029 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|--|------------|--|---|
| Braskem Flexus (mista) – Concedido na classe 1 - Brasil | 11/09/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem Idealis (mista) – Concedido na classe 1 - Brasil | 11/05/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 1 - Brasil | 02/02/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Evateno (mista) – Concedido na classe 01.10/90 - Brasil | 15/01/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Ecovela Braskem (mista) – Concedido na classe 41 - Brasil | 20/11/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN PLASTIC RENEWABLE SOURCE CARBON REDUCTION BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil | 11/06/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN PLASTIC RENEWABLE SOURCE CARBON REDUCTION BRASKEM (mista) – pedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Brasil | 24/10/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|------------|---|--|
| PIB – Programa Inovação Braskem – Pedido na classe 42 - Brasil | Pedido | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas | Poderá haver impacto médio, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 26/06/2028 | | |
| UTEC (mista) – Concedido na 01 - Brasil | 24/03/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (nominativa) – Concedido na 01.75.85.90 - Brasil | 18/05/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (nominativa) – Concedido na 01 – África do Sul | 12/12/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (nominativa) – Concedido na classe 01 - Canadá | 18/05/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (mista) – Concedido na classe 01 - Canadá | 06/05/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem (nominativa e mista) – Concedido na classe 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Chile | 26/06/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para |
| | 30/08/2022 | | |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|---|--|---|
| | | | impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) – Colômbia | 12/02/2028 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC - Concedido nas classes 1 - Chile | 11/03/2028 REQUERIDA A PRORROGAÇÃO DO REGISTRO em 01/03/2018 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - China | 27/04/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 13/05/2023 | | |
| | 20/05/2023 | | |
| | 06/04/2023 | | |
| | 27/04/2023 | | |
| | 13/09/2023 | | |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) - China | 20/04/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem idealis (mista) - Registro na classe 1 - China | 01/06/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|--|--|---|---|
| UTEC (nominativa) – Concedido na classe 01 - China | 13/05/2026 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas | Não aplicável |
| Braskem – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – Colômbia | 04/09/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 09/10/2022 30/10/2022 | | |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo) – Coreia do Sul | 10/12/2028 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (mista) – Concedido na classe 1 - Colômbia | 29/03/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 1 - Colômbia | 29/03/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Pedido na classe 1 - Colômbia (novo logo) | 06/12/2017 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – Coreia do Sul | 14/07/2023 09/03/2024 11/07/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|------------|---|---|
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Equador | 29/07/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (mista) – Concedido na classe 1 - Espanha | 10/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 1 – Espanha | 10/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN PLASTIC RENEWABLE SOURCE CARBON REDUCTION BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 01,16,17,18,19,42 – Estados Unidos | 18/02/2024 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (mista) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 – Estados Unidos | 26/11/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green – logo balão (mista) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18,19 e 42 – Estados Unidos | 25/02/2024 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas | Não aplicável |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|------------|---|---|
| I'M GREEN (nominativa) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Estados Unidos | 25/02/2024 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não- cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN PLASTIC RENEWABLE SOURCE CARBON REDUCTION BRASKEM (mista) - Concedido nas classes 01, 16, 17, 18, 19 e 42 – Estados Unidos | 04/07/2027 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmentecomprovação do uso. | Não aplicável |
| I'M GREEN (figurativa) - Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Estados Unidos | 25/02/2024 | Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| UTEC (nominativa) – Concedido na classe 01 – Estados Unidos | 07/04/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (nominativa) – Concedido na classe 01 – Índia | 20/05/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (mista) – Concedido na classe 01 – Tailândia | 31/05/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| UTEC (nominativa) – Concedido na classe 01 – União Europeia | 18/12/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|------------|---|---|
| Braskem (nominativa) – Concedida nas classes 01,16,17,18 e 49 – Estados Unidos | 07/09/2020 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| Braskem Maxio (mista) – Concedida na classe 01 – Estados Unidos | 17/03/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem Prisma (mista) – Concedido na classe 01 – União Europeia | 24/07/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| Braskem Prisma (nominativa) – Concedida na classe 01 – União Europeia | 24/07/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| Braskem Prisma (nominativa) –Concedida na classe 01 – Canadá | 04/11/2031 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| Braskem Prisma (nominativa) – Concedida na classe 01 – México | 05/08/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| Braskem Prisma (mista) – Concedido na classe 01 – México | 05/08/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| Braskem Maxio (nominativa) – Concedida na classe 01 – Estados Unidos | 17/03/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (Nominativa) – Concedido nas classes 01, 17, 35, 37, 40 e 42 - Índia | 13/01/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|---------------------------|---|---|
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Índia | 13/01/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 30/10/2025 (classe 01) | | |
| | 02/02/2026 (classe 35) | | |
| | 18/01/2026 (classe 37) | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| Braskem Flexus (mista) – Concedido na classe 1 - Indonésia | 06/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 1 – Indonésia | 06/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (mista) – Concedido na classe 1 - Itália | 17/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM SYMBIOS (mista) – Concedido na classe 1 - Itália | 17/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|--|------------|---|---|
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – Japão Logo antigo | 12/12/2023 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (nominativa) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão | 03/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (mista) – Concedido nas classe 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Japão | 02/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green – logo balão (mista) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Japão | 03/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'M GREEN (figurativa) nas classes 1, 16, 17, 18, 19 e 42 - Japão | 03/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green Plastic Renewable source Carbon reduction Braskem (mista) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão | 09/03/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| I'm Green Plastic Renewable source Carbon reduction Braskem (mista) – Concedido nas classes 1, 16, 17, 18, 19, 42 - Japão | 08/01/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|------------|---|---|
| Braskem – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 – México | 11/02/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM FLEXUS (nominativa) – Concedido na classe 1 - México | 8/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Não aplicável |
| BRASKEM SYMBIOS (nominativa) – Concedido na classe 1 - México | 18/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Paraguai | 06/12/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (novo logo logo antigo) – Índia | 05/03/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente, (v) falta de uso. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 - Peru | 15/05/2022 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| | 16/05/2022 | | |
| | 11/06/2022 | | |
| BRASKEM (mista) – Pedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) - Indonésia | Pedido | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas. | Não aplicável |
| | 26/05/2015 | | |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| | | | |
|---|----------------------------------|--|---|
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) – União Europeia | 06/03/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) – Japão | 31/07/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) – Paraguai | 07/03/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios, bem como dificuldade para impedir que terceiros registrem ou utilizem marcas iguais ou semelhantes. |
| BRASKEM (mista) – Concedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) – Peru | 10/09/2025 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios. |
| BRASKEM (mista) – Pedido nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) – Tailândia BRASKEM (mista) – Concedido na classe 35 (logo antigo) – Tailândia | Pedido: 06/03/2015 06/03/2025 | Pedido é expectativa de direito e pode não se concretizar em direito nas hipóteses de falta de pagamento das taxas, indeferimento pelo escritório de marcas, não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo escritório de marcas.. | Não aplicável |
| BRASKEM (mista) – Concedida nas classes 1, 17, 35, 37, 40 e 42 (logo antigo) – Uruguai | 12/10/2026 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Não aplicável |
| Braskem Flexus (mista) - Concedido na classe 1 – Reino Unido | 13/09/2024 | (i) Expiração do prazo de vigência, (ii) Renúncia, (iii) Caducidade, (iv) Nulidade decretada judicialmente. | Poderá haver alto impacto institucional no caso de perda da marca em determinados territórios. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Domínios de Internet

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|----------------------|------------|---|--|
| Brasil | JOVENSBRASKEM.COM.BR | 13/06/2019 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PICPLAST.COM.BR | 14/08/2019 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|----------|--------------------|------------|---|--|
| | | | diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Alemanha | BRASKEM.DE | 15/10/2019 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Alemanha | BRASKEM.COM.DE | 15/10/2019 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|-----------|--------------------|------------|---|--|
| | | | domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Argentina | BRASKEM.COM.AR | 24/10/2019 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | QUATTOR.COM.BR | 20/03/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|----------------|--------------------|------------|---|--|
| | | | marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Estados Unidos | BRASKEMLABS.COM | 31/03/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | BRASKEMLABS.COM.BR | 01/04/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|-----------------------------|------------|---|--|
| | | | hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | quattorparticipacoes.com.br | 04/11/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | quattorparticipacoes.ind.br | 04/11/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|----------------------------|------------|---|--|
| | | | CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | quattorpetroquimica.com.br | 04/11/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | quattorpetroquimica.ind.br | 04/11/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | riopol.com.br | 12/11/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| Brasil | riopol.ind.br | 12/11/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PTRIUNFO.COM.BR | 28/12/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|-----------------------------|------------|---|--|
| | | | solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | BLUEVISIONBRASKEM.COM.BR | 12/03/2023 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | COMUNIDADEECOFASHION.COM.BR | 19/05/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | CCCPAULINIA.COM.BR | 26/05/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PLASTICOTRANSFORMA | 17/06/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|----------------------------|------------|---|--|
| | | | com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | OPLASTICOTRANSFORMA.COM.BR | 17/06/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | BRASKEN.COM.BR | 18/06/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | OPP.COM.BR | 19/06/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | TRIKEM.COM.BR | 25/06/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|----------------------|------------|---|--|
| | | | ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | UTEC.COM.BR | 28/06/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | SERESTAGIARIO.COM.BR | 06/07/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio | utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | SERTRAINEE.COM.BR | 06/07/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | BRASKEM.NET.BR | 08/07/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está | Não há como quantificar o impacto. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | IDEOM.COM.BR | 08/07/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|----------------------------|------------|---|--|
| Brasil | BRASKEM.COM.BR | 31/08/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | TUDOSOBRESACOLINHAS.COM.BR | 08/09/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|---------------------|------------|---|--|
| | | | solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | BRASKEM-RI.COM.BR | 30/09/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | POMARBRASKEM.COM.BR | 05/10/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | BRASKEM-IR.COM.BR | 17/10/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | CONCRETOPVC.COM.BR | 18/12/2025 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | COPENE.COM.BR | 01/01/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | EVAVERDE.COM.BR | 05/02/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------|------------|---|--|
| | | | de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | PEVERDE.COM.BR | 05/02/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PPVERDE.COM.BR | 05/02/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|--------------------------|------------|---|--|
| | | | ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | UTECVERDE.COM.BR | 05/02/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | FRONTEIRASBRASKEM.COM.BR | 05/03/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|-------------------------|------------|---|--|
| | | | registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio | utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PLASTICOPREMIADO.COM.BR | 21/03/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PROJETANDOCOMPVC.COM.BR | 26/03/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está | Não há como quantificar o impacto. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|------------------------|------------|---|--|
| | | | relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | PROGRAMAMAREBOA.COM.BR | 14/04/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|--------|------------------------|------------|---|--|
| Brasil | CORROPELOBRASIL.COM.BR | 13/05/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Brasil | DESAFIODESIGN.COM.BR | 13/05/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|----------------|----------------------------|------------|---|--|
| | | | solicitação do requerente do registro do domínio. | |
| Brasil | OPLASTICOTRANSFORMA.COM.BR | 13/05/2026 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |
| Estados Unidos | BLUEVISIONBRASKEM.COM | 31/03/2020 | A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de | Não há como quantificar o impacto. No caso de perda do nome de domínio, deveremos cessar a utilização do nome de domínio, o que possibilitará que terceiros adquiram esse nome de domínio. |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

| País | Descrição do Ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|------|--------------------|---------|--|------------------------------------|
| | | | pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio. | |

Licenças

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|------------------------------|------------|--|--|
| Ronda | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| Qualitor | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| Meridium | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| Smart Plant Fundation | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

| Descrição do ativo | Duração | Eventos que podem causar a perda dos direitos | Consequência da perda dos direitos |
|---------------------|------------|---|--|
| Primavera | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| Sistema Easy | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| SAP | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| Maximo | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| IDM / NET IQ | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| Clarity | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |
| IHS Stature | Permanente | Não é possível perdermos o direito de uso das licenças do tipo “Perpetua”. Já nos demais, casos a perda poderá ocorrer caso a Companhia deixe de pagar a manutenção anual do software. | Poderá ocorrer a perda das atualizações legais e do suporte |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

| Descrição do bem do ativo imobilizado | País de localização | UF de localização | Município de localização | Tipo de propriedade |
|--|----------------------------|--------------------------|---------------------------------|----------------------------|
| Braskem America Finance Company | Estados Unidos | | | Própria |
| Braskem America, Inc. | Estados Unidos | | | Própria |
| Braskem Argentina S.A. | Argentina | | | Própria |
| BM Insurance | Bermudas | | | Própria |
| Braskem Europe GmbH | Alemanha | | Frankfurt | Própria |
| Braskem Finance Limited | Ilhas Cayman | | Grand Cayman | Própria |
| Braskem Idesa S.A.P.I | México | | Cidade do México | Própria |
| Braskem Idesa Servicios S.A. de CV | México | | Cidade do México | Própria |
| Braskem Incorporated Limited | Ilhas Cayman | | Grand Cayman | Própria |
| Braskem International GmbH | Áustria | | | Própria |
| Braskem Mexico Proyectos S.A. de C.V. SOFOM | México | | Cidade do México | Própria |
| Braskem Mexico Servicios S. de R. L. de C.V. | México | | Cidade do México | Própria |
| Braskem México, S de RL de CV | México | | Cidade do México | Própria |
| Braskem Netherlands B.V | Holanda | | Roterdã | Própria |
| Braskem Netherlands Finance B.V. | Holanda | | Roterdã | Própria |
| Braskem Netherlands Inc. B.V. | Holanda | | Roterdã | Própria |
| Braskem Petroquímica Chile Ltda. | Chile | | Santiago | Própria |
| Cetrel S.A. | Brasil | SP | São Paulo | Própria |
| Distribuidora de Água de Camaçari | Brasil | SP | São Paulo | Própria |
| Lantana Trading Co. Inc. | Bahamas | | Nassau | Própria |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Todas as marcas, patentes, domínios de internet e licenças registradas ou em processo de registro pela Companhia foram informados no item 9.1 acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|------------------|---|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| BRASKEM AMERICA FINANCE COMPANY | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Estados Unidos | | | Captações de recursos no exterior. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | -17,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | -4.707.000,00 | | |
| 31/12/2017 | -14,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | -314,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem America Inc. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Estados Unidos | | | Produção e comercialização de PP. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 53,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 5.626.416.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 42,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 38,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Argentina S.A. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Argentina | | | Comercialização de produtos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | -32,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 23.713.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 45,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 49,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Austria Finance GmbH | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Áustria | | | Comercialização de nafta e outros produtos, além de realizar operações financeiras e captações usuais da Braskem. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2017 | 0,00 | | |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|-------------------|---|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Europe GmbH | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Alemanha | | | Comercialização de produtos no mercado internacional. | 100,000000 |
| Valor mercado | | | | | | | | |
| 31/12/2018 | 51,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 6.165.186.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 41,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 46,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Finance Limited | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Ilhas Cayman | | | Captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| Valor mercado | | | | | | | | |
| 31/12/2018 | -3,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | -98.916.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 10,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | -33,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Idesa | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | México | | | Construção de um complexo industrial para produção de PE. | 75,000000 |
| Valor mercado | | | | | | | | |
| 31/12/2018 | 7,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | -3.829.092.000,00 | | |
| 31/12/2017 | -12,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 104,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|---------------------------|---------|----------------|---|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | Data | | Valor (Reais) | | |
| Braskem Idesa Servicios S.A. de CV | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | México | | | Prestação de serviços para a Braskem Idesa. | 75,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 60,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil 31/12/2018 | | 24.793.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 67,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 4,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Incorporated Ltd | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Ilhas Cayman | | | Comercialização de nafta e outros produtos, além de realizar operações financeiras de captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | -19,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil 31/12/2018 | | 197.139.000,00 | | |
| 31/12/2017 | -14,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | -66,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| BRASKEM INTERNATIONAL GMBH | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Áustria | | | Comercialização de derivados do petróleo e produtos petroquímicos no mercado externo. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil 31/12/2018 | | 0,00 | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Mexico Projectos S.A. de C.V. SOFOM | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | México | | | Captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|----------------|--|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| 31/12/2018 | 235,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 51.590.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 78,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 453,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Mexico Servicios S de RL de CV | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | México | | | Captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | -96,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 105.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem México, S de RL de CV | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | México | | | Prestação de serviços para a Braskem Idesa. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 21,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 222.265.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 6,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | -16,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Netherlands B.V | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Holanda | | | Comercialização de produtos e financeiras de captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 96,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 7.853.313,00 | | |
| 31/12/2017 | 203,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 48,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|----------------|---|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Netherlands Finance B.V. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Holanda | | | Captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 18,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | -10.232.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 34532,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 108,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Netherlands Inc. B.V. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Holanda | | | Captações de recursos no mercado internacional. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 110,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 8.210.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 82,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | -1461,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Braskem Petroquímica Chile Ltda. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Chile | | | Comercialização de PP. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 9,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 20.764.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 30,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 91,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Cetrel S.A. | 14.414.973/0001-81 | - | Controlada | Brasil | SP | São Paulo | Prestação de serviços de proteção ambiental. | 63,660000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | -62,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 190.118.000,00 | | |

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

| Denominação Social | CNPJ | Código CVM | Tipo sociedade | País sede | UF sede | Município sede | Descrição das atividades desenvolvidas | Participação do emisor (%) |
|---|-----------------------------|----------------------------|--|----------------|------------|----------------|--|----------------------------|
| Exercício social | Valor contábil - variação % | Valor mercado - variação % | Montante de dividendos recebidos (Reais) | | Data | Valor (Reais) | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Distribuidora de Água de Camaçari | 01.944.031/0001-63 | - | Controlada | Brasil | SP | São Paulo | Captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada para atender às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia. | 63,660000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | 76.971.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |
| Lantana Trading Co. INC. | 00.000.000/0000-00 | - | Controlada | Bahamas | | | Comercialização de nafta e outros produtos, além de realizar operações financeiras e captações usuais da Braskem. | 100,000000 |
| | | | | Valor mercado | | | | |
| 31/12/2018 | 0,000000 | 0,000000 | 0,00 | Valor contábil | 31/12/2018 | -888.000,00 | | |
| 31/12/2017 | 2,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| 31/12/2016 | -17,000000 | 0,000000 | 0,00 | | | | | |
| Razões para aquisição e manutenção de tal participação | | | | | | | | |
| A participação detida nesta sociedade fornece sinergias à Companhia e suas operações. | | | | | | | | |

9.2 - Outras Informações Relevantes

O valor contábil das participações societárias detidas pela Companhia em suas subsidiárias informado no item 9.1(c) é em R\$16.518 milhões. Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu objetivo estratégico de atender as necessidades de seus Clientes na cadeia de valor da indústria química e petroquímica e de plástico no Brasil e no mundo, maximizando o valor para seus acionistas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou EBITDA de US\$ 3.105 milhões (R\$ 11.315 milhões), em comparação a US\$ 3.872 milhões (R\$12.334 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e US\$ 3.304 milhões (R\$11.507 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Para mais informações, vide item 10.2 (b) deste Formulário de Referência.

A geração livre de caixa da Companhia¹ no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 7.068 milhões ante R\$ 2.460 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 187%, o qual apresentou um crescimento de 9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.247 milhões). Para mais informações, vide item 10.2 (b) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento líquido (US\$ 5.129 milhões/R\$ 18.873 milhões) da Companhia em dólares apresentou uma redução de 15% em relação ao endividamento de 31 de dezembro de 2017 (US\$ 6.031 milhões/R\$19.951 milhões), o qual, por sua vez, foi 2% inferior ao endividamento líquido em dólares apresentado em 31 de dezembro de 2016 (US\$ 6.139 milhões/R\$20.007 milhões).

A alavancagem financeira da Companhia medida pela relação dívida líquida/EBITDA, nos últimos três exercícios sociais, quando mensurada em dólar, foi de, respectivamente, 2,06x, 1,91x e 1,95x, um aumento de 8% em relação a 31 de dezembro de 2017, que apresentou uma diminuição de 2% em relação a 31 de dezembro de 2016. Para mais informações, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

Com relação às condições patrimoniais da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido consolidado atribuível aos acionistas² da Companhia era de R\$ 6.788 milhões, comparado a R\$ 6.518 milhões em 31 de dezembro de 2017 e, R\$ 2.739 milhões em 31 de dezembro de 2016. Para mais informações, vide item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

O retorno sobre o patrimônio, expresso pelo lucro líquido sobre o patrimônio líquido, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram, respectivamente, 42%, 63% e -15%.

Os indicadores de liquidez da Companhia dos últimos três exercícios sociais são apresentados na tabela abaixo:

¹ Geração Livre de Caixa refere-se ao Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais deduzido (i) do pagamento do Acordo de Leniência; (ii) do regaste de aplicações financeiras em time deposit; e (iii) dos efeitos das reclassificações entre as linhas de Aplicações Financeiras e Caixa e Equivalente de Caixa; subtraído pela linha de Aplicação de Caixa em Atividades de Investimentos.

² Desconsidera a participação do acionista não controlador Idesa S.A.P.I na controlada Braskem Idesa S.A.P.I.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | |
|---|------|------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2016 |
| Liquidez Corrente (x) ⁽¹⁾ | 1,54 | 1,79 | 1,25 |
| Liquidez Geral (x) ⁽²⁾ | 1,16 | 1,17 | 1,07 |
| Alavancagem (x) ⁽³⁾ | 2,06 | 1,91 | 1,95 |

⁽¹⁾ Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante

⁽²⁾ Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Ativo não Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

⁽³⁾ Alavancagem = [(Dívida Bruta + Derivativos + Acordo de Leniência) – Caixa] / EBITDA – Não considera dívida bruta e EBITDA da controlada Braskem Idesa. Valores em USD – Não considera dívida bruta, caixa e EBITDA da controlada Braskem Idesa. O saldo de caixa e aplicações exclui US\$ 133 milhões de aplicação financeira dado como garantia para cobrir obrigação da Companhia ligada à constituição de conta reserva para o project finance da controlada Braskem Idesa e considera as aplicações financeiras em títulos públicos mantidos para negociação referem-se a Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") emitidas pelo governo federal brasileiro. Esses títulos possuem vencimento superior a três meses, apresentam liquidez imediata e tem expectativa de realização no curto prazo.

(b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os diretores indicam, no quadro abaixo, a evolução da estrutura de capital da Companhia com relação aos três últimos exercícios sociais:

| Estrutura de Capital | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | | | | | |
|--------------------------|---|-----|-------------|-----|-------------|-----|
| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
| | R\$ milhões | % | R\$ milhões | % | R\$ milhões | % |
| Capital Próprio | 5.911 | 10% | 5.690 | 11% | 1.721 | 3% |
| Capital Terceiros | 53.283 | 90% | 47.651 | 89% | 50.631 | 97% |

O capital de terceiros está composto primordialmente pela abertura a seguir:

| Capital de Terceiros | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
|--|-------------|----|-------------|----|-------------|----|
| | R\$ milhões | % | R\$ milhões | % | R\$ milhões | % |
| Financiamentos | 25.193 | | 26.675 | 50 | 23.331 | 46 |
| Mercado de Capitais | 21.999 | 41 | 20.150 | 42 | 14.029 | 28 |
| Agentes Governamentais Nacionais | 330 | 1 | 716 | 2 | 3.245 | 6 |
| Agentes Governamentais Estrangeiros | 1.957 | 4 | 742 | 2 | 380 | 1 |
| Operações Estruturadas | 499 | 1 | 735 | 2 | 2.389 | 5 |
| Capital de Giro | 407 | 1 | 1.332 | 3 | 3.288 | 6 |
| Operações com derivativos | 232 | 0 | 7 | 0 | 890 | 2 |
| Project Finance Braskem Idesa | 10.505 | 20 | 9.691 | 20 | 10.438 | 21 |
| Acordo de Leniência | 1.443 | 3 | 1.629 | 3 | 2.853 | 6 |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | | |
|---------------------|-------|----|-------|----|-------|----|
| Fornecedores | 8.615 | 16 | 5.525 | 12 | 6.747 | 13 |
|---------------------|-------|----|-------|----|-------|----|

| Capital de Terceiros | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
|--|---------------|------------|---------------|------------|---------------|------------|
| | R\$ milhões | % | R\$ milhões | % | R\$ milhões | % |
| Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa | 2.184 | 4 | 1.757 | 4 | 1.621 | 3 |
| Outros | 5.112 | 10 | 5.367 | 11 | 4.751 | 9 |
| Total | 53.283 | 100 | 47.651 | 100 | 50.631 | 100 |

A Companhia busca diversificar suas fontes de financiamento através da utilização de recursos provenientes do mercado de capitais, de agentes governamentais, por meio de capital de giro e de outras operações estruturadas. A estratégia financeira da Companhia segue focada na captação de recursos através do mercado de capitais, mantendo disponíveis linhas de crédito bancário para operações de capital de giro.

(c) Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de liquidez e de alavancagem financeira são adequados para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras e para aproveitar oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir, embora os diretores da Companhia não possam garantir que tal situação permanecerá igual.

A Companhia assumiu compromissos (captação de recursos de terceiros³) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante total de R\$ 4.302 milhões, ante R\$8.492 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$4.108 milhões captados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A estratégia de assunção de compromissos tem como objetivo o alongamento do perfil da dívida. Se consideradas as captações de recursos de terceiros efetuadas pela controlada Braskem Idesa, o montante total de compromissos captados é de R\$ 4.302 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, R\$8.680 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$4.612 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Em todos os três exercícios, a Companhia buscou manter seu nível de liquidez elevado, refletindo sua capacidade de pagamento via geração de caixa operacional e a manutenção da linha de stand-by, garantindo assim a cobertura de suas obrigações em 48 meses em 31 de dezembro de 2018.

A capacidade de pagamento da Companhia, porém, poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco.

De forma resumida, é possível dizer que as principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) necessidades de capital de giro; (ii) pagamento do serviço da dívida; (iii) investimentos de capital relacionados a investimentos em operações, modernização e investimentos estratégicos; e (iv) pagamento de dividendos referentes às ações. Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente

³ Este indicador não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no valor de US\$3,1 bilhões pelo fato de o mesmo ser na modalidade *project finance* e, portanto, deve ser pago exclusivamente com a geração de caixa do projeto.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

com o fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais, com empréstimos de curto e longo prazo e com a emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia permaneceu com grau de investimento pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings e apresentou risco de crédito acima do risco soberano pelas três maiores agências de classificação de risco (S&P, Fitch e Moody's).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Moodys e a S&P alteraram a perspectiva de risco da Companhia de negativa para estável. Além disso, o risco de crédito da Companhia pela S&P está 3 notches acima do risco soberano do Brasil pela primeira vez.

| Agência/Ano | 2018 | 2017 | 2016 |
|------------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Fitch Ratings | BBB- Estável | BBB- Estável | BBB- Estável |
| Standard & Poor's | BBB- Estável | BBB- Negativa | BBB- Negativa |
| Moody's | Ba1 Estável | Ba1 Negativa | Ba1 Negativa |

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou como fontes de recursos para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, além dos compromissos (captação de recursos de terceiros⁴) mencionados no item anterior, a própria geração de caixa operacional, que foi de R\$ 9.250 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, em comparação a R\$ 2.462 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 4.458 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

- Empréstimos e financiamentos para o capital de giro: nos três últimos exercícios sociais, a Companhia captou recursos através de operações de crédito à exportação nas modalidades de ACCs (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio) e PPEs (Pré-Pagamento de Exportação), e por meio de operações de true sale/cessão de recebíveis.
- Financiamentos de investimentos correntes e demais projetos estratégicos: nos três últimos exercícios sociais foram utilizados recursos diretos e indiretos, assim como seguros de créditos, de órgãos governamentais brasileiros e estrangeiros, tais como: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste do Brasil, FINEP, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, NEXI (agência de crédito japonesa), SACE (agência de crédito italiana) e a Euler-Hermes (agência de crédito alemã).

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia, por meio da combinação de: (i) recursos originados das operações em geral da Companhia; (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida já existente; e (iii) recursos originados devido à redução do ciclo operacional e consequente redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

⁴ Este indicador não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no valor de US\$ 2,7 bilhões pelo fato de o mesmo ser na modalidade project finance, portanto, deve ser pago exclusivamente com a geração de caixa do projeto.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a evolução da alavancagem financeira da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais, medida pelo indicador “Dívida Líquida/EBITDA”:

| (Milhões) | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 | | 31/12/2016 | |
|-------------------------------------|------------|-------|--|------------|-------|------------|-------|
| | Reais | Dólar | | Reais | Dólar | Reais | Dólar |
| Dívida Líquida⁽¹⁾ | 19.873 | 5.129 | | 19.951 | 6.031 | 20.007 | 6.139 |
| EBITDA LTM | 9.052 | 2.486 | | 10.045 | 3.153 | 11.022 | 3.155 |
| Alavancagem (x) | 2,20 | 2,06 | | 1,99 | 1,91 | 1,82 | 1,95 |

⁽¹⁾ Endividamento Líquido = Financiamentos CP + Financiamento LP+ Derivativos + Acordo de Leniência – Caixa e Equivalentes de Caixa. Este indicador não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no valor de US\$3,1 bilhões pelo fato de o mesmo ser na modalidade *project finance* e, portanto, deve ser pago exclusivamente com a geração de caixa do projeto. Da mesma maneira, o caixa do México assim como o EBITDA do México não são considerados. O saldo de caixa e aplicações exclui US\$ 133 milhões de aplicação financeira dado como garantia para cobrir obrigação da Braskem ligada à constituição de conta reserva para o *project finance* da controlada Braskem Idesa e considera as aplicações financeiras em títulos públicos mantidos para negociação referem-se a Letras Financeiras do Tesouro (“LFT’s”) emitidas pelo governo federal brasileiro. Esses títulos possuem vencimento superior a três meses, apresentam liquidez imediata e tem expectativa de realização no curto prazo.

O perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pela tabela abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa no montante de US\$ 2,7 bilhões pelo fato de a mesma ser na modalidade *project finance* e, portanto, deve ser paga exclusivamente com a geração de caixa do projeto:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|---------------|------------|------------|
| | (R\$ Milhões) | | |
| Dívidas de Curto Prazo | 765 | 1.212 | 2.594 |
| Dívidas de Longo Prazo | 27.427 | 22.463 | 20.737 |
| Dívidas em reais | 5% | 6% | 21% |
| Dívidas sujeitas à variação cambial do dólar | 95% | 94% | 79% |
| Dívidas sujeitas à variação cambial de outras moedas | 0% | 0% | 0% |
| Dívidas Quirografárias | 98% | 96% | 86% |
| Dívidas cobertas por garantias reais | 2% | 3% | 12% |
| Dívidas cobertas por outros tipos de garantias | 0% | 1% | 1% |

A agenda de amortização das dívidas da Braskem pode ser resumida pelo quadro abaixo, o qual não considera a dívida da controlada Braskem Idesa conforme explicado acima:

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 em diante | TOTAL |
|-------------------------------------|---------------|------|------|------|------|------|----------------|--------------|
| | (R\$ Milhões) | | | | | | | |
| Moeda Nacional⁽¹⁾ | 155 | 131 | 102 | 97 | 265 | 256 | 26 | 1.032 |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | | | | |
|--|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Moeda Estrangeira⁽¹⁾ | 673 | 1.723 | 3.941 | 2.260 | 2.183 | 3.152 | 10.365 | 24.298 |
| Total | 828 | 1.854 | 4.044 | 2.357 | 2.448 | 3.407 | 10.391 | 25.330 |

⁽¹⁾ Não considera custos de transação

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores da Companhia passam a descrever, abaixo: (i) as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimo e financiamento que classificam como relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

BRASKEM

Fixed-rate Notes

| Data de emissão/ contratação | Moeda Operação | Valor Emitido (Moeda da Operação em MM) | Vencimento | Juros | | | Amortização Principal | Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2018 | |
|---------------------------------|----------------|--|------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------------|---|-------------------|
| | | | | Indexador | Spread (% a.a.) | Pagamento | | Valor US\$ milhões | Valor R\$ milhões |
| mai-10 | US\$ | 750 | mai-20 | PRÉ | 7,000% | Semestral | Final | 375 | 1.451 |
| abr-11 | US\$ | 1.000 | abr-21 | PRÉ | 5,750% | Semestral | Final | 944 | 3.656 |
| jul-11 | US\$ | 750 | jul-41 | PRÉ | 7,125% | Semestral | Final | 773 | 2.997 |
| mai-12 | US\$ | 500 | mai-22 | PRÉ | 5,375% | Semestral | Final | 504 | 1.954 |
| fev-14 | US\$ | 750 | fev-24 | PRÉ | 6,450% | Semestral | Final | 770 | 2.983 |
| out-17 | US\$ | 500 | jan-23 | PRÉ | 3,500% | Semestral | Final | 508 | 1.970 |
| out-17 | US\$ | 1,250 | jan-28 | PRÉ | 4,500% | Semestral | Final | 1.277 | 4.947 |

Perpetual Bonds

| Data de emissão | Valor (US\$ milhões) | Vencimento | Juros | | | Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2018 | |
|-----------------|----------------------|------------|-----------|-----------------|---------------------------|---|-------------------|
| | | | Indexador | Spread (% a.a.) | Pagamento | Valor US\$ milhões | Valor R\$ milhões |
| out-10 | 700 | out-15 | PRÉ | 7,375% | Trimestral ⁽¹⁾ | 509 | 1.972 |

¹ Em 26 de setembro de 2018 a Companhia realizou o regaste parcial de US\$ 200 milhões, como parte de sua estratégia de redução do custo do endividamento.

Linhas de Crédito para Pré-pagamento de Exportação

| Data de contratação | Moeda Operação | Valor Emitido (Moeda da Operação em MM) | Vencimento | Juros | | | Amortização Principal | Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2018 | |
|---------------------|----------------|---|------------|-----------|-------------------|-----------|-----------------------|---|-------------------|
| | | | | Indexador | Spread (% a.a.) | Pagamento | | Valor US\$ milhões | Valor R\$ milhões |
| abr/18 | R\$ | 400 | mar/24 | CDI | 100,0% CDI + 0,70 | Final | Final ⁽¹⁾ | 105 | 406 |

¹ A companhia possui operação de swap para compensar a flutuação do CDI.

Linhas de Financiamento com Agentes Governamentais Estrangeiros

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| Data de contratação | Moeda Operação | Valor Emitido (Moeda da Operação em MM) | Vencimento | Juros | | | Amortização Principal | Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2018 | |
|---------------------|----------------|---|------------|-----------|-----------------|-----------|--------------------------|---|-------------------|
| | | | | Indexador | Spread (% a.a.) | Pagamento | | Valor US\$ milhões | Valor R\$ milhões |
| jan/13 | US\$ | 200 | nov/22 | LIBOR | 1,10% | Semestral | Semestral ⁽¹⁾ | 80 | 311 |
| set/17 | US\$ | 135 | mar/27 | LIBOR | 1,61% | Semestral | Semestral ⁽²⁾ | 129 | 499 |
| Jul/18 | US\$ | 225 | dez/28 | LIBOR | 0,65% | Semestral | Semestral ⁽³⁾ | 160 | 620 |
| nov/18 | US\$ | 295 | nov/28 | LIBOR | 0,90% | Semestral | Semestral ⁽⁴⁾ | 296 | 1.147 |

1 Amortização iniciou em mai/13

2 Amortização de principal iniciará em set/18

3 Amortização de principal iniciará em nov/20

4 Amortização de principal iniciará em mai/19

Linhas de Financiamento com Agentes Governamentais Nacionais

| Data de contratação | Moeda Operação | Valor Emitido (Moeda da Operação em MM) | Vencimento | Juros | | | Amortização Principal | Saldo Devedor Principal e Juros em 31/12/2018 | |
|---------------------|----------------|---|------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------------|---|-------------------|
| | | | | Indexador | Spread (% a.a.) | Pagamento | | Valor US\$ milhões | Valor R\$ milhões |
| dez/10 | R\$ | 200 | dez/22 | PRÉ | 8,5% | Mensal | Mensal | 89 | 23 |

O contrato acima listado teve como finalidade financiar, principalmente, projetos de modernização das plantas industriais da Companhia no Brasil

BRASKEM IDESA - Project Finance

| Data de contratação | Moeda Operação | Valor Emitido (Moeda da Operação em MM) | Vencimento | Juros | | | Amortização Principal | Saldo Devedor Principal + Juros em 31/12/2018 | |
|---------------------|----------------|---|------------|-----------|-----------------|------------|-----------------------|---|-------------------|
| | | | | Indexador | Spread (% a.a.) | Pagamento | | Valor US\$ milhões | Valor R\$ milhões |
| jul/13 - set/15 | US\$ | 3.193,1 | fev-19 | PRE | 4,33% - 6,17% | Trimestral | Trimestral | 682 | 2.641 |
| | | | | Libor | 2,73% - 4,65% | Trimestral | Trimestral | 2.053 | 7.953 |

(ii) Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Além das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos no item 10.1.f.(i) acima, a Companhia mantém as seguintes relações de longo prazo com instituições financeiras decorrentes de operações com derivativos:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| Identificação | Tipo | Valor nominal | Proteção | Vencimento | Valor justo, líquido R\$ milhões |
|---|-------------------|---------------|----------------------|------------|----------------------------------|
| | | US\$ milhões | (taxa de juros a.a.) | | 2018 |
| Swap de taxa de juros ligados à libor (Braskem Idesa) | Swap Libor I a VI | 798 | 1,9825% | ago-2025 | (68) |

| Identificação | Tipo | Valor nominal | Strike médio | Vencimento | Valor justo, líquido R\$ milhões |
|----------------------------------|---------------------------------|---------------|------------------------------|---------------------|----------------------------------|
| | | R\$ milhões | (câmbio R\$ / US\$) | | 2018 |
| Opção de compra e venda de dólar | Compra de puts e venda de calls | 7.341 | 3,2983 (put) e 4,6068 (call) | jan-2019 a dez-2020 | 36 |

| Identificação | Tipo | Valor nominal | Vencimento | Valor justo, líquido R\$ milhões |
|-------------------|-------------------|---------------|---------------------|----------------------------------|
| | | R\$ milhões | | 2018 |
| Swap IPCA - Dólar | Swap IPCA - Dólar | 1.348 | jan-2019 a jan-2023 | 184 |

| Identificação | Tipo | Valor nominal | Vencimento | Valor justo, líquido R\$ milhões |
|---------------|----------|---------------|---------------------|----------------------------------|
| | | R\$ milhões | | 2018 |
| Swap NCE | Swap NCE | 400 | abr-2019 a mar-2021 | 5 |

| Identificação | Tipo | Valor nominal | Vencimento | Valor justo, líquido |
|-----------------------|----------------|---------------|------------|----------------------|
| | | US\$ milhões | | 2018 |
| NDF Braskem Argentina | Swap de câmbio | 3 | jan-2019 | 1 |

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

| Exercício Social (31/12/2018) | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-----------------------|------------|
| Tipo de Obrigação | Tipo de Garantia | Inferior a um ano | Um a três anos | Três a cinco anos | Superior a cinco anos | Total |
| Empréstimo | Garantia Real | 292 | 132 | | | 424 |
| Financiamento | Garantia Real | 90.436 | 80.629 | 22.222 | | 193.287 |
| Empréstimo | Quirografária | 69.803 | 116.244 | 316.244 | 403.427 | 905.718 |
| Financiamento | Quirografária | 202.472 | 502.901 | 461.660 | 948.706 | 2.115.738 |
| Títulos de dívida | Quirografária | 412.676 | 5.050.000 | 3.874.800 | 12.593.100 | 21.930.576 |
| Financiamento | Outro Tipo de Garantia ou Privilégio | 24.261 | 46.033 | 28.960 | 64 | 99.318 |
| Títulos de dívida | Outro Tipo de Garantia ou Privilégio | 27.994 | 97.024 | 101.257 | 69.524 | 295.799 |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| | | | | | |
|---|---------|-----------|-----------|------------|------------|
| Total | 827.934 | 5.892.963 | 4.805.143 | 14.014.820 | 25.540.860 |
| Descrição Outro Tipo de Garantia ou Privilégio | | | | | |
| Fiança bancária | | | | | |
| Observação | | | | | |
| As informações acima se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Não considera dívida de project finance da Braskem Idesa. Valores em R\$ mil. | | | | | |

Para fins de ordem de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia não são cobertas por garantias, à exceção das dívidas contratadas junto ao BNDES, BNB, FINEP e NEXI, que são cobertas por garantias reais e financeiras. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Destaca-se ainda que a Companhia pré-pagou cerca de R\$ 1,6 bilhões de sua exposição com BNDES em novembro de 2017. Isso significa que parte relevante do endividamento atrelado a garantias reais (hipotecas) foi liberado. Além disso, destaca-se que as novas contratações da Companhia em 2018 são livres de quaisquer garantias reais ou financeiras. Houve, portanto, melhoria na qualidade do crédito da Companhia por conta da redução do grau de subordinação entre as suas dívidas.

| <i>(R\$ Milhões)</i> | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| Passivo Circulante e Não Circulante | 53.283 | 47.651 | 50.631 |
| Patrimônio Líquido Atribuível aos Acionistas | 6.788 | 6.158 | 2.739 |
| Índice de Endividamento | 7,8 | 7,3 | 18,5 |

(iv) Restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia não possui em vigor restrições em relação a limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros. Entretanto, alguns dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia contêm outras obrigações que restringem, dentre outras coisas, a capacidade da Companhia e de suas subsidiárias de assumir garantias ou passar por processo de incorporação ou fusão com outras entidades, alterar seu controle acionário e alienar de outra forma seus ativos. As restrições pactuadas, quando não dispensadas formalmente pelos credores, não ensejaram a aceleração de nenhum dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2018, todos os limites de crédito já contratados pela Companhia haviam sido inteiramente utilizados, à exceção da linha de crédito rotativo (stand by) no valor de US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2023. A Companhia contratou em 2018 duas linhas de financiamento com agentes governamentais estrangeiros. A operação de SACE com montante de US\$ 295 milhões foi integralmente desembolsada em Nov/18. Já a operação de Euler Hermes com montante de US\$ 225 milhões sendo parcialmente desembolsada em US\$ 160 MM em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Vale ressaltar que para esta última, os desembolsos são atrelados aos gastos referentes a construção da nova planta de polipropileno nos Estados Unidos. O montante restante está previsto para ser desembolsado entre 2019 e 2020.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

| Demonstração de Resultado (R\$ milhões) | 2018 | AV% | 2017 | AV% | 2016 | AV% | 2018 x 2017 | 2017 x 2016 |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|----------------|-------------|-------------|--------------|
| CONSOLIDADO | (A) | | (B) | | (C) | | (A)/(B) | (B)/(C) |
| Receita Líquida de Vendas | 58.000 | 100% | 49.261 | 100% | 47.664 | 100% | 18% | 3% |
| Custo dos Produtos Vendidos | (46.407) | -80% | (36.401) | -74% | (34.986) | -73% | 27% | 4% |
| Lucro Bruto | 11.592 | 20% | 12.860 | 26% | 12.678 | 27% | -10% | 1% |
| Despesas com Vendas e Distribuição | (1.546) | -3% | (1.460) | -3% | (1.404) | -3% | 6% | 4% |
| Despesas Gerais e Administrativas | (1.633) | -3% | (1.434) | -3% | (1.286) | -3% | 14% | 12% |
| Despesas com pesquisa e desenvolvimento | (200) | 0% | (167) | 0% | (162) | 0% | 19% | 3% |
| Resultado de Participações Societárias | (1) | 0% | 40 | 0% | 30 | 0% | -102% | 33% |
| Outras Receitas (Despesas) Líquidas | 91 | 0% | (479) | -1% | (3.906) | -8% | n.a. | -88% |
| Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro | 8.304 | 14% | 9.359 | 19% | 5.951 | 12% | -11% | 57% |
| Resultado Financeiro Líquido | (4.651) | -8% | (3.942) | -8% | (6.091) | -13% | 18% | -35% |
| Despesas Financeiras | (2.984) | -5% | (3.747) | -8% | (3.571) | -7% | -20% | 5% |
| Receitas Financeiras | 589 | 1% | 604 | 1% | 690 | 1% | -2% | -13% |
| Variações cambiais, líquidas | (2.257) | -4% | (799) | -2% | (3.210) | -7% | 183% | -75% |
| Lucro Antes do IR e CS | 3.653 | 6% | 5.417 | 11% | (140) | 0% | -33% | n.a. |
| Imposto de Renda / Contribuição Social | (745) | -1% | (1.292) | -3% | (616) | -1% | -42% | 110% |
| Resultado de operações descontinuadas | - | 0% | 9 | 0% | 27 | 0% | n.a. | -67% |
| Lucro Líquido (Prejuízo) | 2.907 | 5% | 4.133 | 8% | (729) | -2% | -30% | -667% |
| Atribuível a | | | | | | | | |
| Acionistas da Companhia | 2.867 | 5% | 4.083 | 8% | (411) | -1% | -30% | n.a. |
| Participação de acionista não controlador na Braskem Idesa | 41 | 0% | 50 | 0% | (318) | -1% | -19% | n.a. |

As principais variações nos resultados operacionais dos três últimos exercícios sociais são explicadas no item 10.2 (b) abaixo.

CONTAS PATRIMONIAIS

| ATIVO (R\$ milhões) | dez/18 | AV% | dez/17 | AV% | dez-16 | AV% | 2018 x 2017 | 2017 x 2016 |
|---|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|-------------|--------------|
| | (A) | | (B) | | (B) | | (A)/(B) | (B)/(C) |
| Circulante | 21.384 | 36% | 17.992 | 34% | 16.426 | 31% | 19% | 10% |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 5.548 | 9% | 3.775 | 7% | 6.702 | 13% | 47% | -44% |
| Aplicações Financeiras | 2.358 | 4% | 2.303 | 4% | 1.190 | 2% | 2% | 93% |
| Contas a Receber de Clientes | 3.075 | 5% | 3.281 | 6% | 1.634 | 3% | -6% | 101% |
| Estoques | 8.487 | 14% | 6.847 | 13% | 5.238 | 10% | 24% | 31% |
| Tributos a Recuperar | 423 | 1% | 453 | 1% | 1.356 | 3% | -7% | -67% |
| Imposto de renda e contribuição social | 774 | 1% | 896 | 2% | 0 | 0% | -14% | 0% |
| Dividendos e Juros s/ Capital Próprio | 1 | 0% | 11 | 0% | 15 | 0% | -92% | -28% |
| Despesas Pagas Antecipadamente | 240 | 0% | 134 | 0% | 102 | 0% | 78% | 32% |
| Operações com derivativos | 28 | 0% | 4 | 0% | 8 | 0% | 631% | -55% |
| Outros Ativos | 452 | 1% | 288 | 1% | 181 | 0% | 57% | 59% |
| Ativos não circulantes mantidos para a venda | - | 0% | - | 0% | 360 | 1% | 0% | -100% |
| Não Circulante | 37.810 | 64% | 35.349 | 66% | 35.566 | 68% | 7% | -1% |
| Aplicações Financeiras | 10 | 0% | 10 | 0% | 0 | 0% | -3% | 0% |
| Contas a Receber de Clientes | 18 | 0% | 37 | 0% | 70 | 0% | -53% | -47% |
| Adiantamentos a fornecedores | 31 | 0% | 46 | 0% | 62 | 0% | -32% | -24% |
| Tributos a Recuperar | 1.369 | 2% | 813 | 2% | 1.088 | 2% | 68% | -25% |
| Imposto de renda e contribuição social | 242 | 0% | 211 | 0% | 1.653 | 3% | 15% | -87% |
| IR e CS Diferidos | 1.104 | 2% | 1.166 | 2% | 0 | 0% | -5% | 0% |
| Depósitos Judiciais | 170 | 0% | 290 | 1% | 233 | 0% | -41% | 24% |
| Indenizações Securitárias | 63 | 0% | 40 | 0% | 51 | 0% | 58% | -21% |
| Operações com derivativos | 47 | 0% | 33 | 0% | 29 | 0% | 43% | 11% |
| Outros Ativos | 190 | 0% | 113 | 0% | 141 | 0% | 68% | -20% |
| Investimentos | 66 | 0% | 101 | 0% | 92 | 0% | -35% | 10% |
| Imobilizado | 31.760 | 54% | 29.762 | 56% | 29.337 | 56% | 7% | 1% |
| Intangível | 2.741 | 5% | 2.727 | 5% | 2.809 | 5% | 0% | -3% |
| Total do Ativo | 59.194 | 100% | 53.342 | 100% | 52.352 | 100% | 11% | 2% |

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

| PASSIVO E P.L. (R\$ milhões) | dez/18 (A) | AV% | dez/17 (B) | AV% | dez-16 (B) | AV% | 2018 x 2017 (A)/(B) | 2017 x 2016 (B)/(C) |
|---|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|------------------------|------------------------|
| Circulante | 23.116 | 39% | 19.138 | 36% | 23.473 | 45% | 21% | -18% |
| Fornecedores | 8.341 | 14% | 5.266 | 10% | 6.545 | 13% | 58% | -20% |
| Financiamentos | 737 | 1% | 1.185 | 2% | 2.594 | 5% | -38% | -54% |
| Financiamentos Braskem Idesa* | 10.505 | 18% | 9.691 | 18% | 10.438 | 20% | 8% | -7% |
| Debêntures | 28 | 0% | 27 | 0% | 0 | 0% | 2% | 0% |
| Operações com derivativos | 70 | 0% | 7 | 0% | 29 | 0% | 923% | -76% |
| Salários e Encargos Sociais | 645 | 1% | 631 | 1% | 562 | 1% | 2% | 12% |
| Tributos a Recolher | 432 | 1% | 421 | 1% | 1.154 | 2% | 3% | -64% |
| Imposto de renda e contribuição social | 419 | 1% | 840 | 2% | 0 | 0% | -50% | 0% |
| Dividendos | 672 | 1% | 4 | 0% | 3 | 0% | 17365% | 25% |
| Adiantamentos de Clientes | 153 | 0% | 353 | 1% | 203 | 0% | -57% | 74% |
| Acordo de Leniência | 288 | 0% | 257 | 0% | 1.354 | 3% | 12% | -81% |
| Provisões Diversas | 192 | 0% | 179 | 0% | 113 | 0% | 7% | 58% |
| Outras Obrigações | 633 | 1% | 277 | 1% | 476 | 1% | 128% | -42% |
| Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para a venda | - | 0% | - | 0% | 95 | 0% | 0% | -100% |
| Não Circulante | 30.167 | 51% | 28.513 | 53% | 27.063 | 52% | 6% | 5% |
| Fornecedores | 273 | 0% | 260 | 0% | 202 | 0% | 5% | 29% |
| Financiamentos | 24.161 | 41% | 22.177 | 42% | 20.737 | 40% | 9% | 7% |
| Debêntures | 267 | 0% | 286 | 1% | 0 | 0% | -7% | 0% |
| Operações com derivativos | 162 | 0% | 0 | 0% | 861 | 2% | 0% | -100% |
| Tributos a Recolher | 86 | 0% | 53 | 0% | 24 | 0% | 63% | 119% |
| Mútuo de acionista não controlador na Braskem Idesa | 2.184 | 4% | 1.757 | 3% | 1.621 | 3% | 24% | 8% |
| IR e CS Diferidos | 325 | 1% | 940 | 2% | 511 | 1% | -65% | 84% |
| Benefícios pós emprego | 206 | 0% | 194 | 0% | 162 | 0% | 7% | 20% |
| Adiantamentos de Clientes | 0 | 0% | 0 | 0% | 163 | 0% | 0% | -100% |
| Contingências | 965 | 2% | 1.093 | 2% | 985 | 2% | -12% | 11% |
| Acordo de Leniência | 1.155 | 2% | 1.372 | 3% | 1.499 | 3% | -16% | -8% |
| Provisões Diversas | 233 | 0% | 235 | 0% | 206 | 0% | -1% | 14% |
| Outras Obrigações | 150 | 0% | 148 | 0% | 93 | 0% | 1% | 60% |
| Patrimônio Líquido | 5.911 | 10% | 5.690 | 11% | 1.721 | 3% | 4% | 231% |
| Capital Social | 8.043 | 14% | 8.043 | 15% | 8.043 | 15% | 0% | 0% |
| Reserva de Capital | 232 | 0% | 232 | 0% | 232 | 0% | 0% | 0% |
| Reservas de Lucros | 4.673 | 8% | 3.946 | 7% | 835 | 2% | 18% | 373% |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial** | -6.111 | -10% | -5.654 | -11% | -6.322 | -12% | 8% | -11% |
| Ações em Tesouraria | -50 | 0% | -50 | 0% | -50 | 0% | 0% | 0% |
| Lucros Acumulados | 0 | 0% | 0 | 0% | 0 | 0% | 0% | 0% |
| Total Atribuível ao Acionista da Companhia | 6.788 | 11% | 6.518 | 12% | 2.739 | 5% | 4% | 138% |
| Participação de Acionista não Controlador na Braskem Idesa | -876 | -1% | -828 | -2% | -1.018 | -2% | 6% | -19% |
| Total do Passivo e PL | 59.194 | 100% | 53.342 | 100% | 52.352 | 100% | 11% | 2% |

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 21.384 milhões, representando 36% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 17.992 milhões, representando 34% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em “Caixas e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, pela geração operacional de caixa (R\$ 9.292 milhões), reduzida pelas aplicações em imobilizado e intangível (R\$ 2.706 milhões), utilização em financiamentos (captações (-) pagamentos) (R\$ 3.103,5 milhões) e pagamento de dividendos (R\$ 1.500 milhões); e
- impacto em “Estoques” decorrente, principalmente, do aumento no custo de produtos acabados de R\$

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

880 milhões e valorização do dólar frente ao real, com impacto de R\$ 551 milhões (Nota explicativa nº 8 das Demonstrações Financeiras de 2018).

Ativo Não Circulante

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 37.810 milhões, comparados aos R\$ 35.349 milhões apresentados no exercício social anterior. O saldo do imobilizado da Companhia representou 54% e 56%, respectivamente, do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017. O aumento do saldo de imobilizado no exercício de 2018 decorre, principalmente, pelos ajustes de conversão de moeda estrangeira, que gerou um aumento de R\$ 2.228 milhões (Nota explicativa nº12(a) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Outra variação relevante ocorreu na rubrica de “Tributos a recuperar”, que contempla o reconhecimento de R\$ 520 milhões, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota explicativa nº10(c) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Em relação ao Ativo Total, o Ativo Não Circulante representava, nos exercícios de 2018 e 2017, 64% e 66%, respectivamente.

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 23.116 milhões, representando 39% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 19.138 milhões, representando 36% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante são explicadas por:

- aumento em “Fornecedores” decorrente, principalmente, da valorização do dólar frente ao real (R\$ 945 milhões) e compras de nafta importada com prazo de pagamento de 360 dias (R\$ 2.541 milhões) (Nota explicativa nº14 das Demonstrações Financeiras de 2018);
- aumento em “Financiamentos Braskem Idesa” decorrente, principalmente, da valorização do peso mexicano frente ao real no montante de R\$ 1.613 milhões e pagamento (amortização de principal), no valor de R\$ 813 milhões (Nota explicativa nº18 das Demonstrações Financeiras de 2018); e
- destinação do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2018 no montante de R\$ 667 milhões (Nota explicativa nº25(e.1) das Demonstrações Financeiras de 2018).

Passivo Não Circulante

O saldo do Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 30.167 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$ 28.513 milhões. Em relação ao Passivo Total, o Passivo Não Circulante representava, nos exercícios de 2018 e 2017, 51% e 53%, respectivamente.

Dentre as principais variações, destaca-se o aumento em “Financiamentos” decorrente, principalmente, da valorização do dólar frente ao real no montante de R\$ 3.608 milhões, captações de R\$ 2.042 milhões e transferências para o passivo circulante no valor de R\$ 3.303 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 o Patrimônio Líquido era de R\$ 5.911 milhões comparados a R\$ 5.690 milhões no mesmo período do ano anterior, impactado principalmente, pelo lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.867 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre as principais variações nas contas patrimoniais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 17.992 milhões, representando 34% do Ativo Total. No exercício social anterior o saldo foi de R\$ 16.426 milhões, representando 31% do Ativo Total da Companhia.

As principais variações no Ativo Circulante estão detalhadas a seguir:

- impacto em “Caixas e equivalentes de caixa” relacionado, principalmente, a pagamento de dividendos, aquisição de participação acionária na Cetrel e pagamento do Acordo de Leniência;
- aumento em “Aplicações financeiras” devido a aplicações, líquidas de resgates, das Letras Financeiras do Tesouro e Letras Financeiras (Nota explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras de 2017);
- impacto em “Contas a receber de clientes” devido ao aumento no faturamento e redução no volume negociado de “true sale”; e
- impacto em “Estoques” decorrente, principalmente, do aumento de volume de produção em aproximadamente R\$ 800 milhões e de adiantamento para compra de etanol.

Ativo Não Circulante

O saldo do Ativo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 35.349 milhões, comparados aos R\$ 35.566 milhões apresentados no exercício social anterior. O saldo do imobilizado da Companhia representou 56% do Ativo Total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A principal variação ocorreu na rubrica de “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, que contempla a realização de créditos de IRCS (prejuízo fiscal e base negativa) e baixa de créditos sobre provisões temporárias.

Em relação ao Ativo Total, o Ativo não Circulante (excluindo o Ativo não Circulante Mantido para Venda) representava nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 66% e 68%, respectivamente.

Passivo Circulante

O saldo do Passivo Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 19.138 milhões, representando 36% do Passivo Total, enquanto no exercício anterior o saldo era de R\$ 23.743 milhões, representando 45% do Passivo Total.

As principais variações no Passivo Circulante estão detalhadas a seguir:

- queda em “Financiamentos” referente a pagamentos antecipados com recursos obtidos através de captação de Bond (Nota explicativa nº 15(c) das Demonstrações Financeiras de 2017); e
- “Provisão Acordo de Leniência”: refere-se ao acordo firmado entre a Companhia e o Ministério Público Federal no Brasil, com o Department of Justice-DoJ e Securities Exchange Commission-SEC dos Estados Unidos e com a Procuradoria Geral da Suíça, em dezembro de 2016. O valor pago do acordo em 2017 foi de aproximadamente R\$ 1.344 milhões (Nota explicativa nº 23.3 (a) das Demonstrações Financeiras de 2017).

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo Não Circulante

O saldo do Passivo Não Circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$28.513 milhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo era de R\$27.063 milhões. Em relação ao Passivo Total, o Passivo Não Circulante representava, nos exercícios de 2017 e 2016, 53% e 52%, respectivamente.

Entre as principais variações, destacam-se:

- aumento em “Financiamentos” principalmente pela captação do Bond (Nota explicativa nº 15(c) das Demonstrações Financeiras de 2017);
- “Operações com derivativos”: liquidação dos swaps de câmbio ligados às NCEs em decorrência da antecipação do financiamento de origem (Nota explicativa nº 19.3.1(a.ii) das Demonstrações Financeiras de 2017) e;
- Transferência para o Passivo Circulante do saldo de “Adiantamentos de clientes” recebido pela controlada Braskem Holanda em 2016.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017 o Patrimônio Líquido era de R\$ 5.690 milhões comparados a R\$ 1.721 milhões no mesmo período do ano anterior.

As principais variações decorrem das seguintes rubricas:

- “Reservas de lucros”: o aumento foi causado, principalmente, pela proposta de destinação de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.500 milhões e pela retenção de reservas no montante de R\$ 1,6 bilhão (Nota explicativa nº 25(e.1) das Demonstrações Financeiras de 2017); e
- “Ajustes de Avaliação Patrimonial”: a redução é consequência, principalmente, da realização do valor descontinuado dos swaps de câmbio designados para hedge accounting, reconhecido no resultado financeiro no montante aproximado de R\$ 475 milhões (Nota explicativa nº 19.3.1(a.ii) das Demonstrações Financeiras de 2017).

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As informações deste item são apresentadas no item 10.2 (b) abaixo.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna dos produtos da Companhia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as vendas no Brasil representavam 56% da receita líquida de vendas da Companhia. Portanto, a Companhia é significativamente afetada pela conjuntura econômica do país. O resultado das operações e a situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro, pois os produtos da Companhia são usados na fabricação de um amplo leque de produtos de consumo e industriais.

A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB brasileiro e do consumo interno aparente de PE, PP e PVC nos períodos apresentados:

| | 2018 | 2017 | 2016 |
|--|-----------|----------|----------|
| Crescimento/Redução do PIB ⁽¹⁾ | 1,1% | 1,1% | (3,3)% |
| Inflação (IGP-M) ⁽²⁾ | 7,5% | (0,42%) | 7,2% |
| Inflação (IPCA) ⁽³⁾ | 3,7% | 2,9% | 6,2% |
| CDI ⁽⁴⁾ | 6,40% | 6,99% | 13,6% |
| Valorização (desvalorização) do real vs. dólar | 17,1% | 1,5% | 4,3% |
| Taxa de câmbio no final do período (por US\$ 1,00) | R\$3,8742 | R\$3,308 | R\$3,259 |

Fontes: Fundação Getulio Vargas, Banco Central e Bloomberg

(1) PIB do Brasil de acordo com o Sistema IBGE de Recuperação Automática–SIDRA. Para 2018, o valor é uma estimativa da Fundação Getulio Vargas

(2) Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado, calculado pela Fundação Getulio Vargas.

(3) Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(4) A taxa CDI é a taxa dos Certificados de Depósito Interbancário no Brasil (na última data do período respectivo).

A taxa de crescimento do PIB brasileiro vem flutuando significativamente, e, a administração da Companhia acredita, é provável que a flutuação persista. A administração acredita que o crescimento econômico no Brasil poderia afetar de modo positivo no futuro a receita líquida de vendas e resultados operacionais. Contudo, um baixo crescimento econômico ou uma recessão no Brasil provavelmente levaria à redução da receita líquida de vendas futuras, causando efeito negativo nos resultados operacionais.

Efeitos de flutuações da taxa de câmbio entre o real e o dólar

Os resultados das operações da Companhia e sua situação financeira são e continuarão a ser afetados pela taxa de desvalorização ou valorização do real frente ao dólar uma vez que: (i) uma parcela substancial da receita líquida de vendas da Companhia é expressa ou está atrelada ao dólar; (ii) os custos de algumas das matérias-primas, principalmente a nafta, etano, propano, propeno e alguns catalisadores necessários nos processos de produção, são incorridos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; (iii) algumas despesas operacionais e investimentos de outra natureza são expressos em dólares ou estão atrelados a essa moeda; e (iv) a Companhia tem

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

valores significativos de passivos expressos em dólares que exigem o pagamento do principal e juros nessa moeda.

Praticamente todas as vendas da Companhia são de produtos petroquímicos para os quais há preços em dólares no mercado internacional. Em geral, a administração procura fixar preços que levem em conta: (1) o preço dos produtos petroquímicos da Companhia nos mercados internacionais; e (2) no Brasil, as variações da taxa de câmbio real/dólar. Desta forma, embora uma parcela significativa da receita líquida de vendas seja expressa em reais, substancialmente todos os produtos da Companhia são vendidos a preços que tomam por base os preços do mercado internacional, cotados em dólares. Por sua vez, flutuações do real também afetarão o custo da nafta, etano, propano, propeno e de outras matérias-primas atreladas ao dólar.

A desvalorização do real frente ao dólar geralmente causa um aumento nos custos de produção dos produtos e a Companhia geralmente procura aumentar os preços de nossos produtos em reais (na medida possível à luz das condições de mercado à época vigente no País) o que pode resultar na redução dos volumes de vendas de seus produtos. Na medida em que os aumentos de preço não sejam suficientes para cobrir os aumentos de custo das matérias-primas, o lucro operacional da Companhia diminui. Inversamente, a valorização do real frente ao dólar causa geralmente uma redução nos custos de produção dos produtos e geralmente a Companhia diminui os preços de seus produtos em reais o que pode resultar no aumento de volumes de vendas de seus produtos. Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio dólar/real, com frequência há uma defasagem entre a ocasião em que o dólar se valoriza ou desvaloriza e a ocasião em que a Companhia pode efetivamente repassar tais aumentos ou reduções de custo em reais a seus clientes no Brasil. Tais descasamentos de preços diminuem quando as flutuações da taxa de câmbio dólar/real são menos voláteis.

A Companhia pode executar transações com derivativos financeiros para mitigar o risco da taxa de câmbio associado com a exposição dos custos em reais. Essas operações podem incluir opções de compra e venda e estratégias relacionadas. Por exemplo, a Companhia pode aplicar uma estratégia de proteção chamada de collar, que consiste na compra de uma opção de venda associada à venda simultânea de uma opção de compra, sendo que as duas opções possuem a mesma validade. Nesse caso, se o real desvaloriza e o preço de exercício da compra excede a taxa de câmbio da data de exercício da opção, a Companhia pode sofrer perdas financeiras significativas. No entanto, uma vez que essas estratégias serão implementadas apenas para fins não especulativos (de acordo com a política financeira da Companhia), as perdas em potencial sobre as transações com derivativos deverão ser compensadas por custos fixos mais competitivos em reais.

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida consolidada da Companhia em dólares representou 96%⁵ do total da dívida em aberto. Assim, quando o real se desvaloriza frente ao dólar: (i) os custos com juros sobre a dívida expressa em dólares aumenta em reais, afetando negativamente o resultado das operações em reais; (ii) o valor em reais da dívida expressa em dólares aumenta, e o total do passivo e obrigações de serviço da dívida em reais aumenta; e (iii) as despesas financeiras tendem a aumentar como resultado das perdas cambiais que a Companhia registra, mitigadas pela decisão da companhia em 1 de maio de 2013 de designar parte dos passivos denominados em dólares norte-americanos como hedge de exportações futuras.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

⁵ Não considera a dívida de Project finance da controlada Braskem Idesa e tampouco o saldo devedor do Acordo de Leniência

Efeitos da inflação no Brasil

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia na medida em que aumenta algumas das despesas operacionais expressas em reais (e não atreladas ao dólar). Uma parcela significativa do custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no entanto, está atrelada ao dólar, não sendo substancialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Parte da dívida em reais está indexada de modo a levar em conta os efeitos da inflação. Nesse tipo de dívida, o valor do principal é em geral corrigido pelo Índice Geral de Preços – Mercado, de forma que a inflação resulta em aumentos nas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida. Além disso, uma parcela expressiva da dívida em reais é remunerada à TJLP ou taxa do CDI, que são parcialmente ajustadas pela inflação.

Efeito das Vendas no Exterior sobre o Desempenho Financeiro

A Companhia possui significativa capacidade de produção instalada fora do Brasil a partir de unidades industriais localizadas nos Estados Unidos, Alemanha e México.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, 44% da receita líquida foi gerada pela venda de produtos fora do Brasil, em comparação a 41,7% em 2017 e 48,4% em 2016. A receita líquida gerada pela venda de produtos fora do Brasil aumentou 14% em 2018, que por sua vez aumentou 0,3% em 2017 ante 2016.

Efeito da ciclicidade na indústria petroquímica

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos. Em razão deste crescimento, houve períodos de oferta insuficiente de tais produtos. Períodos de capacidade insuficiente, inclusive alguns devidos a escassez de matérias-primas, normalmente acarretaram aumento das taxas de utilização de capacidade e preços no mercado internacional dos produtos da Companhia, levando a aumento dos preços internos e das margens operacionais. Esses períodos foram frequentemente seguidos por períodos de adições à capacidade, que resultaram na queda das taxas de utilização da capacidade e dos preços de venda internacionais, levando à diminuição dos preços internos e das margens operacionais.

Acreditamos que essas tendências cíclicas dos preços de venda internacionais e das margens operacionais relativas a escassez e aumento da oferta global poderão persistir, principalmente em razão do impacto contínuo de quatro fatores genéricos: (i) as tendências cíclicas dos negócios em geral e das atividades econômicas produzem oscilações na demanda por petroquímicos; (ii) quando a demanda cai, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica, que é intensiva de capital, em geral leva os produtores a uma concorrência acirrada de preços a fim de maximizar a utilização de capacidade; (iii) aumentos significativos de capacidade, por meio da expansão ou construção de fábricas, podem levar de três a quatro anos para se tornarem operacionais e, por conseguinte, tomam por base necessariamente as estimativas da demanda futura; e (iv) uma vez que na maioria dos casos a concorrência com relação a produtos petroquímicos tem seu foco no

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

preço, ser um produtor de baixo custo é vital à lucratividade. Isto favorece os produtores com fábricas maiores que maximizam economias de escala, mas a construção de plantas com alta capacidade pode acarretar em aumentos significativos de capacidade que podem suplantar o crescimento corrente da demanda.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais das principais matérias-primas

No Brasil, nafta, etano e propano são as principais matérias-primas utilizadas na produção dos produtos da primeira e segunda geração petroquímica, os quais corresponderam a 41,8%, 0,9% e 1,2%, respectivamente, do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2018. A Companhia também adquire de terceiros parte do propeno utilizado nas plantas de PP no Brasil, que representou 5,4% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2018. Nos Estados Unidos e Europa, o propeno é principal matéria-prima consumida na produção de PP nestas regiões, e representou 16,2% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2018. No México, o etano é a principal matéria-prima utilizada na produção integrada de PE, o qual correspondeu a 1,0% do custo dos produtos vendidos consolidado da Companhia em 2018.

A nafta é adquirida a preços baseados nos preços da nafta do mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia ("ARA"), ou preço de referência ARA, e etano e propano precificados com base no mercado Mont Belvieu. A Companhia adquire o propeno utilizado no Brasil, e pela Unidade EUA e Europa a preços baseados na referência do Golfo dos EUA e Europa. A Companhia adquire hidrocarboneto leve de refinaria (HLR) no Brasil a preços referenciados no preço do gás natural importado.

Os preços da nafta, do etano, propano e propeno têm sido e podem se manter voláteis. Um aumento nos preços da nafta, do etano, propano ou propeno reduziria a margem bruta da Companhia e afetaria negativamente seu resultado financeiro total, na impossibilidade de repasse desse aumento de custos aos clientes, e poderia reduzir o volume de vendas de nossos produtos. Inversamente, reduções significativas do preço destas matérias-primas e, conseqüentemente, dos custos de produção, geralmente aumentam as margens brutas e resultados operacionais, podendo acarretar o aumento dos volumes de vendas, se o custo mais baixo permitir que a Companhia venha a reduzir os preços que pratica. Nos períodos de grande volatilidade dos preços destas matérias-primas, costuma haver uma defasagem entre o aumento ou diminuição destes preços e a ocasião em que a Companhia consegue repassar o aumento ou redução de custos a seus clientes. Esses descasamentos de precificação diminuem quando os preços são menos voláteis.

Efeitos da flutuação dos preços internacionais dos produtos vendidos

No Brasil, os preços cobrados pela Companhia por muitos de seus produtos químicos e de resinas termoplásticas em geral são estipulados tomando por referência os preços cobrados por produtores estrangeiros nos mercados internacionais. Geralmente os preços dos produtos de segunda geração exportados do Brasil são baseados nos preços praticados no mercado à vista internacional. Nos Estados Unidos e na Europa, os preços do PP comercializado nestas regiões são determinados com base na precificação do mercado regional. No México, o preço do PE é definido com base nos preços do polímero na região da Costa do Golfo dos Estados Unidos.

Aumentos significativos dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia cobrar, geralmente aumentam a receita

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

líquida de vendas e resultados operacionais à medida que a Companhia possa manter as margens operacionais, e o aumento de preços não reduza os volumes de vendas de seus produtos. Inversamente, quedas significativas dos preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional e, conseqüentemente, dos preços que a Companhia poderia praticar, geralmente reduzem a receita líquida de vendas e resultados operacionais, se a Companhia não puder aumentar suas margens operacionais ou se a redução dos preços não acarretar aumento dos volumes de vendas de seus produtos.

Utilização da capacidade

As operações da Companhia são intensivas de capital. Em vista disso, a fim de obter custos de produção unitários mais baixos e de manter margens operacionais adequadas, a Companhia procura manter altas taxas de utilização de capacidade em todas as nossas instalações de produção.

A tabela a seguir demonstra as taxas de utilização de capacidade relativas às plantas de alguns dos principais produtos da Companhia nos períodos apresentados:

| | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|--------------------------|--|------|------|
| | 2018 | 2017 | 2016 |
| Eteno | 91% | 94% | 92% |
| PP EUA e Europa | 87% | 97% | 100% |
| PE México ⁽¹⁾ | 77% | 88% | 42% |

(1) O Polo do México iniciou suas operações em 2016.

Efeitos da Política Industrial Brasileira

O governo brasileiro possui influência significativa em alguns setores da indústria interna, inclusive no setor petroquímico no qual a Companhia opera. O governo brasileiro adotou, ou considera a adoção, de medidas que aumentem a competitividade de empresas brasileiras, conforme descreve-se a seguir.

Reintegra

Em dezembro de 2011, o governo brasileiro implantou o programa “Reintegra”, que visa ao aumento da competitividade de fabricantes brasileiros em mercados internacionais, através do refinanciamento de impostos federais sobre exportações. Como resultado de tal incentivo, a exportação de produtos de terceira geração por companhias brasileiras cresceu, aumentando assim a demanda brasileira pelos produtos da Companhia. O programa original encerrou-se no final de dezembro de 2013. Em agosto de 2014, o governo federal reestabeleceu de forma permanente o Reintegra e com taxas variáveis, com variação de até 5% das receitas de exportação das companhias, com uma alíquota de restituição de imposto de 0,1%, e em outubro de 2014 o governo brasileiro reestabeleceu a alíquota de 3,0%, válida até o final de 2015. Em março de 2015 o governo brasileiro reduziu novamente a alíquota para 1,0%, vigente para 2015 e 2016. Em outubro de 2015, de acordo com o Decreto 8.543, o governo federal reduziu a taxa de restituição

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

para 0,1%, válida a partir de 1º de dezembro de 2015, que permaneceu em vigor até 31 de dezembro de 2016. Em 28 de agosto de 2017, conforme o Decreto 9.148, que alterou o Decreto 8.543, a taxa do Reintegra aumentou para 2% com validade a partir de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018. Entretanto, em 30 de maio de 2018, o Presidente emitiu um novo Decreto reduzindo a taxa do Reintegra para 0,1% a partir de 1º de junho de 2018 em diante.

Tarifas de Importação em Portos Locais

Historicamente, as tarifas sobre importações são estabelecidas pelo governo federal. No entanto, nos últimos anos, alguns estados brasileiros estabeleceram benefícios fiscais a fim de atrair importações para portos locais visando aumentar a receita e desenvolver a infraestrutura local de tais portos, principalmente através da concessão de descontos sobre o ICMS que seria devido a tais estados. Líderes do setor e de associações trabalhistas alegam que tais leis criam subsídios para produtos importados, o que prejudicaria a indústria brasileira.

Em 1º de janeiro de 2013, entrou em vigor a legislação que reduz a alíquota máxima de ICMS a ser cobrado pelos estados de 12% para 4% em vendas interestaduais de matéria-prima e outros bens importados que não sejam total ou parcialmente fabricados no Brasil. Salvo limitadas exceções, a redução fiscal não se aplica a bens importados que não possuam substitutos fabricados no Brasil. Como resultado, os atuais benefícios fiscais oferecidos por alguns estados brasileiros para atrair importações de produtos na forma de redução da alíquota do ICMS tornaram-se menos atraentes.

Preços e taxas

A Companhia fixa os preços do eteno, o principal produto petroquímico de primeira geração que a mesma vende a terceiros produtores de segunda geração, tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Companhia fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Companhia, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, entre eles os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro tem recorrido a tarifas de importação para implantar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos, e podem variar no futuro. Os tributos sobre a importação de produtos petroquímicos de primeira geração, variam entre 0% e 4%, enquanto os tributos sobre as resinas de PE, PP e PVC foram fixadas em 14,0%.

As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

2001. As importações de PVC em suspensão da Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela não estão sujeitas a tarifas, devido a diversos acordos comerciais. As importações de PVC em suspensão do México estão sujeitas a tarifas reduzidas de 11,2%, de acordo com um acordo comercial. As importações e exportações entre o Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela não estão sujeitas a tarifas devido a um acordo de comércio em vigência desde 2005.

As importações de PVC em suspensão dos EUA e do México estão sujeitas a tarifas antidumping de respectivamente 16,0% e 18,0% impostas pela Câmara de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CAMEX). Desde 2008, as importações de PVC em suspensão da China também estão sujeitas à tributação de 21,6%, enquanto as importações de suspensão de PVC da Coreia do Sul estão sujeitas a tributos que variam entre 0% e 18,9%, dependendo do produtor, em virtude da imposição de tributos antidumping pela CAMEX. Os impostos e taxas cobrados sobre importações dos EUA e do México têm vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da China e da Coreia do Sul têm vencimento em 2019.

Adicionalmente, em dezembro de 2010, a CAMEX impôs um tributo antidumping de 10,6% sobre as importações de PP dos Estados Unidos. Tais medidas foram renovadas em novembro de 2016. A partir de agosto de 2014, o governo brasileiro passou a aplicar tarifas antidumping sobre importações de PP da África do Sul, Índia e Coreia do Sul, de 16,0%, 6,4% -9,9%, e 2,4%-6,3%, respectivamente. Os impostos e taxas cobrados sobre importações de PP dos Estados Unidos tem vencimento em 2021. Já os impostos e taxas cobrados sobre importações da África do Sul, Índia e Coreia do Sul tem vencimento em 2019.

Em 2018, cerca de 29% das resinas de PE, PP e PVC consumidas no Brasil foram importadas, o que representou um aumento de 12% no volume de resinas importadas em relação a 2017.

Aumento das Tarifas de Importação de PE

Como parte da iniciativa de fortalecer os fabricantes brasileiros, em 1º de outubro de 2012, o governo brasileiro adotou resolução que aumentou as tarifas de importação de 100 produtos de diversas indústrias, inclusive a tarifa de importação do PE de 14% para 20%. Em outubro de 2013, o governo brasileiro reduziu a tarifa de importação para o PE para o nível anterior, de 14%.

Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – Incentivo Fiscal de PIS/COFINS

Em 2013, o Poder Público aprovou a redução das alíquotas de PIS e COFINS sobre as compras de matérias-primas por produtores de primeira e segunda geração, que atendem a diversos setores da economia. A medida visou restabelecer parcialmente a competitividade da indústria, enfraquecida por fatores relacionados à infraestrutura, produtividade, custos de matéria-prima e energia, e câmbio, que exerceram pressão sobre o déficit comercial da indústria química, segundo a ABIQUIM, que encerrou 2018 em US\$ 29,6 bilhões. Ao final de 2018, a Companhia dispunha de restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas.

Em maio de 2018, o REIQ foi revogado por meio da Medida Provisória nº 836/18 com efeitos partir

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de 1º de setembro de 2018. Entretanto, em outubro de 2018, a Medida Provisória não foi convertida em legislação definitiva e, dessa forma, a restituição de 3,65% da alíquota de PIS e COFINS sobre a aquisição de matérias-primas petroquímicas foi mantida.

Impacto do nível de endividamento e taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2018, o total da dívida, ex-project finance e ex-Acordo de Leniência em aberto, líquida de custos de transação, era de R\$ 25.198 milhões. O saldo devedor da dívida de project finance era de R\$ 10.505 milhões e do Acordo de Leniência era de R\$ 1.627⁶ milhões. O nível de endividamento da Companhia acarreta despesas financeiras significativas que são refletidas na demonstração do resultado. As despesas financeiras compreendem despesas com juros, variações cambiais de dívida em dólares e outras moedas estrangeiras, ganhos ou perdas cambiais e outros itens, como descrito na Nota 30 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 2018. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um total de R\$ 2.984 milhões em despesas financeiras, dos quais R\$ 2.085 milhões se relacionavam a despesas de juros. A Companhia registrou receita financeira de R\$ 589 milhões, dos quais R\$ 530 milhões correspondem à receita de juros. Além disso, a Companhia registrou uma perda de R\$ 2.257 milhões com variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de diversos fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais e as avaliações de risco da Companhia, do setor e da economia brasileira feitas por agências de classificação de risco que avaliam a Companhia e seus títulos de dívida.

⁶ Inclui SWAP de IPCA para Dólar no montante de R\$ 184 milhões em 31/12/2018

Efeito dos impostos sobre o resultado

Estamos sujeitos a uma gama de tributos federais e estaduais genericamente incidentes em diversas jurisdições sobre nossas operações e resultados. A Companhia está em geral sujeita ao imposto de renda federal brasileiro (combinado com as Contribuições Social sobre o Lucro Líquido – CSLL) à alíquota efetiva de 34%, que é a alíquota padrão do imposto de pessoa jurídica no País. Foram concedidas à Companhia certas isenções de impostos federais baseadas na legislação federal que oferece incentivos fiscais a empresas que instalem suas unidades de produção nos estados brasileiros da Bahia e Alagoas (SUDENE). Tais isenções foram concedidas por prazos variáveis a cada uma das plantas industriais da Companhia localizadas nos referidos estados.

A Companhia tem o direito de pagar 25% da alíquota de imposto de renda sobre lucros decorrentes da venda: (i) do PE fabricado em uma das plantas de PE do Complexo Petroquímico de Camaçari até 2026; e (ii) do PE fabricado em uma das plantas do Polo de Camaçari e soda cáustica, cloro, dicloroetano (EDC) e PVC produzidos nas plantas no Polo de Camaçari e Alagoas até 2024.

Cada uma das isenções confere a Companhia o direito de pagar 15,25% de imposto de renda mais CSLL, devido à uma redução de 75% da alíquota de imposto de renda (de 25% para 6,25%) devido sobre os lucros decorrentes de produtos fabricados nessas plantas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Os prejuízos fiscais relativos ao imposto de renda a compensar no Brasil não prescrevem, porém a compensação anual está limitada a 30% do lucro líquido ajustado. Este limite também afeta a CSLL.

O montante consolidado inclui o impacto de diferentes taxas de impostos em países em que as subsidiárias estão localizadas, conforme segue:

- Braskem Europa (Alemanha) – 31,18%
- Braskem America e Braskem America Finance (Estados Unidos) – 21,00%
- Braskem Argentina (Argentina) – 30,00%
- Braskem Petroquímica Chile (Chile) – 27,00%
- Braskem Holanda, Braskem Holanda Finance e Braskem Holanda Inc Netherland (Holanda) – 25,00%
- Braskem Idesa, Braskem Idesa Serviços, Braskem México, Braskem México Serviços e Braskem México Sofom (México) – 30,00%

As vendas de exportação da Companhia estão atualmente isentas de: (1) Programa de Integração Social – PIS; (2) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto federal sobre o valor agregado; (3) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, imposto federal de valor agregado sobre produtos industrializados; e (4) ICMS.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

RESULTADO OPERACIONAL

Os Diretores apresentam abaixo a análise dos três últimos exercícios por região onde a Companhia atua:

- **BRASIL**

O spread dos principais químicos produzidos pela Braskem teve queda em 2018, explicada por menores spreads de (i) butadieno, que em 2017 foi positivamente impactado pela demanda incentivada na China, e (ii) de cumeno devido ao aumento na oferta após a entrada em operação de novas capacidades na Ásia. No ano de 2017, o spread de químicos foi superior a 2016 em função, principalmente, dos aumentos de preços de butadieno e benzeno no primeiro trimestre do ano.

O spread médio internacional de poliolefinas produzidas pela Braskem no Brasil foi inferior em 2018 na comparação com 2017, devido à entrada em operação de novas capacidades de PE, principalmente nos EUA, e à redução da demanda na Ásia. Em 2017, o spread médio apresentou queda em relação à 2016, principalmente devido à matéria-prima mais valorizada e ao início da

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

onda de inaugurações de novas plantas de PE na América do Norte.

O spread internacional de vinílicos apresentou queda em 2018 em função, principalmente, do preço mais alto da nafta, que seguiu a tendência de alta do petróleo, e de altos níveis de estoque de soda cáustica nos Estados Unidos, combinado com a redução na demanda pelo produto, após um grande produtor de alumina ter operado a baixas taxas de utilização durante a maior parte do ano. Em 2017 os spreads foram mais altos que em 2016, pela falta de novas capacidades de produção de PVC e cloro-soda, devido à restrições ambientais, principalmente na China.

A demanda de resinas no mercado brasileiro foi de 5,2 milhões de toneladas, uma expansão de 2,4% em relação a 2017, explicada pela melhora no nível de atividade econômica, impulsionada pela demanda dos setores agrícola, cosméticos, farmacêutico e de embalagens para alimentos. Em 2017, a demanda apresentou expansão de 4,3% em relação a 2016, devido ao maior nível de atividade do setor de embalagens e retomada nos setores automotivo, agrícola, varejo e eletroeletrônicos.

A taxa de utilização foi de 91% em 2018, 3 p.p. inferior a 2017, em função, principalmente: (i) da greve dos caminhoneiros em maio; (ii) do incidente na planta de cloro soda de Alagoas em janeiro; e (iii) da interrupção no fornecimento de energia elétrica para as plantas do Nordeste em março; e (iv) menor demanda no 4T18. Em 2017, a taxa de utilização havia sido de 94%, 2 p.p. acima de 2016, explicada, principalmente, (i) pelo bom desempenho operacional das centrais petroquímicas, em linha com a estratégia da Companhia de garantir a eficiência operacional para atender o mercado brasileiro, exportando o volume não absorvido e (ii) pela ausência de paradas de manutenção nos 3 maiores crackers da Companhia.

As vendas de resinas no mercado brasileiro totalizaram 3,4 milhões de toneladas, 2% inferior a 2017, que por sua vez foi 5% superior a 2016; e a de principais químicos totalizaram 2,9 milhões de toneladas, 1% superior ante 2017, o qual apresentou crescimento de 8% em relação à 2016. Em 2018, as exportações de resinas foram de 1,3 milhão de toneladas e as de principais químicos, 571 mil toneladas, 14% e 31% inferiores a 2017, respectivamente, que por sua vez foram 11% e 8% inferiores na comparação com 2016.

No ano, as unidades do Brasil e exportações apresentaram EBITDA de US\$ 1.905 milhões (R\$ 6.985 milhões), 27% inferior em relação a 2017.

- **ESTADOS UNIDOS E EUROPA**

O spread de PP nos Estados Unidos apresentou aumento em 2018, explicado pela maior oferta de propeno dado o bom desempenho operacional das plantas desidrogenadoras de propano (DHP), que tiveram taxas de utilização mais altas no ano. Além disso, após a alta nos preços de etano, muitos produtores substituíram o gás por matéria-prima mais pesada, como GLP (propano e butano) e nafta, o que contribuiu para o aumento da oferta de propeno na região. Em 2017, o spread foi inferior à 2016, devido à alta no preço propeno em função do aumento das exportações e dos menores níveis de estoques deste produto.

O spread de PP na Europa foi menor em 2018 em função de uma menor demanda por PP na região,

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

principalmente para o mercado automobilístico, o qual teve sua cadeia de suprimentos afetada por regulações que visam garantir a diminuição da emissão de gases de efeito estufa. Em 2017, o spread ficou acima do registrado em 2016, devido à recuperação econômica dos países europeus, que havia ganhado força ao longo do ano, contribuindo para o aumento na demanda de PP.

A demanda de PP no mercado norte-americano foi aproximadamente 3% superior em 2018 quando comparado a 2017, com destaque para os segmentos de tampas e filme orientado, muito utilizado em embalagens de alimentos. Em 2017, o mercado americano havia crescido na comparação com 2016, principalmente devido aos setores de embalagens de alimentos e não-tecido.

Em relação ao mercado europeu, a demanda de PP apresentou uma queda na comparação com 2017, seguindo o fraco desempenho econômico da região, em particular de países como Alemanha e Itália. No ano de 2017, o mercado havia crescido em relação à 2016, impulsionado pelo setor automotivo.

Em 2018 a taxa de utilização foi de 87%, 10 p.p inferior a 2017, devido, principalmente, a: (i) paradas não programadas nas plantas dos Estados Unidos dado o inverno rigoroso na região; (ii) parada programada da unidade de Oyster Creek, no Texas, com duração de 50 dias; e (iii) restrição logística no recebimento de propeno nas plantas da Europa explicado pelo baixo nível fluvial. Em 2017, a taxa de utilização foi de 97%, 3 p.p. inferior à 2016 dada a revisão da capacidade de produção implementada no início do ano.

Neste sentido, em 2018 as vendas de PP foram 9% inferiores a 2017, totalizando 1,9 milhão de toneladas. Já em 2017, as vendas apresentaram recorde e foram 5% superiores ao ano anterior, principalmente devido aos aumentos de capacidade implementados nas plantas nos EUA e na Alemanha, e da forte demanda de PP nessas regiões. No ano, as unidades de Estados Unidos e Europa apresentaram EBITDA de US\$ 608 milhões (R\$ 2.208 milhões), 6% inferior em relação a 2017, o qual por sua vez apresentou uma queda de 7,4% ante 2016, totalizando US\$ 647 milhões (R\$ 2.063 milhões).

- **MÉXICO**

O spread de PE na América do Norte foi inferior em 2018 na comparação com 2017, dado o excesso de oferta de PE e da alta nos preços de etano, devido ao aumento da demanda pelos crackers recém-inaugurados, combinado com a falta de pipelines para o transporte deste gás e de fracionadoras para a separação do etano. Em 2017, os spreads foram superiores ao ano anterior, principalmente devido ao excesso de capacidade de etano proveniente do shale gas, e do atraso na entrada de novas capacidades de eteno e derivados nos EUA.

A Demanda de PE no México foi de 2,07 milhões de toneladas ante 2,02 milhões de toneladas em 2017, representando um crescimento de 2,7%. Os setores que mais influenciaram este crescimento foram soprados e filmes/laminados, muito utilizados no segmento de embalagens alimentícias e de higiene. Em 2017, o mercado estimado de PE apresentou crescimento de 1% em relação a 2016, abaixo da expectativa de crescimento de 2% do PIB Mexicano, segundo o Fundo Monetário Internacional, impactado negativamente pela queda do consumo dada a elevação das

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

taxas de juros.

A taxa de utilização das plantas de PE foi de 77%, 11 p.p inferior a 2017, em função do menor fornecimento de etano no período e da parada programada realizada em maio. Em 2017, a taxa de utilização média de PE foi de 88%, 46 p.p. superior ao ano anterior, uma vez que as plantas ainda estavam em processo de ramp-up em 2016.

Em função disto, em 2018 as vendas de PE foram 18% inferiores a 2017, totalizando 799 mil toneladas, das quais 67% foram direcionadas para atendimento do mercado mexicano. Já em 2017, dada a maior disponibilidade de produto, o volume total de vendas de PE foi 124% superior à 2016. Do total de vendas em 2017, 46% foram destinadas ao mercado mexicano.

Em 2018, o resultado do México inclui uma receita no montante de US\$ 95 milhões referente a provisão do delivery-or-pay do contrato de fornecimento de etano.

No ano, a unidade do México apresentou EBITDA de US\$ 617 milhões (R\$ 2.251 milhões), 1% inferior a 2017, o qual por sua vez foi 282% ante 2016, totalizando US\$ 623 milhões (R\$ 1.987 milhões).

CONSOLIDADO

- **RECEITA LÍQUIDA**

Em 2018, a receita líquida foi de US\$ 15.874 milhões, 3% superior à 2017, explicada principalmente pelo preço mais alto de resinas no mercado internacional. Em reais, a receita foi de R\$58.000 bilhões, 18% superior que no ano anterior.

Em 2017, a receita líquida foi de US\$ 15.441 milhões, 12% superior à 2016, explicada: (i) pelo volume de vendas do complexo no México; (ii) pela recuperação da demanda doméstica; (iii) pelos preços mais altos de resinas e químicos no mercado internacional; e (iv) pela expansão de capacidade das plantas nos EUA e na Alemanha. Em reais, a receita foi de R\$49,261 bilhões, 3% superior que no ano anterior.

- **CPV**

Em 2018, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi US\$ 12.689 milhões, um aumento de 11% em relação a 2017 devido ao preço mais alto das matérias-primas no mercado internacional. Em reais, o CPV totalizou R\$46.407 milhões, 27% superior a 2017 em função do impacto da desvalorização do real frente ao dólar.

Em 2017, o custo dos produtos vendidos (CPV) consolidado foi de US\$ 11.407 milhões, um aumento de 13% em relação a 2016, em função dos maiores volumes de vendas, principalmente do México após a finalização do ramp-up de produção e da alta nos preços das matérias-primas no mercado internacional. Em reais, o CPV foi de R\$36.401 milhões, 4% superior a 2016.

- **DVGA**

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 2018, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$3.378 milhões, 10% superior do que em 2017, em função de maiores despesas com pessoas, campanhas institucionais, consultorias, honorários advocatícios e no aluguel de rail cars para as unidades dos EUA e México.

Em 2017, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R\$3.061 milhões, 7% superior do que em 2016, em função de maiores despesas com vendas no México e gastos com auditorias.

- **Outras Receitas (Despesas) Líquidas**

Em 2018, a rubrica de outras receitas (despesas) líquida apresentou uma receita de R\$ 91 milhões, ante uma despesa de R\$ 479 milhões em 2017, devido a: (i) receita no montante a R\$ 337 milhões referente a multa sobre contrato de fornecimento de matéria-prima, cujo principal contrato é o de fornecimento de etano no México; e (ii) a receita de R\$ 236 milhões referente aos débitos de PIS e COFINS pagos a maior em 2017. Para mais informações sobre o reconhecimento desta receita, vide Nota Explicativa nº10 das Demonstrações Financeiras de 2018.

Na comparação de 2017 ante 2016, as outras despesas foram menores em R\$ 3,4 bilhões, principalmente em função da multa relativa ao Acordo de Leniência firmado em 2016 e provisionada no quarto trimestre de 2016.

- **EBITDA**

Em 2018, a Companhia apresentou EBITDA de US\$ 3.105 milhões, 20% inferior a 2017, explicado: (i) pelo menor spread média da indústria; e (ii) pela menor taxa de operação devido a questões operacionais e greve dos caminhoneiros.

Em 2017, o EBITDA consolidado foi de US\$ 3.872 milhões, 17% superior a 2016, impactado positivamente pelo: (i) maior volume de vendas no México, em função da conclusão do ramp-up do complexo; (ii) pelos maiores spreads no mercado internacional de químicos, de PP na Europa e de PE no México; (iii) pela expansão de capacidade e aumento no volume de vendas nas unidades dos EUA e Europa com recorde na produção de PP nos EUA; (iv) pelo maior volume de vendas no mercado brasileiro com recordes nas produções dos principais químicos, PE e PP; e (v) pelo ganho de capital de US\$ 88 milhões referente à venda da quantiQ.

- **RESULTADO FINANCEIRO**

Em 2018, as despesas financeiras apresentaram redução em relação a 2017, período em que as “Outras Despesas” foram impactadas em R\$ 471 milhões pela liquidação antecipada de operações de derivativos. As receitas financeiras no ano foram inferiores à 2017, influenciadas pela redução da taxa de juros básica do Brasil. As variações cambiais líquidas, quando comparadas a 2017, foram impactadas pela depreciação do real no período sobre a exposição líquida do resultado financeiro não designado para hedge accounting, e pela despesa com a transição do hedge accounting de exportação, que estava represada no patrimônio líquido, no montante de R\$ 1.023 milhões na Braskem e R\$ 237 milhões na Braskem Idesa.

Em 2017, o resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R\$ 3.131 milhões, uma redução

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de R\$ 1.084 milhões em relação a 2016. Excluindo os efeitos da variação cambial, o resultado financeiro líquido de 2017 foi uma despesa de R\$ 2.194 milhões, em linha com a despesa do ano anterior. Desconsiderando o impacto de R\$ 471 milhões na linha de “Outras Despesas” em função da liquidação das operações de derivativos, as despesas financeiras ficaram em linha com a apresentada em 2016. As receitas financeiras foram 11% inferiores, influenciadas pela redução da taxa de juros básica do Brasil. As variações cambiais líquidas foram influenciadas pela depreciação do real no período e pela transição do hedge accounting de exportação, no montante de R\$ 1.023 milhões.

- **GERAÇÃO LIVRE DE CAIXA**

Em 2018, a Companhia apresentou geração líquida de caixa de R\$ 7 bilhões, 187% superior a 2017, explicada principalmente: (i) pela variação positiva do capital de giro operacional; (ii) pela depreciação do real frente ao dólar; (iii) pelo menor pagamento de imposto de renda nos Estados Unidos em dólares; e (iv) pelo menor pagamento de juros após a liquidação antecipada de dívidas em reais com custo mais elevado incluindo o pré-pagamento parcial do bond perpétuo. Neste cenário, o retorno sobre o fluxo de caixa livre foi de 19%.

Em 2017, a Braskem registrou uma geração livre de caixa de R\$ 2.460 milhões, 9% superior a 2016. Desconsiderando (i) R\$ 608 milhões, referente à aquisição de participação na Cetrel e na Distribuidora de Água Camaçari; (ii) R\$ 450 milhões recebido com a venda da quantiQ; e (iii) R\$ 39,6 milhões recebidos pela venda de terrenos no ABC/SP, a geração livre de caixa no ano foi de R\$ 2.579 milhões, 15% superior a 2016. Este aumento é explicado principalmente pela (i) maior geração de caixa das operações; (ii) redução de 20% no pagamento de IR/CSLL nos Estados Unidos; e (iii) redução de 10% nos investimentos em função da finalização da construção do complexo petroquímico da Braskem Idesa.

- **LUCRO/PREJUÍZO**

Em 2018, a Companhia apresentou lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 2.867 milhões, enquanto em 2017 esse valor foi de R\$4.083 milhões. Em 2016 a Companhia havia apresentado prejuízo líquido de R\$411 milhões, em função da provisão da multa referente ao Acordo Global.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

As informações relacionadas a este item 10.2(c) encontram-se descritas no item 10.2(a) (ii) desta proposta.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve a introdução ou alienação de segmento operacional.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em função do início das operações do complexo petroquímico da Braskem Idesa S.A.P.I ("Braskem Idesa") o complexo do México passou a ser um segmento reportável da Companhia. Este segmento inclui, além do resultado operacional da Braskem Idesa, o resultado das demais empresas controladas diretas e indiretas da Companhia no México. Neste mesmo exercício social, com a decisão da Administração da Companhia em vender os ativos da quantiQ e sua controlada IQAG, a Companhia alienou o segmento operacional Distribuição Química, conforme explicado no item 10.3 (b) abaixo.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em abril de 2018 a Companhia recebeu o montante de R\$ 81 milhões (já corrigidos monetariamente) referente ao saldo remanescente dos R\$100 milhões previstos pela venda das controladas QuantiQ Distribuidora Ltda e IQAG Armazéns Gerais Ltda. realizada em 2017. A diferença entre o valor previsto atualizado e o montante recebido foi reconhecido no 2º trimestre de 2018 na rubrica "Outras receitas (despesas) líquidas", no montante de R\$ 20 milhões, conforme ajustes previsto em contrato.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 2018 não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

Em 2017 não houve operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada.

Em 2016, as operações não recorrentes que impactaram as demonstrações financeiras da Companhia consolidada, foram:

- custos com ociosidade correspondentes à capacidade instalada e não utilizada nos primeiros meses de operação da controlada Braskem Idesa no montante de R\$ 139 milhões;
- provisão acordo de leniência no montante de R\$ 3.125 milhões já deduzidos de R\$ 272 milhões relacionados ao ajuste a valor presente.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a principal mudança nas práticas contábeis da Companhia decorre da metodologia de cálculo da redução no valor recuperável (“impairment”) de acordo com o CPC48 / IFRS 9, cujo impacto foi uma redução de R\$ 9,4 milhões, líquido de impostos. As demais mudanças nas práticas contábeis estão demonstradas na Nota Explicativa nº2.3 das Demonstrações Financeiras de 2018.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Porém, em 2016, no contexto da operação “Lava Jato”, a Companhia recebeu informações sobre desvios de pagamentos. Baseado nessas informações foi confirmada a existência de pagamentos realizados entre 2006 e 2014 a título de serviços prestados sem a comprovação da efetiva contrapartida. A identificação destes pagamentos ensejou o reconhecimento, em outubro de 2016, de tributos devidos ao Governo Federal e outros ajustes nas rubricas de imposto de renda e contribuição social diferidos. Nos termos do Pronunciamento CPC 23, o reconhecimento dessas obrigações, consideradas como uma retificação de erro material, foi efetuada de forma retroativa nas Demonstrações Financeiras de 2015 e anteriores. Explicações detalhadas dessa reapresentação estão divulgadas nas Notas explicativas 2.4, 23.3 e 35(b) das Demonstrações Financeiras de 2016.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item 10.4(a), deste documento, e à exceção da reapresentação por erro também descrito no mesmo item acima, não houve mudanças das práticas contábeis da Companhia em 2018, 2017 e 2016.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2018

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2017

O relatório dos auditores independentes da Companhia sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não conteve nenhuma ressalva ou ênfase.

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2016

A ênfase apresentada no relatório dos auditores independentes relata as investigações da operação Lava Jato, onde foi confirmada a existência de pagamentos indevidos realizados pela Companhia entre 2006 e 2014 a título de serviços prestados por terceiros, sem a comprovação da efetiva contraprestação. (Nota Explicativa nº 23.3 das Demonstrações Financeiras de 2016).

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Consideram-se políticas contábeis críticas quando estas exigem que a Administração faça estimativas, julgamentos e defina premissas baseadas na experiência histórica que possam afetar os valores reportados nas demonstrações financeiras.

Destacam-se as seguintes políticas críticas que exigem julgamentos subjetivos ou complexos que afetam o resultado:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no plano de negócios que anualmente é preparado pela Diretoria e submetidas à aprovação do Conselho de Administração. Esse plano tem como principais variáveis projeções para os preços dos produtos fabricados pela Companhia, os preços das matérias-primas, crescimento do produto interno bruto de cada país onde a Companhia atua, variação cambial, taxa de juros, taxa de inflação e a flutuação na oferta e demanda de insumos e produtos acabados. Essas projeções são realizadas com base em consultorias externas especializadas e no desempenho histórico da Companhia e no planejamento estratégico.

As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota 21.2(c) das Demonstrações Financeiras de 2018.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores de mercadorias e futuros, divulgações do Banco Central do Brasil e serviços de cotações a exemplo de Bloomberg e Reuters. Deve-se ressaltar que a volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil vem causando mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros em períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor justo dos swaps e outros instrumentos financeiros.

Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em bolsa de valores não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Companhia.

As informações sobre os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos estão apresentadas na Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2018.

Vida útil de ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a exaustão de seus ativos tangíveis e dos intangíveis com vida útil estimada referendada pelos técnicos da Companhia com experiência na gestão das plantas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

da Braskem. As vidas úteis são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o nível de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que: (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens, tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

As informações sobre o ativo imobilizado estão apresentadas na Nota explicativa nº12 das Demonstrações Financeiras de 2018.

Análise e teste de recuperabilidade

- Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Anualmente, ou quando houver alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise para determinar se existem indicadores de que o saldo contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida poderá não ser recuperável. Essa análise é efetuada para verificar se existem cenários que poderiam impactar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e a consequente recuperação dos valores investidos nestes ativos. Esses cenários são derivados de questões macroeconômicas, de ordem legal, concorrencial ou tecnológica.

A Companhia considera como pontos relevantes e que são observados nessa análise: (i) possibilidade de excesso de oferta dos produtos fabricados pela Companhia ou de redução significativa da demanda em razão de fatores econômicos adversos; (ii) perspectiva de oscilações relevantes nos preços dos produtos e insumos; (iii) possibilidade do surgimento de novas tecnologias ou matérias-primas que possam reduzir significativamente o custo de produção e, por decorrência, impactar o preço de venda levando, em última análise à obsolescência de todo ou parte do parque industrial da Companhia; e (iv) mudanças no ambiente regulatório, de forma geral, que inviabilizem o processo produtivo da Braskem ou que impactem de maneira significativa a comercialização dos seus produtos. Para essa análise, a Companhia conta com equipe própria que tem uma visão estratégica do negócio, além de manter contato permanente com consultores externos. Caso as variáveis citadas indiquem riscos significativos para a geração de caixa, a Administração da Braskem faz o teste de recuperabilidade nos moldes descritos na Nota 3.4(b) das Demonstrações Financeiras de 2018.

- Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Os saldos dos ágios de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios são testados anualmente para fins de mensuração da recuperabilidade. Esses testes são fundamentados na

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

projeção de geração de caixa em cada segmento operacional (exceto para a unidade de Químicos Sul testado no nível da unidade geradora de caixa), para 5 anos, extraída do plano de negócios da Companhia, mencionado na (Nota explicativa nº3.1 das Demonstrações Financeiras de 2018). Além do fluxo de caixa projetado para 2019 a 2023, também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC").

O ágio alocado ao segmento operacional de Poliolefinas foi gerado em uma combinação de negócio que resultou na aquisição simultânea de plantas de PP e PE. As principais matérias-primas dessas plantas já eram fornecidas pela Controladora, o que propiciou a captura de relevantes sinergias na operação. Essas sinergias foram um dos principais impulsionadores daquela aquisição. Por esse fato, a Administração da Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio no âmbito do segmento operacional, uma vez que os benefícios da sinergia são associados a todas as unidades adquiridas.

Os demais ágios existentes estão alocados na unidade de Químicos Sul e no segmento operacional de Vinílicos.

Os ágios de rentabilidade futura estão apresentados na Nota explicativa nº13 das Demonstrações Financeiras de 2018. Nessa nota explicativa também estão apresentados os resultados do teste de impairment.

Contingências

Os passivos contingentes e as provisões existentes estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judicial e administrativa decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A Administração da Braskem, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, em que a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos tributários e previdenciários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido dos devidos encargos; e
- (ii) processos trabalhistas e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado, acrescido dos devidos encargos.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota e menor que a provável. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, ressalvados os casos derivados de combinação de negócios, a Companhia não faz provisão e destaca os de maior

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

relevância em nota explicativa (Nota Explicativa nº23.2 das Demonstrações Financeiras de 2018).

Nas operações de combinação de negócios, atendendo ao disposto no CPC 15 e IFRS 3, a Companhia registra o valor justo dos processos com essa avaliação de perda. O valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic, multiplicado pelo percentual de probabilidade de perda.

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

As contingências da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº23 das Demonstrações Financeiras de 2018.

Hedge accounting

A Companhia designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira para a proteção do fluxo de caixa futuro gerado pelas suas exportações. Esta decisão foi baseada em dois conceitos e julgamentos importantes: (i) a realização de exportações previstas em seu plano de negócios, que são inerentes ao mercado e negócio em que atua, e (ii) a capacidade da Companhia de refinar seus passivos em dólar, uma vez que faz parte do direcionamento e estratégia da Companhia o financiamento prioritário em dólar e está previsto na Política Financeira da Companhia a manutenção de um nível mínimo de passivos líquidos em dólares.

A controlada Braskem Idesa designou a totalidade do financiamento obtido junto a instituições financeiras para a construção da sua planta industrial para a proteção de parte das vendas que serão realizadas na mesma moeda do financiamento, o dólar norte-americano. A estimativa das vendas está contemplada no projeto que foi apresentado aos bancos/financiadores que, devido à consistência das projeções, concederam à Braskem Idesa um financiamento que deverá ser pago exclusivamente com o caixa a ser gerado por essas vendas. Todas as considerações comerciais do projeto foram amparadas por estudos de mercado realizados por consultorias especializadas durante a análise da sua viabilidade.

Todas as operações de hedge da Companhia estão de acordo com os procedimentos e práticas contábeis adotadas pela Braskem e, trimestralmente, são realizados testes de efetividade para cada operação, comprovando a efetividade da sua estratégia de hedge.

A Companhia determinou que o objeto de hedge, tanto para a Companhia como para a controlada Braskem Idesa, será caracterizado pelas primeiras vendas em dólar realizadas em cada trimestre até atingir o montante designado em cada período (Notas Explicativas nº19.4(a.i) e 19.4(a.ii) das Demonstrações Financeiras de 2018, respectivamente). Os passivos designados para hedge

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

estarão alinhados com a agenda de vencimento do hedge e com a estratégia financeira da Companhia.

De acordo com a Política Financeira, a Companhia pode contratar derivativos financeiros (swaps, NDFs, opções etc.) para se proteger da volatilidade no resultado financeiro decorrente de variações de moedas e taxas. Estes derivativos podem ser designados para hedge accounting de acordo com o julgamento da Administração e quando for esperado que a designação proporcione uma melhora relevante na demonstração do efeito compensatório sobre as variações dos itens objeto de hedge. Atualmente, a Companhia possui derivativos designados para hedge accounting de fluxo de caixa divulgados na Nota Explicativa nº19.3 das Demonstrações Financeiras de 2018.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não houve itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

O plano de negócios da Companhia é construído com base nos seguintes objetivos estratégicos: (i) buscar melhorias contínuas em produtividade e competitividade na operação atual, com foco em eficiência operacional e liderança em custo; (ii) diversificar o perfil de matéria-prima, aumentando a exposição ao gás e mantendo a flexibilidade de ativos; (iii) ampliar o footprint global fora do Brasil, com ganhos de escala em PE e PP, reforçando nossa liderança nas Américas; e (iv) fortalecer a imagem e reputação da Braskem, perante integrantes, sociedade e investidores, através de avanços em conformidade, sustentabilidade, inovação e gestão de pessoas.

Alinhado com estes objetivos, a Companhia desembolsou R\$ 2.770 milhões em investimentos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Investimentos Operacionais 2018:

O investimento realizado foi de R\$ 1.944 milhões, 2% abaixo do previsto, devido a ganhos em negociações comerciais com fornecedores e cancelamento/postergação de projetos. Em dólares, o desembolso ficou 13% inferior ao estimado, explicado pela depreciação do real ante a expectativa do câmbio para o ano de 2018. Do total investido, R\$ 145 milhões foram direcionados para projetos em Saúde, Segurança, e Meio Ambiente, e R\$ 44 milhões direcionados para Inovação e Tecnologia.

Investimentos Estratégicos 2018:

O investimento em projetos estratégicos totalizou R\$ 826 milhões, 7% abaixo do previsto quando mensurado em reais. Do total desembolsado, R\$ 778 milhões (US\$ 210 milhões), equivalente a 98% do total, foram investidos na construção da nova planta de PP nos Estados Unidos.

Com investimento aprovado de até US\$ 675 milhões, a Companhia já investiu US\$ 382 milhões, com progresso físico total de 48,3%, sendo: (i) detalhamento de engenharia: 97,4% concluído; (ii) aquisições de equipamentos e materiais: 94,7% concluído; e (iii) construção Civil: 41,6% concluído.

A nova planta, localizada no site de La Porte, no estado norte-americano do Texas, terá capacidade de produção de 450 mil toneladas de PP e tem o início de sua operação previsto para o segundo trimestre de 2020. Este projeto está alinhado com a estratégia de diversificação da matriz de matéria-prima e expansão geográfica nas Américas, reforçando a posição de liderança na produção de PP nos Estados Unidos.

Investimentos 2019

A Braskem deverá investir cerca de R\$ 3.315 milhões neste ano, dos quais, R\$ 1.236 milhões são atrelados ao dólar (US\$ 331 milhões) referentes aos investimentos operacionais das unidades nos Estados Unidos e Europa. Do total investido, R\$ 300 milhões serão direcionados para projetos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) e R\$ 1.968 milhões para os projetos relacionados à manutenção, produtividade e eficiência operacional, incluindo o investimento com a parada programada do cracker da Bahia, previsto para o 4T19. O saldo remanescente será direcionado para outros projetos estratégicos, como o investimento na nova planta de PP nos EUA (US\$ 223

10.8 - Plano de Negócios

milhões).

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca atender o seu plano de investimentos, preferencialmente, com linhas de financiamento contratadas junto a agentes governamentais (inclusive instituições financeiras de fomento), nacionais e internacionais (tais como aquelas descritas no item 10.1(f) desta proposta), uma vez que estes agentes, regra geral, oferecem condições menos onerosas à Companhia. Os investimentos que não são elegíveis para estas fontes de financiamento serão custeados por: (i) fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais da Companhia; ou por (ii) outras fontes como, por exemplo, empréstimos e financiamentos (tais como aqueles descritos em todos os demais subitens do item 10.1(f) desta proposta).

Para financiar parte da construção da nova planta de PP nos Estados Unidos, a Braskem América contratou um financiamento de até US\$225 milhões com garantia da Euler Hermes, agência de crédito de exportação alemã. Para mais informações vide item 10.1(f) desta proposta.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há processo de desinvestimentos relevante em andamento e/ou previsto.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há processo de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas e (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o portfólio de Inovação e Tecnologia contemplava 308 projetos para o desenvolvimento de novos produtos e processos.

Uma parte relevante do valor do pipeline está representada por projetos de longo prazo e maior complexidade tecnológica, divididos em programas para desenvolvimentos de novas tecnologias, a criação de novas famílias de produtos e a conquista de novos mercados.

A importância do programa de inovação na Companhia e de seu pipeline também se reflete no resultado de lançamento de novos produtos de Poliolefinas em todas as regiões onde cerca de 8% das vendas consolidadas são de produtos lançados nos últimos três anos. Em 2018, 27 novos grades de resinas foram adicionados ao seu portfólio, dentre os quais se destacam:

- PEBDL para tampas de óleos: polietileno de baixa densidade que apresenta maior resistência para as tampas de óleos comestíveis.

10.8 - Plano de Negócios

- PEBDL para embalagens flexíveis: novo metaloceno que combina excelente processamento na fabricação do filme, além de boas propriedades mecânicas e brilho para as embalagens. Além de propiciar melhor estabilidade para a produção das embalagens.
- Copolímero de impacto de PP: resina lançada no show de plásticos NPE, que combina transparência, rigidez e dureza para o impacto. Este produto é usado para embalagens rígidas e seu mercado foi desenvolvido nos EUA e na Europa.
- PP para baldes: nova resina com melhores propriedades mecânicas e maior índice de fluidez, que melhora a processabilidade e facilita a produção.
- EVA I'm green™: lançado em agosto em parceria exclusiva com a Allbirds (footwear, USA), que utilizou na confecção de chinelos com conceito sweetfoam. O EVA I'm green™ marcou a ampliação da família de soluções renováveis da Braskem, que desde 2010 conta com o PE Verde. Ambos produtos colaboram com a captura de carbono e reforçam o compromisso da Companhia com a economia circular.

Adicionalmente, a área de Inovação e Tecnologia apresentou os seguintes destaques no ano:

- Foram depositados 34 novos pedidos de patentes e 152 extensões. Atualmente a Companhia tem 652 documentos ativos, dos quais 282 com patentes concedidas.
- Investimentos superiores a R\$ 14 milhões no Centro de Tecnologia e Inovação em Triunfo/RS para os laboratórios de Polímeros, Catálise e Plantas Piloto, destacando a renovação do parque de equipamentos.
- Investimentos superiores a R\$ 10 milhões no centro de Tecnologia e Inovação em Pittsburgh-USA, incluindo a instalação de uma linha semicomercial de termoformagem para ajudar no desenvolvimento de novos produtos e aplicações. Além disso, foram instalados robôs para automatizar rotinas operacionais do laboratório, incluindo moldagem por compressão, elasticidade e testes de impacto.
- Apoio a 420 clientes através de mais de 59 mil análises realizadas no centro de Inovação & Tecnologia do Brasil. Já no caso do centro dos Estados Unidos, destaca-se o apoio a aproximadamente 75 clientes com cerca de 16 mil análises.
- Nova operação em Boston, nos EUA, com foco em pesquisa e desenvolvimento de químicos e materiais de origem renovável. A escolha do local visa aproveitar o avanço da região em biotecnologia e materiais avançados. As atividades incluem pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia; ciência de materiais; desenvolvimento de negócios e mercados; e busca de tecnologias para parcerias estratégicas.
- Construção de uma planta piloto de fermentação no Centro de Pesquisa em Químicos Renováveis, localizado em Campinas/SP. O startup da planta foi realizado em novembro de 2018. A planta piloto permitirá à Braskem avançar nos projetos de químicos renováveis, possibilitando o desenvolvimento de novos produtos e processos. Estes projetos estão

10.8 - Plano de Negócios

relacionados com a proposta de economia circular e buscam desenvolver produtos que contribuam para a captura de CO₂.

- Início da construção do novo prédio de 2,8 mil m² de área em Triunfo/RS. A preparação do local onde será o novo laboratório foi iniciada no final de 2018 e a conclusão está prevista para outubro de 2019. O espaço receberá laboratórios de caracterização avançada de polímeros, o que inclui análises como cromatografia, fracionamento de polímeros, microscopia, além de laboratórios de catálise e de tecnologia de processos petroquímicos. O laboratório de controle de qualidade também funcionará no local. O investimento será de aproximadamente R\$ 50 milhões, incluindo equipamentos.
- Plataforma de reciclagem mecânica com o objetivo de desenvolver soluções únicas em reciclagem, proporcionando diferenciação ao portfólio da Braskem.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos três últimos exercícios sociais, o montante total gasto pela Companhia foi o seguinte:

| Exercício social encerrado em | | | |
|-------------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Gastos com P&D | R\$ 200 milhões | R\$ 167 milhões | R\$ 162 milhões |
| Investimentos em P&D | R\$ 44 milhões | R\$ 23,1 milhões | R\$ 13 milhões |
| TOTAL | R\$ 244 milhões | R\$ 190,1 milhões | R\$ 175 milhões |

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não aplicável.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

A Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas, conforme faculdade prevista no artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados;

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto; e

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, e por uma Diretoria, formada por no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) diretores.

Os conselheiros possuem mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição e os diretores possuem mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

O Estatuto Social da Companhia admite a criação, pelo Conselho de Administração, de uma Secretaria e de Comitês especializados para apoiar o Conselho de Administração no processo deliberativo.

Atualmente a Companhia possui 1 comitê estatutário, o Comitê de Conformidade, de caráter permanente composto por, no mínimo, 3 (três) membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, nos termos do regimento interno do referido Comitê, e 3 (três) Comitês de apoio ao Conselho de Administração (não estatutários), quais sejam: (i) Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Comitê de Pessoas e Organização; e (iii) Comitê de Estratégia e Comunicação. Tais comitês não estatutários são compostos pelos próprios membros do Conselho de Administração da Companhia, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração a alocação dos Conselheiros em cada um dos Comitês e a designação do Conselheiro Coordenador, levando em conta a experiência e as competências de cada Conselheiro, vis à vis as atribuições de cada Comitê. Cada Comitê terá no mínimo 3 e no máximo 5 membros titulares, e seus respectivos suplentes, sendo um Coordenador. Os Conselheiros que integram os Comitês têm mandato coincidente com o do Conselho de Administração, e podem ser reconduzidos pelo prazo em que forem Conselheiros.

- **Comitê de Pessoas e Organização:** criado em 17/12/2002
- **Comitê de Finanças e Investimentos:** criado em 17/12/2002
- **Comitê de Estratégia e Comunicação:** criado em 17/12/2002
- **Comitê de Conformidade:** criado em 04/05/2016

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho de Administração possui regimento interno aprovado em 08/08/2018 que também estabelece os papéis e responsabilidades básicas dos Comitês de apoio ao Conselho de Administração, bem como as diretrizes básicas para sua constituição e operação.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração, nos termos do seu regimento interno, aprovado em 08/08/2018, disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br):

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 100.000.000,00;
- (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;
- (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;
- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;
- (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês;
- (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia e de suas controladas;
- (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
- (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;
- (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 200.000.000,00, por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;
- (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% do ativo

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00, ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;
 - (xviii) decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definido na política da Companhia que regule esta matéria, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 60.000.000,00 por exercício social;
 - (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37 do Estatuto Social, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;
 - (xx) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;
 - (xxi) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública ("commercial paper");
 - (xxii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;
 - (xxiii) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;
 - (xxiv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;
 - (xxv) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;
 - (xxvi) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;
 - (xxvii) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos,
 - (xxviii) desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 do Estatuto Social, sempre ressalvadas as hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;
 - (xxix) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; e
 - (xxx) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitê de Conformidade ("CC")

- (i) Compete ao CC, nos termos do seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 08/08/2018, disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br):
- (ii) Apoiar o Conselho de Administração nos assuntos relacionados ao compromisso da Companhia em agir de forma ética, íntegra e transparente, em consonância às melhores práticas globais, normas, regulamentos e leis aplicáveis, bem como acompanhar o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas da Companhia referentes ao tema conformidade, dentre elas: (i) sistema de conformidade; (ii) anticorrupção; (iii) gestão de riscos; e (iv) código de conduta;
- (iii) Submeter ao Conselho de Administração, anualmente, o programa do CC que contemplará, entre outros, (i) o alinhamento das concentrações que serão objeto de apreciação e deliberação pelo Conselho de Administração, independentemente de outras que eventualmente o CC julgue oportuno submeter ao Conselho de Administração; e (ii) o orçamento do CC e da área de conformidade, incluindo a área de auditoria interna, compatível com o escopo de suas atividades e demandas, contemplando, inclusive, o plano de aperfeiçoamento profissional e formação contínua de seus membros e do Responsável por Conformidade ("R-Conformidade") e equipe;
- (iv) Aprovar as alterações significativas na macroestrutura do R- Conformidade;
- (v) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas de apetite ao risco, da matriz de risco da Companhia, bem como dos planos de mitigação e de contingência necessários;
- (vi) Fazer o monitoramento permanente e efetivo da exposição a riscos, incluindo a matriz de riscos, bem como do sistema de conformidade, dos sistemas de controles internos e do cumprimento de leis, normas e regulamentos, assim como das políticas da Companhia;
- (vii) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, o plano anual de auditoria interna;
- (viii) Supervisionar a qualidade e integridade dos trabalhos e adequação das atividades da área de conformidade, incluindo controles internos, compliance, gestão de riscos e auditoria interna;
- (ix) Conduzir, supervisionar e revisar os resultados de investigações em matérias que estejam dentro do escopo de suas atribuições ou quando envolver o R-Conformidade ou alguém de sua equipe, além de apreciar os resultados das investigações que envolverem membros do Conselho de Administração, o Líder de Negócio da Braskem ("LN-Braskem") ou um de seus liderados diretos;
- (x) Propor ao Conselho de Administração a criação de políticas complementares necessárias à atuação do CC, bem como a atualização das políticas da Companhia relativas ao tema conformidade, e promover sua implementação com enfoque educacional, de conscientização e preventivo;
- (xi) Aperfeiçoar o sistema de conformidade da Companhia, promovendo a interação com reconhecidas entidades, nacionais e internacionais, voltadas às melhores práticas de conformidade;
- (xii) Interagir com integrantes, auditores independentes, consultores jurídicos e outros consultores externos, conforme necessário, para aperfeiçoar práticas de conformidade da Companhia;
- (xiii) Disponibilizar a experiência de atuação do CC aos integrantes da Companhia e de suas sociedades controladas visando ao aprimoramento de conformidade nos respectivos negócios;
- (xiv) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a adequação de transações sujeitas à aprovação do Conselho de Administração entre a Companhia e suas partes relacionadas, conforme previsto no estatuto social da Companhia, bem como realizar seu monitoramento;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xv) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, resultados de due diligences relacionados à conformidade, nas matérias sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, conforme previsto no estatuto social;
- (xvi) Assegurar a existência (i) do canal de linha de ética para recebimento de denúncias, inclusive anônimas e confidenciais eventualmente feitas pelos integrantes da Braskem ou terceiros em relação às práticas contábeis, controles internos, questões relacionadas à auditoria da Companhia ou qualquer outra denúncia de não conformidade a dispositivos legais ou regulamentares e normas internas da Companhia, bem como (ii) de procedimentos para retenção e tratamento das referidas denúncias;
- (xvii) Apreciar e recomendar ao Conselho de Administração, em alinhamento com a opinião do Responsável pelo Apoio ao Empresariamento Jurídico da Braskem ("RAE-Jurídico"), a obrigatoriedade de comunicar a quaisquer autoridades ou terceiros a respeito das irregularidades identificadas em investigação interna;
- (xviii) Auxiliar na determinação, somente quando não houver consenso no Comitê de Ética, acerca da existência ou não de um Conflito de Interesse real ou aparente, conforme definido na Política do Sistema de Conformidade da Braskem sobre esta matéria e, a partir da verificação da sua existência, definir um plano de mitigação do Conflito;
- (xix) Revisar, aprovar e definir planos de mitigação para Conflitos reais ou percebidos comunicados por membros do Conselho de Administração;
- (xx) Propor ao Comitê de Ética a resolução das matérias que forem encaminhadas por este ao CC; e
- (xxi) Aprovar, na primeira reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CC e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração, bem como o calendário para realização das referidas reuniões.

Comitê de Finanças e Investimentos ("CFI")

Compete ao CFI, nos termos do seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 08/08/2018, disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br):

- (i) Acompanhar o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas da Companhia referentes a: (i) assuntos financeiros; (ii) investimentos; (iii) negociação de valores mobiliários; e (iv) seguros e garantias;
- (ii) Avaliar as propostas do LN-Braskem de atualização das políticas elencadas no item "i" acima;
- (iii) Contribuir com a proposta do Programa de Ação ("PA") do LN-Braskem, previamente à sua apreciação pelo Conselho de Administração, com enfoque na estratégia financeira, plano de investimentos, metas de alavancagem, bem como o Custo Médio Ponderado do Capital ("WACC") proposto;
- (iv) Acompanhar os resultados trimestrais da Companhia, por meio dos demonstrativos financeiros, com enfoque na análise gerencial dos resultados, qualificando para o Conselho de Administração os desvios significativos dos macroindicadores em relação ao PA do LN-Braskem;
- (v) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração: (i) as demonstrações financeiras anuais, (ii) o relatório anual dos administradores; e (iii) a proposta de destinação de resultados, incluindo a distribuição de dividendos e orçamento de capital;
- (vi) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas de aquisição ou alienação de bens, bem como investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas que devam ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração;
- (vii) Acompanhar os investimentos aprovados pelo Conselho de Administração, durante a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- sua execução, apontando desvios significativos sobre o orçamento original e seus impactos na Taxa Interna de Retorno ("TIR") do projeto, segundo limites definidos pela política de investimentos da Companhia;
- (viii) Avaliar o desempenho dos investimentos aprovados pelo Conselho de Administração em até 24 (vinte e quatro) meses da sua conclusão (pós-EVTE), caso prazo maior não seja estabelecido pelo CFI;
 - (ix) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as operações financeiras sujeitas à aprovação pelo Conselho de Administração, particularmente no que se refere à sua estrutura, custos e garantias, e consistência com a macroequação financeira constante do PA do LN-Braskem;
 - (x) Avaliar anualmente, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a proposta do LN-Braskem sobre os limites de delegação dentro dos quais os diretores poderão contratar empréstimos, financiamentos ou operações de mercado de capitais;
 - (xi) Apreciar e acompanhar os instrumentos de proteção do resultado contábil da Companhia;
 - (xii) Analisar anualmente a proposta de seguro patrimonial que cobre o patrimônio tangível da Companhia, avaliando sua aderência aos documentos orientadores em vigor relativos a esta matéria. Para melhor cumprimento desta competência, caberá ao CFI analisar as bases da renegociação de seguros, antes de sua contratação, tomando conhecimento também dos critérios de escolha das seguradoras que participarão das concorrências;
 - (xiii) Analisar questões fiscais;
 - (xiv) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as operações que demandem concessão de garantias de qualquer natureza por parte dos acionistas sujeitas à aprovação do Conselho de Administração;
 - (xv) Acompanhar a estratégia financeira, incluindo endividamento, indicadores financeiros e de alavancagem, operações com derivativos, plano de contingência, proteção de dividendos pagos, análise de sensibilidade, e metas de alavancagem;
 - (xvi) Acompanhar o desempenho das ações da Companhia no mercado de capitais em relação (i) ao desempenho das ações de empresas comparáveis, e (ii) aos principais índices dos mercados nos quais a Companhia tenha ações listadas em bolsa; e
 - (xvii) Aprovar, na primeira reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CFI e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração, bem como o calendário para realização das referidas reuniões.

Comitê de Pessoas e Organização ("CPO")

Compete ao CPO nos termos do seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 08/08/2018, disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br):

- (i) Acompanhar e avaliar o cumprimento efetivo das matérias indicadas a partir das diretrizes fixadas nas políticas referentes a pessoas, notadamente: (i) remuneração; e (ii) Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Qualidade e Produtividade ("SSMAQ&P");
- (ii) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas do LN-Braskem de atualização das políticas elencadas no item "i" acima;
- (iii) Contribuir na elaboração e acompanhar o cumprimento efetivo das normas que tratem sobre a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Apoio e diretoria estatutária;
- (iv) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a proposta do LN-Braskem sobre a composição da diretoria estatutária;
- (v) Contribuir com o planejamento e acompanhar os projetos estratégicos relacionados a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- peças, incluindo, mas não se limitando, ao programa de diversidade da Companhia e ao programa de identificação de jovens parceiros da Companhia;
- (vi) Assegurar a existência e o acompanhamento de indicadores estratégicos de pessoas, incluindo os indicadores do PA do LN-Braskem sobre SSMAQ&P;
 - (vii) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a proposta de remuneração anual global dos administradores, a ser encaminhada à aprovação da assembleia geral de acionistas, bem como analisar e recomendar ao Conselho de Administração a proposta de individualização da referida remuneração;
 - (viii) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as referências de mercado acerca dos parâmetros e critérios apresentadas pela diretoria da Companhia para a remuneração dos conselheiros e submeter uma proposta para aprovação do Conselho de Administração;
 - (ix) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, propostas apresentadas pelo LN-Braskem de participação dos integrantes nos resultados da Companhia, bem como suas eventuais propostas de mudanças de parâmetros e critérios;
 - (x) Analisar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, propostas apresentadas pelo LN-Braskem relativamente a planos de incentivo de longo prazo, bem como apoiar o Conselho de Administração: (i) na definição dos critérios, métricas do plano e detalhamento dos indicadores para definição da contrapartida e definição das pessoas elegíveis no âmbito dos seus respectivos programas; e (ii) na avaliação anual de desempenho de cada programa;
 - (xi) Avaliar propostas de mudanças e acompanhar o programa de previdência adotado pela Companhia com relação à aderência às políticas em vigor, bem como analisar as definições sobre a implementação do programa em sociedades controladas;
 - (xii) Contribuir com o Conselho de Administração na avaliação anual de desempenho do LN-Braskem com base nas metas definidas no seu PA e aprovadas pelo Conselho de Administração, e analisar o resultado da avaliação anual de desempenho realizada pelo LN-Braskem dos integrantes diretamente a ele vinculados, cujos resultados deverão ser apresentados ao Conselho de Administração;
 - (xiii) Propor ao Presidente do Conselho de Administração os critérios para avaliação anual do Conselho de Administração e de seus Comitês de Apoio, e da Secretaria do Conselho de Administração, para o que o CPO poderá contar com o apoio de consultoria externa especializada para definição do escopo, metodologia a ser implementada e realização do processo de avaliação;
 - (xiv) Apoiar o Conselho de Administração na avaliação nos anos subsequentes à eleição dos membros do Conselho se os conselheiros declarados independentes permanecem enquadrados aos critérios de independência da Companhia, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer a independência dos conselheiros;
 - (xv) Acompanhar o plano de sucessão do LN-Braskem e integrantes a ele vinculados e do R-Conformidade;
 - (xvi) Acompanhar o programa de desenvolvimento de líderes da Companhia, bem como propor uma apresentação anual do LN-Braskem, diretamente ao Conselho de Administração, sobre referido programa;
 - (xvii) Acompanhar e recomendar ações que assegurem a cultura empresarial da Companhia e promovam o alinhamento com os valores da Companhia e discutir os resultados das pesquisas de engajamento interno e analisar a proposição e implementação de planos de ação relacionados ao tema; e
 - (xviii) Aprovar, na primeira reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CPO e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração, bem como o calendário para realização das referidas

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

reuniões.

Comitê de Estratégia e Comunicação (“CEC”)

Compete ao CEC, nos termos do seu regimento interno, aprovado em 08/08/2018, disponível nos websites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br):

- (i) Acompanhar o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas referentes a: (i) divulgação de informações; e (ii) desenvolvimento sustentável;
- (ii) Avaliar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, as propostas do LN-Braskem de atualização das políticas elencadas no item “i” acima;
- (iii) Apreciar, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, o direcionamento estratégico da Companhia em suas diferentes linhas de negócio;
- (iv) Avaliar as definições para o planejamento do PA do LN-Braskem, quais sejam: negócio, filosofia, visão e direcionamento estratégico;
- (v) Contribuir com a proposta do PA, antes de sua apreciação pelo Conselho de Administração, com enfoque nas orientações gerais, diretrizes e premissas utilizadas na elaboração do PA plurianual do LN-Braskem;
- (vi) Acompanhar e reportar ao Conselho de Administração o desempenho da Companhia em relação ao PA aprovado, contribuindo com as estratégias operacionais, industriais e corporativas da Companhia, ou seja, produção e matéria-prima, marketing e vendas, desenvolvimento tecnológico, marcas e patentes, bem como consecução das estratégias de crescimento e fortalecimento setorial;
- (vii) Avaliar e acompanhar a estratégia de comunicação da Companhia;
- (viii) Avaliar e acompanhar a estratégia de construção da imagem empresarial;
- (ix) Avaliar o plano de relacionamento com a sociedade, a partir do PA do LN-Braskem, e acompanhar a imagem institucional da Companhia, decorrente da política e dos programas de relações institucionais (meios de comunicação, imprensa, órgãos de classe e representação e marca);
- (x) Acompanhar e avaliar as iniciativas da Companhia no que concerne à sustentabilidade empresarial, no âmbito da visão estratégica definida no PA do LN-Braskem; e
- (xi) Aprovar, na primeira reunião de cada exercício, a agenda básica das reuniões ordinárias, por proposição do seu coordenador, contemplando as atividades de competência do CEC e outras necessárias para atender as solicitações de trabalho definidas pelo Conselho de Administração, bem como o calendário para realização das referidas reuniões.

Área de Conformidade

O Responsável por Conformidade (“R-Conformidade”) da Companhia é responsável pelo acompanhamento diário do Sistema de Conformidade e atua como um recurso em todos os temas correlatos. O R-Conformidade é liderado do Coordenador do CCAs responsabilidades do R-Conformidade incluem as seguintes:

- (i) Propor e submeter, anualmente, o seu Programa de Ação à aprovação do CC, com as respectivas concentrações e orçamento, incluindo serviços externos de consultoria, sistemas de tecnologia da informação e pessoal;
- (ii) Propor o Sistema de Conformidade para o CC e atualizá-lo periodicamente sobre seu status;
- (iii) Apoiar o LN Braskem e os Integrantes da Braskem na implementação do Sistema de Conformidade na Companhia, além de monitorar continuamente sua eficácia;
- (iv) Recomendar a criação, aperfeiçoamento ou revisão de materiais de orientação da

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Companhia, incluindo o Código de Conduta Global da Braskem, políticas, diretrizes, procedimentos, treinamentos e comunicações, certificações, recursos, avaliações e monitoramento, avaliação de riscos e demais sistemas que orientem a atuação ética dos Integrantes;

- (v) Promover a divulgação do Código de Conduta, da Política Global Anticorrupção e de outros Materiais de Orientação da Companhia, bem como criar e manter mecanismos para apoiar ações de conformidade;
- (vi) Assegurar a implementação do plano anual de auditoria interna, incluindo requisitos para o planejamento, métodos para definição do escopo, realização das auditorias e comunicação dos resultados;
- (vii) Promover o monitoramento da identificação, do processo de avaliação e do tratamento de riscos potenciais, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos correspondentes;
- (viii) Coordenar e supervisionar a efetividade do Canal Linha de Ética, bem como do Comitê de Ética e das reuniões relacionadas, descritos no Procedimento do Canal Linha de Ética e Investigações da Braskem, para que todas as denúncias recebidas sejam devidamente registradas, analisadas e resolvidas;
- (ix) Com o apoio do RAE Jurídico e de outros RAEs da estrutura do LN-Braskem, conforme adequado, realizar a investigação necessária e oportuna, bem como a remediação dos relatos de conformidade;
- (x) Assegurar a apresentação periódica de relatórios e o fluxo adequado de informações para o Comitê de Ética, o CC e todo o Conselho de Administração, a respeito do Sistema de Conformidade, incluindo as Políticas da Companhia, os Controles Internos, a Auditoria Interna, as Avaliações de Riscos e as Investigações;
- (xi) Desenvolver e implementar um plano de comunicação para garantir que o Código de Conduta, a Política Global Anticorrupção e outros Materiais de Orientação da Companhia, relacionados ao Sistema de Conformidade, sejam comunicados e estejam acessíveis a todos os públicos;
- (xii) Coordenar e supervisionar os treinamentos dos Integrantes sobre temas de ética, integridade, transparência, gestão de riscos, auditoria e sobre os materiais de orientação da Companhia.

A Companhia possui uma Política de Pré-Aprovação para a Contratação de Serviços que Podem ser Prestados pelos Auditores Independentes (“Política de Serviços Extra-Auditoria”), aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22/06/2005 e disponível no site da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

Na Política de Serviços Extra-Auditoria, são regulados os termos, condições e procedimentos para a contratação dos serviços relacionados à auditoria, assessoria tributária, bem como e outros serviços relacionados que podem ser prestados à Companhia e suas controladas, pelos auditores independentes e/ou entidades a eles reacionadas, de forma a assegurar o pleno atendimento às disposições contidas nas legislação e regulamentação aplicável.

A Política de Serviços Extra Auditoria estabelece que os auditores independentes e/ou entidades a eles relacionadas não podem prestar, concomitantemente aos trabalhos de auditoria, qualquer tipo de serviço que comprometa qualquer um dos princípios mencionados na Política e que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.

Adicionalmente, a Política também estabelece que o Conselho Fiscal aprovará anualmente uma lista dos serviços que poderão ser prestados pelo auditor independente e/ou entidades a ele relacionados, à exceção dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, cuja contratação e aprovação competem ao Conselho de Administração da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Auditoria Interna

A Companhia possui uma área de auditoria interna constituída que reporta ao Conselho de Administração por meio do CC e atua como parte essencial no monitoramento de riscos e controles da Companhia e cujas diretrizes, normas globais da função e responsabilidade de seus profissionais envolvidos estão descritas na Diretriz Global de Auditoria Interna, documento atualizado em 14 de maio de 2018.

A auditoria interna é responsável por realizar, através de uma abordagem independente e objetiva de averiguação e consultoria, por avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, fornecendo recomendações que visam adicionar valor e aprimorar as operações para que a Companhia atinja seus objetivos.

Os resultados dos trabalhos de auditoria interna devem ser documentados através de relatórios, que descrevem as deficiências identificadas por nível de criticidade, juntamente com os planos de ação e prazos para os integrantes responsáveis. Estes devem ser apresentados aos envolvidos nos processos, ao Diretor Presidente e ao CC, sendo este último responsável por analisar os resultados, e então reportar os resultados ao Conselho de Administração.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, sendo o órgão competente para praticar todos os atos de gestão da Companhia.

Compete à Diretoria, nos termos do Estatuto Social, e de seu regimento interno de 25/10/2018, disponível no website da Companhia (www.braskem-ri.com.br):

- (i) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou pelo Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos; e
- (ii) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Compete ao Diretor Presidente, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (i) propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;
- (ii) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (iv) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e
- (v) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.
- (vi) Compete aos demais Diretores, nos termos do Estatuto Social da Companhia, a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica, conforme regulamento interno da Companhia.

Atualmente, a Companhia possui as seguintes diretorias estatutárias: (i) Diretor Presidente; (ii) Jurídico, Governança Corporativa e Relações Institucionais; (iii) Pessoas, Comunicação Empresarial, Marketing e Desenvolvimento Sustentável; (iv) Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação; (v) Poliolefinas, Renováveis e Europa; (vi) Petroquímicos Básicos e Vinílicos, e (vii) Investimentos e Portfólio.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Conselho Fiscal da Companhia funciona de forma permanente e é composto de até 5 membros e seus suplentes.

As atividades do Conselho Fiscal da Companhia regem-se pela Lei nº 6.404/76, pelo Estatuto Social da Companhia, pelo Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, bem como no que for compatível com a legislação brasileira, pelo “Sarbanes-Oxley Act of 2002” dos Estados Unidos da América e ainda por sua norma interna, sem prejuízo das demais normas legais e regulamentares que lhe sejam aplicáveis.

Nos termos da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, e do seu regimento interno de 05 de agosto de 2014, disponível no website da Companhia (www.braskem-ri.com.br), compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

- (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e
- (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros;**
- (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação;**
- (iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
- (iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.**

De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, o processo de avaliação anual do conselho de administração e de seus comitês é aprovado por Conselho de Administração, após a definição dos critérios pelo Presidente do Conselho de Administração com base na proposta feita pelo Comitê de Pessoas e Organização da Companhia. Em 08/11/2018, o Conselho de Administração aprovou a contratação de uma consultoria especializada para a condução do primeiro processo de avaliação do conselho e seus comitês de Apoio. Este processo foi iniciado em janeiro de 2019 e na data deste Formulário de Referência encontrava-se em andamento.

No que tange aos critérios considerados para avaliação para este primeiro ciclo, ele será baseado em auto avaliação e entrevistas com os Conselheiros nas quais serão abordados, dentre outros, os seguintes temas: (i) composição do Conselho de Administração (ii) funcionamento geral e organização de suas reuniões: (iii) efetividade da atuação, funcionamento e grau de

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

comprometimento dos participantes dos comitês de apoio: e (iv) contribuição e comprometimento do Conselho de Administração. Está prevista a formulação de um plano de aperfeiçoamento para o Conselho de Administração, a ser acompanhado pelo P-CA e demais Conselheiros.

(a) prazos de convocação

A Companhia não adota práticas diferenciadas para convocação de Assembleias Gerais em relação ao previsto na legislação vigente. A Assembleia Geral Ordinária será realizada anualmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, enquanto as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os negócios da Companhia assim exigirem, nos termos na Lei das Sociedades por Ações. Observado o disposto na legislação aplicável, os acionistas serão convocados para participar das Assembleias Gerais por meio de convocação publicado na forma do artigo 124, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, respeitando, em primeira convocação, 15 (quinze) dias corridos de antecedência e, em segunda convocação, 8 (oito) dias corridos de antecedência.

(b) competências

Como consta do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à assembleia geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda, nos termos do Estatuto Social da Companhia:

- (i) alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii) criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;
- (iii) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;
- (iv) participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v) alterações do Estatuto Social;
- (vi) aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii) transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii) aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
- (ix) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x) alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;

- (xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26(xxiii) do Estatuto Social;
- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços:

(i) sede da Companhia; e (ii) internet: *websites* da Companhia (www.braskem-ri.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

Com relação à administração de conflitos de interesses nas votações submetidas à assembleia geral, é consignado no Manual de Assembleias Gerais da Companhia que o conflito deve ser identificado pelo próprio acionista, mediante sua abstenção de voto. No entanto, em situações em que o conflito seja inequívoco e o acionista não se manifeste, o presidente da mesa deve declarar tal impedimento, em linha com precedentes da CVM.

Adicionalmente, além do previsto na legislação societária, a Companhia possui orientações sobre conflito de interesses constantes do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de abril de 2018 ("Código de Conduta").

Nos termos do Código de Conduta, tanto nas suas responsabilidades profissionais quanto nas atividades pessoais, os integrantes têm o dever de garantir que suas ações não criem um conflito real ou percebido com os interesses da Braskem. A Braskem proíbe os Conflitos de Interesses.

Conflitos de Interesses ocorrem quando o interesse particular de um indivíduo, ou o interesse de um parente próximo desse indivíduo, interfere, ou aparenta interferir, na sua capacidade de julgamento isento, esperada na sua responsabilidade ou nos interesses da Companhia. Os Conflitos de Interesses também surgem quando um Integrante, ou seu parente próximo, recebe benefícios pessoais inadequados por conta de sua posição na Companhia.

Caso um Integrante ou parente próximo esteja exposto a quaisquer das situações acima, deve dialogar com o seu líder direto, com a área de Pessoas & Organização e/ou área de Conformidade para que seja avaliada a existência ou não de conflito real ou potencial. Os Conflitos de Interesses devem também ser comunicados à área de Conformidade por meio da ferramenta de Conflitos de Interesses disponibilizada na intranet da Braskem.

O Código de Conduta encontra-se disponível na internet, no site da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui políticas e não adota prática para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais.

Desta forma, os acionistas que pretendam participar das Assembleias Gerais da Companhia deverão observar o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, no tocante à legitimação e representação, ou seja, deverão apresentar documento de identidade, provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Em linha com a decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ2014/3578, as acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Em tais casos, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Com vistas a agilizar os trabalhos das Assembleias, a administração da Companhia solicita que os acionistas depositem na Companhia, no escritório localizado à Rua Lemos Monteiro, 120, 22º andar, CEP 05501-050, São Paulo, SP, com no mínimo 72 horas de antecedência da data designada para realização das Assembleias Gerais, os seguintes documentos:

(i) comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais; (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista, com reconhecimento de firma do outorgante, notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada (conforme o caso), acompanhado do instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria caso o acionista seja pessoa jurídica; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

No entanto, vale destacar que, nos termos do §2º do artigo 5º da Instrução CVM 481/09, o acionista que comparecer à assembleia munido dos documentos exigidos pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, conforme solicitado pela Companhia.

Ainda, na hipótese da Companhia decidir realizar assembleias parcial ou exclusivamente digitais, através da disponibilização de sistema eletrônico de participação, a Companhia se reserva o direito, nos termos do §3º do artigo 5º da Instrução CVM 481/09, de exigir do acionista que pretende participar pelo sistema eletrônico o envio dos documentos mencionados acima para o e-mail ago2020@braskem.com, com cópia para o e-mail braskem-ri@braskem.com, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da assembleia, de forma que não será admitido o acesso à

plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

A Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital).

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar, à Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, CEP 05501-050, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores ou para o e-mail braskem-ri@braskem.com, os seguintes documentos, devidamente notariados e consularizados ou apostilados (no caso de acionistas estrangeiros):

- (i) boletim de voto a distância relativo à assembleia geral, devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado (não sendo possível assinatura por certificado digital) com a firma dos signatários devidamente reconhecida;
- (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia (desnecessária a notariação e consularização ou apostilamento no caso de acionistas estrangeiros);
- (iii) cópia dos seguintes documentos:
 - para pessoas físicas: documento de identidade e CPF do acionista;
 - para pessoas jurídicas: instrumento de constituição ou estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenha a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia; e
 - para fundos de investimento: regulamento do fundo e estatuto social ou contrato social do administrador do fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à assembleia.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, CNH ou Passaporte.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão recebidos pela Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência da referida assembleia, e serão apontados como recebidos pela Companhia, se estiverem em plena ordem e de acordo com o disposto acima, em até 3 (três) dias do recebimento do referido documento.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são satisfatórios para que o voto seja considerado válido, ou, caso necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio.

(h) se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Nos termos do Artigo 21-C, inciso I da Instrução CVM 481/09, a Companhia não disponibiliza sistema eletrônico para recebimento de boletins de voto a distância.

Nos termos do artigo 21-C, inciso II da Instrução CVM 481/09, a Companhia pode, a seu exclusivo critério, disponibilizar sistema eletrônico para participação a distância durante a assembleia, de forma que, além da possibilidade de participação presencial, as assembleias da Companhia poderão ser realizadas de modo exclusivamente digital, caso os acionistas somente possam participar e votar por meio dos sistemas eletrônicos, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, ou de modo parcialmente digital, caso os acionistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto.

Nesses casos, a participação do acionista, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, poderá ser via plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (ii) participar e votar na assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que, caso queira, vote na assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância serão desconsideradas.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do Artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, caso o acionista queira incluir propostas de deliberação ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto a distância (conforme o caso), será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada ao escritório da Companhia, localizado à Rua Lemos Monteiro, 120, 24º andar, CEP 05501-050, São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no Artigo 21-M, da Instrução CVM 481/09) e à qualidade e participação do acionista, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Abaixo, descrevemos informações detalhadas sobre os prazos e procedimentos para participação a distância nas assembleias da Companhia:

Boletim de Voto a Distância

Além da possibilidade de votar a distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, os acionistas poderão transmitir as instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para prestadores de serviços aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber:

- (i) os agentes de custódia do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou

(ii) ao Itau Corretora de Valores S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central, localizado à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, São Paulo, CEP 04538-132, atendimento a acionista pelos telefones 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7209285 (demais localidades), ou ainda pelo e-mail atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br ou através do site: www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital.

Plataforma Digital

Na hipótese da Companhia realizar uma assembleia de modo exclusivamente ou parcialmente digital, disponibilizando uma plataforma digital para tanto, o acionista que desejar participar da assembleia deverá enviar tal solicitação para a Companhia através do e-mail ago2020@braskem.com, com cópia para o e-mail braskem-ri@braskem.com com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 2 dias da realização da assembleia, a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de toda a documentação do acionista para participação na assembleia (conforme informada no item "f" acima).

A Companhia enviará os convites individuais de acesso à plataforma digital e as respectivas instruções para acesso à plataforma digital aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O acionista que participar por meio da plataforma digital será considerado presente à assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da assembleia, nos termos do artigo 21-V, §1º da Instrução CVM 481/09.

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na assembleia com antecedência mínima de 24 horas da sua realização, deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 3576-9531, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os acionistas terem quaisquer problemas para participar da assembleia. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do acionista.

A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas se familiarizem previamente com o seu uso, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da assembleia, acessem a plataforma digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da assembleia, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Dentre seus membros, o Conselho de Administração conta com um Presidente e um Vice-Presidente, ambos designados pela Assembleia Geral, que também pode substituí-los a qualquer tempo, desde que observados eventuais Acordos de Acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração têm mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente também é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração se reúne ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer dois de seus membros.

Entre o dia de convocação e o dia da realização da Reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

O Conselho de Administração somente delibera com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações são tomadas por maioria, observados eventuais Acordos de Acionistas da Companhia.

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento de Funcionamento do Conselho, compete: (a) convocar e dirigir as Reuniões do Conselho de Administração; e (b) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

Ao Vice-Presidente, ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo do Presidente até a eleição de novo titular.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

| Exercício Social | Tipo de Reunião do Conselho de Administração | Quantidade | Data |
|------------------|---|------------|------------|
| 31/12/2018 | Reuniões do Conselho de Administração Ordinárias | 8 | 2018.02.27 |
| | | | 2018.03.28 |
| | | | 2018.05.09 |
| | | | 2018.06.20 |
| | | | 2018.08.08 |
| | | | 2018.09.19 |
| | | | 2018.11.08 |
| | | | 2018.12.06 |
| | Reuniões do Conselho de Administração Extraordinárias | 9 | 2018.01.16 |
| | | | 2018.04.25 |
| | | | 2018.05.11 |
| | | | 2018.06.08 |
| | | | 2018.06.28 |
| | | | 2018.07.17 |
| | | | 2018.10.16 |
| | | | 2018.11.22 |
| | | | 2018.12.27 |

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Acordo de acionistas da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e da Companhia – celebrado em fevereiro de 2010 e aditado em 21 de setembro de 2018.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Tal como descrito no item 15.5, abaixo, os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão sempre atuar no melhor interesse da Companhia, com independência e lealdade, agindo com transparência e precisão nas divulgações ao mercado e objetivando à valorização dos ativos da Companhia, bem como a maior segurança e transparência aos acionistas, respeitando-se, também, as seguintes determinações:

- **Consenso.** Exceção feita à aprovação do “Plano de Negócios” (descrita abaixo), todas e quaisquer matérias que venham a ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia deverão ser objeto de decisão por consenso de todas as signatárias do acordo em questão, quais sejam, Odebrecht S.A. (“Odebrecht”) e Odebrecht Serviços e Participações S.A. (sucrida pela OSP Investimentos S.A.), Petrobras Química S.A. – Petroquisa (“Petroquisa”) e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”).
- **Ausência.** Em se verificando a ausência a uma reunião do Conselho de Administração de todos os conselheiros indicados por uma das partes do acordo em questão, poderão os conselheiros presentes deliberar as matérias objeto da reunião em questão, sem necessidade do voto dos conselheiros ausentes.
- **Matéria prejudicada.** Não havendo consenso entre os conselheiros indicados por todas as signatárias do acordo em questão, tais conselheiros deverão exercer seus respectivos direitos de voto de modo a julgar prejudicado o item constante da ordem do dia ou, na sua impossibilidade, votar pela manutenção da situação até então vigente.
- **Atribuições complementares.** Além das atribuições estabelecidas por lei e pelo estatuto social da Companhia, também devem ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia as matérias elencadas na cláusula 2.3 do acordo em questão.
- **Exceção - Plano de Negócios.** O “Plano de Negócios” da Companhia será aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho de Administração da Companhia, independentemente do consenso das signatárias do acordo em questão.
- **Reuniões prévias.** As deliberações objeto de reunião do Conselho de Administração da Companhia poderão ser precedidas de deliberação em reunião prévia, se solicitado por qualquer das partes signatárias do acordo em questão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da convocação da reunião. Nessas reuniões, as deliberações somente serão aprovadas quando obtiverem voto favorável de todas as signatárias do acordo em questão, de forma que, com relação aos conselheiros indicados por elas, as decisões tomadas nessas reuniões constituirão orientação dos seus votos.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme descrito nos itens 16.1 e 16.3 deste Formulário de Referência a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e uma Diretriz Global de Conflitos de Interesse, que tratam dos temas relacionados à identificação e administração de conflitos de interesse.

Especificamente com relação às práticas relativas ao Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia estabelece, em seu item 7.3.1 que “Caso o Conselheiro esteja em situação de conflito de interesses com uma determinada deliberação deverá abster-se de participar do processo decisório desta deliberação, devendo ainda informar ao CA o seu impedimento e consignar em ata da RCA...”.

Ainda, o Regimento Interno do Conselho de Administração estabelece que caso o membro do Conselho de Administração deixe de se manifestar acerca de tal conflito, qualquer outro membro que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo. Além disso, os membros do Conselho de Administração da Companhia devem divulgar qualquer conflito de interesse real, potencial ou percebido ao líder da Área de Conformidade (item 5.4 da Diretriz Global de Conflitos de Interesse).

Por sua vez, o Código de Conduta da Companhia dispõe, em seu item 7, sobre conflitos de interesse não relacionados aos órgãos de deliberação ou fiscalização, mas sim à assuntos que envolvem o interesse particular de um indivíduo (ou alguém próximo deste) de modo a interferir (ou aparentar interferir) na capacidade de julgamento isento no melhor interesse da Companhia.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e
- principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía uma Política de Indicação formalmente aprovada. Contudo, a Companhia adota diversos procedimentos para indicação dos membros do seu Conselho de Administração que mitigam a ausência da Política de Indicação formalizada, como, por exemplo, atualmente mais de 50% dos membros do CA são independentes e estão em vigor na Companhia, procedimentos para confirmar e garantir a manutenção desta independência.

Também, apesar de não constar a previsão estatutária, de acordo com o item 2(viii) do

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Regimento Interno do Conselho de Administração, compete a tal órgão manifestar-se sobre o enquadramento dos candidatos a membros do Conselho de Administração aos critérios de independência, sempre que houver convocação de Assembleia Geral para eleger conselheiros, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência, anualmente.

Para tanto, o Conselho de Administração da Companhia conta com o apoio do Comitê de Pessoas e Organização, ao qual compete de acordo com o item 2(xiv) do seu Regimento Interno “apoiar o CA na avaliação nos anos subsequentes à eleição dos membros do Conselho se os conselheiros declarados independentes permanecem enquadrados aos critérios de independência da Companhia, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer a independência dos conselheiros”.

Além disso, a Companhia adota de forma voluntária o conceito de independência dos membros do Conselho de Administração do regulamento do Nível 2 da B3, que entende ser mais objetivo do que o previsto no “Código Brasileiro de Governança Corporativa”, limitando o grau de parentesco entre indivíduos e a relação societária.

O item 5.1.1 da Política Global do Sistema de Conformidade da Companhia determina os seguintes critérios de independência: (i) não possuir qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado à sociedade ou entidade relacionada ao acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (iv) não ter sido, nos últimos três anos, Integrante ou diretor da Companhia, do acionista Controlador ou de Sociedade Controlada pela Companhia; (v) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; e (vii) não receber remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Ainda no quesito da composição de tal órgão, o item 3.3 do Acordo de Acionistas estabelece o comprometimento do Controlador e da Petrobras de não indicar, para membro do Conselho de Administração da Companhia, pessoas que ocupem cargo de conselheiro, diretor ou qualquer outra função em outras empresas petroquímicas concorrentes

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem inserida no Estatuto Social da Companhia.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Órgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|---------------------------|--|-----------------|-------------------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| EDISON TERRA FILHO | 28/10/1971 | Pertence apenas à Diretoria | 09/05/2018 | 3 anos (até a 1ª RCA após AGO 2021) | 2 |
| 157.964.638-70 | Engenheiro de Produção | 19 - Outros Diretores | 09/05/2018 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou função na Companhia. | | Diretor Sem Designação Específica | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS | 30/11/1975 | Pertence apenas à Diretoria | 09/05/2018 | 3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2021) | 2 |
| 258.045.318-08 | Engenheiro de Produção | 12 - Diretor de Relações com Investidores | 09/05/2018 | Sim | 0.00% |
| Diretor Financeiro. | | | | | |
| CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO | 17/06/1977 | Pertence apenas à Diretoria | 08/05/2019 | até 1ª RCA após AGO 2021 | 0 |
| 281.798.748-93 | Advogada | 19 - Outros Diretores | 08/05/2019 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | Diretora Jurídica | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO | 22/06/1968 | Pertence apenas à Diretoria | 09/05/2018 | 3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2021) | 2 |
| 700.697.006-72 | Administrador de Empresas | 19 - Outros Diretores | 09/05/2018 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | Diretor sem designação específica | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 29/05/1965 | Pertence apenas à Diretoria | 09/05/2018 | 3 ANOS (até 1ª RCA após AGO 2021) | 2 |
| 509.945.144-68 | Engenheiro Químico | 19 - Outros Diretores | 09/05/2018 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | Diretor sem designação específica | | | |
| JOÃO COX NETO | 02/05/1963 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 3 |
| 239.577.781-15 | Economista | 21 - Vice Presidente Cons. de Administração | 29/05/2020 | Não | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Estratégia e Comunicação da Companhia, como membro efetivo (Coordenador). | | | | | |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Órgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|------------------------------|--|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| ANDREA DA MOTTA CHAMMA | 10/09/1965 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 0 |
| 125.668.818-55 | Administradora de Empresas | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 29/05/2020 | Não | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo (Coordenadora). | | | | | |
| GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO | 17/05/1956 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 3 |
| 013.784.028-47 | Economista | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA | 13/08/1956 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 546.600.417-00 | Economista | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo (Coordenador). | | | | | |
| JULIO SOARES DE MOURA NETO | 20/03/1943 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 033.409.377-53 | Oficial da Marinha do Brasil | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 29/05/2020 | Não | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo (Coordenador). | | | | | |
| ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA | 18/07/1963 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 3 |
| 520.609.346-72 | Engenheiro Civil | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Órgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|---------------------------|--|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA | 04/12/1949 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 299.637.297-20 | Engenheiro | 20 - Presidente do Conselho de Administração | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Estratégia e Comunicação da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA | 01/03/1973 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 3 |
| 726.224.745-04 | Advogado | 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo) | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Conformidade da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| ROBERTO FALDINI | 06/09/1948 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 070.206.438-68 | Administrador de Empresas | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Pessoas e Organização da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA | 11/06/1976 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 889.539.205-15 | Advogado | 22 - Conselho de Administração (Efetivo) | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ | 19/10/1981 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 0 |
| 095.598.217-09 | Advogada | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Não | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| JOSÉ MARCELO LIMA PONTES | 31/03/1947 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Órgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|---------------------------|--|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| 016.121.743-53 | Jornalista | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| MARCELO MANCINI STELLA | 11/01/1963 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 3 |
| 110.902.258-14 | Engenheiro de Produção | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA | 21/08/1978 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 786.634.075-72 | Economista | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES | 18/01/1980 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 0 |
| 086.809.277-08 | Economista e Advogado | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Não | 0.00% |
| Faz parte do Comitê de Finanças e Investimentos da Companhia, como membro efetivo. | | | | | |
| GUILHERME SIMÕES DE ABREU | 26/09/1951 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 0 |
| 065.800.095-00 | Administrador de Empresas | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| GUILHERME DUARTE ABUD | 12/03/1983 | Pertence apenas ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 0 |
| 312.584.388-01 | Advogado | 23 - Conselho de Administração (Suplente) | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Orgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|--|---------------------|---|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES | 10/11/1956 | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração | 29/05/2020 | até 1ª RCA após AGO 2021 | 0 |
| 141.330.245-91 | Engenheiro Mecânico | 39 - Outros Conselheiros / Diretores | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Faz parte do Conselho de administração da Companhia e do Comitê de Estratégia e Comunicação como membro efetivo. | | Conselho de Administração (efetivo) 29/05/2020 | | | |
| ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES | 10/11/1956 | Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração | 04/12/2019 | 2 ANOS (até AGO 2022) | 2 |
| 141.330.245-91 | Engenheiro Mecânico | 39 - Outros Conselheiros / Diretores | 01/01/2020 | Sim | 100.00% |
| Faz parte da Diretoria da Companhia como Diretor Presidente e do Comitê de Estratégia e Comunicação como membro efetivo. | | Diretor Presidente/Superintendente | | | |
| CARLOS ALBERTO RECHELO NETO | 06/05/1978 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 3 |
| 262.997.388-39 | Engenheiro | 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas | 29/05/2020 | Não | 100.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| GILBERTO BRAGA | 08/10/1960 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 4 |
| 595.468.247-04 | Economista | 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| ISMAEL CAMPOS DE ABREU | 14/08/1955 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 18 |
| 075.434.415-00 | Contador | 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador | 29/05/2020 | Sim | 100.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| IVAN SILVA DUARTE | 11/10/1973 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 5 |
| 611.242.065-15 | Contador | 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

| Nome | Data de nascimento | Órgão administração | Data da eleição | Prazo do mandato | Número de Mandatos Consecutivos |
|---|----------------------------|---|-----------------|-----------------------------|---|
| CPF | Profissão | Cargo eletivo ocupado | Data de posse | Foi eleito pelo controlador | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos e funções exercidas no emissor | | Descrição de outro cargo / função | | | |
| TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO | 28/04/1978 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 3 |
| 951.929.135-00 | Administradora de Empresas | 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador | 29/05/2020 | Sim | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| AMÓS DA SILVA CANCIO | 30/08/1972 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 0 |
| 991.201.867-20 | Contador | 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas | 29/05/2020 | Não | 100.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| HELOISA BELOTTI BEDICKS | 25/08/1960 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 0 |
| 048.601.198-43 | Economista | 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas | 29/05/2020 | Não | 100.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES | 25/09/1978 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 0 |
| 080.503.857-44 | Engenheiro de Produção | 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas | 29/05/2020 | Não | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| RAFAEL MENEZES PERES | 23/01/1982 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 0 |
| 094.006.847-89 | Contador | 48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas | 29/05/2020 | Não | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE | 07/03/1959 | Conselho Fiscal | 29/05/2020 | 1 ANO | 0 |
| 003.662.408-03 | Economista | 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas | 29/05/2020 | Não | 0.00% |
| Não exerce outros cargos ou funções na Companhia. | | | | | |
| Experiência profissional / Critérios de Independência | | | | | |

EDISON TERRA FILHO - 157.964.638-70

Edison Terra é o atual responsável pela Unidade de Poliolefinas, Renováveis e Europa. Edison ingressou na Braskem em 2002, tendo atuado nas áreas de Marketing, Supply Chain e Exportação e como líder da Pequena Empresa Polietilenos, além da UNIB e da quantiQ. Antes da Braskem, trabalhou por nove anos na Rhodia. Edison é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP com mestrado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV/SP. Também fez cursos de extensão em Global Leadership na Wharton Business School e em Tecnologias Disruptivas na Singularity University. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS - 258.045.318-08

O Sr. Freitas é o atual Responsável por Finanças, Relações com Investidores e Tecnologia da Informação da Braskem. De 2011 a 2016 foi o responsável pela Diretoria de Estratégia Corporativa da Braskem elaborando o plano de negócios e avaliando oportunidades de investimentos e M&A. Anteriormente, atuou em consultoria de estratégia, tendo participado na definição de estratégias de negócios e M&A em diversos setores econômicos, dentre eles na petroquímica, agronegócio, bens de consumo e farmacêutico. O Sr. Freitas é Graduado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da USP e com MBA pelo INSEAD. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara que não é pessoa exposta politicamente e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO - 281.798.748-93

A Sra. Cristiana Lapa ingressou na Companhia em novembro de 2006 como Gerente Jurídica responsável pelas áreas trabalhista, previdenciária e ambiental, tendo exercido o referido cargo até fevereiro de 2013, quando ingressou como Responsável Jurídica pela Unidade de Poliolefinas da América do Sul e Europa. Anteriormente, a Sra. Cristiana Lapa atuou como estagiária e advogada do Pinheiro Neto Advogados, tendo ingressado em 1997 e permanecido até outubro de 2006. A Sra. Cristiana Lapa é graduada em Direito pela Faculdade de Direito da USP, com curso de especialização em Direito do Trabalho pela COGEAE – PUC/SP, Mestrado pela Faculdade de Direito da USP, com período de pesquisa na Universidade de Montesquieu Bordeaux-França e Doutorado pela Faculdade de Direito da USP. A Diretora declara que não possui: qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Diretora declara que não é pessoa exposta politicamente e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO ARANTES DE CARVALHO - 700.697.006-72

O Sr. Arantes é atualmente o Responsável por Pessoas, Comunicação, Marketing e Desenvolvimento Sustentável, com 29 anos de experiência profissional, tendo atuado em diversas empresas de grande porte e em diversos cargos relacionados à Recursos Humanos. Iniciou sua carreira com estágio no grupo Fiat em 1988, tendo depois atuado de 1989-1991 na Celite S.A. na área de Remuneração e Relações Sindicais. Entre 1991 atuou como Gerente de Recursos Humanos na Asea Brown Boveri Ltda. até 1998 quando foi para a Unilever para atuar como Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Em 2000 passou a ser Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional da Intelig Telecomunicações. Posteriormente, em 2005, foi para a Reckitt Benckiser onde ficou até 2008 como Diretor de Recursos Humanos. Entre 2008 e 2010 foi Diretor de Recursos Humanos da América Latina do Grupo Fiat, período após qual veio para a Braskem. O Sr. Arantes é formado em administração de empresas pela Faculdade de Ciências Gerenciais (UNA), e possui um MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral, bem como participou do Global Leadership Program na Wharton Business School - University of Pennsylvania. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA - 509.945.144-68

O Sr. Cerqueira é o atual Vice-Presidente Executivo da Unidade de Negócios de Químicos e Vinílicos. O Sr. Cerqueira possui mais de 30 anos de experiência na indústria química e petroquímica. Iniciou sua carreira em 1987 na Companhia Alcoolquímica Nacional e COPERBO (atual Lanxess). Em 1989 foi para a Companhia Petroquímica Camaçari, onde atuou como Engenheiro de Produção, Logística, SSMA e Suprimentos. Na Braskem já atuou como Responsável pela Unidade Vinílicos, Diretor Industrial de Vinílicos e, Gerente de Produção da Unidade de PVC (BA) e responsável pela Unidade de Químicos da Braskem. O Sr. Cerqueira é graduado em Engenharia Química pela Universidade de Pernambuco, possui MBA em gestão empresarial pela FGV e participou do Global Leadership Program na Wharton Business School - University of Pennsylvania. O diretor declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara também que não é pessoa exposta politicamente e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOÃO COX NETO - 239.577.781-15

O Sr. Cox é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro – Petrobras. Atualmente atua como Presidente do Conselho de Administração da Vivara S.A e é conselheiro da Embraer S.A., Petrobras S.A., Linx S.A. É sócio fundador e CEO da Cox Investments & Advisory. De 2006 a 2010, atuou como CEO e vice-presidente do Conselho de Administração da Claro. Em 2005, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cellcom Israel. Entre abril de 1999 e agosto de 2004, atuou como CFO e relações com investidores da Telemig Celular Participações e da Tele Norte Celular Participações e também como diretor-presidente da Telemig Celular e Amazônia Celular de agosto de 2002 a agosto de 2004. O Sr. Cox foi ainda membro dos Conselhos de Administração de outras empresas no Brasil, Argentina, Holanda e Israel. Também foi conselheiro do CRSFN - Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas e do IBRI - Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Sr. Cox é formado em economia pela Universidade Federal da Bahia e estendeu seus estudos após a graduação em economia na Université du Québec à Montreal e no The College of Petroleum Studies da Oxford University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Cox declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55

A Sra. Andrea da Motta Chamma é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração e líder do Comitê de Pessoas do Grupo Fleury e Advisor e Conselheira Consultiva em startups Fintechs/Blockchain pela 3C Advisors. Anteriormente, atuou como Vice Chairman e Head of Equity Sales do Bank of America Merrill Lynch, e Diretora da corretora e equity sales na ABN Amro. A Sra. Andrea Chamma é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e possui cursos de especialização em gestão nas universidades de Harvard e Columbia.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, a Sra. Andrea Chamma é considerada membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. A Sra. Andrea Chamma declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47

O Sr. Gesner José de Oliveira Filho é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Gesner Oliveira é conselheiro independente certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Além de Conselheiro da Braskem, é membro do Conselho da Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da TIM BRASIL; Presidente do Conselho de Administração da Estre Ambiental, membro do Conselho de Administração da Iguá Saneamento e do Instituto Iguá de Sustentabilidade, membro do Conselho Consultivo da ETCO, membro do Conselho Consultivo do CIEE e membro do Conselho de Autorregulação da FEBRABAN. Sua experiência em Conselhos de Administração, inclui empresas públicas e privadas como a SABESP, CESP, Nossa Caixa, VARIG e USIMINAS. É Sócio da GO Associados, Professor da EAESP / FGV, Coordenador do Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV. Entre 2007 e 2011 foi Presidente da Sabesp - Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo. Atuou, também, como Consultor em projeto, para o Banco Mundial, para análise institucional de empresa de saneamento em Dhaka, Bangladesh em 2012. O Sr. Gesner Oliveira é graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/USP, Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Ph.D. em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Gesner de Oliveira é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Gesner de Oliveira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00

O Sr. João Pinheiro Nogueira Batista é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. João Nogueira é economista pela PUC-RJ e tem MBA em Engenharia Econômica - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Atua há mais de 10 anos em Conselhos de Administração de empresas no Brasil e no exterior. No Grupo Odebrecht, foi membro independente dos Conselhos de Administração da Odebrecht Engenharia e Construção desde junho de 2017 e da Ocyan desde abril de 2018, nos quais permaneceu até janeiro de 2019, e ingressou no Conselho de Administração da Odebrecht S.A. em novembro de 2018. Atualmente, o Sr. João Nogueira é CEO da Voltz Participações S.A. Em sua ampla carreira executiva construída nos setores público e privado, foi CEO da Swiss Re, da Bertin S.A. e da Suzano Petroquímica, bem como ocupou diretorias em empresas como Petrobras, Dresdner Bank, Citibank, Radiobras e Siderbras. O Sr. João Nogueira é conselheiro em duas organizações do terceiro setor: Associação Maria Helen Drexel e Instituto de Reciclagem do Adolescente- Recicla.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. João Nogueira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53

O Sr. Julio Soares de Moura Neto é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Julio é Almirante-de-Esquadra, Bacharel em Ciências Navais pela Escola Naval, Meste em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Comando e Estado Maior), Doutor em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval (Curso de Política e Estratégia Marítimas), possuindo, ainda, Curso Superior Naval de Guerra pelo Instituto Superior Naval de Guerra- Portugal. Possui experiência extra-Marinha no Conselho Consultivo Estratégico da Fundação (EZUTE -SP), no Conselho Consultivo da Cia Brasileira de Cartuchos (CBC-SP) e no Conselho Consultivo do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE -SP).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Julio Soares de Moura Neto é considerado membro independente com base no critério de independência definido pelo Segmento de Listagem do Nível 2 da B3 S.A., adotado pela Companhia. O Sr. Julio Soares declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72

O Sr. André Amaro é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Amaro foi Integrante da Organização Odebrecht de 1988 a 2018. Atualmente é membro suplente do Conselho de Administração da Braskem. Também é membro titular dos Conselhos de Administração das empresas Ocyan e Odebrecht Transport, atuando também como coordenador dos respectivos Comitês de Conformidade. Iniciou a sua carreira em obras de infraestrutura pesada e liderou investimentos da Odebrecht nos programas de Concessão de serviços públicos no Brasil, Argentina e Portugal. Sua trajetória inclui também, Diretor de Financiamentos a Projetos e Exportação na Construtora Norberto Odebrecht, Vice-Presidente de Planejamento e Pessoas da Braskem, Diretor de Pessoas da Odebrecht S.A., Presidente da Odebrecht Properties e da Odebrecht Defesa e Tecnologia. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e tem Mestrado em Administração de Empresas pelo IMD.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. André Amaro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20

O Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha é membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Mauro é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A., desde outubro de 2019, e da Oi S.A., desde setembro de 2018, tendo anteriormente atuado como Presidente do Conselho de Administração da Oi S.A. desde 2009. O Sr. José Mauro iniciou a sua carreira como funcionário do BNDES, onde exerceu diversas funções e ocupou diversos cargos executivos (de 1974 a 1990), tendo sido também nomeado Diretor (de 1991 a 1998) e Vice-Presidente, responsável pelas áreas de Operações Industriais, Jurídica e Assuntos Fiscais (de 1998 a 2002). Suas principais experiências profissionais incluem: (i) Membro titular do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. (de 2008 até a incorporação da Telemar Participações S.A., em setembro de 2015); (ii) Membro Titular do Conselho de Administração da Vale S.A. (de 2010 a abril de 2015); (iii) Diretor Presidente interino da Oi S.A., em 2013; (iv) Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: Tele Norte Leste Participações S.A. (de 1999 a 2003 e de 2007 a 2012), onde também atuou como Membro Suplente do Conselho de Administração, em 2006; Telemar Norte Leste S.A. (de 2007 a 2012); TNL PCS S.A. (de 2007 a 2012); Tele Norte Celular Participações S.A. (de 2008 a 2012); Coari Participações S.A. (de 2007 a 2012); Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A., anteriormente denominada Calais Participações S.A. (de 2007 a dezembro de 2016); (v) Membro Titular do Conselho de Administração da Log-In Logística Intermodal S.A. (de 2007 a 2011); (vi) Membro Titular do Conselho de Administração da Lupatech S.A. (de 2006 a 2012); (vii) Membro titular do Conselho de Administração da Santo Antonio Energia S.A. (de 2008 a 2016); (viii) Membro titular do Conselho de Administração das seguintes Companhias: (a) Braskem S.A. (de 2007 a 2010), na qual exerceu anteriormente o cargo de Vice-Presidente de Planejamento Estratégico (de 2003 a 2005); (b) LIGHT Serviços de Eletricidade S.A. (de 1997 a 2000); (c) Aracruz Celulose S.A. (de 1997 a 2002); (d) Politeo Indústria e Comércio S.A. (de 2003 a 2004); (e) BANESTES S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo (de 2008 a 2009); e (f) Pharol, SGPS, S.A. (de 2015 a 2017). O Sr. José Mauro graduou-se em engenharia mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1971. Concluiu Executive Program in Management na Anderson School, Universidade da Califórnia, em dezembro de 2002.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Mauro declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA - 726.224.745-04

O Sr. Pedro Marcílio é membro efetivo do Conselho de Administração da Braskem por indicação da acionista Odebrecht S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Klabin S.A. É fundador e diretor da CRD Capital Administração de Recursos Ltda. Foi membro do Comitê de Auditoria da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (2012-2017) e do Comitê de Auditoria da Companhia Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar) (2013-2017). Foi, nesse período, Diretor do Grupo BR Partners. O Sr. Pedro Marcílio não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara não possuir: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Além disso, o Sr. Pedro Marcílio é considerado membro independente com base no critério de independência definido pela B3. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente.

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

O Sr. Roberto Faldini é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (1972), possui especialização em (i) Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD (1991); (ii) Empreendedorismo pela Babson College (2004) e (iii) Governança Corporativa (IFC e IBGC - 2009, 2011, 2013 e 2016). É Presidente e sócio da Faldini Participações Administração e Investimentos Ltda. e Diretor Presidente da MBF Administração e Serviços. Além do Conselho da Braskem SA, atualmente é membro dos Conselhos da Vulcabrás/Azaleia, Marfrig General Foods, Irani Papel e Embalagens SA, Cia. Habitasul de Participações e Odebrecht S.A. Participa voluntariamente como membro do Conselho Curador da Fundação Dorina Nowill para Cegos e da Fundação Crespi Prado. É diretor da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin. O Sr. Roberto Faldini é professor convidado da Fundação Dom Cabral e árbitro da CAM – Câmara de Arbitragem do Mercado da B3. Participou como membro de Conselhos de Administração e Consultivos de diversas empresas no Brasil e do exterior, entre elas a BOVESPA, Metal Leve, Maraú, Livrarias Siciliano, CPFL, Inpar, Klicknet, Sadia, BRF e Bco. BMG. Foi Cofundador do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 1995 e continua atuante em várias de suas comissões. É membro associado do IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros e do FBN - Family Business Network. Por mais de 20 anos foi diretor executivo, acionista e membro do Conselho de Administração da Metal Leve S.A., foi Presidente da CVM em 1992. Foi coordenador por 5 anos (2002 - 2007) em São Paulo do Núcleo da Empresa Familiar – PDA, da Fundação Dom Cabral.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente. O Sr. Roberto Faldini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Rogério Bautista é atualmente Conselheiro de Administração na OR Empreendimentos Imobiliários S.A e na Lagoa da Barra S.A.; e, diretor jurídico da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Conselheiro de Administração na Santo Antonio Energia S.A e Odebrecht Comercializadora de Energia S.A, entre 2014 e 2015. Atuou, também, como diretor jurídico da OR Empreendimentos Imobiliários S.A., entre 2016 e 2019, e da Odebrecht Energia S.A, entre 2012 e 2016, e, ainda, como advogado na Odebrecht Energia S.A, entre 2008 e 2012, na Braskem S.A, entre 2002 e 2008, no escritório de advocacia Veirano Advogados, entre 2000 e 2001; e, na Deloitte, entre 1999 e 2000. O Sr. Rogério Bautista é formado em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1999, possui especialização em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário e MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rogério Bautista declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ - 095.598.217-09

A Sr. Maria Isabel de Faria Perez é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente Geral na área de Integração de Negócios e Participações da Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente no Jurídico da Petrobras. A Sra. Maria Isabel é graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possui Pós-Graduação em Gestão de Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), certificação Business Acument for the Energy Executive pela McCombs School of Business University (University of Texas) e cursos de extensão em Compliance Anticorrupção para o Setor de Energia (IBP) e em Arbitragem Comercial Nacional e Internacional pelo IBMEC.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria Isabel declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES - 016.121.743-53

O Sr. José Marcelo Pontes é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. José Marcelo Pontes é jornalista profissional, com 34 anos de atuação em alguns dos principais veículos de comunicação do país (entre eles, Jornal do Brasil, O Globo e Veja) e 22 anos de experiência em comunicação corporativa, dos quais sete na Odebrecht. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

MARCELO MANCINI STELLA - 110.902.258-14

O Sr. Marcelo Mancini é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Atua como Vice-Presidente responsável pela Comercialização de Etanol, Açúcar e Energia, e pelas Áreas de Planejamento, Logística e Desenvolvimento de Negócios da Atvos desde 2010. Anteriormente, ocupou diversos cargos na Braskem entre 2002 e 2010, à frente das diretorias de Polietileno, Vinílicos e Polipropileno. Trabalhou na Pilkington Brasil Ltd. como diretor de vendas e marketing para o Brasil entre 1990 e 2002. É formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA pela FIA-USP. Frequentou ainda os Cursos de Finanças do INSEAD e de Marketing da Cranfield University.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Mancini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

O Sr. Marcelo Rossini de Oliveira é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. Atualmente é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A. De 2005 a 2018 atuou como analista financeiro, Gerente de Mercado de Capitais e Estruturação de Operações, Gerente de Tesouraria da Braskem S.A. Anteriormente, atuou como auditor Sênior e Analista Financeiro da Deloitte – Auditores e Consultores.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Rossini declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08

O Sr. Daniel Pereira de Albuquerque Ennes é membro suplente do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da Liquigás Distribuidora S.A. e Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras. Anteriormente, foi Coordenador de Mercado Bancário, Coordenador de Mercado de Capitais Doméstico e Coordenador de Agência de Crédito à Exportação da Petrobras. O Sr. Daniel Pereira é graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrado Acadêmico em Economia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

GUILHERME SIMÕES DE ABREU - 065.800.095-00

O Sr. Guilherme Simões de Abreu é membro suplente do Conselho de Administração da Braskem indicado pela Odebrecht S.A. Atualmente exerce o cargo de Responsável por Pessoas, Comunicação e Organização da Odebrecht S.A., desde janeiro de 2020. De junho de 2018 a dezembro de 2019, exerceu o cargo de Secretário Executivo do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. De 2013 a março de 2017, foi Gerente da Odebrecht S.A., para assuntos de Pessoas e Organização.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Guilherme Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

GUILHERME DUARTE ABUD - 312.584.388-01

O Sr. Guilherme Duarte Abud é membro suplente do Conselho de Administração da Braskem indicado pela Odebrecht S.A. Atualmente, é advogado da Odebrecht S.A. Anteriormente, atuou como Diretor Jurídico e de Governança Corporativa da Enseada Indústria Naval S.A. (entre 2012 e 2019), como Advogado da Construtora Norberto Odebrecht S.A. (entre 2008 e 2012) e como advogado no escritório de advocacia Machado Meyer Advogados (entre 2002 e 2008). O Sr. Guilherme é formado em Direito pelo Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006) e possui especialização (LL.M.) em Direito Societário pelo Insper São Paulo (2008).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Guilherme Abud declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo de administração em organização do terceiro setor.

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

O Sr. Roberto Simões é o atual Diretor Presidente da Braskem, além de ser membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Roberto Simões atuou em Conselhos de Administração como Presidente ou membro em grandes empresas, tais como: Odebrecht Engenharia e Construção, Consorcio Baía de Sepetiba, Itaguaí Construções Navais, Petroquímica Paulínia, Ipiranga Química, Ipiranga Petroquímica, Refinaria Ipiranga, COPESUL, Petroflex e CETREL. Foi CEO da Ocyan S.A. (2012-2019), da Odebrecht Defesa e Tecnologia (2010-2012), Presidente da Santo Antônio Energia (2008-2010) e Vice- Presidente Executivo da Braskem (2004-2008). No iG-Internet Group, foi COO e CEO no período de 2000 a 2004. Foi Presidente da Opportrans Concessão Metroviária - Metro Rio de 1999 a 2000. Começou na Organização Odebrecht em 1994 como Diretor de Contratos da Tenenge e CNO atuando até 1999. Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal da Bahia em 1978 fez também o Cemant - Curso de Engenharia de Manutenção e Projetos Petroquímicos (convenio Petrobras/UFBA). É membro da Assembleia das Obras Sociais de Irmã Dulce.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Simões declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

CARLOS ALBERTO RECHELO NETO - 262.997.388-39

O Sr. Rechelo é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. O Sr. Rechelo ingressou na Petrobras em 2007, iniciando sua carreira na gestão de riscos de ativos e negócios de Gás & Energia. Como Gerente Executivo por quase 3 anos, liderou o processo de estruturação da gestão corporativa de riscos da Petrobras S.A e coordenou, como líder da equipe de Governança, o esforço corporativo para ajustar políticas e procedimentos internos à Lei 13.303/2016, o que permitiu com que a Petrobras obtivesse grau máximo no processo de certificação Destaque em Governança da B3. Rechelo é atualmente CFO da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. e Diretor da Petrobras Europe Limited (trading company da Petrobras em Londres). Rechelo é engenheiro, possui especialização em Gestão de Portfólio pela Wharton, mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo (parcialmente realizado na Ecole Nationale Supérieure du Pétrole et des Moteurs – Institut Français du Pétrole), MBA em Finanças pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e certificação FRM pelo GARP.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Carlos Rechelo declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

GILBERTO BRAGA - 595.468.247-04

O Sr. Gilberto é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Gilberto é consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, comentarista da Rádio CBN, FM 94 do RJ e articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio em Administração Financeira e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio.

O Sr. Gilberto Braga declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, exceto pelos processos administrativos sancionadores perante o BACEN: (i) nº PT0901459167, que o inabilitou para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do BACEN por 4 anos, cuja decisão final administrativa foi anulada por sentença prolatada nos autos do processo judicial nº 0055707-51.2018.4.02.5101/RJ, em curso perante a 16ª Vara Federal, pendente de trânsito em julgado; e (ii) nº PT1201558576, que o inabilitou para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do BACEN por 5 anos, cuja decisão final administrativa foi anulada por sentença judicial confirmada em segundo grau de jurisdição (apelação cível nº 5015869-16.2018.4.02.5101, Tribunal Regional Federal da 2ª Região), tendo sido inadmitido o Recurso Especial interposto pelo BACEN. O Sr. Gilberto Braga declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

ISMAEL CAMPOS DE ABREU - 075.434.415-00

O Sr. Ismael Campos de Abreu é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A.. O Sr. Ismael atuou até maio de 2017 como Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. até maio de 2017. Entre 1995 e março de 2011 atuou como controller da Odebrecht S.A., sociedade que indiretamente detém participação superior a 5% de uma mesma espécie ou classe de valores mobiliários da Companhia. Entre 1986 e 1988, atuou como controller da Corrêa Ribeiro S.A. Comércio e Indústria. Entre 1989 e 1991, atuou como Gerente da área de consultoria da Arthur Andersen (setor de auditoria e contabilidade) e entre 1992 e 1995 como sócio da Performance Auditoria e Consultoria. Foi membro do Conselho Fiscal da Petroflex Indústria e Comércio S.A. (setor petroquímico) até a venda da participação detida pela Companhia na Petroflex em abril de 2008. Entre março de 2006 e março de 2008, atuou como membro do Conselho Fiscal da Companhia Petroquímica do Sul – Copesul (setor petroquímico). O Sr. Ismael Abreu é graduado em Contabilidade pela Fundação Visconde de Cairú e pós graduado em Engenharia Econômica pelo Centro Interamericano de Desenvolvimento. O Sr. Ismael não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara que não é pessoa exposta politicamente.

IVAN SILVA DUARTE - 611.242.065-15

O Sr. Ivan é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. O Sr. Ivan é diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. desde janeiro de 2016, a qual faz parte do mesmo grupo econômico do emissor e detém indiretamente participação superior a 5% do capital social. Anteriormente, o Sr. Ivan atuou como gerente da KPMG – Auditores Independentes de 1995 a 2001, quando então passou a atuar como gerente sênior na PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes até 2008. Entre 2008 e 2015 o Sr. Ivan foi diretor da EAO Empreendimentos Agropecuários e Obras S.A., Companhia pertencente ao Grupo Odebrecht, que atua nos segmentos Agropecuários e Alimentos e Bebidas. O Sr. Ivan é formado em Ciências Contábeis pela Universidade de Salvador (UNIFACS), e tem MBA em Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Empreendedorismo pela Babson College (Boston/EUA)

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ivan Silva Duarte declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO - 951.929.135-00

A Sra. Tatiana é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Odebrecht S.A. A Sra. Tatiana atualmente é responsável pela controladoria da OEC (Odebrecht Engenharia e Construção). Anteriormente, a Sr. Tatiana atuou como Responsável pelo Planejamento Tributário da Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"). No período de 2000 a abril de 2007, a Sra. Tatiana atuou na área fiscal da VIVO S/A do setor de telefonia, tendo ocupado a função de Gerente de Divisão do Planejamento Tributário. Anteriormente, trabalhou por 2 anos na Arthur Andersen. A Sra. Tatiana é graduada em Administração de Empresas Públicas e Privadas pela Universidade Federal da Bahia e possui MBA em Gestão pela IBMEC. A Sra. Tatiana não ocupa cargo de administração em nenhuma organização do terceiro setor. A Sra. Tatiana declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sr. Tatiana declara que não é pessoa exposta politicamente.

AMÓS DA SILVA CANCIO - 991.201.867-20

O Sr. Amós da Silva Cancio é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente Geral de Contabilidade da Controladora, Subsidiárias e do Consolidado da Petrobras, tendo atuado anteriormente como Gerente de Planejamento e Orientações Contábeis. O Sr. Amós Cancio é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e possui MBA em Engenharia Econômica e Financeira e Mestrado em Engenharia de Produção (ênfase em Estratégia, Gestão e Finanças Corporativas) pela mesma instituição, além de Pós-Graduação em Gestão nos Negócios de Exploração e Produção de Petróleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e certificação profissional para Contador Público Norte Americano (CPA).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Amós Cancio declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

HELOISA BELOTTI BEDICKS - 048.601.198-43

A Sra. Heloísa Belotti Bedicks é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia por indicação dos acionistas minoritários. Atualmente, é conselheira de administração do BNDES e membro dos Comitês de Auditoria e Elegibilidade dessa instituição. Exerceu a função de diretora geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC entre abril de 2001 a janeiro de 2020. Antes de ser diretora geral do IBGC, integrou seu Conselho de Administração entre 1999 e 2001. É Conselheira de Administração e Fiscal certificada pelo IBGC; membro do Comitê de Auditoria do Grupo Mapfre, do Conselho Fiscal da Fundação Boticário e conselheira voluntária da ONG internacional Portas Abertas. Participou em conselhos internacionais como ICGN (International Corporate Governance Network) com sede em Londres e do GNDI – Global Network of Directors Institute com sede nos EUA. A Sr. Heloísa Bedicks é graduada em Economia pela Unicamp, em Ciências Contábeis pela PUC de Campinas, possui pós-graduação em Administração de Empresas pela Unisal e Mestrado em Administração de Empresas pelo Mackenzie. Foi eleita pelos CEOs dos maiores institutos de governança e de conselheiros do mundo como vice- presidente do GNDI (Global Network of Directors Institute) para 02 (dois) mandatos consecutivos. Possui especialização em Governança Corporativa pela Yale University e em Conselhos de Administração pela Chicago University. Participou do Summit da Singularity University em 2018. Atuou nos conselhos consultivos: ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BMF & Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) de 2005 a 2011, Fundo Ethical do ABN AMRO Bank de 2001 a 2009, Centro de Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVCS) de 2003 a 2008; Guia Exame de Sustentabilidade; Centro de Governança da Universidade de São Paulo de 2008 a 2010 e Guia Exame de Compliance 2019. Atuou nos seguintes Conselhos de Administração: Mapfre Garantias e Créditos SA entre 2002 e 2012, Tecelagem de Fitas Progressos Ltda de 1992 a 2002; Ph-Fit de 2002 a 2006 e membro do Comitê de Auditoria do Grupo Mapfre no Brasil de 2006 a 2012.

A Conselheira declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Heloísa Bedicks declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99.

HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES - 080.503.857-44

O Sr. Herbert Luiz de Araújo Guimarães é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Coordenador na área de Análise Financeira e Seguros, tendo experiência anterior como Diretor Financeiro da Petrobras Paraguay Distribución Limited (UK) e Conselheiro Fiscal da empresa BSBios Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A. O Sr. Herbert Guimarães é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e possui MBA em Finanças (ênfase em gestão de riscos) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Herbert Guimarães declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

RAFAEL MENEZES PERES - 094.006.847-89

O Sr. Rafael Menezes Peres é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação da acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Atualmente é Gerente na área de Avaliação Tributária para os Negócios, tendo experiência anterior na área Tributária da Petrobras e Conselheiro Fiscal das empresas Termobahia S.A. e Gasbrasiliiano S.A. O Sr. Rafael Menezes Peres é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior e possui Pós-Graduação pelo IBMEC.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rafael Peres declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE - 003.662.408-03

O Sr. Reginaldo é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia por indicação dos acionistas minoritários. É graduado em economia, com dezoito anos de experiência na área de análise de investimentos, como analista, organizador e diretor de equipes de análise, tendo ocupado essas posições, sucessivamente, no Citibank, Unibanco, BBA (atual Itaú-BBA) e Itaú Corretora de Valores. Trabalhou ainda como analista de crédito corporativo (Citibank) e como consultor nas áreas de estratégia (Accenture) e de corporate finance (Deloitte). Atuou, também, na ProxyCon Consultoria Empresarial, empresa dedicada às atividades de assessoria e prestação de serviços nas áreas de mercado de capitais, finanças e governança corporativa, entre 2003 e 2017. Membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) – órgão formulador das normas contábeis brasileiras - desde sua fundação, em 2005. Vice-Coordenador de Relações Institucionais do CPC. Analista de investimentos certificado (CNPJ). Gestor de valores mobiliários credenciado pela CVM. Conselheiro Fiscal Certificado pelo IBGC. Conselheiro de Administração da Mahle Metal Leve S.A. (empossado em junho de 2017 e reeleito em abril de 2018 e abril de 2019). Atualmente é membro efetivo dos Conselhos Fiscais das seguintes empresas de capital aberto: Cia. de Saneamento do Paraná – Sanepar; Cia. Energética de Brasília – CEB; Rumo S.A.; Ser Educacional S.A., e; membro suplente, dos conselhos das seguintes empresas de capital aberto: Bradesco S.A. ; CPFL Energia S.A. Atuou, também, como membro do Comitê de Auditoria da Parapanema S.A. (2017) e dos Conselhos Fiscais das seguintes companhias: Petrobras S.A.; Iochpe Maxion S.A.; BRF S.A.; Aliansce Shopping Centers S.A.; Cremer S.A.; Movida S.A.; Tecnisa S.A.; Tele Norte Celular Participações S.A.; Unipar Carbocloro S.A.; Bradespar S.A. (membro suplente); Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, atual Arcelor Mittal (membro suplente); Grendene S.A. (membro suplente); Indústrias Romi (membro suplente); Graziotin S.A. (membro suplente); SLC Agrícola (membro suplente). É ex-presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, ex-presidente da Associação Brasileira de Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC, seção São Paulo. Foi um dos autores do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas. É membro do Comitê de Governança das Estatais da B3; Membro do Conselho Fiscal do Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM e ex-membro do Comitê de Aquisições e Fusões – CAF.

O Conselheiro declara que não possui: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rafael Peres declara que não é pessoa exposta politicamente, nos termos da Instrução Normativa CVM nº 301/99, e que não exerce cargo em organização do terceiro setor.

| Tipo de Condenação | Descrição da Condenação |
|--|-------------------------|
| EDISON TERRA FILHO - 157.964.638-70 | |
| N/A | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS - 258.045.318-08 | |
| N/A | |
| CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO - 281.798.748-93 | |
| N/A | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO - 700.697.006-72 | |
| N/A | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA - 509.945.144-68 | |
| N/A | |
| JOÃO COX NETO - 239.577.781-15 | |
| N/A | |
| ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55 | |
| N/A | |
| GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47 | |
| N/A | |
| JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00 | |
| N/A | |
| JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53 | |
| N/A | |

ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72

N/A

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20

N/A

PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA - 726.224.745-04

N/A

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

N/A

ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

N/A

MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ - 095.598.217-09

N/A

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES - 016.121.743-53

N/A

MARCELO MANCINI STELLA - 110.902.258-14

N/A

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

N/A

DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08

N/A

GUILHERME SIMÕES DE ABREU - 065.800.095-00

N/A

GUILHERME DUARTE ABUD - 312.584.388-01

N/A

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

N/A

CARLOS ALBERTO RECHELO NETO - 262.997.388-39

N/A

GILBERTO BRAGA - 595.468.247-04

Processos Administrativos

Informações deste campo estão descritas no campo Experiência, devido ao limite de caracteres.

ISMAEL CAMPOS DE ABREU - 075.434.415-00

N/A

IVAN SILVA DUARTE - 611.242.065-15

N/A

TATIANA MACEDO COSTA REGO TOURINHO - 951.929.135-00

N/A

AMÓS DA SILVA CANCIO - 991.201.867-20

N/A

HELOISA BELOTTI BEDICKS - 048.601.198-43

N/A

HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES - 080.503.857-44

N/A

RAFAEL MENEZES PERES - 094.006.847-89

N/A

REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE - 003.662.408-03

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|--|------------------------------------|----------------------------|---|--------------------|---------------------------------|---|
| CPF | Descrição outros comitês | Profissão | Descrição outros cargos ocupados | Data eleição | Número de Mandatos Consecutivos | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos/funções exercidas no emissor | | | | | | |
| ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA | Outros Comitês | | Outros | 18/07/1963 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 520.609.346-72 | COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO | Engenheiro Civil | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 3 | 88.20% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente. | | | | | | |
| ANDREA DA MOTTA CHAMMA | Outros Comitês | | Outros | 10/09/1965 | 25/06/2020 | 2 anos |
| 125.668.818-55 | COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO | Administradora de Empresas | Membro e Coordenadora do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 0 | 0.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES | Outros Comitês | | Outros | 18/01/1980 | 25/06/2020 | 2 anos |
| 086.809.277-08 | COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS | Economista e Advogado | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 0 | 0.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente. | | | | | | |
| GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO | Outros Comitês | | Outros | 17/05/1956 | 25/06/2020 | 2 Anos |
| 013.784.028-47 | COMITÊ DE CONFORMIDADE | Economista | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 4 | 95.80% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| JOÃO COX NETO | Outros Comitês | | Outros | 02/05/1963 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 239.577.781-15 | COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO | Economista | Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 0 | 0.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo (Vice-Presidente) | | | | | | |
| JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA | Outros Comitês | | Outros | 13/08/1956 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 546.600.417-00 | COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS | Economista | Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 2 | 100.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA | Outros Comitês | | Outros | 04/12/1949 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 299.637.297-20 | COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO | Engenheiro | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 0 | 0.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo (Presidente). | | | | | | |
| JULIO SOARES DE MOURA NETO | Outros Comitês | | Outros | 20/03/1943 | 25/06/2020 | 2 ANOS |

12.7/8 - Composição Dos Comitês

| Nome | Tipo comitê | Tipo de Auditoria | Cargo ocupado | Data de nascimento | Data posse | Prazo mandato |
|--|------------------------------------|---------------------------|--|--------------------|---------------------------------|---|
| CPF | Descrição outros comitês | Profissão | Descrição outros cargos ocupados | Data eleição | Número de Mandatos Consecutivos | Percentual de participação nas reuniões |
| Outros cargos/funções exercidas no emissor | | | | | | |
| 033.409.377-53 | COMITÊ DE CONFORMIDADE | Almirante de Esquadra | Membro e Coordenador do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 2 | 93.80% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA | Outros Comitês | | Outros | 21/08/1978 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 786.634.075-72 | COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS | Economista | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 2 | 76.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro suplente. | | | | | | |
| PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA | Outros Comitês | | Outros | 01/03/1973 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 726.224.745-04 | COMITÊ DE CONFORMIDADE | Advogado | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 2 | 88.90% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| ROBERTO FALDINI | Outros Comitês | | Outros | 06/09/1948 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 070.206.438-68 | COMITÊ DE PESSOAS E ORGANIZAÇÃO | Administrador de Empresas | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 2 | 84.60% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES | Outros Comitês | | Outros | 10/11/1956 | 25/06/2020 | 2 ANOS |
| 141.330.245-91 | COMITÊ DE ESTRATÉGIA E COMUNICAÇÃO | Engenheiro Mecânico | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 2 | 100.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA | Outros Comitês | | Outros | 11/06/1976 | 25/06/2020 | 2 Anos |
| 889.539.205-15 | COMITÊ DE FINANÇAS E INVESTIMENTOS | Advogado | Membro do Comitê (Efetivo) | 29/05/2020 | 0 | 0.00% |
| Faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como membro efetivo. | | | | | | |
| Experiência profissional / Critérios de Independência | | | | | | |
| ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72 | | | | | | |
| ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55 | | | | | | |
| DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08 | | | | | | |

GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47

JOÃO COX NETO - 239.577.781-15

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00

JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20

JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72

PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA - 726.224.745-04

ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68

ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91

ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15

| Tipo de Condenação | | Descrição da Condenação | |
|--|--|-------------------------|--|
| ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA - 520.609.346-72 | | N/A | |
| ANDREA DA MOTTA CHAMMA - 125.668.818-55 | | N/A | |
| DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES - 086.809.277-08 | | N/A | |
| GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO - 013.784.028-47 | | N/A | |
| JOÃO COX NETO - 239.577.781-15 | | N/A | |
| JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA - 546.600.417-00 | | N/A | |

| |
|---|
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA - 299.637.297-20 |
| N/A |
| JULIO SOARES DE MOURA NETO - 033.409.377-53 |
| N/A |
| MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA - 786.634.075-72 |
| N/A |
| PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA - 726.224.745-04 |
| N/A |
| ROBERTO FALDINI - 070.206.438-68 |
| N/A |
| ROBERTO LOPES PONTES SIMÕES - 141.330.245-91 |
| N/A |
| ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA - 889.539.205-15 |
| N/A |

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações familiares a serem divulgadas.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|----------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

CARLOS ALBERTO RECHELO NETO
Membro Titular do Conselho Fiscal.

262.997.388-39

Subordinação

Fornecedor

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS
O Sr. Carlos Alberto é Assistente do Diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras.

33.000.167/0001-01

Observação

Administrador do Emissor

IVAN SILVA DUARTE
Membro Suplente do Conselho Fiscal

611.242.065-15

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA
O Sr. Ivan é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial

04.215.837/0001-09

Observação

Administrador do Emissor

PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS
Diretor de Relações com Investidores

258.045.318-08

Prestação de serviço

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Braskem Idesa S.AP.I
O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa.

Observação

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|----------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Direta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. O Sr. Freitas é conselheiro titular da RPR | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO Diretor | 700.697.006-72 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO Diretor | 700.697.006-72 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 509.945.144-68 | Prestação de serviço | Controlada Direta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Cetrel S.A. | 14.414.973/0001-81 | | |
| O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da Cetrel S.A. | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| EDISON TERRA FILHO | 157.964.638-70 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| EDISON TERRA FILHO | 157.964.638-70 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V | | | |
| O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa SERVICIOS, S.A. de C.V | | | |
| Observação | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|----------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |

Administrador do Emissor

MARCELO ROSSINI DE OLIVEIRA
Membro Suplente do Conselho de Administração

786.634.075-72

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

ODEBRECHT S.A.
O Sr. Rossini é Diretor de Tesouraria e RI da Odebrecht S.A.

05.144.757/0001-72

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA
Membro Efetivo do Conselho de Administração

546.600.417-00

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

ODEBRECHT S.A.
O Sr. João Pinheiro é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.

05.144.757/0001-72

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ROBERTO FALDINI
Membro Efetivo do Conselho de Administração

070.206.438-68

Prestação de serviço

Controlador Indireto

Pessoa Relacionada

ODEBRECHT S.A.
O Sr. Roberto Faldini é membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A.

05.144.757/0001-72

ObservaçãoAdministrador do Emissor

JOSÉ MARCELO LIMA PONTES

016.121.743-53

Subordinação

Controlador Indireto

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Membro Suplente do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODEBRECHT S.A. | 05.144.757/0001-72 | | |
| O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA | 299.637.297-20 | Prestação de serviço | Fornecedor |
| Membro Efetivo do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A | 09.391.823/0001-60 | | |
| O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| AMÓS DA SILVA CANCIO | 991.201.867-20 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Efetivo do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| O Sr. Amós da Silva Cancio é Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES | 080.503.857-44 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Suplente do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| O Sr. Herbert Guimarães é profissional de Nível Superior da Petrobras | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| RAFAEL MENEZES PERES | 094.006.847-89 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Suplente do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| O Sr. Rafael Peres é profissional de Nível Superior Sênior da Petrobras | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ | 095.598.217-09 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Suplente do Conselho Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| A Srs. Maria Isabel Perez foi Gerente do Jurídico de Exploração e Produção da Petrobras | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES | 086.809.277-08 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Suplente do Conselho Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A – PETROBRAS | | | |
| O Sr. Daniel Pereiral é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| GUILHERME SIMÕES DE ABREU | 065.800.095-00 | Subordinação | Controlador Indireto |
| Membro Suplente do Conselho Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODEBRECHT S.A. | 05.144.757/0001-72 | | |
| O Sr. Guilherme foi Gerente da Odebrecht S.A. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE | 003.662.408-03 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Efetivo do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| O Sr. Reginaldo foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobras S.A | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |

Exercício Social 31/12/2017

| | | | |
|---|--------------------|--------------|------------|
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| CARLOS ALBERTO RECHELO NETO | 262.997.388-39 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Titular do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| O Sr. Carlos Rechelo foi coordenador da área de Estratégia e Finanças, do processo de estruturação da gestão de portfólio e do hedge de óleo da Petrobras | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |

Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| ISMAEL CAMPOS DE ABREU Membro Titular do Conselho Fiscal | 075.434.415-00 | Prestação de serviço | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA O Sr. Ismael Abreu foi Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. | 04.215.837/0001-09 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| IVAN SILVA DUARTE Membro Suplente do Conselho Fiscal | 611.242.065-15 | Prestação de serviço | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA O Sr. Ivan Duarte é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. em Recuperação Judicial | 04.215.837/0001-09 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Direta |
| Diretor de Relações com Investidores | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. | 94.845.674/0001-30 | | |
| O Sr. Freitas é conselheiro titular da RPR | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO | 700.697.006-72 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO | 700.697.006-72 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| Observação | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 509.945.144-68 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Companhia de Desenvolvimento Rio Verde | 16.151.532/0001-60 | | |
| O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da CODEVERDE | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 509.945.144-68 | Prestação de serviço | Controlada Direta |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Cetrel S.A. | 14.414.973/0001-81 | | |
| O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da Cetrel | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| EDISON TERRA FILHO | 157.964.638-70 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| EDISON TERRA FILHO | 157.964.638-70 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| JOSÉ MARCELO LIMA PONTES | 016.121.743-53 | Subordinação | Controlador Indireto |
| Membro Suplente do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODEBRECHT S.A. | 05.144.757/0001-72 | | |
| O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA | 299.637.297-20 | Prestação de serviço | Fornecedor |
| Membro Efetivo do Conselho de Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A | 09.391.823/0001-60 | | |
| O Sr. José Mauro foi membro efetivo do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| ----- | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| AMÓS DA SILVA CANCIO | 991.201.867-20 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Efetivo do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|----------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |

O Sr. Amós da Silva Cancioé Gerente Geral de Contabilidade da Petrobras

ObservaçãoAdministrador do Emissor

HERBERT LUIZ DE ARAÚJO GUIMARÃES

080.503.857-44

Subordinação

Fornecedor

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Herbert Guimarães é profissional de Nível Superior da Petrobras

ObservaçãoAdministrador do Emissor

RAFAEL MENEZES PERES

094.006.847-89

Subordinação

Fornecedor

Membro Suplente do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

O Sr. Rafael é profissional de Nível Superior Sênior da Petrobras

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARIA ISABEL DE FARIA PEREZ

095.598.217-09

Subordinação

Fornecedor

Membro Suplente do Conselho Administração

Pessoa Relacionada

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS

33.000.167/0001-01

A Sra. Maria Isabel Perez foi Gerente do Jurídico de Exploração e Produção da Petrobras

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES | 086.809.277-08 | Subordinação | Fornecedor |
| Membro Suplente do Conselho Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| O Sr. Daniel Pereira é Gerente de Relacionamento de Financiamento Bancário e Estruturado da Petrobras | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| GUILHERME SIMÕES DE ABREU | 065.800.095-00 | Subordinação | Controlador Indireto |
| Membro Suplente do Conselho Administração | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODEBRECHT S.A. | 05.144.757/0001-72 | | |
| O Sr. Guilherme foi Gerente da Odebrecht S.A. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| REGINALDO FERREIRA ALEXANDRE | 003.662.408-03 | Prestação de serviço | Fornecedor |
| Membro Efetivo do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 33.000.167/0001-01 | | |
| O Sr. Reginaldo foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Petrobras S.A | | | |
| <u>Observação</u> | | | |

Exercício Social 31/12/2016Administrador do Emissor

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| ISMAEL CAMPOS DE ABREU Membro titular do Conselho Fiscal | 075.434.415-00 | Prestação de serviço | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA O Sr. Ismael é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. | 04.215.837/0001-09 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| IVAN SILVA DUARTE Membro Suplente do Conselho Fiscal | 611.242.065-15 | Prestação de serviço | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA O Sr. Ivan é Diretor da Kieppe Participações e Administração Ltda. | 04.215.837/0001-09 | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I. O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa S.A.P.I. | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS Diretor de Relações com Investidores | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| O Sr. Freitas é conselheiro titular da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS | 258.045.318-08 | Prestação de serviço | Controlada Direta |
| Diretor de Relações com Investidores | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. | 94.845.674/0001-30 | | |
| O Sr. Freitas é conselheiro titular da RPR. | | | |
| Observação | | | |
| A RPR possui um controle compartilhado entre a Companhia, a Petrobras e a Ultrapar. | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO | 700.697.006-72 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa | | | |
| Observação | | | |
| ----- | | | |
| Administrador do Emissor | | | |
| MARCELO ARANTES DE CARVALHO | 700.697.006-72 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| Pessoa Relacionada | | | |
| Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| O Sr. Arantes é conselheiro suplente da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V. | | | |
| Observação | | | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 509.945.144-68 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Companhia de Desenvolvimento Rio Verde | 16.151.532/0001-60 | | |
| O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da CODEVERDE | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 509.945.144-68 | Prestação de serviço | Controlada Direta |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Cetrel S.A. | 14.414.973/0001-81 | | |
| O Sr. Cerqueira é conselheiro titular da Cetrel | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| ISMAEL CAMPOS DE ABREU | 075.434.415-00 | Prestação de serviço | Controlador Indireto |
| Membro titular do Conselho Fiscal | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODBINV S.A. | 15.105.588/0001-15 | | |
| O Sr. Ismael foi membro do Conselho Fiscal da ODBINV S.A. até a AGOE realizada em 04 de agosto de 2016 | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA | 509.945.144-68 | Prestação de serviço | Controlada Indireta |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|--|----------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |
| Diretor | | | |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODEBRECHT COMERCIALIZADORA DE ENERIGA S.A. | | 14.770.709/0001-80 | |
| o Sr. Cerqueira é conselheiro titular da OCE | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| EDISON TERRA FILHO | | 157.964.638-70 | Prestação de serviço |
| Diretor | | | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa S.A.P.I | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| EDISON TERRA FILHO | | 157.964.638-70 | Prestação de serviço |
| Diretor | | | Controlada Indireta |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| Braskem Idesa Servicios S.A. de CV | | | |
| O Sr. Terra é conselheiro titular da Braskem Idesa Servicios, S.A de C.V | | | |
| <u>Observação</u> | | | |
| | | | |
| <hr/> | | | |
| <u>Administrador do Emissor</u> | | | |
| JOSÉ MARCELO LIMA PONTES | | 016.121.743-53 | Subordinação |
| Membro Suplente do Conselho de Administração | | | Controlador Indireto |
| <u>Pessoa Relacionada</u> | | | |
| ODEBRECHT S.A. | | 05.144.757/0001-72 | |

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada | Tipo de pessoa relacionada |
|---------------|----------|---|----------------------------|
| Cargo/Função | | | |

O Sr. José Marcelo Pontes é comunicador corporativo da Odebrecht S.A

Observação

Administrador do Emissor

| | | | |
|---|----------------|----------------------|------------|
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA | 299.637.297-20 | Prestação de serviço | Fornecedor |
| Membro Titular do Conselho de Administração | | | |

Pessoa Relacionada

| | |
|--|--------------------|
| SANTO ANTÔNIO ENRGIA S.A | 09.391.823/0001-60 |
| O Sr. José Mauro foi membro titular do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A. | |

Observação

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

O Seguro de D&O (*Directors and Officers*) é o Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores.

Este seguro visa indenizar as perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de certas reclamações de terceiros contra as pessoas seguradas na apólice, por reclamações fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados exclusivamente no exercício de suas funções ou cargos, podendo tais reclamações serem apresentadas às pessoas seguradas durante a vigência da apólice ou após um prazo pré - acordado.

A Braskem possui este seguro desde a sua fundação e vem sendo renovado todos os anos. Principais informações:

- Vigência: 21/04/2019 à 20/07/2019;
- Limite Segurado: US\$ 125.500.000,00;
- Valor do prêmio anual: US\$ 1.901 mil (ex-IOF 7,38%);
- Seguradora: Chubb.

Segurados: Administradores e diretores da Braskem S/A e suas subsidiárias que tenham sido ou que, durante o período de vigência da apólice, se tornem:

- Diretor de empresa; ou
- Membro do conselho de administração da Empresa; ou
- Membro de qualquer outro conselho ou órgão estatutário da Empresa; ou
- Empregado com poder de decisão ou de representação da Empresa ou que tenha procuração para atuar em nome da Empresa sempre que realizando atos de gestão; ou
- Empregado que não tenha poder de decisão ou representação, mas que possa ser responsabilizado por ou tenha contribuído para a ocorrência de um Fato Gerador juntamente com algum Segurado.
- A Sociedade – exclusivamente para perdas resultantes de reclamações de Valores Mobiliários.

Âmbito de cobertura: mundial. O seguro possui várias coberturas, das quais podemos destacar:

- Inclusão automática de novas subsidiárias (desde que o ativo não ultrapasse a 30% do total dos ativos consolidados da Braskem);
- Despesas de publicidade, gerenciamento de crises, Custos de Defesa Emergenciais, processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais;
- Processos de Extradicação;
- Despesas de Publicidade, Reclamações por práticas trabalhistas indevidas, Responsabilidade civil do administrador por dano ambiental;
- Custos de Investigação e Custos de defesa;
- Penhora Online e Bloqueio de Bens;
- Reclamação de valores mobiliários, etc.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Compromisso de Indenidade

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia sobre a outorga de compromisso de indenidade. Contudo, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com seus administradores e demais integrantes, respeitado o disposto na Política de Indenidade de Administradores e Integrantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada conforme determinadas disposições do Parecer de Orientação nº 38 da CVM em 14/02/2019 (“Política de Indenidade”) que encontra-se disponível nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

A Política de Indenidade estabelece diretrizes, requisitos, limites e procedimentos para outorga dos compromissos de indenidade, tanto aos administradores quanto a outros integrantes da Braskem, visando assegurar proteção jurídica e patrimonial aos eventuais beneficiários destes compromissos, que serão concedidos caso a caso, após os procedimentos de aprovação da concessão estabelecidos na Política de Indenidade. Os compromissos de indenidade podem ser obtidos caso os eventuais beneficiários sejam incluídos no polo passivo de processo administrativo ou judicial que tenha por objeto cobranças de acordos, débitos, indenizações e/ou multas de responsabilidade da Braskem, de suas controladas ou entidades nas quais os eventuais beneficiários participem, por indicação da Braskem e/ou decorram de ato regular de gestão realizado de boa-fé e no melhor interesse da Companhia (“Processo”).

Conforme estabelecido na Política de Indenidade, são hipóteses excludentes do direito à celebração do compromisso de indenidade: (i) atos objeto do Processo que não guardem relação com o desempenho do cargo ou função do beneficiário na Companhia, suas controladas e/ou nas entidades nas quais o beneficiário participe por indicação da Companhia; (ii) atos objeto do Processo foram praticados em interesse próprio ou de terceiros, com excesso de poderes, em violação do Estatuto Social, com má-fé, dolo, culpa grave, fraude, ou constitua ilícito penal; (iii) caso o beneficiário tenha prejudicado ou comprometido a defesa da Companhia ou sua própria defesa ou a cobertura securitária da Companhia no âmbito do seu seguro de D&O em relação ao Processo; (iv) caso o beneficiário tenha renunciado a direitos ou transigido, no âmbito do Processo, sem a prévia e expressa concordância da Companhia; e (v) ato objeto do Processo que possa ser objeto de ação de responsabilidade civil movida pela Companhia, por quebra de dever fiduciário, nos termos do art. 159 da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no parágrafo 6º do mesmo artigo.

Após avaliação específica de cada caso, notadamente com relação às excludentes de indenização, a Braskem poderá assumir o compromisso de reparar eventuais perdas e danos direta e comprovadamente sofridos pelo administrador ou integrante em decorrência de um Processo específico e a indenizá-lo(a) ou mantê-lo(a) a salvo de todas e quaisquer reivindicações, obrigações, bloqueios financeiros, penhoras, perdas patrimoniais, restrições de direito, gravames, pagamentos de condenação e/ou multas, garantias de juízo, cumprimentos de obrigação de fazer e de não fazer, danos e despesas de quaisquer naturezas, desde que, em qualquer caso, oriundos ou ocasionados diretamente pelo respectivo Processo (“Perdas”), bem como estabelece que a Braskem poderá disponibilizar valores para subsistência, no caso de bloqueio de contas bancárias dos beneficiários de compromisso de indenidade, que deverão ser devolvidos após o encerramento do bloqueio, desde que respeitados os prazos e procedimentos estabelecidos na Política de Indenidade.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia esclarece que o compromisso de indenidade é celebrado de forma complementar ao Seguro de D&O, mencionado acima, inclusive subrogando-se a Companhia em todos os direitos de indenização contra terceiros, incluindo o que venha a ser coberto pelo seguro D&O que, como um produto securitário, nem sempre fornece a proteção integral no escopo e tempo necessários. Por meio desta proteção complementar, a Companhia entende fornecer benefício adequado para atrair e reter profissionais qualificados.

Nos termos da Política de Indenidade, a indenização poderá incluir reembolsos em consequência de atos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade – desde que observados os termos e condições estabelecidos na Política de Indenidade, bem como o pagamento ou reembolso de multas decorrentes de processo administrativo e obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores e, ainda, Perdas sofridas por ex- administradores decorrentes de seus atos enquanto administradores da Companhia.

Não há um limite global ou anual da cobertura garantida, tampouco um período de cobertura pré-estabelecido, desde que o fato gerador da indenização tenha ocorrido durante o exercício das funções do beneficiário na Companhia.

O administrador, ex-administrador ou integrante tem a obrigação de devolver quaisquer valores pagos pela Companhia em seu benefício corrigidos monetariamente, caso venha a ser verificada, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, qualquer das hipóteses de excludentes listadas acima.

O Conselho de Administração ou a Diretoria da Companhia, conforme estabelecido na Política de Indenidade, será o órgão competente para, com base em análise prévia da Área Jurídica, que contará com o respaldo de opinião de escritório de advocacia com reconhecida qualificação e reputação no mercado e, quando for o caso, do Comitê de Conformidade, verificar a incidência de qualquer das excludentes e analisar se o beneficiário e o Processo se enquadram nas hipóteses passíveis de indenização.

Após a decisão favorável à outorga de indenidade, o mesmo órgão competente pela avaliação sobre as excludentes de indenização e a outorga, será competente por autorizar os pagamentos ou reembolsos, sempre com base nas informações disponíveis no momento da análise pelo órgão competente.

Com o objetivo de mitigar o risco de conflito de interesses, zelar pela independência das decisões sobre a concessão da indenidade, o órgão da Companhia competente pela avaliação da outorga da indenidade e o dispêndio de recursos, em cada caso, poderá submeter a decisão a um terceiro independente, nas seguintes hipóteses, nas quais o órgão competente estará vinculado ao parecer do terceiro independente: (i) quando mais da metade dos membros do referido órgão, conforme o caso, sejam partes do Processo em questão ou beneficiários diretos da decisão; ou (ii) quando a decisão favorável tenha contado com mais de um voto contrário no órgão competente pela avaliação sobre a outorga da indenidade.

Adicionalmente, caso um membro do Conselho de Administração ou da Diretoria esteja em conflito

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

de interesses em determinado caso, inclusive se for ele próprio o beneficiário em determinada situação, deverá informar tal fato e abster-se de participar, interferir ou influir do processo relativo à outorga do compromisso de indenidade. Caso deixe de manifestar seu conflito de interesses, qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

12.12 - Outras informações relevantes

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Data | 16/10/2018 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 97,80% |
| Data | 30/04/2018 |
| Tipo de Assembleia | Ordinária e Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 99,7% |
| Data | 21/03/2018 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 97,14% |
| Data | 30/11/2017 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 97,14% |
| Data | 29/09/2017 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 97,8% |
| Data | 19/09/2017 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |

12.12 - Outras informações relevantes

| | |
|----------------------------------|----------------------------|
| Quórum de instalação | 98% |
| Data | 25/08/2017 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 98% |
| Data | 27/06/2017 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 50,1% |
| Data | 28/04/2017 |
| Tipo de Assembleia | Ordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 98% |
| Data | 08/06/2016 |
| Tipo de Assembleia | Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 97% |
| Data | 06/04/2016 |
| Tipo de Assembleia | Ordinária e Extraordinária |
| Instalação em segunda convocação | Não |
| Quórum de instalação | 97% |

Práticas de Governança Corporativa

A Braskem participa do Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2003 e também atende a outros requerimentos do Nível 2 e do Novo Mercado (segmentos especiais de listagem de Companhias da B3), incluindo: divulgação de demonstrativos financeiros em inglês, de acordo com

12.12 - Outras informações relevantes

padrões Internacionais (IFRS); Conselho de Administração com, no mínimo, 5 (cinco) membros, mandato unificado de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e, pelo menos, 20% de Conselheiros independentes; e *tag along* de 100% para todas as ações no caso de mudança de controle acionário.

Fora do Brasil, as ações da Braskem também são listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)¹ e na Latibex – seção latino-americana da Bolsa de Madri – e, por essa razão, estão sujeitas às exigências dos respectivos órgãos reguladores, quais sejam, *Securities & Exchange Commission* (SEC), nos Estados Unidos e *Bolsas y Mercados Españoles* (BME), na Espanha. Já em 2005, a Braskem foi uma das primeiras Emissoras Privadas Estrangeiras (FPIs, na sigla em inglês) na América do Sul a se adequar às exigências das Seções 404 e 302 da Lei Sarbanes- Oxley(SOX).

Em 2018, a Braskem manteve sua presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), posição que ocupa desde a criação do índice.

A Companhia conta com uma estrutura de governança corporativa que está alinhada com os objetivos de geração de valor aos acionistas da empresa e contemplam o seguinte escopo de atuação: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Comitês estatutários e não estatutários de Apoio ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria e Auditoria Independente.

As informações detalhadas sobre os órgãos de Governança Corporativa e seus membros podem ser encontradas nos itens 5.1 a 5.3 e 12.1 a 12.10 do Formulário de Referência.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dispõem de canal exclusivo de informação que pode ser acessado a partir do Portal da Braskem na Internet, o que confere segurança, transparência, equidade e rapidez neste processo de comunicação. Já para o público interno, o canal de comunicação Braskem View (intranet), desenvolvido em Português, Inglês e Espanhol, divulga notícias nacionais e regionais da Companhia, informações corporativas e de negócio, produtos, campanhas e processos internos e reconhecimentos, que pode ser acessado através do seguinte link: <http://view.braskem.com>.

Atuar em conformidade com as leis aplicáveis, regulamentos, políticas e melhores práticas é um princípio fundamental da Braskem, representando um bem intangível na proteção e no fortalecimento do negócio. A Braskem aprovou, em 2018, a Política Global do Sistema de Conformidade, documento que substitui a Política sobre Conformidade com Atuação Ética, Íntegra e Transparente e tem como objetivo estabelecer as diretrizes do Sistema de Conformidade da Companhia e de todas as suas Sociedades Controladas no Brasil e no exterior, abordando os deveres e responsabilidades dos Integrantes da Braskem como parte dos princípios e conceitos da

¹ Conforme Fato Relevante divulgado em 13/05/2019, e Comunicado ao Mercado de 15/05/2019, a NYSE suspendeu a negociação e iniciou os procedimentos para deslistagem dos ADSs da Companhia devido à não entrega do Formulário 20-F referente ao exercício findo em 31/12/2017. Ainda, em decorrência do processo de deslistagem, as ADSs da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de balcão ("OTC market"), nos EUA, sob o código BRKMY.

A Companhia vem realizando esforços para retomar a negociação das ADSs na NYSE e manterá seus investidores informados a esse respeito.

12.12 - Outras informações relevantes

Companhia.

O Sistema de Conformidade consiste em um conjunto de medidas para prevenir, detectar e remediar riscos não condizentes com uma atuação ética, íntegra e transparente de Integrantes. O Sistema é implementado pelos Líderes em todas as atividades e operações da Companhia, sendo responsabilidade de todos e acompanhado de forma sistêmica pelo Conselho de Administração. O comprometimento dos Integrantes na implantação e prática destas medidas é fundamental para a eficácia e a eficiência do Sistema.

A Política pode ser acessada pela intranet corporativa e pelo site de Relações com Investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

De forma transversal, a Braskem disponibiliza o Canal Linha de Ética. Por meio dele, Integrantes, Fornecedores, Terceiros, Clientes e demais colaboradores podem, de forma segura e responsável, contribuir com informações para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, seguro, ético, transparente e produtivo. Esse canal é acessível via internet ou por ligação telefônica gratuita no idioma dos países em que a Braskem mantém operações.

Todas as informações recebidas no canal são investigadas respeitando a confidencialidade e a independência, garantindo o anonimato dos relatores e a segurança na apuração. Não é permitida nem tolerada nenhuma retaliação contra quem, de boa-fé, relate uma preocupação sobre conduta não conforme com as orientações estabelecidas na Política Global do Sistema de Conformidade.

O resultado das respectivas investigações é apresentado e discutido no Comitê de Ética, composto por Responsável por Conformidade (Coordenador); Responsável Jurídico e Relações Institucionais; Responsável por Pessoas e Organização; e Responsável Financeiro.

Informações adicionais sobre as relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

O vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. João Cox, foi eleito membro do Conselho de Administração da Petrobras em 25/04/2019.

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| JOÃO COX NETO | 239.577.781-15 | Prestação de Serviços | Fornecedor |
| Membro do Conselho Administração | | | |
| Pessoa Relacionada | 33.000.167/0001-01 | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS. | | | |
| O Sr. João Cox foi eleito membro do Conselho de Administração da Petrobras em 25.04.2019 | | | |

12.12 - Outras informações relevantes

O membro do Conselho de Administração, Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira, assumiu cargo de Diretor Jurídico da Odebrecht S.A em 01/10/2019.

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| ROGÉRIO BAUTISTA DA NOVA MOREIRA Membro Efetivo do Conselho Administração | 889.539.205-15 | Subordinação | Contralador Indireto |
| Pessoa Relacionada | 05.144.757/0001-72 | | |
| ODEBRECHT S.A. O Sr. Rogério Bautista da Nova Moreira é diretor jurídico da Odebrecht S.A | | | |

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, foi eleito membro do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. em outubro de 2019.

| Identificação | CPF/CNPJ | Tipo de relação do Administrador com a | Tipo de pessoa relacionada |
|--|--------------------|--|----------------------------|
| JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA Membro Efetivo do Conselho Administração | 299.637.297-20 | Prestação de Serviço | Contralador Indireto |
| Pessoa Relacionada | 05.144.757/0001-72 | | |
| ODEBRECHT S.A. O Sr. José Mauro é membro titular do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. | | | |

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia adota uma estratégia de remuneração competitiva e transparente, que busca atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais e remunerar seus administradores com base nas práticas do mercado, de acordo com seus deveres e responsabilidades na efetiva condução dos negócios. A prática da remuneração variável permite fortalecer o alinhamento de interesses dos acionistas com os dos administradores na obtenção e superação de resultados a curto e longo prazo.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros titulares do Conselho de Administração são remunerados de maneira competitiva e por meio de honorários fixos baseados em pesquisas anuais de mercado. Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para este grupo, observada eventual remuneração que eles poderão receber por participação em Comitês. Esta prática é avaliada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria estatutária e não estatutária possuem uma estratégia de remuneração total competitiva, sendo composta pela remuneração mensal, pelos incentivos de curto e longo prazo e pelos benefícios. Todo posicionamento da remuneração leva em consideração o mercado de referência em todas localidades onde a Braskem tem presença e comparada a empresas de boas práticas de gestão de pessoas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia a todos os integrantes são os mesmos, tais como: assistência médica e odontológica, vale refeição, seguro de vida e previdência complementar.

A remuneração da Diretoria Estatutária é analisada anualmente pelo Comitê de Pessoas e Organização, pelo Conselho de Administração e é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

Conselho Fiscal

Os membros titulares do Conselho Fiscal são remunerados por meio de honorários fixos e conforme pesquisa de mercado. Tais honorários serão o maior entre (i) o valor fixo mensal estabelecido em assembleia geral ordinária da Companhia que elege o Conselho Fiscal; ou (ii) o limite mínimo previsto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

Não existe remuneração variável (curto e longo prazo) e benefícios para este grupo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês

Atualmente a Companhia possui 1 comitê estatutário, o Comitê de Conformidade, de caráter permanente composto por, no mínimo, 3 (três) membros independentes do Conselho de Administração, indicados pelo próprio Conselho, nos termos do Regimento Interno do referido Comitê, e 3 (três) Comitês de apoio ao Conselho de Administração (todos não estatutários), quais sejam: (i) Comitê de Finanças e Investimentos; (ii) Comitê de Pessoas e Organização e (iii) Comitê de Estratégia e Comunicação e (iv) Comitê de Conformidade. A Companhia diferencia os honorários mensais dos coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê. Esta estratégia está alinhada a práticas de mercado.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão da administração da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais segue abaixo:

| % em relação à remuneração total | | | | |
|---|------------------|----------------------|------------|-------|
| 2018 | | | | |
| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Benefícios | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria Estatutária/ Não Estatutária | 32,5% | 64,5% | 3,0% | 100% |
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |

| % em relação à remuneração total | | | | |
|---|------------------|----------------------|------------|-------|
| 2017 | | | | |
| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Benefícios | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria Estatutária/ Não Estatutária | 27,95% | 70,41% | 1,65% | 100% |

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

| | | | | |
|------------------------|------|----|----|------|
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |
|------------------------|------|----|----|------|

| % em relação à remuneração total | | | | |
|---|------------------|----------------------|------------|-------|
| 2016 | | | | |
| | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Benefícios | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria Estatutária/ Não Estatutária | 26,73% | 71,62% | 1,65% | 100% |
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

A estratégia de remuneração dos membros titulares do Conselho de Administração é obtida por meio de pesquisas especializadas anuais tendo sua comparação realizada com empresas de porte similar e com boas práticas de Governança. A remuneração é posicionada de maneira competitiva para o Conselheiro e composta pelos honorários fixos mensais e um adicional mensal por atuar e/ou liderar um destes comitês. Com base na evolução da Governança da Braskem, a estratégia busca remunerar o Conselho de maneira competitiva em relação ao mercado de referência.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os valores de remuneração total paga pela Companhia aos membros da Diretoria estatutária e não estatutária são comparados anualmente com o mercado por meio de pesquisas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e, eventualmente, avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração.

Na remuneração mensal, anualmente se avalia a contribuição e desempenho individual de cada membro da Diretoria, seu posicionamento na faixa de remuneração (intervalo de faixa de 85 a 115% da mediana) e se avalia a necessidade de algum ajuste na remuneração mensal.

Na remuneração variável, o incentivo de curto prazo (PLR) é proposto conforme o desafio de cada membro e se avalia o resultado operacional da Braskem (EBITDA, capital de Giro (KG) e investimentos (CAPEX)). No incentivo de longo prazo (ILP), o Conselho de Administração avalia e aprova a lista de elegíveis, bem como a proposta de contrapartida

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

em ações a ser realizada confirme critérios específicos.

A Companhia oferece o mesmo conjunto de benefícios a todos os seus integrantes, incluindo diretores estatutários e não estatutários.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal dos conselheiros titulares é obtida por meio de pesquisas especializadas, através do comparativo com empresas de porte similar, respeitando o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A. A estratégia de remuneração busca competitividade para garantir atratividade, buscando posicionar de maneira competitiva quando comparado ao mercado.

Comitês

A Companhia diferencia os honorários mensais dos Coordenadores e membros dos Comitês, de acordo com as responsabilidades e participações em cada Comitê, levando em consideração comparativo de mercado realizado anualmente.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com empresas de porte similar à Companhia.

Entende-se que os membros do Conselho de Administração devem fazer jus apenas à remuneração fixa para que se reflita o reconhecimento dado a sua função supervisora e orientadora dos negócios da Companhia, sem, no entanto, haver envolvimento com a sua execução.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração dos Diretores estatutários e não estatutários da Companhia tem o propósito de atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais, baseando-se no que o mercado pratica com relação à remuneração fixa, variável e pacote de benefícios para cada cargo. A Companhia tem uma prática competitiva em relação à remuneração variável, pois entende que, dessa forma, alinha os interesses dos diretores com os da Companhia, compartilhando o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, visando a obter ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e pelo desempenho de curto prazo.

A distribuição da remuneração entre as parcelas fixa, variável e benefícios praticada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e a prevista para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2019 dão ênfase à remuneração variável e, assim, estão em linha com os objetivos da política de remuneração adotada pela Companhia.

Conselho Fiscal

As referências são obtidas pelos resultados de pesquisas especializadas realizadas com

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

empresas de porte similar à Companhia, com atendimento ao disposto no §3º do artigo 162 da Lei das S.A. para a remuneração mínima legal.

Comitês

A composição da remuneração está alinhada à prática de mercado comparando com empresas de porte similar e as diferenciações de membros e líderes de comitês fez-se necessárias para estar alinhada com as atribuições e responsabilidades.

(v) membros não remunerados

Membros suplentes do Conselho de Administração não recebem honorários fixos mensais. Porém, se participarem como Membros dos Comitês do Conselho de Administração, são remunerados por isso, conforme descrito no item 13.1.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração

A remuneração mensal fixa do Conselho de Administração é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

O enquadramento da remuneração mensal de cada Diretor estatutário ou não da Companhia está atrelada à avaliação e classificação do cargo na estrutura salarial e comparativo de mercado, bem como do desempenho individual (meritocracia) e ainda da recomposição salarial conforme estudo da inflação anual.

A remuneração variável de curto prazo é condicionada à avaliação e ao cumprimento de metas individuais vinculadas aos desafios do seu programa de ação do ano e ao desempenho operacional e econômico da Companhia dentro do período em questão, considerando-se os seguintes elementos: (i) EBITDA operacional, (ii) variação do capital de giro, (iii) investimento operacional (CAPEX), e (iv) pagamento de dividendos.

A remuneração variável de Longo Prazo (ILP) está atrelada ao cumprimento das condições descritas no item 13.4.

Conselho Fiscal

A remuneração mensal fixa do Conselho Fiscal é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto. Vale ressaltar que é respeitado o valor mínimo estabelecido pelo artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês

A remuneração mensal fixa para os coordenadores e membros dos Comitês é determinada em razão de pesquisa de mercado levando em conta as responsabilidades e atribuições para o exercício da função. Não há indicador de desempenho para a determinação da remuneração variável uma vez que este grupo não é elegível para tanto.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

As alterações nos itens da remuneração variável a curto prazo estão diretamente relacionadas à performance individual dos diretores e da Companhia e ao atingimento das metas estabelecidas para um determinado período. Para o longo prazo, estão atreladas ao desempenho da ação da Companhia.

Conselho Fiscal

Não aplicável, uma vez que os membros do Conselho Fiscal da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

Comitês

Não aplicável, uma vez que os membros dos Comitês da Companhia não são elegíveis para remuneração variável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração está atrelada a fatores e premissas que a tornam mais: (i) equitativa (remunerar proporcionalmente de acordo com as habilidades, capacitação profissional e impacto nos resultados); (ii) competitiva (adequada aos padrões do mercado); (iii) eficaz (quanto a custos para a Companhia); e (iv) segura (comprometida com a continuidade e crescimento do negócio).

Na medida em que são cumpridas as metas a curto, médio e longo prazo, gera-se mais resultados para a Companhia, valorizando-a. Em contrapartida, esta distribui esses resultados em forma de remuneração variável de curto e longo prazo. Este ciclo faz com que a Companhia cresça e se desenvolva em busca de sua perpetuidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe nenhuma remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem elementos da remuneração vinculados à ocorrência de eventos societários.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando: (i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam; (ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos; e (iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

(i) As propostas de Remuneração Global dos Administradores e do Conselho Fiscal são baseadas em estudos de mercado, conforme já mencionado, e são submetidas a análise do Comitê de Pessoas e Organização do Conselho de Administração (“CPO”) e do Conselho de Administração previamente à submissão para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (“AGO”). Após a aprovação em AGO, o CPO recomenda ao Conselho de Administração a proposta de individualização da Remuneração dos Administradores, a qual é aprovada posteriormente em Reunião do Conselho de Administração. (ii) A proposta de individualização da Remuneração dos Administradores é realizada conforme já descrito em relação ao comparativo de mercado e posicionamento estratégico dos membros do Conselho de Administração, bem como dos Diretores Estatutários. (iii) A frequência dos estudos para atualização e comparação com o mercado é anual.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2019 - Valores Anuais**

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--|--|---|---------------|
| Nº total de membros | 11,00 | 7,00 | 5,00 | 23,00 |
| Nº de membros remunerados | 11,00 | 7,00 | 5,00 | 23,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 8.940.000,00 | 12.428.977,77 | 918.000,00 | 22.286.977,77 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 324.775,51 | 0,00 | 324.775,51 |
| Participações em comitês | 3.492.000,00 | 0,00 | 0,00 | 3.492.000,00 |
| Outros | 4.724.160,00 | 7.285.795,55 | 183.600,00 | 12.193.555,55 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Os valores relativos a INSS somam R\$2.859.360,00 e (ii) verba contingencial no montante de R\$1.864.800,00 | Os valores relativos a INSS somam R\$3.285.795,55 e (ii) verba contingencial no montante de R\$4.000.000 | Os valores relativos a INSS somam R\$183.600,00 | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 25.404.466,83 | 0,00 | 25.404.466,83 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | Os valores de INSS somam R\$7.519.722,18 | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 725.358,23 | 0,00 | 725.358,23 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 12.194.144,08 | 0,00 | 12.194.144,08 |
| Observação | Considera além dos 11 titulares, os suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA. (Ver item 13.16) | | | |
| Total da remuneração | 17.156.160,00 | 65.883.220,15 | 1.101.600,00 | 84.140.980,15 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Nº total de membros | 11,00 | 7,00 | 5,00 | 23,00 |
| Nº de membros remunerados | 11,00 | 7,00 | 5,00 | 23,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 7.061.072,40 | 10.773.526,65 | 844.000,00 | 18.678.599,05 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 250.127,05 | 0,00 | 250.127,05 |
| Participações em comitês | 3.301.583,33 | 0,00 | 0,00 | 3.301.583,33 |
| Outros | 2.072.531,15 | 2.154.705,33 | 168.800,00 | 4.396.036,48 |

| | | | | |
|--|---|---|---|---------------|
| Descrição de outras remunerações fixas | Os valores relativos a INSS somam R\$2.072.531,15 | Os valores relativos a INSS somam R\$2.154.705,33 | Os valores relativos a INSS somam R\$168.800,00 | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 18.962.786,00 | 0,00 | 18.962.786,00 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 5.056.596,07 | 0,00 | 5.056.596,07 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | Os valores de INSS somam R\$5.056.596,07 | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 747.253,08 | 0,00 | 747.253,08 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 2.384.979,00 | 0,00 | 2.384.979,00 |
| Observação | | | | |
| Total da remuneração | 12.435.186,88 | 40.329.973,18 | 1.012.800,00 | 53.777.960,06 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--|---|---|---------------|
| Nº total de membros | 11,00 | 6,25 | 5,00 | 22,25 |
| Nº de membros remunerados | 11,00 | 6,25 | 4,50 | 21,75 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 6.283.683,80 | 9.130.490,99 | 604.588,60 | 16.018.763,39 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 212.075,73 | 0,00 | 212.075,73 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 1.256.736,76 | 1.826.098,20 | 120.917,72 | 3.203.752,68 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Os valores relativos a INSS somam 1.256.736,76 | Os valores relativos a INSS somam 1.826.098,20. | Os valores relativos a INSS somam 120.917,72. | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 23.004.418,35 | 0,00 | 23.004.418,35 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 4.600.883,67 | 0,00 | 4.600.883,67 |

| | | | | |
|--|--|--|--|---------------|
| Descrição de outras remunerações variáveis | | Os valores relativos a INSS somam 4.600.883,67. | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 434.915,25 | 0,00 | 434.915,25 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Observação | (i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente. | (i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente. | (i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente. | |
| Total da remuneração | 7.540.420,56 | 39.208.882,19 | 725.506,32 | 47.474.809,09 |

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|--|--|--|---------------|
| Nº total de membros | 10,50 | 6,00 | 5,00 | 21,50 |
| Nº de membros remunerados | 10,50 | 6,00 | 4,00 | 20,50 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 3.431.462,71 | 8.340.447,83 | 509.914,50 | 12.281.825,04 |
| Benefícios direto e indireto | 0,00 | 193.753,89 | 0,00 | 193.753,89 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 686.292,54 | 1.668.089,56 | 101.982,90 | 2.456.365,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Os valores relativos a INSS somam R\$686.292,54. | Os valores relativos a INSS somam R\$1.668.089,56. | Os valores relativos a INSS somam R\$101.982,90. | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 22.345.008,68 | 0,00 | 22.345.008,68 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 4.469.001,73 | 0,00 | 4.469.001,73 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | Os valores relativos a INSS somam R\$4.469.001,73. | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 321.384,36 | 0,00 | 321.384,36 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações (incluindo opções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| Observação | (i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente. | (i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente. | (i) O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente. | |
|----------------------|--|--|--|---------------|
| Total da remuneração | 4.117.755,25 | 37.337.686,06 | 611.897,40 | 42.067.338,71 |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| Remuneração variável - Exercício Social a encerrar-se em 31/12/2019 | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros* | 11,00 | 7,00 | 5,00 | 23,00 |
| Nº de membros remunerados** | 0,00 | 7,00 | 0,00 | 7,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | 25.404.466,83* | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | 20.323.573,46 | N/A | N/A |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | N/A | N/A | N/A | N/A |

*Esse valor poderá ser alterado a depender dos resultados gerados pela Companhia.

| Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2018 | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|--------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros* | 11,00 | 7,00 | 5,00 | 23,00 |
| Nº de membros remunerados** | 0,00 | 7,00 | 0,00 | 7,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | 24.206.250,00 | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – | N/A | 19.365.000,00 | N/A | N/A |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| | | | | |
|---|-----|---------------|-----|-----|
| metas atingidas | | | | |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | N/A | 18.962.786,00 | N/A | N/A |

| Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2017 | | | | |
|---|---------------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros* | 11,00 | 6,25 | 5,00 | 22,25 |
| Nº de membros remunerados** | 0,00 | 6,25 | 0,00 | 6,25 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | 0,00 | N/A | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | R\$22.150.000,00 ⁽¹⁾ | N/A | R\$22.150.000,00 ⁽¹⁾ |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | R\$17.720.000,00 ⁽¹⁾ | N/A | R\$17.720.000,00 ⁽¹⁾ |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | N/A | R\$23.004.418,35 | N/A | R\$23.004.418,35 |

***Obs.:** O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

****Obs.:** O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

⁽¹⁾ Não contempla encargos sociais, somente Participação nos Resultados.

| Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2016 | | | | |
|---|---------------------------|-----------------------|-----------------|-------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros* | 10,50 | 6 | 5 | 21,50 |
| Nº de membros remunerados** | 0,00 | 6 | 0,00 | 6,00 |
| Bônus | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | N/A | N/A | N/A |
| Valor previsto no plano de remuneração – | N/A | N/A | N/A | N/A |

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

| | | | | |
|---|-----|------------------------------|-----|------------------------------|
| metas atingidas | | | | |
| Participação nos resultados | | | | |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração | N/A | 0,00 | N/A | 0,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração | N/A | 19.400.000,00 ⁽¹⁾ | N/A | 19.400.000,00 ⁽¹⁾ |
| Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas | N/A | 15.520.000,00 ⁽¹⁾ | N/A | 15.520.000,00 ⁽¹⁾ |
| Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social | N/A | 22.345.008,68 ⁽¹⁾ | N/A | 22.345.008,68 ⁽¹⁾ |

***Obs.:** O número total de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.

****Obs.:** O número de membros remunerados de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício, apurado mensalmente.

⁽¹⁾ Não contempla encargos sociais, somente Participação nos Resultados.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

A Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações para os membros do conselho de administração.

Diretoria Estatutária

A Companhia já possuía no último exercício social plano de remuneração baseado em ações para os membros da Diretoria Estatutária considerando que, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia contemplando, dentre outros integrantes, os Diretores Estatutários. O Plano de Outorga pode ser encontrado nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

- **(a) termos e condições gerais**

Poderão ser indicados para participar do Plano de Outorga de Ações Restritas da Braskem S.A. (“Plano”) as pessoas naturais que trabalham e que integram a Companhia ou as sociedades por ela controladas, incluindo, mas não se limitando, aos Diretores. O Conselho de Administração definirá, dentre tais integrantes, aqueles que poderão participar de cada programa anual de outorga de ações restritas (respectivamente “Programa” e “Pessoas Elegíveis”).

As Pessoas Elegíveis deverão manifestar a vontade de aderir ao Plano e ao respectivo Programa, mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, passando a ser designadas como “Participantes”.

A outorga das Ações Restritas (“Contrapartida”) será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de ações próprias (“Ações Próprias”), sendo que as Pessoas Elegíveis poderão investir voluntariamente, com recursos financeiros próprios, o valor mínimo de 10% e máximo de 20% do valor bruto do seu incentivo de curto prazo planejado relativo ao programa anual de participação nos lucros e resultados (“PLR”).

A meta do Plano é que se outorgue para cada 01 (uma) Ação Própria 02 (duas) Ações Restritas. No entanto, poderá o Conselho de Administração definir, de forma excepcional e justificada, a cada Programa, múltiplo diverso de Ações Restritas a ser transferida para cada Ação Própria nos termos e condições do Contrato de Outorga aplicável, observado o mínimo de 01 (uma) Ação Restrita e o máximo de 03 (três) Ações Restritas para cada Ação Própria. O número será definido a exclusivo critério do Conselho de Administração a partir da análise dos seguintes indicadores: (a) desempenho da Companhia no exercício social imediatamente anterior à celebração do Contrato de Outorga; (b) o nível de desafio esperado para a Companhia nos 03 (três) exercícios seguintes à aprovação de cada Programa; e (c) valor das Ações Restritas negociadas na B3 S.A. (“B3”) na data de aprovação de cada Programa.

Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i)

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga (“Período de Carência”), e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

- **(b) principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo promover: (a) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia e das sociedades por ela controladas; e (b) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades por ela controladas.

- **(c) forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano é um importante componente para assegurar a estratégia de remuneração total, garantindo a competitividade com o mercado, e ao mesmo tempo, mantendo o engajamento e comprometimento dos Participantes com a Companhia e com os desafios do ciclo petroquímico.

Neste sentido, a implementação do Plano contribui para assegurar a convergência de interesses entre Integrantes e acionistas para a criação de valor para a Companhia.

- **(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor**

O Plano é um dos componentes relevantes do pacote de remuneração total da Companhia.

Um dos conceitos definidos na Política de Remuneração da Companhia é que a remuneração é definida em função da capacidade dos integrantes gerarem e superarem os resultados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração. Neste sentido, o Plano é um importante componente de remuneração variável para complementar e assegurar a estratégia de remuneração total, buscando resultados a longo prazo para a Companhia, na valorização das suas ações, e atua como forte componente na retenção dos Participantes.

- **(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**

A implementação do Plano é uma maneira de assegurar a convergência de interesses entre integrantes e acionistas para a criação de valor a curto, médio e longo prazo para a Companhia. Por meio dele, líder e liderados assumem o compromisso com a obtenção e superação dos resultados planejados e com a partilha de parte destes resultados com os integrantes responsáveis por sua geração.

O Período de Carência previsto no Plano, durante o qual as Ações Restritas não são transferidas ao Participante, favorecem a retenção dos Participantes durante esse período.

- **(f) número máximo de ações abrangidas**

O número máximo de ações abrangidas pelo Plano é de 1,5% do Capital Social da Companhia, que corresponde, nesta data, a R\$8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.218.554 (setecentas e noventa e sete milhões, duzentas e dezoito mil e quinhentas e cinquenta e quatro) ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

- **(g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano.

- **(h) condições de aquisição de ações**

A Contrapartida será condicionada ao investimento voluntário de recursos financeiros próprios por parte dos Participantes na aquisição de Ações Próprias

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente; (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

- **(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de referência das Ações Restritas que a Companhia outorgará será o valor de cotação de mercado da Ação Restrita na localidade de cada Participante no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva transferência das Ações Restritas, ou, caso não haja negociação das Ações Restritas na localidade do Participante, será o valor de cotação das referidas Ações Restritas na B3 no segundo dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento, convertido para a moeda corrente da localidade do Participante.

- **(j) critérios para fixação do prazo de exercício**

O Período de Carência será de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga.

Durante o Período de Carência, o Participante deverá permanecer vinculado à Companhia ou às sociedades por ela controladas mantendo a propriedade ininterrupta de suas Ações Próprias para que tenha direito à transferência das Ações Restritas pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas nos termos e condições estabelecidas neste Plano, no respectivo Programa e no Contrato de Outorga, observadas as regras relativas às hipóteses de desligamento da Companhia, conforme previstas no Plano e respectivos Contratos de Outorga.

- **(k) forma de liquidação**

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Plano e no Contrato de Outorga aplicável, e desde que observados os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, a Companhia ou as sociedades por ela controladas transferirão, por meio de operação privada, para o nome dos Participantes, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a quantidade de Ações Restritas a que os Participantes façam jus. Exceto no que se refere aos tributos que serão abatidos, a Companhia ou as sociedades por ela controladas, conforme o caso, arcarão com os eventuais custos incidentes para a realização da transferência das Ações Restritas para os Participantes. Na hipótese de não ser possível entregar as referidas Ações Restritas aos Participantes, a Companhia e/ou as sociedades por ela controladas poderão pagar aos Participantes, com recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente da respectiva localidade de atuação do Participante, o montante equivalente às Ações Restritas outorgadas considerando Preço de Referência das Ações Restritas, líquido dos tributos

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

eventualmente incidentes.

- **(l) restrições à transferência das ações**

Os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas, especialmente à transferência da propriedade das Ações Restritas, somente serão adquiridos se os Participantes: (i) permanecerem continuamente vinculados como Integrantes da Companhia ou de sociedade controlada pela Companhia pelo período de 03 (três) anos contados da data da celebração do Contrato de Outorga, e, cumulativamente, (ii) mantiverem, sob sua propriedade ininterrupta, as Ações Próprias desde a data de sua aquisição até o fim do Período de Carência.

- **(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Na hipótese de: (i) Alteração de Controle da Companhia (conforme definido no Plano); (ii) realização de oferta pública de fechamento de capital da Companhia; (iii) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária, os Participantes farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do evento estabelecido nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelos Participantes, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelos Participantes, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados.

O Plano também prevê que, nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia avaliar a necessidade de ajustes nos Programas e Plano, de modo a evitar distorções e prejuízos à Companhia e as sociedades por ela controladas ou aos Participantes.

Ademais, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações restritas em qualquer das jurisdições onde este será implementado, poderá levar à revisão integral deste Plano, de forma a garantir o cumprimento das leis aplicáveis.

Por fim, o direito ao recebimento das Ações Restritas nos termos deste Plano, respectivo Programa e Contrato de Outorga aplicáveis extinguir-se-á automaticamente e sem qualquer direito a indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito caso a Companhia seja dissolvida, liquidada ou tenha sua falência decretada.

- **(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Na hipótese de Desligamento de um Participante: (i) mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e responsabilidades de administrador; (ii) por solicitação do Participante (incluindo demissão voluntária ou renúncia ao cargo de administrador); ou (iii) qualquer evento de aposentadoria que não seja uma Aposentadoria Acordada (conforme

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

definido no Plano), o Participante perderá todo e qualquer direito relacionado às Ações Restritas sob o Plano, qualquer Programa e Contrato de Outorga, o qual restará automaticamente extinto na data de Desligamento (conforme definido no Plano), de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante, exceto pelas Ações Restritas já obtidas até a data efetiva do Desligamento, ainda que não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) demissão pela Companhia ou pelas sociedades por ela controladas sem justa causa; (ii) destituição do cargo de administrador sem que haja violação aos seus deveres e responsabilidades; ou (iii) transferência do Participante para ocupar cargo em sociedade do mesmo grupo da Companhia que não seja participante do Plano, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) de uma quantidade pro rata das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, levando-se em conta para o referido cálculo pro rata a quantidade de meses completos em que tal Participante trabalhou na Companhia ou em sociedade por ela controlada em relação ao número de meses do Período de Carência, sendo que as Ações Restritas remanescentes restarão automaticamente extintas na data de Desligamento, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização do Participante. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, excepcionalmente e a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de Aposentadoria Acordada, o Participante fará jus ao recebimento: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou por sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição não tenham sido plenamente adquiridos pelo Participante na data de Desligamento. A entrega das Ações Restritas ao Participante será realizada na data originalmente prevista considerando o cumprimento do Período de Carência, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga, sendo certo que a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a entrega de tais Ações Restritas a qualquer momento.

Na hipótese de Desligamento de um Participante por motivo de: (i) falecimento; ou (ii) invalidez permanente, os herdeiros ou sucessores legais (para a hipótese descrita em (i)) ou o representante legal (para a hipótese descrita em (ii)) farão jus ao recebimento, em até 60 (sessenta) dias da ocorrência de qualquer dos eventos estabelecidos nesta cláusula: (a) das Ações Restritas cujos direitos de aquisição já tenham sido adquiridos pelo Participante, ainda que as Ações Restritas não tenham sido efetivamente transferidas pela Companhia ou sociedade por ela controlada; e (b) da totalidade das Ações Restritas cujos direitos de aquisição ainda não tenham sido adquiridos pelo Participante, de modo que tais direitos serão automaticamente antecipados, exceto se determinado de outra forma no Contrato de Outorga.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

A Companhia não possuía no último exercício social e não possui no exercício social corrente plano de remuneração baseado em ações para os membros do Conselho de Administração. Com relação à Diretoria Estatutária, esta possui um plano de remuneração baseado em ações, conforme Plano aprovado em AGE em 21/03/2018 e Programas aprovados pelo CA em reuniões realizadas em 28/03/2018 e 13/03/2019.

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Nº total de membros | 11 | 7 |
| Nº de membros remunerados | 0 | 7 |
| Preço médio ponderado de exercício: | N/A | N/A |
| (a) Das ações em aberto no início do exercício social | N/A | N/A |
| (b) Das opções perdidas durante o exercício social | N/A | N/A |
| (c) Das opções exercidas durante o exercício social | N/A | N/A |
| (d) Das opções expiradas durante o exercício social | N/A | N/A |
| Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas | N/A | N/A |

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pela Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social. Com relação ao Conselho de Administração, cumpre esclarecer que inexistia no último exercício social (e inexistiu no exercício social corrente) plano de remuneração baseado em ações para seus membros.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social e durante o período corrente.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

| Em 31/12/2018 | | | | | |
|--|--------------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------|--------|
| | | Conselho de Administração | Diretoria Executiva | Conselho Fiscal | Total |
| Sociedade | Categoria | | | | |
| Emissor | | | | | |
| Braskem S.A. | Ações Ordinárias | 0 | 0 | 1.000 | 1.000 |
| | Ações Preferenciais – Classe A | 11.726 | 84.242 | 2.000 | 97.968 |
| | Ações Preferenciais – Classe B | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Controladores diretos e indiretos | | | | | |
| Odbinv S.A. | Ações Ordinárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Ações Preferenciais | 0 | 0 | 0 | 0 |

| Em 31/12/2017 | | | | | |
|--|--------------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------|---------------|
| | | Conselho de Administração | Diretoria Executiva | Conselho Fiscal | Total |
| Sociedade | Categoria | | | | |
| Emissor | | | | | |
| Braskem S.A. | Ações Ordinárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Ações Preferenciais – Classe A | 11.726 | 510 | 0 | 12.236 |
| | Ações Preferenciais – Classe B | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Controladores diretos e indiretos | | | | | |
| Odbinv S.A. | Ações Ordinárias | 1.683.394.556 | 0 | 0 | 1.683.394.556 |

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

| | | | | | |
|--|---------------------|---|---|---|---|
| | Ações Preferenciais | 0 | 0 | 0 | 0 |
|--|---------------------|---|---|---|---|

| Em 31/12/2016 | | | | | |
|--|--------------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------|---------------|
| Sociedade | Categoria | Conselho de Administração | Diretoria Executiva | Conselho Fiscal | Total |
| Emissor | | | | | |
| Braskem S.A. | Ações Ordinárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Ações Preferenciais – Classe A | 76.526 | 510 | 0 | 77.036 |
| | Ações Preferenciais – Classe B | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Controladores diretos e indiretos | | | | | |
| Odbinv S.A. | Ações Ordinárias | 1.683.394.556 | 0 | 0 | 1.683.394.556 |
| | Ações Preferenciais | - | - | - | - |

(*) A tabela acima apresenta apenas controladores diretos e indiretos da Companhia nos quais os membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal ora indicados para substituição e eleição na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como nossos Diretores Estatutários em exercício, detém participação. Para visualizar o controle acionário direto e indireto da Companhia, favor consultar os itens 15.1 e 15.2 desse Formulário

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Abaixo apresentamos as informações sobre o plano de previdência da Companhia em vigor no último exercício social:

| | Conselho de Administração (Titulares) | Diretoria Estatutária |
|---|--|--|
| Número total de membros | 11,00 | 7,00 |
| Número de membros remunerados* | 11,00 | 7,00 |
| Nome de plano | N/A | Odebrecht Previdência |
| Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar | N/A | 0 |
| Condições para se aposentar antecipadamente | N/A | Não há possibilidade de aposentadoria antecipada |
| Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$) | N/A | R\$ 3.269.498,00 |
| Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$) | N/A | R\$ 535.612,19 |
| Possibilidade e condições para resgate antecipado | N/A | Não há possibilidade de resgate antecipado |

*Obs.: O número de membros remunerados de cada órgão corresponde ao número de diretores e conselheiros vinculados ao plano de previdência da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|-----------------------------------|-----------------------|---------------|--------------|---------------------------|--------------|------------|-----------------|------------|------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Nº de membros | 7,00 | 6,25 | 6,00 | 11,00 | 11,00 | 10,50 | 5,00 | 5,00 | 5,00 |
| Nº de membros remunerados | 7,00 | 6,25 | 6,00 | 11,00 | 11,00 | 10,50 | 5,00 | 4,50 | 4,00 |
| Valor da maior remuneração(Reais) | 14.738.146,47 | 13.115.784,05 | 6.796.177,88 | 2.724.000,00 | 1.164.000,00 | 750.751,92 | 202.560,00 | 162.724,80 | 152.856,00 |
| Valor da menor remuneração(Reais) | 2.133.502,21 | 4.624.112,26 | 4.364.137,24 | 792.000,00 | 223.330,51 | 268.408,31 | 202.560,00 | 162.724,80 | 152.856,00 |
| Valor médio da remuneração(Reais) | 5.761.424,74 | 6.273.421,15 | 6.222.947,68 | 1.105.162,44 | 647.541,89 | 392.167,17 | 202.560,00 | 161.223,63 | 152.856,00 |

Observação

| Diretoria Estatutária | |
|-----------------------|---|
| 31/12/2018 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). Em 2018, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses. |
| 31/12/2017 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). Em 2017, o item maior e menor remuneração foi apurado com a exclusão de 1 membro que exerceu o cargo por menos de 12 meses. |
| 31/12/2016 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). Em 2016, devido à alteração da composição da diretoria Estatutária ocorrida em Maio, foram excluídos 4 membros que exerceram atividades por período menor que 12 meses para o item de maior e menor remuneração. |

| Conselho de Administração | |
|---------------------------|--|
| 31/12/2018 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. |
| 31/12/2017 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. |
| 31/12/2016 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. |

| Conselho Fiscal | |
|-------------------|--|
| 31/12/2018 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. |
| 31/12/2017 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. |

| | |
|------------|--|
| 31/12/2016 | Os montantes informados no quadro acima consideram encargos sociais (INSS). O item maior e menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. |
|------------|--|

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

A Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, com exceção dos direitos relativos ao Programa de ILP aplicáveis apenas aos diretores e demais integrantes que sejam elegíveis, conforme descrito no item 13.4 do Formulário de Referência.

Os administradores da Companhia são cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), emitida pela Chubb, com cobertura válida até 21 de julho de 2019. A apólice conta com abrangência em todo o território mundial, e o prêmio líquido da apólice vigente foi de US\$ 1.901 mil.

Nos termos da apólice, os administradores serão indenizados por perdas e danos (inclusive custos de defesa) resultantes de reclamações de terceiros contra os administradores fundamentadas em omissões ou atos danosos praticados no exercício de suas funções (contanto que não seja caracterizado dolo ou culpa grave equiparada ao dolo).

Em complemento ao Seguro de D&O descrito acima, a Companhia está autorizada a firmar compromisso de indenidade com seus ex-administradores, nos termos da Política de Indenidade de Administradores e Integrantes, aprovada pelo Conselho de Administração em 08/11/2017 e atualizada conforme determinadas disposições do Parecer de Orientação nº 38 da CVM em 14/02/2019 (“Política de Indenidade”) que encontra-se disponível nos sites da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). Para mais informações vide item 12.11 do Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Devido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

| Exercício social encerrado em | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|-------------------------------|---------------------------|-----------------|-----------------------|
| 2017 | 8,60% | 0,00% | 0,00% |
| 2017 | 6,07% | 0,00% | 0,00% |
| 2016 | 13,04% | 0,00% | 0,00% |

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, nos últimos três exercícios sociais nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia foi reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, seja a título de exercício de suas funções de administradores, seja qualquer outro título.

13.16 - Outras Informações Relevantes**Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2018 - Valores Anuais**

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA. (Valores já reportados na

Remuneração prevista para o exercício Social encerrado em 31/12/2018)

| | Conselho de Administração | Total |
|--|--|--|
| Nº total de membros | 2 | 2 |
| Nº de membros remunerados | 2 | 2 |
| Salário ou pró-labore | N/A | N/A |
| Benefícios diretos e indiretos | N/A | N/A |
| Participação em comitês | 232.000,00 | 232.000,00 |
| Outros | 46.400,00 | 46.400,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Os valores relativos a INSS somam 46.400 | Os valores relativos a INSS somam 46.400 |
| Bônus | N/A | N/A |
| Participação de resultados | N/A | N/A |
| Participação em reuniões | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A |
| Descrição de outras remunerações variáveis | N/A | N/A |
| Pós-emprego | N/A | N/A |
| Cessação do cargo | N/A | N/A |
| Baseada em ações, incluindo opções (2) | N/A | N/A |
| Observação | N/A | N/A |
| Total da remuneração | 278.400,00 | 278.400,00 |

13.16 - Outras Informações Relevantes**Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2017 - Valores Anuais**

A tabela abaixo considera suplentes que são remunerados apenas por participarem em Comitês do CA.

| | Conselho de Administração | Total |
|--|--|--|
| Nº total de membros | 2 | 2 |
| Nº de membros remunerados | 2 | 2 |
| Salário ou pró-labore | N/A | N/A |
| Benefícios diretos e indiretos | N/A | N/A |
| Participação em comitês | 100.000,00 | 100.000,00 |
| Outros | 20.000,00 | 20.000,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | Os valores relativos a INSS somam 20.000 | Os valores relativos a INSS somam 20.000 |
| Bônus | N/A | N/A |
| Participação de resultados | N/A | N/A |
| Participação em reuniões | N/A | N/A |
| Comissões | N/A | N/A |
| Outros | N/A | N/A |
| Descrição de outras remunerações variáveis | N/A | N/A |
| Pós-emprego | N/A | N/A |
| Cessação do cargo | N/A | N/A |
| Baseada em ações, incluindo opções | N/A | N/A |
| Observação | N/A | N/A |
| Total da remuneração | 120.000,00 | 120.000,00 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos**(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

| 2018 | | | | | | | | | |
|--------------|----------------|------------|--------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | Administrativo | Comercial | Distribuição | Engenharia | Manutenção | P & D | Produção | Exterior | Total Geral |
| AL | 24 | 0 | 7 | 6 | 78 | 0 | 397 | 0 | 512 |
| BA | 330 | 10 | 70 | 68 | 303 | 10 | 901 | 0 | 1692 |
| PR | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| RS | 102 | 6 | 29 | 47 | 299 | 169 | 937 | 0 | 1589 |
| SC | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 |
| SP | 662 | 215 | 114 | 51 | 167 | 60 | 709 | 0 | 1978 |
| RJ | 33 | 0 | 9 | 12 | 85 | 3 | 255 | 0 | 397 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1835 | 1835 |
| Total | 1151 | 236 | 229 | 184 | 932 | 242 | 3199 | 1835 | 8008 |

| 2017 | | | | | | | | | |
|--------------|----------------|------------|--------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | Administrativo | Comercial | Distribuição | Engenharia | Manutenção | P & D | Produção | Exterior | Total Geral |
| AL | 22 | 1 | 9 | 7 | 80 | 0 | 389 | 0 | 508 |
| BA | 325 | 18 | 35 | 69 | 288 | 10 | 905 | 0 | 1.650 |
| PR | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| RS | 100 | 7 | 27 | 49 | 311 | 172 | 935 | 0 | 1.601 |
| SC | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| SP | 570 | 214 | 68 | 42 | 169 | 54 | 706 | 0 | 1.823 |
| RJ | 30 | 0 | 10 | 11 | 85 | 5 | 267 | 0 | 408 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.717 | 1.717 |
| Total | 1.047 | 246 | 149 | 178 | 933 | 241 | 3.202 | 1.717 | 7.713 |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

| 2016 | | | | | | | | | |
|----------|----------------|-----------|--------------|------------|------------|-------|----------|----------|-------------|
| | Administrativo | Comercial | Distribuição | Engenharia | Manutenção | P & D | Produção | Exterior | Total Geral |
| AL | 25 | 1 | 9 | 6 | 82 | 0 | 391 | 0 | 514 |
| BA | 324 | 18 | 34 | 64 | 289 | 9 | 915 | 0 | 1.653 |
| PR | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| RS | 113 | 8 | 29 | 49 | 296 | 172 | 948 | 0 | 1.615 |
| SC | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| SP | 532 | 210 | 64 | 40 | 171 | 49 | 707 | 0 | 1.773 |
| RJ | 32 | 1 | 13 | 13 | 88 | 4 | 264 | 0 | 415 |
| Exterior | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1680 | 1680 |
| Total | 1.026 | 244 | 149 | 172 | 926 | 234 | 3.225 | 1680 | 7.656 |

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

| Localização Geográfica | Número de terceirizados | | |
|------------------------|-------------------------|------------|------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| Alagoas | 1.273 | 1.042 | 969 |
| Bahia | 3.900 | 3.467 | 3.610 |
| Rio Grande do Sul | 4.754 | 3.462 | 3.741 |
| Rio de Janeiro | 1.203 | 945 | 1.006 |
| São Paulo | 3.629 | 2.754 | 3.163 |
| Total | 14.759 | 11.670 | 12.489 |

(c) índice de Rotatividade

| Índice de rotatividade – Global | | |
|---------------------------------|------------|------------|
| 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| 7,0% | 6,2% | 7,3% |

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não há alterações relevantes.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

O objetivo da política de remuneração da Companhia é dotar a empresa de um sistema competitivo e transparente, que apoie as práticas de atração e desenvolvimento, e que permita a gestão coletiva e individualizada da remuneração dos Integrantes.

A remuneração na Companhia é baseada em faixas construídas com o propósito de flexibilizar a gestão da Remuneração Mensal ("RM") das equipes e permitir diferenciar o nível de competência e aplicar o conceito de meritocracia aos integrantes.

As faixas de RM foram determinadas tendo como base:

- 85% da Mediana de mercado para o valor inicial (Faixa Desenvolvimento;)
- Mediana de mercado na sua referência central (Faixa Alvo de Mercado); e
- 115% da Mediana de mercado para o valor máximo (Faixa Desempenho Avançado).

Em relação à remuneração variável, na forma de PLR – Participação nos Lucros e Resultados, a Companhia tem como política ser mais agressiva do que a Remuneração Fixa, para o nível estratégico, posicionando-se acima da Mediana de Mercado.

A remuneração variável é condicionada à avaliação e ao cumprimento de metas individuais vinculadas aos desafios do seu programa de ação do ano e ao desempenho operacional e econômico da Companhia dentro do período em questão, considerando-se os seguintes elementos: (i) EBITDA operacional para todos os integrantes, e ainda para os estratégicos; variação do capital de giro; (iii) investimento operacional (CAPEX); e (iv) pagamento de dividendos.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece o mesmo conjunto de benefícios a todos os seus Integrantes. Os estudos comparativos servem de base para determinar a necessidade de revisão ou reajustes.

Os principais benefícios são: (i) Seguro Saúde (Médico Hospitalar e Odontológico); (ii) Previdência Privada própria; (iii) Vale Refeição ou Refeitórios, para integrantes nos escritórios e nas plantas respectivamente; e (iv) Seguro de Vida.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para o exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Companhia não possuía no último exercício social plano de remuneração baseado em ações para empregados não administradores, no entanto, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de março de 2018, foi aprovado o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia e descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

As negociações coletivas de trabalho nas datas base em Alagoas, Bahia, São Paulo (Paulínia, ABC e Cubatão) e Rio Grande do Sul são conduzidas pelos sindicatos patronais (com participação relevante da Companhia). No Rio de Janeiro as negociações coletivas são conduzidas diretamente pela Braskem. Os referidos instrumentos estão em plena vigência.

Por outro lado, a Companhia negocia e celebra diretamente com os referidos sindicatos, Acordos Coletivos Específicos, tais como Acordo sobre jornadas para Turnos Ininterruptos de Revezamento, Acordo sobre Passagem de Turnos e sistema alternativo de registro de jornadas de trabalho, Acordos negociados diretamente com seus empregados e com a participação do sindicato laboral para validação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, etc.

Não há histórico de intervenção judicial (dissídio coletivo) para estabelecimento das condições de trabalho e reajustamento de salários há muitos anos.

Desde a sua criação a Companhia não vivenciou greve em nenhuma das suas plantas industriais no Brasil.

Os Sindicatos da categoria laboral com os quais a Companhia mantém relações para negociação ou trato específico de questões e acordos, nas respectivas regiões (base territorial), são:

- ALAGOAS – SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS, QUÍMICOS E PLÁSTICOS NOS ESTADOS DE AL/SE – SINDIPETRO AL/SE;
- BAHIA – SINDICATO DOS TRABALHADORES DO RAMO QUÍMICO, PETROQUÍMICO, PLÁSTICOS, FERTILIZANTES E TERMINAIS QUÍMICOS DO ESTADO DA BAHIA – SINDIQUÍMICA.
- SÃO PAULO (Capital) - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, PLÁSTICOS E SIMILARES DE SÃO PAULO;
- SÃO PAULO (Paulínia) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. QUÍMICAS, FARMACÊUTICA, ABRASIVOS E SIMILARES DE CAMPINAS E REGIÃO;
- SÃO PAULO (ABC) – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, PETROQUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, TINTAS E VERNIZES, PLÁSTICOS, RESINAS SINTÉTICAS, EXPLOSIVOS E SIMILARES DO ABCD, MAUÁ, RIBEIRÃO PIRES E RIO GRANDE DASERRA;
- SÃO PAULO (Cubatão) - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DE FERTILIZANTES DE CUBATÃO, SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ, PRAIA GRANDE, BERTIOGA, MONGAGUÁ E ITANHAÉM;
- RIO DE JANEIRO (Duque de Caxias) - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS PETROQUÍMICAS DE DUQUE DE CAXIAS; e
- RIO GRANDE DO SUL – SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND. PETROQUÍMICAS DE TRIUNFO /RS – SINDIPOLO.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, exceto pelas já descritas nas demais seções deste item 14 do Formulário.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | | | | | |
| 33.000.167/0001-01 | BRASILEIRA-RJ | Sim | Não | 31/01/2019 | |
| Não | | | | | |
| 212.426.952 | 47,032% | 75.761.739 | 21,925% | 288.188.691 | 36,149% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 75.761.739 | 21,957% | | | |
| TOTAL | 75.761.739 | 21,925% | | | |
| ODEBRECHT S.A. | | | | | |
| 05.144.757/0001-72 | BRASILEIRA-BA | Sim | Sim | 31/01/2019 | |
| Não | | | | | |
| 1 | 0,000% | 12 | 0,000% | 13 | 0,001% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 12 | 0,001% | | | |
| TOTAL | 12 | 0,000% | | | |
| Norges Bank | | | | | |
| 05.839.607/0001-83 | NORUEGUESA-OSLO | Não | Não | 17/06/2020 | |
| Não | | | | | |
| 0 | 0,000% | 17.491.021 | 5,062% | 17.491.021 | 2,194% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 17.491.021 | 5,069% | | | |
| TOTAL | 17.491.021 | 4,811% | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| Acionista | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| ADR's | | | | | |
| 05.523.773/0001-76 | | Não | Não | 31/01/2019 | |
| Não | | | | | |
| 0 | 0,000% | 47.203.730 | 13,660% | 47.203.730 | 5,920% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 47.203.730 | 13,680% | | | |
| TOTAL | 47.203.730 | 13,660% | | | |
| Alaska Investimentos Ltda | | | | | |
| 11.752.203/0001-50 | Brasileira-SP | Não | Não | 23/10/2019 | |
| Não | | | | | |
| 0 | 0,000% | 18.144.600 | 5,251% | 18.144.600 | 2,276% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 18.144.600 | 5,259% | | | |
| TOTAL | 18.144.600 | 4,989% | | | |
| OSP Investimentos S.A. | | | | | |
| 22.606.673/0001-22 | BRASILEIRA-SP | Sim | Sim | 31/01/2019 | |
| Não | | | | | |
| 226.334.622 | 50,111% | 79.182.486 | 22,915% | 305.517.108 | 38,320% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 79.182.486 | 22,948% | | | |
| TOTAL | 79.182.486 | 22,915% | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| Acionista | | | | | |
|--|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|----------------------|
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| Detalhamento por classes de ações (Unidades) | | | | | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| OUTROS | | | | | |
| | 12.902.077 | 2,857% | 106.530.956 | 30,830% | 119.433.033 14,985% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 106.030.726 | 30,729% | | | |
| Preferencial Classe B | 500.230 | 100,000% | | | |
| TOTAL | 106.530.956 | 30,829% | | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 16/10/2018 | | | | | |
| | 0 | 0,000% | 1.234.758 | 0,357% | 1.234.758 0,155% |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| Preferencial Classe A | 1.234.758 | 0,358% | | | |
| TOTAL | 1.234.758 | 0,359% | | | |
| TOTAL | | | | | |
| | 451.663.652 | 100,000% | 345.549.302 | 100,000% | 797.212.954 100,000% |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | CPF/CNPJ acionista | | |
| ODEBRECHT S.A. | | | 05.144.757/0001-72 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| | | | | | |
| ODBINV S.A. | | | | | |
| 15.105.588/0001-15 | Brasileira-BA | Não | Sim | 31/10/2017 | |
| Não | | | | | |
| 1.503.245.762 | 100,000 | 1.503.245.763 | 100,000 | 3.006.491.525 | 100,000 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0,000 | | | |
| | | | | | |
| OUTROS | | | | | |
| | | | | | |
| 1 | 0,000 | 0 | 0,000 | 1 | 0,000 |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |
| | | | | | |
| 1.503.245.763 | 100,000 | 1.503.245.763 | 100,000 | 3.006.491.526 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | CPF/CNPJ acionista | | |
| OSP Investimentos S.A. | | | 22.606.673/0001-22 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| | | | | | |
| ODEBRECHT S.A. | | | | | |
| 05.144.757/0001-72 | BRASILEIRA-BA | Não | Sim | 31/10/2017 | |
| Não | | | | | |
| 1.152.456.807 | 100,000 | 0 | 0,000 | 1.152.456.807 | 58,530 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| | | | | | |
| OUTROS | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 816.544.802 | 100,000 | 816.544.802 | 41,470 |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |
| | | | | | |
| 1.152.456.807 | 100,000 | 816.544.802 | 100,000 | 1.969.001.609 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | CPF/CNPJ acionista | | |
| ODBINV S.A. | | | 15.105.588/0001-15 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| | | | | | |
| 34.003.877.924 | 13,080 | 0 | 0,000 | 34.003.877.924 | 12,901 |
| KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA | | | | | |
| 04.215.837/0001-09 | Brasileira-SP | Sim | Sim | 28/02/2018 | |
| Não | | | | | |
| 135.514.368.375 | 52,126 | 0 | 0,000 | 135.514.368.375 | 51,415 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| OUTROS | | | | | |
| | | | | | |
| 90.452.045.224 | 34,794 | 3.594.466.305 | 100,000 | 94.046.511.529 | 35,684 |
| TOTAL | | | | | |
| | | | | | |
| 259.970.291.523 | 100,000 | 3.594.466.305 | 100,000 | 263.564.757.828 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | CPF/CNPJ acionista | | |
| KIEPPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÕES LTDA | | | 04.215.837/0001-09 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| | | | | | |
| KIEPPE PATRIMONIAL S.A. | | | | | |
| 14.407.316/0001-07 | Brasileira | Não | Sim | 02/06/2017 | |
| Não | | | | | |
| 7.885.530 | 99,999 | 0 | 0,000 | 7.885.530 | 99,999 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| | | | | | |
| OUTROS | | | | | |
| | | | | | |
| 5 | 0,001 | 0 | 0,000 | 5 | 0,001 |
| | | | | | |
| TOTAL | | | | | |
| | | | | | |
| 7.885.535 | 100,000 | 0 | 0,000 | 7.885.535 | 100,000 |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------|
| ACIONISTA | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | CPF/CNPJ acionista | | |
| KIEPPE PATRIMONIAL S.A. | | | 14.407.316/0001-07 | | |
| AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: | | | | | |
| | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 |
| | | | | | |
| CAPE PATRIMONIAL LTDA. | | | | | |
| 02.853.234/0001-07 | | Sim | Sim | 20/06/2016 | |
| Não | | | | | |
| 12.752.635 | 15,640 | 0 | 0,000 | 12.752.635 | 15,640 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| | | | | | |
| EAO PATRIMONIAL LTDA. | | | | | |
| 02.853.218/0001-14 | | Sim | Sim | 20/06/2016 | |
| Não | | | | | |
| 15.416.383 | 18,910 | 0 | 0,000 | 15.416.383 | 18,910 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |
| | | | | | |
| IPQ PATRIMONIAL LTDA. | | | | | |
| 02.878.774/0001-45 | | Sim | Sim | 20/06/2016 | |
| Não | | | | | |
| 17.833.426 | 21,870 | 0 | 0,000 | 17.833.426 | 21,870 |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | |

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | | | |
|-----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|---------------------------------|---------------------------|--|
| ACIONISTA | | | | | | |
| CPF/CNPJ acionista | Nacionalidade-UF | Participa de acordo de acionistas | Acionista controlador | Última alteração | | |
| Acionista Residente no Exterior | Nome do Representante Legal ou Mandatário | | Tipo pessoa | CPF/CNPJ | | |
| Detalhamento de ações (Unidades) | | | | | | |
| Qtde. ações ordinárias (Unidades) | Ações ordinárias % | Qtde. ações preferenciais (Unidades) | Ações preferenciais % | Qtde. total de ações (Unidades) | Total ações % | |
| CONTROLADORA / INVESTIDORA | | | | CPF/CNPJ acionista | Composição capital social | |
| KIEPPE PATRIMONIAL S.A. | | | | 14.407.316/0001-07 | | |
| | | | | | | |
| N.O. JR.PATRIMONIAL LTDA. | | | | | | |
| 02.878.630/0001-99 | | Sim | Não | 20/06/2016 | | |
| Não | | | | | | |
| 17.833.426 | 21,870 | 0 | 0,000 | 17.833.426 | 21,870 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| | | | | | | |
| OUTROS | | | | | | |
| 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 | 0,000 | |
| | | | | | | |
| RIOCON PATRIMONIAL LTDA. | | | | | | |
| 02.853.248/0001-20 | | Sim | Não | 20/06/2016 | | |
| Não | | | | | | |
| 17.706.383 | 21,710 | 0 | 0,000 | 17.706.383 | 21,710 | |
| Classe ação | Qtde. de ações (Unidades) | Ações % | | | | |
| TOTAL | 0 | 0.000 | | | | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | |
| 81.542.253 | 100,000 | 0 | 0,000 | 81.542.253 | 100,000 | |

15.3 - Distribuição de Capital

| | |
|--|------------|
| Data da última assembleia / Data da última alteração | 16/04/2019 |
| Quantidade acionistas pessoa física (Unidades) | 17.219 |
| Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades) | 3.122 |
| Quantidade investidores institucionais (Unidades) | 333 |

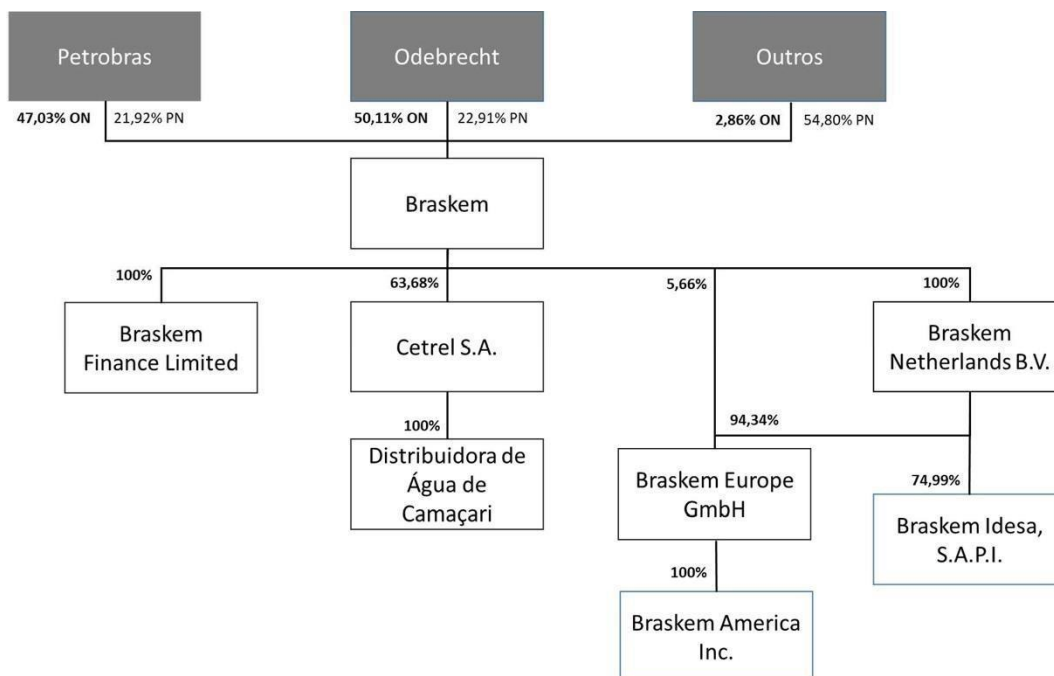
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

| | | |
|-------------------------------------|-------------|--------------|
| Quantidade ordinárias (Unidades) | 12.907.077 | 2,900% |
| Quantidade preferenciais (Unidades) | 265.132.646 | 76,700% |
| Preferencial Classe A | 264.632.416 | 76,7000000% |
| Preferencial Classe B | 500.230 | 100,0000000% |
| Total | 278.039.723 | 34,900% |

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(a) controladores diretos e indiretos:



O nosso capital social é dividido da seguinte forma:

| Acionistas | Participação Direta em nosso Capital Social (em %) | | | |
|-------------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|
| | ON | PNA | PNB | Total |
| OSP INVESTIMENTOS. S.A. | 50,11% | 22,91% | 0 | 38,32% |
| ODEBRECHT S.A. | 0,00% | 0,00% | 0 | 0,00% |
| PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRAS | 47,03% | 21,93% | 0 | 36,15% |
| ADR's | 0,00% | 13,66% | 0 | 5,92% |
| Alaska Investimentos Ltda | 0,00% | 5,25% | 0 | 2,28% |
| Norges Bank | 0,00% | 5,06% | 0% | 2,19% |
| OUTROS | 2,86% | 30,83% | 100% | 14,99% |
| TESOURARIA | 0,00% | 0,36% | 0 | 0,15% |
| Total | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

Para mais informações sobre a divisão do capital social da Companhia, vide item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Formulário de Referência - 2019 - BRASKEM S.A.

Versão : 25

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico**(b) controladas e coligadas:**

| Controladas | Participação (%) |
|---|-------------------------|
| Braskem Europe GMBH | 100,00% |
| Braskem America Inc | 100,00% |
| Braskem America Finance Company | 100,00% |
| Braskem Argentina S.A. | 100,00% |
| BM Insurance Company Limited | 100,00% |
| Braskem Petroquímica Chile Ltda. | 100,00% |
| Braskem Netherlands B.V. | 100,00% |
| Braskem Netherlands Finance B.V. | 100,00% |
| Braskem Netherlands Inc. B.V. | 100,00% |
| Braskem Finance Limited | 100,00% |
| Braskem Idesa S.A.P.I. | 75,00% |
| Braskem Idesa Servicios, S.A. de C.V. | 75,00% |
| Braskem Incorporated Limited | 100,00% |
| Braskem México, S de RL de C.V. | 100,00% |
| Braskem México Proyectos S.A. de C.V. SOFOM | 100,00% |
| Braskem México Servicios, S.R.L. de C.V. | 100,00% |
| Cetrel S.A. | 63,66% |
| Distribuidora de Água Camaçari S.A. | 63,66% |
| Lantana Trading Company Inc. | 100,00% |
| Controladas em conjunto, direta ou indiretamente | Participação (%) |
| Refinaria de Petróleo Rio Grandense S.A. | 33,33% |
| Coligadas | Participação (%) |
| Borealis Brasil S.A. | 20,00% |

(c) participações da Companhia em sociedades do grupo:

Todas as participações nas principais coligadas e controladas estão descritas no item (b).

(d) participações de sociedades do grupo na Companhia:

Não se aplica à companhia, as estruturas de controle e controladas estão descritas nos itens (a) e (b).

(e) sociedades sob controle comum:

Todas as participações relevantes do emissor estão descritas nos itens acima.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| Acordo de Acionistas da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e da Companhia (informações atualizadas em 21.9.2018) | |
|---|---|
| Partes | De um lado, Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A. (sucrida pela OSP Investimentos S.A.) (conjuntamente referidas como “ Odebrecht ”); e, do outro, Petrobras Química S.A. – Petroquisa e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (conjuntamente referidas como “ Sistema Petrobras ”). |
| Data de celebração | 8 de fevereiro de 2010, primeiro aditivo celebrado em 21 de setembro de 2018 e Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas firmado em 31.12.2018 |
| Prazo de vigência | Trinta e cinco anos, sendo que, independentemente deste prazo, o Acordo será resolvido e perderá automaticamente sua eficácia nas seguintes hipóteses: (i) caso a participação direta ou indireta detida pelo Sistema Petrobras se torne inferior a 18% do capital votante da Companhia, (ii) caso as Partes deixem de deter, conjuntamente, direta e/ou indiretamente, as ações ordinárias representativas do Controle da Companhia, ou (iii) caso tenha ocorrido uma transferência das Ações nos termos da cláusula 6.1.2 do Acordo, mas desde que o adquirente celebre com o Acionista Remanescente, como condição de validade da transferência, o Acordo de Acionistas Original, nos termos da cláusula 7.7 do Acordo. |
| Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle | <p><u>Poder de controle.</u> A Companhia será diretamente controlada pela Odebrecht, seja em razão da possibilidade de a Odebrecht eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração (conforme descrito abaixo no item referente à indicação de administradores), seja em razão de os Conselheiros por ela indicados poderem aprovar, isoladamente, o “Plano de Negócios” da Companhia.</p> <p><u>Atuação das signatárias.</u> As signatárias do acordo (inclusive por intermédio da BRK) deverão exercer o seu direito de voto na Companhia de forma a fazer com que esta e suas controladas tenham uma gestão profissional, eficiente e produtiva, preservando e incrementando a sua rentabilidade, e de modo a maximizar a remuneração dos seus acionistas, inclusive e principalmente no que concerne a distribuição dos resultados. Devem respeitar, também, o seguinte:</p> |

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|--|
| | <p><u>Consenso.</u> Todas e quaisquer matérias que venham a ser deliberadas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, com exceção do Plano de Negócios da Companhia, serão objeto de decisão por consenso de todas as signatárias do acordo.</p> <p><u>Ausência.</u> Em se verificando a ausência de uma das signatárias a uma Assembleia Geral, poderão as outras signatárias deliberar as matérias objeto da assembleia em questão, sem necessidade do voto da signatária ausente.</p> <p><u>Matéria Prejudicada.</u> Não havendo consenso entre as signatárias do acordo, estas deverão, quando aplicável, exercer ou fazer com que exerçam seus respectivos direitos de voto de modo a julgar prejudicado o respectivo item constante da ordem do dia dos trabalhos da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração, até que seja obtido consenso em relação à matéria ou, caso não seja legalmente possível julgá-la prejudicada, votar pela manutenção da situação até então vigente.</p> <p><u>Atribuições complementares.</u> Além das atribuições estabelecidas por lei e pelo estatuto da Companhia, também devem ser deliberadas pela Assembleia-Geral da Companhia as matérias elencadas na cláusula 2.4 do acordo.</p> <p><u>Reuniões Prévias.</u> As deliberações objeto de deliberação de assembleia-geral e de reunião do Conselho de Administração da Companhia poderão ser precedidas de deliberação em reunião prévia, se solicitadas por qualquer das Partes no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária e/ou de reunião do Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Cláusula 5.2 do acordo, conforme a sua conveniência. Nessas reuniões, as deliberações somente serão aprovadas quando obtiverem voto favorável de todas as signatárias do acordo e, quando assim o for, constituirão acordos de voto e vincularão o voto das Partes nas respectivas assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias e a orientação de voto dos membros do Conselho de Administração, e tais acordos de</p> |
|--|--|

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|--|
| | voto serão rigorosamente observados pela Companhia e suas controladas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. |
| Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais | <p><u>Conselho de Administração.</u> A prerrogativa de indicar os membros do Conselho de Administração da Companhia dependerá da porcentagem da participação direta e/ou indireta representativa do capital votante da Companhia detidas pela Odebrecht e pelo Sistema Petrobras.</p> <p>Enquanto a Odebrecht detiver participação direta e/ou indireta correspondente a 50,1% das ações ordinárias da Companhia, será assegurada a eleição de membros indicados por ela que representem pelo menos a maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração da Companhia, respeitando-se, todavia, o seguinte:</p> <p>(i) caso acionistas minoritários da Companhia não exerçam as prerrogativas relativas ao voto múltiplo e às eleições em separado, e</p> <p>(a) o Sistema Petrobras detenha pelo menos 30% do capital votante, a Odebrecht poderá eleger seis dos onze membros do Conselho de Administração e seus suplentes, e o Sistema Petrobras, quatro dos onze membros; ou, então,</p> <p>(b) o Sistema Petrobras detenha menos de 30% e pelo menos 18% do capital votante, a Odebrecht poderá eleger pelo menos seis dos onze membros e seus suplentes, e o Sistema Petrobras, três dos onze membros;</p> <p>(ii) caso acionistas minoritários da Companhia exerçam as prerrogativas relativas ao voto múltiplo e às eleições em separado, e</p> <p>(a) o Sistema Petrobras detenha pelo menos 30% do capital votante, as signatárias deverão conjugar seus votos de maneira a eleger o maior número possível de membros, assegurando, neste caso, a maioria absoluta dos assentos no Conselho de Administração à Odebrecht; ou, então,</p> |

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|--|
| | <p>(b) o Sistema Petrobras detenha menos de 30% e pelo menos 18% do capital votante, as signatárias deverão conjugar seus votos de maneira a eleger o maior número possível de membros, sendo que a Odebrecht elegerá ao menos seis dos onze membros e seus suplentes, ao passo que o Sistema Petrobras poderá eleger até três dos demais membros.</p> <p>Em qualquer das hipóteses, caberá à Odebrecht eleger o Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, enquanto o Sistema Petrobras detiver participação, direta e indireta, superior a 18% do capital votante da Companhia, a este caberá eleger o Vice Presidente.</p> <p><u>Comitês de Apoio ao Conselho de Administração.</u> Enquanto o Sistema Petrobras detiver pelo menos 30% no capital votante, o Comitê de Pessoas e Organização será coordenado por um dos conselheiros por ela indicado. Enquanto o Sistema Petrobras detiver pelo menos 18% do capital votante, poderá indicar um membro para o Comitê de Pessoas e Organização.</p> <p><u>Diretoria.</u> Sempre levando em consideração os melhores interesses da Companhia, os atributos pessoais e profissionais, as capacidades técnica e administrativa, os sete membros da Diretoria da Companhia serão selecionados da seguinte forma:</p> <p>(i) à Odebrecht caberá indicar o Diretor Presidente da Companhia;</p> <p>(ii) com base em lista tríplice apresentada pela Odebrecht, caberá ao Diretor Presidente indicar o Diretor responsável pela área financeira da Companhia;</p> <p>(iii) com base em lista tríplice apresentada pelo Sistema Petrobras, caberá ao Diretor Presidente da Companhia indicar o Diretor responsável pela área de Investimentos e Portfólio da Companhia; e ao Diretor Presidente da Companhia caberá propor ao Conselho de Administração os nomes dos candidatos às demais posições da Diretoria da Companhia. Neste caso, a aprovação deverá se dar pela maioria qualificada de nove votos, podendo-se proceder a três votações</p> |
|--|--|

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|---|--|
| | <p>consecutivas. Caso não se atinja a maioria qualificada em nenhuma dessas três ocasiões, caberá ao Diretor Presidente indicar novo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de Diretor(es), exigindo-se, então, a aprovação da maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração.</p> <p>O nosso Acordo de Acionistas não possui qualquer cláusula de indicação de pessoas para posições gerenciais.</p> |
| <p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p> | <p><u>Direito de preferência.</u> As signatárias têm a preferência na aquisição de ações que detiverem na BRK e na Companhia, em igualdade de condições com as da oferta apresentada por um terceiro. O exercício do referido direito dependerá de rito próprio estabelecido no acordo. É permitida a alienação de parcela das ações, exceção feita à Odebrecht, que somente poderá alienar parcialmente suas ações desde que mantenha direta e/ou indiretamente um percentual mínimo de 50,1% do capital votante da Companhia. Caso a Odebrecht aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá a obrigação de aderir ao acordo pelo prazo de vigência remanescente. Caso o Sistema Petrobras aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá o direito de celebrar, juntamente com a Odebrecht, um novo acordo de acionistas, nos termos da minuta constante como anexo ao acordo.</p> <p><u>Direito de Alienar Ações em Conjunto (Tag Along).</u> As signatárias podem exigir que as ações que detenham na BRK e na Companhia sejam englobadas por proposta apresentada por um terceiro. Caso tal oferta não envolva a integralidade das ações, as signatárias venderão ações em quantidades proporcionais às suas participações. Ainda, de acordo com o primeiro aditivo ao Acordo, as ações preferenciais de emissão da Companhia de titularidade do Sistema Petrobras também estarão sujeitas ao direito de Tag Along previsto na cláusula 7.12 do Acordo, aplicando-se assim, a estas, exatamente o mesmo trâmite para exercício do direito de Tag Along previsto na cláusula 7.12.</p> <p><u>Transferência de ações em função de Impasse.</u> Nos casos em que não for possível solucionar uma divergência entre as signatárias com relação a uma matéria sujeita a deliberação da Assembleia-Geral ou do Conselho de Administração, fica a elas</p> |

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|--|
| | <p>assegurado o direito de transferir a totalidade de suas ações. Neste caso, a signatária que desejar transferir suas ações deverá notificar previamente a outra signatária sobre sua intenção, para que esta possa exercer direito de preferência ou de <i>tag along</i>. Caso não haja exercício do direito de preferência, será permitida a livre negociação com um terceiro, desde que por preço igual ou superior ao previsto na notificação. Nessa hipótese, caso a Odebrecht aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá a obrigação de aderir a um novo acordo de acionistas, nos termos da minuta constante como anexo ao acordo. Por outro lado, caso o Sistema Petrobras aliene a totalidade da sua participação, o adquirente terá o direito de celebrar um novo acordo de acionistas, nos termos da minuta constante como anexo ao acordo.</p> <p><u>Direito de manutenção de proporção acionária.</u> da participação proporcional de ações ordinárias detidas pelo Sistema Petrobras e/ou pela Odebrecht no capital votante da Companhia, em virtude de operações societárias em que não tenha sido respeitado o direito de preferência acima revisto, fica assegurado à signatária diluída o direito de adquirir ações da outra parte, visando a reequalização das participações.</p> <p><u>Exceção.</u> Os direitos relacionados à transferência de ações, acima mencionados, não se aplicam às transações entre as signatárias e suas controladas, desde que o adquirente (caso não seja signatária ou controlada da signatária) venha a aderir ao acordo.</p> |
| <p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p> | <p><u>Atuação dos Conselheiros.</u> Os membros do Conselho de Administração deverão sempre atuar no melhor interesse da Companhia, com independência e lealdade, agindo com transparência e precisão nas divulgações ao mercado, e objetivando a valorização dos ativos da Companhia, bem como a maior segurança e transparência aos acionistas, respeitando-se, também, as seguintes determinações:</p> <p><u>Consenso.</u> Exceção feita à aprovação do “Plano de Negócios” (descrita abaixo), todas e quaisquer matérias que venham a ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia deverão ser objeto de decisão por consenso de todas as signatárias.</p> |

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

| | |
|--|--|
| | <p><u>Ausência.</u> Em se verificando a ausência a uma reunião do Conselho de Administração de todos os conselheiros indicadas por uma das partes do acordo, poderão os conselheiros presentes deliberar as matérias objeto da reunião em questão, sem necessidade do voto dos conselheiros ausentes. Não havendo consenso entre os conselheiros indicados por todas as signatárias do acordo, tais conselheiros deverão exercer seus respectivos direitos de voto de modo a julgar prejudicado o item constante da ordem do dia ou, na sua impossibilidade, votar pela manutenção da situação até então vigente.</p> <p><u>Atribuições complementares.</u> Além das atribuições estabelecidas por lei e pelo estatuto social da Companhia, também devem ser deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia as matérias elencadas na cláusula 2.3 do acordo.</p> <p><u>Exceção – Plano de Negócios.</u> O “Plano de Negócios” da Companhia será aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho de Administração da Companhia, independentemente do consenso das signatárias do acordo.</p> <p><u>Reuniões prévias.</u> Aplica-se às reuniões do Conselho de Administração o mesmo mecanismo previsto para as Assembleias Gerais da Companhia (descrito acima dentre as cláusulas relativas ao exercício de voto e poder de controle), de forma que, com relação aos conselheiros indicados pelas signatárias do acordo, as decisões tomadas nessas reuniões constituirão orientação dos seus votos.</p> <p>O nosso Acordo de Acionistas não possui qualquer previsão de restrição ou vinculação do direito de voto aplicável a outros órgãos de fiscalização e controle.</p> |
|--|--|

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 31 de janeiro de 2019, a Companhia foi informada pela Odebrecht S.A., sua controladora indireta, acerca de reorganização societária realizada no Grupo Odebrecht com o objetivo principal de segregação dos seus negócios, cujos atos societários foram protocolados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo no dia 31 de janeiro de 2019, com efeitos retroativos a 31 de dezembro de 2018 (“Reorganização”).

A reorganização envolveu a cisão da Odebrecht Serviços e Participações S.A. (“OSP”) com a segregação do seu ativo composto pela totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Braskem e passivo composto pelo Contrato de Compra e Venda de Debêntures nº 16.2.0023.1, firmado em 16 de março de 2016 entre o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a OSP, com a interveniência de terceiros, conforme aditado (“Parcela Cindida”), das demais atividades operacionais da OSP, seguida da incorporação da Parcela Cindida pela OSP Investimentos S.A.

Os movimentos societários ocorreram dentro do Grupo Odebrecht, permanecendo a Odebrecht S.A. como controladora indireta da Braskem.

15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| a. evento | Incorporação da Politeno Empreendimentos Ltda., Braskem Participações S.A. e Braskem Importação Exportação Ltda. pela Braskem Petroquímica Ltda. |
| b. principais condições do negócio | Em 02.02.2015, foi aprovada a incorporação da Politeno Empreendimentos Ltda., Braskem Participações S.A. e Braskem Importação Exportação Ltda. pela Braskem Petroquímica Ltda., com a versão do patrimônio líquido contábil de todas para a Braskem Petroquímica Ltda., avaliados respectivamente em R\$14.298.207,72, R\$45.634.388,27 e R\$23.367.694,46, na data base definida para a operação, qual seja, 31 de dezembro de 2014, sem qualquer alteração no valor do capital social da Braskem Petroquímica Ltda. ou emissão de novas ações, em razão de a Companhia ser a única acionista das incorporadas no momento das incorporações. |
| c. sociedades envolvidas | Politeno Empreendimentos Ltda., Braskem Participações S.A., Braskem Importação e Exportação Ltda. e Braskem Petroquímica Ltda. |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A. |
| e. quadro societário antes e depois da operação | Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A. |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | Não houve impactos aos acionistas da Braskem S.A., tendo em vista que a operação foi realizada entre subsidiárias, direta e indiretamente, 100% detidas pela Braskem S.A. |

| | |
|--|---|
| a. evento | Incorporação da Alclor |
| b. principais condições do negócio | Em 30.04.2016, foi aprovada a incorporação da Alclor Química de Alagoas Ltda. pela Braskem Petroquímica Ltda., com a versão do total de seu patrimônio líquido contábil para a Braskem Petroquímica Ltda., avaliado em R\$ 35.433.582,87, na data base definida para a operação, qual seja, 31 de dezembro de 2015, sem qualquer alteração no valor do capital social da Braskem Petroquímica Ltda. ou emissão de novas ações, em razão de a Companhia ser a única acionista da incorporada no momento da incorporação. |
| c. sociedades envolvidas | Alclor Química de Alagoas Ltda. e Braskem Petroquímica Ltda. |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A. |

15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| e. quadro societário antes e depois da operação | Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A. |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | Não houve impactos aos acionistas da Braskem S.A., tendo em vista que a operação foi realizada entre subsidiárias, direta e indiretamente, 100% detidas pela Braskem S.A. |

| | |
|---|---|
| a. evento | Alienação da Quantia |
| b. principais condições do negócio | <p>Em 09.01.2017, foi aprovada a alienação de 100% das quotas da Quantiq Distribuidora Ltda. detidas pela Braskem S.A para a GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda. no valor de R\$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).</p> <p>O fechamento da operação ocorreu em 3 de abril de 2017, quando a Braskem formalizou a sua saída do segmento de distribuição de produtos químicos ao concluir o processo de alienação de 100% de sua participação na quantiQ Distribuidora Ltda. para a GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda., subsidiária da GTM Holdings S.A.</p> |
| c. sociedades envolvidas | Braskem S.A. e GTM do Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda. |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A. |
| e. quadro societário antes e depois da operação | Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A. |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | A operação foi avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. |

| | |
|---|---|
| a. evento | Aquisição da Cetrel S.A. |
| b. principais condições do negócio | Em 29.09.2017, foi aprovada a aquisição, pela Companhia (i) de 1.269.290 (um milhão, duzentas e sessenta e nove mil, duzentas e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Cetrel, representativas de 63,66% (sessenta e três vírgula sessenta e seis por cento) do capital social total e votante da Cetrel, ações estas detidas pela Odebrecht S.A., pelo valor de valor de R\$610 milhões e (ii) indiretamente, do controle acionário |

15.7 - Principais Operações Societárias

| | |
|---|---|
| | da Distribuidora de Água Camaçari S.A., considerando que a totalidade das ações de emissão da DAC é atualmente detida pela Cetrel S.A |
| c. sociedades envolvidas | Braskem S.A., Odebrecht S.A., Odebrecht Utilities S.A., Cetrel S.A. e Distribuidora de Água de Camaçari S.A. |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A. |
| e. quadro societário antes e depois da operação | Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A. |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | A operação foi avaliada e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia |

| | |
|---|---|
| a. evento | Incorporação da Braskem Petroquímica Ltda. |
| b. principais condições do negócio | Em 30.11.2017, foi aprovada a incorporação da Braskem Petroquímica Ltda (" <u>Braskem Petro</u> ") pela Companhia, com a versão do patrimônio líquido contábil da Braskem Petro para a Companhia, avaliado em R\$ R\$2.183.109.634,17 (dois bilhões, cento e oitenta e três milhões, cento e nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos, na data base definida para a operação, qual seja, 31 de agosto de 2017, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia ou emissão de novas ações, em razão de a Companhia ser a única acionista da Braskem Qpar previamente à incorporação. |
| c. sociedades envolvidas | Braskem S.A. e Braskem Petroquímica Ltda. |
| d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia | Nenhum efeito no quadro acionário da Braskem S.A. |
| e. quadro societário antes e depois da operação | Não houve alteração no quadro societário da Braskem S.A. |
| f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas | A operação foi avaliada e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia |

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em 28 de maio de 2020, a Alaska Investimentos Ltda. informou à Companhia, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Companhia em 01 de junho de 2020, que adquiriu 18.144.600 Ações Preferenciais Classe A, representando 5,25% do total de ações preferenciais Classe A emitidas pela Companhia, já refletido no item 15.1/2 desse Formulário. Além disso, informou que possui 4.000.000 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações da Companhia, a saber: BRKM5 TERM BMF; BRKMD400; BRKMD500; BRKMJ334; BRKMJ394; BRKMP300; BRKMOV231. A Alaska declarou, ainda, que o objetivo da participação societária acima mencionada é meramente para realização de operações financeiras, não objetivando alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades. Tendo em vista o aprimoramento das práticas da Companhia, o Conselho de Administração aprovou, em 06/12/2018, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Braskem S.A. ("Política de TPR"), em vigor desde sua aprovação, e disponível nos websites de relações com investidores da Companhia (www.braskem-ri.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

As transações entre partes relacionadas da Braskem são realizadas com base: **(i)** na Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Técnicos - CPC nº 05 aprovado pela Deliberação da CVM nº 642, de 07 de outubro de 2010; **(iii)** na Instrução CVM 480; **(iv)** no estatuto social da Companhia; **(v)** no Acordo de Acionistas; **(vi)** no Código de Conduta; e **(vii)** na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 06/12/2018, disponíveis na internet, no site da Companhia (www.braskem-ri.com.br).

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece que as transações com partes relacionadas que superem R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por operação ou em conjunto, a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social, devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A Política de TPR, por sua vez, estabelece que o Comitê de Conformidade da Companhia é o órgão responsável por avaliar a adequação das transações com partes relacionadas, cuja aprovação seja de competência do Conselho de Administração, recomendando ou não sua realização. Para as demais transações com partes relacionadas, o Comitê de Ética da Companhia é o responsável por avaliar referidas transações, recomendando ou não sua realização.

A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades. A Companhia considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados com partes relacionadas foram negociadas de forma independente e transparente, em condições de mercado, atendem aos interesses da Companhia e procura assegurar que futuros contratos pactuados com quaisquer partes relacionadas sejam negociados de forma independente e transparente, em condições de mercado, e atendendo aos interesses da Companhia, de modo que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que a Companhia poderia celebrar com quaisquer outros terceiros. Ademais, a Companhia estabelecerá os devidos processos para garantir que eventuais operações de reestruturação societária envolvendo suas partes relacionadas assegurem tratamento equitativo para todos os acionistas.

A apreciação e aprovação de transações com partes relacionadas cabe ao Conselho de Administração, com apreciação prévia do Comitê de Conformidade, ou ao Comitê de Ética, conforme deveres e responsabilidades descritas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. Qualquer transação com partes relacionadas deve ser proposta por meio de pela área solicitante, onde devem ser especificadas as principais condições e características da transação, tais como: o modelo de contratação, preços, prazos, garantias, condições de subcontratação, direitos e obrigações criados pela transação, incluindo quaisquer cláusulas de não concorrência e exclusividade, fatores de risco envolvidos, propósito e os potenciais benefícios da transação e uma descrição das alternativas de mercado para as

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

transação com partes relacionadas consideradas, com a justificativa para a escolha da parte relacionada.

Caso necessário, as instâncias de governança responsáveis pela aprovação das transações com partes relacionadas podem solicitar um relatório independente (elaborado por bancos de investimentos de primeira linha, escritórios de advocacia, escritórios de contabilidade, etc., conforme aplicável), para esclarecer eventuais dúvidas e/ou apoiar no processo decisório acerca das transações com partes relacionadas. Para aprovação de uma transação com partes relacionadas, as condições da transação devem ser comutativas e em bases de mercado.

São vedadas Transações com Partes Relacionadas quando:

- quaisquer disposições previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas sejam violadas;
- forem aprovadas em não observância à legislação aplicável ou o Estatuto Social da Braskem; e
- constituam empréstimos concedidos em favor do acionista controlador da Companhia e suas Partes Relacionadas.

Ademais, a Companhia possui um Comitê de Conformidade o qual, dentre outras funções, avalia, previamente à apreciação pelo Conselho de Administração, a adequação das transações com partes relacionadas que são de competência do referido Conselho.

Importante ressaltar que a Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberalidade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|---|----------------------------|---|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias | 13/09/2002 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência de preço de mercado. | Não aplicável. | 13/09/2032 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de natureza comercial através do qual a Petrobras presta serviços de transporte de água bruta para Braskem S.A em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. O Contrato não contém cláusula de valor global e foi celebrado originalmente pela Rio Polímeros S.A., incorporada pela Braskem QPAR, que, por sua vez, em dezembro de 2014 foi incorporada pela Braskem S.A. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | As partes poderão rescindir o contrato nas seguintes hipóteses: i) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição do presente Contrato, e se essa inadimplência se prolongar por um período superior a 90 (noventa) dias após receber aviso por escrito da parte não faltosa; ii) quando a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato, se prolongar por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, as partes poderão rescindir esse Contrato, mediante notificação por escrito; iii) cada uma das partes poderá rescindir este Contrato no caso de liquidação judicial ou extrajudicial, concordatas homologadas ou falências decretadas e dissolução da outra parte; iv) caso ocorra a transferência, total ou parcial, dos direitos e obrigações estipulados neste Contrato a terceiros, sem autorização prévia e por escrito da outra parte, este contrato poderá ser rescindido pela outra parte. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | A Petrobras possui sistema de captação e adutora de água bruta do Sistema Guandu e, conforme estabelecido quando da construção do complexo gás-químico em Duque de Caxias/RJ (2003), transporta água bruta para a Braskem, sendo a responsável pela operação, inspeção e manutenção dos instrumentos e sistemas de transporte. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Adquirente de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias | 16/09/2005 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência de preço de mercado. | Não aplicável. | 16/09/2025 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de natureza comercial através do qual a Petrobras fornece vapor e presta serviços de tratamento e transporte de água potável, água clarificada e hidrogênio. O Contrato não contém cláusula de valor global e foi celebrado originalmente pela Petroquímica Paulínia S.A., incorporada pela Braskem em 2009. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|--|------------------|-------------------------|------------------------------------|------------------------|
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | As partes poderão rescindir o contrato nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição que cause grave lesão financeira ou moral a outra parte e não sendo a falta reparada no prazo de sessenta dias após a comunicação por escrito do inadimplemento; (ii) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato que perdure por prazo superior a dez meses; (iii) liquidação judicial e extrajudicial e falência de qualquer das partes; (iv) transferência parcial ou total dos direitos e obrigações previstos nesse contrato, sem autorização prévia por escrito; e (v) transformação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de sucessão, alteração social, alteração da estrutura ou modificação da finalidade relativamente a uma parte que seja prejudicial aos interesses das outra parte. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | A unidade PP3 foi estrategicamente construída em Paulínia, ao lado da refinaria da Petrobrás (REPLAN), que é a principal fornecedora de matéria prima (Propeno). Por consequência, outros insumos também são adquiridos da Petrobrás, seja pelo ganho logístico decorrente da proximidade das unidades industriais, seja pela ausência de outros fornecedores na região. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de utilidades e adquirente de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias | 26/09/1997 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | Maio/2021 a Julho/2029. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contratos de natureza comercial através dos quais a Braskem compra matéria-prima (Propeno) da Petrobras de diversas Refinarias: REDUC, RECAP, RELAM, REVAP, REPAR, REPLAN e REFAP. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Os contratos poderão ser rescindidos por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | A Petrobras é a única fornecedora nacional de propeno, de modo que não competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras tem por base referências internacionais restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|--|------------------|-------------------|------------------------------------|------------------------|
| Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora | 01/01/2017 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | Renovação mensal. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A BR Distribuidora é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contratos de natureza comercial através dos quais a Braskem vende gasolina para BR Distribuidora. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | As partes poderão rescindir o contrato, nas seguintes hipóteses: i) Inadimplemento de qualquer das cláusulas do contrato; ii) 16.1.2. Cessão, total ou parcial, dos direitos e obrigações atribuídos no contrato sem a prévia e expressa anuência da outra parte; iii) Cessão ou dação em garantia dos créditos oriundos do contrato, total ou parcial, sem a prévia e expressa anuência da outra PARTE; iv) Associação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de alteração societária que comprovadamente conflite com o objeto do contrato; v) Cancelamento ou revogação, pelos órgãos competentes, da autorização concedida a qualquer das partes, para o exercício de suas atividades; vi) Dissolução de qualquer das partes. A BR Distribuidora poderá rescindir o contrato, mediante notificação por escrito, sem que caiba à Companhia direito de indenização, na seguinte hipótese: i) Decretação de falência da Companhia. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As condições comerciais acordadas com a Petrobras refletem as condições de comercialização de Gasolina A no mercado interno, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Fornecedor de matéria prima. As vendas de gasolina para a BR Distribuidora totalizaram R\$ 996 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petrobras Transporte S.A. – Transpetro | 01/11/2018 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | 31/10/2020. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Transpetro é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contratos de prestação de serviços logísticos relacionados ao transporte de nafta por pipelines no pólo petroquímico do Sul. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há cláusula contratual que defina as condições de garantia/seguros. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|--|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Rescisão ou extinção | Os contratos poderão ser rescindidos por (i) falência, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata preventiva de uma das partes, requerida, homologada ou decretada; (ii) transferência parcial ou total deste contrato a terceiros, não autorizada pela outra parte. Caso uma das partes não use o direito de rescindir o contrato nos termos da Clausula, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução do mesmo até que sejam cumpridas, pela outra parte, as Clausulas contratuais infringidas. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Vide descrição incluída no item 16.4 deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Contratante de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias | 23/12/2015 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | 23/12/2020 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Trata-se de contrato de compra de 7 milhões de toneladas de nafta petroquímica por ano para fornecimento às unidades da Braskem de SP, BA e RS. Prazo de vigência: O contrato tem validade de 5 anos e contempla direitos de renegociação comercial de ambas as partes a partir do terceiro ano, caso determinadas condições de mercado sejam alteradas. Preço: 102,1% da referência ARA. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não Aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | A Petrobras é a única fornecedora nacional de nafta petroquímica, de modo que não há competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras é referenciado na cotação de mercado internacional da nafta ARA (Amsterdã, Roterdã e Antuérpia), restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO | 29/08/2013 | 240.500.000,00 | R\$ 110,5 milhões | Não aplicável. | 31/12/2028 | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|-----------------|------------------|---|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | Braskem e CNO estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Sublocação de até 7.890 m² da ABL do Edifício Odebrecht São Paulo, na cidade de São Paulo. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | A eventual denúncia do contrato de locação por parte da sublocadora deverá contar com a concordância prévia e formal de 100% de seus sublocatários com contrato de sublocação em andamento na ocasião. Para tanto, a sublocadora deverá notifica-los de sua intenção, com, pelo menos, 180 dias da data pretendida para denúncia, tendo cada sublocatário 90 dias da data da notificação para se manifestar a favor ou contrariamente a respeito, sendo o silêncio do sublocatário notificado reputado como sua concordância à denúncia, que importará no consequente desfazimento das sublocações em andamento, sem a imposição de qualquer penalidade ou dever de indenização de Parte a Parte. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Trata-se de contrato de locação de cinco andares privativos no Edifício Odebrecht São Paulo para instalação da sede da Braskem. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Locatário. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| UCP, USL, Brenco e ODB Agro Par | 21/12/2017 | 315.000.000,00 | R\$ 115 milhões | Não aplicável. | 30/04/2019 ou até a entrega total do volume contratado. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | As empresas Usina Conquista do Pontal S.A. (UCP), Agro Energia Santa Luzia S.A. (USL), Companhia Brasileira De Energia Renovável (Brenco) e Odebrecht Agroindustrial Participações (ODB Agro Par) são controladas indiretamente pela Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta das fornecedoras de matéria-prima e que por sua vez é controladora indireta da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato para fornecimento de matéria prima - Alcool Etílico Hidratado para a Companhia. O etanol é a matéria-prima consumida pela Braskem na produção de eteno verde. O contrato contempla ainda adiantamento no valor de R\$ 200 milhões, garantido por Contrato de Penhor da lavoura da cana de açúcar e seus produtos e subprodutos (celebrado na mesma data), em valor líquido de mercado (mensurado por publicação especializada) superior ao valor do adiantamento. O bem empenhado estará durante a existência de saldo do adiantamento devidamente segurado por seguradora de primeira linha e com sub-rogação do seguro para a Compradora. O saldo do valor do adiantamento é corrigido a taxas de mercado durante o prazo de vigência do contrato ou até a entrega do total do volume contratado. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Penhor de cana-de-açúcar. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Por inadimplência das partes ou recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Vendedora, sendo devidos perdas e danos e demais custos suportados pela parte inocente. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|--|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Natureza e razão para a operação | Taxa de Juros: 150% CDI. Esta contratação tem por objetivo dar continuidade ao fornecimento de matéria prima e garantir o volume para a Companhia, com flexibilidades técnicas e condições comerciais diferenciadas, mediante adiantamento devidamente corrigido por taxa de mercado. O preço do Álcool Etílico Hidratado é baseado no Índice Mensal ESALQ (índice publicado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) Hidratado Combustível - São Paulo em R\$/Litro do mês de referência com desconto. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador no contrato de fornecimento de matéria prima e credor do referido adiantamento. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petrocoque S.A. Indústria e Comércio | 01/04/2008 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | 01/09/2019 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrocoque é uma Empresa controlada pela Petrobras S.A, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Em abril de 2008, a Polietilenos União S.A., antiga controlada da Quattor Participações S.A. (incorporada pela Braskem em 1º de dezembro de 2014) celebrou um acordo para o fornecimento de vapor com a Petrocoque S.A. Indústria e Comércio. A Companhia passou a adquirir energia térmica produzida através de vapor nos termos deste contrato em setembro de 2009. O contrato possui validade de 10 anos, com vencimento em setembro de 2019. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Os contratos poderão ser rescindidos por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, protesto de título de crédito de responsabilidade de uma das partes, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de insumos. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias | 22/12/2000 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | 31/12/2020 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|--|----------------------------|--|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Contrato de natureza comercial de compra de etano e propano para fornecimento à unidade da Braskem do RJ. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não Aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | A Petrobras é a única fornecedora nacional de etano e propano, de modo que não há competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras é referenciado na cotação de mercado internacional de etano e propano Mont Belvieu restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Borealis Brasil S.A. – Borealis | 17/12/2015 | 130.000.000,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | 10 anos. | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Companhia tem 20% do Capital Social total da Borealis. É o principal fornecedor de matéria prima da Borealis Brasil. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de natureza comercial através do qual a Braskem vende resinas de PP (polipropileno) e PE (polietileno) à Borealis. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Os contratos poderão ser rescindidos por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, não remediados em 45 dias úteis, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência do contrato ou de seus direitos sem autorização prévia ou escrita, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, liquidação ou dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Contrato de fornecimento de matéria prima. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Fornecedor de matéria prima. Braskem fornece diferentes polipropilenos e polietilenos à Borealis Brasil, para produção de compostos poliolefinicos, largamente utilizados para fabricação de peças plásticas para setor automotivo. | | | | | | |
| Santo Antonio Energia S.A. - SAESA | 26/08/2016 | 517.000.000,00 | R\$ 465 milhões. | Não aplicável. | 31/12/2029 | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|--|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | A Odebrecht Energia S.A., uma controlada direta da Odebrecht Energia Investimentos S.A. (OE Investimentos), possui 38,6% do capital social da Madeira Energia S.A. (MESA), a qual possui 100% de participação na SAESA. A Braskem e a OE Investimentos estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de natureza comercial de compra e venda de energia elétrica. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Seguro Garantia emitido anualmente considerando 2 meses de faturamento (R\$ 7.193.347,00). | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Vide descrição incluída no item 16.4 deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | As condições comerciais negociadas com a SAESA refletem as condições de mercado do setor de energia elétrica referentes a um contrato de longo prazo. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de energia elétrica. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petrobras Transporte S.A. – Transpetro | 01/11/2018 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não Aplicável. | 31/10/2020 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Transpetro é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contratos de prestação de serviços logísticos relacionados ao transporte de nafta por pipelines no pólo petroquímico do Sul. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há cláusula contratual que defina as condições de garantia/seguros. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Os contratos poderão ser rescindidos por (i) falência, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata preventiva de uma das partes, requerida, homologada ou decretada; (ii) transferência parcial ou total deste contrato a terceiros, não autorizada pela outra parte. Caso uma das partes não use o direito de rescindir o contrato nos termos da Clausula, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução do mesmo até que sejam cumpridas, pela outra parte, as Clausulas contratuais infringidas. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Vide descrição incluída no item 16.4 deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Contratante de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. | 01/01/2018 | 9.000.000,00 | Não aplicável | Não aplicável | 31/12/2018 | NÃO | 0,000000 |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|------------------|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Relação com o emissor | A Companhia tem 33,20% do Capital Social total da RPR. | | | | | | |
| Objeto contrato | Negociações mensais de venda de gasolina de pirólise e hidrogênio. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O preço praticado pelo Emissor à Contraparte está baseado em referências internacionais de preço, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Fornecedor de matéria prima. As vendas realizadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 9 milhões. | | | | | | |
| Liquiport Vila Velha S.A. - Liquiport | 12/05/2018 | 93.000.000,00 | R\$84.773.460,48 | Não aplicável | 31/12/2018 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Liquiport é subsidiária integral da Odebrecht Transport S.A., controlada pela Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de prestação de serviços de movimentação e armazenagem de Soda Cáustica. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Os principais causas de rescisão ou extinção do contrato são: (i) inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, não remediados em 30 dias; (ii) decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial; (iii) cessão ou transferência do contrato ou de seus direitos sem autorização prévia ou escrita, (iv) por ocorrência de caso fortuito ou de força maior; (v) pela Companhia no caso de cessação dos serviços em decorrência de motivos ambientais; (v) pela Companhia, discricionariamente após o 6º ano; (vi) pela Companhia no caso de suspensão de licenças ou documentos regulatórios da contratada; (vi) no caso de alteração societária da Contratada; e outras hipóteses estabelecidas no contrato. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | A produção da Companhia é realizada na região Nordeste e a maior parte do consumo se encontra no Sudeste e Sul do país, razão pela qual a logística do produto se torna um elemento estratégico, além de um relevante instrumento de competitividade. A Companhia realizou análise mercadológica para o serviço de movimentação e armazenagem na região, tendo identificado somente um possível prestador de serviço além da Liquiport, o qual, além de não ter disponibilidade em seus tanques para a prestação dos serviços no volume e prazo requeridos pela Braskem, pratica condições comerciais menos favoráveis. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Contratante de serviços | | | | | | |
| Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. | 01/01/2018 | 380.175.730,00 | Não aplicável | Não aplicável | 31/12/2018 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Companhia tem 33,20% do Capital Social total da RPR. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Objeto contrato | Negociações mensais de venda de gasolina A para mistura no pool de combustível da Contraparte. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O preço praticado pelo Emissor à Contraparte está baseado na referência de preço da gasolina A no mercado interno, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Fornecedor de matéria prima. As vendas realizadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 380 milhões. | | | | | | |
| Refinaria de Petróleo Rio-grandense S.A. | 01/01/2018 | 127.341.831,00 | Não aplicável. | Não aplicável. | 31/12/2018 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Companhia tem 33,20% do Capital Social total da RPR. | | | | | | |
| Objeto contrato | Negociações mensais de venda de gasóleo, utilizado como matéria prima pela Contraparte na produção de combustíveis. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Não aplicável. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | O preço praticado pelo Emissor à Contraparte está baseado na referência de preço da gasolina A no mercado interno, garantindo a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Fornecedor de matéria prima. As vendas realizadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 127 milhões. | | | | | | |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO | 01/12/2017 | 120.000.000,00 | R\$98,8 milhões | Não aplicável. | 30/11/2021 | SIM | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Braskem e CNO estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Serviços de Manutenção Industrial de Caldeiraria e Operação e Manutenção de Máquinas de Carga. | | | | | | |
| Garantia e seguros | A CNO deve contratar e manter vigente, durante a execução do Contrato, apólice de seguro coletivo, englobando todas as pessoas contratadas pela CNO utilizadas na prestação dos Serviços; A CNO obriga-se a reexecutar os Serviços em caso de rejeição, ou caso seja identificado posterior falha ou defeito, pelo prazo de 1 (um) ano após sua realização; mesmo após a extinção do contrato, independente do motivo. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--|--|----------------------------|--|------------------|------------|------------------------------------|------------------------|
| Rescisão ou extinção | As partes poderão resolver o contrato mediante simples comunicação por escrito à outra parte, nas seguintes hipóteses: 1) Por qualquer das partes, se a outra parte entrar em regime de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de liquidação judicial ou extrajudicial; 2) Por qualquer das partes, se a outra parte infringir quaisquer das Cláusulas ou condições deste contrato, ressalvados eventuais prazos de cura estipulados; 3) Por qualquer das partes, na ocorrência de caso fortuito ou de evento de força maior, desde que devidamente comprovado pela Parte a ocorrência do evento e a impossibilidade de continuidade ou conclusão dos serviços; 4) Pela Braskem, se a CNO ceder o contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar a prestação dos serviços sem autorização prévia; 5) Pela Braskem, se a CNO não comprovar no prazo de cinco dias, contados da solicitação, o adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias e securitárias; 6) Pela Braskem, se, na ocorrência de acidente de trabalho com qualquer pessoa contratada pela CNO, a CNO tenha deixado de observar as normas e os procedimentos internos, técnicos e de segurança, previstos neste contrato; 7) Pela Braskem se houver dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CNO que prejudique a prestação dos serviços; ou, 8) Pela Braskem em caso de descumprimento pela CNO da cláusula anticorrupção pactuada. | | | | | | |
| Natureza e razão para a operação | Trata-se de contratação de serviços de Manutenção Industrial e Operação e Manutenção de Máquinas de Carga recorrentes. A contratação do prestador de serviço foi precedida de um processo de concorrência envolvendo cinco fornecedores, o qual apontou a Construtora Norberto Odebrecht S.A. – CNO como a vencedora. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Prestador de serviços. Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – Petrobras e suas subsidiárias | 14/01/2005 | 0,00 | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável. | 14/01/2028 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | Petrobras possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto contrato | Contrato de natureza comercial de compra de corrente de hidrocarbonetos leves de refinaria para fornecimento à unidade da Braskem de SP. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não aplicável. | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | O contrato poderá ser rescindido por inadimplência de qualquer das cláusulas ou condições do contrato, decretação de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, cessão ou transferência sem autorização prévia ou escrita, exceto para empresas do mesmo grupo econômico, cessão ou oferecimento de garantias dos créditos de qualquer natureza decorrentes ou oriundos do contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior conforme definição em contrato, dissolução da sociedade comercial, alteração do quadro social ou modificação da finalidade da empresa que conflite com o objeto do contrato. | | | | | | |

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|----------------------------------|--|-------------------------------|-----------------|------------------|---------|--|------------------------------|
| Natureza e razão para a operação | A Petrobras é a única fornecedora nacional de hidrocarbonetos leves de refinaria, de modo que não competidores no mercado nacional. Considerando que o preço praticado pela Petrobras tem por base diversos índices de mercado restou garantida a comutatividade da operação para ambas as partes. | | | | | | |
| Posição contratual do emissor | Outra | | | | | | |
| Especificar | Comprador de matérias-primas. Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. | | | | | | |

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado**(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Todas as nossas operações com partes relacionadas são celebradas no curso normal de nossos negócios e em condições de mercado, observadas as disposições societárias da Companhia.

Conforme mencionado no item 16.1, ao Conselho de Administração compete decidir sobre contratos, excetuados os de fornecimento de matéria-prima, entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e de outro lado, qualquer de seus acionistas titulares de ações ordinárias, qualquer administrador da Companhia, da sua controladora ou de suas controladas, ou suas respectivas partes relacionadas em valores superiores a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social.

Adicionalmente, caso um acionista ou uma Pessoa Chave da Braskem, de sua Controladora ou de suas Controladas, conforme definido no Código de Conduta, esteja em conflito de interesses numa determinada transação entre partes relacionadas, deverá informar tal situação e abster-se de participar dos processos negocial e decisório relativos à transação entre partes relacionadas. Caso deixe de manifestar seu conflito de interesses, qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades. A Companhia considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados com partes relacionadas atendem aos interesses da Companhia e continuará procurando assegurar que futuros contratos pactuados com quaisquer partes relacionadas atendam aos interesses da Companhia, de modo que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que a Companhia poderia celebrar com quaisquer outros terceiros.

Adicionalmente, as condições pactuadas para as contratações com partes relacionadas estão em consonância com a prática de mercado, considerando as informações que a Companhia possui sobre transações entre partes independentes em termos e condições similares aos das transações inseridas no item 16.2, sendo celebradas em condições comutativas ou com o pagamento compensatório similar àquele que seria estabelecido em transações com partes não relacionadas.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

- Abaixo, listamos informações adicionais sobre o contrato descrito no item 16.2 do Formulário, em virtude da limitação de caracteres no campo “Rescisão ou extinção” do sistema Empresas.Net:

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|---|---|----------------------------|-----------------|--|------------|------------------------------------|------------------------|
| Santo Antonio Energia S.A. - SAESA | 26/08/2016 com início de fornecimento em 01/01/2017 | R\$517 milhões | R\$ 465 milhões | Não aplicável | 31/12/2029 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Odebrecht Energia S.A., uma controlada direta da Odebrecht Energia Investimentos S.A. (OE Investimentos), possui 38,6% do capital social da Madeira Energia S.A. (MESA), a qual possui 100% de participação na SAESA. A Braskem e a OE Investimentos estão sob controle comum da Odebrecht S.A., que por sua vez é controladora indireta da Companhia. | | | | | | |
| Objeto do contrato | Contrato de natureza comercial de compra e venda de energia elétrica. | | | | | | |
| Garantia e Seguros | Seguro Garantia emitido anualmente considerando 2 meses de faturamento (R\$ 7.193.347,00) | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | <p>Caso qualquer compradora deixe de (i) efetuar quaisquer pagamentos devidos em razão do contrato, (ii) regularizar, complementar ou reconstituir a garantia de fiel cumprimento (inclusive em caso de sua execução), ou (iii) deixe de entregar as novas procurações com 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência, e a mora em questão não seja sanada em até 15 (quinze) dias da data do vencimento da obrigação em questão, o vendedor está autorizado a</p> <p>(i) suspender imediatamente o suprimento da energia contratada até o cumprimento da obrigação em questão; ou (ii) resolver o contrato, , sem prejuízo das penalidades previstas no contrato.</p> <p>Na hipótese de suspensão do suprimento da energia contratada, nos termos previstos acima, as compradoras autorizam o vendendor a promover a imediata suspensão do registro do contrato na CCEE e comercializar a energia contratada a terceiros ou, caso o vendendor não comercialize a energia contratada com terceiros, liquidar o respectivo montante de energia na CCEE pelo PLD. Nesta hipótese, caso o valor de venda a terceiros ou liquidação na CCEE da energia contratada seja inferior ao preço de venda, as compradoras deverão pagar ao vendendor a respectiva diferença em até 15 (quinze) dias contados da data do recebimento de notificação escrita para tal fim.</p> <p>O contrato poderá ser resolvido, a critério da parte adimplente, por meio de notificação extrajudicial ou carta protocolada, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:</p> <p>a) caso seja decretada falência, pedido de recuperação judicial ou de homologação de</p> | | | | | | |

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| | |
|--|---|
| | <p>plano de recuperação extrajudicial, dissolução ou liquidação da outra parte;</p> <p>b) na eventualidade de uma parte ter revogada de forma definitiva qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste contrato ou venha a ter suspensos os seus direitos e obrigações como agentes da CCEE;</p> <p>c) caso qualquer das compradoras deixe de quitar as notas fiscais de energia elétrica, nos termos do contrato, e o atraso perdurar mais de 30 (trinta) dias da data do vencimento da obrigação ou 10 (dez) dias corridas da data da notificação, o que ocorrer por último;</p> <p>d) em caso de 3 (três) descumprimentos consecutivos ou alternados, dentro do período de 12 meses, da obrigação de quitar as notas fiscais de energia elétrica, nos termos do contrato, ainda que a mora tenha sido purgada nos termos do item (c) acima;</p> <p>e) em caso, por ação ou omissão da outra parte, o registro do contrato seja cancelado pela CCEE ou qualquer outra autoridade competente;</p> <p>f) caso, por ação ou omissão da outra parte, a CCEE se recuse a considerar o contrato para contabilização e/ou liquidação no período de fornecimento restante;</p> <p>g) em caso de descumprimento, pela garantidora, do dever de reforçar e reconstituir a garantia e não remediado em 8 (oito) dias contados do recebimento da notificação para esse fim;</p> <p>h) pelo vendedor, caso a suspensão do contrato, prevista em cláusula específica do mesmo, perdure por mais de 30 (trinta) dias;</p> <p>i) caso o vendedor deixe de efetuar o registro da energia contratada na CCEE nos termos do contrato, ou caso alguma das compradoras não faça a validação da energia contratada registrada na CCEE pela vendedora nos termos do contrato e nos termos dos procedimentos de comercialização, sem que seja remediado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação por escrito para tal fim; e/ou</p> <p>j) em caso de descumprimento de qualquer outra obrigação contratual não sanada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de notificação por escrito para tal fim.</p> <p>A resolução do contrato não impede o exercício do direito do vendedor executar a garantia de fiel cumprimento para quitação de valores pendentes, assim como a execução da garantia de fiel cumprimento não impede o exercício de direito do vendedor resolver o contrato, nas hipóteses acima.</p> <p>A resolução deste contrato não libera as partes das obrigações devidas até a data de sua extinção e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a resolução do contrato ou que dela decorra.</p> <p>O registro do contrato será cancelado pela CCEE na hipótese de sua resolução, observado o disposto na convenção de comercialização e mediante envio de notificação pelo vendedor.</p> <p>Ocorrendo a resolução do contrato, a parte inadimplente obriga-se a manter a parte</p> |
|--|---|

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| | |
|---|---|
| | adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste contrato, inclusive no âmbito da CCEE, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal resolução. |
| Natureza e razão para a operação | As condições comerciais negociadas com a SAESA refletem as condições de mercado do setor de energia elétrica referentes a um contrato de longo prazo. |
| Posição contratual do emissor | Comprador de energia elétrica |
| Especificar | Os montantes agregados das transações realizadas com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. |

- Abaixo, listamos informações adicionais sobre o contrato descrito no item 16.2 do Formulário, em virtude da limitação de caracteres no campo “Natureza e razão para a operação” do sistema Empresas.Net:

| Parte relacionada | Data transação | Montante envolvido (Reais) | Saldo existente | Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio (Reais) | Duração | Empréstimo ou outro tipo de dívida | Taxa de juros cobrados |
|--------------------------------------|---|---|--|---|----------------|---|-------------------------------|
| Petrobras Transporte S/A– Transpetro | 01/11/2018 | Tarifa reajustada pelo IPCA aplicada ao montante de nafta transportada. | A depender do volume a ser adquirido e baseado na referência internacional de preço. | Não aplicável | 31/10/2020 | NÃO | 0,000000 |
| Relação com o emissor | A Transpetro é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual possui 47,03% do capital votante e 36,15% do capital total da Companhia. | | | | | | |
| Objeto do contrato | Contratos de prestação de serviços logísticos relacionados ao transporte de nafta por pipelines no pólo petroquímico do Sul. | | | | | | |
| Garantia e seguros | Não há cláusula contratual que defina as condições de garantia/seguros | | | | | | |
| Rescisão ou extinção | Os contratos poderão ser rescindidos por (i) falência, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial, ou concordata preventiva de uma das partes, requerida, homologada ou decretada; (ii) transferência parcial ou total deste contrato a terceiros, não autorizada pela outra parte. Caso uma das partes não use o direito de rescindir o contrato nos termos da Clausula, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a execução do mesmo até que sejam cumpridas, pela outra parte, as Clausulas contratuais infringidas. | | | | | | |
| Natureza e razão para a | O Terminal Almirante Soares Dutra (localizado em Osório, no Rio Grande do Sul), é um terminal portuário detido e operado pela Transpetro. A Companhia usa o Terminal Almirante Soares Dutra para | | | | | | |

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

| | |
|--------------------------------------|---|
| operação | descarregar nafta e condensado de petróleo importados ou embarcados de refinarias da Petrobras localizadas fora do estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui o duto operado pela Transpetro que transporta a nafta do Terminal Almirante Soares Dutra para a Refinaria Alberto Pasqualini ("REFAP"), onde o duto se interconecta com o sistema de dutos de nafta da REFAP. A nafta e o condensado de petróleo são transportados para as plantas de Químicos da Companhia através do sistema de dutos de nafta da REFAP. |
| Posição contratual do emissor | Contratante de serviços. |
| Especificar | Os montantes agregados das transações realizadas com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais são apresentados no item 16.4 Outras Informações Relevantes deste Formulário de Referência. |

- Abaixo apresentamos os valores agregados de transações com a Petrobras e suas controladas nos três últimos exercícios sociais:

| | | Exercício Social Encerrado em: | | |
|--|--|--------------------------------|------------|------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| | | (R\$ milhões) | | |
| Balanco Patrimonial | | | | |
| Contas a Receber | | 20 | 45 | 34 |
| Estoques | | 30 | | |
| Contas a Pagar | | 160 | 149 | 904 |
| Transações | | | | |
| Vendas de produtos | | 1.225 | 1.811 | 2.024 |
| Compras de matérias-primas, produtos acabados, serviços e utilidades | | 15.540 | 12.796 | 12.291 |

- Abaixo apresentamos os valores agregados de transações com a Odebrecht e suas controladas nos três últimos exercícios sociais:

| | | Exercício Social Encerrado em: | | |
|--|--|--------------------------------|------------|------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 |
| | | (R\$ milhões) | | |
| Balanco Patrimonial | | | | |
| Contas a Receber | | | 8 | 6 |
| Estoques | | 9 | 251 | |
| Contas a Pagar | | 17 | 22 | 77 |
| Transações | | | | |
| Vendas de produtos | | | 27 | 49 |
| Compras de matérias-primas, produtos acabados, serviços e utilidades | | 460 | 742 | 1.564 |

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

- Em 02 de outubro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações detidas pela Odebrecht Utilities S.A. na Cetrel S.A. ("Cetrel"), representativas de 63,66% do seu capital votante, a qual possui 100% das ações da Distribuidora de Águas de Camaçari ("DAC") como sua controlada integral, de modo que a Cetrel e DAC passaram a ser sociedades controladas direta e indiretamente pela Companhia.
- Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht Ambiental concluiu a venda de seus ativos de fornecimento de água nas regiões do ABC/SP (Acquapolo) e de Triunfo (Distribuidora de Águas de Triunfo S.A.) para a empresa Brookfield, que assumiu o controle dos mesmos, de modo que tais contratos deixaram de ser contratos entre partes relacionadas.
- No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Braskem realizou vendas de gasóleo para a Refinaria Rio Grandense que totalizaram R\$ 44,7 milhões.
- No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Braskem realizou vendas de gasóleo para a Refinaria Rio Grandense que totalizaram R\$ 127 milhões.
- No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Braskem realizou vendas de hidrogênio para a Refinaria Rio Grandense que totalizaram R\$ 9 milhões.

Exceto pelas informações prestadas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

| Data da autorização ou aprovação | Valor do capital (Reais) | Prazo de integralização | Quantidade de ações ordinárias (Unidades) | Quantidade de ações preferenciais (Unidades) | Quantidade total de ações (Unidades) |
|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|---|--|--------------------------------------|
| Tipo de capital | Capital Emitido | | | | |
| 16/10/2018 | 8.043.222.080,50 | | 451.668.652 | 345.549.902 | 797.218.554 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 345.049.672 | | | | |
| Preferencial Classe B | 500.230 | | | | |
| | | | | | |
| Tipo de capital | Capital Subscrito | | | | |
| 16/10/2018 | 8.043.222.080,50 | | 451.668.652 | 345.549.902 | 797.218.554 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 345.049.672 | | | | |
| Preferencial Classe B | 500.230 | | | | |
| | | | | | |
| Tipo de capital | Capital Integralizado | | | | |
| 16/10/2018 | 8.043.222.080,50 | | 451.668.652 | 345.549.902 | 797.218.554 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 345.049.672 | | | | |
| Preferencial Classe B | 500.230 | | | | |

| Tipo de capital | | Capital Autorizado | | | |
|------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------|-------------|---------------------------|
| 25/02/2010 | | 0,00 | | 535.661.731 | 617.276.239 1.152.937.970 |
| Capital social por classe de ações | | Outros títulos conversíveis em ações | | | |
| Classe de ação preferencial | Quantidade de ações (Unidades) | Título | Condições para conversão | | |
| Preferencial Classe A | 616.682.421 | | | | |
| Preferencial Classe B | 593.818 | | | | |

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não houve aumento no capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desdobramento, grupamentos e bonificações de ações nos últimos três exercícios sociais.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

As ações preferenciais classe "B" podem ser convertidas em ações preferenciais classe "A", a qualquer tempo, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada ação preferencial classe "A", mediante simples solicitação por escrito à Companhia, desde que esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial que viabilizou a emissão e integralização destas ações com recursos de incentivos fiscais.

Em 2018, foram convertidas 78.100 ações preferenciais classe "B" em 39.050 ações preferenciais classe "A".

Em 2017, foram convertidas 15.288 ações preferenciais classe "B" em 7.644 ações preferenciais classe "A".

18.1 - Direitos Das Ações

| | |
|---|--|
| Espécie de ações ou CDA | Ordinária |
| Tag along | 100,000000 |
| Direito a dividendos | Os acionistas da Companhia terão direito de receber um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da lei e do estatuto social, observadas as preferências a seguir descritas. As ações ordinárias somente terão direito a dividendo se, após o pagamento do dividendo mínimo para os titulares das ações preferenciais, houver sobras. Neste caso, será assegurado aos titulares de ações ordinárias o dividendo de 6% sobre o valor unitário das respectivas ações ordinárias (obtido mediante a divisão do valor do capital social pelo total de ações em circulação). Caso haja sobras após o pagamento dos dividendos das ações preferenciais e os dividendos das ações ordinárias, os titulares das ações preferenciais classe A concorrerão em igualdade de condições com os titulares das ações ordinárias na distribuição do lucro remanescente. |
| Direito a voto | Pleno |
| Conversibilidade | Não |
| Direito a reembolso de capital | Sim |
| Descrição das características do reembolso de capital | Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações calculado com base no valor patrimonial, nos termos do art 45 da LSA, após a prioridade das ações preferenciais classe A e B, conforme disposto no art 9, "e" do Estatuto Social. De acordo com a LSA, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) Cisão da Companhia (situação específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório; (ii) Mudança do objeto social; (iii) Fusão ou incorporação em outra sociedade (situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (iv) Participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na LSA, exceto no caso de nossas ações possuírem dispersão e liquidez, conforme especificado a seguir); e (v) Incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do art 252 da LSA |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | Há restrições à circulação de ações da Companhia pactuadas sob acordos de acionistas da Companhia, conforme item 15.5. |
| Resgatável | Não |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Não há. |
| Outras características relevantes | Consoante os termos pactuados com relação às Medium-Term Notes em dólares, descritas no item 18.5, o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Companhia fica limitado a duas vezes o valor dos dividendos mínimos concedidos aos acionistas preferenciais de acordo com o estatuto da Companhia. |
| Espécie de ações ou CDA | Preferencial |
| Classe de ação preferencial | Preferencial Classe A |
| Tag along | 100,000000 |
| Direito a dividendos | Os acionistas titulares de ações preferenciais classes A terão prioridade na distribuição, em igualdade de condições, a cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor correspondente a 6% do valor unitário de suas ações, obtido mediante a divisão do valor do capital social pelo total de ações em circulação. Qualquer valor que seja pago a título de referido dividendo mínimo será descontado do valor de dividendo obrigatório. Após o pagamento dos dividendos das ações preferenciais e os dividendos das ações ordinárias, caso haja sobras, os titulares das ações preferenciais classe A concorrerão em igualdade de condições com os titulares das ações ordinárias na distribuição do lucro remanescente. |
| Direito a voto | Restrito |

18.1 - Direitos Das Ações

| | |
|---|--|
| Descrição de voto restrito | (i) Eleição em separado de 1 membro do Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração, respeitados as limitações da Lei das S.A.; (ii) nos casos do artigo 136, parágrafo 1º e parágrafo 3º da Lei das S.A., considerando a dispensa do artigo 4º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia; (iii) pedido de novo avaliador nos termos do artigo 4º A da Lei das S.A. e artigo 23 e seguintes da ICVM 361. |
| Conversibilidade | Sim |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social | A conversão de ações preferenciais classe A em ações ordinárias poderá ser autorizada pela Assembleia Geral, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto fixar: (i) o montante das ações a serem convertidas; (ii) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e (iii) o momento em que se dará a conversão de ações. |
| Direito a reembolso de capital | Sim |
| Descrição das características do reembolso de capital | Após a prioridade das ações preferenciais classe A e B, conforme disposto no art 9, "e" do Estatuto Social, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações calculado com base no valor patrimonial, nos termos do art 45 da LSA. De acordo com a LSA, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) Cisão da Companhia (situação específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório; (ii) Mudança do objeto social; (iii) Fusão ou incorporação em outra sociedade (situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (iv) Participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na LSA, exceto no caso de nossas ações possuírem dispersão e liquidez, conforme especificado a seguir); e (v) Incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do art 252 da LSA |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | Há restrições à circulação de ações da Companhia pactuadas sob acordos de acionistas da Companhia, conforme item 15.5. |
| Resgatável | Não |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, poderá ser excluído, pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, o direito de preferência em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei. |
| Outras características relevantes | Somente as ações ordinárias e preferenciais classe A participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social. |
| Espécie de ações ou CDA | Preferencial |
| Classe de ação preferencial | Preferencial Classe B |
| Tag along | 100,000000 |
| Direito a dividendos | Os acionistas titulares de ações preferenciais classe B terão prioridade na distribuição, em igualdade de condições, a cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor correspondente a 6% do valor unitário de suas ações, obtido mediante a divisão do valor do capital social pelo total de ações em circulação. Qualquer valor que seja pago a título de referido dividendo mínimo será descontado do valor de dividendo obrigatório. Após o pagamento dos dividendos das ações preferenciais e os dividendos das ações ordinárias, caso haja sobras, os titulares das ações preferenciais classe A concorrerão em igualdade de condições com os titulares das ações ordinárias na distribuição do lucro remanescente. Os titulares das ações preferenciais classe B não participarão da distribuição de referidos lucros remanescentes. |
| Direito a voto | Restrito |

18.1 - Direitos Das Ações

| | |
|---|--|
| Descrição de voto restrito | (i) Eleição em separado de 1 membro do Conselho Fiscal e um membro do Conselho de Administração, respeitados as limitações da Lei das S.A.; (ii) nos casos do artigo 136, parágrafo 1º e parágrafo 3º da Lei das S.A., considerando a dispensa do artigo 4º, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia; (iii) pedido de novo avaliador nos termos do artigo 4º A da Lei das S.A. e artigo 23 e seguintes da ICVM 361. |
| Conversibilidade | Sim |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social | As ações preferenciais classe B, uma vez esgotado o prazo de restrição à transferência previsto na legislação especial (Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974), poderão a qualquer tempo ser convertidas em ações preferenciais classe A, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe B para uma ação preferencial classe A. |
| Direito a reembolso de capital | Sim |
| Descrição das características do reembolso de capital | Após a prioridade das ações preferenciais classe A e B, conforme disposto no art 9, "e" do Estatuto Social, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações calculado com base no valor patrimonial, nos termos do art 45 da LSA. De acordo com a LSA, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) Cisão da Companhia (situação específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório; (ii) Mudança do objeto social; (iii) Fusão ou incorporação em outra sociedade (situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo); (iv) Participação da Companhia em um grupo de sociedades (conforme definido na LSA, exceto no caso de nossas ações possuírem dispersão e liquidez, conforme especificado a seguir); e (v) Incorporação de ações envolvendo a Companhia nos termos do art 252 da LSA |
| Restrição a circulação | Sim |
| Descrição da restrição | O parágrafo único do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia estabelece que as ações preferenciais classe B integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são intransferíveis pelo prazo de quatro anos a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do artigo 3º do referido Decreto-Lei. Ademais, há restrições à circulação de ações da Companhia pactuadas sob acordos de acionistas da Companhia, conforme item 15.5. |
| Resgatável | Não |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários | Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, poderá ser excluído, pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, o direito de preferência em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei. |
| Outras características relevantes | Somente as ações ordinárias e preferenciais classe A participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social. |

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Venda conjunta:

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo, de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independentemente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

Nos casos referidos acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não: (a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

Não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

Não se aplica este direito de venda conjunta caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução; ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer(em)-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Exceto pelo previsto no item 18.1 (em relação aos direitos políticos das ações preferenciais), no item 18.2 (em relação às disposições estatutárias que versam sobre direitos políticos dos acionistas) e os termos e condições do Acordo de Acionistas da Companhia, não há exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

| Exercício social 31/12/2018 | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|------------------|--------------|--------|-------------------|--|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
| 31/03/2018 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 4.079.372.476 | 52,30 | 43,49 | R\$ por Unidade | 47,21 |
| 30/06/2018 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 4.758.014.602 | 51,22 | 41,12 | R\$ por Unidade | 46,59 |
| 30/09/2018 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 5.215.118.223 | 61,66 | 49,38 | R\$ por Unidade | 56,08 |
| 31/12/2018 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 5.722.222.103 | 56,80 | 46,40 | R\$ por Unidade | 52,32 |
| 31/03/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 5.784.283 | 51,79 | 43,53 | R\$ por Unidade | 48,68 |
| 30/06/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 7.864.412 | 49,34 | 41,15 | R\$ por Unidade | 46,96 |
| 30/09/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 10.437.443 | 59,00 | 47,15 | R\$ por Unidade | 55,01 |
| 31/12/2018 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 4.785.270 | 56,89 | 45,51 | R\$ por Unidade | 51,20 |
| 31/03/2018 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 0 | 45,28 | 45,28 | R\$ por Unidade | 45,28 |
| 30/06/2018 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 66.304 | 45,28 | 40,00 | R\$ por Unidade | 42,50 |
| 30/09/2018 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 39.749 | 48,00 | 41,01 | R\$ por Unidade | 44,00 |
| 31/12/2018 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 37.103 | 48,00 | 46,01 | R\$ por Unidade | 47,99 |
| Exercício social 31/12/2017 | | | | | | | | | | |
| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
| 31/12/2017 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 56.282 | 45,28 | 49,31 | R\$ por Unidade | 48,62 |
| 30/09/2017 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 14.992 | 49,31 | 49,34 | R\$ por Unidade | 49,33 |
| 30/06/2017 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 0 | 49,34 | 49,34 | R\$ por Unidade | 49,34 |
| 31/03/2017 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 5.000 | 49,34 | 49,34 | R\$ por Unidade | 49,34 |
| 31/12/2017 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 8.208.109 | 40,14 | 48,55 | R\$ por Unidade | 43,47 |
| 30/09/2017 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 9.008.958 | 27,07 | 41,82 | R\$ por Unidade | 34,01 |

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social 31/12/2017

| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
|------------|------------------|--------------|--------|-------------------|--|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| 30/06/2017 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 3.233.110 | 24,83 | 28,13 | R\$ por Unidade | 27,26 |
| 31/03/2017 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 5.272.658 | 26,84 | 30,32 | R\$ por Unidade | 28,54 |
| 31/12/2017 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 4.449.441.320 | 39,82 | 49,63 | R\$ por Unidade | 43,50 |
| 30/09/2017 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 3.441.882.103 | 31,28 | 41,89 | R\$ por Unidade | 36,08 |
| 30/06/2017 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 3.517.579.410 | 28,92 | 32,44 | R\$ por Unidade | 30,85 |
| 31/03/2017 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 2.681.658.924 | 28,33 | 33,95 | R\$ por Unidade | 30,85 |

Exercício social 31/12/2016

| Trimestre | Valor Mobiliário | Espécie | Classe | Mercado | Entidade administrativa | Volume financeiro negociado (Reais) | Valor maior cotação (Reais) | Valor menor cotação (Reais) | Fator cotação | Valor média cotação (Reais) |
|------------|------------------|--------------|--------|-------------------|--|-------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------------|
| 31/12/2016 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 23.595 | 44,99 | 18,00 | R\$ por Unidade | 29,28 |
| 30/09/2016 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 19.514 | 16,00 | 10,50 | R\$ por Unidade | 12,80 |
| 30/06/2016 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 2.440 | 13,90 | 13,90 | R\$ por Unidade | 12,20 |
| 31/03/2016 | Ações | Preferencial | PNB | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 21.000 | 15,24 | 12,19 | R\$ por Unidade | 13,81 |
| 31/12/2016 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 6.382.465 | 30,30 | 20,80 | R\$ por Unidade | 25,70 |
| 30/09/2016 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 7.286.624 | 21,76 | 13,06 | R\$ por Unidade | 16,13 |
| 30/06/2016 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 3.403.391 | 20,73 | 15,14 | R\$ por Unidade | 18,05 |
| 31/03/2016 | Ações | Ordinária | | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 17.649.389 | 18,92 | 13,50 | R\$ por Unidade | 15,05 |
| 31/12/2016 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 2.878.124.383 | 34,39 | 23,54 | R\$ por Unidade | 29,07 |
| 30/09/2016 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 1.946.281.202 | 24,30 | 17,36 | R\$ por Unidade | 20,26 |
| 30/06/2016 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 1.975.535.326 | 24,25 | 17,97 | R\$ por Unidade | 20,66 |
| 31/03/2016 | Ações | Preferencial | PNA | Balcão Organizado | BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros | 3.415.229.386 | 24,98 | 20,60 | R\$ por Unidade | 22,39 |

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia que nao sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

| Valor Mobiliário | Pessoas Físicas | Pessoas Jurídicas | Investidores Institucionais |
|------------------|-----------------|-------------------|-----------------------------|
| Debêntures | 0 | 0 | 0 |

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações ordinárias, preferenciais classe A e preferenciais classe B da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BRKM3, BRKM5 e BRKM6, respectivamente.

Não haverá negociação das Medium-Term Notes em qualquer mercado brasileiro, exceto se, nos termos da legislação brasileira e demais normas reguladoras aplicáveis, tais ofertas ou vendas ocorrerem em circunstâncias que não configurem oferta ou distribuição pública.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

| Valor Mobiliário | Identificação do Valor Mobiliário | País | Mercado Valor Mobiliário |
|--|--|---|---|
| Entidade Administradora | Data de admissão | Data de Início listagem | Percentual |
| Descrição de Segmento de Negociação | Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior | | |
| Descrição do Banco Depositário | Descrição da Instituição Custodiante | | |
| Ações preferenciais classe A, representadas por ADS | Ações preferenciais classe A, representadas por ADS | Estados Unidos | Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE) sob o código "BAK" . |
| Bolsa de Valores de Nova York (New York Stock Exchange – NYSE) | 21/12/1998 | 27/09/2004 | 34.490000% |
| Sim: Nível II | | Sim: 1:2 | |
| Sim: The Bank of New York Mellon Corporation – BNYMellon | | Sim: Banco Itaú S.A. | |
| Ações preferenciais classe A negociadas no LATIBEX | Ações preferenciais classe A negociadas no LATIBEX | Espanha | LATIBEX - Mercado de Valores Latinoamericanos, sob o código "XBRK". |
| Bolsa de Valores de Madri | 08/10/2003 | 08/10/2003 | 0.120000% |
| Não | | Sim: 1:1 | |
| Não | | Sim: Sociedad de Gestión de los Sistemas de Registro, Compensación y Liquidación de Valores - Iberclear | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em maio de 2020 | Fixed-rate Notes com vencimento em maio de 2020 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 07/05/2010 | 07/05/2010 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em abril de 2021 | Fixed-rate Notes com vencimento em abril de 2021 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 15/04/2011 | 15/04/2011 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em maio de 2022 | Fixed-rate Notes com vencimento em maio de 2022 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 02/05/2012 | 02/05/2012 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

| Valor Mobiliário | Identificação do Valor Mobiliário | País | Mercado Valor Mobiliário |
|--|--|--|--------------------------|
| Entidade Administradora | Data de admissão | Data de Início listagem | Percentual |
| Descrição de Segmento de Negociação | | Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior | |
| Descrição do Banco Depositário | | Descrição da Instituição Custodiante | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2023 | Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2023 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 10/10/2017 | 10/10/2017 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em fevereiro de 2024 | Fixed-rate Notes com vencimento em fevereiro de 2024 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 03/02/2014 | 03/02/2014 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2028 | Fixed-rate Notes com vencimento em janeiro de 2028 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 10/10/2017 | 10/10/2017 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |
| Fixed-rate Notes com vencimento em julho de 2041 | Fixed-rate Notes com vencimento em julho de 2041 | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 22/07/2011 | 22/07/2011 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |
| Fixed-rate Notes Perpétuos | Fixed-rate Notes Perpétuos | Cingapura | Global |
| Singapore Exchange Securities Trading Limited | 04/10/2010 | 04/10/2010 | 0.000000% |
| Não | | Não | |
| Sim: The Depository Trust Company | | Sim: The Bank of New York Mellon | |

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os títulos emitidos no exterior estão descritos no item 18.12.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Em Outubro de 2017 foi realizada uma oferta pública de distribuição de títulos de renda fixa no mercado de capitais internacional, totalizando USD 1.250 milhões, conforme características apresentadas no item 18.8 acima (Bond 2023 USN15516AA01 e Bond 2028 USN15516AB83).

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não há outras informações relevantes a serem informadas pela Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não foram realizadas, nos últimos três exercícios sociais, quaisquer ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| Valor Mobiliário | BONDS |
|---|---|
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2020 USG1315RAB71; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 2.906.100.000,00 |
| Data de emissão | 07.05.2010 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 1.451.590.442,67 |
| Restrições à circulação | Não. |
| Descrição da restrição | Não aplicável. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor | Não |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável. |
| Possibilidade de resgate | Sim |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | <p>Resgate antecipado facultativo:</p> <p>Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal; e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury Rate mais 0.5%.</p> <p>Resgate antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias:</p> <p>Mediante resgate da totalidade dos bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que</p> |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| | <p>aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p> <p>Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão.</p> |
| Características dos valores mobiliários de dívida | |
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 07.05.2020; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos, podem declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a |
| | pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 60 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão. |
| Juros | 7,000% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | A Braskem Finance Limited não pode distribuir dividendos enquanto os bonds estiverem em aberto. |
| Alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Contratação de novas dívidas | A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; ou (ii) sejam subordinadas a este título. |
| Emissão de novos valores mobiliários | Não há outras restrições, além daquelas restrições de endividamento acima mencionadas. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|---|
| Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as |
| | garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de emissão foi de USD 750.000.000,00. |

| Valor Mobiliário | BONDS |
|---|--|
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2021 USG1315RAD38; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 3.874.800.000,00 |
| Data de emissão | 15.04.2011 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 3.656.499.444,93 |
| Restrições à circulação | Não. |
| Descrição da restrição | Não aplicável. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|--|
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor | Não. |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável, visto que não há conversibilidade |
| Possibilidade de resgate | Sim. |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | <p>Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal; e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.375%.</p> <p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p> <p>Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão.</p> |
| Características dos valores mobiliários de dívida | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|---|
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 15.04.2021; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a ocorrência de algum evento de <i>default</i> , situação em que o <i>Trustee</i> ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de Default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 60 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão. |
| Juros | 5,750% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | A Braskem Finance Limited não pode distribuir dividendos enquanto os bonds estiverem em aberto. |
| Alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|---|
| | <p>aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.</p> |
| Contratação de novas dívidas | <p>A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título;</p> |
| Emissão de novos valores mobiliários | <p>Não há restrições, além das restrições de endividamento acima mencionadas.</p> |
| Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | <p>A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.</p> |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | <p>Não aplicável</p> |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| Outras características relevantes | Não aplicável |
|---|---|
| Valor Mobiliário | BONDS |
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2022 USG1315RAG68; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 1.937.400.000,00 |
| Valor nominal global (Dólar) | US\$ 500.000.000,00 |
| Data de emissão | 02.05.2012 |
| Data de vencimento | 02.05.2022 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 1.954.177.345,83 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Dólar) | US\$ 504.329.861,11 |
| Restrições à circulação | Não há restrições à circulação. |
| Descrição da restrição | Não aplicável, visto que não há restrições à circulação. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor | Não há conversibilidade |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável, visto que não há conversibilidade. |
| Efeitos sobre o capital social | Não aplicável, visto que não há conversibilidade. |
| Possibilidade de resgate | Sim |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|--|
| | <p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações</p> |
| | <p>legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p> <p>Obrigações de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão</p> |
| Características dos valores mobiliários de dívida | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 02.05.2022; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de <i>default</i> , situação em que o <i>Trustee</i> ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são: são (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 60 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão. |
| Juros | 5,375% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia. |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | Não há restrições. |
| Alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|--|
| | receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Contratação de novas dívidas | A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título. |
| Emissão de novos valores mobiliários | Não há restrições. |
| Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de emissão foi de USD 1.000.000.000,00. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| Valor Mobiliário | BONDS |
|---|--|
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2023 USN15516AA01; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 1.937.400.000,00 |
| Data de emissão | 04.10.2017 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 1.969.609.275,00 |
| Restrições à circulação | Não. |
| Descrição da restrição | Não aplicável. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor | Não. |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável. |
| Possibilidade de resgate | Sim. |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Netherlands Finance B.V. ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Netherlands Finance B.V., Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Netherlands Finance B.V. ou à Companhia.

Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| Características dos valores mobiliários de dívida: | |
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 10.01.2023; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de <i>default</i> , situação em que o <i>Trustee</i> ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de <i>default</i> são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, não sanado em 3 dias úteis; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão |
| Juros | 3,500% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia. |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | Não há restrições. |
| Alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|--|
| | questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| | relevância para os negócios da companhia. |
| Contratação de novas dívidas | A Braskem Netherlands Finance B.V. não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título. |
| Emissão de novos valores mobiliários | Não há restrições. |
| Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | emissão foi de USD 500.000.000,00. |
|---|---|
| | |
| Valor Mobiliário | BONDS |
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2024 US10553YAF25; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 2.906.100.000,00 |
| Data de emissão | 03.02.2014 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 2.983.160.085,00 |
| Restrições à circulação | Não. |
| Descrição da restrição | Não aplicável. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor | Não. |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável. |
| Possibilidade de resgate | Sim. |
| | Resgate antecipado facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%. |
| | |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | |
| | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|---|
| | <p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil</p> |
| | <p>, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p> |
| | |
| | |
| | <p>Obrigações de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão</p> |
| Características dos valores mobiliários de dívida: | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|---|
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 03.02.2024; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de <i>default</i> , situação em que o <i>Trustee</i> ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de Default são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão |
| Juros | 6,450% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia. |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| distribuição de dividendos | Não há restrições |
| alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as obrigações previstas na respectiva Indenture e nos títulos, conforme aplicável; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assumam por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
|---|---|
| contratação de novas dívidas | A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título; |
| emissão de novos valores mobiliários | Não há restrições |
| realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as obrigações previstas na respectiva Indenture e nos títulos, conforme aplicável; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de emissão foi de USD 750.000.000,00. |
| | |
| Valor Mobiliário | BONDS |
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2028 USN15516AB83; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 4.843.500.000,00 |
| Data de emissão | 04.10.2017 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 4.947.029.812,50 |
| Restrições à circulação | Não. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|---|
| Descrição da restrição | Não aplicável. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações de emissor | Não. |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável. |
| Possibilidade de resgate | Sim. |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo | |
| do valor de resgate | <p>Resgate Antecipado Facultativo: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Netherlands Finance B.V. ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.</p> <p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Netherlands Finance ou à Companhia.</p> |
| | |
| | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| | |
| | Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão |
| Características dos valores mobiliários de dívida | |
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 10.01.2028; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de <i>default</i> , situação em que o <i>Trustee</i> ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de <i>default</i> são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, não sanado em 3 dias úteis; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão; |
| Juros | 4,500% a.a. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|---|
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia. |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | Não há restrições |
| Alienação de determinados ativos | <p>A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds.</p> |
| Contratação de novas dívidas | A Braskem Netherlands Finance B.V. não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título; |
| Emissão de novos valores mobiliários | Não há restrições |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
|--|--|
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de emissão foi de USD 1.250.000.000,00. |
| | |
| Valor Mobiliário | BONDS |
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond 2041 USU1065PAA94; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$ 22.906.100.000,00 |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|---|
| Data de emissão | 22.07.2011 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 2.996.976.168,75 |
| Restrições à circulação | Não. |
| Descrição da restrição | Não aplicável. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações de emissor | Não. |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável. |
| Possibilidade de resgate | Sim. |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | <p>Resgate antecipado facultativo antes de 22 de Janeiro de 2041: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento do maior entre (i) 100% do principal e (ii) a soma do valor presente dos pagamentos remanescentes. O cálculo de valor presente utilizará uma taxa de desconto equivalente a Treasury rate mais 0.5%.</p> <p>Resgate antecipado facultativo em 22 de Janeiro de 2041 e depois: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento de 100% do principal acrescidos de juros acumulados e não pagos líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis.</p> |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|---|
| | |
| | <p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p> |
| | <p>Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão</p> |
| | |
| | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| | |
| Características dos valores mobiliários de dívida: | |
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | 22.07.2041; Bullet; as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de <i>default</i> , situação em que o <i>Trustee</i> ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de <i>default</i> são: (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão |
| Juros | 7,125% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia. |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | Não há restrições |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| Alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como “Investment Grade” pela S&P ou Moody’s e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer’s certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Contratação de novas dívidas | A Braskem America Finance Company não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; (ii) sejam subordinadas a este título; |
| Emissão de novos valores mobiliários | Não há restrições |
| Realização de operações societárias | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como “Investment Grade” pela S&P ou Moody’s e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
|--|---|
| envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de emissão foi de USD 750.000.000,00. |
| | |
| Valor Mobiliário | BONDS |
| Identificação do título, indicando a jurisdição | Bond Perpétuo USG1315RAC54; Títulos regidos de acordo com as leis do estado de Nova Iorque – Estados Unidos da América |
| Quantidade (Unidades) | Não aplicável |
| Valor nominal global (Reais) | R\$2.712.360.000,00 |
| Data de emissão | 04.10.2010 |
| Saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social (Reais) | R\$ 1.971.533.220,84 |
| Restrições à circulação | Não. |
| Descrição da restrição | Não aplicável. |
| Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações | Não. |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| do emissor | |
| Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social | Não aplicável, visto que não há conversibilidade. |
| Possibilidade de resgate | Sim. |
| Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate | <p>Resgate antecipado facultativo em 4 de outubro de 2015 ou depois: Resgate antecipado facultativo, parcial ou integral, pela Braskem Finance Limited ou Companhia por meio do pagamento de 100% do principal acrescidos de juros acumulados e não pagos líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis. No caso de resgate parcial, uma quantidade de bonds representando um principal agregado de no mínimo US\$ 100.000.000 deverá ser mantida em circulação.</p> <p>Resgate Antecipado facultativo decorrente de</p> <p>obrigações tributárias: Mediante resgate da totalidade dos Bonds por meio de pagamento de 100% do principal acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções aplicáveis caso (1) a Braskem Finance Limited, Companhia ou qualquer sucessor seja obrigado a pagar a título de retenções e deduções mais de (i) 15% em geral no caso de impostos aplicados pelo Brasil, ou (ii) 25% no caso de impostos cobrados pelo Brasil em montantes pagos a residentes de países que não aplicam qualquer tipo de imposto de renda ou que aplicam em alíquota abaixo de 20% ou onde as leis de tal país ou local aplicam restrições a divulgação de (A) composição societária; (B) titularidade do investimento; ou (C) a titularidade do beneficiário da renda paga a não residentes, em razão da Lei No. 9.779 de 19 de janeiro de 1999 ou (2) em relação a deduções e retenções para impostos das Ilhas Cayman, em qualquer caso, em razão de alterações legislativas e (ii) se tais obrigações não possam ser evitadas por ações razoavelmente disponíveis à Braskem Finance Limited ou à Companhia.</p> |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|--|
| | |
| | |
| | Obrigação de oferta de recompra da totalidade das notes em caso de uma alteração de controle, mediante pagamento de 101% do principal, acrescidos dos juros acumulados líquidos de quaisquer retenções ou deduções, desde que tal alteração de controle resulte na redução do rating das notes, observadas as exceções e procedimentos previstos na escritura de emissão |
| | |
| | |
| Características dos valores mobiliários de dívida | |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|---|---|
| Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado | Não aplicável; título perpétuo, as condições de vencimento antecipado ocorrem com a constatação de algum evento de default, situação em que o Trustee ou detentores de não menos que 25% do montante do principal dos títulos poderão declarar que o principal, prêmio e juros ainda não pagos estão vencidos e devem ser pagos imediatamente. Os eventos de default são (i) inadimplemento pecuniário do título em questão, relacionado a pagamento de juros, não sanado em 30 dias e, também, relacionado a pagamento de principal, a partir da data de vencimento; (ii) inadimplemento de <i>covenants</i> ou demais obrigações não pecuniárias previstas nos títulos ou escritura de emissão, não sanados dentro do período de cura de 90 dias contados da data de notificação do inadimplemento; (iii) inadimplemento, por parte da Braskem ou qualquer subsidiária relevante, de qualquer dívida em valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00; (iv) descumprimento de decisão judicial final ou de ordem judicial de pagamento de valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00, não suspensa ou cancelada; (v) a Braskem ou qualquer subsidiária relevante inicie processo de falência, observadas as exceções previstas na escritura de emissão |
| Juros | 7,375% a.a. |
| Garantia e, se real, descrição do bem objeto | Garantia corporativa da Companhia. |
| Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado | Quirografário |
| Eventuais restrições impostas ao emissor em relação à: | |
| Distribuição de dividendos | A Braskem Finance Limited não poderá distribuir dividendos enquanto os bonds estiverem em aberto. |
| Alienação de determinados ativos | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que |

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

| | |
|--|--|
| | receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Contratação de novas dívidas | A Braskem Finance Limited não poderá incorrer em qualquer Dívida, a menos que: (i) tenham as mesmas condições que o título em questão; e (ii) sejam subordinadas a este título. |
| Emissão de novos valores mobiliários | Não há restrições. |
| Realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas | A Braskem S.A. não deverá se consolidar ou se fundir com, ou transmitir, transferir ou locar todos ou parte substancial de seus ativos a qualquer Pessoa, a menos que, resumidamente: (i) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes seja uma Pessoa organizada e existente sob as leis do Brasil, Estados Unidos da América, qualquer de seus estados ou o distrito de Columbia, qualquer país membro da União Europeia ou OCDE, ou qualquer país cuja dívida de longo prazo em moeda estrangeira seja considerada como "Investment Grade" pela S&P ou Moody's e a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes assuma expressamente (na forma de Indenture suplementar à Indenture do título em questão a ser entregue ao Trustee) todas as Obrigações previstas na respectiva Indenture e as garantias aplicáveis; (ii) a entidade resultante e/ou que receber os ativos relevantes, se não for organizada e existente de acordo com as leis do Brasil, assuma por meio de <i>supplemental indenture</i> a obrigação de pagar os montantes adicionais necessários para garantir que os montantes líquidos de principal, juros e prêmio não sejam menores em relação àqueles em vigor; (iii) imediatamente após a transação, nenhum Default ou Evento de Default ocorra; e (iv) a Braskem entregue ao custodiante um <i>officer's certificate</i> e uma opinião legal, confirmando que tal operação está de acordo com a escritura de emissão dos bonds. |
| Condições para alteração dos direitos assegurados por tais títulos | Não aplicável |
| Outras características relevantes | - Para os valores em reais, utilizamos o valor da taxa de câmbio do encerramento de 2018. O valor total de emissão foi de USD 700.000.000,00. |

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

| Data delib. | Período recomp. | Reservas e lucros disp. (Reais) | Espécie | Classe | Qtde. prevista (Unidades) | % rel. circ. | Qtde. adquirida aprovadas (Unidades) | PMP | Fator de cotação | % adquirido |
|---|-------------------------|---------------------------------|--------------|----------|---------------------------|--------------|--------------------------------------|-------|------------------|-------------|
| Outras caracter. | | | | | | | | | | |
| 11/02/2015 | 19/02/2015 à 18/02/2016 | 736.180.000,00 | Preferencial | Classe A | 3.500.000 | 1,316679 | 80.000 | 11,58 | R\$ por Unidade | 0,030096 |
| O Conselho de Administração da Braskem, reunido em 11 de fevereiro de 2015, aprovou novo programa de aquisição de ações preferenciais classe “A” de emissão da própria Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. O novo programa teve início em 19 de fevereiro de 2015. A aquisição será de ações preferenciais classe “A” de emissão da Braskem para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social (“Programa de Recompra”). | | | | | | | | | | |

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria**Exercício social 31/12/2018****Ações**

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|-----------------|--------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Preferencial | Preferencial Classe A | | |

| <u>Movimentação</u> | <u>Quantidade (Unidades)</u> | <u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u> |
|---|------------------------------|---|
| Quantidade Inicial | 1.234.758 | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 |
| Quantidade cancelada | 0 | |
| Quantidade final | 1.234.758 | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% | |

Exercício social 31/12/2017**Ações**

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|-----------------|--------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Preferencial | Preferencial Classe A | | |

| <u>Movimentação</u> | <u>Quantidade (Unidades)</u> | <u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u> |
|---|------------------------------|---|
| Quantidade Inicial | 1.234.758 | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 |
| Quantidade cancelada | 0 | |
| Quantidade final | 1.234.758 | |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% | |

Exercício social 31/12/2016**Ações**

| Espécie de ação | Classe ação preferencial | Descrição dos valores mobiliários | Fator cotação |
|-----------------|--------------------------|-----------------------------------|---------------|
| Preferencial | Preferencial Classe A | | |

| <u>Movimentação</u> | <u>Quantidade (Unidades)</u> | <u>Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)</u> |
|----------------------|------------------------------|---|
| Quantidade Inicial | 1.234.758 | |
| Quantidade adquirida | 0 | 0,00 |
| Quantidade alienada | 0 | 0,00 |

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

| | |
|---|-----------|
| Quantidade cancelada | 0 |
| Quantidade final | 1.234.758 |
| Relação valores mobiliários em circulação | 0,000000% |

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes relativas aos planos de recompra e valores mobiliários em tesouraria estão dispostas nos itens 19.1 e 19.2.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação

23/10/2002

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função

Diretor de Relação com Investidores e deve ser observada pelas seguintes pessoas: (i) pela própria Companhia; (ii) acionistas controladores, diretos e indiretos; (iii) administradores; (iv) conselheiros fiscais; (v) integrantes dos órgãos com funções técnicas e consultivas da Companhia; e, ainda, (vi) empregados e executivos.

Principais características e locais de consulta

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento da Política de Negociação. As Pessoas Vinculadas não poderão negociar com valores mobiliários da Companhia nas seguintes situações: (i) em todos os períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores, haja determinação de não negociação; (ii) anteriormente à divulgação de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da Companhia ou caso exista a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia; (iii) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas sociedades controladas, coligadas ou qualquer outra sociedade sob controle comum; (iv) nos períodos de quinze dias que antecederem à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais e demonstrações financeiras da Companhia e à publicação das demonstrações financeiras da Companhia. O Conselho de Administração está vedado de deliberar sobre a aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia sempre que: (i) houver sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário da Companhia; (ii) houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de transferência do controle acionário da Companhia; ou (iii) existir a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia. A política da Companhia pode ser consultada na sua página na rede mundial de computadores (<http://www.braskem-ri.com.br/>) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Essas vedações são válidas até que a operação/contrato torne-se pública. Os administradores que se afastarem da Administração da Companhia antes da divulgação pública de fato iniciado durante a sua gestão, que configure ato ou fato relevante, somente poderão negociar os valores mobiliários após a verificação do primeiro dos seguintes eventos: (i) decurso do prazo de seis meses do seu afastamento; ou (ii) divulgação no mercado pela Companhia de ato ou fato relevante, salvo se, a critério do Diretor de Relações com Investidores, a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas. As vedações e restrições de negociações tratadas na Política de Negociação aplicam-se às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas pessoas vinculadas, mesmo nos casos em que as negociações por parte dessas pessoas se deem através de: (i) sociedade por elas controlada; e (ii) terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações. Para os fins da Política de Negociação, não são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas mencionadas no item acima, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento da Política de Negociação.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento da Política de Divulgação.

A Política de Divulgação prevê que um ato ou fato relevante deverá ser divulgado, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá observar ainda o seguinte:

- comunicar e divulgar o ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência;
- divulgar concomitantemente ao mercado o ato ou fato relevante veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e
- avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às bolsas de valores e às entidades de balcão organizado, nacionais e estrangeiras, em que os valores mobiliários sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos valores mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante, caso seja imperativo que a divulgação de ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação.

A informação sobre ato ou fato relevante deverá ser comunicada à CVM, à SEC, às Bolsas de Valores e às Entidades do Mercado de Balcão Organizado.

A divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia deverá ser feita por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia.

A Companhia poderá, a cada divulgação de ato ou fato relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais habitualmente utilizados, mas nesta hipótese deverá estar indicado nas publicações o endereço na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às bolsas de valores, às entidades de mercado de balcão organizado e à SEC, se for o caso.

A divulgação e a comunicação de ato ou fato relevante, inclusive da informação veiculada através da internet acima referida, devem ser realizadas de modo claro e preciso, assim como devem atender a uma linguagem acessível ao público investidor.

Os acionistas controladores, os administradores, os conselheiros fiscais e os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da companhia deverão comunicar, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que é a pessoa responsável pela análise da informação e, se for o caso, por sua comunicação aos devidos órgãos e divulgação à imprensa e deverão ainda: (i) guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado, em função do cargo ou posição que ocupam na Companhia, até sua divulgação ao mercado; bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Caso seja constatada a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de divulgação de ato ou fato relevante ou nas hipóteses em que: (i) a informação escapar ao controle; ou (ii) ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a ele referenciados, as pessoas indicadas no item acima deverão comunicar o ato ou fato relevante à CVM.

Nas reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, em que estiverem em pauta assuntos que potencialmente possam ser caracterizados como ato ou fato relevante, os administradores da Companhia solicitarão a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de pessoa por ele indicada para representá-lo.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações aos órgãos de imprensa, seja de que natureza for, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM, as bolsas de valores, a SEC e entidades de mercado de balcão organizado, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM, bolsas de valores e entidades de mercado de balcão organizado, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado e, se for o caso, providenciar a imediata divulgação.

Excepcionalmente, uma informação privilegiada que constitua ato ou fato relevante poderá não ser divulgada imediatamente, a critério da avaliação do Diretor de Relações com os Investidores, tendo em vista o risco que possa oferecer a interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a informação privilegiada estiver relacionada a negociações promovidas pelos acionistas controladores, o Diretor de Relações com Investidores deverá envolvê-los na decisão quanto à divulgação de ato ou fato relevante, a qual deverá ser tomada por escrito. Da mesma forma, caso a iniciativa sobre a não divulgação de ato ou fato relevante parta dos acionistas controladores, deverão estes encaminhar comunicação por escrito ao Diretor de Relações com Investidores.

Na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores ou, na sua ausência, os demais administradores ou os próprios acionistas controladores deverão divulgar imediatamente o ato ou fato relevante na forma prevista Política de Divulgação.

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Caso seja constatada a omissão injustificada do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de divulgação de ato ou fato relevante ou nas hipóteses em que: (i) a informação escapar ao controle; ou (ii) ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da companhia aberta ou a ele referenciados, as pessoas indicadas no item acima deverão comunicar o ato ou fato relevante à CVM.

Nas reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, em que estiverem em pauta assuntos que potencialmente possam ser caracterizados como ato ou fato relevante, os administradores da Companhia solicitarão a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de pessoa por ele indicada para representá-lo.

Caberá ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de quaisquer informações aos órgãos de imprensa, seja de que natureza for, bem como a confirmação, correção ou esclarecimento de informação sobre ato ou fato relevante perante a CVM, as bolsas de valores, a SEC e entidades de mercado de balcão organizado, se for o caso.

Na hipótese de solicitação de esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante pela CVM, bolsas de valores e entidades de mercado de balcão organizado, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devem ser divulgadas ao mercado e, se for o caso, providenciar a imediata divulgação.

Excepcionalmente, uma informação privilegiada que constitua ato ou fato relevante poderá não ser divulgada imediatamente, a critério da avaliação do Diretor de Relações com os Investidores, tendo em vista o risco que possa oferecer a interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a informação privilegiada estiver relacionada a negociações promovidas pelos acionistas controladores, o Diretor de Relações com Investidores deverá envolvê-los na decisão quanto à divulgação de ato ou fato relevante, a qual deverá ser tomada por escrito. Da mesma forma, caso a iniciativa sobre a não divulgação de ato ou fato relevante parta dos acionistas controladores, deverão estes encaminhar comunicação por escrito ao Diretor de Relações com Investidores.

Na hipótese de a informação escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, o Diretor de Relações com Investidores ou, na sua ausência, os demais administradores ou os próprios acionistas controladores deverão divulgar imediatamente o ato ou fato relevante na forma prevista Política de Divulgação.

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes sobre este item já foram apresentadas nos itens anteriores, portanto, não há informações adicionais relevantes a serem apresentadas.